

coleção | MEMÓRIA  
| DIPLOMÁTICA

EDMUNDO P. BARBOSA DA SILVA  
E A CONSTRUÇÃO DA DIPLOMACIA  
ECONÔMICA BRASILEIRA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Ministro de Estado*      Aloysio Nunes Ferreira  
*Secretário-Geral*      Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*      Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Diretor*      Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor*      Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da  
Fundação Alexandre de Gusmão*

*Presidente*      Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Membros*      Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg  
Embaixador Jorio Dauster Magalhães  
Embaixador Gelson Fonseca Junior  
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza  
Embaixador Eduardo Paes Saboia  
Ministro Paulo Roberto de Almeida  
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes  
Professor Francisco Fernando Monteloliva Doratioto  
Professor José Flávio Sombra Saraiva  
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Rogério de Souza Farias

---

**EDMUNDO P. BARBOSA DA SILVA  
E A CONSTRUÇÃO DA DIPLOMACIA  
ECONÔMICA BRASILEIRA**



Brasília – 2017

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília-DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@funag.gov.br](mailto:funag@funag.gov.br)

**Equipe Técnica:**

André Luiz Ventura Ferreira  
Eliane Miranda Paiva  
Fernanda Antunes Siqueira  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Luiz Antônio Gusmão

**Projeto Gráfico:**

Yanderson Rodrigues

**Programação Visual e Diagramação:**

Gráfica e Editora Ideal

**Capa:**

Retrato de Edmundo Barbosa da Silva em fardão diplomático. Autoria e data desconhecidas. Acervo da família.

Impresso no Brasil 2017

---

F224 Farias, Rogério de Souza.  
Edmundo P. Barbosa da Silva e a construção da diplomacia econômica brasileira /  
Rogério de Souza Farias. – Brasília : FUNAG, 2017.  
  
589 p. : il. – (Coleção memória diplomática)  
A obra contém índice onomástico.  
ISBN 978-85-7631-682-4

1. História diplomática - Brasil. 2. História econômica - Brasil. 3. Silva, Edmundo  
Barbosa da, 1917-2012 - biografia. I. Título. II. Série.

CDD 327.81

---

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

## PREFÁCIO

*Marcilio Marques Moreira*<sup>1</sup>

Em seu consagrado *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1862, Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, por duas vezes responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros no 2º Império (1843-1844 e 1849-1853), deplorou “o desamor com que tratamos o que é o nosso, deixando de estudá-lo, [...] desprezando a experiência que transluz em opiniões e apreciações de Estadistas nossos”.

Lembrou ainda que havia começado a “reunir e a por em ordem numerosos documentos [...] com o fim de escrever umas Memórias sobre a nossa política exterior, especialmente dos tempos em que tive a honra de dirigir a Repartição dos Negócios Estrangeiros”, projeto que acabou adiado pelas dificuldades que encontrou,

---

<sup>1</sup> Embaixador em Washington, de 1986 a 1991 (governos Sarney e Collor), ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, em 1991 e 1992 (governo Collor), membro da Comissão Presidencial de Ética Pública, de 2002 a 2008 (governos Fernando Henrique Cardoso e Lula).

inclusive a de escrever “a história de tais acontecimentos” por “quem foi neles, há bem pouco, também ator”<sup>2</sup>.

Por isso é que, só muito depois, passou a ser reconhecido seu papel na organização da pasta e na consolidação da política externa do Império no delicado momento da abolição do tráfico dos escravos, que envolvia relevantes dimensões políticas e econômicas<sup>3</sup>.

O tema foi um dos mais relevantes de nossas relações externas, por incluir vários aspectos de política interna, haja vista que envolvia tanto a questão da soberania nacional – tal como a apreensão de navios brasileiros em nossas águas territoriais – quanto a de sobrevivência econômica. O agronegócio, espinha dorsal de nossa economia, demandava a absorção de número crescente de mão de obra escrava, barata e capaz de assegurar nossa competitividade internacional, mormente a do açúcar e café.

A discussão envolvia ainda uma dimensão moral que os plantadores das Índias Ocidentais souberam inteligentemente explorar para defender seus próprios interesses, utilizando fundamentos mais respeitáveis do que apenas o interesse próprio<sup>4</sup>.

José Honório Rodrigues, talvez forçando a retórica, considerava que “esse choque entre necessidades nacionais – as crescentes demandas de nosso desenvolvimento agrícola, e as exigências inglesas – constitui em sua essência, a nossa história nos primeiros cinquenta anos do século dezenove”<sup>5</sup>.

---

2 Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1862, tomo I, p. v-vii.

3 Ver a propósito José Murilo de Carvalho (org.), *Paulino José Soares de Sousa: Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002. A obra organizada por Carvalho reproduz os dois volumes do *Ensaio* e alguns outros documentos, pareceres e discursos do Visconde do Uruguai.

4 Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 224-41.

5 José Honório Rodrigues, *Brasil e a África: outro horizonte*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, vol. I, p. 119.

Se esse tema foi crítico nos primeiros cinquenta anos do século XIX, outro tema, a expansão de nosso potencial exportador, foi proeminente nos últimos cinquenta anos do século XX, especialmente nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, período em que Edmundo Penna Barbosa da Silva, o biografado deste livro que devemos à metódica dedicação de Rogério de Souza Farias, exerceu papel crucial nas negociações em favor do nosso comércio externo, tantas vezes relegado enquanto elemento crucial de nossa política econômica.

\*\*\*

Na Segunda Guerra Mundial, a nossa Marinha Mercante sofrera relevantes danos na sua frota, além das perdas humanas no afundamento de nossos navios pelos submarinos alemães, a que vieram se somar as baixas humanas por ocasião da presença da Força Expedicionária Brasileira na campanha de libertação da Itália. Sofremos, também, sensível desgaste do parque industrial já instalado e de nossa infraestrutura, pela impossibilidade de adquirir os equipamentos e peças de reposição, indispensáveis à sua manutenção.

É verdade que pela substituição forçada de importações tolhidas pelas condições bélicas, de um lado, e graças aos esforços persistentes da política de Getúlio Vargas, de outro, houve progressos na instalação de fábricas de bens de consumo e o início da industrialização mais pesada de que a Usina de Volta Redonda viria a ser o símbolo mais marcante.

Apesar das claras advertências do Conselho Federal do Comércio Exterior, nos últimos meses de 1945, as substanciais reservas cambiais, acumuladas durante o conflito pela compressão das importações, foram dissipadas quer no atendimento indiscriminado da demanda represada de bens de consumo, quer na compra de ativos, sobretudo ingleses e franceses, em

grande parte ferrovias e portos, muitos em péssimo estado de conservação. Na década seguinte, a compra maciça de bens considerados indispensáveis, face às restrições que se antecipava viessem a ocorrer em função do conflito da Coréia (da qual alguns observadores temiam pudesse resultar nas mesmas restrições nocivas vividas na recente Guerra Mundial), veio se somar aos gastos que se revelaram infrutíferos.

Esvaíram-se, assim, inicialmente, 600 milhões de dólares de reservas acumuladas. A respeito, o embaixador Carlos Alves de Souza reporta que, em fins de 1945, o cônsul-geral em Miami lhe mostrara “faturas de grande quantidade de quinquilharias e joias de fantasia exportadas para o Brasil”. Mais tarde, fora-lhe também informado o verdadeiro escândalo da volumosa venda de automóveis novos e velhos, e até mesmo de caminhões velhos vendidos como novos, e que “assim desapareceu o saldo que o Brasil possuía nos Estados Unidos, única vantagem de ordem material que o país havia obtido da nossa participação na Segunda Guerra Mundial”<sup>6</sup>. A esse montante vieram se adicionar outros 900 milhões de bens, comprados, mas não pagos, o famoso câmbio de gaveta. Foram, portanto, ao todo, 1 bilhão e 500 milhões de dólares, dissipados em menos de 10 anos, impulsionando processo da crescente dívida externa que viria a nos assombrar até os anos 1990, quando, finalmente, foi domada através de negociação com os credores públicos e privados, ao mesmo tempo em que o Plano Real dava um xeque-mate ao processo inflacionário crônico, irmão gêmeo do endividamento externo.

Há que lembrar que Edmundo Barbosa da Silva termina sua Conferência na Escola Superior de Guerra, de 27 de julho de 1955, em que colhemos os números acima referidos, concluindo que “pouco se pode fazer de positivo naquele setor [comércio exterior]

---

6 Carlos Alves de Souza, *Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p.172.

enquanto enfrentar o Brasil tão forte pressão inflacionária”, e aduz que esta situação “depende fundamentalmente da política interna” e exige “equilíbrio razoável das finanças públicas e disciplina do crédito bancário”<sup>7</sup>.

\*\*\*

O Brasil, ao aproximar-se o fim da Segunda Guerra Mundial, participou ativamente nas conferências em que, desde cedo, os Aliados reuniram-se para conceber e elaborar um sistema de governança internacional potencialmente capaz de enfrentar os enormes desafios de reconstrução e desenvolvimento que o pós-guerra exigiria. O evento que veio coroar esse esforço na área financeira foi a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, New Hampshire. Reuniu 730 delegados das 44 nações aliadas, entre os quais o Brasil.

Iniciada em 1º de julho de 1944, a Conferência concluiu seus trabalhos no dia 22, com a assinatura de uma Ata Final que, além de normas transitórias, princípios gerais econômicos e desafios que se antecipavam ao fim das hostilidades. A ata trazia, como Anexo A, o texto da Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional e, como Anexo B, a Convenção sobre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Ficou famoso o embate encabeçado, de um lado, por John Maynard Keynes, chefe da Delegação do Reino Unido e que havia proposto, desde 1941, a criação de uma União ou Banco Internacional de Clearing e uma moeda para vigor entre Bancos Centrais – o Bancor, e de outro, o secretário-assistente do Tesouro americano, Harry Dexter White. Os Estados Unidos rejeitaram a tese de Keynes e propuseram um sistema, afinal vencedor, de paridades fixas em que a principal moeda de curso mundial

---

<sup>7</sup> Veja Edmundo Penna Barbosa da Silva, *Comércio Exterior*, Conferência Pronunciada em 27 de julho de 1955 no Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, p. 9, 17-8. As conclusões constam destas páginas.

passava a ser o dólar americano, ligado ao ouro, na base de 35 dólares por “onça troy”. Merecedor de registro é a insistência de White na criação de instituição de cunho multilateral, em um mundo dominado por acordos bilaterais, e sua posição contra protecionismos, inclusive o do Reino Unido, que desejava preservar *status* especial no espaço de seu Império. Acresce que os Estados Unidos e White expressaram o desejo de assegurar a participação ativa dos países latino-americanos e da União Soviética. Keynes, inicialmente, concebera uma instituição a ser cofundada pelo Reino Unido e os Estados Unidos, que de fato, passariam a ser seus gestores<sup>8</sup>.

A composição da Delegação Brasileira em Bretton Woods reflete a importância que o Brasil emprestou ao evento e o zelo na escolha de nossos representantes. O chefe foi o próprio ministro da Fazenda, Artur da Sousa Costa, que assumiu a presidência do Comitê 3 – Organização e Administração do FMI. A delegação contou ainda com o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, Santos Filho, com um dinâmico membro da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, Valentim Bouças, e com três economistas da melhor qualidade, que, nas décadas a seguir, viriam a exercer papéis proeminentes tanto nos amplos debates quanto nos próprios destinos de nossa política econômica: Eugênio Gudin, Otávio Gouveia Bulhões e Roberto Campos.

Bretton Woods veio coroar o esforço liderado pelo Reino Unido e os Estados Unidos para plasmar o mundo pós-guerra, tema que domina três volumes (os de números XXV, XXVI e XXVII) da série que publicou os textos reunidos de John Maynard Keynes<sup>9</sup>.

---

8 IMF Working Paper WP/02/52. *Why White, Not Keynes*. Inventing the Postwar International Monetary System. Prepared by James M. Boughton. March 2002. 24 p.

9 John Maynard Keynes, *The collected Writings*, vol. XXV – Activities 1940-1944: Shaping the Post-War World, The Clearing Union e vol. XXVI – Bretton Woods and Reparations. Macmillan Cambridge University Press; 1980.

A iniciativa pioneira de Keynes surgiu cedo, antes mesmo do início da Guerra em 1º de setembro de 1939. Ele temia que pudessem repetir-se os graves equívocos que testemunhara de perto, como representante do Tesouro britânico, durante a Conferência de Paris, em 1919. Aqueles desacertos haviam levado Keynes, em junho de 1919, a pedir demissão, ao convencer-se da impossibilidade de introduzir modificações substanciais à minuta do Tratado, cujas consequências foram trágicas e acabaram desembocando na Segunda Guerra Mundial. Em texto de 1940, ele relembrou que o Tratado de Versailles havia negligenciado a reconstrução da Europa, com resultados devastadores<sup>10</sup>.

Motivação adicional para conceber planos para o mundo pós-guerra, o que, em 1940, poderia parecer prematuro, foi o fato de o ministro de Assuntos Econômicos da Alemanha haver lançado, com fanfarra, proposta de uma “Nova Ordem Mundial”, perante o que os aliados na luta contra o nazismo não deveriam identificar-se como os campeões do *statu quo*<sup>11</sup>.

Nos anos seguintes, Keynes intensificou o afã de elaborar cenários e propostas para o mundo pós-guerra e discutir-lhes as vantagens e potenciais consequências laterais positivas ou adversas, refinando, nos possíveis aspectos porventura obscuros. Como ele mesmo registrou em 25 de dezembro de 1940: “Eu uso meu tempo tentando colocá-los face a possíveis alternativas e convencê-los a escolher, sabiamente, entre elas”<sup>12</sup>.

Tema a que Keynes dedicou especial atenção foi o balanço de pagamentos, cujo desequilíbrio, avaliou, viria a constituir-se em problema crucial com o avanço da Guerra. Chamou-o de “the

---

10 John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace*, Londres: Macmillan, 1919, reimpresso em 1924, Preface, p. v.

11 Keynes, 1980, vol. XXV, p. 1-2 e p. 7-16.

12 Keynes, *Apud* D. E. Moggridge, *Maynard Keynes: An Economist's Biography*. London and New York, Routledge, 1992, p. 24.

secular international problem”, que considerou existir desde que a “invenção da moeda” substituiu a economia de escambo: “O problema de manter equilíbrio no balanço de pagamentos entre países nunca foi resolvido desde que os métodos de escambo deram lugar ao uso da moeda e de letras de câmbio”.

Continuou sua avaliação: “A falta de solução para esse problema foi uma causa principal do empobrecimento e descontentamento social e mesmo de guerras e revoluções”<sup>13</sup>.

Não é, pois, de estranhar que o Preâmbulo à Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional viesse a declarar: “Uma das finalidades principais do Fundo é facilitar a expansão e desenvolvimento equilibrado do comércio internacional”. Esse mesmo preâmbulo reconheceu a necessidade dos Governos participantes

*chegar[em] a um acordo com a máxima brevidade possível sobre os meios pelos quais melhor possam:*

*reduzir os obstáculos ao comércio internacional e promover relações comerciais internacionais mutuamente vantajosas;*

*promover o comércio disciplinado dos gêneros de primeira necessidade a preços equitativos tanto para o produtor quanto para o consumidor;*

*tratar dos problemas [...] que surgirão assim que cessar a produção destinada à guerra; e*

*facilitar por meio do esforço cooperativo a harmonização das políticas nacionais [...] no sentido de manter altos níveis de ocupação do trabalho e padrões de vida progressivamente mais altos*<sup>14</sup>.

---

13 Keynes, 1980, vol. XXV, p. 21

14 Ministério das Relações Exteriores, *Coleção de Atos Internacionais* nº 236: Convenção sobre Fundo Monetário Internacional. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, p. 12-3.

\*\*\*

Atendendo ao clamor universal a favor do estabelecimento de um marco legal que viesse a regular as relações comerciais a nível global, e tendo em vista a rápida deterioração de nossa situação cambial, ao esvaírem-se reservas acumuladas no curso das atividades bélicas, que demandavam muitas *commodities*, sem que fosse oferecida contrapartida aos exportadores, o Governo brasileiro aceitou a convocação para a construção de um sistema multilateral de comércio. A reunião preliminar realizou-se, em outubro de 1946, em Londres, para debater a criação de um órgão para estimular e regular o comércio mundial. A Delegação, que veio a ser chefiada por meu pai, Mário Moreira da Silva, então ministro plenipotenciário em Berna, Suíça, foi composta por especialistas de alta qualidade, muitos deles professores de Economia<sup>15</sup>.

Mário ingressou no Ministério da Viação e Obras Públicas em 1912 e transferiu-se, no ano seguinte, para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Dedicou-se, desde então, à expansão comercial, tendo integrado Departamento com esse título naquele Ministério. Em 1931, foi transferido para o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No ano seguinte, por sua vez, veio a ser transferido para o Itamaraty, no cargo de cônsul, com um grupo de funcionários pertencentes à unidade dedicada ao tema do comércio exterior, então chefiada pelo embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento Silva.

Na qualidade de cônsul, Moreira da Silva serviu em Viena e Budapeste de 1934 ao início de 1940, já estourada a Segunda Guerra Mundial. De 1941 a 1943, chefiou a Divisão Econômica e Comercial

---

15 Eram eles Eduardo Lopes Rodrigues, Octavio Paranaguá, Luiz Dodsworth Martins, José Nunes Guimarães, Aldo Franco Teotônio Monteiro de Barros, Hélio Burgos Cabal, Aldo Batista Franco, Rômulo de Almeida, Jose Garrido Torres e Alexandre Kafka. Veja Alexandre Kafka, *Depoimento, Memória do Banco Central* – Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1998, 4º Inciso do Capítulo 2: A Organização Internacional do Comércio, p. 47-54.

do Itamaraty e, em 1944 e 1945, o Conselho Federal do Comércio Exterior, subordinado diretamente ao presidente da República.

No seu pronunciamento na conferência em Londres, apresentou a posição brasileira sobre o tema, tendo sido o segundo a falar após o delegado dos Estados Unidos. Deixou claro que o Brasil cooperaria de bom grado para o objetivo de criar um sistema que promovesse um comércio livre e dinâmico, mas alertava ser indispensável dar tratamento adequado aos países pouco desenvolvidos, especialmente, os que dependem da exportação de matérias-primas e alimentos, levando em conta suas necessidades próprias e as demandas de crescimento econômico. Ressaltou, então, que o objetivo de uma Organização Internacional do Comércio deveria ser “o livre intercâmbio entre as nações [...] estabelecendo princípios universais [...] e novos meios de assegurar o bem estar [...] de todos os povos, baseado na justiça”.

Prosseguindo, afirmou que o encontro deveria “buscar os meios para alcançar a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento econômico de todos os países”. Comentou que esse objetivo poderia ser obtido quer pela “eliminação de barreiras”, quer pela “expansão da capacidade de compra dos povos”, meio este que traria uma contribuição maior ao incremento do comércio do que aquele, por ser política mais dinâmica, especialmente “através de medidas visando maior industrialização dos países atualmente menos desenvolvidos”<sup>16</sup>.

O discurso mostra claramente que, com exceção de mudanças de tom, a posição brasileira sobre o comércio exterior, como potencial alavanca para o desenvolvimento econômico, tem revelado surpreendente coerência temporal.

---

16 UN Economic and Social Council, Preparatory Committee of the International Conference on Trade and Development. *Verbatim Report of the Second Plenary Meeting*, 17 de outubro de 1946, p. 12-4.

A reunião que coroaria a série de encontros iniciados em Londres parecia ter chegado a bom termo com a assinatura da Carta de Havana, em março de 1948, mas acabou fracassando quando, em dezembro de 1950, o presidente Truman anunciou que, após várias recusas pelo Congresso Americano em ratificá-la, não mais a remeteria à sua aprovação.

Melhor sorte teve o *General Agreement on Tariffs and Trade*, o GATT, acordado em outubro de 1947, em Genebra. Em fevereiro de 1950, Mário Moreira da Silva chefiou a Delegação Brasileira à IV Reunião das Partes contratantes do GATT, em Genebra. Ao incorporar, mais tarde, algumas das provisões da Carta de Havana e, na inexistência de alternativa, o GATT tornou-se, de fato, a entidade internacional do comércio até a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994.

Pois será no GATT que o embaixador Edmundo Penna Barbosa viria a ter a melhor oportunidade de exercer papel excepcional na consolidação da entidade e na defesa dos interesses comerciais do Brasil, revelando, em plenitude, o melhor de sua capacidade, resiliência e paciência, ao expor, explicar e negociar acordos, arranjos e entendimentos favoráveis aos interesses comerciais brasileiros e ao nosso desenvolvimento econômico, como o descreve Rogério de Souza Farias com maestria e meticulosidade.

Edmundo já vinha se preparando para o papel central que viria a exercer no revigoramento da diplomacia comercial brasileira por duas décadas, de meados da década dos 1940 a meados da de 1960. Em 1944, fora Assessor da Delegação do Brasil em Conferência sobre Transporte Aéreo, em Chicago. Gradualmente, passou a exercer papel preponderante nas negociações visando a regulação multilateral na área de Aviação Civil, tanto como representante do Brasil junto à Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), quanto como membro das Delegações

Brasileiras que negociaram Acordos de Transporte Aéreo com os Estados Unidos da América, Grã Bretanha e Portugal em 1946, com a França, Chile, Países Baixos, Suécia, Noruega, Dinamarca, em 1947, e com a Argentina e Suíça, esta em Berna, em agosto de 1948, onde encontra Mário Moreira da Silva, que lá servia como ministro plenipotenciário do Brasil.

De volta ao Brasil, em janeiro de 1951, meu pai assumiu a chefia da Divisão Econômica, em que trabalhava Edmundo, que, em abril de 1952, veio a substituí-lo na Chefia da Divisão. Em agosto de 1954, Edmundo viria a assumir a Chefia de Departamento Econômico e Consular de que Moreira da Silva havia também sido chefe interino em 1952. Nesse mesmo ano de 1954, em 20 de dezembro, eu ingressei na Divisão Econômica e Comercial, então chefiada por Corrêa do Lago e subordinada a Edmundo. Ocorrera, pois, na primeira metade da década dos 1950, uma silenciosa passagem de bastões entre três gerações, que caso tivesse sido intencional seria difícil de imaginar.

Mário Moreira da Silva partiu para servir de embaixador do Brasil em Âncara e Viena, antes de aposentar-se em 1958. Eu, por minha vez, engatinhava no Itamaraty e Edmundo iniciou nova e marcante fase de atuação pela renovação da diplomacia econômica brasileira, como instrumento crucial para apoiar o esforço de desenvolvimento econômico. Momento marcante para Edmundo e para o Brasil foram esses “50 anos em 5” do presidente Kubitschek, cuja confiança Edmundo conquistara ao colaborar decisivamente na preparação e na participação da viagem internacional do Presidente eleito, antes mesmo da posse.

De especial relevância para o nosso intercâmbio comercial foram os acordos de Ajuste de Pagamentos e Comércio, cujas negociações foram chefiadas por Edmundo: em 1955, com a Alemanha, os Países Baixos, o Reino Unido e a Bélgica; em 1956,

com a Itália, a Áustria e a França. Para o Brasil, significaram o acesso a uma área de conversibilidade multilateral compreendendo os nossos principais parceiros comerciais na Europa.

Ainda em 1956, realizou-se, no Rio de Janeiro, Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos, presidida por Edmundo, da qual participaram aqueles países que, abandonando o anterior sistema de pagamentos bilaterais – uma espécie de acordos de escambo entre unidades nacionais –, passaram a integrar o sistema do FMI, sobretudo na sua feição final de cunho multilateral. Estava, assim, implantado o ambiente essencial para que Edmundo pudesse atuar com desenvoltura no GATT em prol de nossas demandas e interesses, missão que Edmundo cumpriu com a galhardia que lhe era própria. Nas negociações no Rio de Janeiro visando a conversibilidade cambial europeia, participei como assessor das delegações brasileiras chefiadas por Edmundo.

Corrêa do Lago e Barbosa da Silva eram muito amigos e, nos assuntos principais que lhes cabiam conduzir, comungavam das mesmas ideias ao defender maior participação do Itamaraty na formulação e execução de nossa política econômica internacional, tanto na área financeira quanto comercial, a inserção mais dinâmica do país na economia global e a defesa intransigente dos interesses nacionais.

Os dois compartilhavam outros traços. Muito exigentes no exercício de suas próprias responsabilidades, esperavam igual conduta dos funcionários a eles subordinados. Tratavam-nos com cordialidade e respeito, não hesitando em delegar-nos missões, mesmo as mais complexas, desde que, através de nosso desempenho, tivéssemos sido capazes de ganhar-lhes a confiança. De nós exigiam verdade e lealdade, além de competência e dedicação, atributos que lhes eram caros.

Criou-se, assim, ambiente que incentivava trabalho ao mesmo tempo intenso e compensador. Exemplo dessa relação de confiança ocorreu em relação a uma dimensão com que eu não contava: na primeira das negociações com a Alemanha, os seus delegados insistiram em falar alemão, com um interprete para o português.

Como eu procurava acompanhar com atenção o que se dizia, tanto em português quanto em alemão, fui obrigado a corrigir a tradução do intérprete, toda vez que não me parecia fidedigna. Eis que, após uma hora, de conversações, o embaixador Barbosa da Silva interrompeu a reunião, para minha maior surpresa, e anunciou que a partir daquele momento a interpretação passaria a ser cumprida pelo terceiro-secretário Marcilio Marques Moreira. Tratava-se de um desafio linguístico, intimamente ligado ao conteúdo da negociação. Foi uma prova de confiança que procurei cumprir o melhor possível, embora não acostumado a enfrentá-lo.

A todos os pontos de minha relação com o Edmundo, veio a adicionar-se um, pessoal é verdade, mas de grande relevância. Casei-me, há sessenta anos, em dezembro de 1956, com Maria Luiza de Oliveira Penna, prima de Edmundo, filha de Luiz Camillo de Oliveira Neto que, de 1940 a 1944, trabalhara na Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico do Itamaraty, tendo exercido a chefia do Serviço de Documentação da Casa, que englobava aquelas unidades dedicadas a dar vida à memória de nossas relações exteriores.

Tendo sido um dos redatores, assinantes e distribuidores do Manifesto dos Mineiros, de 24 de outubro de 1943, foi exonerado, em 4 de dezembro daquele ano, do cargo de chefe de Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores. A exoneração foi tornada sem efeito em 26 de dezembro de 1945, após a queda de Getúlio em 29 de outubro, retornando Luiz Camillo ao cargo, do qual, em 1951, pediu licença. Faleceu em 3 de setembro de 1953.

Em 1956, o Ministério das Relações Exteriores, pautando-se por tradição vetusta, exigia que os diplomatas, antes de se casarem, pedissem autorização da Casa, tendo para tal fim que subscrever requerimento, fazendo-o acompanhar de duas cartas de recomendação, atestando a ilibada conduta da noiva. Consultado, Edmundo prontamente ofereceu-se a escrever uma das cartas solicitadas e o fez com tal cortesia e respeito, que a guardamos como um testemunho que nos comove até hoje, lembrança do chefe, companheiro, primo e amigo.

O destino tece, muitas vezes, sem mesmo nos percebermos disso, uma fina e complexa tessitura de relações profissionais, de parentesco, de circunstâncias inesperadas e de amizades. Algumas se apagam com o tempo, outras se fortalecem e continuam a nos inspirar. Suponho que ela explique, inclusive, a razão pela qual fui convidado pela família de Edmundo a escrever este prefácio de saudade.

Procurei nestas páginas identificar vários desafios que se entrecruzam e acabam se amalgamando, em um fio condutor, como o que percorre este livro que a FUNAG, em boa hora, traz a lume.

Não me alongarei em detalhes que o Rogério melhor do que eu soube narrar, mas não queria deixar de mencionar alguns pontos de meu fecundo relacionamento com Edmundo.

Casados, Maria Luiza e eu, partimos, em julho de 1957 para Washington, onde permanecemos até 1963, quando retornei ao Brasil para participar do gabinete do ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Na primeira metade do ano, fui transferido, como funcionário agregado, ao Banco Nacional de Desenvolvimento, após San Tiago deixar o cargo de ministro da Fazenda.

Em março de 1964, quando ainda trabalhava naquele Banco, embarquei, após ter participado de algumas reuniões preparatórias, para Genebra, onde se reuniria, no dia 23, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Integrei a Delegação como delegado suplente, mas, após várias trocas de delegados que se seguiram ao 31 de março, acabei representando o Brasil na Comissão III da Conferência, que discutiu Financiamento Internacional<sup>17</sup>. Ernane Galvêas, de quem eu havia sido colega no gabinete do ministro da Fazenda San Tiago, teria a prioridade, por ser delegado pleno, de escolher o tema financeiro, mas teve a lhanza de ceder-me o lugar, argumentando minha maior familiaridade com o tema e com as línguas principais da Conferência. Galvêas representou o Brasil no item relativo a Invisíveis.

Após a chefia da delegação passar de Araújo Castro a Jaime Azevedo Rodrigues, Octavio Augusto Dias Carneiro e, interinamente, Alfredo Valladão, o novo ministro do Exterior, Vasco Leitão da Cunha designou o embaixador Edmundo para a chefia da Delegação. Ele assumiu a nova missão com firmeza, mas sem introduzir mudanças de vulto quer de pessoa quer de instruções. As mudanças que ocorreram foram mais de ordem protocolar como a relativa às relações com a Delegação de Portugal.

Embora o embaixador Edmundo não tivesse concordado com a própria realização da Conferência pela inclinação que considerava despropositada, verdadeira tentativa de minimizar ou até de substituir o GATT, tocou sua missão sem menor sinal de vendetta. Quanto a mim, continuei minha tarefa atuando como representante do Brasil na III Comissão e, mais tarde, nos estágios finais no conclave, como assessor de Edmundo no *Steering Committee* da Reunião, que tentava chegar ao processo de conclusão do encontro.

Marcou-me, e Edmundo recordava o episódio com ênfase, o momento em que os integrantes do *Steering Committee* começaram a discutir a conveniência de quantificar as conclusões do encontro:

---

17 MRE. I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: Genebra, 23 de março a 16 de junho de 1964. Relatório da Delegação do Brasil, 2ª parte, Comissão III. Marcilio Marques Moreira, Delegado Suplente, p. 4-29. Galvêas, p. 30-47.

qual deveria ser a meta para o crescimento anual dos países em desenvolvimento? Qual deveria ser o volume de investimentos e de financiamento externo? Qual o de aporte de doações (0,7% de doações pelos países industrializados foi um dos poucos pontos em que houve concordância)?

Lembro-me de figuras proeminentes representando seus países, como o embaixador Leddy, que eu conhecera nas discussões sobre a dívida brasileira nos Estados Unidos e Joseph Lebreton representante do Vaticano indicado pelo seu amigo papa Paulo VI e que havia realizado magníficos trabalhos para São Paulo, Belo Horizonte e Recife, além do primeiro estudo sério sobre as favelas do Rio de Janeiro, em cooperação com o então Secretário de Assuntos Sociais do Estado da Guanabara, José Arthur Rios, e publicado em 1960 pelo Estado de São Paulo.

Em uma das reuniões do *Steering Committee*, Edmundo passou-me o segundo susto, majorado em relação ao de 1955, quando afirmou: “Mr. Chairman, I am transferring the responsibility as Head of the Brazilian Delegation to my colleague Marcilio Marques Moreira, who will present the Brazilian Delegation’s position on the issues being discussed”.

A Conferência encerrou-se a 16 de junho de 1964. De volta ao Brasil, Edmundo foi instruído pelo novo ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, como este relata em suas memórias sobre o triste episódio de caça às bruxas, a “sondar os terceiros secretários, de ter algumas conversas. Ele muito jeitoso, muito mineiro, conseguiu harmonizar os pequenos e não foi preciso fazer nada”<sup>18</sup>.

Posso dar meu próprio testemunho, pois a pedido de dois dos mais bem preparados e dotados diplomatas de sua geração,

---

18 Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em Alto-mar, depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 1994, p. 273-4.

meus amigos, Sérgio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior, procurei ajudá-los na revisão dos depoimentos escritos que tiveram de preparar em suas respectivas defesas. Também conversei com Edmundo a respeito dos dois. Parece terem sido acusados de serem simpáticos ao comunismo, por terem escrito artigos e livros sobre a famosa Escola de Frankfurt, em especial sobre Jürgen Habermas, Herbert Marcuse e Theodor Adorno. Ao contrário do que imaginavam seus acusadores, a Escola de Frankfurt, alegadamente cadinho de comunistas, criticava com igual vigor tanto o capitalismo, quanto o comunismo, procurando uma terceira via, alternativa, para o desenvolvimento social. Seu pensamento utilizou ferramentas do pensamento moderno, como a sociologia antipositivista, a psicanálise e a filosofia existencialista.

Edmundo mostrou entender bem as circunstâncias e aconselhou o ministro de Estado a “não fazer nada”, aliás de acordo com que este pensava, “ao não querer que os funcionários ficassem inibidos diante do governo, achando que não podiam mais informar imparcialmente”<sup>19</sup>.

Transcorrido meu período como embaixador em Washington (1986-1991) e o seguinte como ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (1991-1992), voltamos ao Rio e entretivemos uma relação profícua e agradável com Edmundo: interessantes conversas tanto sobre temas da atualidade, quanto sobre preciosos documentos de que Edmundo tinha guarda, mas que gostaria de ver preservados, se possível, com acesso aos que se interessassem pelos assuntos abordados por essa documentação. A principal interlocutora era Maria Luiza, minha mulher, que havia dedicado muitos anos aos temas de arquivos, correspondências, guarda e acesso à documentação, tendo conquistado o título de doutora em 2004 pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, com um longo

---

19 *Idem*.

e muito bem analisado perfil intelectual de seu pai, Luiz Camillo de Oliveira Neto<sup>20</sup>. Quando publicada, a obra foi distinguida pelo prêmio Sérgio Buarque de Holanda, na categoria Ensaio Social.

As conversas versavam, entre outros temas, sobre as cartas escritas com frequência pelo depois embaixador Joaquim de Souza Leão, durante sua longa estada em Londres sujeita aos bombardeios alemães, situação também vivida por Edmundo, ambos lotados na Embaixada do Brasil naquela cidade. Outro documento era a detalhada descrição pelo pai de Cornélio Penna, médico, sobre longa viagem através da Europa.

Edmundo revelava claramente sua preocupação com a preservação da memória da vida e do pensamento de nossos “maiores e melhores”, no que retornamos às considerações, em 1862, do visconde de Uruguai, que abriram este prefácio.

Esse amor à memória, tornada viva para inspirar o presente e ajudar a imaginar o futuro, encontra-se na obra que Rogério de Souza Farias nos oferece, sobre o saudoso embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva. Edmundo soube, como ninguém, harmonizar a perseverante bravura do sertanejo com a conciliatória tolerância das almas nobres, em sua atuação incessante, audaciosa às vezes, mas sem perder a prudência, de renovação da diplomacia econômica, sempre guiada pela busca do desenvolvimento, econômico e social de nosso país, do Bem Comum do sofrido povo brasileiro.

*Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 2017, dia de São Sebastião,  
Padroeiro da Cidade que Edmundo amava, tanto que a preferiu a  
Washington, Paris e Londres, pérolas do circuito “Elizabeth Arden”,  
para as quais fora convidado no curso de sua brilhante carreira.*

---

20 Maria Luiza Penna, *Luiz Camillo: perfil intelectual*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Coleção Humanitas, 2006.





Edmundo Barbosa da Silva acompanha Jucelino Kubitschek na viagem à Europa (1956). APEBS.



## SUMÁRIO

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| LISTA DE FOTOS .....                  | 31  |
| INTRODUÇÃO .....                      | 33  |
| CAPÍTULO 1 – O EXÍLIO INTERIOR .....  | 49  |
| 15 de novembro .....                  | 49  |
| Tabocas .....                         | 55  |
| Chegada ao Rio de Janeiro.....        | 60  |
| Santo Inácio.....                     | 66  |
| Faculdade de Direito e formatura..... | 70  |
| CAPÍTULO 2 – A VELHA RUA LARGA .....  | 87  |
| Concurso de 1938 .....                | 87  |
| Posse .....                           | 96  |
| Primeiros passos .....                | 102 |
| A rota para Cambridge.....            | 105 |

|                                                |     |
|------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 3 – A IDÍLICA ACADEMIA .....          | 111 |
| Viagem.....                                    | 111 |
| Cambridge .....                                | 115 |
| O chamado da Guerra .....                      | 123 |
| CAPÍTULO 4 – LONDRES E A GUERRA.....           | 135 |
| Retorno a Londres .....                        | 135 |
| Bombardeios.....                               | 150 |
| Jogos de Espiões - Parte I .....               | 157 |
| Jogos de Espiões - Parte II.....               | 161 |
| CAPÍTULO 5 – AVIAÇÃO CIVIL .....               | 173 |
| Retorno ao Brasil.....                         | 173 |
| Raízes rurais .....                            | 182 |
| Os primórdios do multilateralismo.....         | 187 |
| A cooperação impossível.....                   | 195 |
| CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DO PIONEIRISMO ..... | 203 |
| Secos & Molhados .....                         | 203 |
| Fundamentos da diplomacia econômica.....       | 210 |
| O encontro com a América Latina.....           | 217 |
| Novo cisne .....                               | 222 |
| CAPÍTULO 7 – MISSÃO JK .....                   | 235 |
| JK.....                                        | 235 |
| Da Flórida à Bélgica .....                     | 243 |
| Circuito continental.....                      | 256 |
| Chegada .....                                  | 263 |

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 8 – PEIXES VIVOS.....        | 271 |
| A derrota na vitória.....             | 271 |
| Problema Nuclear.....                 | 283 |
| CPI .....                             | 296 |
| CAPÍTULO 9 – DEC .....                | 323 |
| Os méritos próprios .....             | 323 |
| GATT.....                             | 330 |
| Integração Regional .....             | 343 |
| CAPÍTULO 10 – MISSÃO À URSS .....     | 357 |
| Teste de forças .....                 | 357 |
| Da derrota à vitória.....             | 369 |
| O frio de Moscou.....                 | 381 |
| CAPÍTULO 11 – SUPERAÇÃO .....         | 407 |
| Zênite.....                           | 407 |
| A luta anônima .....                  | 421 |
| Saída do DEC .....                    | 428 |
| Che Guevara .....                     | 438 |
| CAPÍTULO 12 – NOVOS DESAFIOS .....    | 449 |
| Primeira despedida .....              | 449 |
| Instituto do Açúcar e do Alcool ..... | 458 |
| Fundação Antunes .....                | 473 |
| CAPÍTULO 13 – O GOLPE.....            | 481 |
| Ventania .....                        | 481 |
| UNCTAD.....                           | 487 |
| Reatando nós.....                     | 495 |

|                                            |     |
|--------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 14 – EMPRESÁRIO E FILANTROPO..... | 507 |
| Uma batalha impossível.....                | 507 |
| A vida empresarial .....                   | 517 |
| Desafio amazônico .....                    | 522 |
| Outono em São Conrado .....                | 534 |
| BIBLIOGRAFIA .....                         | 541 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO .....                    | 567 |

## LISTA DE FOTOS

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1: Edmundo Barbosa da Silva acompanha Juscelino Kubitschek na viagem à Europa (1956). APEBS. .... | 25  |
| Foto 2: A família Barbosa da Silva em Curvelo. Sem data. APEBS.....                                    | 47  |
| Foto 3: Edmundo Barbosa da Silva ao assumir cargo no Itamaraty (1939). APEBS. ....                     | 85  |
| Foto 4: Edmundo Barbosa da Silva em Londres (junho de 1940). APEBS.....                                | 109 |
| Foto 5: Embaixada do Brasil em Londres (1941). AHI-RJ. ....                                            | 133 |
| Foto 6: Edmundo Barbosa da Silva ao lado de Gilberto Amado. Sem data e local. APEBS. ....              | 171 |

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 7: Edmundo Barbosa da Silva em charge do jornal <i>Última Hora</i> (1954). Arquivo Público do Estado de São Paulo. ....  | 201 |
| Foto 8: Edmundo Barbosa da Silva acompanha conversa entre JK e político europeu (1956). APEBS. ....                           | 233 |
| Foto 9: Assinatura de acordo comercial (1957). APEBS. ....                                                                    | 269 |
| Foto 10: Edmundo Barbosa da Silva ao lado de Eric Wyndham White em reunião do GATT (1960). APEBS. ....                        | 321 |
| Foto 11: Edmundo Barbosa da Silva desembarca em Moscou (18 de dezembro de 1959). Arquivo Público do Estado de São Paulo. .... | 355 |
| Foto 12: Manoel Pio Corrêa e Edmundo Barbosa da Silva em reunião (1956). APEBS.....                                           | 405 |
| Foto 13: Pintura de Edmundo Barbosa da Silva em fardão diplomático. Autoria e data desconhecidas. APEBS. ....                 | 447 |
| Foto 14: Edmundo Barbosa da Silva ao telefone no final da década de 1960. APEBS. ....                                         | 479 |
| Foto 15: Edmundo Barbosa da Silva e Sérgio Corrêa da Costa no funeral de Raul Fernandes (1967). ABL .                         | 505 |

## INTRODUÇÃO

*Vida é semeadura, lembrança é chuvinha de outubro, lazer  
obrigatório era estiada, propícia à colheita.*

João Guimarães Rosa

Era madrugada de quarta-feira da primeira semana de janeiro de 1956. O movimento de Cadillacs e Buicks, na área próxima ao Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, era intenso. O raiar do sol anunciou um dia de calor estafante. Às 6 horas da manhã, o terminal foi ocupado por jornalistas, diplomatas, políticos e populares. Todos acotovelavam-se em estado de ansiosa expectativa. O policiamento tentava, inutilmente, impor alguma ordem ao alvoroço. O ambiente era tenso e festivo.

Às 8 horas e 32 minutos, o presidente eleito, Juscelino Kubitschek (JK), saiu de um carro trajando terno e colete cinzas, gravata e sapatos pretos. Mesmo protegidos por soldados, foi assediado por admiradores, que cerraram círculos à sua volta, como se, ao despedirem-se do político mineiro, não quisessem que partisse. JK demorou dez minutos para chegar à sala de espera. Abraçou mais de uma centena de pessoas. Uns desejavam pedir-lhe cargos; outros, lembranças da viagem que faria. Depois, percorreu vinte metros da passarela de borracha. O terno já estava todo

amarrotado. Ao subir as escadas do avião Super-Constellation da Varig, com seu largo e característico sorriso, por quatro vezes acenou para a multidão, agora já ocupando a pista. Acedeu à cabine às 8h50. Nesse momento, entraram discretamente alguns jornalistas e quatro assessores. Quarenta minutos depois, as portas foram fechadas e o avião decolou. Ele deixou a turbulência do Brasil para a tranquilidade de sua primeira missão internacional<sup>21</sup>.

JK não poderia ter escolhido pior momento para viajar. A eleição de outubro de 1955 era contestada pela oposição, por nenhum candidato haver reunido a maioria absoluta dos votos. Adauto Lúcio Cardoso, da União Democrática Nacional (UDN), bradou: “foram fraudadas”. Em 11 de novembro, ocorrera uma tentativa de golpe militar. Tiros do Forte de Copacabana estremeceram a capital. Carlos Luz, o presidente em exercício, demitiu todo o ministério, embarcou no navio Tamandaré e seguiu para Santos. A quartelada foi abortada após a ação decidida do marechal Henrique Teixeira Lott. Estabeleceu-se o estado de sítio. A posse estava por um fio. Não era sem razão que, no primeiro dia do ano, o *Jornal do Brasil* lastimou que o país entrara no ano “como quem sai de um velório”<sup>22</sup>.

Diante desse quadro, correligionários de Juscelino não queriam que ele deixasse o país. A missão era inoportuna e uma temeridade, diziam alguns, lembrando o péssimo antecedente da viagem do presidente eleito Júlio Prestes para os Estados Unidos e Europa em 1930 – fora destituído em decorrência da Revolução de Outubro daquele ano. Outros temiam a perda da flama da vitória, o *élan* vital para resistir aos assaltos da oposição, que lembraria o adágio francês: “Les absents ont toujours tort!”<sup>23</sup>.

---

21 Juscelino toma café com Ike. *Manchete*, 14 de janeiro de 1956.

22 Juscelino enfrentará ferrenha oposição. *O Globo*, 12 de janeiro de 1956; O acervo de mais um ano que se extingue. *Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1956.

23 Kubitschek: 1976, p. 459.

JK, entretanto, estava convencido da necessidade da viagem. Desejava pairar acima da rude peleja que ameaçava retirá-lo do mandato. O afastamento também serviria para manter-se de mãos livres diante dos insistentes pedidos por cargos e favores. A justificativa principal, contudo, era outra. Seu plano de governo envolvia um complexo programa de modernização, cujas ambiciosas metas contrastavam com as limitadas disponibilidades financeiras no país. Como afirmou, antes de partir no Galeão: “O meu programa de governo dependerá da ajuda que outras nações possam oferecer ao Brasil, através da inversão de capitais, aqui, e do aumento de nosso intercâmbio comercial”. Ele pretendia “estabelecer um clima de confiança”<sup>24</sup>. A confiança do presidente, naquele momento, no entanto, estava só em si mesmo e no pequeno grupo que o assessorava.

\*\*\*

Quando o avião finalmente decolou, JK iniciou um périplo por dez países em dezenove dias. A viagem foi coroada de sucessos. O político teve sua atenção disputada por reis e presidentes, empresários e *socialites*. O Brasil foi citado e alardeado pela imprensa mundial. O radiante mineiro contagiou os anfitriões no exterior e os lares de norte a sul no Brasil, que recebiam, admirados, os relatos do *grand tour* pelo rádio e pelos jornais. A construção de sua imagem de estadista selou as credenciais para assumir o cargo de maneira apoteótica. Não sem dificuldade, seu governo conseguiu os meios de financiamento que possibilitaram a realização de quase todo o seu programa de governo – um feito raro na história nacional.

JK foi habilidoso político, mas o sucesso da viagem e os avanços de sua gestão não dependeram só de seu afável sorriso e de sua irresistível capacidade de fazer amigos. Antes mesmo de tomar

---

24 Entre abraços e atropelos viajou Juscelino Kubitschek. *O Globo*, 4 de janeiro de 1956.

posse, foi auxiliado por uma grande equipe de políticos e técnicos que ambicionava modernizar o país. Dentre eles, estava um grupo de diplomatas com grande experiência, treinamento e contatos no exterior. A própria viagem de Juscelino fora planejada por eles, como atestavam os jornais da época: “uma vitória – uma indiscutível e brilhante vitória – da diplomacia brasileira, orientada, antes e durante essa viagem, pelo Itamaraty”<sup>25</sup>.

O personagem central desse núcleo foi um dos assessores que entrou no avião logo após o presidente: Edmundo Penna Barbosa da Silva. Diplomata de carreira, com menos de quarenta anos, era, naquela época, o czar quase absoluto da diplomacia econômica brasileira – “o medalhão que prepara todos os convênios e tratados comerciais do Brasil com outros países”, afirmou um inconformado crítico<sup>26</sup>. Chefe do poderoso Departamento Econômico e Consular do Itamaraty, ele, juntamente com sua geração de colegas, forjou uma linguagem essencialmente nova para justificar o controle da diplomacia na área de negociações econômicas internacionais e apontar a necessidade de reestruturar a política externa brasileira.

Foi ele que organizou a missão, que acompanhou JK em todas as reuniões, que deu prosseguimento aos contatos com investidores e governos ao retornar ao Brasil, que articulou a diplomacia econômica na busca de capital estrangeiro, na elevação das tarifas aduaneiras, no aumento de laços com os vizinhos, na reabertura das relações comerciais com a União Soviética e, quando as políticas inflacionistas de JK ocasionaram problemas ao país, na renegociação da dívida externa. Ele influenciou a formação de uma geração de diplomatas, chamados de “Edmundo’s Boys”, estes com impacto nas relações exteriores do país até o fim

---

25 Mozart Monteiro. Diplomacia vitoriosa. *O Jornal*, 24 de janeiro de 1956; Reunião do presidente eleito com técnicos e economistas. *Correio da Manhã*, 2 de novembro de 1955.

26 O veto às relações com a URSS e os “Conselhos mofados” do Itamaraty. *Última Hora*, 14 de janeiro de 1958.

da Guerra Fria<sup>27</sup>. Ao retornar ao Brasil com o presidente eleito, Barbosa da Silva foi considerado “o homem mais importante do governo”<sup>28</sup>. Era exagero, mas foi personalidade central da era do desenvolvimentismo – ainda que tenha pessoalmente criticado os fundamentos desse período.

Esse reconhecimento, no entanto, não existe mais. Seu nome foi varrido do proscênio da vida pública para a escuridão das notas de rodapé da história. Hoje, suas vitórias e derrotas existem somente nas lembranças de familiares, amigos, colaboradores e subordinados. Pode-se dizer que se apresenta no panteão histórico da diplomacia brasileira da mesma forma que seu parente Paulo Barbosa da Silva figurava antes de Américo Jacobina Lacombe apresentá-lo no livro *O mordomo do imperador*<sup>29</sup>.

É impressionante esse vazio. Edmundo fora grande apreciador de biografias, pois elas, além do “imenso prazer intelectual”, contribuíam para “formar um lastro histórico de imenso valor para a formação das gerações futuras”, disse certa vez<sup>30</sup>. Ele temia que vários de seus amigos, homens públicos, falecessem sem prestar depoimentos ou redigissem memórias. “É um dever para a nação”, admoestou a um<sup>31</sup>. Pediu a Maurício Nabuco, um de seus diletos mentores, para ter “paciência com os mais jovens” que lhe solicitavam o registro de suas impressões da carreira, pois isso enriqueceria

27 De Luiz Lacerda para Barbosa da Silva. Washington, 2 de fevereiro de 1959. APEBS.

28 *Careta*, n. 2.507, ano XLIX. 14 de julho de 1956.

29 Paulo Barbosa da Silva foi mordomo-mor de dom Pedro II, entre 1834 e 1945, uma das únicas pessoas com contato cotidiano com o jovem imperador. Ele estudara no exterior, “poliglota, de hábitos refinados” e conseguiu seu cargo em decorrência de sua amizade com Aureliano Coutinho. Nos primeiros estremecimentos com Portugal, foi enviado como emissário de dom Pedro I para Minas e São Paulo para divulgar a causa da Independência. No caminho para seu posto na Rússia, tratou na corte austríaca do casamento do imperador brasileiro com a princesa Amélia. Ver Bentivoglio: 2010, p. 194-7; Ottoni: 1890, p. 113; Lacombe: 1994.

30 De Barbosa da Silva para Dario de Almeida Magalhães. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1970. APEBS.

31 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

“a história do Itamaraty e de seus homens ilustres”<sup>32</sup>. Para outro diplomata, afirmou ser a redação de memórias exercício “da maior importância para um país jovem como o nosso”<sup>33</sup>. Edmundo via a história de modo intelectual e com certo sentimentalismo. Colegas diziam que vivia “muito de evocações”, mas ele respondia ser esse exercício salutar: “a meditação sobre momentos felizes retira dos fatos de todo dia um pouco de sua essência, fazendo-nos ver ângulos ou tonalidades que nos confortam a alma”<sup>34</sup>.

Ele ajudou vários conhecidos a desenterrar documentos do Itamaraty, quando estes se preocupavam com a posteridade<sup>35</sup>. Mesmo seu pai escrevera três livros, dois de memórias; vários de seus amigos também o fizeram. Ele corrigiu imprecisões do seu verbete publicado no *Dicionário Histórico-Biográfico* da FGV, debateu com o diplomata Manoel Pio Corrêa Jr. a questão do navio Santa Maria, concedeu breve depoimento ao CPDOC sobre Clemente Mariani e redigiu algumas notas biográficas sobre sua atuação no governo JK. Nessas atividades, sempre fez o trabalho cuidadoso de buscar as fontes primárias e confrontar com contemporâneos aspectos duvidosos e esquecidos do passado. Não foi, no entanto, obcecado na tarefa. Na década de 1980, por exemplo, engavetou a solicitação do Itamaraty para prestar um depoimento sobre sua passagem no órgão. “Eu não gosto de prometer”, justificou<sup>36</sup>.

Sabemos, pelo rastro documental, que desejava contar sua história de forma mais sistemática. Quando celebrou 90 anos, por exemplo, juntou-se a alguns familiares para organizar um volume biográfico, cujo rascunho intitulou “O Embaixador do Sertão”. O projeto levou a um primoroso caderno digital de fotos, mas não

---

32 De Barbosa da Silva para Maurício Nabuco. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1970. APEBS.

33 De Barbosa da Silva para Renato Bayma Denys. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1973. APEBS.

34 De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1964. APEBS.

35 De Barbosa da Silva para Clemente Mariani. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1970. APEBS.

36 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

mergulhou em sua vida profissional – não era a biografia que tanto desejava. Como explicar a distância entre intenções e resultados? Um fator relevante foi sua modéstia – traço compartilhado, aliás, por outro mentor, Raul Fernandes. Assim, salvou-se de redigir trabalhos que, em sua maioria, partem de uma abordagem egocentrada do ponto da narrativa histórica: os desenlaces da política externa brasileira orbitam em torno do autor. Esses foram os casos de seus amigos Manoel Pio Corrêa, Mário Gibson Barboza e Roberto Campos. Este, aliás, encontrou em suas memórias não só um refúgio natural da velhice como uma arma para a batalha ideológica que travara por quase quatro décadas.

O fato de Barbosa da Silva ter conduzido uma vida profissional e social ocupada, mesmo após a aposentadoria, dificultou a execução dessa tarefa. Ademais, não contou com os longos períodos de trânsito para postos no exterior, tampouco com as “remoções sabáticas” que muitos de seus colegas gozaram (ou foram obrigados a suportar). Outra razão foi seu perfeccionismo. Amava a palavra escrita. Na correspondência pessoal, alcançou a combinação perfeita de erudição, ironia e senso de humor. Nos documentos oficiais, gostava da concisão, apresentando os problemas em linhas simples e eloquentes e as respostas como corolários naturais de uma percepção refinada e analítica. Como o poeta Rilke, não desejava que nada saísse de sua autoria que não fosse perfeito e imaculado. A maior virtude não estava em propagar suas impressões, mas na serenidade de tê-las vivido em sua plenitude. Sua paixão não seria escrever a história. Foi vivê-la.

\*\*\*

Em 2011, tive o prazer de entrevistar o ex-ministro da fazenda Marcílio Marques Moreira. Durante nossa conversa, pude confessar-lhe a minha admiração por Barbosa da Silva, seu primeiro chefe no Itamaraty. Redigindo uma tese de doutorado sobre a

atuação da diplomacia brasileira no multilateralismo comercial, percebi que não havia assunto da política econômica externa do país que não passasse por seu gabinete<sup>37</sup>. Além disso, parecia ser personagem central de uma rede de diplomatas e tecnocratas com grande influência na formulação e na execução de um projeto de inserção internacional do Brasil no final da década de 1950.

Na época da entrevista, ignorava que o embaixador ainda vivia seu recatado e merecido descanso em São Conrado, juntamente com sua esposa, Maria Custódia de Queirós Mattoso Barbosa da Silva. Era, no entanto, tarde demais para entrevistá-lo. Já muito doente, veio a falecer em meados de 2012.

Preparando-me para o pós-doutorado na Universidade de Chicago, interessei-me pelas atividades de um grupo de diplomatas que entraram na carreira pelos antigos concursos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do qual Barbosa da Silva fez parte. A maioria começou sua vida profissional durante a Segunda Guerra Mundial; muitos atuaram na construção do multilateralismo no nascer da Guerra Fria. Eles foram alçados a posições de responsabilidade no Itamaraty durante o segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954) e se mantiveram na cúpula do órgão até o fim do regime militar. Meu objetivo era fazer uma análise dessa geração, comparando-a com seus antecessores e sucessores e identificando as batalhas intelectuais, políticas e burocráticas que empreenderam para transformar a inserção internacional do país, não olvidando de examinar suas contradições e fracassos.

De forma complementar, julguei igualmente pertinente, além da análise do grupo, deter-me sobre casos específicos. O objetivo, nesse caso, seria acompanhar a trajetória individual como forma de observar o ambiente social e intelectual no qual operaram as transformações da política externa. Tinha em mente, nessa

---

37 Farias: 2012.

situação, o que podemos chamar de “nova história diplomática portuguesa”, com os recentes trabalhos sobre personalidades como Duarte Ribeiro de Macedo, conde da Tarouca, dom Luís da Cunha, conde de Linhares, Francisco Solano Constâncio, José Correia da Serra e outros; ou, de forma mais específica, o volume de John C. Rule e Ben S. Trotter sobre Colbert de Torcy e a administração das relações exteriores de Luís XIV<sup>38</sup>. Essas obras, de forma geral, utilizam a biografia como uma janela de observação tanto da política externa, como da maquinaria administrativa que a governa. Edmundo Penna Barbosa da Silva é um caso que se adequaria à metodologia desses trabalhos.

A parte inicial da busca de fontes para a redação da biografia foi poupada pelo recolhimento, durante o doutorado, de material sobre o diplomata em arquivos e bibliotecas de Londres, Washington, Genebra, Paris, Brasília e Rio de Janeiro. Mas não eram suficientes para sustentar a obra que desejava criar. O maior temor, nesse estágio inicial, era ter um resultado que fosse uma mera glosa ao currículo profissional repetidamente reproduzido nos anuários de pessoal do Itamaraty. A pesquisa, portanto, apresentava desafios que só com muito esforço foram superados.

Foi nesse momento que recebi o convite da Fundação Alexandre de Gusmão para redigir um capítulo sobre o pensamento diplomático brasileiro, utilizando o caso do embaixador Barbosa da Silva<sup>39</sup>. A oportunidade possibilitou o início do levantamento de outras fontes, começando com o uso da hemeroteca da Biblioteca Nacional, que permitiu a seleção de mais de 1.500 artigos sobre a vida do diplomata. A leitura e o fichamento de tais reportagens permitiram a criação de uma cronologia geral a ser seguida, apontando para nichos específicos de literatura secundária a

---

38 Cluny: 1999; Davis: 2013; Faria: 2005; Rule e Trotter: 2014; Silva: 2002; Sousa: 1988; Summervielle: 2006.

39 Farias: 2013.

ser explorada e lacunas na documentação primária. A segunda etapa envolveu o contato com a família, amigos e conhecidos. Seus filhos franquearam-me acesso a documentos essenciais para poder encontrar a voz do biografado; sua viúva, dona Tita Barbosa da Silva, foi de uma gentileza extrema em enviar-me parte da correspondência de que precisava. Em entrevistas por *Skype*, *e-mail* e presencialmente, todos iluminaram-me vários aspectos obscuros de sua trajetória profissional. Em sequência, conduzi a estafante tarefa de revirar arquivos públicos e privados, particularmente no Rio de Janeiro e em Brasília. Inúmeros bibliotecários, arquivistas, professores e estagiários ajudaram-me nessa tarefa. Gostaria de destacar alguns. Matias Spektor, Alexandre Moreli e Fabio Schanaider, da Fundação Getulio Vargas, ajudaram-me a navegar o acervo do Centro de Pesquisa em Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Sem a recomendação de Maria Luiza Penna e o apoio desses colegas, teria sido impossível acessar os arquivos do diplomata Joaquim de Souza Leão, ainda não organizados. A senhora Michele Sursock da Costa gentilmente franqueou-me o acesso ao acervo do embaixador Sérgio Corrêa da Costa, atualmente depositado na Academia Brasileira de Letras. Carlo Patti cedeu-me gentilmente cópia de documentos do Arquivo Almirante Álvaro Alberto da Universidade de São Paulo. No arquivo do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a assistência de José Luiz Barros de Miranda permitiu-me encontrar os maços, até agora inéditos, da Representação Brasileira dos Interesses Italianos em Londres. Em Brasília, Clovis Gomes, Rodrigo Magalhães, Cesar Sebata e Andressa da Costa apoiaram-me na difícil coleta de material. Graças a eles conseguir encontrar os maços da viagem do presidente eleito Juscelino Kubitschek aos Estados Unidos e à Europa em 1956, além de conseguir acesso ao maço pessoal do biografado. Nessas etapas, pude contar com uma bolsa de pós-doutorado da Universidade de Brasília. Sou extremamente grato ao professor

Antônio Carlos Lessa e ao Instituto de Relações Internacionais por viabilizarem tal financiamento.

Entre 2014 e 2016, uma bolsa de pós-doutorado no exterior do CNPq viabilizou minha permanência na Universidade de Chicago. Nesse período, conduzi o amplo projeto de pesquisa do qual esta biografia faz parte. Serei eternamente agradecido a todos os colegas do Centro de Estudos sobre América Latina (CLAS) da instituição, especialmente Dain Borges, Brodwin Fischer, Natalie Arsenau e Sarah G. Wenzel. Sob a liderança do professor Jerry d'Ávila, o Centro Lemann de Estudos Brasileiros da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign propiciaram excelente ambiente de trabalho, além do uso de sua infraestrutura acadêmica. Na mesma instituição, sou igualmente grato pelas longas conversas com os professores Joseph Love e Antonio Sotomayor. Nos Estados Unidos, outros bibliotecários e pesquisadores também me socorreram em momentos de necessidade – Jennifer Cuddeback e Bryan C. McNerney, da Lyndon Johnson Presidential Library e Donald S. Budrejko, que me ajudou coletar algumas referências no National Archives em College Park.

Desde o meu doutorado, conduzi várias entrevistas presenciais e por e-mail nas quais discuti, ainda que tangencialmente, o papel de Barbosa da Silva na formação da diplomacia econômica brasileira. Sou grato a Antonio Patriota (pai), Luiz Felipe Lampreia, Jório Dauster, Marcílio Marques Moreira e Alfredo da Gama e Abreu Valladão. Na fase de preparação de um capítulo biográfico da vida de Barbosa da Silva para o volume da FUNAG, contei com excelentes comentários e críticas que me ajudaram no momento de expandir a pesquisa para o livro. Destaco o incentivo do ministro Paulo Roberto de Almeida e do embaixador José Vicente de Sá Pimentel, além dos comentários e sugestões do conselheiro Guilherme Frazão Conduru e do embaixador Carlos Henrique Cardim. Luiz Aranha Corrêa do Lago e Raul Fernando Leite Ribeiro,

além de comentarem o capítulo, concederam-me entrevistas que se mostraram essenciais na indicação de documentos relevantes para a biografia. Já a entrevista com Benedicto Fonseca Moreira foi relevante para apresentar o quadro do Departamento Econômico do Itamaraty na década de 1950. Após ter concluído a primeira versão completa do manuscrito, recebi nova rodada de críticas que muito melhorou o texto. O professor Estevão Martins Chaves iluminou alguns aspectos do cotidiano estudantil do Colégio Santo Inácio. Carlo Patti apontou deficiências importantes no capítulo sobre a Segunda Guerra Mundial e, mais importante, no tema nuclear. O ministro Luís Cláudio Villafañe e o professor Luiz Aranha Corrêa do Lago apresentaram sugestões detalhadas e valiosas para aumentar a concisão de vários capítulos e os comentários embaixadores Rubens Ricupero e Gelson Fonseca fizeram-me revisar alguns aspectos da década de 1960. No estágio final, por via telefônica, o ministro Marcílio Marques Moreira indicou várias imprecisões no texto e ofereceu oportunas sugestões. Israel Klabin, por intermédio de entrevista concedida à Isabel Augusta Barbosa da Silva, informou pormenores do “Caso Selassié”. Já Clara Solon e Leonardo Abrantes corrigiram vários equívocos do capítulo referente à missão em Moscou. A dedicada equipe da FUNAG, liderada pelo embaixador Sérgio Moreira Lima, ajudou-me e foi extremamente compreensiva para viabilizar esse projeto, especialmente Eliane Miranda e Luiz Antônio Gusmão.

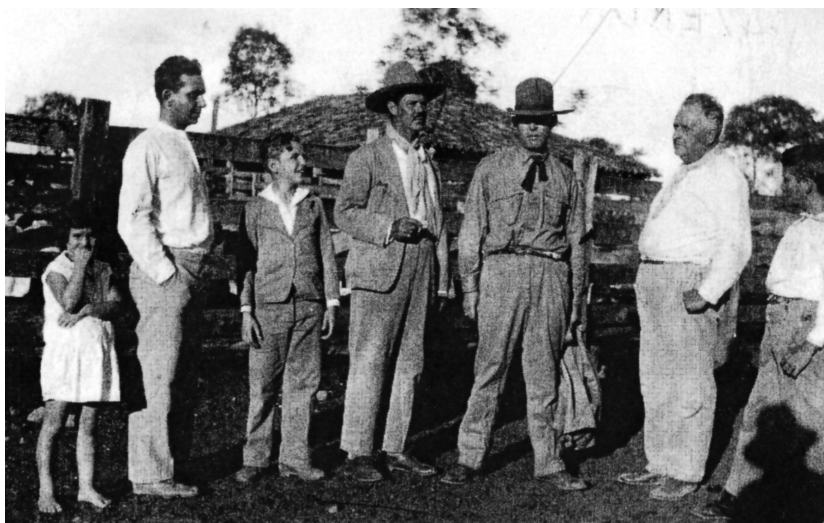
A feitura da história é, antes de tudo, um exercício de exclusão. Isso envolve não só a eliminação natural decorrente da carência de fontes, como das escolhas de recortes do pesquisador. É um exercício sempre insatisfatório, incompleto e perfunctório. O quadro lógico e racional apresentado em uma narrativa é inadequado se compararmos com a vida real – esta, uma imagem sempre inacessível. Natural, portanto, que, no processo de redação de uma biografia, existam várias lacunas. Convém ser explícito sobre as

fragilidades dessa. A primeira decorreu do próprio recorte da obra – a vida diplomática. Isso significa que o cerne da pesquisa se voltou predominantemente para o período de 1938 a 1979 para uma vida que se estendeu de 1917 a 2012. Além disso, o foco recaiu sobre as atividades relacionadas à política externa brasileira. A segunda fragilidade decorreu da carência de fontes disponíveis. Barbosa da Silva, por exemplo, teve papel central na construção dos acordos bilaterais de pagamentos que restabeleceram os elos financeiros entre o Brasil e os grandes centros capitalistas e comunistas do pós-guerra. Concomitantemente, atuou em diversos ajustes financeiros junto ao governo americano e a organismos internacionais. Foram os sucessos iniciais nessas áreas que o catapultaram para a chefia do Departamento Econômico e Consular, em 1954, e garantiriam sua projeção junto as áreas técnicas do governo até meados da década de 1960. Não há, até o momento, contudo, fontes suficientes para reconstruir em toda a complexidade necessária sua atuação nesses importantes assuntos. Em outros casos, a carência de fontes foi suplementada por decisões de enfoque. Isso ocorreu, por exemplo, no tema nuclear. Barbosa da Silva foi ator central na diplomacia nuclear brasileira entre 1951 e 1956. Há lacunas monumentais sobre suas ações diplomáticas junto a governos estrangeiros e a forma como atuou nos debates domésticos sobre o assunto. A decisão aqui foi, além de lidar com a carência de fontes, valorizar seu ponto de vista sobre o tema utilizando seu pronunciamento a uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 1956 – um documento desclassificado somente em 2012.

Antes de concluir, algumas notas. Primeiro, há grande variação ortográfica de nomes próprios no período. Tomei a liberdade de escolher os mais comuns. Segundo, o sobrenome completo de Edmundo era Penna Barbosa da Silva. Decidi, ao longo do texto, não utilizar o primeiro sobrenome em decorrência da forma como assinava seus documentos e era chamado por amigos

e pela imprensa. Essa é também a forma como é apresentado na documentação consultada. O diplomata, no entanto, teve um filho com esse mesmo nome. Tentei deixar claro, no texto, a referência a esse último caso. Terceiro, fui o responsável por todas as traduções de textos de outras línguas para português.

Chicago, 2 de janeiro de 2017.



*A família Barbosa da Silva em Curvelo. Sem data. APEBS.*



## CAPÍTULO I

### O EXÍLIO INTERIOR

**15 de novembro**

*De Curvelo, até a poeira vermelha enriquece a minha  
imaginação.*

João Guimarães Rosa

Fazia um calor abrasivo naquele 15 de novembro de 1889. Na sala de jantar do nº 52 da rua Conselheiro Pereira da Silva, nas Laranjeiras, às 13 horas e 30 minutos da tarde, um grupo de crianças, sentado em uma esteira, ouviu passos apressados. A porta da sala abriu-se e Antônio Joaquim Barbosa da Silva (Quincas) assomou à porta, suado, ofegante, pálido, sobrecasaca desabotoada e chapéu desalinhado. Todos ficaram surpresos com a chegada inesperada e com as palavras proferidas: “A república foi declarada. O imperador vai ser banido. Ladário foi ferido à bala e

acabou de chegar em casa. Uma desgraça!” Ele foi para o seu quarto e durante três dias quase não abandonou o leito<sup>40</sup>.

“Desgraça” foi termo preciso para descrever a situação. Quincas provinha de uma das famílias mineiras mais associadas aos mandarins da política imperial, com fortes raízes em Ouro Preto, Congonhas do Campo e Sabará. Seu pai, Quintiliano, iniciou seus estudos em Coimbra, em 1827, e diplomou-se em Direito em 1832, na primeira turma do Largo de São Francisco. Foi ouvidor em Paracatu e deputado provincial. Após participar da Revolução Liberal de 1842, combatendo em Santa Luzia, figurou na lista tríplice de senadores, mas não foi escolhido. Recebeu, contudo, a incumbência de presidir Minas Gerais de 1845 a 1847. Depois, foi deputado. Faleceu pobre, no Rio de Janeiro, poucos meses antes da queda da monarquia<sup>41</sup>.

Quincas, seu filho, seguiria os passos do pai. Nascido em 1857, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. Assim que concluiu seus estudos, em 1878, foi para Ouro Preto assumir o cargo de procurador fiscal da Tesouraria Provincial. No ano seguinte, presidiu a Inspetoria Geral da Educação Primária e Secundária e, logo depois, conseguiu o cobiçado cargo de promotor público da comarca de Ouro Preto. Fez parte da comitiva de políticos mineiros que recebeu o imperador dom Pedro II em Barbacena e foi nomeado juiz em Curvelo. Nessa cidade, foi atuante nas atividades políticas, fundando o Diretório do Partido Liberal. Conseguiu eleger-se para a Assembleia Provincial em suas 25<sup>a</sup> e 26<sup>a</sup> legislaturas (1884-1887). De acordo com um colega parlamentar, dr. Quincas era “uma das mais belas e fagueiras esperanças da província, uma das mais brilhantes inteligências da moderna geração mineira”. Ele

---

40 Manuscrito não publicado. Reminiscências de revolução e guerras de meu tempo. Alexandre Barbosa da Silva. Sem data. APEBS.

41 Nogueira: 1912, p. 223.

apoiou a lei da liberdade de cultos, a federação das províncias, a completa emancipação administrativa do município, a “revisão da constituição política do Império em todos os artigos inconciliáveis com os princípios liberais e democráticos” e o uso do arbitramento na resolução de conflitos internacionais<sup>42</sup>.

Dotado de inteligência incomum, era de um senso de humor mordaz e grande polemista. Sua fina ironia não raro produzia inimizades. Ninguém poderia duvidar, no entanto, de sua lealdade ao Império, ao partido e às causas reformistas que abraçara desde o tempo de estudante. Candidatou-se a deputado geral, mas foi derrotado. Após esse revés, foi ao Rio de Janeiro, onde se encontrou com seu chefe político e amigo, o visconde de Ouro Preto. Pela narrativa familiar, este o teria recebido, de pé, em seu gabinete, congratulando-o pela nomeação para a Direção Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha em 19 de outubro de 1889. A alegria não se limitou à nova responsabilidade. No final do mês, já se comentava que ascenderia a Conselheiro do Império, título conseguido em 3 de novembro<sup>43</sup>. Era um dos mais jovens do quadro honorífico.

Quincas assumiu o importante cargo em tempo de grandes transformações. Em 1888, a escravidão fora abolida e amplos setores advogavam a simples ruptura com o regime monárquico e a implantação de uma república. O exército, em particular, estava insatisfeito com os soldos e a forma como era tratado pelo poder

---

42 Chegada. A *Actualidade*, 15 de novembro de 1878; Exames gerais de preparatórios. A *Actualidade*, 2 de julho de 1879; *Gazeta da Tarde*, 12 de dezembro de 1880; A *Actualidade*, 30 de março de 1881; A *Província de Minas*, 20 de novembro de 1881; Diretório liberal no município de Curvelo. *Liberal Mineiro*, 4 de fevereiro de 1882; *Gazeta da Tarde*, 1 de março de 1883; *Gazeta da Tarde*, 23 de abril de 1883; *Liberal Mineiro*, 24 de novembro de 1883; O *Pharol*, 12 de fevereiro de 1884; *Arauto de Minas*, 6 de novembro de 1887; *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1888.

43 Diretório liberal no município de Curvelo. *Liberal Mineiro*, 4 de fevereiro de 1882; *Revista do Archivo Público Mineiro*. Ano I. 1896; Alexandre Barbosa da Silva. *A minha vida*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. APEBS; *Gazeta de Notícias*, 19 de outubro de 1889; Guimarães: 2002, p. 164; O *Pharol*, 30 de outubro de 1889; *Gazeta de Notícias*, 3 de novembro de 1889.

civil. Diante desse turbilhão, o visconde de Ouro Preto assumiu o gabinete em 7 de junho de 1889 com um programa envolvendo a redução do poder centralizador da monarquia e uma profunda reforma monetária.

Ouro Preto vinha de família humilde. Ascendeu por empregos públicos e, depois, pela política. Famoso pela impetuosidade, sua iniciativa de criar uma guarda nacional (monarquista) e enfraquecer o republicanismo, além de sua severidade junto às forças armadas, uniria o exército aos republicanos. O chefe direto de Quincas na Secretaria de Marinha, o barão de Ladário, não era diferente. Com sua invejável barba e respeitável bigode, era “excessivamente severo e irascível”, ganhando inimigos diariamente na gestão da pasta<sup>44</sup>. Era um gabinete pouco talhado para a necessária cautela e flexibilidade nesses tempos de polarização.

Na noite de 14 de novembro, o grupo político ao qual Quincas estava ligado foi surpreendido com a notícia de que havia movimentação atípica nas tropas da Corte. Quincas esteve presente na reunião, realizada no Arsenal da Marinha, em que Ouro Preto e Ladário ordenaram a mobilização dos fuzileiros navais. No dia seguinte, centenas de soldados marcharam no Campo de Santana. O ministro e Barbosa da Silva esforçaram-se para deter a sublevação, circulando entre as secretarias, dando ordens, exortando soldados e recriminando insubordinados. Em determinado momento, Ladário, dirigindo-se ao Quartel General com sua farda recheada de medalhas, recebeu de um tenente, ajudante-de-ordem de Deodoro da Fonseca, voz de prisão. O ministro automaticamente sacou uma pistola, atirou no tenente, mas errou o alvo. Depois teria mirado em Deodoro e novamente errado. Os militares cercaram-no e revidaram. Teve quatro ferimentos, três graves. Quincas ficou ao lado do chefe após o incidente, no Palácio Itamaraty.

---

44 Ottoni: 1890, p. 101.

Ele ajudou a transportar Ladário para sua residência, no Cosme Velho, pelo bonde, e acompanhou os primeiros socorros. Logo voltou para a casa. A notícia da violência sobre Ladário ajudou a convencer a família real a não resistir e a seguir para o exílio. Quincas acompanhou a comitiva imperial até o cais, mas foi impedido de aproximar-se da balsa. Os acontecimentos de 15 de novembro abalaram-no de tal forma que tomaria uma resolução para o resto da vida: abandonaria a política, o Rio de Janeiro e retornaria ao interior de Minas Gerais para construir uma vida desvinculada do que considerava ser uma chicana republicana. Sua primeira providência foi pedir exoneração. Só após três solicitações conseguiu afastar-se do cargo<sup>45</sup>.

Ao tomar essa decisão, juntou-se ao grupo de monarquistas que se recusou terminantemente a aderir à nova ordem. Isso não foi comum. Muitos próceres do Império logo subjugaram-se à nova situação. Famosa foi a frase do mineiro visconde de Arantes, conclamando todos a aceitar o novo regime político – “mudaram a forma de governo do país, sem que tivesse havido vencidos e vencedores” (Arantes foi eleito logo depois para a Constituinte de 1891)<sup>46</sup>. Outros, como Joaquim Nabuco, tentaram ao máximo manterem-se afastados, mas acabaram sucumbindo. Quincas desejava cumprir imediatamente sua promessa, mas faltavam-lhe os meios financeiros para adquirir uma fazenda ou negócio no interior que lhe provesse subsistência. Era necessário permanecer, ainda que temporariamente, no Rio de Janeiro. Ele, então, abriu escritório de advocacia, primeiramente sozinho, em um sobrado na rua Theophilo Ottoni; depois, foi convidado pelo visconde de

---

45 Guimaráes: 2002, p. 169-1971; Nogueira: 1943, p. 15; *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1889; Alexandre Barbosa da Silva. *A minha vida*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. APEBS; Silva: 1983, p. 11; *O Pharol*, 22 de novembro de 1889.

46 *Apud* Freire: 2004, p. 203.

Ouro Preto para ser parceiro de banca na rua do Rosário, um ninho de monarquistas.

Quincas exemplificou o que Marques Rebelo chamou de “desmoronamento patriarcal e burguês” da elite imperial. Famílias de linhagem tradicional, da estirpe mais bem-sucedida do Império, foram sacudidas primeiramente com a Abolição da Escravatura, depois, com a Proclamação da República. O Encilhamento concluiu a hecatombe para os que abraçaram o arrivismo financeiro como via derradeira de manutenção e reconquista de prestígio. No caso de Marques Rebelo, bisneto do barão da Saúde, isso significou a mudança para o subúrbio e a atribulada peleja de comerciante para ganhar a vida<sup>47</sup>.

Poucas famílias sobreviveram intocadas a essas provações. Muitas gerações de descendentes da elite imperial nasceram, viveram e morreram lamentando o ocaso mergulho na decadência suburbana, relembando com saudosismo dinastias familiares que pareciam eternas. Quincas e sua família passaram por provação semelhante. A renda da advocacia era pequena e as economias da família estavam na Companhia Oeste de Minas, empresa para a qual advogava. Com a falência da empresa, após o Encilhamento, a família se arruinara. Só quando recebeu a atribuição de cuidar de um polpudo inventário, em 1897, conseguiu amealhar alguns recursos. Nesse meio tempo, driblou as insistentes forças que desejavam arrastá-lo novamente para a política. Alguns correligionários, no interior de Minas Gerais, arrolaram seu nome como um dos candidatos para a Constituinte Nacional, juntamente com Lafayette Rodrigues, Benedicto Ottoni, Virgílio Martins de Mello Franco e o próprio barão de Ladário. Recusando terminantemente a candidatura e a campanha, foi esquecido pelos eleitores. A situação repetiu-se. No governo Floriano, tentaram

---

47 Rebelo: 1976, p. 68.

convencê-lo a exercer novamente um cargo na Marinha. Mesmo após sair do Rio de Janeiro, os pedidos eram insistentes. Cesário Alvim, já governador de Minas Gerais, convocou-o para seu secretariado. Em vão. Afonso Penna instou-o a participar de seu governo reformista no estado e, em 1908, teve o nome lançado, à revelia, como candidato à deputado federal. Nada o demoveu das firmes convicções monarquistas. A conturbada política republicana só aprofundou esse sentimento. Ele certamente teria concordado com a invectiva de um observador de que “não foi a existência de uma cabeça coroada que preocupou os republicanos durante a monarquia. Foi a Coroa que se tornou a sua obsessão”<sup>48</sup>.

### Tabocas

*Anotemos a corrente das lembranças e, quando menos  
esperamos, teremos formado, ponto a ponto, o manto que  
veste a nossa vida. Esquisito manto de retalhos!*

Marques Rebelo

Quando Quincas deu a fatídica notícia para a família de que Ladário fora ferido, um dos filhos a presenciar a cena foi Alexandre Barbosa da Silva. Ele observou o pai emudecer e distanciar-se. Para a família, decretara: “Jamais um filho meu servirá à República, ingressando na carreira militar ou embrenhando-se na política”. Queria todos calejados somente na vida prática e, para evitar que sua determinação fosse frustrada pela tentação cosmopolita da capital, decidiu rumar para o sertão, onde a força de caráter não erodia diante das facilidades da vida urbana. Em 1898, levou toda a

---

48 O Brasil, 17 de julho de 1890 [manuscrito não publicado]. Reminiscências de revolução e guerras de meu tempo. Alexandre Barbosa da Silva. Sem data. APEBS. Rio de Janeiro; Guimarães: 2002, p. 189, 224 e 260; Hambloch: 2000 [1936], p. 49.

família para as Tabocas, nas margens do Rio das Velhas, no interior de Minas Gerais<sup>49</sup>.

O transporte para lá não era tão demorado como em meados do século XIX, quando se fazia até testamento antes da partida. Mas havia inconvenientes. Por estrada de ferro, chegava-se até Ouro Preto. Depois, seguia-se no lombo de burros. Acostumados à cidade, em Minas Gerais, a família voltou-se para um cotidiano mais frugal e isolado. Quincas ainda se deu ao luxo de assinar o *Times*, reler Dante e Carlyle, além de tratados de economia. Nas Tabocas, ele e a esposa mantiveram um rígido sistema de estudos para os filhos, ensinando-os até alemão.

Alexandre, que estudara francês no Colégio Alfredo Gomes, nas Laranjeiras, guardou certa mágoa do autoritarismo do pai. Ruíram seus sonhos de ser guarda-marinha. Ele, no entanto, integrou-se plenamente à vida rural. Viu, na aparente rudeza do cerrado, a natureza fértil e rica do sertão. Ao contrário da mata Atlântica, o cerrado tinha morros pelados, onde o odor do mato era mais seco, calor e poeira misturam-se e a vista era obscurecida pela vermelhidão da terra. O gado, sempre preguiçoso, beliscava eternamente a pastagem – na maior parte do ano, seca. Alexandre começaria ainda jovem um regime severo de trabalho. Acordava de madrugada, ordenhava vacas, remendava cercas, supervisionava peões e, após castrar bezerros, lia Goethe, em alemão, na varanda. A imensidão dos sertões infundiu-lhe o apreço pela liberdade: “sentia-me orgulhoso de ser brasileiro e de saber que aquela beleza toda era nossa, bem nossa. Naquele rincão esquecido de Minas é que gozava inteira, a dita de ser livre, de ter nascido no Brasil e, além do Brasil, em Minas Gerais, terra da liberdade por excelência”. Ele apreciava, igualmente, o efeito das dificuldades da formação do

---

49 *Apud* Guimarães: 2002, p. 188.

caráter – “a coragem, a astúcia, a resistência do nosso homem do sertão, em luta constante com a natureza bravia”<sup>50</sup>.

Ele, portanto, parecia realizar o ideal do seu pai. Essa necessidade de ser livre, contudo, foi perene fonte de conflito na família. O capítulo final veio quando fez dezoito anos. Durante a madrugada, selou o cavalo e rumou para a cidade de Ponte Nova. Encontrou emprego em uma fábrica onde precisavam de alguém com conhecimento de alemão para ler rótulos de tintas<sup>51</sup>. Foi o ponto de partida de uma longa jornada. Constantemente mudaria o rumo de sua vida. Novas oportunidades atraíam-no de forma irresistível. De gênio empreendedor e independente, seria nas décadas seguintes, vaqueiro, madeireiro, fazendeiro, reprodutor de zebus, caçador, minerador, representante comercial, vendedor de máquinas, gerente de empresas, professor e dirigente industrial – mas nunca militar no serviço público ou na política.

Ainda que guardasse certa mágoa por seu pai lhe ter retirado a oportunidade de ser guarda-marinha, por ironia do destino, em seus anos iniciais de liberdade, Alexandre embrenhou-se ainda mais no sertão. Depois, estabeleceu-se em Curvelo. A cidade ficava entre os rios Paraopeba, São Francisco e das Velhas. Tem-se notícia que, no século XVIII, o padre Antônio Corvelo de Avila fundou um sítio na localidade. O povoado nasceu em volta de uma capela. Em 1831, tornou-se vila e, em 1875, cidade. Hoje, tem existência modorrenta, mas, no século XIX, ocupava o posto de terceiro maior centro político de Minas Gerais. Dominando os grandiosos sertões do centro-norte do Estado, constituiu o palco de batalhas “entre Liberais e Conservadores, Republicanos e Monarquistas, Vianistas versus Mascarenhas”. O coronelismo da aristocracia rural dominava

---

50 Silva: 1983, p. 23.

51 Guimarães: 2002, p. 238.

a cidade com rivalidades irreconciliáveis e ocasionais banhos de sangue de vingança de honra<sup>52</sup>.

Alexandre conheceu na cidade a sua futura esposa, Isabel Penna, cuja família remontava aos primórdios da administração portuguesa em Minas Gerais. José Jorge da Silva Penna, por exemplo, nasceu no arraial de Curral d'El Rei, em 1810, e foi desembargador do Tribunal da Relação de Ouro Preto. Assim como Quintiliano Barbosa da Silva, participou da revolução de 1842. Isabel era sobrinha-neta de Afonso Penna, presidente do Brasil entre 1906 e 1909. Seu tio era Protásio Oliveira Penna, pai do futuro político e ministro da indústria e comércio, João Camilo Penna. Era a união das franjas mais distantes de duas dinastias políticas do estado.

Após o casamento, o primeiro desafio da família foi na agricultura e na pecuária. Compraram a fazenda Monte Alegre, em área inóspita. Os filhos sucederam-se: Isabel, Afrânio, Glória e, em 11 de fevereiro de 1917, Edmundo (seguido depois por Rosita e Eugênia). Quando do nascimento de Edmundo, a fazenda já não era tão precária. Alexandre preparara o quintal, construía um curral para bezerros e providenciara pias, vasos sanitários e bidês. Havia, contudo, algo que o incomodava. No profundo sertão, seus filhos não teriam futuro que não fosse a roça. Foi para prover-lhes melhor educação que decidiu mudar de vida. A família mudou-se, então, para Curvelo, residindo em casa simples, enfeitada de mosquitos<sup>53</sup>.

Edmundo passou seus primeiros anos em um mundo hoje desconhecido. Naquela época, a vida rural tinha uma cadência repetitiva. Em maio ou junho, roçava-se o mato fino e derrubavam-se as árvores. Com tudo bem seco, procedia-se, geralmente em agosto, às queimadas. Depois, à delicada tarefa de encoivaração

---

52 Araújo: 1970, p. 290-2.

53 Alexandre Barbosa da Silva, A minha vida. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. APEBS.

e acercamento. Só então, iniciava o plantio com as enxadas “tira-fogo” ou jacaré. A chuva chegava e a terra, marujada pela água, compactava-se. A vegetação subitamente ganhava cor e vida. Não havia uso disseminado de tratores, colheitadeiras e defensivos agrícolas. A vida era dura, mas não faltava o essencial. A alimentação era abastada – os biscoitos fofos, as roscas de rainha, as brevidades, os pães de queijo, o vinho do jatobá e do buriti, a guariroba, a mangaba, o araçá, o murici, a cagaita e o croá. Para as necessidades, havia ainda o comerciante andarilho, caminhando de fazenda em fazenda em sua epopeia homérica<sup>54</sup>. Já as necessidades urgentes podiam ser atendidas na cidade. Em 1917, Curvelo tinha cerca de oito mil habitantes. No centro, os principais edifícios eram o Paço Municipal, o Santuário de S. Geraldo, a Matriz, a Casa de Caridade de Santo Antônio do Curvelo e o Teatro Recreio Dramático. Era já iluminada à luz elétrica, ao custo de 100 réis para os particulares. O clima era quente e seco; a vida social, ativa. Havia seis advogados, três dentistas, quatro engenheiros, um barbeiro, quatro médicos e quatro padarias. O poder público era presente, com mais de três dezenas de servidores municipais, estaduais e federais. Havia cinco engenhos de água ardente, duas fábricas de calçados e uma de cerveja. A cidade tinha vários jornais – *O Curvelano*, *O Curvello* e *O Município de Curvelo*, além do *Anuário de Curvelo*. Em 1917, chegou o futebol, com o Curvelo Sport Club. As ruas da cidade não eram calçadas e os automóveis procuravam terrenos nivelados, pois nas descidas os carros de boi faziam sulcos que, com as chuvas, transformavam-se em perigosas grotas. O hábito das tardes era “tomar a fresca”. Sentar-se fora de casa para conversar com vizinhos. Nas rodas, discutiam-se matrimônios, modas e política. A vida religiosa era central. Eram tradicionais as festas,

---

54 Franco: 1977, p. 155.

principalmente a Oitava de São Geraldo, com suas barraquinhas, carros alegóricos e guarda de honra<sup>55</sup>.

Edmundo sorveu nesse recanto o ar altaneiro do interior. As peripécias de seu pai, os relatos sobre ilustres antepassados, cochichados à luz tímida de noites estreladas, seriam repetidamente contados. Também participou de várias aventuras. Em uma oportunidade, a carruagem de trole com uma parelha de bestas disparou com a família dentro. Toda vez que se reduzia a velocidade, um membro pulava para fora da carruagem em movimento, restando só Edmundo e seu pai. Após quase bater em uma árvore, conseguiram controlar os animais, quando o restante da família retornou para o perigoso transporte. A situação repetiu-se. Dessa vez, contudo, Alexandre não teve dó das bestas chicoteou-as até serem dominadas.

Edmundo guardou por toda a vida as lembranças de uma infância feliz, principalmente os momentos passados na fazenda e as suas construções, como os engenhos e os cochos de madeira para secagem do açúcar ao sol. Teria, sobretudo, orgulho de ter nascido em uma localidade que fora, no século XVIII, centro econômico do Brasil e maior fonte de riqueza do Império Português<sup>56</sup>.

### **Chegada ao Rio de Janeiro**

*Ora, o mundo é torto e a vida, meandrosa, gosta de  
serpentear em curvas mil.*

Gilberto Amado

---

55 Curvelo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. 1917, p. 2889; Silva: 1983, p. 154; Cardoso: 1974, p. 28 e 51.

56 Alexandre Barbosa da Silva, *A minha vida*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938; De Barbosa da Silva para Miguel Costa. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1963. APEBS.

Em Curvelo, após a venda da fazenda, Alexandre foi professor de francês e geografia na Escola Normal. Sua situação estava longe de ser precária. Foi um dos primeiros a possuir um automóvel na cidade. Mas era um dos poucos luxos que podia ter. Sua preocupação maior continuava sendo a educação dos filhos. Para a geração de Edmundo, não havia perspectivas em Curvelo. Todos os homens trabalhavam como fazendeiros, para o governo ou em pequenas lojas. Viviam e morriam em uma existência de horizontes limitados. Para as mulheres, o casamento, a vida de freira ou o Colégio das Irmãs de Caridade em Barbacena eram as poucas vias possíveis de ascensão, se é que se pode utilizar tal termo<sup>57</sup>.

A cidade, desde o início do século, era conhecida por exilar seus melhores filhos. O evento de maior impacto foi a mudança da capital do estado para Belo Horizonte, em 1897, a cem quilômetros de distância. Inicialmente, muitos curvelanos apostaram na elevação da relevância da localidade. Mas o que ocorreu foi uma aceleração do esvaziamento. Até a pequena colônia italiana da cidade migrou, aos poucos, para a nova capital<sup>58</sup>. Foi caminho comum a vários curvelanos. Adauto Lúcio Cardoso, um dos signatários do Manifesto dos Mineiros contra o governo Vargas, parlamentar, presidente da Câmara dos Deputados e juiz do Supremo Tribunal Federal abandonou a cidade para, após residência em Belo Horizonte, formar-se em direito no Rio de Janeiro. Zuleika de Souza Netto, conhecida futuramente como Zuzu Angel, saíra de Curvelo ainda criança para Belo Horizonte, onde iniciou seu aprendizado de costura e moda. Curvelo também seria o local de nascimento de dois diplomatas com trajetória semelhante de desterro. O primeiro foi o embaixador Bolívar de Freitas. Após estudos em seminário de Diamantina e uma graduação em direito em Belo Horizonte, iniciou carreira acadêmica e jornalística na cidade. Foi constituinte por

---

57 Cardoso: 1974, p. 20.

58 Araújo: 1970, p. 219-26.

Minas Gerais em 1946, secretário de educação do governo Clóvis Salgado e embaixador do Brasil em Honduras, El Salvador, Líbano, Etiópia e Jordânia entre 1956 e 1964. Dez anos mais jovem que Edmundo, nasceria na cidade Marcos Antônio de Salvo Coimbra. Em sua juventude, trabalhou na prefeitura do Distrito Federal como oficial de fiscalização e foi da turma formada em 1952 pelo Instituto Rio Branco. Cunhado do presidente Fernando Collor de Mello, teria papel de relevo nessa turbulenta gestão.

Não seria distinta a trajetória da família Barbosa da Silva. Primeiro, mudaram-se para Belo Horizonte e, depois, para Passagem de Mariana, onde Alexandre gerenciou uma mina. Edmundo estudou no Colégio Arquidiocesano. Seu pai, no entanto, achou a educação inadequada e retornou com a família para Belo Horizonte, em fevereiro de 1928. Edmundo cursou a 4ª série ginásial no Colégio Arnaldo, a prestigiada instituição católica pela qual passaram grandes vultos da história mineira do século XX, como Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Nava, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Milton Campos, Lucas Lopes, Betinho e Ivo Pitanguy. Lá, Edmundo deu grandes provas de capacidade acadêmica, enfrentando a rígida disciplina dos sacerdotes alemães da instituição<sup>59</sup>.

A estadia na capital mineira não foi longa. Em pouco tempo, seu pai mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi contratado como agente comercial de uma firma de secadores de arroz. Edmundo chegou de trem à capital, coberto de poeira e fuligem de carvão. Esse seria, para o resto de sua vida, seu lar geográfico. Viveria, no entanto, a ambivalência existencial entre suas origens e a concepção de que ser urbano era ser moderno, estar na vanguarda civilizatória, como bem afirmava a intelectualidade da época, que descartava a relevância da agricultura e do interior

---

59 Alexandre Barbosa da Silva, *A minha vida*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. APEBS.

para o progresso da nação. Ser rural era ser atrasado, pobre e clientelista. O caminho para o desenvolvimento estava no mundo cosmopolita das cidades e suas fábricas, dos automóveis e das ruas pavimentadas, dos alimentos enlatados e dos artigos de luxo das grandes lojas comerciais. O lado obscuro era o desenraizamento, a ruptura de redes sociais e o mundo artificial do asfalto e do concreto. Para o jovem adolescente, era um universo turbulento que se abria. Edmundo lançou-se nele com avidez, mas à medida que amadureceu sentiria cada vez mais a necessidade de periodicamente afastar-se, de retornar às suas origens.

Sua principal residência nesse período foi uma casa, em Botafogo, na rua Visconde de Ouro Preto, número 84, ao lado de uma farmácia. O bairro guardava o ar aristocrático perdido de uma classe média que batalhava para se reposicionar no topo da hierarquia social em uma cidade em constante transformação. Ele teve como vizinhas Olga Ramos e Olga Bergamini, duas das senhoritas mais belas da cidade – ganhadoras dos prêmios Miss Botafogo, Rio de Janeiro e Brasil. Na esquina da Praia de Botafogo, havia o palacete construído pelo senador Antônio Azeredo, aliado implacável de Rui Barbosa na campanha republicana e que, juntamente com José Gomes Pinheiro Machado, comandou o parlamento por vários anos. Oportunista, era um profissional da política, daqueles que reinariam décadas depois na República de Brasília. Ele recebia, no entanto, com igual carinho, tanto a nobiliarquia caída do Império como os arrivistas da nova República. Um de seus netos seria ninguém menos que Azeredo da Silveira, colega de carreira de Edmundo<sup>60</sup>.

A cidade mudara significativamente desde a virada do século. Não havia as famílias de proporções bíblicas da época da Proclamação da República – como a do barão de Lucena e seus

---

60 Lyra: 1981, p. 11-2.

14 filhos, na chácara de São Clemente. Apesar dessa diferença, a cidade tinha já mais de um milhão de habitantes. Para acomodar o aumento do fluxo de pessoas no centro, foi aberta a avenida Rio Branco, da área portuária até a Glória. Com quase dois quilômetros de extensão e trinta metros de largura, era cortada minuto a minuto pelos barulhentos bondes da Light e veículos automotores. Saindo da praça Mauá pela rua do Acre, quase na altura da Uruguaiana, desembocava-se em outra via nova, a Marechal Floriano, substituta das antigas ruas de São Joaquim (a Larga e a Estreita). Nos postes do canteiro central, as luminárias em meia altura já usavam lâmpadas de tungstênio, uma modernidade para a época. O morro do Castelo não mais atrofiava o centro da cidade e vários sobrados sucumbiram diante da onda de prédios que se ergueram. A despeito das batalhas da saúde pública, o centro, com vários estábulo e cocheiras, permanecia o paraíso das moscas. A vida mundana era avivada pelos desocupados que, por cafés e esquinas, criavam boatos ou alimentavam planos absurdos para salvar o Brasil de todos os males – da corrupção ao calor. O bonde era a grande escola da sociedade. Os fofoqueiros que não paravam de falar, os mancebos prontos a conquistar, os folgados a todo custo espreitando o jornal do vizinho, os apressados que se arremessavam do veículo ainda em movimento e os sonhadores, sempre a perder a parada. Nos bondes do Jardim Botânico, excetuados os de segunda classe, era proibido o transporte de passageiros descalços, de tamancos ou que não estivessem de colarinho e paletó<sup>61</sup>. Foi o bastião de resistência da elegância no transporte público.

Talvez a maior mudança observada pela família tenha sido a situação das mulheres. No sertão, as moças não apareciam a estranhos com facilidade. Viviam enclausuradas em um cotidiano duro de labuta. O Rio de Janeiro era completamente diferente. Os

---

61 Cousas da cidade. *Jornal do Brasil*, 11 de abril de 1933.

cabelos curtos começaram o seu breve triunfo. Uma ou outra usava o chapéu de feltro, o *beret*, o jaquetão e a bengala, em uma tendência feminina de aproximar-se ao figurino masculino. Getúlio Vargas, ao notar roupas tão justas que destacavam a forma feminina, confidenciou a um amigo que, no Rio de Janeiro, “as mulheres [...] mostram realmente tudo o que tem”<sup>62</sup>. Nas residências abastadas e nos modernos edifícios, a escarradeira de louça era o triunfo da higiene nos modelos luxo, *standard* ou hidramática. Nesses ambientes, as noites já eram regadas aos famosos coquetéis de espumante, *benedictine* e *angostura*. Não eram poucas as famílias que tinham várias empregadas, muitas até governantas inglesas, francesas ou alemãs. Na noite, o *charleston* imperava. No carnaval, as batalhas de confete empolgavam crianças e adultos. *Jazz bands* e sambistas arrastavam a cidade ao delírio. Ainda assim, em alguns redutos, reinava o formalismo. No Fluminense, cuja entrada era só para sócios, os homens tinham como traje a casaca, o *smoking* ou o terno de linho branco com colarinho. Os suspensórios já não estavam mais no auge da moda, caminhando lentamente para as sombras dos guarda-roupas masculinos. Era só o calor diminuir, adentrando o mês de março que as mulheres já vestiam seus veludos estampados, os babados enviesados, o crepe marroquino. A boemia usava terno de casimira, lenço colorido ao bolso e o cabelo à escovinha.

Na puberdade, Edmundo observou a Revolução de 1930 e todos os seus efeitos sobre a política nacional. Getúlio Vargas, criado sob as escaramuças políticas de um estado turbulento, o Rio Grande do Sul, ocupou o Palácio do Catete. Desconfiado, adiando decisões até que fossem inevitáveis, cultivando um conservadorismo de matiz conservadora, não tinha predileções específicas por regimes políticos, crenças filosóficas ou partidos

---

62 A Semana. *O Paiz*, 9 de novembro de 1910; Neto: 2012, p. 195.

– desde que servissem ao propósito de mantê-lo no poder<sup>63</sup>. Essa instabilidade também se refletiu nos aspectos pessoais. Era a época da neurastenia, dos casos familiares que povoaram a crônica de Nelson Rodrigues. Cotidianamente, noticiavam-se a degola de senhoritas por noivos ciumentos, o envenenamento de inimigos e suicídios irrefletidos. Foi esse ambiente de tumulto e instabilidade política e social que seu avô detestava e que ocasionou, no quadro da implantação da República, o exílio interior de toda a família. O desterro, contudo, não era artifício adequado para a nova geração. O sertão e seu mundo aparentemente isolado em sua vastidão eram ilusórios. A devassa das forças sociais e políticas era questão de tempo, ainda que a distância e os costumes locais arrefecessem as ondas transformadoras.

### **Santo Inácio**

*Muita sabedoria unida a uma santidade moderada é preferível a muita santidade com pouca sabedoria.*

Inácio de Loyola

Edmundo, desde cedo, admirava a trajetória de sua família. Sabia de cor a genealogia dos ancestrais que se formaram em Coimbra e em São Paulo, para atuar na cúpula política e nas franjas da magistratura do Império. Essas referências, contudo, não o ajudariam no curto prazo. O avô falecera pouco antes de seu nascimento, sem ter amealhado nenhuma riqueza; o pai, por sua vez, tinha meios muito limitados de ajudá-lo. Seria somente com seu próprio esforço, trabalho e estudo que poderia inscrever seu nome na tradição familiar. Não decepcionaria.

---

63 Bourne: 2012, p. 49-51.

Tanto ele como Afrânio, seu irmão, foram matriculados, em 1932, no colégio Santo Inácio. Dirigido por padres jesuítas, o colégio localizava-se perto de sua casa, a dez minutos de caminhada. Os alunos, todos homens, tinham direito a almoço e lanche e seguiam rigoroso programa disciplinar. Os professores recebiam, pelo regulamento, a delegação da autoridade paterna, com todas as responsabilidades e castigos que isso envolvia. Rígidos, detinham respeito, ascendência e liberdade na formação de seus pupilos proibitivas para os padrões atuais.

A instituição não era somente correia de transmissão de conhecimento; tinha como missão moldar consciências, domesticar paixões. A disciplina jesuíta fora construída sob brutal método, com o fito de evitar o ócio e adestrar as capacidades físicas, intelectuais e espirituais. Eram desafios, preleções, composições diárias, ditados, repetições das aulas anteriores, declarações públicas, exames e provas. Nas disputas, as salas eram divididas em facções, onde os melhores alunos possuíam títulos especiais que refletiam a hierarquia de um estado-maior militar. Ao ser questionado pelo professor, o rival da outra facção ficava à espreita, esperando a oportunidade de superá-lo. A disciplina de religião era obrigatória, assim como a assistência às missas, condição indispensável para a matrícula e a permanência no colégio; os alunos deveriam comungar pelo menos uma vez por mês e nas principais festas. Na saída das aulas, eram acompanhados pelos padres ou pelos professores até as proximidades de suas casas, muitas vezes até de bonde, evitando, assim, que se dirigissem aos colégios de meninas da região, como o Imaculada Conceição, na Praia de Botafogo, ou participassem de um dos hábitos mais assentados das crianças cariocas do tempo, o de encarapitar-se na traseira dos bondes, para o desespero de adultos e condutores.

O colégio tinha arcadas austeras e harmoniosas. No corredor da entrada, a imagem do padroeiro lia com atenção alguma obra

espiritual e, ao mesmo tempo, pisava a cabeça de Satanás. A igreja de Santo Inácio era um dos pontos de concentração da sociedade carioca. Foi ali que se realizou a missa votiva para dois italianos que voaram até o Brasil em 1928, com a presença do vice-presidente da república, ministros de Estado e dignitários estrangeiros. O coro dos alunos do externato, regido pelo padre Cerruti, era um dos melhores da cidade, ocasionalmente apresentando-se pelo Radio Club do Brasil (foi ali que Vinicius de Moraes iniciou sua paixão pela música). O reitor, padre Luiz Riou, era uma figura séria e distante; os alunos esporadicamente beijavam sua mão de forma cerimonial.

Em 1932, ano da formatura de Edmundo, os jornais ocupavam a atenção dos leitores com a crise da Manchúria, o conflito entre Paraguai e Bolívia, a crise da Liga das Nações, a tarifa inglesa e a sucessão presidencial americana. No colégio, os alunos viviam em um mundo já perdido, voltado mais para os repetidos recitais de Cícero em latim do que para a turbulenta política contemporânea. Mesmo assim, era impossível estar distante do que ocorria em volta. Em 1932, padre Riou causou comoção ao afirmar que seria negada pela Igreja a absolvição sacramental aos que não se alistassem eleitores. No Colégio, as batalhas ideológicas eram reproduzidas principalmente sob o prisma do integralismo. O grupo tinha entre seus fervorosos seguidores os padres Arlindo Vieira e Bannwarth, que criaram até uma guarda de honra para os alunos mais disciplinados; o Padre Coelho teria armazenado armas do grupo; muitos batismos de crianças eram realizados sob a bandeira sigma<sup>64</sup>. A sociedade local não era diferente. A União Católica Militar, grupo associado aos integralistas, sempre participava das atividades da congregação. Edmundo teve a oportunidade de observar a Benção das Espadas dos novos oficiais

---

64 Williams: 1974, p. 443-4.

do exército e, no átrio da igreja, ver o próprio presidente Getúlio Vargas, que participou da cerimônia com vários de seus ministros.

Edmundo foi aluno exemplar. Em abril, esteve na missa da Esplanada do Russel, celebrada pelo cardeal d. Sebastião Leme, antigo aluno dos jesuítas. Em setembro, participou da “festa das dignidades escolares”, ocasião especial para alunos, professores e pais, quando, entre músicas da orquestra e do coro, eram promulgados os postos de honra dos alunos. Em outubro, participou da tradicional ronda pelas residências de Botafogo, Copacabana e Laranjeiras em busca de donativos para a ordem jesuíta. O vice-reitor, padre José Coelho de Souza, posteriormente afirmou que Edmundo “alcançou durante o curso ótimas classificações escolares entre seus colegas, obtendo o primeiro prêmio, no último ano, em cosmografia, física, química e filosofia”<sup>65</sup>.

Sua formatura foi em novembro. O paraninfo foi o pensador católico Alceu Amoroso Lima. Na sua turma estavam os futuros generais Luiz Gonzaga Pereira da Cunha e Fernando Caldeira; o futuro ministro do trabalho Hugo de Araújo Faria; o futuro reitor da PUC, padre Ormindo V. de Castro; os ministros Jorge Alberto Romeiro e Glauco Lessa. Talvez não fosse então claro para Edmundo, mas ao ter estudado no Santo Inácio, ele já abria as portas de seu futuro profissional. O estabelecimento notabilizar-se-ia por ser uma espécie de Eton da Guanabara, *alma mater* das principais personalidades do alto funcionalismo público brasileiro, em especial da diplomacia. Lá estudaram seus amigos e colegas Alfredo Teixeira Valladão, Antonio Corrêa do Lago, Antônio Borges Leal Castelo Branco Filho, Celso Raul Garcia, Carlos Alfredo Bernardes, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Vasco Mariz, assim como dezenas de outros que acederam ao Itamaraty por concurso ou nomeação direta.

---

65 Carta de José Coelho de Souza. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

## Faculdade de Direito e formatura

*E dizer-se que aquele pardieiro da rua do Catete era a  
Faculdade Nacional de Direito!*

Marques Rebelo

Após a formatura do Santo Inácio, Edmundo prestou o vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. A confiar em um relato de 1931, na sala de prova fumava-se e conversava-se em meio a um tumulto. Homens feitos e adolescentes de todas as idades esperavam para serem interpelados por examinadores em tópicos como história, filosofia e literatura. As perguntas eram meramente exercícios de adivinho – datas, principalmente<sup>66</sup>.

Ele não teve dificuldades para superar a seleção. Pertenceria à última turma que estudou na rua do Catete e a primeira formada sob a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. A rua era famosa por suas batalhas de confete nos carnavais e por abrigar o palácio presidencial. Não era incomum observar o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, caminhando, após o almoço, do Palácio Guanabara para o Palácio do Catete, parando para conversar com transeuntes, lojistas e curiosos<sup>67</sup>. O prédio da faculdade era um casarão imperial, outrora residência do visconde do Cruzeiro, senador do Império e genro do marquês de Paraná. Os dias de glória eram passado. Quando Edmundo atravessou seus umbrais, havia uma “miséria material”. Se fosse qualquer outro estabelecimento, já teria sido fechado pela Saúde Pública. O escritor Marques Rebelo, seu colega de turma, registrou, anos depois, a lastimável situação:

---

66 A complicação da sabedoria. *Diário de Notícias*, 15 de abril de 1931. Saraiva Guerreiro, que entrou na Faculdade de Direito dois anos depois, relatou que era necessário grande memória para decorar Cícero, além de conhecimentos rudimentares de psicologia, lógica, filosofia (Guerreiro: 2010, p. 24).

67 Bourne: 2012, p. 141-2.

*Paredes esburacadas, forro saltando, portais arrancados, janelas sem trinco, vidros quebrados, carteiras destroçadas, degraus carcomidos, assoalho podre e balançante, bicas secas, latrinas entupidas, paraíso de ratazanas, aranhas e baratas – a sujeira, a decrepitude, a indecorosidade<sup>68</sup>.*

Os ares fétidos de uma estrutura física decadente seria o lar de uma geração de estudantes com impacto renovador na cultura, na política e na magistratura. Na turma de Edmundo estavam personalidades com futuros brilhantes, como os diplomatas Antônio Castelo Branco, Carlos Alfredo Bernardes, Hélio Cabal e Jorge Maia; Hélio Beltrão, presidente da Petrobras e ministro dos governos Costa e Silva e Figueiredo; o jurista Evaristo de Moraes Filho; o historiador José Honório Rodrigues; o poeta J. G. de Araújo Jorge e o escritor Eddy Dias da Cruz (Marques Rebelo). As atenções dos alunos e professores, no entanto, voltavam-se para a também caloura Alzira Vargas, já figura de relevo no gabinete de Getúlio, seu pai.

O corpo docente constituía uma plêiade de intelectuais e ativistas políticos. Na liderança administrativa da equipe e na cadeira de direito civil estava Cândido de Oliveira Filho. Seu pai, nascido em Ouro Preto, tivera trajetória de relevo no Império. Prudente de Moraes Filho, dono de uma das bancas de advocacia mais privilegiadas na capital, descendia do grande republicano. Suas impecáveis maneiras, bigode rigorosamente aparado, faziam-no figura altiva. Atuara na campanha civilista de Rui Barbosa e tinha a autoridade de ser um dos redatores do Código Civil. O polivalente Raul Paranhos Pederneiras lecionava direito internacional público. Testa larga e rosto fino, o olhar triste escondia o jornalista ferino e um dos caricaturistas mais famosos da república. Foi professor de anatomia da Escola Nacional de Belas

68 O novo prédio da Faculdade de Direito. *Diário Carioca*, 10 de agosto de 1934; Rebelo: 2011 [1959], p. 263.

Artes e compositor de músicas e operetas. Gilberto Amado, um dos professores preferidos de Edmundo, lecionava direito penal. Na cadeira de direito comercial estava o mentor da faculdade: Edgard Castro Rebelo. O baiano marxista fazia de seu púlpito um barril de pólvora. Sua certeza nas leis de transformação social era inflexível. Repetia sempre: “não sou eu quem o diz, é a ciência”. Os alunos saíam das salas “com vontade de fazer a revolução”, como afirmou um contemporâneo de turma de Edmundo<sup>69</sup>. Na cadeira de economia política lecionava o também marxista Leônidas Rezende. Ele, no entanto, era peculiar na tentativa de convergir o marxismo com o positivismo comtiano. Suas aulas começavam com Smith e Ricardo e, em uma progressão, segundo sua visão, chegavam ao estado avançado e final da ciência econômica: Marx. Ele foi um dos mais ferinos críticos do pensamento católico de Alceu Amoroso Lima. Na cadeira de introdução ao direito estava o recém contratado Hermes Lima. Jovem e rigoroso, reprovava sem nenhum pudor. Rebelo, Rezende e Lima seriam presos em 1935, após a intentona comunista.

O maior desafio de Edmundo e dos egressos do Colégio Santo Inácio foi a adaptação à cultura universitária. A educação jesuíta fora rígida e permeara todo o cotidiano de seus alunos – na pontualidade, no uso da palavra na sala de aula, nas expressões corporais. Na faculdade, apesar do uso do chapéu e do terno, vivia-se um quadro de liberdade. A frequência não era obrigatória; muitos alunos, na verdade, concluíam as disciplinas sem participar de nenhuma aula, de forma que os assíduos, como Edmundo, só raramente viam alguns de seus colegas. Era no Lamas, no Largo do Machado, que a juventude estudantil se formava, discutindo problemas literários e políticos. Entre uma garfada do famoso bife e um gole de cerveja, dividiam espaço com motorneiros, jogadores

---

69 Cc/Ufrj: 2007, p. 30.

e notívagos. Lá, uma miríade de esquemas utópicos de regeneração social era construído com a consistência dos sonhos impossíveis. Outro ponto de encontro era a praça Tiradentes, onde estudantes, artistas e músicos encontravam-se nos cafés lotados que varavam a madrugada. Não deixavam de frequentar, igualmente, a Lapa, a Montmartre carioca. Os mais conectados com a elite governamental iam ao Palace Hotel, para confabular com políticos, intelectuais e jornalistas. Os desfastios da vida boêmia eram chamariz constante e um teste à resistência dos alunos. Muitos sucumbiam e mergulhavam na espiral de prazeres, satisfazendo os sentidos com toda a sorte de deleitamento<sup>70</sup>.

A política ocupava quase todo o tempo dos alunos. Ela dominava o campo de debates preenchido, nos tempos de seus predecessores, por duelos literários. Viveu-se grande conflito ideológico entre comunistas e integralistas. Os primeiros, associados à Aliança Nacional Libertadora; os segundos, à Ação Integralista Brasileira. Apesar de toda a virulência, as duas ideologias tinham um substrato chauvinista comum, com ênfase na nacionalização de empresas estrangeiras. O liberalismo político e econômico era, naquela época, um credo conservador, antiquado e minoritário.

A política tinha desdobramentos específicos na vida associativa dos estudantes. Pouco antes de Edmundo entrar na faculdade, o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos e Sociais (CAJU) tinha, entre seus membros e frequentadores, Vinicius de Moraes, San Tiago Dantas, Otávio de Faria, Américo Jacobina Lacombe, Antônio Galotti, Hélio Viana, Antônio Balbino, Gilson Amado e Plínio Doyle. As brigas políticas e ideológicas eram tão renhidas como o espaço para experimentação era fluido. Vários migravam do integralismo para o monarquismo, do comunismo para o liberalismo. Do lado conservador, inicialmente estava o

---

70 Vieira: 1995, p. 6. Sobre a disciplina do colégio no final da década de 1930, ver Capelo: 1982, p. 434; Martins: 2004, p. 54.

Clube da Reforma, congregando até alguns monarquistas – depois, na luta contra o grupo de Alceu Amoroso Lima, ele seria ocupado pela esquerda, antes de cair no esquecimento. Herberto Dutra, futuro procurador, inflamava o grupo integralista com palavras de ordem de que a revolução integralista estava prestes a arrancar o extremismo comunista da faculdade. O aluno mais ativo, contudo, era Carlos Lacerda. Com uma vasta cabeleira e verborragia implacável, teve na faculdade suas primeiras lições de oratória e combate político, sob a ideologia comunista. Futuros diplomatas também se envolveram nesses embates. O clima de politização desembocaria em vários protestos e na criação, em 1937, da União Nacional dos Estudantes<sup>71</sup>.

A volubilidade boêmia e política não influenciou Edmundo. No início da faculdade, teve desempenho meritório, principalmente na matéria de economia política. Não era tímido, tampouco introspectivo. Fez parte de diversas atividades sociais e acadêmicas, mas passando ao largo das linhas radicais da época. Em 1933, fez parte da comissão de estudantes que recebeu o ator americano Raul Roullen no Rio de Janeiro. Em 1934, atuou no Núcleo de Cultura Jurídica. Ele foi sensibilizado principalmente pelos temas internacionais – o *front populaire* em Paris; o fascismo na Itália; a Guerra da Etiópia. Quando estourou o conflito do Chaco, o assunto foi repetidamente debatido na faculdade por professores e alunos, prevalecendo uma agenda pacifista, em um panamericanismo jurídico e idealista<sup>72</sup>.

Edmundo foi grande admirador de alguns de seus professores. Foi, por exemplo, um dos signatários do manifesto dos alunos da faculdade de maio de 1934 para que Gilberto Amado se candidatasse à Academia Brasileira de Letras. O baixo e rotundo sergipano foi

---

71 Cc/Ufrj: 2007, p. 29 Ferreira e Delgado: 2012, p. 133; Guerreiro: 2010, p. 26; Silva: 1997, p. 65.

72 Guimarães: 2002, p. 364; Chega hoje ao Rio o ator Raul Roulien. *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1933.

influência perene em sua vida estudantil e profissional. Amado tinha temperamento mercurial e era um narcisista literário com um ego do tamanho de sua inteligência. Quando não aplaudido, reclamava da plateia; quando não elogiado, aborrecia-se com os defeitos de formação intelectual do ouvinte. Foi, talvez, um dos últimos mestres da conversa permanente, sempre com algo a dizer sobre si e sobre os outros (mais do primeiro do que dos segundos). Tudo que descrevia era vivo, poético. Não era o caricaturista que distorcia os traços pelo deleite da diversão; procurava sempre o aspecto característico, central, que escapava a muitos. Tinha, em seu currículo, o assassinato de um rival literário que se recusara a cumprimentá-lo e uma tentativa de balear o político gaúcho Lindolfo Collor após uma crítica literária feroz. Era, contudo, um dos únicos professores a não mergulhar nos radicalismos da esquerda ou da direita. Um jovem estudante, ao ouvir suas conferências, em 1931, sobre o regime democrático (reunidas posteriormente no volume *Eleição e representação*) disse: “Gilberto Amado aqueceu o espírito da minha geração universitária como ídolo”.

Quando Edmundo privou de suas magistrais aulas, Amado lutava para reconstruir sua vida profissional. O professor era senador por Sergipe quando, em férias em Paris, viu-se no ostracismo pela Revolução de Outubro de 1930. Não foi sem objetivos ulteriores que cultivou com esmero a relação com sua aluna, Alzira Vargas, para que esta intercedesse junto ao seu pai para uma nomeação como ministro de primeira classe na carreira diplomática. Chamando sua jovem aluna de “flor da manhã”, não se negava a fazer rasgados elogios aos Vargas. A campanha de seus alunos para tornar-se um imortal da Academia Brasileira de Letras fracassaria. Só anos depois teria sucesso. Nessa ocasião, diante de Rubem Braga e Manuel Bandeira, disse: “Ninguém pode me chamar de orgulhoso: agora mesmo fiz um ato de humildade, entrando para a Academia!” Quando assumiu a Cadeira nº 26, em agosto de

1964, disse ser um homem profundo como Goethe. A nomeação para o Itamaraty não demorou tanto, a despeito das resistências do Palácio da rua Larga. Edmundo encontraria com seu professor repetidamente em Nova Iorque e em Genebra, oportunidades em que relembriariam os turbulentos anos 1930<sup>73</sup>.

O momento de maior glória acadêmica de Edmundo veio no concurso “Hugo Grotius”, promovido pelo professor Fernando Raja Gabaglia. O batavo não era desconhecido dos intelectuais brasileiros. Seu pensamento era lecionado desde o início do ensino jurídico no Brasil. Foi matéria do primeiro ano das academias de São Paulo e Olinda, na cadeira de direitos da gente e diplomacia<sup>74</sup>.

Ao lançar o concurso no final de 1935, Raja Gabaglia definiu dois temas: “Extradição” e “Pan-americanismo”. Foram dez os concorrentes para, em curto prazo, defender oralmente seus pontos de vista e entregar suas teses. Somente oito compareceram à apresentação. O primeiro tema era técnico, não denotava dificuldades para os competidores. Era matéria a ser decorada, confrontando autores, doutrinas e jurisprudência. O segundo, no entanto, era subjetivo. Envolvia a apreciação política da época e todos os desafios de um continente engolfado por vários conflitos. O México passara por uma revolução que por dez anos abalou as estruturas econômicas e sociais do país; Colômbia e Peru entraram em confronto entre 1932-1933; a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, durou de 1932 a 1935; Equador e Peru guerreariam em 1941. As rivalidades desse período, em um aparente paradoxo, elevaram a retórica panamericana para seu nível mais idealista.

---

73 De Gilberto Amado a Alzira Vargas. 19 de agosto de 1935. AVAP vpr cp 1934.10.23. Outro padrinho que teve foi Juracy Magalhães. Ver Carta de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. Salvador, 19 de julho de 1935. GV c 1935.07.19; As vagas da Academia de Letras. *A Noite*, 28 de maio de 193; Antonio Carlos Villaça, Eleição e representação. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1969; Rubem Braga, Trivial variado. *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1964; Da estância às Nações Unidas. *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1969.

74 Venâncio Filho: 2004, p. 32-3.

Um dos dias celebrados do calendário estudantil no Rio de Janeiro daquela época era o Dia Panamericano. Os articulistas nos jornais sonhavam com esquemas tão abstratos como utópicos. No *Correio da Manhã*, em 1931, o militar Ximeno de Villeroy cogitou

*uma aliança ofensiva e defensiva de todos os países sul-americanos, dispostos a viverem em paz, auxiliando-se uns aos outros, distribuindo as suas riquezas naturais segundo as necessidades de cada povo, sem as barreiras alfandegárias, abolindo o estúpido protecionismo, sem pretensões de irritantes hegemonias militares*<sup>75</sup>.

Grotius foi um modelo para Edmundo. Humanista e autodidata, militou na fronteira que dividia a historiografia da ação de Estado, dinâmica que emularia nos primeiros anos após sua formatura. Iluminado por esse exemplo, sua apresentação no concurso reproduziu o vigor intelectual precoce e nefelibata de sua época. Abraçou o idealismo panamericano e, com toda retórica e confiança, vinculou a irmandade regional dentro de um esquema de construção da paz internacional. Raja Gabaglia, considerou-o “aluno distintíssimo” e afirmou, anos depois, que Edmundo brilhara no concurso<sup>76</sup>.

No início de 1937, a sucessão presidencial foi acompanhada de perto pela população carioca. Parecia que a cacofonia dos ventos democráticos varreria o regime varguista. Em 30 de setembro, contudo, foi divulgada a notícia de existência de uma conspiração comunista para tomar o poder. Diante da comoção e das lembranças da intentona comunista de 1935, o Congresso Nacional aprovou o estado de guerra. Milhares de integralistas desfilaram em frente ao Catete em 1º de novembro saudando Vargas. Na manhã de 10

---

75 Iniciativa feliz. *Correio da Manhã*, 24 de julho de 1931.

76 Na faculdade de direito. *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1935; Carta de Fernando Antonio Raja Gabaglia. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

de novembro, a Câmara e o Senado foram cercados pela cavalaria. À noite, o presidente fez uma proclamação pelo rádio, anunciando a criação de um regime forte centrado na sua figura. Dissolveu-se o parlamento e centralizou-se o poder na União, acabando com o federalismo. Estava fundado o Estado Novo.

Em 3 de dezembro de 1937 ocorreu a cerimônia de formatura de Edmundo, sob as sombras do novo regime. Dois dias antes, Vargas determinara a extinção de todos os partidos políticos sob o argumento de que eram inadequados “às condições da vida nacional”, sendo “artificiosas combinações de caráter jurídico e formal” e criando “uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro”. No dia da formatura, o integralismo foi dissolvido.

A manhã iniciou com a benção dos anéis na Candelária. O templo estava ricamente ornamentado. Os formandos, próximo de trezentos, eram acompanhados por familiares e amigos. A missa, celebrada pelo bispo auxiliar Mamede da Silva Leite, foi memorável, seguida pelo pronunciamento do monsenhor Henrique de Magalhães.

A colação de grau foi realizada no Teatro Municipal. O local reuniu uma aglomeração muito antes do início da cerimônia. Longe das decrépitas salas da rua do Catete, alunos, familiares, damas da sociedade e autoridades do governo, em um calor descomunal, foram recebidos no fausto saguão com uma banda de música. Às 15 horas, no pódio principal, sentaram Gustavo Capanema, ministro da Educação e vários professores. Peregrino de Oliveira, secretário da faculdade, leu a chamada enquanto Azevedo entregou os títulos. No meio da solenidade, o presidente Getúlio Vargas, sob o hino nacional, adentrou o recinto para parabenizar sua filha, Alzira Vargas. O orador da turma proferiu um discurso

eloquente, pretensioso e rebuscado. Um trecho da alocução, no entanto, não poderia ser mais apropriado: “Perturbando os nossos estudos, várias revoluções se sucederam...”. Marques Rebelo, contemporâneo de Edmundo, registrou esse momento:

*As becas saíam da naftalina, borlas e capelos se aglutinavam no palco como um coro de ópera bufa, e sobre a plateia à cunha, festiva, florida, marcada pelo sorriso feliz das mães, das irmãs, das noivas, das namoradas, desabava a retórica arcaica de oradores e paraninfos, interminável infusão de latinório, de lugares-comuns, de reavivadas tradições caducas, de hipócrita crença na grandeza da profissão e da pátria, no direito e na justiça*<sup>77</sup>.

Após Vargas ter saído do recinto, um grupo de bacharéis fez a saudação integralista e gritou “Anauê!”. Muitos, em breve, estariam presos ou simplesmente mortos após a tentativa de tomar o Palácio Guanabara no ano seguinte. As celebrações não terminaram ali. No mesmo dia, às 21 horas, foi realizado o baile de formatura, com convidados trajados de *smoking*, casaca ou *dinner-jacket*.

Edmundo foi o número 210 dos 320 que colaram grau – número menor do que os 388 que se matricularam em 1933. Ele sempre recordaria com carinho os tempos de estudante, tendo particular prazer, no futuro, em participar dos encontros de ex-alunos, como no jubileu de prata da formatura, celebrado em 1962. Em 1937, ele e sua família estavam extasiados e orgulhosos com mais uma etapa vencida. Para muitos de seus colegas, a questão central, agora, era o futuro profissional. Antes mesmo de formar-se, em 1934, Alzira Vargas já vaticinara: “A escolha da carreira a seguir representa na existência de quase todo o moço seu problema mais sério”. Naquele tempo, uma formação universitária em direito não implicava militância na área jurídica. Era, na verdade, um aprendizado para

---

77 Rebelo: 2011 [1959], p. 263.

políticos, jornalistas, historiadores e empresários. Para a maioria dos alunos, a vida de advogado não tinha atrativos. Os casos eram modestos, locais, sem repercussão. Assim, muitos já trabalhavam na imprensa e em órgãos do governo; outros preparar-se-iam para a magistratura. No caso de Edmundo, no entanto, já havia um desejo fixo: a diplomacia<sup>78</sup>.

Almejar tal cargo, vinte anos antes, seria quimérico delírio de um estudante sem conexões na política nacional, ausência de familiares na carreira, carência de formação avançada em francês e recursos pecuniários para bancar anos como auxiliares não-remunerados em consulados e legações no exterior; vinte anos depois, poderia ser levado a sério diante de parentes e amigos da classe média. Ele pertenceu a uma geração intermediária e foi beneficiário das transformações que ocorriam no processo de recrutamento do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). O salário não foi o incentivo imediato. Ficava por volta de 1:500\$000 mensais. Comparativamente a outros cargos, não era alto. Um técnico de administração ganhava 1:300\$000; um porteiro, 900\$000. A despeito dessa situação, o Itamaraty já estava envolto por uma aura mágica no serviço público. Raphael de Hollanda ofereceu um quadro irônico dessa proeminência:

*[...] todos os burocratas fatigados sonham com um séjour de repouso ali. Oh! As delícias do dolce far niente numa atmosfera assim! [...] Que bom, viajar por conta do Itamaraty! Chapéu de plumas, espada à cinta, o peito coberto de crachás. [...] Esses sonhos de tantas cores povoam a cabeça de muita gente. No Tesouro, há burocratas que, depois de soprarem a poeira da mesa, exclamam, todas as*

---

78 Discurso de Alzira Vargas para a festa dos calouros da Faculdade de Direito. 3 de julho de 1934. AVAP vpr dp 1927.12.10; Silva: 1997, p. 63-4 e 108; Depoimento. Alberto Venancio Filho em homenagem aos 90 anos do Acadêmico Evandro Lins e Silva na Academia Brasileira de Letras no dia 18 de julho de 2002. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/evandro6.pdf>>. Acesso em 12/7/2014.

*manhãs: Ah! Quando eu tiver a minha mesa no Itamaraty! Suburbanos há, neurastenizados pelas incômodas viagens de trem que, de palito no canto da boca, à janela de uma casinha do Meyer, acariciam, nas noites de estio, o sonho de viajar por conta do Itamaraty*<sup>79</sup>.

Esse último aspecto certamente sensibilizou Edmundo. Aficionado pela história da política internacional, os horizontes limitados do Brasil não poderiam ser superados de outra forma naquela época. Outro fator era o *status* diferenciado que o diplomata ainda tinha na sociedade carioca. Como afirmou Gilberto Freire – “o ter visto a Europa, o ter estado na Europa, o ter viajado na Europa, foi uma das marcas de distinção não só social como intelectual”<sup>80</sup>. Outro aspecto a sensibilizá-lo foi a associação da diplomacia ao passado. O diplomata lembrava o mundo de tradições perdido nas democracias populares – era “a corte dos reis, o fausto anacrônico dos imperadores, a legenda final das rainhas em contraste com a simplicidade justa do século XX”. Oswaldo Orico suspirou, a meses da Revolução de 1930: “Diplomacia é sinônimo de aristocracia”. No caso do recém bacharel, esse saudosismo pelo passado era latente. Repetidamente, em sua infância e juventude, o pai relatara os grandes momentos da vida de Quintiliano e Quincas Barbosa da Silva, além de um antepassado mais distante: Paulo Barbosa da Silva, mordomo-mor da Casa Imperial, deputado por Minas Gerais, fundador de Petrópolis e diplomata com passagens nas cortes russas e austríacas. Talvez escutara histórias de Matias Barbosa da Silva, o modesto e empreendedor português que enriqueceu

79 Raphael de Holanda, O palácio da ilusão. *Crítica*, 15 de fevereiro de 1929.

80 Freire: 2004, p. 391. A afirmação aplica-se originalmente a um período anterior, mas pode ser reproduzida para essa situação.

explorando ouro e fazendas em Minas Gerais, parente distante de Rodrigo de Sousa Coutinho, o grande estadista português<sup>81</sup>.

Os postos de carreira no Itamaraty nunca foram redutos exclusivos da elite. Havia, desde o século XIX, espaço em suas fileiras para ambiciosos filhos da classe média. Estes, no entanto, recaíam principalmente nos cargos da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, e no serviço consular. Já no corpo diplomático, a maioria era de filhos e apadrinhados de diplomatas e de políticos de relevo. Em poucos casos, prestigiavam-se o jornalista erudito ou o homem de letras sem posses. Uma das formas de acesso era literalmente frequentar o Itamaraty, como um salão de café. Muitos pretendentes passavam diariamente na repartição, trazendo e levando fofocas para os jornais e rodas literárias da capital; adulando as chefias da Casa e costurando amizades. Com o tempo, eram tão parte da instituição como os porteiros. Na abertura da pretendida vaga, utilizavam-se dessas relações para conseguir a tão almejada colocação. Muitos fracassavam nesse intento, desistindo da *carrière*, como foi o caso de João do Rio; outros, como Gilberto Amado, perseguiriam com todo furor, na idade madura, o cargo não alcançado na juventude. Muitos criticavam o mecanismo de recrutamento por acomodar nulidades intelectuais e diletantes despreparados. A solução seria o concurso público de provas, aberto a todos os interessados. Ele começou a ser aplicado de forma mais sistemática após a Primeira Guerra Mundial, mas ainda era irregular. De outubro de 1930 até outubro de 1936, 85% das vagas foram ocupadas sem o uso do concurso de provas. O golpe perpetrado em novembro de 1937, a poucos dias

---

81 Jarbas Andrea, O chanceler. *Crítica*, 10 de abril de 1929; Oswaldo Orico, Na Sala Rio Branco. *O Paiz*, 9 de maio de 1930. O historiador Américo Jacobina Lacombe reconstruiu a vida de Paulo Barbosa da Silva em Lacombe: 1994, p. 19. Maria Barbosa da Silva era filha única de Matias e foi avó materna de Souza Coutinho (Silva: 2010, p. 134). Não há evidência na documentação de Edmundo Barbosa da Silva sobre conhecimento desse parentesco, o que não impede que tenha sido repassado por relatos orais de seus parentes.

da formatura de Edmundo, acelerou o processo de transformação desse quadro. Após a entrada em vigor da nova constituição, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a ele foi delegada a responsabilidade de promover concursos públicos para o Itamaraty. No período do Estado Novo, quase metade das vagas no serviço exterior brasileiro seriam preenchidas por concurso<sup>82</sup>.

A regularidade desses certames viabilizou, para a geração de Edmundo, a possibilidade de preparação de longo prazo. O bacharel estava em posição privilegiada para enfrentar o competitivo concurso. Sua formação no Santo Inácio deu-lhe uma base erudita e, mais importante, a disciplina estoica de estudo. Não é outro motivo que explica por que os egressos da escola jesuíta tiveram tanto sucesso nas provas para o Itamaraty. Edmundo beneficiou-se, igualmente, do ensino da faculdade. Vários de seus professores atuavam nos concursos. Esse era o caso, por exemplo, de Raja Gabaglia, examinador de geografia e história de concursos para os cargos de secretários de legação e cônsules desde 1920. Já o professor Oscar Tenório criou um curso especializado que seguia o programa das matérias para o concurso de cônsul de 3ª classe, o mesmo a que Edmundo se submeteria<sup>83</sup>.

Provavelmente influenciado por seus colegas do Santo Inácio e da faculdade, inscreveu-se no concurso aberto em fevereiro de 1937 – antes, portanto, de sua formatura. Eram oitenta e quatro concorrentes (quinze mulheres) e as provas iniciaram em julho. A de francês, o primeiro filtro, o impediu de prosseguir. Foi devastador. Em toda sua vida educacional,

---

82 Dados retirados da base de dados do projeto “Das polainas e punhos de renda aos inconformistas disciplinados: evolução da diplomacia econômica brasileira da República Velha ao Regime Militar”.

83 Faculdade de direito. *Gazeta de Notícias*, 9 de dezembro de 1934; Pelas escolas. *A Noite*, 4 de abril de 1938.

ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS

EDMUNDO P. BARBOSA DA SILVA E A CONSTRUÇÃO  
DA DIPLOMACIA ECONÔMICA BRASILEIRA

nunca existira obstáculo que não pudesse superar ou desafio impossível de ser contornado pela sua dedicação. O fato de vários dos que passaram para a próxima fase não terem sua inteligência ferida seu orgulho próprio. Estava, agora, decidido a preparar-se adequadamente em francês e enfrentar novamente o certame.



*Edmundo Barbosa da Silva ao assumir cargo no Itamaraty (1939).  
APEBS.*



## CAPÍTULO 2

### A VELHA RUA LARGA

#### Concurso de 1938

*Quem quiser que compreenda a mística dessas provas!*

Luis Avelino Gurgel do Amaral

O fracasso no concurso de 1937 aumentou a tenacidade de Barbosa da Silva em preparar-se adequadamente para o certame de 1938. O edital foi publicado em abril pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, o antecessor do DASP. Edmundo foi o oitavo a inscrever-se. Ele preencheu um requerimento, já apresentando uma série de documentos – provas de nacionalidade, “de bom comportamento”, de quitação do serviço militar, atestados de vacinação, além do pagamento de uma taxa de 10\$200.

O primeiro fato a abalar o concurso foi a exclusão das mulheres. Em setembro, boatos já circulavam na capital de que isso ocorreria em decorrência do novo regulamento diplomático. Tanto o DASP quanto o Itamaraty foram inundados de críticas. Desde 1918, elas prestavam concurso para as carreiras de oficial da Secretaria de Estado. Em 1931, com a unificação desse quadro com o diplomático e o consular, muitas começaram a inscrever-se para as seleções da área consular. Esse foi um movimento geral.

Em 1937, 28% dos candidatos ao serviço público eram mulheres. No concurso de 1934 para o quadro consular, duas das oito vagas foram ocupadas por mulheres. Com oito concorrentes no grupo de sessenta e dois, a taxa de sucesso foi maior do que a dos homens. No de 1935, foram cinco dos dez que passaram – como foram quinze dos oitenta e cinco candidatos, a taxa de sucesso foi maior ainda. Temia-se que essa força avassaladora continuasse e, a despeito da mobilização contrária, a exclusão foi introduzida como consequência da união dos quadros consular e diplomático. Todas as doze mulheres inscritas tiveram seus sonhos soterrados. O segundo choque para os que se preparavam para o certame foi o boato, circulado em meados de outubro, que doze ou mais vagas de cônsul de terceira classe seriam preenchidas sem concurso por apaniguados políticos da administração<sup>84</sup>.

Em 15 de outubro, as inscrições dos candidatos foram homologadas. A primeira etapa do concurso foi o comparecimento ao Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na praça Marechal Âncora. Era a prova de sanidade e capacidade física, fundamentada na visão de que a ciência médica deveria eliminar candidatos com “deformidade, mutilação, distúrbio funcional grave, defeito de linguagem, audição ou visão”. A próxima fase foi a investigação social, realizada por uma Comissão Especial designada pelo Conselho, orientada por “instruções especiais e secretas” para fazer uma devassa na vida pregressa dos candidatos. Edmundo não enfrentou dificuldade. Em decorrência desse primeiro filtro e das novas regras, que excluíram as mulheres do concurso, somente 44 dos 76 concorrentes

---

84 Nessa reforma foi finalmente unificado o quadro consular e diplomático em uma mesma carreira. *Diário Oficial da União*, 9 de abril de 1938, p. 6843; *Diário Oficial da União*, 11 de novembro de 1938, p. 22544; Concurso para cônsul. *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1938; Proporção de candidatas mulheres em concursos promovidos pelo CFSPC e DASP (1837-1940). Relatório. *Revista do Serviço Público*, ano IV, vol. III, n. 3, setembro de 1941, p. 113; Vedada às mulheres a carreira diplomática e abolidos os uniformes. *Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1938; Concurso no exterior. *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1938.

compareceram novamente ao Palácio Tiradentes para receber o cartão de identificação das provas<sup>85</sup>.

No início da manhã de 1º de dezembro, eles dirigiram-se ao Palácio Itamaraty, na avenida Marechal Floriano, nº 196. Para os contemporâneos, o órgão estava “deslocado no meio do gueto”, mergulhado em uma das artérias mais antigas e suburbanas do Rio de Janeiro<sup>86</sup>. A maioria dos órgãos do governo já se instalara condignamente em outros locais (Justiça, Marinha e Viação) ou receberia nova sede (Fazenda). Mesmo nas redondezas havia mudanças. O Ministério da Guerra, anteriormente debruçado sobre a Marechal Floriano, ganhara, com o Palácio Duque de Caxias, certo afastamento, como uma forma de resguardar a instituição da sociedade. A dificuldade em sair da região não decorria só do tradicionalismo da chancelaria e do passado imperial e aristocrático que o palácio evocava. No século XIX, o órgão mudara constantemente de endereço. Esteve na Misericórdia, no Passeio, na Guarda Velha, na rua do Sabão, no Campo de Santana, na Glória e até na residência particular de alguns ministros. Cada transição fora dramática, não faltando situações cômicas, como a mudança da Glória para a rua Larga, quando um caminhão de bombeiros transportou o arquivo para as novas instalações: no trajeto, o comboio foi detido pela patrulha da cavalaria para arrebanhar documentos que estavam caindo pelo caminho. A velha Casa queria descanso<sup>87</sup>.

A rua Larga, quando tinha outro nome e trajeto, no início do século XVII, fora foco de bandidos. No século XVIII, ainda era uma área de pantanosa. A única atividade distinta era o curtume de José da Costa – um dos primeiros nomes, aliás, da rua. No início do século XIX, houve um prolongamento para o Campo de Santana e esse novo trecho passou a ser chamado de rua Larga de

---

85 Seleção apurada. *Correio da Manhã*, 8 de abril de 1938.

86 Rua Larga, centro comercial que copia os subúrbios. *Diário Carioca*, 21 de abril de 1938.

87 Vasconcellos: 1930, p. 245-6.

São Joaquim. Foi rota de escravos e, depois, de ambulantes, ponto de ciganos e de prostitutas. Ela dividia-se em duas. O trecho entre a Igreja de Santa Rita e o Colégio Pedro II tinha somente cinco metros de largura; o outro, de vinte metros, fora caminho para o mercado de escravos do Valongo.

As reformas introduzidas por Pereira Passos mudaram profundamente essa composição espacial para unir o Porto à Estação Ferroviária Pedro II – respectivamente a janela do país para o mundo e a porta de entrada para o Brasil. A nova rua, inaugurada em 1905, teria em breve bondes elétricos e modernos postes. Poucos anos depois, convergindo com o esforço modernizador, foi inaugurado, ao lado do Palácio Itamaraty, o prédio da Companhia Light, um dos maiores poderes econômicos da República Velha.

Pereira Passos imaginou que poderia abolir os ambulantes, o carnaval, o candomblé e os veículos antiquados. Fracassou nesse intento, mas sua reforma trouxe luxo sem precedentes para a avenida Central (posteriormente Rio Branco). O morador suburbano não mais se sentia à vontade nas lojas caras e na supervisão moderadora da polícia de costumes dessa região. Era na Marechal Floriano que estava em casa, no seu constante fluxo de estudantes, operários, comerciantes, servidores públicos e viajantes. No humor carioca da década de 1930, o termo “*Dandy* da rua Larga” era uma expressão pejorativa que nada tinha a ver com a vetustez ajanotada de alguns funcionários do Itamaraty. O termo refletia os estabelecimentos da rua, fonte de inspiração para toda excentricidade e cafonice da época<sup>88</sup>.

Ao aproximar-se do ministério, vindo da área portuária, em quase toda loja, a troco de alguns mil-réis, homens gritavam o “é aqui”, batendo palmas. Outros, afoitos, jogavam-se sobre os pedestres, praticamente forçando-os a entrar nos estabelecimentos.

---

88 Bell: 1914, p. 56.

Quando conseguia desvencilhar-se desses reclamos, era natural ser achacado por vendedores de cigarros contrabandeados e vassouras. O transeunte era convidado insistentemente a comprar sapatos, meias e ternos de qualidade duvidosa, sempre em liquidação nos “grotescos estabelecimentos a varejo”. Uma das lojas que mais reproduziu o novo espírito da rua era “O Dragão”, “o rei dos barateiros”, aberta em 1929 (ou em outubro de 1933, segundo outras fontes), onde se avisava não existir “nem saldos nem encalhes”. Louças, cristais e alumínios eram vendidos para uma crescente classe média e, principalmente, para as noivas que montavam seus enxovais, à vista e sem desconto. A época áurea do Dragão foi em 1935, quando, em um dos primeiros *jingles* do rádio, criado por Noel Rosa e Vadico, apregoou-se a marcha: “Você é mais conhecido do que níquel de tostão, mas não pode ficar mais popular do que O Dragão”. Outro estabelecimento da rua foi o “Leão da rua Larga”, no número 100, loja especializada em frios e comestíveis. Armazém grande da época, vendia manteiga, queijos, lombo, salames, vinhos e conservas. Perto dali, no número 104, estava a Padaria Pereirinha, com suas famosas rosquinhas de Coimbra. Na esquina com a rua dos Andradas, a Alfaiataria Mar e Terra (número 42) vendia seus produtos de qualidade duvidosa e gosto discutível – agora sem tanta concorrência, após o incêndio da alfaiataria “Preciosa” em fevereiro de 1938. A Pensão Itamaraty, no número 220, recolhia os que acabavam de chegar pelos trens da estação. No Hotel Indígena (155), no Hotel Veneza (211) e na Pensão Americana (207), casais viviam seus amores proibidos em sepulcros de sonhos perdidos. Para a polícia, eram estabelecimentos condenados por terem “fugido de suas verdadeiras finalidades”<sup>89</sup>.

Era um choque aos sentidos. Bondes, caminhões, veículos de tração animal e carrinhos de mão passavam a todo momento,

---

89 A dez tostões! *Diário Carioca*, 21 de janeiro de 1938; Um suicídio impressionante numa barca da Cantareira. *A Esquerda*, 17 de dezembro de 1930.

em uma procissão que ia da alvorada ao entardecer. Nas calçadas, arrastava-se, acotovelando-se, “um rio grosso e barrento de gente pobre, de operários”. Em pontos estratégicos, infiltravam-se o convidativo cheiro de bife rolê ou da isca de fígado com batata. Mas era improvável que uma refeição nas úmidas e sujas cozinhas da rua pudessem dar momentânea tranquilidade ao transeunte. Ali mesmo, no restaurante chinês de Chu-Fong, no número 95, não faltavam confusões com os garçons do estabelecimento. Poucas semanas após o resultado do concurso de Edmundo, uma malta gritando lincha fez com que um policial disparasse sua pistola no meio da rua contra um dos funcionários do restaurante; três meses depois, uma briga entre dois clientes deixou como saldo um morto. O único local de sossego eram os cinemas Floriano, Primor, Avenida e Poeira. Nesse último, exigia-se o porte de gravata e sapato dos espectadores homens<sup>90</sup>.

Edmundo e os quarenta e quatro que compareceram às provas abandonaram esse universo turbulento ao adentrarem o Palácio. O ambiente oprimia os candidatos. A circunspecção ecoava num silêncio eloquente. A cada canto, uma tapeçaria, um quadro ou um móvel demandava solenes estudos. Não era sem motivo que, antes mesmo de as provas iniciarem, dez jovens abandonaram o concurso. Os que permaneceram, atravessaram uma galeria e, ao chegarem ao fundo do edifício, observaram um pequeno lago artificial margeado por duas fileiras de palmeiras seculares, guardando a clássica fachada do novo edifício da Biblioteca, com o seu peristilo central de seis colunas jônicas. Atrás delas, cinco grandes portas de jacarandá abriram-se para o átrio interno, que se comunicava com o Salão de Conferências, local das provas. O grande ambiente era no estilo século XVIII português, com

---

90 Oswaldo Orico. Na Sala Rio Branco. *O Paiz*, 9 de maio de 1930; Paulo Silveira. *O Paiz*, 31 de março de 1929; Os populares queriam linchar o guarda. *Diário Carioca*, 11 de janeiro de 1939; Matou com um ferro ponteagudo o contendor. *Diário Carioca*, 13 de abril de 1939.

lustres de prata, cristais, ametistas, topázios e esmaltes de várias cores. O mobiliário era de mochos, bancos e poltronas de jacarandá. As paredes, forradas com painéis de imbuia. O prédio completava oito anos; antes, documentos valiosos estavam jogados pelo chão, desorganizados. Qualquer pesquisa demorava meses, apelando para a memória falha de dois ou três funcionários mais velhos. Agora, o ministério tinha a confiança de ser uma burocracia digna de todas as pompas, carimbos e rituais inescrutáveis, fincado com orgulho empolado na barafunda metropolitana.

\*\*\*

A primeira prova foi a escrita de francês. Consistia na tradução de trecho de cerca de duzentas e cinquenta palavras de um dos livros do edital – Montesquieu, Victor Hugo, Balzac, Chateaubriand, Renan ou Anatole France. No início da prova, foram sorteados o livro e o trecho (*Eugénie Grandet*, de Balzac). Depois, fizeram redação sobre “Balzac et son temps”. Por fim, redigiram uma versão de um trecho d’*A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz. Essa era, historicamente, a prova com o maior nível de eliminação do concurso. Por um ano, Edmundo treinara para esse momento, recebendo ajuda financeira de uma de suas irmãs para arcar com as caras aulas particulares. Para elevar ainda mais a tensão dos candidatos, nada menos que o diretor do DASP, Luiz Simões Lopes, compareceu à prova. Magro, jovem e incansável trabalhador, criava, naquele momento, “o mais organizado e moderno setor público do Terceiro Mundo”. No futuro, ele e Edmundo trabalhariam juntos nos setores públicos e privado e construiriam bela amizade, trocando contos do sertão por sagas gauchescas. Simões Lopes teria grande apreço pelo jovem, considerado como justificativa para o sucesso nas seleções do DASP – “Botamos no Itamaraty essas grandes figuras [...] como Barbosa da Silva”. Disse ser Edmundo possuidor de “ampla e abrangente visão da problemática brasileira” e “capacidade de negociador

emérito”. Naquele momento, contudo, era o jovem, desempregado e ansioso bacharel que se esforçava para superar o desafio imposto a si próprio um ano antes. Foi bem-sucedido. Apesar de ter sido somente a primeira de uma longa jornada de provas, esta foi a fase mais difícil e com maior nível de reprovações<sup>91</sup>.

A prova escrita de inglês foi etapa seguinte, com o mesmo sorteio de textos – Shakespeare, Dickens, Oscar Wilde, Ruskin, Galsworthy e Thackeray. Difícil, mas não impossível. Edmundo dominava o idioma, apesar de, diferentemente de outros candidatos, nunca ter residido fora do país. Em sequência, a prova de português. Seus pais sempre o admoestaram a aplicar-se na escoreita gramática, e seus mestres do Santo Inácio não foram diferentes. Mas foi surpreendente o nível de cobrança. A prova teve um extenso conteúdo de 40 pontos, cobrindo da origem e evolução da língua portuguesa às principais leis de semântica. Na parte de literatura, exigiu-se, inclusive, uma “discriminação crítica dos autores que podem ser considerados clássicos da literatura brasileira”. Os avaliadores também perguntavam: “Modernismo: renovação ou decadência?” Na versão, novamente fez-se sorteio – Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Eça de Queiroz. As próximas fases foram as escritas de direito internacional privado, direito internacional público, história da civilização e do Brasil, e de geografia e corografia (cartografia) do Brasil. A de história da civilização tinha um dos conteúdos mais longos do edital. Começava com a Reforma e Contrarreforma, passava pela Guerra de Trinta Anos e seguia para tópicos como “A Rússia e a Turquia”, “Criação e desenvolvimento do Estado prussiano” e “A sucessão da Polônia”.

---

91 Aspásia Camargo. Lições de Simões Lopes. *O Globo*, 9 de abril de 1994; De Simões Lopes para Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1968. APEBS; De Simões Lopes para Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1982. LSL, cc Silva; Lopes: 2003, p. 17 e 50; Notas taquigráficas da sessão de 21 de setembro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB; Concurso de diplomata. *Diário de Notícias*, 3 de dezembro de 1938; Os que foram classificados na prova de francês. *Correio da Manhã*, 3 de dezembro de 1934.

O continente americano é mencionado pela primeira vez no décimo primeiro ponto: “a independência dos EUA”; seguindo depois, no décimo quinto ponto, para as “causas remotas e imediatas da emancipação da América Latina”. As minorias do Império Austro-húngaro, assim, receberam tratamento quase equivalente ao dispensado à América Latina no conteúdo do concurso. A de história do Brasil tinha menos matérias. Limitava-se a tópicos da história política e a alguns temas econômicos marginais do início da colonização<sup>92</sup>. A última prova foi a de direito administrativo e comercial, em 23 de dezembro de 1938.

Ao final das provas escritas, os dezoito remanescentes estavam cansados. Mas ainda enfrentariam uma bateria de arguições orais. Era um teste de desenvoltura não só da oratória como da capacidade de lidar com a pressão. Como disse o diplomata Raul Bopp décadas depois: “um embaixador mais do que fazer, precisa saber dizer”. Em pé, diante de numerosa plateia, foram sabatinados de 15 a 20 minutos. Familiares, concorrentes, jornalistas e diplomatas acompanharam um dos últimos torneios de uma era em que a retórica serviu de “instrumento de notoriedade social”<sup>93</sup>.

Edmundo saiu-se bem. Não era para menos. No colégio e na faculdade, adquirira habilidade em organizar rapidamente ideias, testar as predileções de ouvintes e pronunciar argumentos articulados e convincentes. Seus colegas também não decepcionaram. Todos os dezoitos conseguiram a nota mínima necessária, o que os habilitou à nomeação para o cargo inicial da carreira (Classe J). Era a coroação de anos de estudos. O concurso foi também um sucesso para o DASP e exemplo emulado em todo o serviço público<sup>94</sup>. Seu diretor, Simões Lopes, fortalecer-se-ia no cargo, apesar de enfrentar o ressentimento de muitos.

---

92 *Diário Oficial da União*, 5 de abril de 1938, p. 6445.

93 Neto: 2012, p. 80.

94 Seleção apurada. *Correio da Manhã*, 8 de abril de 1938.

Edmundo seria um dos admiradores da instituição. Anos depois, lembraria da “plêiade de idealistas que implantaram novo espírito na Administração Pública”. Em sua opinião, “funcionalismo bem recrutado e bem treinado é não só garantia de eficiência, mas até de sobrevivência democrática. Sabem para onde vão e porque vão, no interesse público, facilitando a manifestação espontânea e criadora da iniciativa privada, sob o amparo da lei”<sup>95</sup>.

### Posse

*É preciso que os funcionários do serviço exterior entrem mais diretamente na vida do país, tomando contato com todas as suas camadas e não vivendo isolados nessa ilha de fantasia e tradições, como é tido o Itamaraty por muitos brasileiros.*

Oswaldo Aranha

Oswaldo Aranha estava no Salão Nobre do Itamaraty, em uma cerimônia iniciada às 10h30 de 15 de março de 1938. Guardava ainda a beleza varonil, segurando seu característico cigarro e escutando o eloquente discurso do diplomata que o precedera na chefia da diplomacia brasileira. Uma casa fundada em tradições seria liderada agora pelo maior prócere da Revolução de 1930. Ferido três vezes em escaramuças no Rio Grande do Sul durante a década de 1920, tinha a firmeza de princípios e a coragem dos pampas<sup>96</sup>. Era “coiceiro”, ativo, direto, sem rodeios. Certa vez, mandou uma carta para um colega de gabinete afirmando que este merecia “uma sova de vara de marmelo, daquelas que se dava nas estâncias nos piás retardatários e *recalcados*”<sup>97</sup>. Foi uma das pessoas mais próximas de Getúlio Vargas, compondo a aliança

95 De Barbosa da Silva para Benedicto Silva. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1966. APEBS.

96 Bourne: 2012, p. 47 e 64.

97 De Aranha para Souza Costa. Washington, 27 de outubro de 1937. OA cp 1937.10.27. Grifo no original.

mais relevante da história política brasileira do século XX. Tinham personalidades diametralmente opostas. Aranha era expansivo, loquaz e idealista; Vargas, introvertido e calculista, uma esfinge. Oswaldo tinha formação europeia e espírito aberto a abarcar o mundo; Getúlio, firmemente plantado no solo bruto interiorano, desconfiado e cauteloso. Brigavam, disputavam e ajudavam-se com a mesma intensidade. Alzira, filha de Vargas e colega de faculdade de Edmundo, diria anos depois que “um se queixava do outro, sempre infalivelmente, um lamentava as falhas do outro, sempre que a oportunidade aparecia, um chamava ao outro de ingrato sempre que podia”. Era uma relação política com traços conjugais<sup>98</sup>.

Aranha, primeiro, foi ministro da Justiça. Ocupou, em sequência, a pasta da Fazenda. Depois de curta atividade na confecção da Constituição de 1934, assumiu a embaixada do Brasil em Washington. Seria seu primeiro ensaio na diplomacia. Notabilizou-se pela habilidade na negociação e pelo carisma. Como um dos “tenentes civis” e uma das únicas vozes pregando a superioridade das democracias, não tinha mais credibilidade para representar, nos Estados Unidos, a ditadura do Estado Novo. Retornou ao Brasil, mas logo foi convocado a assumir o Itamaraty. Edmundo certamente escutou o pronunciamento da posse no rádio. Aranha, seguindo o costume dos sucessores do barão do Rio Branco, disse não chegar para substituir, mas para continuar – “neste departamento da vida de nosso país, a coerência fez-se continuidade e esta tradição inviolável”. Conhecedor da dinâmica internacional contemporânea, já pressagiava “uma vigilância e uma atividade sem tréguas” diante da situação internacional “cada dia mais complicada”. Com um cigarro à boca, assentou sua assinatura no livro de posse, dando início a uma das gestões mais complexas das relações exteriores do país. No final de janeiro de 1939, partiu

---

98 Toda essa descrição reflete o texto redigido por Alzira Vargas do Amaral Peixoto em 1959. AVAP vpr ea 1959.00.00

para uma viagem aos EUA. Recebeu cerca de 20 milhões de dólares para liquidar dívidas e um empréstimo de 50 milhões para financiar uma futura planta siderúrgica. Foi notável feito que o fortaleceu no governo diante dos que apoiavam laços mais próximos com as potências totalitárias. No seu retorno de Washington, foi consagrado publicamente em recepção apoteótica<sup>99</sup>.

Nesta cerimônia, Aranha afirmou: “a impessoalidade é a primeira condição para bem servir e melhor contribuir para a obra comum que nos cumpre realizar nesta Casa”. Estas palavras foram uma cortesia para seu colega, Simões Lopes. O chefe do DASP insistentemente solicitava não só a posse da turma de Edmundo como a eliminação de outras formas de recrutamento que não o concurso de provas. Oswaldo Aranha não era contrário à modalidade, mas discordava em defini-la como método exclusivo de seleção de servidores. Sua posição era que, anteriormente, havia um mecanismo para recrutar os melhores auxiliares de consulado, legação e embaixada para preencher as carreiras do ministério. Caso se eliminasse essa forma de ingresso, impedir-se-ia que dezenas de bons profissionais já no sistema fossem aproveitados. Por isso defendeu os concursos de títulos. Ele também não era contrário a nomeação de pessoas diretamente na carreira. Condenava cotidianamente os apaniguados políticos nos Escritórios Comerciais, mas não via necessariamente como benéfica a substituição destes por pessoal da carreira – “Gente inútil, já basta a diplomática”<sup>100</sup>.

---

99 O Sr. Oswaldo Aranha assumiu, ontem, a pasta das Relações Exteriores. *Correio Paulistano*, 16 de março de 1938; Neto: 2013, p. 353; Seitenfus: 2003, p. 81; Nos entendimentos com os Estados Unidos. *Correio Paulistano*, 24 de março de 1939.

100 Voltou ao seu posto o Sr. Oswaldo Aranha. *O Imparcial*, 28 de março de 1939; Do Itamaraty [s.a.] para Simões Lopes. 30 de setembro de 1942; De Simões Lopes para Getúlio Vargas. 12 de julho de 1938; De Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas. 9 de fevereiro de 1943. Maço 35.528. AHI-RJ. As memórias de Carlos Alves de Souza dão a impressão que Aranha era contrário ao concurso de provas, algo equivocado segundo a documentação (Souza: 1979, 176); De Aranha para Vargas. Washington, 11 de novembro de 1935. OA. 35.11.11. Rolo 14. Foto 0335.

A dinâmica conflituosa entre o DASP e o Itamaraty fez com que, mesmo após a publicação do resultado do concurso, na semana do natal, ficasse claro que se desenvolvia uma renhida cabala nos bastidores – brigas internas entre diplomatas, conflitos do Itamaraty com o DASP e desentendimentos das duas instituições com o sereno e imperscrutável Palácio do Catete. Em especial, estava a tentativa de vários diplomatas e políticos de nomear parentes e amigos diretamente na carreira. Foi por isso que somente em 30 de março de 1939 foi publicada a nomeação dos “18 do forte”, alcunha dada aos sobreviventes que, além das provas do duro certame, ainda sofreram no limbo da política do Estado Novo por meses até serem finalmente empossados.

Edmundo, ao adentrar o Palácio para tomar posse, em 1º de abril, não poderia estar mais contente. Certamente pensou na ironia da história de, ali, cinquenta anos antes, seu avô ter socorrido o barão de Ladário e jurado nunca mais dedicar-se ao serviço público. Ao subir a escada para o segundo andar, juntou-se à aglomeração dos dezessete colegas e familiares. Havia, naquele momento, uma hierarquia com base na colocação. Edmundo tinha, na sua frente, somente Antônio Borges Leal Castelo Branco Filho e Sérgio Corrêa Affonso da Costa. O primeiro era filho de Frederico de Castelo Branco Clark, o diplomata piauiense que entrara no órgão pelas mãos protetoras e sob olhar vigilante do barão do Rio Branco. Sua carreira foi longa e trocava, naquele ano, Estocolmo por Tóquio. O segundo estudara no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis e no externato São José, mas ainda não terminara a graduação na Faculdade de Direito. Logo depois de Edmundo, em quarto lugar, estava seu dileto amigo, Antonio Corrêa do Lago. Filho de militar, nasceu na França quando seu pai servia como adido militar junto ao governo belga na I Guerra Mundial. Seguindo a ordem de classificação estavam o médico Paulo Leão de Moura e o bacharel Celso Raul Garcia, os mais velhos da turma. Em sétimo estava

Roberto Campos, celebrado como “jovem escritor e uma das mais vigorosas inteligências da moderna geração de publicistas”, com “uma estranha sensibilidade e extraordinária cultura humanista”. Vivendo na rua da Relação, tinha dez anos de seminário católico, mas era legalmente analfabeto, uma vez que esses estudos não foram reconhecidos oficialmente<sup>101</sup>. Considerando que 93% da população brasileira vivia no cinturão litoral abraçado pelo Atlântico, é impressionante o número de pessoas de sua turma nascidas em cidades do interior. Somente sete eram cariocas; três nasceram no exterior e três no Mato Grosso<sup>102</sup>.

À direita da escada, na antessala, o diplomata Cyro de Freitas Valle, Secretário-geral do Ministério, recebeu-os. Seu pai foi ilustre político, poeta, professor, colecionador de arte, e mecenas, casado com a neta da viscondessa de Campinas, e parente de Oswaldo Aranha. O palácio da família – a Villa Kyrial – foi ponto de encontro de políticos, artistas e boêmios – de Oswald de Andrade a Washington Luís. Freitas Valle era “trabalhador incansável”, de um “zelo exemplar”, com um privilegiado senso profissional e profundo conhecedor dos meandros internos do ministério. Devotado àquela Casa, viveu, sem tirar um dia de licença, do Itamaraty e para o Itamaraty. Testa larga, cabelo repartido ao meio, com uma bolsa negra abaixo dos olhos, ganhava alguma adiposidade em seu rosto que o assemelhava ao seu pai. As similitudes não eram só físicas. Era conhecido pela disciplina rígida que exercia sobre seus subordinados e, aos poucos, vulgarizaria sua alcunha de “Dragão da rua Larga”. Sua relação com Oswaldo Aranha era mais que cordial. A admiração mútua fundava-se em laços familiares. Seriam, para a nova geração, guias e exemplos<sup>103</sup>.

---

101 Campos: 1994, p. 27-9.

102 Novo diplomata brasileiro. *O Imparcial*, 1º de abril de 1939.

103 *Apud* Camargos: 2001, p. 44 e 47; Carta de Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas. Washington, 24 de setembro de 1935. GV c 1935.09.24; Valle: 2001, p. 25-8.

A cerimônia de posse foi no próprio gabinete do ministro, com Freitas Valle franqueando a passagem dos aprovados, familiares e amigos. Logo pisaram o tapete persa Oushak que decorava a suntuosa sala. Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, recebeu-os “com gestos sóbrios e irradiante simpatia”. O ambiente tinha um ar grave. Não pela grande mesa de jacarandá ou as cortinas de tom verde esmaecido. A razão estava nas letras douradas gravadas no friso verde, imitando mármore, que envolvia o teto do ambiente, lembrando que ali trabalhara e morrera o barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, criador de tradições ainda vivas no órgão. A sala estava lotada. Um diplomata leu o termo de posse e, depois das assinaturas, o ministro proferiu breve discurso. Iniciou externando sua alegria em receber os dezoito, pois conquistaram a vitória pelo esforço intelectual. Observando, na sala, vários de seus amigos, que acompanhavam os respectivos filhos, elogiou-os por terem evitado “lançar mão de qualquer pedido de proteção aos seus candidatos”. Entre aquele grupo de dezoito jovens, dois – Corrêa do Lago e Corrêa da Costa – tornar-se-iam seus genros. Como Maurício Nabuco afirmou, o ministério para os íntimos, “era uma sociedade familiar”. Aranha fez questão de notar que os empossados, a partir daquele momento, serviam ao Itamaraty e ao Brasil; eram defensores incondicionais dos interesses, do bom nome, da dignidade e da soberania do país. Novas responsabilidades pesavam sobre os recém-admitidos. Para os que estavam naquela sala, era nítida a origem da seriedade do ministro. O mundo passara os últimos anos sob convulsões políticas, militares e diplomáticas. E a situação só pioraria. Naquele mesmo dia, Franco saiu vitorioso da Guerra Civil Espanhola, iniciando um expurgo entre as fileiras republicanas; três dias depois, Chamberlain comunicou ao parlamento britânico a garantia dada à independência da Polônia; em 7 de abril, os italianos invadiram a Albânia; uma semana depois, Roosevelt enviou carta a Mussolini e Hitler pedindo

garantias de paz na Europa. As séries telegráficas dos postos no exterior, acompanhando esses movimentos, mantinham-se em permanente atividade, em presságio criptografado da decadência de uma ordem internacional. O ministério necessitava de sangue novo para enfrentar esse indefinido futuro<sup>104</sup>.

### Primeiros passos

*Atravessamos nós [...] um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores.*

Getúlio Vargas

Uma pessoa dificilmente oferece sua liberdade voluntariamente. No caso do serviço exterior brasileiro, muitos fizeram – como ainda hoje o fazem – essa oferta com um desvelo expressivo em seu desprendimento. A renda segura no guichê do Tesouro Nacional, o sortilégio de uma carreira misteriosa, o elevado *status* na sociedade e a promessa de viagens a centros cosmopolitas eram atrativos para a jornada mefistofélica. Daquele momento em diante, como vestiam, o que falavam, com quem conversavam, suas escolhas de cônjuges, seus locais de residência, seus divertimentos e suas próprias identidades estariam à mercê de terceiros. Todos os seus movimentos seriam vigiados; cada passo em falso, registrado. Muitas vezes, podiam vislumbrar, nas penumbras, os jogos de poder, as intrigas e, não raro, as mais torpes mesquinhas a governar seus destinos pessoais. Por isso a naturalidade com que, mesmo andejando pelo mundo, seguiriam, com compleição melancólica, todo e qualquer suspiro da Secretaria

---

104 Silva: 1994, p. 3; Nabuco: 2000, p. 73. O ministério provavelmente circulou uma nota para os jornalistas, pois os textos publicados no dia seguinte eram rigorosamente os mesmos. Ver, por exemplo, os novos funcionários do Itamaraty. *A Batalha*, 4 de abril de 1939; Tomaram posse de seus cargos os novos diplomatas. *A Noite*, 4 de abril de 1939.

de Estado. Edmundo, porém, ainda não enxergava tais sutilezas. Ele vivia, naquele momento, a união do encanto da novidade com o prestígio da tradição. O Itamaraty seria sua casa, seu porto seguro, onde faria amigos que o acompanhariam para o resto de sua vida<sup>105</sup>.

Seus primeiros momentos no ministério foram de observação. O culto ao barão do Rio Branco já constituía uma filosofia institucional. Tão grande que dois de seus netos (Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco e João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco) foram nomeados para a carreira sem concurso em decorrência dos “inestimáveis serviços prestados” pelo avô, como afirmou Getúlio Vargas na assinatura do decreto que implementou a medida. Aliás, foram empossados antes dos dezoito da turma de Edmundo<sup>106</sup>.

A maior reverência, naqueles dias, era dedicada às figuras coroadas da casa. Naquela época, escolhiam-se padrinhos e seguiam-nos com uma fidelidade quase familiar, em uma carreira cujas bases apontavam para a aliança da moderação com a defesa do direito. A profissão de fé era cotidiana e estava nos pequenos detalhes, prescritos pela etiqueta social e amparados por um código de conduta informal. O processo de socialização replicou modelos tradicionais de gestão e formação profissional. Meninos que poucos anos antes viviam da dieta pobre e do guarda-roupa limitado da classe média progressivamente viraram adoradores refinados dos melhores vinhos e apreciadores de fraques e sedas

---

105 Muitos eram de sua turma; outros, como Guimarães Rosa, mais antigos. Para Rosa, Edmundo era “querido amigo, grande conterrâneo, colega magnífico, companheiro; e colaborador” no *Corpo de baile*; no *Grande sertão: veredas*, escreveu: “Meu caro Edmundo, aqui vem outra vez o seu sertão, e agora muito guerreiro. Veja se está tudo certo e continue e ensinar-me essas longas rotas pelo chapadão, as caminhadas de nossa infância e da saudade”. Ver inscrição de Guimarães Rosa na contracapa dos volumes *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas* na biblioteca de Barbosa da Silva. No acervo de Guimarães Rosa, no Instituto de Estudos Brasileiros, há correspondência indicando a influência de Edmundo na viagem do escritor mineiro ao sertão mineiro. Ver IEB/JGR-M-18,09 e IEB/JGR-M-18,10.

106 Transcorreu ontem o 27º aniversário da morte do barão do Rio Branco. *Folha da Manhã*, 11 de fevereiro de 1939.

disponíveis na Europa. O concurso não abriu as portas para uma torrente democrática que submergiria uma classe e suas tradições.

O expediente regular do Itamaraty era de 11 horas da manhã até às 17 horas; aos sábados, ia até às 14 horas. Esses horários, contudo, eram distintos no gabinete do ministro e na chefia do Departamento de Administração que começavam às 10 horas e comumente terminavam depois das 19 horas. Outra exceção era a área de Comunicações – naqueles tempos anormais, seguia até meia noite. Alguns costumes foram transformados. Oswaldo Aranha abolira, em sua reforma, o uso de farda diplomática e consular<sup>107</sup>. Ele, ademais, promoveu a circulação das chefias dos postos no exterior. A rotatividade atingiria em cheio os representantes brasileiros na Europa. Muitos haviam passado a maior parte de suas vidas no continente. Eram vistos como casos mais graves os de Carlos Magalhães de Azeredo (34 anos), Luís Martins de Souza Dantas (23 anos), Hippólito Alves d'Araújo (22 anos), Oscar de Teffé (21 anos), José Manuel Cardoso de Oliveira (18 anos) e Raul Régis de Oliveira (16 anos). A iniciativa não surtiu efeitos imediatos. No entanto, ajudou a transformar a mentalidade funcional com relação à necessidade de circulação dos servidores, inclusive para postos de sacrifício – naquela época, os da América Latina.

Outro esforço foi renovar o perfil da força de trabalho do órgão. Dos quase trezentos funcionários do serviço exterior brasileiro, em 1939, setenta nasceram antes da Proclamação da República. A média etária era de 42 anos. A pirâmide funcional era desproporcional, com número excessivo de diplomatas na fase intermediária da carreira e uma base exígua. Edmundo fazia parte do grupo dos setenta e cinco que estavam na base. Eram, naquele momento, difíceis os prognósticos de promoção e de trabalho intelectual. Não se estava na fase em que eram meros copistas de

---

107 Lyra: 1981, p. 211.

luxo, mas ainda não tinham sobre seus ombros, mesmo os mais bem colocados, as responsabilidades de assessorar as chefias da casa. Em 1939, Edmundo, apesar de terceiro colocado, foi destacado para trabalhar no Departamento de Pessoal. Não foi exceção. O mesmo aconteceu com as turmas seguintes. Ainda que tenham expurgado a informação de suas biografias funcionais, João Araújo Castro, Octávio Augusto Dias Carneiro, Ramiro Saraiva Guerreiro e outros também atuaram na administração antes de ascenderem para atividades mais nobres. Era política do ministério colocar seus rebentos primeiramente para o trabalho na “cozinha”<sup>108</sup>.

### A rota para Cambridge

*We erect a statue in our own image inside ourselves  
– idealized, you know, but still recognizable – and then  
spend our lives engaged in the effort to make ourselves into  
its likeness.*

John Banville, parafraseando Diderot

Mesmo passando no concurso, Edmundo não descansou. Amava aprender e buscou oportunidades para completar sua formação acadêmica. Ele foi habilitado para o Curso de Economia e Finanças e para o Curso de História da Faculdade de Política e Economia (Universidade do Distrito Federal) em março de 1939, poucos dias antes de sua nomeação para o Itamaraty. Matriculou-se no de história, mas desistiu. A razão foi sua participação no processo seletivo promovido pelo Conselho Britânico para uma bolsa de estudos. Essa instituição fora criada em novembro de 1934 pelo Foreign Office como braço mais importante de sua diplomacia cultural. As atividades envolviam a formação de especialistas

---

108 *Diário Oficial da União*, 17 de outubro de 1938, p. 20835; Aposentadoria de embaixadores, ministros e cônsules brasileiros. *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1934.

em educação, a criação de escolas de língua inglesa, a promoção de intercâmbio de estudantes, a edição de livros e periódicos, o financiamento de palestrantes e outras atividades culturais. Sua criação resultou da transformação da política internacional após a Primeira Guerra Mundial. Era uma nova fase da diplomacia. Envolveria acordos culturais sobre ensino, promoção de exposições, envio de intelectuais e subsídios a filmes, revistas e livros. O uso da propaganda e da cultura como armas da diplomacia não era fator novo, mas começou a entrar no cálculo estratégico das elites decisórias. A iniciativa também sinalizou o claro declínio britânico como potência internacional. Sem recursos para ter a desenvoltura militar de outrora, o país apançou-se na propaganda e na construção de uma imagem de força e tradição como refúgio ao visível declínio<sup>109</sup>.

O foco do Conselho Britânico era a elite. Seleccionava-se somente alguns países e, nestes, os setores mais influentes da sociedade. Em 1938, no primeiro edital de bolsas de estudo, foram agraciados Vinicius de Moraes, então funcionário da censura do Estado Novo, e o cientista Marcelo Damy de Souza. Vinicius produziria alguns de seus importantes poemas, como “Sinos de Oxford”, em sua estadia no Reino Unido. Utilizando o recém inaugurado serviço diário da BBC para a América Latina, palestraria sobre a vida universitária na Grã-Bretanha<sup>110</sup>.

Em 1939, abriu-se novo edital. A bolsa cobriria despesas de viagem, estadia, matrículas e taxas universitárias durante um ano letivo. Era necessário ter grau universitário, recomendação dos diretores e reitores das respectivas universidades de origem, menos de trinta anos, conhecimento sólido de inglês e ser, de preferência,

---

109 *Diário Oficial da União*, 31 de março de 1939, p. 2538; *Diário Oficial da União*, 21 de março de 1939, p. 2292; 13 de abril de 1939, p. 2941; British Council: 1939; Taylor: 1978, p. 244

110 Birn: 1989, p. 176-85; Eastment: 1982, p. 2-7; As transmissões da BBC para o Brasil. *O Imparcial*, 9 de julho de 1939.

solteiro. Edmundo atendia a todos os requisitos. Ele inscreveu-se no início de fevereiro de 1939. Seu desejo era aprimorar o conhecimento sobre o processo diplomático de formação e desenvolvimento dos países das Américas no século XIX, em especial as relações entre a Inglaterra e a região. O resultado saiu em 12 de maio de 1939, quando tinha pouco mais de um mês no ministério. Apesar da felicidade com o resultado, enfrentou um dilema. Deveria aceitar a oportunidade, sob o risco de perder o cargo?<sup>111</sup>

Era incomum brasileiros estudarem no exterior. Não há números precisos sobre o Reino Unido, mas, no período de 1940-41, havia somente 88 estudantes dos 1.421 provenientes da América Latina nos Estados Unidos (Cuba tinha 299). Essa experiência era algo que diferenciaria Barbosa da Silva no mercado de trabalho e nas redes de prestígio do governo e da elite econômica. O jovem diplomata não poderia perder essa chance. Uma possibilidade seria ser removido para a Embaixada em Londres e, daí, perseguir seu objetivo. Pela legislação, porém, isso não era possível. Ela só permitia a lotação de diplomatas nesse posto após um tempo de estágio na Secretaria de Estado e, mesmo assim, sua remoção só poderia ser feita para um consulado. Mesmo sabendo desse obstáculo, em 15 de maio, Edmundo declarou a Oswaldo Aranha seu interesse em aceitar a bolsa, desde que isso não prejudicasse a sua carreira. A área administrativa do Itamaraty apoiou o pleito. A questão

---

111 Anexos da carta de Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. 15 de maio de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB. Foi selecionado, juntamente com Isabel do Prado e Antonio Rubo Muller. Isabel era formada em direito, sendo uma das melhores professoras de inglês da cidade. Ela estudou ciências sociais na Ohio State University e atuava na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e na União Universitária Feminina. Em 1933, traduziu o artigo "Por que somos feministas", da jornalista belga Eugenie Boyers para português. No mesmo ano, proferiu uma palestra sobre o papel das mulheres na literatura japonesa. Ela prestou concurso para o Itamaraty em 1935, tendo chegado até a fase de provas orais. Rubo Muller, de São Paulo, graduou-se em ciências sociais e políticas na Universidade de São Paulo e desejava aprofundar-se em antropologia social na London School of Economics. Ele era funcionário do Departamento de Cultura do estado de São Paulo, comissionado junto ao gabinete do interventor Ademar de Barros, além de aluno da Escola de Sociologia e Política.

recaiu sobre o ministro. Aranha foi receptivo ao prêmio de seu novo subordinado. Desde setembro de 1938, era vice-presidente de honra da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Mas era necessário o aval do DASP – que inicialmente impunha a necessidade de dois anos de exercício e idade não inferior a vinte e cinco anos para que funcionários se licenciassem. Administrativamente, parecia impossível. Mas o sucesso foi alcançado. O arranjo, alinhavado em 25 de maio, foi que seu tempo de estudo contaria como parte do estágio probatório. Tanto o DASP como o Itamaraty esperavam que, nesse período, Edmundo conduzisse estudos sobre o sistema administrativo britânico e o levantamento de documentos sobre a história do Brasil<sup>112</sup>.

---

112 Estudantes latino-americanos nos Estados Unidos. *Correio Paulistano*, 4 de maio de 1941; O Conselho Britânico distingue com bolsas de estudo a três jovens brasileiros. *Gazeta de Notícias*, 16 de julho de 1939; Vão estudar em Inglaterra. *O Imparcial*, 16 de julho de 1939; De Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. 15 de maio de 1939; Carta de Barbosa da Silva para J. M. Marques do Porto. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1939; De Faro Júnior para Oswaldo Aranha. 23 de maio de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB; A posse do ministro Oswaldo Aranha na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. *O Imparcial*, 4 de setembro de 1938; Ver depoimento na delegacia em 7 de janeiro de 1941. NARA-UK/KV2/3493;



*Edmundo Barbosa da Silva em Londres (junho de 1940).  
APEBS.*



## CAPÍTULO 3

### A IDÍLICA ACADEMIA

#### Viagem

*As viagens de navio, notadamente as dos lentos navios dos anos 30, dão ao ser humano a pausa necessária à adaptação. Não é dormir no Rio e acordar em Paris. É ir se afastando lentamente. É abrir um parêntese no real e no cotidiano para que mente e corpo se acostumem.*

Hugo Gouthier

O mês de agosto foi de grande atividade para Edmundo. Reuniu-se com chefias do Itamaraty, do DASP e do Conselho Britânico para detalhar seus planos de estudo; despediu-se de seus amigos e familiares. Seu primeiro chefe, J. B. de Berenguer Cesar, na despedida, agradeceu-lhe pelo auxílio, que, segundo ele, fora desempenhado sempre “com zelo, inteligência e boa vontade”. Por fim, o jovem diplomata organizou sua viagem no luxuoso escritório da Royal Mail na avenida Rio Branco. Ele decidiu partir pelo navio Highland Brigade, da Nelson Line, algumas semanas antes do início de seus estudos em Londres. Com isso, teria tempo de conhecer um pouco a cidade e desempenhar as tarefas dadas pelo DASP<sup>113</sup>.

---

113 De J. B. de Berenguer Cesar para Barbosa da Silva. 21 de agosto de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB. O Brigade fazia parte da frota da Nelson Lines de Liverpool que faziam o trajeto

A partida foi em 22 de agosto de 1939. O Highland Brigade acomodava 150 passageiros na primeira classe, 70 na segunda e 500 na terceira. Seus porões eram comumente abarrotados de carne congelada provenientes da Argentina para a Europa. A saída do porto foi barulhenta; a cidade que abraçava o navio, de duas chaminés e dois mastros, parecia não querer largá-lo ao oceano. As conversas a bordo ainda eram afogadas pelas despedidas e pelo turbilhão de novidades. Mas logo a atenção voltou-se para atividades menos efusivas, enquanto aproava calmamente ao reboar lento de cruzeiro. Poucas décadas atrás, uma viagem marítima da América para a Europa era uma modorrenta aventura – Mark Twain caracterizou-as como “uma excursão funerária sem o corpo”. Alguns argentinos levavam até vacas a bordo, para dar leite natural a seus filhos; outros viajavam com médico; comumente, levavam-se criados. Em 1939, aviões cruzavam o Atlântico, mas eram jornadas perigosas e caras. Uma viagem do Rio de Janeiro para Berlim durava aproximadamente 37 horas. Para o homem daquela época, era algo apressado, em que a velocidade contaminava os movimentos, a diversão e até o pensamento. Confinado em um cubículo, o passageiro, no avião, era entorpecido por um barulho repetitivo, uma culinária sem distinção e um isolamento que desafiava a predisposição humana de socializar em qualquer ambiente e condição<sup>114</sup>.

A via marítima era, portanto, ainda um privilégio. A chegada de um grande navio da Europa no porto do Rio de Janeiro era anunciada com antecedência, muitas vezes antecipando as personalidades, o *glamour* e os escândalos da travessia. Modas eram apresentadas a um público ávido por novidades, as inovações da prosa e do verso eram proclamadas por literatos, a política mundial era esclarecida por políticos e diplomatas. A maioria dos passageiros dos deques

---

Londres, Boulogne, Ilhas Canárias, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires. Edgerton: 2011, p. 20.

114 Franco: 1961.

superiores vivia a existência frívola de um mundo não disposto a mergulhar em mais uma crise. No subterrâneo de toda essa festa ambulante, todavia, um crescente grupo de homens, mulheres e crianças, chegava para iniciar uma nova vida nas Américas, após os tortuosos caminhos que os expulsaram do turbulento continente europeu. Vistos com desdém por seus colegas do andar de cima, cada vida desse subsolo narrava os impactos de uma era de devastações que se iniciou nas crises econômicas do final da década de 1920 e avançou nos expurgos políticos, nas catástrofes étnicas e nos conflitos armados que semearam o rastilho de pólvora que logo sacudiria o mundo.

Para um brasileiro que nunca saíra do país, teria sido fascinante o deslumbramento das instalações e a complexidade inebriante da etiqueta social. Era a escola de excelência para um jovem diplomata. Costuravam-se, nas conversas demoradas e no diálogo desinteressado, os laços pessoais da diplomacia marítima. A sociedade fortalecia-se nesse grande e requintado salão, que era o Atlântico. A experiência fundamental na viagem era a construção de uma rede de contatos que pudesse ser útil ao alcançar o destino.

Edmundo viveu o sonho da aventura e do desconhecido. O jovem diplomata também se posicionou no promontório de uma era: o entreguerras. O medo aterrador de um novo conflito assustava lideranças mundiais, muitas ainda confrontando as cicatrizes da Primeira Guerra Mundial. Na passagem de cada crise, sentia-se o alívio de um cataclismo evitado; ao mesmo tempo, todos eram arrastados para um buraco muito maior. Se tivesse acompanhado os relatórios políticos mensais da embaixada brasileira em Londres, Barbosa da Silva teria observado a marcha para o conflito: “Segundo boatos que chegam da Alemanha”, disse o embaixador brasileiro em julho, “a guerra estalará depois da reunião do partido, em Nuremberg, na primeira semana de setembro”. As famílias abastadas inglesas mudaram-se para o interior; os estudantes preparavam-se para

uma eventual evacuação. Em 16 de agosto, os alemães declararam não haver compromisso sobre a Polônia. No dia 21, Rússia e Alemanha revelaram o seu pacto de não agressão. Em 22 de agosto, o embaixador britânico em Berlim deixou bem claro que a Polônia não seria sacrificada aos interesses alemães sem uma enérgica reação armada por parte do Reino Unido. Em 1º de setembro, Hitler invadiu a Polônia. Quase na meia noite do dia 3 de setembro, uma programação de dicas de cozinha (como fazer refeições com sopa em lata) foi interrompida na rádio BBC para o anúncio de que o Reino Unido estava em guerra. Neville Chamberlain, o primeiro ministro, confessou para o parlamento: “Tudo pelo o que eu lutei, tudo que esperei, tudo em que acreditei foi arruinado”<sup>115</sup>.

Edmundo relatou a Oswaldo Aranha que esses acontecimentos “tornaram a viagem algo acidentada”. Os passageiros souberam da eclosão da guerra assim que entraram no porto de Las Palmas. Diante do turbilhão de especulações, vários brasileiros decidiram retornar ao Rio de Janeiro. Edmundo demonstrou iniciativa ao lidar com os temores de seus colegas e colocá-los em contato com o cônsul brasileiro em terra. A viagem marítima, a partir de então, foi transformada de idílica passagem para tormentoso pesadelo. O navio fora camuflado em cinza, pesadas cortinas selaram as saídas para os conveses, a proibição de fumar foi rigidamente seguida e a maioria dos passageiros carregou em seus bolsos comida e rum. Nos corredores, as lâmpadas foram pintadas de azul escuro. Todos foram obrigados a usar, especialmente durante a noite, coletes salva-vidas. No instável tombadilho, as largas ondas pressagiavam, no silêncio do oceano infestado de submarinos, a proximidade geográfica do conflito.

---

115 De Régis de Oliveira para Oswaldo Aranha. *Mês político*, nº 7. 1º de julho de 1933; De Régis de Oliveira para Oswaldo Aranha. Situação internacional. 19 e 26 de agosto de 1939. Londres. Ofícios. 1939. AHI-RJ; Steiner: 2011, p. 57, 832 e 1018.

Ao chegar em Lisboa, Edmundo novamente desembarcou e procurou as autoridades brasileiras na cidade, mas não recebeu qualquer instrução contrária ao seu prosseguimento para Londres. Ele poderia ter retornado ao Brasil. Mas caso optasse por essa via, poderia ser alienado pela chefia do Itamaraty, que não poupou servidores graduados como Ildefonso Leitão, que saiu da Espanha durante a Guerra Civil; Gilberto Amado, que desertou de seu posto na Finlândia quando o país foi invadido pela União Soviética; Orlando Arruda, que, tomado de pânico, fugiu de Varsóvia quando a Polônia foi invadida pelos alemães; e Mário de Pimentel Brandão, que conseguiu ser mais rápido do que a *Blitzkrieg* alemã em sua fuga de Bruxelas para Paris no ano seguinte<sup>116</sup>. A diplomacia do Estado Novo não desejava, em suas fileiras, profissionais que carecessem de “coragem”, “energia e “espírito de sacrifício”<sup>117</sup>.

### Cambridge

*The dons of Oxford and Cambridge are too busy educating the young men to be able to teach them anything.*

Samuel Butler

Quando chegou em Londres, em 10 de setembro, Barbosa da Silva foi recebido por um funcionário da embaixada. No dia seguinte, encontrou-se com o embaixador Raul Régis de Oliveira. Era um experiente diplomata, da geração formada no estertor do Império. Ele “nascera para ser mundano, no sentido integral da palavra, para acolher a uns com uma palavra amável, a outros com fortes apertos de mão, com abraços e largos sorrisos; para

116 De Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2 de agosto de 1943. GV c 1943.08.02. Vol. XLI/48; Nosso cônsul em Barcelona. *Correio da Manhã*, 19 de dezembro de 1936; Esteve a vinte quilômetros. *Diário da Noite*, 10 de julho de 1940.

117 Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2 de agosto de 1943. GV c 1943.08.02. Vol. XLI/48.

reverenciar e desfazer-se em gentilezas diante das damas”. Era, contudo, um homem sem fibra, maleável, em que os princípios mudavam com os ventos de sua única predileção: manter-se no posto. Ficara quinze anos à frente da embaixada em Londres; quando Vargas tentou aposentá-lo, mobilizou sua rede de favores. Lorde Halifax comunicou ao presidente brasileiro que o rei Jorge V não gostaria de ver seu colega afastado – ganhou breve sobrevida. Como muitos de sua geração, estava atordoadado com o conflito – “Os jornalistas e diplomatas mais experimentados têm fracassado em todas as previsões”, disse a Oswaldo Aranha. Edmundo e o chefe do posto não teriam muito contato. Este, após consultar o Rio de Janeiro, colocou Barbosa da Silva na lista diplomática local como adido e designou-o para trabalhar na chancelaria da Embaixada até o início de outubro. Ele receberia um conto e quinhentos réis de salário do governo brasileiro, mais uma subvenção anual de 320 libras paga pelo governo britânico. Era montante considerável para um jovem solteiro, mas as restrições impostas pela guerra diminuiriam consideravelmente os benefícios desses recursos<sup>118</sup>.

A Londres que Edmundo conheceu, em setembro de 1939, era uma cidade sitiada. Todos os sinais luminosos, inclusive os de trânsito, foram cobertos. Sacos de areia protegiam vidraças. Em Piccadilly, um bloco de tábuas e cimento armado ocupava o centro, no local do famoso monumento ao deus grego Eros. A cidade vivia sob uma penumbra de fuligem. Pela noite, em decorrência do blecaute, a escuridão era espantosa. Na rua, os tropeços e os desencontros eram comuns – mesmo após os paralelepípedos serem pintados de branco para ajudar os transeuntes a chegarem em casa na escuridão. Nos *pubs*, o claustrofóbico enlevo das cortinas fechadas escondia a névoa de cigarros. A composição etária da

---

118 Lyra: 1981, p. 350; Ricardo Pinto. Leviandades de um embaixador. *A Crítica*, 30 de novembro de 1928; De Régis de Oliveira para Oswaldo Aranha. A guerra. 29 de setembro e 13 de outubro de 1939. Londres. Ofícios. 1939. AHI-RJ; De Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. Relatório sobre bolsa de estudos. Londres, 2 de setembro de 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ.

cidade mudara. Crianças, idosos e enfermos foram evacuados para o interior, assim como parte do governo. Para a maioria, o choque mais importante foi a proibição da divulgação da previsão do tempo. Já a aristocracia só percebeu que ajustes radicais estavam em curso quando Eton emitiu o comunicado de que havia abolido as cartolas nos trajes de seus alunos por conta das dificuldades que tal adereço ocasionaria em caso de ataques aéreos<sup>119</sup>.

Edmundo, quando saiu do Brasil, foi encarregado de diversas missões pelo DASP. Ele pesquisou as informações solicitadas e, em meados de outubro, estava pronto para iniciar seus estudos. O seu plano inicial era estudar na Universidade de Londres ou na London School of Economics. Mas todos os alunos, professores e funcionários dessas instituições foram transferidos para o interior, principalmente para Aberystwyth. Diante dessa situação, escolheu transferir suas atividades acadêmicas para Cambridge<sup>120</sup>.

A cidade localiza-se a menos de cem quilômetros ao norte de Londres, em uma área plana cujo centro margeia o rio Cam. A umidade, em determinados períodos do ano, é insuportável. O inverno, um dos mais frios do Reino Unido. A cidade vivia fundamentalmente da universidade de mesmo nome, aberta no século XIII, sendo, portanto, uma das instituições de ensino mais antigas do mundo. O elemento central da vida universitária era a independência de seus *colleges*. Cada estudante pertencia a um, vivendo em seus apartamentos e fazendo suas refeições em seus salões comunitários. Esse arranjo criava um ambiente de fraternidade e cumplicidade. Esses laços foram de grande valia para a elite

---

119 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 3 de setembro de 1939. JSLF/CPDOC; Edgerton: 2011, p. 36; Steiner: 2011, p. 1024; Swift: 2009, p. 181; Ziegler: 1995, p. 74; Farewell to love. *The Times*, 13 October 1939.

120 Carta de Barbosa da Silva a Dr. Lobo. Londres, 13 de outubro de 1939. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

inglesa que se encaminhava para política, para o serviço público e para a grande indústria<sup>121</sup>.

O culto à tradição era sufocante e a comunidade acadêmica notabilizava-se por ser o último setor da sociedade britânica a adotar novidades – uma das únicas exceções foi a bicicleta, que reinava em suas ruas desde o século XIX. Muitos professores ainda alimentavam uma aura de distância e sabedoria em suas *gowns* (becas) e *caps* (capas). Os jantares eram um testemunho da tradição de reclusão, vida monástica e espírito comunitário. Mesas longas de madeira sem adornos acomodavam os estudantes em um nível mais baixo, enquanto os luminares acadêmicos e administrativos tomavam assento em um plano mais alto. Os alunos, comungando desse ambiente hostil ao espírito livre da juventude, refugiavam-se em uma fachada de polida formalidade. As aulas não eram mandatórias. Cada aluno tinha, no entanto, um supervisor e para ele redigiam seus ensaios semanalmente. Onde o aprendizado era mais proveitoso e intenso era na vida comunitária na cidade, especialmente nos clubes. Era lá, entre um jogo de bilhar e um chá, que a conversa entre alunos formava laços de amizade e compreensão. Mesmo com suas numerosas tradições, a Universidade passava por sérias transições. A biblioteca era nova, inaugurada em 1933, após generosa doação da Fundação Rockefeller. Os *fellows*, que por séculos nunca tiveram obrigações acadêmicas, em 1926 foram obrigados a lecionar, a cuidar da administração e a pesquisar<sup>122</sup>.

Edmundo foi encaminhado para estudar no St. John's College. Como tinha diploma universitário, foi aceito na categoria de *research student* na área de história. O College foi criado no ano de 1209 e, assim como cinco outros desse período, foi fundado por uma mulher – Lady Margaret Beaufort, mãe de Henrique VII.

---

121 Taylor: 2008, p. 3-5.

122 Reeve: 1964, p. 115.

Apesar disso, era instituição estritamente masculina. Somente em meados do século XIX foi permitido aos *fellows* casarem-se e somente após a Segunda Guerra Mundial as mulheres puderam candidatar-se plenamente para vagas na graduação<sup>123</sup>.

O economista John Maynard Keynes, nascido na cidade e professor do King's College, costumava dizer, após a eclosão da guerra, que usava a calma do conflito para refletir sobre a turbulência do pós-guerra. A famosa frase reflete a situação atípica de Cambridge naquele momento, algo vivenciado por Edmundo – estava perto o suficiente da guerra para sofrer seus incômodos, mas longe o bastante para poder desfrutar dos prazeres da vida estudantil. Grupo numeroso de professores fora chamado para o esforço de guerra. Os remanescentes tinham carga de aulas e supervisão maior, além de novos deveres administrativos – inclusive nas brigadas de bombeiros e na atividade de observadores noturnos. A maioria das instalações foram ocupadas pela força aérea britânica, abrindo conflito com a administração, que desejava manter uma rotina de normalidade para a especulação acadêmica. Mas era uma luta perdida. Não seria possível manter a instituição em uma redoma. O maior sinal de transformação estava nos jardins, agora ocupados com plantações de legumes<sup>124</sup>.

O St. Johns mantinha atividades para número cada vez menor de alunos – de 1938 para 1940, o número de estudantes declinara de 389 para 190. A comida não era boa. Um estudante contemporâneo de Edmundo, recordaria posteriormente que os alunos estavam convencidos da não coincidência do prato creme verde servido às terças no refeitório e o corte da grama na segunda. Com a chegada de um inverno rigoroso, em um quarto sem aquecimento, Barbosa da Silva dormia coberto com jornais.

---

123 Taylor: 2008, p. 6 e 39; Willis e Clark: 1988, p. 316; Linehan: 2011, p. 397; Miller: 1961, p. 99-100.

124 Brook: 1993, p. 505-7; Miller: 1961, p. 113-4; Skidelsky: 2005, p. 708

Colocava-os, inclusive, nos calçados, para amenizar um pouco o frio. O jovem brasileiro, a despeito de todas as dificuldades, aproveitou sua estadia para aprimorar o inglês e participar das tradições locais. Ele destacou-se no remo, competindo pelo “The Lady Margaret Boat Club”. O fato de atividades desportivas ainda serem desempenhadas por homens em idade militar escandalizou a sociedade local, que exigiu sua cessação. Alguns mais afoitos, como o professor H. F. Baker, perguntavam se não chegara o momento de barricar as portas e janelas que davam para o Magdalene, como derradeira iniciativa de parar a Wehrmacht<sup>125</sup>.

Ainda que tenha aproveitado as distrações da cidade, a atenção de Barbosa da Silva devotou-se primordialmente para as atividades acadêmicas. Ele inscreveu-se em várias disciplinas. A mais importante foi a de Direito Internacional Público, ministrada por Hersch Lauterpacht, grande autor e curador do Tratado de Direito Internacional de L. Oppenheim e futuro membro da Corte Internacional de Justiça. Foi uma experiência gratificante e extremamente contemporânea em seus tópicos, como o direito dos neutros e o uso de bloqueio marítimo. O jovem diplomata nem poderia imaginar como tais lições seriam valiosas para seu futuro profissional. Quase cinquenta anos depois, ao debater com o diplomata Manoel Pio Corrêa Jr. a crise do navio Santa Maria, Barbosa da Silva lembraria das lições de seu professor para argumentar o caso. Ele também participou das aulas do professor Ronald Robinson, da Universidade de Londres, sobre a História Diplomática da Europa de 1870 a 1914<sup>126</sup>.

Ele decidiu iniciar os estudos preparatórios para um doutorado em história. Pelo sistema vigente, deveria escolher um subtema de

---

125 Linehan: 2011, p. 550-523. Entrevista telefônica com Raphael Barbosa da Silva. 20 de setembro de 2013; Um brasileiro em Cambridge. *Diário de Notícias*, 28 de julho de 1942.

126 De Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. Relatório sobre bolsa de estudos. Londres, 2 de setembro de 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ.

pesquisa, que seria objeto de tese a ser apresentada no prazo de três anos. Quem dirigiu seus estudos foi o professor J. H. Clapham, uma das maiores autoridades em história econômica inglesa. Edmundo escolheu o tópico “Relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha” entre 1704 e 1822, justificado por ele como “o período áureo de nossa história colonial, terminada pela Independência”. Ele não deixou uma monografia sistematizada desse estudo, nunca aliás concluído. Sabemos, todavia, que o diplomata iniciou sua pesquisa no declínio do comércio açucareiro, no século XVII. Depois, examinou “os problemas surgidos no século XVIII com as descobertas de ouro no interior do Brasil” – o afluxo de pessoas e mercadorias, a exportação de metais para Europa e suas consequências. Ele seguiu sua análise observando o curto ciclo do algodão e o *satus* diferenciado do café no século XIX. Tanto o corte cronológico como a exposição teórica subjacente não eram novidades naquela época e seria difícil a defesa de uma tese de doutorado estruturada somente nesses dois eixos. Faltou-lhe tempo para que o projeto fosse maturado.

Enquanto Edmundo estudava este tema, o historiador John Andrew Gallagher, do Trinity College, trocava a universidade pelo regimento de infantaria motorizada. Ele lutou no norte da África, na Itália e na Grécia, retornando a Cambridge para redigir, juntamente com Ronald Robinson, professor de Barbosa da Silva, um dos trabalhos mais influentes sobre as relações entre o império britânico e a periferia do sistema capitalista. Uma das premissas era que o imperialismo britânico utilizou a colaboração de elites locais para avançar seus desígnios. Com benefícios mútuos, uma rede de comerciantes, banqueiros e diplomatas arquitetaram, de forma descentralizada, um império informal que substituiu o braço armado pelo pacto político da cooptação sob o imperialismo do livre comércio. A segunda premissa era que esse imperialismo era voltado não para a conquista de território: o fim primário era o alcance de objetivos

econômicos. Tais argumentos já estavam difusos no discurso político e lançariam uma polêmica que perdura até os dias de hoje<sup>127</sup>.

Edmundo, provavelmente influenciado por Robinson, entrelaçou a análise etapista dos ciclos econômicos com a estrutura de poder do sistema internacional, especialmente “os problemas criados pela política de segurança adotada por Portugal, ameaçado de ruína pela grande luta econômica entre os impérios coloniais francês, espanhol e holandês”. O aspecto central, em sua opinião, era a hegemonia britânica:

*[...] [A] Inglaterra, baseada na superioridade de sua indústria e com um curioso sistema de monopólio, desferia golpes de massa no colosso que a amedrontava, o Império Espanhol, usando o fraco Portugal e sua colônia americana como entrepostos*<sup>128</sup>.

Sua visão da política de aliança e proteção seguida pela Grã-Bretanha em relação a Portugal, portanto, convergia com a premissa de Gallagher. Ela ainda trazia uma instigante interpretação da continuidade entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. Em sua opinião, os americanos foram ativos na penetração do sistema de monopólio espanhol na América Latina, da mesma forma que sua antiga metrópole – “sendo ambas expressões dos interesses nascidos juntos e havia pouco separados”. Interpretando o que ocorreu após o seu marco temporal nas relações intra-regionais na América Latina, considerou não ter ocorrido a formação de um sistema econômico que balanceasse os fluxos com as grandes potências. Somente o início do século XX haveria uma mudança desse padrão, “tornando-se realidade o sonho de Bolívar: o Pan-Americanismo com passo triunfante”. Essa visão demonstra

---

127 Sobre esse tema, ver Garcia: 2006.

128 De Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. Relatório sobre bolsa de estudos. Londres, 2 de setembro de 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ.

que o jovem diplomata ainda não superara o idealismo jurídico universitário<sup>129</sup>.

Para Oswaldo Aranha, Edmundo confessou a esperança de que os estudos a que se dedicava permitiriam salientar, no marco temporal que escolheu, o papel do Brasil “nesta série de transformações econômico-políticas da América”<sup>130</sup>. Seu supervisor, professor Clapham, informou ao British Council que estava “muito impressionado pela habilidade e pelo entusiasmo” de Barbosa da Silva, e que considerava bem provável a redação de “relevante peça de pesquisa histórica”. Seu tutor, C. W. Guillebaud, fez elogios semelhantes, tanto do ponto de vista de seus estudos como de seu caráter. Salientou, particularmente, que o estudante fora ativo na vida social do College e excelente remador<sup>131</sup>.

### O chamado da Guerra

*An Englishman's mind works best when it is almost too late.*

Lord d'Abernon

No ambiente de especulação acadêmica de Cambridge, Edmundo acompanhou, pelo noticiário, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Se os meses finais de 1939 foram mais calmos, a situação mudou rapidamente no início do ano seguinte. Pela BBC, soube praticamente ao vivo do avanço das tropas nazistas pelo continente europeu. Em 9 de abril, a Alemanha invadiu a Noruega e a Dinamarca. Em 10 de maio, Luxemburgo. Em cinco dias, os holandeses dariam sua rendição; poucos dias depois, foi a vez dos belgas.

---

129 *Idem*.

130 *Idem*.

131 Carta de Douglas Parmée a Moniz de Aragão. London, 13th July 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ.

A nova situação derrubou o gabinete de Chamberlain, que por tantos anos lutara por uma política de apaziguamento. Em seu lugar, assumiu Winston Churchill. Com sessenta e cinco anos, uma apreciação excessiva por álcool e uma infinita fonte de energia e bons charutos, não titubeou em apoiar os franceses. Foi insuficiente para deter os alemães. Sem conseguir uma saída viável para o exército expedicionário britânico, iniciou o processo de evacuação da Europa continental. Todas as atenções do mundo voltavam-se para Dunquerque, onde levas de soldados eram apressadamente encaminhadas para o Reino Unido. 750 mil evadiram-se do perigo nazista.

Em 14 de junho, as tropas alemãs marcharam sobre Paris. Dois dias depois, o marechal Pétain, com 84 anos, o responsável pela vitória na Batalha de Verdun em 1916, anunciou que negociaria um armistício. Isso foi feito uma semana depois, dividindo a França em duas e iniciando uma política de colaboração com os invasores. Churchill, em 4 de junho, sempre adepto da retórica grandiloquente, conseguiu transformar essa humilhante situação em um grande desafio para os britânicos e estrangeiros que estavam agora no último reduto de resistência à Alemanha nazista. Ele, contudo, não escondeu a realidade: agora, a guerra seria travada em casa. Suas palavras de admoestação arrebataram todos, soprando o vento da esperança. Rapidamente, mais de 250 mil pessoas ofereceram-se para realizar trabalhos voluntários para o esforço de guerra. Edmundo, em Cambridge, também atenderia a um chamado, mas o proveniente do governo brasileiro<sup>132</sup>.

O avanço nazista sacudiu o serviço exterior brasileiro. Diplomatas que lutaram anos para conseguir um posto de relevo na Europa viram-se na carestia, na sujeição das movimentações das tropas e na insegurança de morrerem a qualquer momento – ou

---

132 Atkin: 2003, p. 4; Clayton e Craig: 1999, p. 37 e 71; Klingaman: 1988, p. 5; Mackay: 2002, p. 61; Nicolson: 1967, p. 86.

passarem meses internados em campos de refugiados. O trabalho não tinha horário nem responsabilidades objetivas. Embaixadores muitas vezes resignavam-se à tarefa de buscar víveres.

Em Londres, ocorreu o súbito aumento de governos exilados. Para a Embaixada do Brasil na cidade, isso ocasionou concomitante elevação de trabalho. Em 1939, o posto expedira 657 correspondências por via postal ou telegráfica para a Secretaria de Estado; em 1941, esse número fora elevado para 1467, sendo o posto mais movimentado do serviço exterior brasileiro (Washington, em segundo, enviou 1392). Se, em 1938, o expediente já era de oito horas – uma carga diária elevada para os padrões da época –, dois anos depois, o regime de trabalho ficaria pior. Era “o posto mais importante do nosso serviço diplomático”, afirmou Souza Leão, futuro chefe de Edmundo, ao pai, confessando que nunca estaria tão em evidência, teria tanto trabalho e viveria dias mais interessantes<sup>133</sup>.

O aumento do trabalho não foi acompanhado pelo reforço no número de servidores. Estava-se, portanto, à caça de diplomatas. Em tempos normais, isso não seria um problema; Londres sempre foi cobiçado destino. Mas a guerra mudara sensivelmente tal situação. Buscavam-se postos tranquilos – principalmente na América Latina e nos Estados Unidos. Por essa razão, foi solicitada a Oswaldo Aranha a convocação de Edmundo. Não era uma remoção propriamente dita – seu *status* seria de “adido à embaixada”, pois ainda não cumprira o estágio probatório no Brasil para ser removido. Ele apresentou-se em 18 de junho de 1940, quatro dias após a tomada de Paris, permanecendo nessas funções até 20 de dezembro do ano seguinte<sup>134</sup>.

---

133 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 15 de fevereiro de 1939 e 27 de setembro de 1941. JSLF/CPDOC.

134 De Barbosa da Silva para Oswaldo Aranha. Relatório sobre bolsa de estudos. Londres, 2 de setembro de 1940. Ofícios. AHI-RJ.

O ambiente em Londres, em junho de 1940, mudara completamente desde a chegada de Edmundo, em setembro do ano anterior. Isso ocorrera de forma súbita. Um general francês que a visitou antes comentaria o choque de observar pessoas flinando pelos parques e fazendo filas nos cinemas. Pareciam “pertencer a outro mundo que não aquele em guerra”. O avanço alemão, contudo, fora tão fulminante que as pessoas ficaram “embasbacadas com a magnitude da catástrofe”. Homens retiravam as cercas e escoteiros coletavam alumínio para o esforço de guerra, crianças recebiam máscaras de gás, Whitehall era barricada por sacos de areia e muitos observavam atentamente os céus à procura de paraquedistas alemães. O diplomata britânico Harold Nicolson, que trabalhava no Ministério da Informação, escreveu em seu diário: “Acho que Hitler provavelmente nos invadirá dentro dos próximos dias”. Oswaldo Aranha, no Brasil, leu conclusões semelhantes de seu representante em Londres: os ingleses estavam “convencidos de que os modernos processos de guerra anularam a invulnerabilidade das ilhas britânicas”<sup>135</sup>.

A cidade ganhara um ar mais cosmopolita. Nas ruas, marinheiros franceses desfilavam com seus pompons vermelhos e calças listradas, policiais holandeses ostentavam seus uniformes negros adornados com laços prateados, oficiais poloneses envergavam túnicas de um verde esmaecido engalanadas com várias medalhas e enfermeiras canadenses andavam faceiras com seus quepes desproporcionalmente grandes. Todos tinham suas atenções voltadas primariamente para seus respectivos representantes diplomáticos. Este era um grupo privilegiado, com alta renda, morando em excelentes hotéis e residências, protegidos das dezenas de regulações que se sobrepunham ao cotidiano londrino. A principal representação era a embaixada americana,

---

135 Atkin: 2003, p. 5 e 67; Gaulle: 1955, p. 56-7; Nicolson: 1967, p. 103; Tel. 116 de Londres. 15 de maio de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ.

em Prince's Gate. Ela tinha à sua disposição cerca de quatro mil funcionários civis e militares e estruturas físicas de fazer inveja – inclusive um abrigo antiaéreo para 150 pessoas<sup>136</sup>. Os mais requisitados diplomatas na cidade eram Ivan Maisky, que há mais de uma década representava a URSS; Joseph Kennedy, pelo governo americano; Wellington Koo, da China, que se recusou assinar o Tratado de Versalhes em 1919; e o barão Cartier de Marchienne, diplomata que desde 1927 representava a Bélgica na Corte de St. James. O embaixador brasileiro não tinha grande relevância na cidade. Quando Régis de Oliveira, após quinze anos de posto, despediu-se de seus contatos britânicos, estes o receberam com desdém<sup>137</sup>.

Em seu lugar, chefiaria a embaixada José Joaquim Moniz de Aragão. Era filho de Maria Bernardina, sobrinha de Caxias e paixão do barão do Rio Branco. Foi, aliás, sob as asas protetoras deste que entrou na carreira, como seu secretário particular. Privou da intimidade do grande chanceler e, na morte, naquele fatídico 12 de fevereiro de 1912, coube-lhe a responsabilidade de carregar as condecorações do seu falecido mentor. Casou-se com a filha do presidente Rodrigues Alves e teve meteórica carreira. Em meados da década de 1930, trabalhou na Secretaria de Estado, quando demonstrou ser grande conhecedor das entranhas funcionais do ministério. Foi ele que recebeu do ministro Macedo Soares a incumbência de redigir o projeto de lei para reorganizar o ministério, documento aproveitado na gestão Oswaldo Aranha e aprovado logo antes da posse de Edmundo. O posto anterior de Moniz Aragão fora Berlim, onde teve sua biografia funcional manchada pelo seu papel no caso Olga Benário. Era, naquelas circunstâncias, um diplomata fora de sua época. Não falava inglês e

---

136 Holmes: 2001, p. 2 e 13; Swift: 2009, p. 187.

137 Dilks: 1972, p. 267; Madol: 1943, p. 108-14.

vivia pacatamente no campo cercado de brasileiros, dando grande liberdade aos subordinados<sup>138</sup>.

Edmundo estava em Londres quando Moniz de Aragão chegou na cidade, em 4 de março de 1940, mas não presenciou a conversa deste com o visconde Halifax, o secretário das relações exteriores britânico. Depois da troca de amenidades, os dois voltaram-se para o assunto mais espinhoso nas relações bilaterais – as repetidas violações da neutralidade brasileira no Oceano Atlântico pela marinha britânica. Isso seria uma fonte perene de conflito entre os dois países nos meses seguintes. Moniz de Aragão, na ocasião, aproveitou que Edmundo estava na cidade e convidou-o para acompanhá-lo na cerimônia de entrega de suas credenciais no Palácio de Buckingham. No evento, o jovem diplomata teve mais contato com futuros colegas do posto. As diferenças eram consideráveis em termos de raízes familiares e educacionais. Joaquim de Souza Leão era bisneto de Luiz Philippe de Souza Leão, o conselheiro e senador pernambucano; neto do barão e visconde de Campo Alegre. Toda a família, de raiz portuguesa, provinha dos que se assentaram em Pernambuco logo após a expulsão holandesa. Por quase dois séculos, ela plantou cana e ergueu engenhos de açúcar. A casa grande no engenho de Morenos tinha rico mobiliário, datado de 1859, quando dom Pedro II fora recebido em seus refinados salões. Souza Leão participou do controverso concurso para 3º

---

138 Ao saber da prisão de Prestes e tomando conhecimento que a polícia brasileira não tinha informações sobre a companheira do líder comunista, forneceu fotos de jornais brasileiros para a Gestapo e acompanhou de perto a consulta em mais de 25 mil fotos e 60 mil fichas da polícia alemã, até a identificação de Olga Benário. Depois, intermediou sua entrega para as autoridades alemãs. Benário primeiro ficou presa em Berlim, onde foi torturada; depois, foi transferida para Ravensbruck, de onde não se teve mais informações precisas sobre seu paradeiro. Em Berlim, a ação contra Olga Benário não foi o único episódio a conspurcar a memória do diplomata para a posteridade. Ele foi ativo na tentativa de barrar a imigração judaica ao Brasil e acompanhou o trabalho do Bureau Anti-Komintern, sugerindo em 1937 que o Brasil ajudasse a subvencioná-lo. Carneiro: 1988, p. 171; Levine: 1980, p. 71; Lopes: 2008, p. 269; Seitenfus: 2003, p. 26-8 e 136-8; De Moniz de Aragão. Para Macedo Soares. 11 de novembro de 1935. Comissões Diversas. Vol. II. 1931-6. AHI-RJ; De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 11 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC.

oficial de 1918, pouco antes de colar grau na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Seus concorrentes foram Jorge Latour, o futuro cérebro atrás da criação do Instituto Rio Branco, e Maria José de Castro Rebello, a primeira mulher a prestar um concurso para o Itamaraty. Souza Leão passou em segundo lugar, com quase metade da pontuação de Maria José. Foi o último “Leão do Norte” de nossa diplomacia. Curioso, inteligente, de fala mansa e maneiras aristocráticas de grão-senhor, não era brilhante, mas demonstrava erudição, principalmente no seu tema favorito: a história da arte. Foi o principal divulgador da obra do pintor holandês Franz Post no Brasil<sup>139</sup>.

Abaixo na hierarquia, estava o diplomata José de Alencar Neto. Nascido em Berlim, seu avô foi o famoso político e romancista; seu pai, um experiente diplomata com passagem na chefia da embaixada brasileira em Washington e na Subsecretaria de Estado na gestão de Domício da Gama. Não se podia atribuir a Alencar Neto as características de literato – o estereótipo comum do diplomata da época em que pai e avô atuaram nas grandes rodas da sociedade carioca. Na verdade, suas predileções traziam a marca de um novo tempo. Alencar Neto era especialista em temas econômicos e um burocrata de grande categoria. A habilidade na organização de fichários, a destreza na manipulação de anuários estatísticos, o conhecimento das casas exportadoras e importadoras – tudo seu perfazia um novo perfil de diplomata. Já havia trocado o cigarro europeu pelo cachimbo britânico e, entre uma bafurada e outra, não deixava de soltar uma frase irônica contra a própria diplomacia brasileira. Tinha justificativa. O relacionamento de Alencar com sua companheira desmoronava a olhos vistos. Viviam separados e, em março de 1941, caminhavam pela difícil rota da anulação

---

139 Court circular. *The Times*, 8 March 1940; A Secretaria do Exterior conta desde ontem uma funcionária. *Correio da Manhã*, 1º de outubro de 1918; Franco: 1961, p. 117; Lopes: 2008, p. 322; Oliveira: 1976, p. 352.

do casamento. Apaixonado por uma peruana, teve de desatar o enlace em decorrência da indisposição do Itamaraty em conceder-lhe a necessária autorização para o casamento. Foi chamado para retornar ao Brasil em 1940, mas, em decorrência da guerra, permaneceu no posto até 1944<sup>140</sup>.

O diplomata mais próximo de Edmundo, até por questões de idade, foi Frederico Chermont Lisboa. Ele descendia do nobre francês Theodosio Constantino de Chermont, o engenheiro que iniciou o cultivo de arroz no Pará no século XVIII e implementou, como militar, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) no norte do país, demarcando as terras portuguesas e espanholas. Sua família reinou no feudo político paraense desde então. Justo Leite Chermont, governador do Pará de 1889 a 1891, foi ministro das Relações Exteriores após a saída de Quintino Bocaiúva e senador por diversos mandatos. Três dos seis Constituintes de 1934 pelo estado eram parentes seus. Havia, igualmente, relações na diplomacia. Epaminondas Leite Chermont foi nomeado cônsul em Londres em 1901 e acompanhou Joaquim Nabuco até o fim de sua vida.

Chermont Lisboa era forte, tinha tez pálida, quase cinza, olhos e cabelos escuros, sempre extremamente bem vestido e com o início de uma pronunciada barriga. Entrara na carreira diplomática pelo modo tradicional. Fora auxiliar de consulado em Hamburgo e após a família mobilizar sua rede de apoios políticos, conseguiu ser nomeado, sem concurso, na carreira consular. Atleta viciado em polo, era reconhecido como “companheiro, simpático, sociável”. Falava inglês, um grande ativo, mas era “quase nulo”

---

140 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 28 de março de 1941. JSLF/CPDOC; De Moniz Aragão para Oswaldo Aranha. Racionalização das informações sobre os produtos brasileiros de exportação. Trabalho do 1º secretário J. De Alencar. Londres. Ofícios. 1939; De Cavalcanti Lacerda, Zacaria de Goes, Pecegueiro do Amaral, Hildebrando Accioly para Mello Franco. 9 de julho de 1931. Comissões Diversas. Vol. II. 1931-6; Desptel 502 para Londres. 2 de fevereiro de 1940. Londres. Telegramas Expedidos. 1940. AHI-RJ

em termos de trabalho. Seu primeiro posto foi Pequim, onde conheceu a namorada, Marguerite d'Anjou. Uma francesa “bonita, jovem e simpática”, mas com “temperamento aflito” e “indiscreta”. Ele estava em trânsito por Londres para assumir um posto em Portugal, em março de 1940, quando Moniz de Aragão solicitou a Oswaldo Aranha que o jovem diplomata permanecesse na cidade. Em Londres, era tido como sociável. Seus únicos interesses fora do trabalho eram mulheres, intrigas e polo, segundo o relato de um espião. Barbosa da Silva era um habitual participante das festas e encontros organizados pelo paraense. Seria, inclusive, seu companheiro de polo vez ou outra. Mal poderia saber os dissabores que essa associação em breve ocasionariam<sup>141</sup>.

---

141 González: 1998, p. 196-7; De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 20 de março e 10 de abril de 1941; De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 16 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC; Tel 50 de Londres. 30 de março de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ; Ver relatório de 3 de abril de 1941; Background check. 29/7/41. NARA-UK/KV2/3493.





*Embaixada do Brasil em Londres (1941).  
AHI-RJ.*



## CAPÍTULO 4

### LONDRES E A GUERRA

#### Retorno a Londres

*Unreal City,  
Under the brown fog of a winter dawn,  
A crowd flowed over London Bridge, so many,  
I had not thought death had undone so many.*  
T. S. Eliot

Quando Londres titubeava sob a fraca e desmoralizada liderança de Chamberlain, o primeiro ministro acreditou que a rota para a paz europeia passava necessariamente por Roma. Com efeito, Itália e Grã-Bretanha mantinham um relacionamento bastante amistoso, mesmo após o início do conflito. Mussolini, em particular, aproveitou-se do político britânico para adotar uma retórica de paz, tendo sido um dos arquitetos do acordo de Munique em 1938, que selou o avanço do exército alemão sobre a Checoslováquia. Poucos meses depois, a Itália invadiu a Albânia. Mesmo assim, o Foreign Office continuou a dar incentivos econômicos aos italianos. Mas Roma já estava perdida. A aliança com a Alemanha tinha propósitos claros. Os militares italianos viam a situação estratégica do país como extremamente perigosa. Córsega, Tunísia, Malta, Gibraltar, Suez e Chipre formavam um arco sufocante, sendo permanentes fontes de insegurança para o território italiano. Era necessário romper esse cerco e ocupar o

Mediterrâneo. Outra questão era a crescente aproximação anglo-francesa e seus efeitos nos embates políticos que o governo italiano enfrentava. Não se discutia a possibilidade de a guerra eclodir; era uma questão de quando e em quais circunstâncias.

No início de 1940, Mussolini oscilou entre a cautela e a exaltação. Ele imaginou que poderia iniciar uma campanha limitada no final de 1941; em outros momentos, afirmou que a janela de oportunidade para a Itália acertar suas contas estava se fechando. Ele recebeu de seu Estado Maior a atualização dos planos criados em 1888 para transportar tropas italianas para o Reno, de forma a apoiar uma ofensiva alemã contra a França. A *Blitzkrieg* alemã foi mais rápida e, antes de os alemães acabarem sua campanha no solo francês, Mussolini decidiu declarar guerra à Inglaterra e à França. Para um observador da política italiana, o ditador desejava “declarar a guerra de forma a não lutá-la, e simplesmente sentar na mesa das conversas de paz e, assim, conseguir sua participação no espólio”. Às seis horas da noite de 10 de junho de 1940, leu a declaração de guerra na sacada do Palazzo Venezia. O ditador pensou que o poder demográfico fascista poderia contrapor à estrutura eminentemente industrial da guerra. Pagaria caro pelo erro<sup>142</sup>.

O mundo recebeu com consternação a declaração de guerra. O fato de o ditador italiano ter permanecido por anos ambivalente e ter esperado praticamente a derrota da França foi um sinal de ignóbil covardia. Joseph Kennedy, embaixador americano em Londres e pai de John Kennedy, futuro presidente dos EUA, chamou-o de “chacal e traidor de todas as coisas boas e justas”. Roosevelt, na Virgínia, afirmou que o governo italiano perfurara

---

142 Gooch: 2007, p. 450-1 e 509; Knox: 1982, p. 121; Strang: 2003, p. 230 e 303-40; From Halifax to Campbell. 16 February 1940. In: Preston e Partridge: 1998, p. 48-9.

uma adaga nas costas de seu vizinho. Churchill logo determinou o internamento da comunidade italiana em território britânico<sup>143</sup>.

Apesar de muitos terem ficado surpresos com a súbita declaração de guerra, no Rio de Janeiro, ela já era dada como certa. Em 31 de maio, Ugo Sola, o embaixador italiano, reunira-se com Oswaldo Aranha. O encontro foi tenso e, para o diplomata italiano, simbolizou uma das “mais comovidas recordações” de sua vida diplomática. Nele, questionou se o Brasil poderia ficar responsável pelos interesses de seu país em territórios britânicos caso ocorresse uma guerra contra o Reino Unido. Após a reunião, Oswaldo Aranha confidenciou, em caráter secreto, para Moniz de Aragão, que o Brasil aceitara a solicitação. Poucos dias depois, este confirmou a notícia de que o conflito estava próximo e telegrafou a Oswaldo Aranha solicitando diversas providências, entre elas a convocação de Edmundo para trabalhar na Embaixada – o diplomata disponível mais próximo de Londres para cuidar das novas tarefas que recairiam sobre o posto<sup>144</sup>.

Quando Mussolini discursou no Palazzo Venezia, portanto, as engrenagens do governo brasileiro já estavam posicionadas para lidar com o conturbado rompimento. No dia seguinte, uma circular telegráfica irradiou para todos os postos do Brasil no exterior o que muitos já sabiam pela imprensa: o Brasil assumiria a proteção dos interesses italianos na França, no Reino Unido e em seus domínios, possessões e colônias. A responsabilidade conferiu alto *status* ao Brasil. De Berlim, Cyro de Freitas Valle comemorou: “Ecoou aqui como uma prova do crescente prestígio internacional do Brasil na Europa o fato de lhe serem confiados [...] a proteção dos interesses italianos”. Até hoje não são claras as razões pela escolha do Brasil.

---

143 Clayton e Craig: 1999, p. 146-7; Swift: 2009, p. 255.

144 Desptel 2048 para Londres. 31 de maio de 1940; Tel 151 de Londres. Confidencial. 3 de junho de 1940; De Hugo Sola para Oswaldo Aranha. 31 de maio de 1940; Desptel 83 para Londres. Confidencial. 31 de maio de 1940; Desptel 56 para Roma. 31 de maio de 1940. Maço 30.148. AHI-RJ.

Certamente os italianos, em 1940, perceberam que o Rio de Janeiro se tornara a principal capital da América do Sul e, nas Américas, só rivalizava com Washington; ademais, provavelmente, esperavam com a medida estabelecer um relacionamento especial com o Brasil, encerrando permanentemente os episódios de desinteligência dos anos anteriores. O fato de o Brasil ter, em 1940, mais de 450 mil italianos natos que falavam a língua materna em seus lares foi certamente outro fator<sup>145</sup>.

Edmundo atendeu prontamente ao pedido da embaixada e encerrou abruptamente seus estudos em Cambridge. Agora, passaria por uma transformação. Ao ter chegado ao país no ano anterior, era simplesmente um estudante. Com o chamado, enquanto seus colegas de concurso desempenhavam tarefas maçantes no Rio de Janeiro, o jovem mineiro não só estava no centro do esforço de guerra como teria elevadas responsabilidades no posto historicamente mais importante do serviço exterior brasileiro – onde brilharam a inteligência do barão de Penedo, a elegância de Nabuco e a discrição de Souza Corrêa.

A vida diplomática desenrolava-se predominantemente no bairro de Mayfair, uma cidade dentro de Londres, ainda que não houvesse uma segregação espacial que subitamente a distinguísse de outros bairros. Suas fronteiras eram fluidas e não oficiais: Piccadilly Circus até Hyde Park Corner a separava de St. James's e Green Park no sul. Park Lane a dividia no lado oeste do Hyde Park e, ao norte, Oxford Street a separava de Marylebone. Por fim, era selada a leste do Soho pela Regent Street. Nas palavras do escritor e clérigo Sydney Smith, o quadrilátero reunia “mais inteligência, habilidade humana, para não dizer riqueza e beleza, do que o mundo jamais reuniu em um espaço tão pequeno”. O historiador Edward Gibbon teve o hercúleo trabalho de resistir às tentações

---

145 Mugnaini: 2008, p. 213-6; Seitenfus: 2003, p. 40-1; Circular Nº 1.452. 10 de junho de 1940. Maço 30.148; Tel 179 de Freitas Valle para Aranha. 12 de maio de 1940. Telegramas recebidos. AHI-RJ.

do bairro em seus aposentos na Bond Street enquanto redigiu um dos volumes da sua majestosa *História do declínio e queda do Império Romano* (1776); na mesma rua, viveu lorde Nelson; em Brook Street, Handel compôs o Messias e Byron brevemente descansou de suas aventuras<sup>146</sup>.

No início de 1940, todos os diplomatas brasileiros viviam nessa região. Souza Leão, em Park Street; Cochrane de Alencar, na Upper Brook Street; Ribeiro de Carvalho, em Albion Gate; Chermont Lisboa, na Marlborough Gate House. Todos dirigiam-se diariamente para a Embaixada, que mudara neste mesmo ano para Mount Street, 54. Era uma opulenta mansão do final do século XIX inspirada no classicismo francês. Lorde Windsor, o nobre que a construiu, era um refinado patrono das artes. Nenhuma despesa ou conveniência foi poupada para criar um palácio digno de sua estatura na sociedade londrina. Sete degraus de mármore lançavam o visitante para dentro de um mundo de equilíbrio e requinte. No subsolo, havia quartos para cozinheiros, garçons, mordomos e faxineiros, além de adegas e uma grande cozinha, ladeada por um ambiente para as refeições dos funcionários. No térreo, ao adentrar, deparava-se com um *hall*. À esquerda, ficava a biblioteca e à direita um grande salão de jantar. Deste, saía-se para um terraço. Ainda havia dois andares com oito salões e quartos. Eram, no total, 40 cômodos. O advogado José Martins Pinheiro Neto foi um grande amigo dos brasileiros que ali serviam e afirmou ser “um pedaço do Brasil, em que se podia aparecer a qualquer hora e ser bem recebido”. O clima, segundo ele, contrastava com a secura de Aldwych House, onde funcionava o consulado<sup>147</sup>.

Edmundo fixou residência inicialmente no Cumberland Hotel, em Marble Arch. Localização privilegiada, ao lado do Speaker's

---

146 *Apud* Colby: 1966, p. 15. Ver Nabuco: 1900, p. 112; Porter: 1995, p. 107.

147 Pinheiro Neto: 2007, p. 77. Descrição com base em relatos de jornais da época.

Corner, no Hyde Park, a poucos passos da embaixada. Era uma construção maciça de oito andares com pilares coríntios. Hoje é associado aos últimos dias de Jimmy Hendrix, mas quando foi construído, em 1933, era conhecido pelo luxo e requinte de sua decoração. Todos os quartos tinham banheiro, não se permitia gorjeta e tudo era conduzido com impressionante eficiência. Considerado de administração “americana”, fez parte de uma geração de estabelecimentos que revolucionou a indústria hoteleira da cidade.

\*\*\*

Os italianos perfaziam um dos grupos de imigrantes mais numerosos que trabalhavam na ilha. A horrenda culinária inglesa é um dos fatores que explica essa presença. Das cidades pequenas até os grandes centros metropolitanos, a sociedade britânica rendeu-se de joelhos à gastronomia italiana. Isso é verdade inclusive em Mayfair, onde Zavattoni (Savoy), Bianchi (Café Royal), Zangiacomi (Ritz Hotel) e outros deslumbraram comensais de todo o mundo. A maioria, no entanto, trabalhava em iniciativas familiares, sem laços estreitos com o governo e a sociedade local; o eixo principal de ligação era, sobretudo, com suas respectivas vilas na Itália. A emergência do fascismo alterou esse quadro. Desde o início do movimento, na década de 1920, com os princípios “Onore, Famiglia e Patria”, ativistas criaram mecanismos para aproximar o Estado da diáspora imigratória. Isso envolveu a abertura de centenas de escolas. Em 1938, já havia dois mil professores italianos ao redor do mundo. Em Londres, particularmente, o *fascio* tinha mais de mil membros; a organização de juventude, *Gioventù italiana del Littorio all'estero*, quase 1.500. Era uma comunidade compacta e crescentemente atrelada às organizações financiadas pelo governo de Roma. Muitos, mesmo não tendo opiniões políticas, usufruíam das atividades culturais e sociais dos clubes e das associações espalhados pelo Reino Unido. O início do conflito não mudou a

situação. Em Londres, a embaixada italiana permanecia atuando como se uma guerra não fosse possível entre os dois países<sup>148</sup>.

Com a decisão de Mussolini de declarar guerra, imediatamente as comunidades italianas no Reino Unido foram alvo de uma onda xenófoba que violou seus lares, destruiu seus estabelecimentos comerciais e cortou os laços sociais de famílias em sua maioria já integradas na sociedade britânica. Apesar de mais forte nos grandes centros como Londres, Edimburgo, Belfast e Cardiff, ela alcançou até pequenas comunidades. A tragédia ficaria por décadas na memória coletiva do grupo. Assim que autorizado, Edmundo retirou o escudo e as placas do edifício do consulado-geral italiano, substituindo-os por uma discreta placa com o endereço do consulado brasileiro. Cerca de setecentas pessoas associadas à embaixada e aos consulados italianos deixaram Londres três dias depois. O Brasil tornou-se a voz oficial de Roma, coordenando ações de Pretória a Calcutá. No dia seguinte, a embaixada e o consulado foram inundados de italianos desde as primeiras horas da manhã até altas horas da noite. Alguns desejavam regressar à Itália, outros receavam revanches, muitos não conseguiam pensar em outra coisa que a segurança da propriedade que detinham. O trabalho era esmagador, “tarefa de responsabilidade, complexa e extenuante”. As instalações estavam tão cheias que pareciam “um *hall* de cinema”, segundo seu chefe. No dia 16 de junho, um domingo, Barbosa da Silva trabalhou de oito da manhã até a meia noite<sup>149</sup>.

As primeiras atividades de Edmundo decorreram do indecoroso tratamento dado aos diplomatas e cidadãos italianos. Desde o início de 1940, o governo britânico apontava esse grupo como uma das maiores ameaças à segurança doméstica. Os planejamentos para aprisioná-los e deportá-los, contudo, foram executados de

---

148 Baldoli: 2003, p. 129-46; Colpi: 1993, p. 169; Gillman e Gillman: 1980, p. 147-8.

149 Colpi: 1993, p. 172-3; De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 21 de junho de 1940. JSLF/CPDOC.

forma atabalhoada. O MI5 produziu uma listagem com centenas de nomes. A maioria dessa primeira leva de 4.200 nomes foi de porteiros, faxineiros, garçons, músicos e vendedores. Inicialmente, os internados ficaram alojados em prados de corrida, escolas e hospitais. Depois, foram concentrados em Warth Mills, Lancashire, em local sem preparo algum para recebê-los. O governo britânico desejava nada menos que a expulsão de todos. A iniciativa foi difícil diante da dificuldade de encontrar transporte. Edmundo e sua equipe tiveram papel importante nesse momento. Eles redigiram uma lista contendo 574 nomes de pessoas que voluntariamente desejavam retornar para a Itália. Depois de negociações com Roma, mediadas pelo Brasil, o plano foi acatado. Outros não tiveram a mesma sorte. Um grupo seria enviado para o Canadá e, aquele menos perigoso, internado na Ilha de Man<sup>150</sup>.

Os enviados para o Canadá embarcaram no navio Andora Star na primeira semana de julho. Em seu primeiro dia de viagem, um submarino alemão torpedeou-o. Bastaram trinta minutos para que afundasse, ocasionando a morte de 700 pessoas, dois terços dos quais italianos. Entre eles estavam intelectuais como Decio Anzani, secretário da Liga Italiana para os Direitos do Homem; o *restauranteur* Francesco d'Ambrosio, morador da Escócia há 42 anos e com dois filhos no exército britânico e Alberto Loria, um judeu italiano residente no Reino Unido desde 1911, casado com uma inglesa, com duas filhas e condecorado por sua patriótica atuação na Primeira Guerra Mundial no exército britânico. Quando a tragédia foi divulgada, a primeira reação do governo britânico foi responsabilizar os próprios prisioneiros pelo incidente – eles teriam entrado em pânico. Mas logo foram desnudados um governo incompetente, um sistema de

---

150 Tel 170 de Londres. 11 de junho de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ; Colpi: 1993, p. 179-80; Gillman e Gillman: 1980, p. 155; Sponza: 1993, p. 126-9.

inteligência falho e uma completa ausência de respeito ao direito da guerra por parte das autoridades britânicas.

Descobriu-se que o governo internara e deportara britânicos naturalizados, inválidos e antifascistas. No embarque, as possessões do grupo foram empilhadas na chuva e cidadãos e autoridades britânicas apossaram-se de vários itens. Não foi feita uma lista completa das pessoas a bordo antes de o navio zarpar de Liverpool. Foi um trabalho de meses descobrir quem sobrevivera. Além disso, os familiares não foram comunicados dos procedimentos, mesmo após o acidente. Para completar o quadro de equívocos, 200 italianos sobreviventes foram reembarcados em outro navio, em uma jornada de terror de 55 dias para a Austrália.

Edmundo, por duas semanas, enfrentou centenas de pessoas aflitas que encheram a sala de espera de seu escritório, formando uma fila que avançava pela rua. O pior foi quando o processo de identificação dos mortos se iniciou. Ocorreram cenas pungentes e a Cruz Vermelha britânica manteve enfermeiras de prontidão, que prestaram socorro às vítimas de desmaios e crises nervosas. O passo seguinte foi a emissão das certidões de óbito do naufrágio e o trabalho de aconselhamento legal para os familiares. O mais lamentável na situação foi que só anos depois se descobriu a inexistência de redes de espões italianas operando na Grã-Bretanha<sup>151</sup>.

Diante dos pedidos de informação que a embaixada recebeu, organizou-se um fichário com mais de cinco mil nomes. Iniciou-se um minucioso trabalho de assistência. Marinheiros retirados de navios neutros recuperavam seus salários, acionistas das instituições italianas liquidadas em Londres eram notificados e, assim, poupados de arcar com grandes prejuízos. Conseguiu-se liberar vários italianos da proibição imposta aos estrangeiros de recolherem-se antes da meia noite. Mas havia problemas sem

---

151 Colpi: 1993, p. 177-81; Sponza: 1993, p. 130.

solução. Muitos chefes de família foram internados, negócios faliram e, para completar, a vida no país encarecera severamente. Em decorrência desse problema, Moniz de Aragão e sua equipe batalharam para criar o “Comitê de Auxílio a Italianos Internados”, patrocinado pelo Arcebispo de Southwark<sup>152</sup>.

Londres tornou-se a capital diplomática do mundo livre. A cidade nunca vira grupo tão numeroso de chefes de Estado e de governo. Era a “Liga de Londres” – o núcleo de dezenas de futuros governos na Europa e a fonte de constantes dores de cabeça para a diplomacia britânica. Souza Leão, por exemplo, era encarregado de negócios junto aos governos de cinco países, além de encarregado dos interesses italianos na Inglaterra. No expediente da Divisão Especial para a Salvaguarda dos Interesses Italianos, Souza Leão e Edmundo tinham somente dois auxiliares – enquanto a Suíça só de temporários tinha quinze funcionários para administrar os interesses alemães. A liderança cabia a Souza Leão, mas estava tão atarefado com outros assuntos que as responsabilidades recaíram sobre Edmundo. Em média, cinquenta respostas a pedidos de informações eram redigidas por mês, sem contar outras atividades. Havia correspondências da Abissínia, Aden, Austrália, Canadá, Índia, Jamaica, Rodésia do Norte, Síria, União Sul Africana e diversos outros locais; comunicações sobre navios, notícias coletivas, relatos pessoais, cadastros de prisioneiros, salvo condutos, relatórios sobre avaliações de campos de internamento e outros assuntos<sup>153</sup>.

---

152 Na Embaixada do Brasil. *A Batalha*, 10 de julho de 1940; Cenas emocionantes na embaixada do Brasil em Londres. *Diário da Noite*, 10 de julho de 1940; Atkin: 2003, p. 31; Colpi: 1993, p. 173; De Moniz Aragão para Oswaldo Aranha. Interesses italianos. Relatório das atividades da Divisão Especial. Londres, 26 de agosto de 1941. Maço 30.148. AHI-RJ.

153 Recebido pelo rei da Noruega o encarregado de negócios do Brasil. *Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1940; O Sr. Souza Leão visita os prisioneiros de guerra italianos na Inglaterra. *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1941; Tel 179 de Londres. 13 de junho de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ; Quadro estatístico da Seção dos Interesses Italianos em dezembro de 1941. Maço 30.148. AHI-RJ.

Estando tão atrelado aos destinos do povo italiano, Edmundo acompanhou detidamente os desenvolvimentos do conflito no Mediterrâneo. Mussolini tentou clonar o impulso da *Blitzkrieg* alemã, mas obteve resultados desastrosos. Quando, em 28 de outubro de 1940, invadiu a Grécia, mais de 64 mil soldados italianos morreram ou ficaram feridos. Na África, os insucessos seguiram em ritmo igualmente acelerado. No Natal de 1940, mais de 35 mil soldados italianos renderam-se aos ingleses. A vitória surpreendeu até a alta cúpula militar britânica. A Itália deixara de ser um poder relevante no conflito. Como resultado, os brasileiros teriam de cuidar de 12 mil internados civis e 250 mil soldados e oficiais italianos em diversas partes do Império Britânico. Acompanhar o transporte, coibir abusos e examinar as garantias mínimas previstas no direito da guerra consumiram o cotidiano de Edmundo<sup>154</sup>.

Uma das tarefas do governo brasileiro era examinar as condições dos soldados internados. Foi com esse objetivo que Edmundo e Souza Leão partiram para a Ilha de Man. Localizada no mar da Irlanda, ela foi escolhida para abrigar a maioria dos prisioneiros de guerra italianos. O local tinha fama. Após as guerras napoleônicas, seu lema era ser um dos poucos locais da Europa onde “pessoas moderadas podiam ser moderadamente felizes a preços moderados”. Antes do conflito, foi um dos locais preferidos de britânicos que desejavam sair do clima horrendo de sua terra sem pisar em solo continental. O conflito fora bom para os negócios. O governo britânico construiu três pistas de voos e o internamento de alemães e italianos movimentou a economia<sup>155</sup>.

---

154 Fedorowich: 1996, p. 133; Klingaman: 1988, p. 28; Strang: 2003, p. 2; Alexandre Barbosa da Silva, A minha vida. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. APEBS.

155 Winterbottom: 2001, p. 254-45; The Isle of Man... and the women. *The Sunday Express*, February 25, 1941.

De certa forma, a visita foi um relaxamento diante do clima enervante de Londres. Os dois diplomatas partiram em 29 de setembro de 1940 para Liverpool. No dia seguinte, pegaram um avião para Castletown e chegaram de automóvel em Douglas, a capital administrativa da Ilha. Lá, Edmundo observou uma situação peculiar: não havia restrições no comércio varejista. Carnes, ovos e leite eram vendidos da mesma forma que antes da Guerra.

A missão iniciou com a visita de cortesia aos militares que dirigiam o campo. Depois, inspecionaram as instalações. Havia vários campos na região. Em sua maioria, eram conjuntos de casas e hotéis de frente para um belo passeio público na orla da praia. Não era possível, no entanto, esquecer a guerra. Foi instalada uma dupla cerca de arame e sentinelas estavam permanentemente de guarda. O campo era organizado – talvez por já ter tido a experiência de receber prisioneiros na Primeira Guerra Mundial. Os italianos elegeram um líder e uma administração para cuidar de todos os aspectos cotidianos, atuar diante dos responsáveis britânicos e exercer autoridade, inclusive, para punir. Eles conseguiram, assim, em um estabelecimento quase prisional, o que careceram em sua pátria mãe: uma democracia. Com uma cúpula estabelecida, foi bem mais fácil para Edmundo e Souza Leão trabalharem. Eles reuniram-se com a liderança para ouvir um relatório sobre todas as condições de alimentação, higiene e vestuário.

Eram quase quatro mil italianos internados. Havia refeitório e sala de divertimentos, cursos de línguas e bibliotecas, além de uma cantina onde era possível adquirir cigarros, massas, frutas e outras mercadorias. Podiam organizar concertos no teatro local, ler jornais e escutar programas radiofônicos. Nos dias chuvosos e no longo inverno, jogavam cartas, sinuca e xadrez; no verão, era comum o banho de mar. Um italiano foi inclusive multado por, muito engenhosamente, ter fabricado bebida alcoólica a partir da fermentação de batatas, beterrabas e frutas. A comida era abundante

e variada, preparada por chefes italianos que trabalhavam até pouco tempo nos melhores hotéis e estabelecimentos londrinos, inclusive um ex-chefe de cozinha do Buckingham Palace. As casas eram espaçosas, além de haver serviços como sapataria, lavanderia e padaria. As dificuldades eram a falta de camas, a demora na devolução dos bens apreendidos no momento do internamento e a carência de notícias sobre as famílias. Foram feitas, no entanto, reclamações mais sérias, primeiramente, sobre a utilização de campos provisórios e prisões comuns em decorrência do problema da falta de acomodações no Reino Unido. Os brasileiros atuaram energicamente no caso. A respeito do extravio de dinheiro e correspondência destinada aos detidos, após muita luta, conseguiu-se regularizar o serviço de correio para os internados – não havia mais limite de cartas para receber e podia-se enviar duas por semana. A equipe de Edmundo levou a reclamação sobre a insuficiência de leitos ao War Office e, posteriormente, a situação melhorou sensivelmente<sup>156</sup>.

Edmundo acompanhou Souza Leão em outras visitas a campos de prisioneiros. Em dezembro de 1940, foram a um na Escócia. A viagem foi idílica. Eles chegaram um dia antes do previsto em Edimburgo. Visitaram uma capela do século XIV, um museu de armaria, um monumento aos soldados falecidos em guerras e o grande castelo no centro da antiga cidade. Glasgow era uma “boa cidade, mas de menor interesse”. O destaque foi o passeio pelas docas onde foram construídos grandes navios, como o *Queen Mary* e o *Queen Elizabeth*. Em decorrência da guerra, naquela época, quase todo o tráfego com os Estados Unidos era feito por intermédio desse porto. Ele presenciou intensas atividades militares de navios e submarinos. O passeio pelo interior foi igualmente interessante.

---

156 De Souza Leão para Moniz Aragão. Londres, 23 de outubro de 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ; Cresswell: 2005, p. 46 e 140; Sponza: 2005, p. 157-9.

Fazia frio, mas isso não os impediu de admirar os pitorescos lagos e as montanhas escarpadas salpicadas de neve.

Após o breve passeio, chegaram a um dos campos de prisioneiros italianos. Ficava em um local úmido, em antigo acampamento do serviço florestal. As barracas eram de zinco em forma cilíndrica. Os poucos prisioneiros, “gente simpática e moça”, estavam descontentes com a insuficiência de roupas, mas as barracas eram aquecidas e a comida, para padrões ingleses, adequada. Os brasileiros tiveram a oportunidade de, pela primeira vez no ano, assistir a um filme pela noite – em Londres, os cinemas fechavam às 4 horas da tarde. Após detectar alguns problemas no cumprimento da Convenção de Genebra, ao retornarem para Londres, trabalharam junto ao governo inglês para melhorar as condições dos prisioneiros. O relatório que Barbosa da Silva auxiliou Souza Leão a redigir teve grande impacto, pois o governo britânico transferiu o acampamento para um local mais ameno<sup>157</sup>.

Em meados do ano seguinte, Barbosa da Silva adoeceu gravemente. Foi internado em um hospital em decorrência, segundo seu chefe, de uma “complicação interna, isto é, desequilíbrio metabólico de fundo nervoso, que produziu uma nevrite de um lado do rosto com inchaço, que lhe [fechou] uma vista e com eczemas que secretam pus”. O médico recomendou-lhe repouso absoluto por um mês e disse-lhe que ficaria com cicatrizes. Poucos dias depois, no entanto, Edmundo recebeu a notícia que chegariam mais de dois mil prisioneiros italianos no Reino Unido e que eles haviam solicitado uma visita de inspeção. Apesar de não estar recuperado, partiu para a Ilha de Man. Fazia cerca de dez meses desde a última visita. Nesse período, o diplomata esteve em constante contato com a liderança dos internados sobre assuntos de seus interesses. Antes da saída de Londres,

---

157 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 26 de dezembro de 1940 e 11 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC.

Souza Leão e Barbosa da Silva receberam comunicação do governo italiano para que, na visita, fosse averiguada a situação das rações distribuídas aos internados. A viagem fora longa. Saíram ao meio dia de um sábado e chegaram somente dois dias depois. Primeiro passaram por Coventry, onde observaram a destruição da cidade. Conseguiram subir os 200 degraus da torre da velha catedral gótica, um dos únicos locais poupados, de onde observaram a desgraça e a ruína. Seguiram, depois, para Liverpool. O quadro era igualmente desolador, com o prédio do consulado brasileiro completamente arrasado. Em Douglas, hospedaram-se no Hotel Castle Mona, onde comeram magníficos carneiros e galinhas, além dos ovos e legumes frescos. Foi uma visita de inspeção, mas não olvidaram o seu caráter humanitário. Levaram livros, manteiga, queijo, latas de carne em conserva e outros artigos para os prisioneiros<sup>158</sup>.

Considerando as circunstâncias da época, os italianos eram bem tratados, com muita carne e toucinho. Barbosa da Silva comentou, após a visita, que raras vezes vira tamanha quantidade de salsicha e carne. Os internados apresentaram saúde melhor que na visita anterior. Bem nutridos, alguns exibiam até invejável bronzeado. No campo considerado de pior situação, o líder afirmou, sorrindo, “que com tão pouco que fazer e o ar do mar, passava muito bem...” Mesmo assim, ao retornar da visita, Edmundo repassou as reclamações recebidas às autoridades britânicas e os italianos passariam a receber ainda mais carnes<sup>159</sup>.

Em setembro de 1941, Barbosa da Silva acompanhou Souza Leão em mais uma inspeção a campos de prisioneiros. Aproveitaram a saída de Londres para visitar as catedrais de Cambridge, um

---

158 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 26 e 31 de julho e 8 e 12 de agosto de 1941. JSLF/CPDOC.

159 Tel 545 de Londres. 27 de dezembro de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ; o Sr. Souza Leão visita os prisioneiros de guerra italianos na Inglaterra. *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1941; De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. 11 de setembro de 1941. Londres; De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. Interesses italianos. 23 de setembro de 1941. Londres. Ofícios. 1941. AHI-RJ.

castelo normando em Norwich e Stratford-on-Avon, cidade de Shakespeare. Mas a saída não foi suficiente para melhorar a saúde de Edmundo. No retorno, seu médico exigiu que tirasse férias para se restabelecer definitivamente. Foi, assim, por cinco dias, para a Irlanda. Mas no caminho visitou outro um campo de prisioneiros e, ao retornar, agora com Moniz Aragão, observou mais campos. Seu chefe afirmou, no início de novembro, que eram “infinitos os problemas a tratar, variam todo o tempo e sobretudo estão sempre surgindo novos”. Mesmo assim, era “uma experiência incomparável [...] e com uma grande latitude de ação”. Era a diplomacia real, um trabalho “interessantíssimo” e, por essa razão, que Edmundo não queria voltar ao Brasil para enfrentar “uma sonolenta sinecura”<sup>160</sup>.

### Bombardeios

*Não há soldados mais valerosos que estes dois – o Tempo e a Paciência.*  
Liev Tolstoi

Barbosa da Silva fez parte de um grupo unido, que sofreu com resignação e muito trabalho os desafios de um conflito sem precedentes. Souza Leão, Chermont Lisboa e ele eram “os esportistas da embaixada”. Em 1941, entraram para o Hurlingham Club, a quinze minutos de carro da chancelaria, onde havia magnífica piscina, várias quadras de tênis e um bom parque. Frequentavam o local pelas tardes e, nos fins de semana, praticavam polo. Era ambiente concorrido e uma suave forma de afastar-se da atmosfera da guerra. Outra maneira de relaxar eram os fins de semana em Ascot. Em 1939, o embaixador Raul Régis de Oliveira alugou uma casa na localidade e, diante dos bombardeios à Londres, o risco de

---

160 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 5 de fevereiro, 24 de outubro e 1 de novembro de 1941. JSLF/CPDOC.

invasão alemã e o permanente silêncio do Itamaraty em arcar com a construção de um abrigo antiaéreo, Moniz de Aragão preferiu residir ali, dirigindo-se, durante a semana, para a embaixada. Enquanto, na cidade, já não havia frutas frescas e os cardápios eram predominantemente de picadinhos e ensopados, a mesa do embaixador era farta. Em um domingo facilmente reunia mais de vinte pessoas. Barbosa da Silva era um comensal assíduo. Nesse ambiente, os diplomatas aproveitavam o clima ameno jogando golfe e aproveitando a piscina. Pela noite, no escuro do campo, o espetáculo dos holofotes era magnífico, mesmo quando as bombas caíam perto<sup>161</sup>.

Edmundo, por essa época, começou a dormir na embaixada. A mudança ocorreu após o aumento dos ataques à cidade. Os *raids* se iniciavam logo após o jantar e acabavam quase às 6 horas da manhã. Foi em 7 de setembro de 1940, no entanto, que teve início uma fase bem mais intensa de ataques. A data, coincidentemente, é de particular importância para a diplomacia brasileira. Nos postos no exterior, é celebrada com uma grande festa aberta para o corpo diplomático, autoridades locais e brasileiros proeminentes residentes na jurisdição. É a oportunidade de estabelecer contatos essenciais para a atividade diplomática. Neste dia, Edmundo estava feliz em liberar-se momentaneamente de suas atividades estafantes e aproveitar o grande evento, o primeiro de sua vida profissional. Prometia ser inesquecível. E certamente o foi, mas por outros motivos.

Pela tarde, as autoridades britânicas já haviam soado o alarme de bombardeios por duas vezes. A esposa de Moniz de Aragão estava aflita com o efeito que teria no evento meticulosamente planejado. O temor fora aliviado momentaneamente com a

---

161 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 6 de junho de 1941, 3 de setembro de 1939, 14 de setembro de 1939, 29 de agosto, 18 de setembro e 11 de outubro de 1940. JSLF/CPDOC.

chegada dos convidados. Primeiro, ficaram no primeiro andar, onde conversaram animadamente sobre assuntos cotidianos; depois, passaram para a ostentosa sala de jantar, onde um excelente banquete foi servido. Nesse momento, dezenas de aviões invadiram o céu de Londres e começaram os tiros das baterias e metralhadoras instaladas no Hyde Park, não longe da embaixada. Todo o salão da embaixada foi sacudido. A embaixatriz levou a maioria dos convidados para o subsolo. O barulho parecia ter terminado, quando, poucos instantes depois, recomeçou de forma intensa – 247 Junkers alemães mantiveram o ataque até as 4h30 da manhã. Não podia haver dúvida: era um dos principais ataques aéreos até aquela data. O advogado e jornalista Pinheiro Neto estava no evento e deixou um relato do que ocorreu:

*Alguns de nós subimos para o terraço do telhado, e lá procuramos divisar alguma coisa. Olhando para o céu, vendo-o nos outros terraços dos prédios vizinhos gente curiosa como nós, de binóculo em punho, esforçávamos os olhos para divisar algum avião. Conseguimos – não eram pequenos, pareciam simples pontos brancos sobre um fundo bem azul, de um lindo dia de outono. Os canhões não paravam mais, e o barulho já era bem grande. De repente, um de nós nota, no horizonte, em direção à City, uma grande nuvem, iluminada pelos últimos raios de sol. Para espanto de todos, e apreensão da maioria, a nuvem crescia a olhos vistos – e crescia do chão, parecia elevar-se cada vez mais – ia devagar, mas subia, subia... Só podia ser fumaça, e de um enorme incêndio que devia ter sido causado por aquele distrito. E aumentava cada vez mais, agora já mais depressa – chegamos até a ver pontos avermelhados. Era a City que estava ardendo!*<sup>162</sup>

---

162 Pinheiro Neto: 2007, p. 133-4.

Pinheiro Neto narra, então, que vários convidados, ao retornarem para a recepção, despediram-se e saíram para observar os estragos. Barbosa da Silva, certamente, não estava entre eles – pela etiqueta profissional, somente após a saída do último convidado poderia ausentar-se. Quase tudo estava em chamas em um “inferno de fogo”. Os convidados da festa sentiam-se diferentes, como se a cidade estivesse mudado<sup>163</sup>. Eram as chamas da guerra, que haviam dado a primeira noite iluminada para os londrinos desde o início da guerra. A terrível *Blitz* alemã sobre o Reino Unido iniciara. Por 65 noites, esquadrões de mais de 200 bombardeiros despejaram sobre a cidade toneladas de explosivos. Mais de 15 mil londrinos foram mortos; um milhão e 400 mil ficaram sem residência; um terço da área construída da City desapareceu. Quase todos os prédios entre Moorgate e Aldersgate foram destruídos. Em Downing Street 10, uma bomba incendiária caiu no quarto da secretária de Churchill e, em 15 de setembro, foi a vez do Palácio de Buckingham. Uma bomba também quase matou Joseph Kennedy, quando explodiu a curta distância de seu carro; outra caiu em St. Jame’s Park, danificando as instalações do Foreign Office. Os principais endereços da cidade também sofreram problemas semelhantes – do Madame Tussaud’s ao National History Museum, da Westminster Abbey ao prédio da BBC<sup>164</sup>.

Nos dias imediatamente posteriores aos bombardeios, poucas pessoas deixavam de ir ao trabalho – uma desesperada tentativa de se agarrar a um dos últimos fios de normalidade cotidiana. A cidade mudou. Nem o pontual correio era mais o mesmo. A vida noturna, no ápice dos ataques aéreos, estava quase morta. Em 10 de setembro, somente dois dos teatros de West End abriram. Mesmo assim, vivia-se uma era de liberação sexual. A possibilidade

---

<sup>163</sup> *Ibid.*

<sup>164</sup> Bell: 2008, p. 4; Mackay: 2002, p. 68; Swift: 2009, p. 276; White: 2001, p. 38; Ziegler: 1995, p. 113-7.

de morte iminente foi um coquetel explosivo para a condução de ligações românticas<sup>165</sup>.

Com o tempo, alcançou-se certa rotina. Ninguém mais trabalhava a uma hora antes de escurecer e os teatros e os cinemas tentaram limitar suas programações para as tardes. Ao cair da noite, as sirenes soavam para o inevitável ataque. Era um gesto de tresloucada coragem ou simplesmente a vontade de manter uma rotina diante do caos que fez a população conduzir-se no cotidiano como se nada tivesse ocorrido. Enquanto a sirene tocava, muitos calmamente terminavam seu almoço no Lyons ou compravam adereços e chapéus na Dickens and Jones; o Chez Moi ficava aberto para receber pilotos de esquadrões ao som do jazz no piano e o L'Étoile congregava os jornalistas que trabalhavam na BBC. Depois, vinha o som das baterias antiaéreas e os seguidos barulhos de bombas explodindo pela cidade. De repente, quase tudo se calava. A guerra parecia por um momento distante e a cidade mergulhava novamente no silêncio e na escuridão para ser sacolejada novamente com mais uma onda de bombardeios.

Os londrinos usaram os úmidos, fétidos e calorentos túneis do metrô como abrigo. Como toda congregação britânica, tornou-se um clube, com códigos informais e formais de conduta. Após os bombardeios, primeiro voltava-se para os aposentos e tentava-se dormir um pouco; ao acordar, telefonava-se para os principais amigos em busca de notícias. Cada diálogo era uma satisfação especial de que a ruína estética de concreto, vidro e madeira fragmentados pela cidade não rompera os laços de coleguismo e amizade que constituíam um dos últimos sinais de civilização. Um terço dos residentes da cidade não dormia nada nos dias de ataques aéreos e, após quatro noites, dois de cada três ainda dormiam menos de quatro horas. Edmundo não utilizou com

---

165 Ziegler: 1995, p. 127-31.

frequência os abrigos públicos, preferindo a embaixada brasileira ou a representação italiana. Em uma ocasião, o diplomata foi pego de surpresa pelo bombardeio quando estava caminhando pela cidade com um amigo. As bombas, por sorte, atingiram somente o final da rua. Seu colega, então, chutou uma que não detonara. Era o gesto de quem pouco podia controlar seu destino<sup>166</sup>.

Nesse momento de desesperança, Moniz de Aragão afirmou a Oswaldo Aranha que os ataques aéreos eram “bárbaros”, pois atingiam hospitais, casas comerciais, bairros pobres e representações estrangeiras – Finlândia, Peru, Chile e EUA, até então, e, posteriormente, Japão, Portugal, Espanha, Egito e Argentina. Na da Finlândia, pereceram sete pessoas.

A embaixada brasileira não foi poupada. Em 19 de setembro, uma bomba incendiária a atingiu. O incêndio foi extinto pelo próprio pessoal da embaixada, com o auxílio de bombeiros. Os estilhaços de uma segunda bomba atingiram os aposentos pessoais do embaixador e uma terceira explodiu a 200 metros do edifício, arrancando a porta da frente. Em abril de 1941, desapareceu grande número de prédios na rua em que estava situada a representação<sup>167</sup>. No total, no raio de 100 metros, caíram seis bombas de alto poder explosivo e centenas de incendiárias. Nem a residência dos servidores brasileiros foi poupada. Edmundo estava na casa de um colega da embaixada quando uma bomba quase o matou. No final de setembro, caiu outra na residência do diplomata Sylvio de Carvalho, salvo somente porque estava com a esposa pernoitando na embaixada; em novembro, foi a vez da residência de Chermont Lisboa – no momento ele estava trabalhando.

---

166 Bell: 2008, p. 22; Klingaman: 1988, p. 11; Ziegler: 1995, p. 116-8; Bell: 2008, p. 64-6; Entrevista telefônica com Raphael Oliveira. 20 de setembro de 2013.

167 De H. Pinheiro para Oswaldo Aranha. 20 de novembro de 1940. Maço 30.148. AHI-RJ; Desptel 67 de Exteriores para Roma. 12 de maio de 1941. Telegramas Expedidos. AHI-RJ.

Moniz de Aragão solicitou ao ministério que fossem alugadas casas no subúrbio para guardar, temporariamente, os arquivos e para que o pessoal pudesse pernoitar. A questão era delicada. Seus subordinados passavam por uma situação de grande estresse emocional e qualquer iniciativa que pudesse tirá-los, ainda que temporariamente, do centro de Londres, seria de grande valia para a continuidade do serviço. Isso pode ser visto no caso de Carlos Alberto Gonçalves, então trabalhando no consulado. Ele estava no hotel Savoy e, lá, uma das paredes ruiu, matando nove pessoas e ferindo mais 30, inclusive ele. Logo depois, sofreu um choque nervoso extremamente forte e teve de ser removido para o Brasil. A guerra também atingiu outros postos do Brasil no Reino Unido. No ano seguinte, o consulado brasileiro em Cardiff foi danificado pelo bombardeio aéreo e, logo depois, o prédio onde funcionava o consulado brasileiro em Liverpool foi destruído por bombas incendiárias e explosivas.

Para Moniz Aragão, os ataques demonstravam “falta de psicologia” dos alemães, pois o espírito inglês respondia cada ataque com o fortalecimento da resistência: “A guerra total não compensa os sacrifícios que ela impõe em homens e material, pois não alcança o objetivo que o inimigo tem em vista”, disse. Ele, no entanto, já falava com naturalidade da invasão alemã, demonstrando como os bombardeios afetaram a confiança depositada inicialmente sobre os britânicos. Edmundo manteve-se confiante, mas a situação desesperadora também o contaminou<sup>168</sup>.

---

168 Tel 437 de Londres, 19 de setembro de 1940; Tel 466 de Londres, 2 de outubro de 1940; Tel 534 de Londres, 5 de novembro de 1940. Londres. Telegramas Recebidos. 1940. AHI-RJ De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. Londres, 19 de setembro de 1940; De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. Londres, 23 de setembro de 1940. Londres. Ofícios. 1940. AHI-RJ; Uma bomba na embaixada do Brasil em Londres. *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1939; Atingidos os aposentos particulares do nosso embaixador. *Diário da Noite*, 21 de setembro de 1940; Atingida por uma bomba a residência do 2º secretário da Embaixada do Brasil em Londres. *Correio da Manhã*, 6 de novembro de 1940; Ferido num dos ataques em Londres. *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1940; Ferido num dos ataques em Londres. *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1940; Dois consulados do Brasil sob bombardeio

A guerra teve outro efeito para os diplomatas que viviam na cidade. Em qualquer outro momento do século XX, era tentador restringirem-se ao círculo social das embaixadas, sem convívio com a sociedade real, o pulso da alma verdadeiramente inglesa. Barbosa da Silva não teve essa opção. As relações sociais durante o conflito eram democráticas, principalmente durante os bombardeios. Edmundo, com vinte e três anos, sabia estar em um momento histórico. A *Blitz* afastou a alienação existencial de muitos e reuniu os cidadãos britânicos de forma sem precedentes. O jovem diplomata adquiriu grande admiração por esse povo que, mesmo enfrentando sua própria obliteração, ainda exercia seus direitos democráticos. Seu contemporâneo de faculdade, Marques Rebelo, residindo no Rio de Janeiro naquela época, registrou esse sentimento:

*Mas o mundo tornou-se menor. Um gemido londrino é ouvido no Brasil, uma ferida em peito maquis faz escorrer sangue em rua carioca. E cada bomba que explode em solo inglês despedaça angustiosamente qualquer coisa dentro de nós, qualquer coisa extraordinariamente preciosa, pedra, ou torreão, tijolo ou seteira, pau ou ameia, pedaços da fortaleza que ainda mantemos contra a bota autoritária<sup>169</sup>.*

## Jogos de espões - parte I

*Nothing whets the intelligence more than a passionate suspicion, nothing develops all the faculties of an immature mind more than a trail running away into the dark.*

Stefan Zweig

---

aéreo. *O Imparcial*, 15 de março de 1941; De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. 23 de abril de 1941. Londres. Ofícios. 1941. AHI-RJ; Telephone check. 26/7/41. NARAUK/KV2/3493.

169 Rebelo: 2012 [1959], p. 324.

Quando Edmundo iniciou suas atividades na embaixada, em meados de 1940, a França acabara de ser derrotada pela Alemanha. Na população britânica, diante da catástrofe, emergiu, sob uma sombra histórica e indefinida, o temor de que estava em pleno funcionamento uma célula de espiões no país. O governo também foi tomado pela crença, expandindo suas investigações e seus serviços secretos. Com o início dos ataques aéreos, a situação só piorou. Sem conseguir vitórias significativas e atuando somente na retaguarda, a frustração e a impotência mergulharam a sociedade em uma busca por culpados, cassando implacavelmente qualquer pessoa que pudesse justificar a onda de derrotas sofridas até então – principalmente estrangeiros, pacifistas e comunistas.

Esse clima de desconfiança afetou até o relacionamento bilateral do Brasil com o Reino Unido. Moniz de Aragão foi interpelado em junho de 1940 pelo Foreign Office sobre as medidas que o governo brasileiro estaria tomando diante de uma “possível Quinta Coluna” no Brasil. No Rio de Janeiro, recebendo os relatos desse clima hostil, Oswaldo Aranha ordenou a cautela na defesa dos interesses brasileiros<sup>170</sup>.

Nenhum grupo sofreu mais do que os franceses com a desconfiança britânica. Eles tinham um longo histórico de exílio na ilha, geralmente causado por turbulências políticas – o Massacre de São Bartolomeu, em 1572; a revogação do Editto de Nantes por Luís XIV, em 1685; e a onda decorrente da Revolução Francesa, após 1789. Napoleão III, depois do colapso da França em 1870, estabeleceu-se em Kent. Em 1940, no entanto, ocorrera algo diferente. Antes, eram minorias que se dirigiam ao Tâmesis; mesmo em crise, Paris sempre reluzia. Agora, a capital francesa era ocupada por um exército inimigo, que avançara sobre o território

---

170 Mackay: 2002, p. 64; Ziegler: 1995, p. 95; From Halifax to Knox. 5 June 1940. In: Preston e Partridge: 1998, p. 57-8; Desptel 116 de Exteriores para Londres. 16 de junho de 1940. Telegramas Expedidos. AHI-RJ.

francês com espantosa velocidade. Os milhares de franceses que conseguiram escapar andavam, como uma onda fantasmagórica, em estado de estupefata solidão pelas ruas de Londres, tentando ainda compreender a magnitude do que havia se passado.

Dois franceses, no entanto, atravessaram o Canal da Mancha de cabeça erguida. O primeiro deles foi o general Charles de Gaulle. Ele andava “como um homem que engoliu um pedaço de madeira”. Era um misantropo rígido, excêntrico e avesso a conciliações – chamavam-no, no exército, de “le maître gaffeur”. Nunca gargalhava e sua arrogância só era superada pelo seu amor à França. Sudhir Hazareesingh definiu-o, mais de quatro décadas após sua morte, como “um homem conservador que se tornou um rebelde, um bonapartista que desgostava da guerra, um republicano cujo estilo de exercício de poder era monárquico, um radical reformador apreciado pelos conservadores, um espírito melancólico que constantemente conclamava otimismo e um estadista que adorava ser escritor”. Acabou sendo o líder de um movimento embrionário que buscava, do exterior, retomar a França dos alemães<sup>171</sup>.

O segundo francês ativo foi o almirante Émile-Henri Muselier. Pode-se dizer que era uma mistura de aventureiro e conspirador. Os olhos negros fixos e o bigode largo davam impressão de que era um pirata e não um alto oficial da marinha. Nunca respeitara a hierarquia. Sua arrogância fez inimigos em todos os setores da marinha francesa até que, antes da guerra, foi aposentado. Ao iniciar o conflito, quando vivia com uma pequena pensão, foi chamado à ativa. Foi o único dos cinquenta oficiais do almirantado francês a apoiar a posição De Gaulle de não desistir da luta contra o Eixo no final de junho de 1940. Quando o armistício foi assinado, roubou um caminhão e dirigiu até o porto de Marselha, embarcando para o Reino Unido. O marechal Pétain, que decretara o fim da Terceira

---

171 Hazareesingh: 2015, p. 156; Atkin: 2003, p. 1-2; Berthon: 2001, p. 1-19; Gaulle: 1955, p. 73-4; Kersaudy: 1982, p. 81; Taubman: 2003, p. 329; White: 1964.

República francesa e criara um novo regime em Vichy, retirou suas condecorações, confiscou seus bens, cassou sua cidadania e condenou-o à morte. Ao chegar em Londres, De Gaulle, apesar de vê-lo como potencial rival, deu-lhe a chefia tanto da marinha como da aeronáutica do movimento futuramente conhecido como França Livre. Os dois representavam o pior estereótipo do país. Um era desconhecido e arrogante; o outro, frio e sem carisma<sup>172</sup>.

De Gaulle e Muselier esperavam uma oportunidade para reverter a série de derrotas que sofriam por quase dois anos. A oportunidade logo apareceu. Após a queda da França, as colônias do país tiveram de posicionar-se no conflito. Algumas alinharam-se com o governo de Vichy, enquanto outras ficaram do lado da França Livre. A África cumpria um papel fundamental no imaginário francês naquele momento. Para De Gaulle, em particular, era em seus vastos espaços que “a França poderia de fato recriar para si própria um exército e uma soberania”<sup>173</sup>. Seu olhar dirigia-se para a cidade de Dacar. Era o melhor porto da costa oeste africana, com um volume de tonelagem semelhante ao grandioso porto de La Havre. Lá também estavam as reservas de ouro do Banco da França e do governo exilado da Polônia. Era chegada a hora de reverter a onda de má sorte.

A operação foi arquitetada por Churchill e De Gaulle, nas salas esfumaçadas de Downing Street, 10. Em 31 de agosto, uma pequena frota saiu de Liverpool para atacar a cidade africana. Muitos não estavam otimistas. Nos dias anteriores, no próprio gabinete britânico, chegou-se à conclusão que a secreta operação havia vazado. Soldados franceses brindaram nos *pubs* a aventura na África; o próprio De Gaulle fora a uma loja de Londres comprar roupas tropicais. Na viagem, o general finalmente estava de bom

---

172 Atkin: 2001, p. 217; Atkin: 2003, p. 101; Thompson: 1974, p. 113-6.

173 Gaulle: 1955, p. 105.

humor – uma raridade e, para alguns, mau agouro. O assalto ocorreu em 23 de setembro, e tudo deu errado. Os oficiais brigaram entre si, os rádios não funcionaram, ninguém conhecia a defesa da área, não foi feito treinamento adequado dos soldados e deixou-se, no Reino Unido, parte do equipamento para a operação.

As críticas, como certo, vieram. Em Washington, afirmou-se que os britânicos tinham uma fraqueza por causas perdidas. Estes, por sua vez, culpavam os franceses, em particular De Gaulle. O general perdeu sua credibilidade e, agora, era tratado como uma mediocridade. Fora o ponto mais baixo de sua carreira pública – sentiu-se como “quando um terremoto sacode sua casa brutalmente e se recebe em sua cabeça uma chuva de tijolos caindo do teto”. Muitos procuraram, naquela ocasião, culpados para justificar a humilhação e não foi difícil encontrá-los em uma suposta rede de espiões em Londres. Iniciara-se a caça às bruxas<sup>174</sup>.

## Jogos de espiões - parte II

*Few things are more agreeable than the spectacle of a man who loses his temper; we should be grateful to such people for providing us with moments of often unsullied delight.*

Harold Nicolson

Edmundo provavelmente pensava que a primeira semana de 1941 não guardaria surpresas. O clima era de pessimismo, com a expectativa de uma ofensiva alemã para invadir a Ilha – provavelmente na primavera<sup>175</sup>. Imerso no trabalho, intermediando o tenso relacionamento entre autoridades britânicas e italianas,

174 Atkin: 2003, p. 128; Gaulle: 1955, p. 127; Kersaudy: 1982, p. 99-102; Thompson: 1974, p. 128-33.

175 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 25 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC.

nunca teria passado pela cabeça do jovem diplomata ser arre-messado em uma das maiores redes de intrigas do período.

Tudo começou em 20 de dezembro do ano anterior, quando Dick White, um oficial da contra inteligência britânica, redigiu um documento aos seus superiores relatando um fato estarrecedor<sup>176</sup>. O aspecto central da denúncia estava na cópia de uma carta roubada da escrivania do diplomata brasileiro Frederico Chermont Lisboa por um homem chamado Gomez, secretário de Lisboa, e vendido para um oficial da França Livre por dez libras. A carta era endereçada a um representante de Vichy em Londres. Por ela, ficava claro que Vichy e provavelmente os nazistas souberam da movimentação das tropas aliadas para Dacar por intermédio da embaixada brasileira. A carta teria sido transmitida por intermédio da madame D'Anjou, uma francesa filha de um diretor da alfândega chinesa residente em Pequim. Ela conhecera Chermont Lisboa na localidade, acompanhando-o quando se mudara para Londres. Chegando na cidade, trabalhou em ambulâncias do exército francês e, posteriormente, foi transferida para o centro de operações da França Livre. De acordo com a acusação, D'Anjou teria conseguido as informações com o almirante Muselier que, presumivelmente, desejava enfraquecer a posição do general De Gaulle no movimento. Com essa evidência, ficava claro que o fracasso da operação não resultara da incompetência dos que planejaram o ataque.

Na última semana do ano, Churchill e Anthony Eden tomaram conhecimento do caso. Eles sentiram-se insultados pelo episódio. O primeiro impulso foi mandar enforcar rapidamente Muselier. De Gaulle, ao ser comunicado, ficou estupefato – não queria acreditar no ocorrido. O governo britânico, enquanto isso, saiu ao encalço dos acusados. Muselier foi logo preso. Ao chegarem na residência D'Anjou, Chermont Lisboa estava em

---

176 Dick White futuramente seria o diretor-geral do MI5 e durante as décadas de 1950 e 1960, liderou o serviço secreto britânico, o MI5.

sua cama. Ele pensou que era uma reclamação contra o *blackout* e escondeu-se no lavatório. Pouco tempo depois, emergiu de seu esconderijo, pelado, alegando ter imunidades diplomáticas. Não objetou a busca no apartamento, mas recusou ter seus pertences examinados. Anjou foi interrogada na Scotland Yard pelo próprio chefe da contrainformação britânica. Chermont Lisboa acompanhou-a. Em um primeiro contato com o interrogador, ele sutilmente afirmou ser o responsável pelas condecorações dadas pelo governo brasileiro e que se esquecessem do caso, “poderia ver o que poderia fazer para ele”. O diplomata brasileiro ignorava, mas já era observado pelas franjas do aparelho de contrainformação britânico. Esses espões acreditavam que ele tinha amizade com vários personagens do submundo fascista londrino; levava uma vida boêmia desregrada; era um compulsivo comprador de armas de fogo; sua pública loquacidade repetidamente atingira os brios nacionalistas britânicos, especialmente quando elogiava Hitler e a Alemanha nazista; e, para completar, fizera negócios financeiros complicados e suspeitos. O cerco se fechara, mas por ser um diplomata, as autoridades deixaram-no em liberdade<sup>177</sup>.

No dia seguinte, Chermont Lisboa relatou o caso a Moniz Aragão, dizendo que uma jovem francesa “de suas relações” fora detida sob a alegação de ser agente secreta do governo de Vichy. O embaixador não poderia ter recebido a notícia em pior hora. Desde o final do ano anterior, as relações bilaterais entre Rio de Janeiro e Londres estavam em crise. Souza Leão acreditou até na possibilidade do rompimento entre os dois países. Os problemas iniciaram em 5 de novembro de 1940, quando o navio Siqueira Campos foi detido por forças militares britânicas e levado para Gibraltar. Já em dezembro, um cruzador britânico parou um navio brasileiro, em território deste país, para retirar passageiros

---

177 Berthon: 2001, p. 89-91; Williams: 1993, p. 141; Entrada no diário de Oliver Harley em 2 de janeiro de 1941.

alemães e italianos; em outro incidente, britânicos violaram dezenas de pacotes de um navio brasileiro que estava na Espanha (a maioria era perfume e algodão). Para completar, a remoção, em 1º de dezembro, de vinte e dois nacionais alemães do vapor Itapé a dezoito milhas da costa brasileira, mais a apreensão, no vapor Buarque, de produtos têxteis oriundos do Brasil e destinados à Venezuela, lançou as relações bilaterais para o nível mais baixo desde a Primeira Guerra Mundial. Vargas autorizou a divulgação desses fatos para a imprensa, ocasionando, no país, uma onda de protestos contra os britânicos. Ao ferir a imagem britânica, o caso ainda fragilizou Oswaldo Aranha no governo e, ao mesmo tempo, fortaleceu os setores ligados aos países totalitários. A possibilidade de que os britânicos aprisionassem qualquer diplomata brasileiro por acusações de espionagem adicionaria uma variável explosiva aos conflitos bilaterais<sup>178</sup>.

Souza Leão definiu a acusação como “fantasiosa conspiração”. Mesmo assim, o embaixador Moniz Aragão optou por buscar mais informações. Em contato com as autoridades, foi surpreendido com a notícia de que, na verdade, eram dois diplomatas investigados: Edmundo também estaria envolvido. Os britânicos desejavam colher o depoimento dos dois, mas diante da tradicional imunidade diplomática, isso só poderia ser feito se o governo brasileiro permitisse. Ponderando a situação, Moniz Aragão tomou a decisão de autorizar o interrogatório, fazendo a ressalva de que isso “não

---

178 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 29 de novembro e 6 de dezembro de 1940. JSLF/CPDOC; Bourne: 2012, p. 154; Neto: 2013, p. 395-396; From Knox to Halifax. Rio, 3/12/1940; From Halifax to Knox. 1/11/1940; From Halifax to Knox. 6 December 1940. *In*: Further correspondence respecting South and Central America. Part LI. July to December 1940; Annual report on Brazil for 1940. Further correspondence respecting South and Central America. Part LII. January to December 1941. Confidential. Foreign Office. NARA-UK. Em 6 de dezembro, os britânicos impuseram três condições para liberar a carga. Era adicionar mais infâmia ao insulto da situação. O Brasil não mais poderia comercializar com a Alemanha, o Lloyd Brasileiro deveria se enquadrar nas regras britânicas e arrendar pelo menos 25% de sua capacidade para o governo britânico e imobilizar os navios inimigos em portos brasileiros. Foi só em 15 de dezembro que a embaixada em Londres recebeu a comunicação que o Siqueira Campos fora liberado.

redundaria absolutamente em qualquer renúncia ou prejuízo dos privilégios e imunidades diplomáticas”. Os depoimentos dos dois diplomatas foram conduzidos em 7 de janeiro de 1941. O primeiro foi Chermont Lisboa. Ele informou que, no primeiro contato com um inspetor, deu seu diário e deixou-o vasculhar seu apartamento e sua escrivaninha (onde guardava duas pistolas – chegou a ter cinco). Depois, respondeu uma série de perguntas sobre o relacionamento entre ele e Edmundo e sobre se este poderia de alguma forma ter acesso às gavetas trancadas de seu gabinete de trabalho. Era improvável. Edmundo só trabalhava pela manhã na embaixada e, mesmo assim, na sala de Souza Leão. Ao ser mostrada a carta que tanto transtorno causara, teria dito: “Acredito que são falsas”. O depoimento de Barbosa da Silva iniciou logo depois e teve os mesmos resultados<sup>179</sup>. Havia algo estranho.

\*\*\*

Carlton Garden, o quartel-general dos franceses em Londres, estava infestado de rivalidades quando De Gaulle partiu para sua missão em Dacar. Cada grupo acusava o outro de espionar para Vichy e para a Alemanha nazista. O general francês deixou Muselier como seu substituto, mas receoso de seu feudo, nomeou o capitão de fragata Meffre (codinome Howard) para chefiar a segurança das instalações. Howard, que odiava Muselier, introduziu um radical sistema de segurança. Fazia buscas secretas nos escritórios e lia a documentação de todos. Nesse período, D’Anjou trabalhava como secretária do *staff*. Howard mandou um subordinado com sérios problemas psicológicos demiti-la e impedi-la de entrar no prédio. Ela resistiu e o subordinado insultou-a. Chermont Lisboa, ao tomar conhecimento do desacato, instou-o a um duelo. Muselier ficou sabendo do incidente e impediu a consumação do ato. Após conversar com Chermont Lisboa, chamou Howard em seu gabinete

---

179 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 11 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC; Documentos do maço NARA-UK/KV2/3493.

e criticou-o severamente por toda a confusão. Isso deixou-o mais irado contra todos – principalmente Muselier e Anjou. Foi demitido após De Gaulle retornar e tomar pé da situação. Contudo, não saiu calado. Desejava vingança. Foi aí que redigiu quatro cartas. O objetivo era fabricar a hipótese de que Anjou espionara os preparativos da campanha de Dacar, transmitindo tais informações para os dois diplomatas brasileiros, que se encarregariam de transmiti-las para Vichy. Logo depois, deu uma delas para um espião do MI5<sup>180</sup>.

A análise do MI5 era que todos os franceses envolvidos na trama tinham péssima reputação. Mas a organização preferiu confiar na recomendação de seu funcionário – pouco inteligente, sem imaginação, desatento a detalhes, mas trabalhador incansável, o que lhe deu certa credibilidade. Na alta hierarquia, havia sérias dúvidas sobre a veracidade da carta, especialmente no Foreign Office. Primeiro, era incrível que uma carta de tal natureza estivesse ainda em posse de Chermont Lisboa. Segundo, não havia nenhum registro de qualquer diplomata brasileiro com nome Gomez. Ademais, escapou ao serviço de inteligência o fato de a embaixada em Londres não ter mala diplomática para as missões no continente – o serviço só existia para o Rio de Janeiro. Ao repassar a carta para a assessoria de Churchill, falou-se da base factual frágil da acusação – o primeiro ministro, no entanto, preferiu ignorar o alerta. O outro sinal de que algo estava errado veio de De Gaulle. Ele recusou-se a acreditar na acusação. Para o general, Muselier era arrogante, temperamental e incompetente; seu traço mais característico, contudo, era o ódio que tinha pelo governo de Vichy – que, aliás, o banira, o condenara a morte e lhe retirara a nacionalidade. Para De Gaulle, ou o serviço de inteligência britânico fabricara a situação ou, o mais provável, Vichy atuou

---

180 Williams: 1993, p. 141.

para criar uma crise no movimento francês em Londres. Foi nesse momento que os acusadores informaram que “Gomez” era, na verdade, Barbosa da Silva<sup>181</sup>.

O interrogatório de Chermont Lisboa deixou claro que o único contato dele com Muselier fora quando o francês desculpou-se por conta da briga gerada por Howard. O depoimento de Barbosa da Silva fora ainda mais esclarecedor, ao afirmar que, nas semanas anteriores, pessoas estranhas, trajando o uniforme da França Livre, abordaram-no várias vezes, inclusive na rua. Foi aí que os britânicos entrevistaram separadamente Howard e outros comparsas, achando várias inconsistências. Ao pressioná-los, descobriram que os documentos foram forjados com a colaboração de um comandante que espionava o quartel general de De Gaulle para o próprio MI5<sup>182</sup>.

Em 9 de janeiro, Churchill e Eden tiveram a desagradável tarefa de pedir desculpas a De Gaulle. O primeiro-ministro, confrontado com seu erro, disse: “Quando estou errado, fico sempre muito nervoso!”, sem admitir, contudo, que este era um dos casos. O general francês, em suas memórias, disse que, no final, o saldo de toda essa confusão fora positivo. Além do pedido de desculpas, foi recebido pelo rei. Os ingleses, envergonhados pela grave falha, tornaram-se mais dispostos a aceitar algumas demandas do movimento exilado – como a expulsão de todos os empregados ingleses de Carlton Gardens, um acordo de jurisdição sobre o movimento França Livre no país e um posicionamento melhor nas negociações financeiras e econômicas. No caso de Edmundo, foi dado somente um seco pedido de desculpas. Após o rocambolesco incidente, a pilhéria tomou conta da embaixada. Tornou-se “episódio divertido”. Eles achavam ter sido instrutivo

---

181 Sobre o ambiente da época ver, Philby: 1968. De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 11 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC; Berthon: 2001, p. 89-91.

182 NARA-UK/KV2/3493.

conhecer como funcionava o serviço de inteligência e como são conduzidos os inquéritos policiais<sup>183</sup>.

O governo brasileiro não fez como os franceses, que aproveitaram os equívocos do MI5 para extrair concessões. O mais estranho é que, mesmo com a descoberta da farsa, a máquina burocrática ainda perseguiu com afinco Chermont Lisboa. Em abril de 1941, o diplomata Peter Hope, trabalhando para o MI5, informou seus superiores que sua unidade estava cada vez mais interessada no diplomata. O brasileiro mantinha um estilo de vida perigoso. Era muito amigo de Matsumoto, da embaixada japonesa, um reconhecido fascista; fez arranjos financeiros com a dona de seu imóvel que passavam por contrabando de moeda. O Postmaster General determinou que telegramas e cartas destinadas ou originadas do diplomata fossem violadas, sob a justificativa de que mantinha contatos suspeitos. Em junho, o governo britânico utilizou o serviço de várias mulheres sedutoras de seu círculo de conhecidos (uma sueca, uma húngara e uma terceira, chamada “Hilda”) para espioná-lo; em julho, seu sigilo telefônico foi quebrado; em agosto, começou a ter espiões em seu encalço; no ano seguinte, em fevereiro, uma carta sua foi enviada para um exame grafológico (“Muito erótico, homem viril”, julgou o analista). Nem a correspondência e as linhas telefônicas da embaixada foram poupadas. Pegos sob uma incompetência monumental, o governo britânico parecia não acreditar que aquele diplomata loquaz, de relacionamentos suspeitos e, para alguns, incompetente, pudesse ser nada mais do que o que aparentava ser: um narcisista despreocupado. Aliás, os diplomatas brasileiros eram alvos fáceis do sistema de vigilância. José de Alencar Neto falava alemão fluentemente, o idioma do inimigo, inclusive socialmente; os pais de Pascoal Carlos Magno, servindo em Liverpool, eram

---

183 West: 2005, p. 117-27 Dilks: 1972, p. 346-8; Gaulle: 1955, p. 149; De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 11 de janeiro de 1941. JSLF/CPDOC.

italianos; e Benno Strunk, no consulado de Southampton, tinha origem alemã. Nos círculos diplomáticos da cidade, acreditou-se, principalmente após ruídos do problema de janeiro alcançarem as fofocas de salão, que o centro de intermediação da espionagem nazista com a América do Sul estava na embaixada brasileira.

Edmundo não guardou mágoa por seu colega de trabalho tê-lo colocado nessa situação. Meses depois, quando D'Anjou foi enviada para o Rio de Janeiro, os Barbosa da Silva receberam-na de braços abertos, tendo ela ficado amiga de sua irmã mais velha. Em nenhum momento, após a crise de janeiro de 1941, Edmundo entrou no radar do sistema de inteligência britânico. Ao contrário de vários de seus colegas, manteve um austero cotidiano de trabalho, o que foi extremamente saudável para seu futuro profissional. Hoje, sabe-se que, no Rio de Janeiro, a cúpula do ministério acompanhou de perto as atividades de seus funcionários no exterior, principalmente se demonstravam tendências políticas consideradas inadequadas. A associação com elementos do Eixo foi justificativa para acabar com a carreira de vários<sup>184</sup>.

---

184 Background check. 29/7/41. NARA-UK/KV2/3493; Security Service. Right-wing extremists. Frederico Chermont Lisboa. NARA-UK/KV2/3494; De Barbosa da Silva para Chermont Lisboa. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1967. APEBS; Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2 de agosto de 1943. GV c 1943.08.02. Vol. XLI/48.





*Edmundo Barbosa da Silva ao lado de Gilberto Amado. Sem data e local.  
APEBS.*



## CAPÍTULO 5

### AVIAÇÃO CIVIL

#### Retorno ao Brasil

*Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie  
pela mão!*

Getúlio Vargas

A saudade, nas tardes melancólicas de neblina londrina, tomava a consciência como a umidade que incomodava os ossos. Edmundo cumpria com afinco seus deveres, mas as vicissitudes da guerra já o incomodavam. Do ponto de vista funcional, era um fantasma. Não fora removido oficialmente, de forma que seu nome ainda constava no quadro de servidores da Secretaria do Estado, no Brasil; recebia o salário não pelas vias comuns, mas pela verba secreta do posto. Sua presença em Londres, aliás, fora repetidamente estendida. Tanto em junho quanto em dezembro de 1940, Moniz de Aragão conseguiu de Oswaldo Aranha sua continuidade, argumentando serem seus serviços essenciais para a embaixada. O jovem diplomata, neste caso, pouco podia fazer. Vários funcionários que demonstraram interesse de serem removidos para o Brasil sofreram severas críticas do Itamaraty. Não

convinha ser estridente na sinalização de que desejava retornar. Mas já havia indicações de que sua volta estava próxima.

A primeira veio em setembro de 1941, quando o Itamaraty solicitou novamente seu retorno. Moniz de Aragão argumentou que a saída do subordinado causaria “graves perturbações no serviço” e requisitou sua permanência até pelo menos dezembro. O órgão autorizou a permanência até o fim do ano, mas determinou seu regresso impreterivelmente após esse período. Moniz de Aragão tentou reverter tal imposição com o amigo Luiz de Faro Júnior, que chefiava a administração do ministério. Este foi irredutível. Edmundo fora para o Reino Unido estudar, pois caso contrário teria de ter cumprido o estágio probatório de dois anos no Brasil. Para Faro Júnior, não era possível mais prolongar essa situação, pois o estágio na Secretaria de Estado era indispensável para a promoção do diplomata<sup>185</sup>.

Ao final do ano, Edmundo começou a desligar-se de seus compromissos na cidade. Chegara a Londres, em setembro de 1939, na abertura das hostilidades entre a Alemanha e a Inglaterra, e preparava-se para sair quando o resultado do conflito ainda estava em suspenso. Em 3 de dezembro de 1941, ele e os colegas da embaixada saíram para um jantar de despedida. Na semana seguinte, participou de um dos seus últimos eventos: um almoço com a comunidade diplomática na embaixada brasileira. Os colegas sentiriam sua falta. Souza Leão, que não era de exprimir elogios fáceis, no início do ano, afirmou que

---

185 Tel 629 de Londres. 18 de dezembro de 1940; Em maio de 1940, por exemplo, Henrique Pinheiro de Vasconcellos, no consulado em Londres, tentou ser removido para o Brasil, pedido este negado por Oswaldo Aranha. Desptel 2033 para Londres. 21 de maio de 1940. Londres. Telegramas Expedidos. 1940. AHI-RJ; CT 194 para Londres. Cônsul Edmundo Barbosa da Silva chamado ao Rio. 4 de setembro de 1941; CT 370 para Secretaria de Estado. Cônsul Edmundo P. Barbosa da Silva. 5 de setembro de 1941; Desptel 197 para Londres. Cônsul Edmundo Barbosa da Silva chamado ao Rio. 9 de setembro de 1941; De Luiz de Faro Júnior para Moniz de Aragão. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1942. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

*se o Barbosa da Silva não fosse trabalhador, inteligente e capaz, como raramente se encontra um colega das suas qualidades, não poderíamos dar vazão ao serviço, que envolve administração de muitas propriedades do governo italiano e edifícios de consulados, transmissão de notícias individuais, defesa de interesses de companhias e pessoas e ultimamente de prisioneiros de guerra. Já gastamos mais de 10 mil libras nessa proteção e em socorros. Cartas diversas, já escrevemos 1.600, fora ofícios aos consulados nossos, às embaixadas e Lisboa e Roma e às autoridades aqui – umas 400 mais, o que dá uma média de 15 por dia. Empregamos 4 auxiliares para dar vazão a essa correspondência, que é muito mais vasta que da nossa Embaixada, mesmo num momento desses. [...] O Moniz de Aragão não mete o nariz nessas coisas. Só ajuda a redigir os telegramas ao Itamaraty, que também sobem a centenas. Pena é que não aparece o nome do Barbosa, que aliás é um defensor ardente de todos italianos que batem à nossa porta. É ele quem trabalha na Divisão Especial, funcionando na chancelaria da Embaixada Italiana<sup>186</sup>.*

Moniz de Aragão, por sua vez, lamentou para Oswaldo Aranha a saída do “excelente funcionário” e “leal e inteligente companheiro”. As palavras do embaixador guardavam a melancolia da separação de um jovem atencioso cujo trabalho tanto admirava:

*As qualidades do Senhor Edmundo Barbosa da Silva exigem que o recomende a Vossa Excelência em forma excepcional,*

---

186 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 11 de fevereiro de 1941. JSLF/CPDOC. Para termos de comparação, basta informar que ele achava que Moniz Aragão tinha “natureza pouco generosa” e “mediocridade que precisa aproveitar-se de todas as forças alheias para esconder a sua consciente fraqueza”. Era “verdadeira criança, embora dotado de uma esperteza malandra” e se apropriava “das ideias alheias com uma facilidade que [causava] espanto todos os dias”. De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 2 de maio de 1940. JSLF/CPDOC.

*elogiando sem reservas pela forma com que cumpriu os seus deveres, mesmo nos momentos os mais críticos, deixando uma grata recordação tanto entre os seus colegas como nos meios oficiais e sociais com os quais teve relações, revelando sempre todos aqueles predicados, além de uma sólida cultura e o mais fino trato*<sup>187</sup>.

A missão de Edmundo agora era retornar ao Brasil. Em decorrência de seu difícil traslado pelo Atlântico dois anos antes e as vicissitudes da Guerra, desejava viajar de avião. No final de novembro de 1941, quando tentou adquirir uma passagem aérea para Lisboa, o governo britânico informou que um bilhete só estaria disponível para o fim de janeiro ou o início de fevereiro. Sugeriu-se, contudo, que voltasse ao Brasil pela América do Norte por via marítima. Como o Itamaraty ordenara que partisse até 30 de dezembro de 1941, não teve escolha. Dia 20, encaminhou-se para Liverpool, mas não embarcou: a Alemanha declarara guerra aos Estados Unidos. Com isso, esperou mais dias para, em um pequeno cargueiro pintado de cinza, cruzar o oceano. A viagem não teve o conforto de uma marcha inexorável e direta para o destino; havia súbitas correções de rumos, inexplicáveis paradas e ajustes repentinos de velocidade. Os passageiros estavam sempre com seus coletes salva-vidas e quase diariamente havia algum tipo de treinamento para enfrentar possíveis ataques. O oceano estava infestado de submarinos alemães. No meio da jornada, Edmundo viu um esgueirando-se próximo ao navio; quando achou que seria o fim, o submarino atacou uma embarcação maior. Fora salvo. Em outra oportunidade, viu o comboio do qual seu navio fazia parte tomar outro caminho. Ao perguntar ao comandante por que foram para outro rumo, recebeu a resposta de que, na verdade, errado

---

187 Court Circular. *Times*, 12 December 1941; De Moniz de Aragão para Oswaldo Aranha. Ofício Nº 909. Partida do Adido Edmundo Penna Barbosa da Silva. Londres, 16 de dezembro de 1941. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

estava o cargueiro em que estava – o motor havia quebrado. Novamente, ficou com muito medo, mas a sorte estava ao seu lado. O navio foi consertado e conseguiu seguir viagem. Em determinado momento, durante uma das paradas, recebeu a opção de aguardar em um porto melhor oportunidade para chegar ao destino. Após muito ponderar, decidiu abraçar o destino e zarpar. A viagem, ainda assim, guardou boas surpresas. Em São João da Terra Nova, comeu uma das lagostas mais saborosas que teve a oportunidade de experimentar em sua vida<sup>188</sup>.

A sua chegada em Nova Iorque trouxe-lhe preocupações. O ataque de Pearl Harbor e a entrada dos EUA na guerra inviabilizou seu imediato retorno ao Rio de Janeiro. Edmundo, nessas condições, não desejava embarcar em mais um navio – que outro choque na política internacional o aguardava nesse trajeto? Tentou, assim, adquirir um bilhete aéreo. Mesmo toda a dificuldade que passara nos dois anos anteriores e, especialmente, durante a última viagem, não sensibilizou a embaixada brasileira em Washington. A quota que o país detinha de passagens aéreas era só para emergências. Enfrentaria, novamente, o oceano. O primeiro navio brasileiro retornando ao país com espaço disponível, no entanto, só sairia de Nova Iorque em fevereiro de 1942 e, para completar, por um erro, seu salário fora para Lisboa e não para os EUA, ficando em apuros até resolver a situação<sup>189</sup>.

Foi só no início de fevereiro de 1942 que, pelo navio Cantuária, do Lloyd Brasileiro, Edmundo retornou ao Brasil. É possível imaginar a felicidade de finalmente chegar ao Rio de Janeiro. Na madrugada, quando o navio lentamente entrava na Guanabara,

---

188 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 27 de fevereiro de 1941. JSLF/CPDOC; Further report from Barbara. 19/12/41. NARA-UK/KV2/3494; De Barbosa da Silva para Joaquim Mattoso. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1971. APEBS; Klingaman: 1988, p. 126; Entrevista telefônica com Raphael Barbosa da Silva. 20 de setembro de 2013.

189 De Barbosa da Silva a Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1943. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

ninguém conseguia dormir. Todos seguiam para o tombadilho. Queriam ver a paisagem conhecida, os prédios, as montanhas. A serra dos Órgãos fechando o cenário glorioso no norte, criando o “anfiteatro de mil elevações”. Não poderia ser mais feliz a descrição de Afonso Celso de que as águas formavam, ao mesmo tempo, uma coleção de baías, um arquipélago e um pequeno mar mediterrâneo. Ao chegar no porto, Edmundo foi entrevistado pela imprensa sobre suas impressões: “Seis meses que Londres não é bombardeada”, disse. “Desde agosto que os aviões alemães não vão à metrópole inglesa. Londres vive na maior tranquilidade depois dos sofrimentos por que passou. O espírito inglês é inalterável”. Não passou despercebido dos presentes à entrevista o seu rosto marcado por cicatrizes<sup>190</sup>.

A saga de Edmundo foi longa e custosa. Em decorrência da carência de transporte no Atlântico Norte, teve que arcar com diversos gastos, só ressarcidos dois anos depois, após a interferência de Oswaldo Aranha. Ele pensou que retornaria ao país de onde saíra em 1939. Estava enganado. Em 1942, iniciaram os *blackouts* no Rio de Janeiro. O governo justificou a medida sob o argumento da segurança, mas foi medida para enfrentar o sério déficit de energia elétrica. Havia, também, uma política de racionamento, que afetava particularmente a carne e o leite. Na orla marítima, muitos vedavam frestas e janelas; em uma localidade no subúrbio, donas de casa lançaram uma campanha para a construção de um abrigo antiaéreo. Na Baía de Guanabara, instalou-se uma rede de aço antissubmarina e minas flutuantes eram lançadas constantemente<sup>191</sup>.

---

190 Londres sem bombardeios. *A Noite*, 7 de março de 1942; Dos Estados Unidos ao Brasil sem nenhum incidente. *A Manhã*, 8 de março de 1942; Regressou o secretário da embaixada do Brasil em Londres. *Correio da Manhã*, 8 de março de 1942.

191 Ver documentos no primeiro volume do maço pessoal. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

Um dos compromissos de Barbosa da Silva ao retornar ao Brasil foi uma palestra na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. O título era evocativo: “A Brazilian at Cambridge”. Ele colocou-se como um conhecedor da cidade, compartilhando suas impressões sobre tópicos como a vida universitária, os esportes, as tradições e como a guerra afetou a atmosfera local. Falou, depois, de sua participação na embaixada brasileira e o fato de ter sido recebido pelo próprio rei Jorge VI, finalizando com algumas reflexões sobre o caráter britânico e sua “magnífica conduta” durante a guerra<sup>192</sup>.

A sua experiência fora extremamente enriquecedora e teria grande impacto em sua formação intelectual. Ele não foi o primeiro diplomata brasileiro a passar por tal transformação. Heitor Lyra, que esteve em Londres na década de 1920, elogiou os diplomatas “inglesados” que abandonaram a latinidade e abraçaram os costumes londrinos. Achava ser um remédio adequado às “paixões ardentes” e aos “sentimentos exaltados” brasileiros. Para Lyra, se nossa elite tivesse tomado um banho na cultura de Mayfair, muita turbulência teria sido evitada. Esse tipo de enlace cultural, de admiração sem reservas, era contrário ao feitiço de Edmundo. Seria subjugar sua identidade, sem compreendê-la em seus pontos positivos e, não sem razão, justificaria a grande resistência que muitos tinham aos diplomatas brasileiros nesse período – seriam estrangeiros abrasileirados. Afonso Arinos de Mello Franco era mais condescendente para com esse movimento, que teria contaminado a nata da diplomacia brasileira do entreguerras, como Raul do Rio Branco, Silvino Gurgel do Amaral, Raul Régis de Oliveira, Alfredo de Barros Moreira, Oscar de Teffé e Mário de Pimentel Brandão. Para ele,

---

192 Só é possível encontrar sumários da apresentação. Conferências. *A Manhã*, 22 de julho de 1942; Um brasileiro em Cambridge. *Diário de Notícias*, 28 de julho de 1942.

*[a] dissolução da personalidade nacional em uma espécie de standard internacional” se explicava “pela tendência, paradoxalmente patriótica, de levar ou elevar o comportamento do funcionário no exterior a um figurino supranacional, que não provocasse reparos, nem chamasse a atenção para um país que ainda tinha os seus complexos de exotismo. Somente as nações fortes, naquele mundo em que ainda prevaleciam os valores da dominação europeia inerentes ao século XIX, poderiam ter confiança em si a ponto de exibirem os seus modismos e peculiaridades, cujos possíveis ridículos eram superados pela força da cultura, do comércio e das armas<sup>193</sup>.*

Assim, o memorialista continua:

*[...] não devemos condenar a atitude dos velhos embaixadores do Brasil, comportando-se, não propriamente como ingleses, franceses ou alemães, mas como fieis e típicos súditos daquela República Diplomática, que, como a velha República das Letras do tempo de Erasmo, era, também, internacional e europeia.*

O próprio Afonso Arinos apresenta, contudo, um rol de diplomatas que escaparam dessa armadilha – como Domício da Gama, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Gastão da Cunha e Souza Dantas. Eram os “brasileiros resistentes”<sup>194</sup>.

Barbosa da Silva teria sido um dos últimos “inglesados” por excelência da diplomacia brasileira. Havia os sinais exteriores da

---

193 Franco: 1961, p. 149-50.

194 Franco: 1961, p. 271-2; Lyra: 1981, p. 140. Afonso Arinos volta ao tema em suas memórias para afirmar: “a desnacionalização de tantos diplomatas pode resultar, às vezes, da presença de uma certa delicadeza de temperamento, ou da ausência dessa rusticidade inassimilável pelos ambientes peregrinos”; “Nervos frágeis levam ou à despersonalização no meio cosmopolita ou ao abandono da carreira”. Ele nota, contudo, “que a personalidade nacional coexiste muito bem com a universalidade intelectual”.

influência; assim como os tinha em seus maneirismos. O apreço pela pontualidade, a preferência pela concisão, a discrição e a afabilidade eram elementos sempre presentes. Mas como poderia ter adquirido tais características, se permanecera na ilha somente de setembro de 1939 até o início de 1942? O tempo, na Guerra, teve uma reverberação psicológica que escapou a seu desenrolar ordinário. Edmundo, ademais, tinha o espírito demasiado aberto à absorção de novas experiências. Não teria Nabuco assinalado o impacto de sua estada londrina em *Minha formação*, quando permaneceu na cidade, na juventude, somente seis meses? Os atributos de Barbosa da Silva julgados reflexos de sua estadia no Reino Unido, contudo, tinham raízes em Minas Gerais. Não é sem razão que Heitor Lyra elogia Antônio Camillo de Oliveira – “um mineiro civilizado” – e Afrânio de Mello Franco. Edmundo não se “inglesou”; refinou sua mineiridade. Como afirmou Alceu Amoroso Lima, o mineiro é, antes de tudo,

*um sóbrio, no comer, no vestir, no falar. Sóbrio no modo de sentir e de viver. Raramente se deixa arrastar por grandes entusiasmos. Suas posições não são arrebatadas e instantâneas. Antes recalcadas e tenazes. Essa sobriedade não é uma mutilação. Não é uma disciplina imposta. Não é nada de acrescentado e muito menos de dissimulado. É algo de absolutamente nativo. Sobriedade mineira de pensamento quer dizer preocupação de solidez, antipatia pela especulação vazia, pela imaginação delirante, horror à divagação*<sup>195</sup>.

Não seria essa a descrição do londrino de Mayfair?

---

195 *Apud* Midlin: 2005, p. 44. Ver Nabuco: 1900. Sobre o “culto da mineirice”, ver Mello: 1997 [1922], p. 11.

## Raízes rurais

*No Brasil, todos sabem como se fazem Constituições, mas  
bem poucos como se plantam batatas.*

Heitor Lyra

Ao chegar no Rio de Janeiro, após gozar de merecido descanso, Edmundo apresentou-se a Oswaldo Aranha e às chefias do Itamaraty, em um ritual de quem retornava do exterior. O ministro já conhecia as atividades desempenhadas pela Divisão Especial para a Proteção dos Interesses Italianos, que deu a Edmundo uma experiência única. Todos os brasileiros na Europa que retornavam ao Brasil, ao conversar com o ministro, colocavam a embaixada em Londres “num pedestal de heroísmo”. Aranha, no ano anterior, teria confidenciado a uma servidora estar orgulhoso dessa equipe. Estava “com fama de valentíssima”<sup>196</sup>.

O ambiente estava diferente de agosto de 1939, quando Edmundo saíra do Brasil. A Secretaria de Estado sempre fora local pouco privilegiado para seus servidores. Os salários eram baixos; o trabalho, modorrento; e a supervisão das chefias, sufocadora. A guerra, ao ter transformado a Europa em um campo de batalha, modificou esse quadro. Poucos desejavam sair da acolhedora cidade do Rio de Janeiro para enfrentar perigosas viagens pelo Atlântico e sérios riscos nas capitais europeias. Diante dessa situação, o Palácio estava com excesso de diplomatas em suas instalações. Dez ministros de primeira classe vagavam pelos corredores, sem cargos. Nos primeiros momentos, Edmundo circulou sem rumo. Inicialmente, ficou na Secretaria-Geral; depois, foi para a Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais; em maio de

---

196 De Joaquim de Souza Leão Filho para Joaquim de Souza Leão. Londres, 2 de maio de 1941. JSLF/CPDOC.

1942, foi transferido para a Divisão Consular; e, em setembro, ficou novamente à disposição da Secretaria-Geral<sup>197</sup>.

Mas sua situação logo se estabilizou. Em janeiro de 1943, havia diversas reclamações entre Brasil e Estados Unidos sobre a distribuição de vagas em voos para aquele país. Em uma conversa com Oswaldo Aranha, o embaixador americano, Jefferson Caffery, concordou em criar uma comissão, com a participação brasileira, para examinar as prioridades de solicitações de viagens internacionais. O serviço desempenhado demandava “o mais alto grau de habilidade executiva, inteligência, compreensão e *fair play*”. Edmundo foi designado para realizar tal tarefa, juntamente com um funcionário da embaixada americana. Desempenhou tal função com esmero, talvez lembrando seu conturbado retorno ao Brasil. Foi um trabalho que exigiu tato e profissionalismo. Muitos conhecidos não gostaram quando impedia “jeitinhos” e o uso de sua amizade para conseguir uma vaga nos escassos voos; diplomatas mais graduados também se sentiam feridos em sua dignidade ao terem seus pedidos recusados. O major H. W. Peterson, chefe do serviço no Rio de Janeiro, reconheceu esse esforço e fez questão de enviar para Washington um relatório expressando a “esplêndida assistência” que teve de Edmundo, também redigindo carta para Oswaldo Aranha com elogios. Talvez fosse por essa época que Barbosa da Silva começou a frequentar o lar do político gaúcho, na rua Campo Belo, onde privaria do relacionamento da elite política do Brasil – os “tempos da casa do Dr. Oswaldo”, como lembraria com nostalgia ao colega Corrêa do Lago, genro de Aranha, décadas depois<sup>198</sup>.

Seu profissionalismo rendeu frutos. Em julho, foi trabalhar no gabinete do ministro; em agosto de 1944, foi designado para

---

197 Souza: 1979, p. 142. Informações das lotações nos anuários de pessoal.

198 Ver primeiro volume do maço pessoal. Comunicações de março de 1943; De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1970. APEBS.

ser chefe do Serviço Jurídico; em setembro, novamente ficou à disposição do gabinete do ministro; em novembro, foi designado para ocupar o cargo de auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República. Foi a primeira vez que se deslocou do Itamaraty para outro órgão governamental. No centro do poder, tanto no Palácio do Catete como no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, acompanhou o estertor do Estado Novo. Na época, as chefias confiavam tarefas de maior importância para seus subordinados. Isso pode ser visto na missão de revisar o programa para o concurso à carreira diplomática em fevereiro de 1944, dada a Edmundo e outros jovens colegas, como Miguel Ozório, Antonio Corrêa do Lago, Jayme de Souza Gomes, Lauro Escorel, Alfredo Valladão e George Maciel. Como estava próximo da realização do certame, o grupo não empreendeu grandes modificações – foi um edital de transição. Mesmo assim, fizeram ajustes estratégicos e modernizadores. Entre eles, eliminaram do programa de História da Civilização o período anterior à Revolução Americana, em benefício do período posterior à Primeira Guerra Mundial e, no programa de História do Brasil, buscaram “dar certa preponderância [à] história econômica”<sup>199</sup>.

A vida pessoal de Edmundo passaria por várias reviravoltas nesse período. Seu pai, Alexandre, teve um edema pulmonar. Desejando estar próximo da família, Edmundo afastou-se de qualquer possibilidade de ser removido para o exterior nesse momento. Outra mudança foi seu enlace matrimonial com Lygia Chrysostomo de Oliveira. Os familiares de Lygia tinham profundas raízes no município de Campos. Eram grandes produtores de açúcar, gado, laranja, algodão e café, além de terem empreendimentos industriais, como fundição e cerâmica – no total, 35 empresas com mais de três mil empregados.

---

199 De Miguel Álvaro Ozório de Almeida para o Chefe da Divisão de Pessoal. Fevereiro de 1944; De Simões Lopes para Oswaldo Aranha. 25 de março de 1944. Maço 38.214. AHI-RJ.

O pai de Lygia, Raphael Chrysostomo, ainda era esportista de renome. Em 1935, em uma competição, arrancou do mar uma arraia de 350 quilos e oito tubarões. Para os que não acreditaram no feito, o jornal *A Noite* fez questão de publicar uma foto do empresário ao lado de sua surpreendente conquista. Era, ademais, “o maior animador do rinhadeiro da Gávea”, na rua Marquês de São Vicente, ambiente frequentando por figuras como Oswaldo Aranha, Virgílio de Mello Franco e Lineu de Paula Machado. No campo, não havia competição de gado no país que não participasse com o seu premiado rebanho bovino. Ele também não descuidava dos contatos essenciais para sua rede de grandes negócios. Era próximo tanto dos Mangabeiras quanto dos Vargas e participava ativamente das campanhas eleitorais do seletor Jockey Clube. Seu grande palco era a Fazenda da Pedra, entre São Fidelis e Campos, às margens do Rio Paraíba. Era uma propriedade histórica e um dos melhores centros agropecuários do país – 8,5 milhões de metros quadrados, com um rio passando ao fundo e uma estrada de ferro ainda em funcionamento. O casarão da fazenda, construído no século XVIII, tinha 48 cômodos. O gado marcado com o RC, exclusivo da fazenda, tinha o melhor conceito no mercado. No século XIX, a propriedade já era famosa, tendo recebido inclusive o imperador dom Pedro II. No Estado Novo, hospedaram-se em suas instalações políticos como Getúlio Vargas, Arthur de Souza Costa, Agamenon Magalhães, deputados, o presidente do Banco do Brasil e o governador do Rio de Janeiro, Protógenes Guimarães. A personalidade mais presente, contudo, era Ernani do Amaral Peixoto. A Fazenda da Pedra era o seu “pouso predileto” quando visitava o norte do estado. O então governador, em suas estadias, despachava três vezes por semana de seu quarto, quando seus assessores vinham de Niterói com o expediente.

Não é possível precisar ao certo como Lygia e Edmundo conheceram-se. É bem possível que tenha sido na vida social do

Rio de Janeiro de então. Como todo diplomata naquela época, Edmundo, em agosto de 1943, pediu oficialmente autorização ao ministro de Estado para casar. No ano seguinte, nasceu o seu primeiro filho: Raphael, em homenagem ao avô materno. A felicidade, porém, foi abalada por um acidente que teve profundas consequências para sua vida pessoal e profissional.

Seu sogro, além de praticante de vários esportes, era exímio piloto de avião e um dos mais ativos nos *raids* aéreos – fora, inclusive, tesoureiro do Aero Club do Brasil no biênio 1938-1940. Na Fazenda da Pedra, construía uma moderna pista de pouso e luxuosas instalações para outros aviadores. Foi ali que, em março de 1945, ao tentar decolar, o motor falhara, ocasionando a sua morte.

A morte do sogro, logo após o casamento, abalou toda a família e ocasionou um severo ajuste no cotidiano de Edmundo. Primeiro, teve de administrar as dívidas e ajudar a vender parte dos bens. Depois, tornou-se o administrador da Fazenda da Pedra. Em 1948, a transição já estava completa. Como agricultor, fez parte de uma geração que, treinada em modernas técnicas, buscou ajustar a competitividade para lidar com mercados dinâmicos. Em pouco tempo, a fazenda já dava certa renda, permitindo complementar o parco salário pago pelo Itamaraty aos seus funcionários no Brasil. Edmundo não inovou ao se tornar um diplomata agricultor. Era conhecido o fato de o diplomata Araújo Jorge, assessor do barão do Rio Branco, acordar de madrugada no sítio em Campo Grande para vender, em um caminhão, laranjas. Mesmo assim, para muitos colegas da carreira, estar em tal posição era desconcertante. A discrepância entre estar ora de *smoking*, em um coquetel com o presidente do Brasil, ora de botinas, consertando cercas com peões, era excessivamente grande para ser transposta cotidianamente.

Mas Barbosa da Silva sempre apreciou a vida no campo e não teve dificuldade na adaptação. Em 1947, confessaria ao dileto amigo Sérgio Corrêa da Costa os dilemas da nova vida: “Meu sangue mineiro é atraído irresistivelmente para o campo”<sup>200</sup>. Era um retorno às suas raízes familiares – só que agora longe de Minas Gerais. Sua imersão na vida rural, todavia, inviabilizou remoções para o exterior. Ele seria um diplomata sempre ligado ao Brasil, à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores. Dessa maneira, não sofreu da “moléstia de Nabuco”, diagnosticada por Mário de Andrade, e que acometia parte considerável do nosso corpo diplomático – estar sempre com saudades do Brasil, no exterior, e com saudades dos centros cosmopolitas, no Brasil<sup>201</sup>.

### Os primórdios do multilateralismo

*O mundo atual não comporta atitudes de isolamento; temos que fazer face à evolução dos acontecimentos.*

Armando Trompowski

Em maio de 1927, os navios que atravessavam o Atlântico Norte singravam no que parecia mais um típico dia de primavera. Nenhum escutou o motor do *Spirit of St. Louis*, que tocava os sinos de uma nova ordem. Como afirmou John Malcolm Brinnin, em quarenta anos, encerrar-se-ia de vez a era dos grandes salões dos cruzeiros que ligavam o Velho ao Novo Mundo.

200 De Barbosa da Silva para Sérgio Corrêa da Costa. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1947. ABL/ SCC 34.3.22.

201 Uma arraia de 350 quilos! *A Noite*, 20 de março de 1935; Campeonato de pesca da enchova. *A Noite*, 23 de março de 1935; O governador fluminense vai repousar em Campos. *Diário da Noite*, 9 de junho de 1936; O desastre de aviação em Campos. *A Noite*, 5 de março de 1945; Viajantes. *Diário Carioca*, 27 de outubro de 1939; Missa. *Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1934; Donald Jr.: 1973, p. 31 e 107; Ginsburg: 1922, p. 93; González: 1998, p. 22 e 95-102; Peixoto: 1986, p. 31; Entrevista telefônica com Raphael Barbosa da Silva. 20 de setembro de 2013; Fazenda da Pedra. Campeã da raça indiana. *A Noite*, 25 de maio de 1948; Souza: 1979, p. 144.

Quando Edmundo era adolescente, atravessar o Atlântico de avião era uma aventura quase impossível. Em 1930, das 75 tentativas feitas até então, 40 fracassaram. Mesmo com essas dificuldades, a aviação civil internacional já era um campo crescentemente regulado. O primeiro arcabouço jurídico de relevo foi criado na Conferência de Paris de 1919. Como resultado do encontro, firmou-se a Convenção sobre a Regulação da Navegação Aérea. O documento postulou vários princípios. Cada parte contratante oferecia às outras, sem distinções, o privilégio de seu espaço aéreo em tempo de paz (“direito de passagem inocente”); para os aviões utilizando o espaço aéreo de outros países, o texto regulamentou aspectos como identificação, voo, pouso, decolagem e treinamento mínimo da tripulação; aviões estrangeiros e nacionais não sofreriam discriminação em termos de taxas aeroviárias. Esse sistema regulatório, contudo, era insatisfatório por privilegiar controle sobre eficiência e poder político sobre desempenho. A Segunda Guerra Mundial mudou sensivelmente esse quadro. Em decorrência da necessidade de operar máquinas de guerra de alcance global, os principais países participantes do conflito expandiram aceleradamente suas respectivas frotas aéreas. Antes mesmo do fim do conflito, o governo americano apresentou para seus aliados a necessidade de criar um novo arcabouço jurídico para o tema.

O governo brasileiro orgulhava-se de ser a pátria de Santos Dumont e de ter o Serviço de Aviação Naval mais antigo das Américas. O entusiasmo não era diferente de outros países da América Latina, que, conjuntamente, constituíram 11 dos 16 países signatários da Convenção Internacional sobre Navegação Aérea. Na segunda metade da década de 1920, todavia, a despeito de a legislação brasileira cumprir sua profissão de fé nacionalista, fracassaram as tentativas de explorar comercialmente a aviação no país. O Estado, mesmo assim, permaneceu ativo. Mas esse

esforço foi insuficiente para criar uma indústria, tornando a arena internacional essencial para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil. Primeiro, como fonte de técnicas e meio de assimilação tecnológica; segundo, como fonte de capital; e terceiro, como meio de treinamento. O governo brasileiro explorou bem esse canal. Após a Primeira Guerra Mundial, diversas missões e enviados estrangeiros trataram do tema no país. Mesmo as iniciativas privadas, os *raids*, tinham um caráter diplomático de aproximação cultural entre os povos e aumento de visibilidade diante de potenciais compradores de equipamentos e contratos de treinamento.

Os franceses inicialmente foram vitoriosos, ao enviar, em 1918, uma missão militar aeronáutica ao Brasil. Três anos depois, o país vendeu mais de cinquenta aviões ao governo brasileiro. Washington, contudo, não ficou atrás. O Brasil, entre 1919 e 1941, foi o país que mais recebeu aeronaves dos EUA na América Latina – 818 das 3002. Esse pacote de benesses vinha encapsulado em uma doutrina liberal que buscava inaugurar uma *Pax Aeronautica*, arranjo voltado para conectar todos os rincões do mundo em um sistema de crescente comércio e diminutas barreiras políticas e culturais. Seria o mecanismo pelo qual a hegemonia dos valores sociais e tecnológicos dos EUA se estenderia para todo o globo<sup>202</sup>.

Em outubro de 1944, Edmundo foi chamado para participar, como membro da delegação brasileira, da Conferência de Aviação Civil Internacional, que se realizaria em Chicago. Ele não ignorava completamente o assunto. No concurso que prestou, em 1938, foi demandado certo conhecimento em matéria de direito aéreo internacional. Ele e seus colegas, no entanto, contavam com a promessa do governo americano de, antes do encontro, enviar uma

---

202 Brinnin: 1971, p. 458; A travessia aérea do Atlântico. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1930; Dobson: 1995, p. 19; Gormly: 2013, p. 249; Hagedorn: 2008, p. 130-3, 207, 253 e 328-9; Newton: 1978, p. 23.

delegação ao Rio de Janeiro para discussões mais profundas, algo que não ocorreu.

Premido pela falta de tempo, Edmundo, sob as ordens de seus superiores, levantou os antecedentes do tema e convocou representantes das pastas militares para discutir qual seria a orientação do país no encontro. Dessas reuniões, resultou uma série de instruções: a manutenção dos princípios da soberania do ar, do privilégio nacional nas rotas internas, do trânsito internacional em rotas predeterminadas, da celebração de acordos bilaterais para o estabelecimento de direitos para fins comerciais, da regulação da oferta para evitar a “concorrência desleal”, da propriedade pela União de toda infraestrutura e do apoio à criação de um organismo internacional desde que o Brasil estivesse em igualdade de posição com os demais membros. Os encontros agitaram um mar de ciúmes e a Marinha, a todo momento, questionou a competência de outros órgãos. Uma das formas em que o jovem diplomata lidou com esse problema foi manter o planejamento da posição brasileira no âmbito das generalidades. Foi um aprendizado da “nova diplomacia”, na qual os desafios na arbitragem de choques de forças no plano doméstico muitas vezes são mais complexos que as negociações no plano internacional.

Antes de partir para a Conferência de Chicago, ele e alguns membros da delegação tiveram um encontro protocolar com Getúlio Vargas no Palácio do Catete. O presidente, sempre asseado em seu terno de linho branco, era pouco interessado em solenidades. Mas esse caso foi diferente. Vargas tinha grande interesse na aviação. Dois dias antes de receber a delegação no Catete, proferiu discurso na Escola da Aeronáutica, no qual, além ressaltar a importância da criação do Ministério da Aeronáutica, salientou como a aliança com os americanos foi essencial para o treinamento dos pilotos brasileiros e o aparelhamento das pistas de pouso. Vargas via o avião como mais um desbravador do interior do Brasil, na

sequência dos bandeirantes, dos vaqueiros e dos maquinistas de trem<sup>203</sup>.

A Conferência, na qual compareceram quarenta e quatro países, ocorreu no Stevens Hotel. Em frente ao lago Michigan, ocupando todo um quarteirão, era, na época, o maior do mundo. Seus três mil quartos eram uma cidade dentro de uma cidade – com pistas de boliche, barbeiros, cinema, farmácia e um campo de golfe em miniatura na cobertura. Esse luxo contrastava com a penúria da delegação brasileira. No consulado, que dava o necessário apoio administrativo, havia pouco mais de 200 folhas de papel ofício e uma caixa de grampos. Essa simplicidade foi convergente com o poder relativo que o país tinha no encontro. A despeito dos esforços de Edmundo em trabalhar madrugada adentro com seus colegas Vicente Paulo Gatti e Antônio Borges Leal Castelo Branco Filho, o Brasil pouco podia influenciar o rumo das negociações<sup>204</sup>.

Eles estavam, contudo, em situação privilegiada para acompanhar um dos primeiros embates dos Aliados na configuração da estrutura de poder que regularia o pós-guerra. Na ausência dos soviéticos, o governo americano estava em posição singular para implementar um sistema de livre comércio na área de aviação civil. Tal iniciativa foi combatida tenazmente pelos britânicos, que pressentiam a dominância completa do mercado internacional pelos americanos caso tal sistema fosse implementado. Defenderam, por isso, mecanismo restritivo de cartelização das linhas aéreas internacionais e amplo controle do futuro organismo internacional na distribuição dos direitos de sobrevoo e concessões. Havia, ainda, a posição da Austrália e da Nova Zelândia, que propunham a concentração de todo o tráfego aéreo civil internacional sob uma

---

203 Palestra do cônsul Barbosa da Silva. 12 de abril de 1946. Maço 36.377. AHI-RJ; Pequenas notas. *A Manhã*, 25 de outubro de 1944; McCann: 2007, p. 452-453; Neto: 2013, p. 21; A aviação brasileira. *A Manhã*, 25 de outubro de 1944.

204 De Argeu Guimarães para Leão Velloso. 5 de dezembro de 1944. Ofícios recebidos. Chicago. AHI-RJ.

mesma empresa multinacional, conjuntamente operada por todos os participantes.

Planejado para terminar após três semanas, o encontro acabou durando quase sete. O documento final foi a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, que lançou as bases para a criação da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Foi uma revolução. Primeiro, pelo *status* diferenciado – era mais técnica que governamental. Segundo, mudou o mecanismo de emissão de passagens, diminuindo fraudes. Terceiro, tornou-se um fórum de discussão e um centro de pesquisas, reunindo dados cruciais para a atuação do setor privado. O sistema de acordos bilaterais que emergiu criou a arquitetura fundamental para expansão do transporte aéreo internacional. Os britânicos saíram do encontro orgulhosos por terem frustrado os desígnios americanos. Mas o tempo demonstrou que a comemoração fora prematura. Em 1946, enfrentando uma grave crise econômica e necessitando da ajuda americana, Londres acabou acatando grande parte das demandas de Washington. O resultado foi o Acordo de Bermuda 1, celebrado em 1946. Agregando as duas reuniões, foram lançados oito princípios (“liberdades”, no jargão oficial) que até hoje se mantêm como pilares fundamentais do tráfego aéreo internacional<sup>205</sup>.

Edmundo foi incansável. Enquanto aplicava furiosa energia no trabalho, seu desvelo era comentado e a cada sucesso, confiaram-lhe mais responsabilidades. Não era só no Brasil que seu esforço era admirado. O secretariado da ONU, em 1945, convidou-o para um alto posto na administração da OACI. Foram momentos angustiantes. A proposta era excelente, assim como o trabalho e o salário. Uma tentação. Seria possível abandonar sua vida dupla de diplomata e agricultor? Ele escutou as recomendações de vários conhecidos sobre a conveniência de abandonar, ainda

---

205 Woolsley: 1994, p. 78.

que temporariamente, o serviço exterior brasileiro. Um deles foi o embaixador americano, Adolf Berle, que ofereceu as palavras definitivas para recusar o convite: “Brazil is not in the position to spare young talents!”<sup>206</sup>.

Em 1946, no Itamaraty, ninguém conhecia os antecedentes do tema aviação civil como ele; ninguém conseguia sistematizar as querelas diplomáticas da área como ele; ninguém poderia formular um esboço da posição brasileira como ele. Não era por outra razão que foi repetidamente chamado pelos setores mais elevados da Aeronáutica para opinar sobre o assunto. Um desses eventos foi uma palestra realizada no gabinete do chefe do Estado Maior, em 12 de abril de 1946, com a presença de Armando Trompowski, ministro da Aeronáutica, brigadeiros, diretores de serviços e oficiais. Ele iniciou sua oração com humildade e cautela – não desejava de forma alguma nem tinha pretensões de lecionar algo de novo para o Ministério da Aeronáutica. Ele seguiu, então, traçando a posição brasileira antes da Segunda Guerra Mundial na área. Para ele, de forma principista, o Brasil negou-se repetidamente a assumir quaisquer compromissos, na esfera internacional, que pudessem reduzir sua liberdade no setor. A posição era distinta, no entanto, no tema da regulamentação do direito privado aéreo. A política brasileira, por um lado, facilitava a operação de linhas aéreas estrangeiras nas cidades costeiras, mas deixava as rotas interiores para subsidiárias. Edmundo salientou a importância geográfica do Brasil, pois possuía  $\frac{3}{4}$  da área navegável da parte meridional do continente. Para ele, a posição brasileira naquele momento era defensiva e trazia poucos benefícios. Perguntou, então:

*Deveremos deter o caminho dos grandes mensageiros do comércio e da amizade entre os povos, na manutenção de uma política defensiva como a até agora adotada, ou*

---

206 De Barbosa da Silva para Roberto Campos. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1954. APEBS.

*deveremos também enviar nossos aviões a singrar os ares de outras terras como portadores da iniciativa e do esforço da nossa gente, tal novos bandeirantes que, como os nossos antepassados, conquistaram novos horizontes para o Brasil de amanhã?*<sup>207</sup>

Edmundo não se conformava com o protecionismo atávico da área. Foi sem dúvida ousado ao proferir palavras tão duras diante de tal plateia. Mas estava longe de ser um liberal acrítico. Acreditava que o apreço do governo americano pelos princípios de livre trânsito era extremamente flexível, vinculado muito mais aos interesses de sua estrutura produtiva do que a uma crença filosófica. Assim, enquanto no encontro de Chicago de 1944 assistiu este governo defender vigorosamente a livre concorrência e repulsar qualquer forma de controle, nas negociações sobre navegação mercante, notou, com ironia, o fato de o mesmo país estar inclinado a aceitar certo controle em termos de regulação do tráfego marítimo<sup>208</sup>.

Anos depois, durante a ofensiva dos países escandinavos para que a empresa S.A.S. pudesse realizar voos diretos entre o Rio de Janeiro e Santiago, Barbosa da Silva demonstrou o seu “nacionalismo pragmático”. Para ele, primeiramente, os escandinavos já tinham uma ligação com Santiago do Chile via Buenos Aires. Segundo, o Brasil não daria essa concessão sem reciprocidade. Terceiro, com tal rota o Brasil ver-se-ia excluído do mercado diante do grau elevado de concorrência – seria uma questão de tempo até o precedente ser estendido para outras companhias. Essa “concorrência arrasadora iria com certeza diluir de tal modo o potencial de tráfico que deve alimentar a linha brasileira que a sua justificação econômica viria a ser insustentável”, disse. Aos críticos que apontavam a carência

---

207 Palestra do cônsul Barbosa da Silva. 12 de abril de 1946. Maço 36.377. AHI-RJ.

208 De Barbosa da Silva para Chefe da Seção de Política Econômica. Reunião plenária da U.M.A. em Londres. 17 de janeiro de 1946. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

de capacidade para criar tais rotas, Edmundo retorquiu que, apesar de não usadas naquele momento, poderiam ser gozadas no futuro. E mesmo se o Brasil desistisse de explorá-las, não deveria ceder a governos estrangeiros “sem buscar alguma compensação”. Essa opinião informou a posição do país, mas os chilenos não gostaram nada, pois a linha só teria sentido se pudesse aproveitar o fluxo de passageiros entre o Brasil e o Chile. O governo deste país enviou nota ao Itamaraty. A questão ofendeu os brios de Edmundo, não tolerante da “impertinência e impropriedade da linguagem” de alguns trechos do documento: “Não nos consta que a Embaixada do Chile tenha ‘qualidade’ para interpretar tratados firmados entre o governo brasileiro e terceiros países”. Ele seguiu na mesma direção: “Torna-se-nos difícil aceitar, portanto, sugestões que, respeitando interesses alheios, procuram solucionar os problemas à custa de interesses brasileiros”<sup>209</sup>.

### A cooperação impossível

*Hoje os governos não mais deixam suas empresas sozinhas, a pleitear direitos em outros países; eles próprios tomam a si a discussão desses direitos, e os sabem defender muito bem [...].*

Edmundo Barbosa da Silva

Em decorrência de seu protagonismo na área de aviação civil, Edmundo atuou na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), instância que definia a posição brasileira sobre rotas de voo para o exterior. Era, também, sempre chamado a participar de extenuantes delegações negociadoras. Para Montreal, um dos principais centros em matéria de direito

---

209 De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 12 de março de 1951; De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. Abril de 1951. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1951). AHI-RJ.

aéreo internacional, saía-se do Rio de Janeiro, em uma sexta-feira, às 6h30, e chegava-se na cidade canadense no domingo, à meia-noite, tendo só um dia de descanso para o início das reuniões. Não bastasse isso, em muitos encontros, o Brasil participava com somente um delegado. Este tinha de atuar em várias comissões, ler toda a documentação, participar dos eventos sociais e interagir com outras delegações. Era um martírio<sup>210</sup>.

A primeira etapa que Edmundo enfrentava após as conversas com os parceiros internacionais era de ordem interna, com os órgãos do governo responsáveis pela regulação aérea. Essa foi uma atividade em que aproveitou sua experiência em Londres, na intermediação de interesses entre italianos e ingleses. Seu perfil discreto e o domínio da legislação doméstica e internacional, além de sua inteligência privilegiada, deram a confiança necessária aos seus interlocutores sobre os benefícios da colaboração – e, em especial, da liderança da diplomacia como principal janela para lidar com os desafios do Brasil no mundo. Outro aspecto característico dessa primeira etapa foi o estreito relacionamento que Edmundo promoveu junto ao setor privado. Nessa época, tinha contato cotidiano com Rubem Berta, diretor-gerente da Varig, Paulo Sampaio, presidente da Panair do Brasil, e outros.

Depois dessa fase preliminar, o diplomata voltava-se para o exterior. Isso envolveu repetidas viagens. De janeiro de 1950 até maio de 1956, quando o ritmo já estava bem menor, Barbosa da Silva participou da negociação de treze acordos aéreos, além de acompanhar todo o processo de execução desses instrumentos. A única equipe da qual fez parte já trabalhava com um modelo jurídico, o que facilitava a tarefa negociadora. Nas viagens, aproveitou para estreitar os laços com vários colegas lotados nas embaixadas e consulados do Brasil no exterior. Em uma época em

---

210 Um bom exemplo é o relato: De Trajano Furtado Reis para Barbosa da Silva. Montreal, 15 de junho de 1946. Maço 36.377. AHI-RJ.

que as comunicações telegráficas eram caras e as correspondências, lentas, sua presença era sempre garantia de prosas bem informadas – em especial sobre as promoções e as remoções, o cálice e a hóstia sagrados do dia-a-dia da diplomacia.

Após o fechamento de um acordo, havia uma série de atividades cerimoniais. Naquela época, os tratados de transporte aéreo revestiam-se de grande relevância para as relações bilaterais. Na assinatura de um acordo, por exemplo, atuaram Raul Fernandes, Cyro de Freitas Valle e outros altos funcionários do Itamaraty. Em alguns casos, além da cerimônia, havia o voo inaugural. Em outubro de 1950, Edmundo participou do que abriu a rota entre Brasil e Beirute pela Panair, enfrentando 31 horas de voo, juntamente com o príncipe D. João de Orleans e Bragança<sup>211</sup>.

Nessa época, Edmundo já havia estreitado os laços com o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes. Ele nascera em uma fazenda, às margens do Rio Paraíba do Sul, em 1877, descendente dos famosos Wernecks da aristocracia rural de Vassouras. Uma década após a Proclamação da República, formou-se em direito. Vetusto, como definiu Afonso Penna Júnior, era um estadista europeu – com a adição feita de Eugênio Gudín de que era europeu, sim, mas misturado com Vassouras. Era verdade. Além de sua amizade com Aristide Briand e Elihu Root, não abandonara a prosa com o tabelião, o escrivão, o farmacêutico e outras personalidades locais do município fluminense. Mesmo após 80 anos de idade, fazia questão de não transferir seu título de eleitor para o Rio de Janeiro. Tinha espírito de ironias finas, conta Gilberto Amado, que o considerava “um símbolo de nosso apogeu, expressão do equilíbrio a que atingíramos nas primeiras décadas da República, quando a herança intelectual e moral da monarquia não se havia ainda desbaratado e extinguido” – um dos

---

211 Beirute a apenas trinta e uma horas de voo do rio. *A Manhã*, 18 de outubro de 1950; Acordo. *A Noite*, 12 de janeiro de 1951.

últimos “Príncipes da República”, que aliavam as particularidades locais de um Brasil rural a uma profunda familiaridade com o cosmopolitismo europeu. Era rígido, sem ser rude; reservado, sem ser austero<sup>212</sup>.

Edmundo tinha grande admiração pela seriedade do estadista. Os dois tinham, em comum, os profundos elos com suas respectivas regiões de origem. Mas a semelhança guardava uma grande diferença. Para Fernandes, o trabalho do Itamaraty dependia “de fugir à publicidade; suas construções são políticas, invisíveis por definição, insensíveis de imediato, mas originárias de largas e profundas repercussões”. Edmundo, por sua vez, foi de uma geração de diplomatas que concebeu a profissão como associada aos dilemas e as oportunidades que a sociedade brasileira enfrentava. Para ele, seria impossível aprisionar-se na vida nefelibata da rua Larga, enquanto continuamente era requisitado para engajar-se na expansiva atuação do país no exterior. Por isso os estilos dos dois foram diversos. O ancião republicano, centralizador, escrevia quase todas suas orações, inclusive as saudações mais insignificantes; o jovem mineiro foi essencialmente um formador de equipes, mestre na escolha de colaboradores a quem pudesse delegar responsabilidades e, assim, multiplicar sua atenção<sup>213</sup>.

Quando Raul Fernandes assumiu o ministério, no final de 1946, o eixo central da diplomacia brasileira era o relacionamento com os Estados Unidos. Tendo cimentado uma profícua aliança bilateral durante a Segunda Guerra Mundial na qual o Brasil beneficiara-se de forma inédita, Fernandes buscou operacionalizá-la para tempos de paz pela requisição de um bilhão de dólares em empréstimos para um programa de investimentos. Como forma de elevar as credenciais das demandas por cooperação, marcou uma

---

212 Eugênio Gudín. Alguns traços da personalidade de Raul Fernandes. *O Globo*, 12 de janeiro de 1968; Amado: 1968, p. 15 e 43; Carvalho: 1956, p. 21.

213 Carvalho: 1956, p. 326.

visita do presidente Eurico Gaspar Dutra a Washington para o mês de maio de 1949 – o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o país desde a visita de dom Pedro II, quase oitenta anos atrás.

Edmundo foi ativo na visita. Ele chegou em Washington após participar, em Montreal, da III Assembleia Geral da OACI. Na capital americana, encontrou-se com Raul Fernandes em uma missão precursora. Em 26 de maio, ele, Raul Fernandes e Afrânio de Mello Franco Filho encontraram-se pela primeira vez com autoridades do Departamento de Estado. O principal interlocutor nas negociações foi Fernandes. O político acabou causando péssima impressão. Ele afirmou que, enquanto os Estados Unidos gastavam bilhões ajudando a Europa e a África, o Brasil via-se à míngua. Os diplomatas americanos tentaram direcionar Fernandes para o Eximbank e o Banco Mundial, mas o brasileiro, orientado provavelmente por Edmundo, indicou que essas duas instâncias ou só cobriam a importação de produtos americanos ou tinham limitações para financiamentos de grande vulto – como os que o Brasil desejava. Ao ser levantado o tema da ajuda técnica, Fernandes perguntou: “De que ajuda será ter técnicos sem capital?” Ele atalhou: o Brasil não pediria nada, mas esperava que algo fosse oferecido. Um empréstimo de alguns milhões não significaria nada, diante dos recursos que os americanos detinham. Ao demonstrar não ter conhecimento de plano de execução para aplicação desses recursos e recusar-se indicar um técnico para acompanhar o tema (Fernandes afirmou que não gostava de técnicos porque estes não conseguiam ver o quadro político), a discussão naturalmente ficou paralisada. O ministro ainda se encontrou com Dean Acheson e debateu com George Marshall o tema, mas recebeu, neste último caso, somente uma palestra sobre como o país deveria apoiar-se no setor privado<sup>214</sup>.

---

214 Hilton: 1981, p. 603; Memo of conversation by Mr. Harold Midkiff of the Division of Brazilian Affairs. Washington, May 26, 1949. In: United States Department of State: 1975, p. 574-5; Memo of Conversation

Toda experiência fora extremamente enriquecedora para Edmundo, não pelas vitórias colhidas, mas pela percepção das disparidades de poder no hemisfério e as dificuldades geradas pelo próprio governo brasileiro na realização de seus interesses pela falta de preparo técnico na composição da delegação, na formatação da agenda, no trabalho prévio de sensibilização de interlocutores e na redação de propostas concretas e factíveis diante das limitações identificadas nesse exercício preparatório. Essa também marcou a primeira vez que esteve mais próximo da cúpula do ministério, utilizando os “contatos mineiros” que tinha com Antônio Camillo de Oliveira, assessor mais próximo de Fernandes, e Mello Franco, na Embaixada do Brasil em Washington. Nesse momento, também começou a afastar-se do tema aéreo. O distanciamento, contudo, nunca seria completo. Ele participou da criação da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, em 1950, e, nove anos depois, integrou sua direção, quando também foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico (comendador). Seu desligamento da CERNAI veio somente em setembro de 1954, após sua nomeação para a Chefia do Departamento Econômico e Consular.

Ao retornar para o Brasil, em 1949, novamente aproveitou os fins de semana para tomar pé da situação na fazenda. Nessa época, não contava mais com a presença de seu pai, Alexandre, que falecera no ano anterior. Diz a crônica familiar que, ao entrar em agonia, ainda teria dito: “Chamem o Guimarães Rosa, para ele ver como morre um sertanejo!”<sup>215</sup>

---

with the Foreign Minister of Brazil, Raul Fernandes, and Others, May 20, 1949. Secretary of State File. Acheson Papers. Disponível em: <[www.trumanlibrary.org](http://www.trumanlibrary.org)>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

215 Até o próprio Guimarães Rosa reproduziu essa informação. Rosa: 1983, p. 13.



*Edmundo Barbosa da Silva em charge do jornal Última Hora (1954).  
Arquivo Público do Estado de São Paulo.*



## CAPÍTULO 6

### A CONSTRUÇÃO DO PIONEIRISMO

#### **Secos & Molhados**

*Quando entrei para a carreira, a Divisão Econômica da Secretaria de Estado, mal localizada no pardieiro do lado esquerdo do lago, tinha um status que só levemente excedia o da Portaria.*

José Osvaldo de Meira Penna

Edmundo trabalhou por vários anos no tema de transportes aéreos e, oficialmente, desde novembro de 1945, na Divisão Econômica e Comercial, como chefe da Seção de Política Econômica. Historicamente, essa área tida com desdém por parte da diplomacia: o famoso “Secos & Molhados”. O apelido nasceu em meados da década de 1920, quando Raul de Campos, diretor-geral dos negócios comerciais e consulares do Itamaraty, organizou uma excursão de funcionários para alguns estabelecimentos fabris. Um dos mais entusiastas pelo projeto foi José da Fonseca Filho, cônsul do Brasil em Cádiz. Ele animou-se com a ideia de reunir amostras de produtos brasileiros para enviá-los aos consulados do país no exterior. O ministro, Octávio Mangabeira, ordenou que lhe fosse dada uma sala no Palácio Itamaraty para receber as mercadorias.

Fonseca Filho, certo dia, chegando ao local, deparou-se com um formidável cartaz: “Grande Armazém de Secos & Molhados. Fonseca Filho e Cia”. Espalhados na sala estavam réstias de cebola e alho, alguns quilos de carne seca e duas gigantescas peças de bacalhau. Era uma pilhéria de seus colegas, que estranharam essa heterodoxa iniciativa na placidez da diplomacia tradicional.

E com razão. No início da década de 1920, a Diretoria dos Negócios Comerciais e Consulares era considerada setor isolado da administração. Não tinha técnicos comerciais, lidava com assuntos de rotina e carecia de vínculos com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa situação começou a mudar na administração Mangabeira, quando, impulsionada diretamente pelo ministro, começou a centralizar todas as informações em uma seção comercial. Tal esforço continuou após a Revolução de 1930, quando a diminuta equipe de cônsules e oficiais da secretaria negociou vinte e oito acordos comerciais bilaterais. O aspecto mais importante nesse período, no entanto, foi o papel que a área teve na coordenação interna do governo brasileiro – havia mais fluxo de comunicação entre o Itamaraty e os órgãos internos do que com parceiros estrangeiros e representações no exterior<sup>216</sup>.

Esse ativismo, no entanto, não perdurou. Da equipe formada no fim da década de 1920, poucos permaneceram na área. Muitos diplomatas celebraram essa situação, pois consideravam o tema econômico algo menor, fora do foco principal de ação de uma chancelaria. Era uma área que deveria ser expurgada do Itamaraty. Na discussão de temas econômicos no exterior, comumente a organização desempenhava papel figurativo. O secretário-geral do Itamaraty, em 1949, afirmou à imprensa que seu ministério “não

---

216 Papéis expedidos pelos Serviços Comerciais durante o ano de 1936. De Barboza Carneiro para Secretário Geral. 10 de abril de 1937. Maço 27.037. AHI-RJ; Vários observadores indicam que, já na década de 1930, era corrente o uso do termo “secos e molhados” para designar a área econômica do órgão. Sobre Fonseca Filho ver: Palavras de saudade a dois cônsules brasileiros. *Jornal do Brasil*, 1º de março de 1934; Norton: 1930, p. 44-7.

fazia ou não negociava tratados de comércio, assinava-os apenas”. Essa impressão é confirmada por outros relatos. Falando anos depois da situação existente ao final da década de 1940, Antonio Corrêa do Lago, grande amigo de Barbosa da Silva, considerou que

*o desaparelhamento do Itamaraty era tal que os diplomatas estrangeiros jamais procuravam o Ministro de Estado, Secretário-geral ou Chefe do Departamento Econômico [para tratar de acordos comerciais]. [...] A maioria dos assuntos dos acordos vinha para o Itamaraty apenas pra datilografar, e o Ministro de Estado assinava uma coisa de que não tinha conhecimento, e que era subtraída à ação do Itamaraty e dos responsáveis pela política exterior*<sup>217</sup>.

Havia, no entanto, demanda para a expansão do Itamaraty na área. Em 1950, por exemplo, o jornal *Correio da Manhã* considerou que a diplomacia tinha, naquela época, “um caráter eminentemente prático”, “com objetivos mais econômicos que políticos” e que isso exigia “a colaboração dos técnicos e órgãos econômicos diretamente interessados no intercâmbio comercial com outros países”. Falava-se que a resistência do órgão em “sujar seus punhos de renda” era a razão de sua timidez. Mas não foi somente a demanda externa que pressionou a conservadora cúpula do ministério. A geração de diplomatas da qual Edmundo fez parte não se conformou com a situação periférica em que se encontravam. Como a Segunda Guerra demonstrara, a economia era aspecto fundamental da política internacional. Era ela que gerava os atributos materiais

217 Em meados da década de 1940, por exemplo, quando se discutia a reforma do Itamaraty, o diplomata Leão Velloso indicou não ser mais necessária “a nomeação de estranhos à carreira, para tratar de assuntos econômicos correntes”. Isso trazia a séria consequência de recompor o setor econômico do Itamaraty. De Leão Velloso para Getúlio Vargas. 9 de abril de 1945. Maço 35.888. AHI-RJ. Quando Oswaldo Aranha partiu em missão aos EUA no início de 1939, o trabalho preparatório fora conduzido pela Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda e não pelo Itamaraty (Neto: 2013, p. 352); Notas taquigráficas da sessão de 13 de junho de 1956 da Comissão de Estudos para a Reestruturação do Serviço do Ministério. Maço 84.258. AHI-BSB.

que compunham a estrutura de poder de um estado. Ademais, o Brasil era um país carente de capital para seu desenvolvimento econômico. Como era no plano internacional que se desejava atrai-lo, seria inadequado à diplomacia afastar-se dessa atividade. Quem articulou com precisão a posição desse grupo foi um colega de Barbosa da Silva da área econômica do Itamaraty, o diplomata Miguel Ozório de Almeida. Em um documento interno, foi taxativo: “Compete ao Itamaraty disciplinar e conduzir os aspectos comerciais da política econômica internacional do Brasil, de forma a obter o rendimento máximo dos saldos exportáveis da produção brasileira”. Para ele, o cumprimento desse ambicioso mandato demandava uma estruturação adequada da diplomacia do ponto de vista de pessoal e do planejamento, além de maior entrosamento com os órgãos responsáveis pela formulação da política econômica do país<sup>218</sup>.

O diplomata Roberto Campos, grande amigo de Edmundo, teve elevada importância na realização dessa missão. Em 1949, quando retornou dos Estados Unidos, notou a carência de informações para orientar a formulação da posição brasileira em temas econômicos. Com sua experiência em Washington e Nova Iorque, também observou de perto a evolução do *Policy Planning staff*, criação do governo Truman no Departamento de Estado para responder aos desafios da Guerra Fria. Foi por isso que, logo após a sua chegada, propôs, inspirado no modelo estadunidense, a criação de um serviço de pesquisas sobre política econômica no Itamaraty. Seria uma unidade especializada com a responsabilidade de coligir e analisar documentação e “preparar as bases para a formulação de diretrizes de política econômica exterior”. Para ele, esse trabalho exigia um tipo de “análise econômica pormenorizada” só realizável

---

218 O Itamaraty e o acordo com a Grã-Bretanha. *Correio da Manhã*, 22 de março de 1950; Ata da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho para a Reforma do Itamaraty. 17 de novembro de 1958. AAS da II. 1958.11.07 (Anexo ao dossiê); De Miguel Ozório para Moreira da Silva. Junho de 1952. Maço 6.747. AHI-BSB.

por grupo técnico segregado do cotidiano. A proposta, assim, era procurar “antecipar-se aos problemas e formular de antemão as diretrizes econômicas apropriadas”. As análises não deveriam ser mera coleção de fatos sobre determinado problema; o objetivo era introduzir “sugestões práticas” que, caso aprovadas, poderiam ser transmitidas a outros órgãos do governo “como contribuição do Itamaraty para a definição de diretrizes nacionais”<sup>219</sup>.

Era incomum um diplomata de baixo escalão como Campos fazer sugestões de tal natureza – e menores ainda as probabilidades de que fossem aceitas. Havia, no entanto, condições específicas para sua proposta sair vitoriosa. Na sociedade, observadores importantes detectavam uma inadequação institucional do governo para lidar com a agenda econômica do pós-guerra. O economista Rômulo de Almeida, que participou de várias delegações no exterior, afirmou, no final de 1947, que a atuação do Brasil “no campo da política e da diplomacia deixa muito a desejar”. O industrial e político Horácio Lafer, no ano seguinte, salientou que havia excessiva distância entre os atores econômicos brasileiros e os representantes do país nas negociações internacionais. No próprio relatório do Itamaraty de uma negociação levantou-se a necessidade de “[...] preparar, urgentemente, nossas equipes de especialistas, de forma que, em matéria de política econômica, o nosso país possa sempre comparecer às reuniões devidamente habilitado”. Para o diplomata Cyro de Freitas Valle seria “uma deserção” não ser ativo, pois quando se publicavam os resultados das negociações, todos culpavam o Itamaraty – não obstante a instituição não ter qualquer papel relevante<sup>220</sup>.

---

219 Memo para o Sr. Secretário Geral. Criação de um serviço de pesquisas sobre política econômica. 5 de janeiro de 1950. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1949-1950). AHI-RJ.

220 Carta de Rômulo de Almeida para Rubens Ferreira de Mello. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1947. Conferência de Comércio e Emprego. Ofícios. 1947-48. AHI-RJ; *Diário do Congresso Nacional*, 20 de julho de 1948. Pág. 5955; Relatório preliminar sobre as negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Genebra, 10 de outubro de 1947. RC 47.10.10 d/md; *Apud* Azevedo e Silva: 1954, p. 192-202.

Mas como o ministério poderia enfrentar a Cexim e o Ministério da Fazenda na batalha burocrática? Havia déficit não só de capacidade técnica como de legitimidade. No projeto de Campos, ao prever o recrutamento externo, dirimia-se o primeiro problema. Sobre o segundo, o diplomata teria de criar a imagem de que o processo decisório vigente, controlado por outros órgãos, carecia de legitimidade. Para isso, argumentou haver “profundo desrespeito às normas democráticas”, pois na elaboração da posição brasileira não se tomava “conhecimento dos legítimos anseios e aspirações das classes econômicas nacionais”. A forma de conseguir elevar o perfil da diplomacia nas discussões, assim, levou a um fortalecimento dos laços com o setor privado, particularmente a indústria, e não a busca de autonomia técnica diante das pressões da sociedade. Criou-se, assim, em 1950, a Comissão Consultiva de Assuntos Comerciais (CCAC), uma instância intergovernamental decisória, secretariada pela estrutura consultiva concebida por Campos e com representantes do setor privado<sup>221</sup>.

Edmundo foi um observador privilegiado dessa mudança estrutural do Itamaraty. Trabalhando ao lado de seu amigo Roberto Campos, acompanhou o planejamento que levou à criação da CCAC. No momento crucial de implementação do novo órgão, no entanto, Campos foi designado para ser membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Barbosa da Silva acabou substituindo-o. Essa foi uma das épocas mais estafantes de sua vida. Do momento que entrava no Itamaraty até o início da noite, era tomado por serviço. Mesmo assim, as matérias acumulavam. Sua competência, contudo, já era de conhecimento de seus superiores. Em setembro

---

221 Azevedo e Silva: 1954, p. 192-202; Memo para o Sr. Secretário Geral. Criação de um serviço de pesquisas sobre política econômica. 5 de janeiro de 1950. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1949-1950). AHI-RJ.

de 1950, juntamente com seu dileto amigo Mário Gibson Barboza, foi promovido a primeiro secretário<sup>222</sup>.

Nessa primeira fase, Barbosa da Silva executou a difícil tarefa de institucionalizar a CCAC, enfrentando a competição de outros órgãos e as seguidas críticas do setor produtivo. A primeira negociação de que participou foi com o governo francês em 1951. Elas já estavam em andamento desde o ano anterior e o diplomata trabalhou sob a orientação de Luiz Simões Lopes, o ex-diretor do DASP, e os veteranos diplomatas Mário Moreira da Silva e Abelardo Bueno do Prado. As tratativas eram complicadas por envolverem não só listas de mercadorias, mas questões financeiras. Outro aspecto foi a constante interação com o setor privado. Muitos empresários exigiam determinar as instruções dadas às delegações brasileiras no exterior. Buscou-se até criar um dispositivo legal que assegurasse a indicação de representantes das classes produtoras nas negociações que não pudesse ser recusada pelo poder público<sup>223</sup>.

Edmundo, seguindo os passos de seus chefes, sabia que a legitimidade do Itamaraty na coordenação da área comercial externa dependia dos contatos ativos com os representantes empresariais no processo de preparação da posição brasileira. Estes, no entanto, tinham demandas personalistas, setoriais e, não raro, contrárias aos interesses da população como um todo. Havia, então, o dilema entre acatar tais demandas e ser capturado pelo setor produtivo ou atuar de forma autônoma – transformando todo o exercício em um mero jogo de cena. Utilizando sua experiência no setor aéreo internacional, preferiu adotar uma estratégia intermediária. Abriria as portas para o setor privado, mas o convenceria, quando necessário, de que deveriam seguir a orientação do Itamaraty.

---

222 De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 24 de fevereiro de 1951; De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 11 de março de 1951. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1951). AHI-RJ.

223 Coqueluche burocrática. *Correio da Manhã*, 24 de março de 1950; A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais. *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1950; II Conferência Nacional das Classes Produtoras: recomendações. Araxá: 1949. Arquivo FIESP.

Para alcançar esse objetivo, Edmundo guiou a sua equipe em um exaustivo trabalho preparatório. Isso envolveu pautar a agenda das reuniões, distribuir material e confeccionar minutas para facilitar as decisões. Esse método foi extremamente positivo. Primeiro, ao utilizar os economistas e estatísticos recém-contratados em estudos aprofundados, Edmundo criou uma imagem de profissionalismo e neutralidade diante de seus interlocutores no governo e no setor privado. Segundo, ao já apresentar possíveis soluções, fez com que as decisões finais estivessem dentro do espectro de interesses do Itamaraty<sup>224</sup>.

### **Fundamentos da diplomacia econômica**

*A diplomacia orienta-se cada vez mais no sentido dos  
problemas econômicos.*

Getúlio Vargas

O segundo governo Vargas iniciou com uma equipe promissora. Horácio Lafer assumiu o Ministério da Fazenda; Neves da Fontoura, o Itamaraty; Simões Lopes, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Os três depositavam grandes expectativas no estreitamento de laços com o governo americano, a despeito dos insucessos enfrentados pelo general Eurico Gaspar Dutra entre 1946 e 1950. Vargas, contudo, equilibrou-se entre abraçar a possível cooperação e o populismo. Mesmo durante a renovação de um acordo militar com o governo americano, incendiava o ambiente com críticas ao capital estrangeiro, chamando de criminosos os que efetuavam remessas de lucros ao exterior.

Edmundo trabalhava na franja da administração Neves da Fontoura, o magro e elegante gaúcho. O ministro cultivava, desde

---

224 Ver maços de documentos sobre a CCAC. AHI-RJ.

a juventude, uma das mais poderosas oratórias do país. Suas frases pareciam sair de sua boca para impregnar diretamente os tomos da história política brasileira. Ele fora o maior apoiador de Getúlio Vargas na Câmara dos Deputados, em 1929, e de sua residência, no Hotel Glória, traçaram-se os grandes planos da aliança que colocou Vargas na Presidência da República. Assim como vários dos revolucionários de 1930, teve uma relação oscilante de aproximação e afastamento com o presidente<sup>225</sup>.

No gabinete de Neves da Fontoura, Edmundo contou com a grande colaboração de seu conterrâneo, o escritor e diplomata João Guimarães Rosa. Pode-se dizer que, entre as respectivas famílias, havia laços de contato, ainda que distantes. A primeira esposa do filho de Cordisburgo era, assim como Edmundo, descendente tanto dos Pennas como dos Barbosas da Silva. Guimarães Rosa e Barbosa da Silva tinham grande admiração pelos relatos sertanejos de seus respectivos pais e compartilharam outro aspecto importante: a experiência da guerra. Enquanto Edmundo trabalhara em Londres, durante a *Blitz*, Guimarães Rosa fora lotado em Hamburgo, heroicamente salvando os arquivos do consulado durante um bombardeio. Após o Brasil declarar guerra à Alemanha, ficou internado em Baden Baden com outros diplomatas brasileiros, como Cyro de Freitas Valle. O famoso escritor foi um competente e devotado servidor público. Assim como Edmundo, cotidianamente fazia serões na Secretaria de Estado; não foi diletante escritor encostado no que muitos ainda julgavam ser uma sinecura<sup>226</sup>.

Neves da Fontoura afirmava ao seu chefe de gabinete que os mineiros “são diferentes de todo mundo”. Edmundo certamente não escapava dessa condição. Seus colegas de carreira faziam de tudo para ficar no exterior, diante das condições salariais difíceis

---

225 Lopes: 2003, p. 3; *Apud* Neto: 2013, p. 118.

226 Rosa: 1999, p. 58-62.

que enfrentavam ao retornarem para o Brasil. No Rio de Janeiro, eram tentados por gratificações em outros setores do governo. Na área econômica, essa situação era ainda mais pronunciada diante da carência de quadros no Brasil. Todo diplomata com um mínimo de experiência técnica ou acadêmica no exterior recebia tentadoras propostas. Barbosa da Silva, em sua sala pouco iluminada e com uma velha máquina de datilografar modelo Underwood, também era aliciado. Ele, no entanto, não aceitou essas ofertas. Via-se diante de uma missão institucional de fortalecer o Itamaraty na área econômica. Contando com o apoio resolutivo de Neves da Fontoura, iniciou o que foi sua característica na próxima década na área: batalhou por funcionários capacitados, com iniciativa e espírito de equipe<sup>227</sup>.

Edmundo logo aprendeu que o sucesso na preparação da posição brasileira a ser defendida no exterior decorria da disponibilidade de bons colaboradores. Ele foi um ator central no processo de recrutamento de técnicos. Só de transferidos do Banco do Brasil, em 1951, havia seis funcionários. A tarefa não foi fácil, pois muitos no Itamaraty eram contrários a “contratar serviços de técnicos estranhos aos quadros” do órgão<sup>228</sup>. Mas o diplomata não tinha menoscabo em enfrentar os opositores que viam a presença desses técnicos como uma ameaça ou julgavam-nos inferiores aos servidores do órgão. Um exemplo desse tipo de recrutamento foi o caso do jovem economista Benedicto Fonseca Moreira. Recém-formado, atuando no DASP, por acaso foi designado para trabalhar com o orçamento do Itamaraty. O diplomata responsável pela questão era nada menos do que João Guimarães Rosa.

---

227 Rosa: 1999, p. 493.

228 De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 14 de março de 1951; De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 24 de fevereiro de 1951; De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 11 de março de 1951; Despacho de Barbosa da Silva à solicitação de Roberto Campos. 17 de fevereiro de 1951. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1951); De Décio de Moura para Vicente Ráo. 27 de outubro de 1953. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

Impressionado com a capacidade do jovem servidor público, o já famoso escritor mineiro conseguiu que a equipe de Edmundo o contratasse. Fonseca Moreira foi um grande colaborador. Dirigiria, duas décadas depois, a poderosa Cacex e, na década de 1990, a Petrobrás. Outros também trabalharam na equipe, como Lúcia Pirajá, Jayme Magrassi de Sá, Gerardo Goes, Joaquim Ferreira Mângia, Domar Campos e Wander Batalha Lima. Teriam todos, no futuro, grande papel na definição da política econômica do país<sup>229</sup>.

Edmundo estimulou, quando na Divisão Econômica, uma base segura para a manutenção desses profissionais pela chamada “Verba 3 – Serviços, Encargos e Pessoal para Obras” (Lei Nº 1.765 de 1952), de caráter secreto. Eram salários bem mais altos do que o da carreira de “Economista” do DASP, o que possibilitou a captura dos melhores profissionais do setor público. Não escapava a ninguém no Itamaraty a precariedade de tal situação. Inexistia uma carreira para o grupo e, sob a legislação vigente, enquadravam-se no sistema da CLT e não no regime jurídico dos servidores públicos. Isso fragilizou a permanência da maioria no longo prazo. Muitos, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), saíram. Os que permaneceram, contudo, tinham a expectativa de serem transferidos para uma carreira específica. Desde que assumira a chefia do Departamento Econômico, Edmundo perseguiu com afincado tal objetivo. Em sua opinião, o Itamaraty deveria proporcionar uma situação mais estável, talvez por um contrato anual, até que uma medida permanente fosse introduzida<sup>230</sup>.

A política de recrutamento não se orientou somente para atores externos. Barbosa da Silva foi ativo na busca de diplomatas para expandir a área econômica. Isso envolveu a correspondência

---

229 Entrevista com Benedicto Fonseca Moreira. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2013.

230 De Barbosa da Silva para o Secretário Geral. Dotação para os órgãos mistos de cooperação econômica internacional. Confidencial. 7 de agosto de 1957. Memos confidenciais de 1957. AHI-BSB.

com os que estavam prestes a voltar ao Brasil do exterior. Para um contemporâneo, comentou que buscava “gente de alto calibre para as grandes tarefas [que teria] pela frente”, ainda que fosse recorrentemente criticado por buscar “os bons elementos em mar alto, antes que franqueiem a barra da Guanabara”<sup>231</sup>. Como eram disputados, para consegui-los, usou seu relacionamento com o gabinete do ministro e com o setor administrativo do órgão. Muitos ficaram pouco tempo e abandonaram o setor (como Maury Gurgel Valente e Hugo Gouthier). Um núcleo expressivo, contudo, naturalmente, por seus respectivos interesses, gravitou para a área econômica e foi ativo na construção da capacidade institucional do Itamaraty na área. Entre eles estavam Antonio Corrêa do Lago, Alfredo Teixeira Valladão, Miguel Ozório de Almeida, João Baptista Pinheiro, Fernando Ramos de Alencar, Sérgio Armando Frazão e Octávio Dias Carneiro. Nestes casos, Edmundo só atuou para que não fossem inadvertidamente deslocados para outras áreas<sup>232</sup>.

Outra batalha de Barbosa da Silva foi recrutar os melhores diplomatas formados pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 1951, por exemplo, solicitou a vinda de três jovens servidores, entre eles Luiz Augusto Souto Maior, um diplomata que permaneceu na área por toda a carreira. Edmundo mobilizou vários amigos que atuavam junto ao Instituto, como Dias Carneiro e Miguel Ozório, para observar os melhores alunos, fazendo a ponte entre as necessidades do Departamento e a “safra” anual de jovens diplomatas. Era por isso que, a cada turma do Instituto Rio Branco, estava pronto para convocar os melhores alunos. Na turma de 1955, requisitou cinco nomes<sup>233</sup>.

---

231 De Barbosa da Silva para Maury Gurgel Valente. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1957. APEBS.

232 É oportuno salientar que Dias Carneiro, Ozório e Baptista Pinheiro foram professores de economia do Instituto Rio Branco, onde renovaram o currículo da disciplina.

233 De Barbosa da Silva para Chefe da Administração. 26 de dezembro de 1955. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

Nos anos seguintes, vários jovens brilhantes juntar-se-iam à área, como Paulo Nogueira Batista, Oscar Lorenzo Fernandes, Marcílio Marques Moreira, Ronaldo Costa, Octávio Rainho e Geraldo Holanda Cavalcanti. Edmundo compreendeu bem como era estratégico incutir nas novas gerações responsabilidades, recebendo em troca renovada energia para impulsionar sua agenda de trabalho. Sua expectativa, confessou ao amigo Alfredo Valladão, era que “as ondas sucessivas das gerações que aí vem transformarão o Itamaraty num instrumento atuante com que sonhamos”. Para outro amigo, afirmou:

*Sinto uma verdadeira preocupação em ver concentrados neste nosso setor elementos que mais cedo ou mais tarde terão ação decisiva nos destinos da Casa. Aqueles que estão possuídos pela mesma fé – e dispostos a vencer a incompreensão e a barreira de picuinhas que levantam no caminho de uma renovação de mentalidade da Casa – devem unir-se.*

Os jovens, em particular, viam a área como um chamariz natural – maior visibilidade política, promoções mais rápidas e missões constantes ao exterior. Em uma turma, pelo menos 10 dos 17 alunos solicitaram à administração do Itamaraty trabalhar na área econômica<sup>234</sup>. Mas como esses jovens viam, naquela época, Barbosa da Silva e sua missão reformista? Em uma carta de 1959, um de seus jovens colaboradores examinou tal tópico, no contexto da reforma promovida ao final do governo JK:

*As esperanças [...] devem continuar a repousar na reforma; sinto agora mais do que nunca que não adianta reformar*

---

234 De Barbosa da Silva para Moreira da Silva. 24 de fevereiro de 1951. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1951). AHI-RJ; De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1958; De Barbosa da Silva para Santos Veras. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1957. APEBS; O *Observador Econômico e Financeiro*, ano XXIV, n. 287, janeiro de 1960. Não foram encontrados os originais das solicitações.

*a estrutura sem mudar o espírito de comando. Essa, a diferença que os mais moços sentem em si, pois o senhor acredita em alguma coisa e, mesmo que não acreditasse, possui o necessário dom de incutir nos outros a crença em algo. [...] Agora vejo que o senhor tem mais uma obrigação para com o Itamaraty: é a manutenção dessa mentalidade nova, por duas razões: 1) para continuar a exercer o papel preponderante até agora exercido; 2) para não desapontar os que trabalham acreditando em si, pois a decepção é talvez um dos fatos mais trágicos da vida de um homem*<sup>235</sup>.

Esse fervor não foi diminuído nem quando iniciou o crepúsculo de sua gestão à frente do Departamento Econômico, no início da década de 1960, como prova a carta enviada ao amigo Araújo Castro:

*Pode estar certo de que continuarei a lutar, e na medida em que as gerações novas se forem capacitando do alcance de nossa missão, do seu papel na vida do país e dos requisitos para que tenhamos um desempenho adequado de nossas responsabilidades, teremos cumprido nossa tarefa. Temos necessidade de uma determinação e de uma perseverança sem limites para vencermos o descaso e a apatia. [...] Trata-se deveras de uma revolução de mentalidade, porque, insisto sempre, o Itamaraty não é uma entidade abstrata, somos nós mesmos, e será grande ou pequeno, segundo formos maiores ou menores em nossos esforços para definir objetivos e realizá-los*<sup>236</sup>.

---

235 De Luiz Lacerda para Barbosa da Silva. Washington, 2 de fevereiro de 1959. APEBS.

236 De Barbosa da Silva para Araújo Castro. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1959. APEBS.

## O encontro com a América Latina

*É imperativo atacarmos juntos o subdesenvolvimento,  
para, juntos, salvarmos o panamericanismo.*

Juscelino Kubitschek

O início das atividades de Edmundo na CCAC coincidiu com o fortalecimento de uma corrente protecionista no governo. Isso era justificado associando o desenvolvimento econômico à industrialização. Essa relação foi fortalecida em 1949, com a apresentação do influente manifesto do economista argentino Raúl Prebisch, no encontro de Havana da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O trabalho ofereceu uma visão sistêmica do funcionamento do capitalismo com profundas implicações para a política internacional e para o desenvolvimento dos países da região. Nele, o comércio foi definido como o mecanismo pelo o qual se transmitiam o progresso tecnológico, os ganhos econômicos e as próprias crises. Daí considerar “a estreita conexão entre o desenvolvimento econômico e o intercâmbio”. O aspecto fundamental era a percepção de que os ganhos desiguais decorrentes da melhora dos processos técnicos não eram equitativamente distribuídos entre os países predominantemente agrícolas e os predominantemente industriais<sup>237</sup>.

De Nova Iorque, João Carlos Muniz definiu o relatório de Prebisch como “a obra mais completa jamais executada sobre a economia continental”. Informalmente, no Itamaraty, a iniciativa foi recebida de forma quase religiosa. Roberto Campos, que acompanhara o desenvolvimento do tema em Nova Iorque, e Miguel Ozório, que participara como delegado brasileiro do

---

237 Prebisch: 1949. Sobre Prebisch e seu manifesto, ver Toye e Toye: 2003; Pollock, Kerner *et al.*: 2001, p. 11-9; Dosman: 2001, p. 97.

encontro da Cepal, em Havana, foram os principais propagadores dos documentos e teses da imberbe organização. O movimento acabaria recebendo o apoio de Octávio Dias Carneiro, em cuja tese de doutorado já se propunham várias das medidas apresentadas por Prebisch; Azeredo da Silveira, participante do encontro da Cepal em Buenos Aires; Sérgio Corrêa da Costa, que lutou em Washington para que a OEA não absorvesse a Cepal; e Antonio Corrêa do Lago, que, em 1947, defendeu para seus superiores a criação da organização. No Rio de Janeiro, em Buenos Aires, em Havana, em Nova Iorque e em Washington, esse pequeno grupo de colegas de Edmundo foi instrumental para criar, com base nos trabalhos da Cepal, um conjunto articulado de ideias sobre a inserção internacional do país<sup>238</sup>.

Havia, naquele momento, o confronto de duas visões sobre o assunto: a americanista e a multilateralista. A primeira era defendida por personalidades como Hildebrando Accioly e Antônio Camillo de Oliveira. Com experiência no panamericanismo jurista das décadas de 1920 e 1930, e temerosos de comprometer a cooperação com o governo americano, viam com desconfiança a Cepal – preferiam que assuntos econômicos fossem tratados pela recém-criada OEA. A segunda vertente era a multilateralista. Abraçada por algumas lideranças do Itamaraty, como Cyro de Freitas Valle e Abelardo Bueno do Prado, partia da premissa que as melhores oportunidades para o governo brasileiro estavam na ONU e nos seus órgãos subsidiários. Para eles, era necessário apoiar instâncias que pudessem dar diagnósticos mais precisos sobre as dificuldades que o Brasil enfrentaria na nova ordem internacional, opinião convergente com as teses da geração da qual Barbosa da Silva fez parte.

---

238 De Carlos Muniz para Raul Fernandes. Nova Iorque, 20 de maio de 1950. Série temática CEPAL. AHI-BSB.

O choque entre as duas tendências deu-se na convocação para a reunião da Cepal, no México, em 1949. Desde o início do ano, o governo americano pressionou o Itamaraty para transferir todo o debate sobre desenvolvimento econômico regional para a OEA, esvaziando, assim, a Cepal. Diante dessa situação, Roberto Campos requisitou que o Brasil se apresentasse no encontro “com aparelhamento técnico à altura”, inclusive com personalidades do setor privado. Barbosa da Silva também se engajou na disputa: “a Cepal tem feito contribuição original e de sobremaneira útil no tocante a estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina, o que torna indispensável um esforço do Itamaraty para colher, de modo ordenado e perseverante, os frutos do trabalho daquele organismo”, disse. Ele ajustou a demanda de seu colega em um ponto fundamental: achava “conveniente” um funcionário de carreira experiente integrar a delegação. Sua primeira sugestão era o diplomata Antônio Azeredo da Silveira; a segunda, Miguel Ozório de Almeida. A cúpula americanista inicialmente tentou vetar a sugestão, mas depois de várias escaramuças burocráticas, Edmundo conseguiu que seu colega, Miguel Ozório, fosse selecionado. Foi uma auspiciosa escolha para a geração reformista. Na Conferência, Ozório desafiou os superiores e, comunicando-se diretamente com o Palácio do Catete, conseguiu o apoio necessário para contrapor-se ao projeto de Washington e garantir a permanência da Cepal como organismo internacional. O economista Raul Prebisch, após o encontro, visitou o Brasil para agradecer pessoalmente Vargas pelo apoio que recebera. Barbosa da Silva recorreria seguidamente aos serviços da Cepal na década seguinte<sup>239</sup>.

Com sua equipe, Edmundo conseguiu o que muitos julgavam impossível após a Segunda Guerra Mundial: reestruturar o papel do

---

239 Ver despacho de Barbosa da Silva em documento redigido por Roberto Campos. 21 de março de 1951. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1951). AHI-RJ. Sobre o processo de criação da CEPAL, ver Dosman: 2008, p. 229-34; Furtado: 1997, p. 141 e 219-21; Toye e Toye: 2003, p. 442.

Itamaraty na área econômica. Só em 1952, foram assinados onze acordos comerciais bilaterais. Além da qualidade técnica, o sucesso decorreu da colaboração com as classes produtoras e o emprego de técnicas de comunicação para dirimir ciúmes institucionais. Foi nesse contexto que Edmundo aprendera a ser flexível. Uma derrota hoje poderia ser o prelúdio da vitória amanhã. Daí sua posição de enfrentar com denodo as dificuldades e nunca abandonar a ação resoluta, mas discreta, de forma a facilitar recuos estratégicos. Seus chefes reconheciam essa habilidade não só na mesa de negociação com parceiros no exterior, mas no trânsito junto a outros órgãos do governo. Em decorrência dessa habilidade, em maio de 1952, foi desligado da CCAC para assumir um cargo de maior responsabilidade: a Divisão Econômica.

Uma das atividades que mais o ocuparam no primeiro momento à frente da Divisão Econômica foi a organização da V Reunião da Cepal, que seria realizada no Rio de Janeiro. A chefia da Comissão Preparatória coube a Álvaro Teixeira Soares, que escolheu Edmundo para ser o seu braço direito. A Comissão contou com os melhores diplomatas da Secretaria de Estado: Décio de Moura, Roberto Campos, Miguel Ozório, João Baptista Pinheiro, Antônio Azeredo da Silveira, Braulino Botelho Barbosa, Ítalo Zappa, entre outros. O encontro também foi uma oportunidade para Barbosa da Silva e essa geração de colegas fortalecer os laços de amizade com técnicos e políticos de grande influência nos rumos do país como Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Brasília Machado Neto, Valentim Bouças, Eugênio Gudin, Rômulo de Almeida, Octávio Gouvêa de Bulhões, Cleanto de Paiva Leite, José Garrido Torres, Alexandre Kafka, Josué de Castro, Jesus Soares Pereira, Anápio Gomes e Ernesto Street.

A reunião congregou mais de trezentos delegados durante 20 dias no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. O encontro foi iniciado na tarde de 9 de abril de 1953, com o discurso de abertura

de Getúlio Vargas. O presidente afirmou que os estudos e dados divulgados pela Cepal “eram de valor inestimável para a orientação dos governos”, no que estava certo. Edmundo e seus colegas sorriam os escritos da organização de forma quase religiosa nesse período<sup>240</sup>.

O ritmo do encontro foi intenso. O dia geralmente começava com uma reunião de delegação às 9 da manhã, no apartamento do ministro Décio de Moura, e depois seguia pelas seis comissões permanentes. Pela noite, havia os encontros informais da delegação brasileira e os eventos sociais. A equipe do Itamaraty tentou apresentar o lado moderno do país. A falta intermitente de água e outros problemas, contudo, foram constante lembrete das fragilidades nacionais. Enquanto os fleumáticos diplomatas esforçavam-se para fazer bonito, a realidade impunha-se, sofrendo os brasileiros os “remoques e zombarias de delegados estrangeiros”<sup>241</sup>.

Nessa época, Barbosa da Silva trabalhava na arquitetura do sistema financeiro e comercial do país, tratando de uma ampla gama de problemas: os atrasados comerciais com os ingleses, o restabelecimento das linhas de crédito com o governo americano, a importação de jipes de Israel e os acordos de pagamentos com os países europeus. Em junho de 1956, já havia liderado o país na maioria dos vinte e um acordos de pagamentos celebrados com parceiros comerciais no exterior<sup>242</sup>.

Por sua competência, ganhou assento cativo nas reuniões da Sumoc, a instituição que antecedeu o Banco Central, posição que manteve até 1961. Essas ocasiões eram verdadeiras aulas com os

---

240 Boletín de Prensa, CEPAL/RIO. N° 1. Maço 40.192. AHI-BSB.

241 De Teixeira Soares para Euvaldo Lodi. 14 de abril de 1953. Maço 40.139. AHI-BSB.

242 Relações da Inglaterra com as nações sul-americanas. *Correio da Manhã*, 5 de Janeiro de 1954; um resumo desses acordos pode ser lido em Provisions of Brazil's bilateral trade and payments agreements. June 27, 1956. IMF/DM/56/21.

maiores economistas brasileiros e cimentou seus laços com um grupo mais conservador em termos de política econômica. Em fevereiro de 1954, Edmundo, com os óculos de armação grossa que lhe davam aparência de mais idade e “um certo ar professoral”, esperava sua “designação para uma boa capital”, após mais de dez anos seguidos na Secretaria de Estado – um sacrifício único na sua geração. O destino, novamente, o lançaria para outras missões<sup>243</sup>.

### Novo cisne

*O Itamaraty não é uma entidade abstrata, somos nós mesmos, e será grande ou pequeno, segundo formos maiores ou menores em nossos esforços para definir objetivos e realizá-los.*

Edmundo Barbosa da Silva

A avenida Marechal Floriano, antiga rua Larga de São Joaquim, onde se localizava a sede do Itamaraty, não era mais a mesma naquele segundo semestre de 1954. Uma década atrás, o prefeito Henrique Dodsworth apresentou à cidade, paralela à Marechal Floriano, após a destruição de 525 prédios, a avenida Presidente Vargas. Ela rasgou a cidade ao meio. Os consumidores, atraídos pela nova via, não mais se dirigiam à Marechal Floriano. Até o Dragão, “o barateiro da rua Larga”, abria uma filial na nova Avenida, onde reinava o espetáculo apressado das centenas de automóveis e ônibus fugindo para o subúrbio. Não foi só o centro que mudou. A zona geográfica de lazer noturno da cidade deslocou-se das vielas da Lapa para a boemia moderna de Copacabana. O governo, por sua vez, já concebia a Esplanada do Castelo como principal área administrativa. Entre 1937 e 1943, ergueram-se os Ministérios da Educação e o da Saúde; anos depois, foi inaugurado o Ministério

---

243 Presidência da República. *Gazeta de Notícias*, 11 de novembro de 1953; A diplomacia na era atômica é exercida pelos jovens. *Flan*, 14 de fevereiro de 1954.

da Fazenda. Ignorada pela cidade que crescia orientada para a zona sul, a antiga rua Larga cumpriria o seu destino de tornar-se um museu a céu aberto. Para muitos, essa também era a situação do Palácio Itamaraty. De acordo com um conhecido de Edmundo, a arquitetura de cinta em torno do seu Espelho d'Água manteve “uma aparência de solidez e dignidade”, mas escondia a realidade de “uma carcaça constituída de salas que se emendam”. Para muitos, o Itamaraty era a casa do século XIX mais bem conservada e conservadora do Brasil. Estava parada no tempo. A diplomacia necessitava de renovação<sup>244</sup>.

Edmundo ocasionalmente atuava fora do órgão como mecanismo de libertação das dificuldades da rua Larga. Em abril de 1954, por exemplo, o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, convocou-o para ficar à disposição de seu gabinete. Próximo da cúpula da política nacional, Barbosa da Silva foi atento observador da vertiginosa crise que abalou os fundamentos econômicos do segundo governo Vargas. Ele integrou a comissão chefiada por Marcos de Souza Dantas, presidente do Banco do Brasil, que foi aos Estados Unidos para modificar os termos de liquidação de um empréstimo concedido em 1953. Seria um tipo de atividade que repetidamente desempenharia na próxima década: após pregar repetidamente a cautela na gestão financeira dos gastos governamentais e ser solenemente ignorado, seria convocado para atuar em missões que buscavam resolver as consequências dos mercadores populistas que, no momento da crise, preferiam culpar forças internacionais e não a incompetência doméstica pelos desastres econômicos<sup>245</sup>.

Aos 37 anos de idade, Edmundo buscava a promoção para ministro de segunda classe – o penúltimo grau da carreira. Naquela época, não bastava só ter competência. A concorrência era demasiado

---

244 Bopp: 1956, p. 6-7. Sobre esse período ver, Azambuja: 2011.

245 De Oswaldo Aranha para Vicente Ráo. Aviso Nº 26. 29 de abril de 1954. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

elevada para que somente fatores objetivos fossem levados em conta. A maioria passava meses redigindo pedantes missivas a políticos, oferecendo jantares a potenciais patrocinadores e fazendo de tudo para fingir que não empreendia nenhuma atividade. Até o impávido Roberto Campos, amigo de Edmundo e concorrente de promoção, lançava fartamente mão do apoio de seus padrinhos. A situação de Edmundo não era boa. Foi promovido em quinto lugar da sua turma para primeiro secretário e, em março de 1952, estava na 68ª colocação de 84 nomes na lista de antiguidade para a promoção. A maioria dos seus colegas de turma estava em posições acima. Mesmo assim, em decorrência dos serviços prestados nas áreas comercial e financeira, foi promovido, em 19 de janeiro de 1954, juntamente com seus colegas Antonio Corrêa do Lago, Sérgio Corrêa da Costa e Antônio Borges Leal Castelo Branco Filho<sup>246</sup>.

Sua atuação, naquele momento, continuou centrada na Divisão Econômica. Lá, trabalhou sob a chefia de João Alberto Lins de Barros, uma figura estranha no Palácio da rua Larga. Fora um revolucionário em período integral durante quase toda a década de 1920 e detinha o currículo mais peculiar de sua geração: militar, político, diplomata, e escritor, tomou parte no levante de 1922, atuou na Coluna Prestes, participou da Revolução de 1930, foi interventor em São Paulo, coordenador de Mobilização Econômica durante a guerra, embaixador no Canadá, chefe de polícia, vereador, diretor artístico de rádio e explorador da Ilha de Trindade. Estava com Siqueira Campos no avião que caiu no Rio da Prata após a tentativa de convencer o comunista Luís Carlos Prestes a apoiar o de outubro de 1930. Quando foi interventor em São Paulo, permitiu a criação da “Sociedade de Amigos da Rússia”. Fez parte, depois, do pequeno grupo que assessorou Vargas no início da década de 1930, ao lado de Pedro Aurélio Góes Monteiro, José Fernandes Leite de

---

246 Carta de Valentim Bouças a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1954. CV c 1954.01.06/5.

Castro, Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida, Pedro Ernesto, Virgílio de Mello Franco e Juarez Távora<sup>247</sup>.

Mesmo com eventuais desavenças, o presidente tinha no revolucionário um aliado próximo. Por essa razão, nomeou-o ao topo da carreira diplomática (ministro plenipotenciário de primeira classe) em 1937. Lins de Barros serviu em Buenos Aires, Genebra, Ottawa, além de ter desempenhado dezenas de missões especiais – muitas secretas – para Vargas. Por ter entrado por indicação política e quebrado a hierarquia, era abertamente criticado por vários diplomatas. Um deles afirmou que o tenentista era “falho de patriotismo e de inteligência para ser tomado a sério ou ser considerado perigoso”. A opinião de seus subordinados, entre eles Edmundo, contudo, era distinta. Este admirava seu patriotismo, fervor revolucionário e humildade – os dois, aliás, sentiam-se bem tanto no convívio aristocrático das grandes recepções como na garupa de um potro pelo campo. O tenentista não tinha medo de desafiar a hierarquia, o *statu quo*, as premissas sedimentadas pelo puro culto à tradição. Não se sentiu premido, por exemplo, em partir em uma missão à Cortina de Ferro, reunindo grande material para que estudos fossem conduzidos no tópico do reatamento econômico – uma experiência aproveitada pelos seus subordinados, inclusive por Edmundo, no final da década, quando ocuparam posições mais estratégicas no órgão<sup>248</sup>.

A última missão de Lins de Barros foi sua nomeação para delegado permanente do Brasil junto aos organismos internacionais sediados em Genebra. Antes de partir, em 20 de setembro de 1954, enviou para Juarez Távora, seu colega da Coluna Prestes, um bilhete: “Sigo, depois de amanhã, para Genebra; mas creio

---

247 Personalidade. A Noite, 27 de novembro de 1953; Hilton: 1987, p. 32; Levine: 1968, p. 54; Neto: 2013, p. 63.

248 Carta de Paulo Germano Hasslocher a Getúlio Vargas. Ciudad Trujillo, 2 de dezembro de 1953. GV c 1953.12.02/6; Levine: 1968, p. 54; Itamarati, sempre Itamarati. *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1956.

que estarei de volta no fim do ano. Já não suporto o frio da Europa”. Ele estava preocupado com a situação do governo – “chego a temer que a administração entre em colapso em função dos arranjos eleitorais”. Seu objetivo primário, no entanto, era cuidar de sua imagem para posteridade. Desejava concluir dois volumes de memórias. Não teve tempo, pois adoecera gravemente. Retornou ao Brasil em 19 de dezembro, dizendo que sua vida de diplomata terminara definitivamente. Acamado, recebeu dezenas de visitantes, de empresários e ministros até broncos sertanejos do tempo da Coluna Prestes. Edmundo visitou-o e fez todo o possível para ajudar os trâmites de sua remoção ao Brasil. Estava desolado por ver seu chefe e mentor naquela situação, às portas da morte: “Você pode bem compreender a tristeza de que estamos tomados, vendo este homem, cheio de vida, ativo e generoso, lançado sobre uma cama, à espera de um fim tão melancólico”, afirmou a Alfredo Valladão. Em 31 de dezembro, os médicos deram-lhe só um mês de vida. Guerreiro, João Alberto ainda relutou em deixar a vida, mas no dia 24 de janeiro já perdera a fala, encontrando seu fim dois dias depois<sup>249</sup>.

Após a morte de João Alberto, a chefia do Departamento Econômico do Itamaraty recaiu sobre vários interinos. A posição tinha poder. O contato com governos estrangeiros, empresários, parlamentares e a própria Presidência da República era intenso. O salário, no entanto, era diminuto, fazendo da posição um trampolim para uma promoção na carreira ou uma boa remoção – o último chefe, Décio de Moura, ficou menos de um ano no cargo, trocando-o pela embaixada do Brasil junto ao Vaticano. A dificuldade em encontrar uma chefia permanente fazia parte de um problema mais amplo de carência de quadros. Miguel Ozório reclamaria,

---

249 *Flan: o Jornal da semana*. 6 a 13 de dezembro de 1953; Távora: 1976, p. 21; De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1955; De Alfredo Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 15 de janeiro de 1955. APEBS.

pouco tempo antes, que as dificuldades estavam chegando “a um ponto de verdadeira saturação”. O problema era estrutural. Com a reforma Mello Franco, em 1931, na qual se realizou a primeira unificação de carreiras, quebrou-se a espinha dorsal da Secretaria de Estado. A regra, então, era que todos os servidores atuariam no Rio de Janeiro e no exterior, em constante rotação, mas o órgão viveu em instabilidade contínua – “num período médio de quatro anos, opera-se uma completa desintegração do quadro”, disse um observador<sup>250</sup>.

Em 1954, Barbosa da Silva era um caso raro, com cerca de doze anos sem ser removido, quase todos na área econômica do Itamaraty. Pode-se dizer, aliás, que era o diplomata com mais serviços prestados ininterruptamente ao já famoso DEC (Departamento Econômico e Consular). Não foi surpreendente, portanto, sua nomeação para chefiar o importante órgão. A designação refletiu um reconhecimento generalizado de que era o mais ativo profissional do Estado brasileiro nesse nicho da inserção internacional do país.

O principal articulador de sua nomeação foi o diplomata Vasco Leitão da Cunha que, antes de entrar para a diplomacia, pensou seriamente em seguir a carreira de ator – seu pai o proibira de enveredar por tal caminho. Era bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Brasil, entrando para o Itamaraty por concurso em 1929. Maurício Nabuco convidou-o para trabalhar em seu gabinete, na Secretaria-Geral, e, em 1942, como substituto interino do ministro da Justiça Francisco Campos, mandou prender ninguém menos que Filinto Muller, o que lhe rendeu uma nomeação para chefiar o gabinete de Oswaldo Aranha. Fora nesses conturbados anos que ganhou a fama de líder enérgico,

---

250 Memo de Miguel Ozório de Almeida para Edmundo Barbosa da Silva. [Sem título]. 26 de maio de 1952. Divisão Econômica. Informações e relatórios (1952). AHI-RJ; Bopp: 1956, p. 4.

escritor eloquente e chefe corajoso; era, como o diplomata Marcos Azambuja afirmou décadas depois, “o fidalgo destemido”<sup>251</sup>.

É difícil detectar quando Edmundo e Vasco conheceram-se. Uma das hipóteses pode ser o ano de 1952, quando Leitão da Cunha dirigiu a Seção de Segurança do Itamaraty e Edmundo serviu como um dos membros. De qualquer maneira, selariam uma grande amizade, que perduraria por décadas. Foi em agosto de 1954, pouco mais de duas semanas antes do suicídio de Vargas, na sala de Leitão da Cunha, na época Secretário-geral, que Edmundo foi empossado na chefia do DEC. Foi ovacionado por dezenas de funcionários e amigos. Seus colegas no exterior também exultaram. Em Los Angeles, Roberto Campos referiu-se ao “acontecimento gostoso não apenas para os jovens turcos, mas para os restantes homens de [bem] do país...” Era o “primeiro dos jovens turcos (que a esta altura não mais nem muito jovens nem muito turcos” que rompia “as limitações hierárquicas e [começava] a ser bafejado pelo poder”<sup>252</sup>.

O termo “jovens turcos” era comumente utilizado por Barbosa da Silva e vários de seus colegas de geração – os que entraram no Itamaraty por intermédio dos concursos do DASP. Eles sentiam-se inconformados com a direção da política externa dada pela maioria dos seus superiores. Isso incluía até pessoas queridas, como Vasco Leitão da Cunha. A discussão sobre qual posição o Itamaraty deveria ter na área econômica é um bom exemplo desse choque geracional. Para Leitão da Cunha, a função primordial da diplomacia estava no exterior – “não se exerce dentro das nossas fronteiras; para esta ação interna existem outros órgãos e, se necessário for, dever-se-ão criar outros ainda, uma vez provada a insuficiência

---

251 Azambuja: 1995, p. 46.

252 Tomou posse o novo diretor do Departamento Econômico e Consular. *Folha de São Paulo*, 7 de agosto de 1954; Novo chefe. *O Globo*, 7 de agosto de 1954; De Roberto Campos para Barbosa da Silva. Los Angeles, 25 de janeiro e 18 de agosto de 1954. APEBS.

dos existentes”. Ele concluiu: “Ao diplomata, cabe, portanto, tão somente: negociar, informar, e representar”. Era, assim, uma visão conservadora e contrária à que os “jovens turcos” do órgão desejavam imprimir. Alfredo Teixeira Valladão, então em Genebra, em correspondência com Barbosa da Silva, deixou claro que, em sua opinião, o diplomata brasileiro não deveria “colocar-se na posição ridícula e pouco condizente com as suas tradições, de mero pombo correio [...]”. Esse profissional tinha uma “visão de conjunto” adquirida pela experiência no exterior e era essencial para reforçar e ajudar “a ação dos técnicos, dando-lhes oportunidades, que, sozinhos, teriam grande dificuldade em descobrir e, mesmo, criar”. Miguel Ozório tinha opinião semelhante. Quando trabalhou com Barbosa da Silva, em 1952, foi taxativo: “Compete ao Itamaraty disciplinar e conduzir os aspectos comerciais da política econômica internacional do Brasil, de forma a obter o rendimento máximo dos saldos exportáveis da produção brasileira”.

Para ele, o cumprimento desse ambicioso mandato demandava uma estruturação adequada da diplomacia do ponto de vista de pessoal e de planejamento, além de maior entrosamento com os órgãos responsáveis pela formulação da política econômica geral do país. Era muito mais que negociar, informar e representar<sup>253</sup>.

Edmundo foi parte central desse movimento de reforma. Em um curto e direto memorando para Vasco Leitão da Cunha, um mês após tomar posse, na chefia do DEC, definiu quais eram os passos a serem dados na dinamização do setor. Seu objetivo era delegar responsabilidades a subordinados, acompanhando e não controlando o desempenho de suas funções. Ele destacou um funcionário de cada divisão para fazer a revisão de aspectos formais de documentos. Assim, quando uma minuta era devolvida,

---

253 Senado. *Correio da Manhã*, 23 de março de 1954; De Alfredo Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 16 de março de 1957. APEBS; De Miguel Ozório para Moreira da Silva. Junho de 1952. Maço 6.747. AHI-BSB.

o chefe da repartição não teria sobre seus ombros outra atribuição. Ele buscava um papel proativo das lideranças no norteamento dos problemas de alcance mais amplo, deixando os grilhões do cotidiano burocrático para seus subalternos. Essa iniciativa vingaria frutos por sua persistente aplicação<sup>254</sup>.

As responsabilidades que Edmundo agregou ao Departamento Econômico eram numerosas e crescentes. Parecia não haver assunto da diplomacia brasileira que não passasse por seu gabinete. Ele, contudo, não era um compulsivo batalhador burocrático, colecionando responsabilidades como medalhas de batalha. Ao mesmo tempo em que acreditava, como seus colegas, ser essencial à diplomacia atuar em certos nichos, também sabia o momento em que determinado assunto deveria sair do Itamaraty e ser coordenado ou administrado por outros órgãos. Um desses exemplos foi a Comissão Consultiva do Trigo. Criada em agosto de 1951, em decorrência da sistemática carência do produto no país, em 1956, os problemas não eram mais tão prementes e Edmundo sugeriu a seus superiores a transferência do tema para o Ministério da Agricultura<sup>255</sup>.

Para enfrentar os desafios de sua gestão, Barbosa da Silva contou com colaboradores competentes, inteligentes e trabalhadores. Um dos principais apoios que teve, entre 1954 e 1959, foi o de seu dileto amigo e colega de turma, Antonio Corrêa do Lago. Seria seu conselheiro, aliado e substituto. Barbosa da Silva tinha grande admiração por ele – seu “espírito de objetividade”, sua “integridade funcional”, “seu devotamento, que chega ao sacrifício de interesses pessoais para bem servir esta Casa, aliado a sua capacidade e entusiasmo para tudo que diz respeito ao papel do

---

254 De Barbosa da Silva para Leitão da Cunha. 10 de setembro de 1954. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

255 De Barbosa da Silva para Camillo de Oliveira. 12 de novembro de 1956. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

Itamaraty no concerto da Administração”, afirmou a um superior. Corrêa do Lago assumiu a Divisão Econômica e, depois, a Divisão Comercial. Apesar de hierarquicamente Edmundo ser seu chefe, os dois foram, acima de tudo, colaboradores. “Tomtom”, como era chamado, foi defensor implacável da área econômica dentro e fora do Itamaraty. Isso envolveu não só a expansão do mandato e da influência do órgão, mas também aspectos mais mundanos – salas, linhas telefônicas, funcionários e ventiladores<sup>256</sup>.

Como era um dos poucos diplomatas a sempre estar no Rio de Janeiro, Barbosa da Silva foi, naturalmente, o ponto focal de uma rede que desejava mudanças, mas não tinha meios de as realizar. Seus colegas, no exterior, muitas vezes cansados da batalha, tinham em Edmundo um confidente. Isso pode ser visto, por exemplo, em 1954, quando Octávio Dias Carneiro desesperava-se com a atuação do governo na área econômica:

*Diplomacia e economia positivamente não se casam e já que diplomacia nessa terra é o que nós sabemos e sendo eu afinal de contas diplomata, minha partida do campo econométrico é questão de dias. [...] Economia não me interessa mais. O interesse emotivo que tinha pelo problema econômico terminou com explorá-lo. Uma vez o mecanismo compreendido e uma vez compreendido que é inútil remar contra a maré quando esta é mais forte que o remador, no sentido de aplicar o que aprendi entre os surdos tupiniquins, não resta mais nada a fazer senão deixar este comando e decolar para outros horizontes.*

Edmundo recebeu a notícia consternado. Ele enquadrou a missiva dentro da política do grupo, de fortalecimento geracional:

---

256 De Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Encargos e lotação da Divisão Comercial. Confidencial. 27 de janeiro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB. A Divisão Econômica e Comercial foi desmembrada.

*Chocou-me a ideia! Senti, na mera alusão ao assunto, uma repulsa a esse ato de traição! Poucos são os defensores da “praça” e creio que o rigor das pelejas não deve desviar estes pobres denodados de sua missão histórica. Com a saída de elementos como Vmcê. o campo fica desguarnecido, e lembre-se que sempre haverá uma alma caridosa participando de sua agonia!*<sup>257</sup>

Era sobre o ombro amigo e com a prosa franca de Barbosa da Silva que os diplomatas reformistas daquela geração se erguiam e ganhavam fôlego para superar adversidades.

---

257 De Barbosa da Silva para Dias Carneiro. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1955; De Dias Carneiro para Barbosa da Silva. Londres, 25 de março de 1955. APEBS.



*Edmundo Barbosa da Silva acompanha conversa entre JK e político europeu (1956).  
APEBS.*



## CAPÍTULO 7

### MISSÃO JK

#### JK

*A idade, a idade, começo a senti-la...*

Edmundo Barbosa da Silva

A posse de Barbosa da Silva no Departamento Econômico quase coincidiu com o início do governo Café Filho. O presidente contou com um dos melhores gabinetes já formados por qualquer chefe do executivo brasileiro: Eduardo Gomes, na Aeronáutica; Eugênio Gudin, na Fazenda; o quase octogenário Raul Fernandes, nas Relações Exteriores; o mineiro Lucas Lopes, na Viação e Obras Públicas; o senador gaúcho Napoleão de Alencastro Guimarães, no Trabalho, Indústria e Comércio; o baiano Clemente Mariani, no Banco do Brasil; e o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, na Sumoc. Apesar de ter durado pouco mais de um ano, a gestão lançou as bases de várias mudanças da política econômica externa do país. Barbosa da Silva fez parte desse núcleo de elite. Seu alto *status* era comentado até no New York Times que o definia como “Brazil’s top economic expert”. Era nele que o governo depositava, em 1955, as difíceis tarefas de negociar em Paris, Bonn e Londres a arquitetura comercial e financeira do país com o exterior. Para Edmundo,

era uma tarefa delicada, mas ao mesmo tempo configurava oportunidade para fortalecer os laços com importantes tomadores de decisão, contatos estes úteis na missão que empreenderia no ano seguinte<sup>258</sup>.

Em 1955, enquanto conduziu essas negociações, o país passou por uma das campanhas presidenciais mais disputadas da história. No centro dessa luta estava o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (JK), do PSD. Chefiando Minas, JK tinha um sorriso acolhedor e uma equipe técnica que o apoiava na modernização do estado pela via da industrialização e da melhoria da infraestrutura. O auge de sua gestão foi a inauguração da usina Mannesmann, último evento público do qual o presidente Getúlio Vargas participou. Se o ato marcou a despedida pública de Vargas, significou o início da campanha presidencial de JK. A sua coalizão eleitoral ia das provectas raposas do PSD até os militantes populistas do PTB<sup>259</sup>.

JK enfrentou três candidatos: Juarez Távora, Ademar de Barros e Plínio Salgado. A campanha foi aguerrida. Távora recusou firmar um pacto para que todos os candidatos reconhecessem o direito de o eleito tomar posse. Na primeira semana de apuração, com um terço dos votos, Ademar de Barros estava na frente. JK e Távora aos poucos o ultrapassaram. O resultado final, contudo, foi magro. O mineiro ficou com 33,8% dos votos, contra 28,7% de Juarez Távora, com uma abstenção de 40% de eleitores. Diante do fracasso em obter a maioria absoluta dos votos na eleição, a oposição, apoiada por vários militares, levantou-se contra a posse de JK. Foi diante desse quadro que uma das mais conturbadas transições políticas do país desenrolou-se. Em determinado momento, havia três pessoas contestando o posto de presidente

---

258 As conversações realizadas na Europa pela delegação econômica brasileira. *Folha da Manhã*, 8 de abril de 1955; Brazil in trade pact. *The New York Times*, 5 December 1954.

259 Couto: 2011, p. 126.

– Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos –, além de um presidente eleito esperando para tomar posse. No dia 11 de novembro, o general Henrique Teixeira Lott promoveu um golpe preventivo. Além de remover Café Filho da presidência, instaurou um estado de sítio de 30 dias – o primeiro sob a Constituição de 1946<sup>260</sup>.

Com o golpe preventivo, a situação política ficou menos precária. Ainda em Minas Gerais, a equipe de Juscelino começou a trabalhar em um arrojado e ambicioso plano de desenvolvimento nacional. Necessitava, no entanto, de grande volume de capital internacional. Como consegui-lo? Para seus assessores, a resposta era clara: o próprio presidente deveria viajar ao exterior e realizar os contatos de alto nível para facilitar o alcance desse objetivo. A ideia de uma missão internacional não foi cogitada só no Brasil. No final de agosto de 1955, em Washington, um setor do Departamento de Estado já planejava convidar o futuro presidente a visitar o país no início de 1956. A iniciativa era voltada para afagar as suscetibilidades brasileiras, ser uma ferramenta para diminuir o poder dos setores nacionalistas e persuadir o novo governante a atuar de forma mais próxima aos americanos. Impressionados com a vitalidade de Juscelino, os diplomatas americanos foram surpreendidos com o comunicado de que o presidente eleito desejava viajar aos Estados Unidos para discutir seu plano econômico. Em Washington, sugeriu-se que JK deveria ir em “visita não oficial”<sup>261</sup>.

Provavelmente não escapou a muitos dos assessores de JK que, quinze anos antes, o também presidente eleito Júlio Prestes, com fanfarra, tomara decisão semelhante. Sua partida, no navio Almirante Jaceguay, em Santos, para um périplo aos Estados Unidos e à Europa, quando o resultado das eleições ainda era contestado, foi um dos últimos eventos políticos de relevo do qual

---

260 Riedinger: 1988, p. 258-9 e 274-5.

261 De Holland para Foster Dulles. Washington, 30/8/55; De Dunn para Departamento de Estado. 19/10/55. United States Department of State: 1987, p. 673 e 678.

o paulista participou. A decisão de JK era igualmente arriscada, pois desejava viajar quando ainda não estava diplomado em um contexto político altamente instável.

Até o golpe preventivo de 11 de novembro, JK teve pouco tempo para pensar na viagem. Foi somente às vésperas do Natal que viajou ao Rio de Janeiro com o propósito de planejá-la. Sua justificativa, em retrospecto, era deixar a turbulência doméstica “numa desprimorosa manifestação de provincianismo político” enquanto “estaria no exterior em contato com os chefes de Estado e com os líderes das grandes nações, realizando entendimentos sobre os recursos que pudessem ser facilitados” para a execução de seu programa de governo<sup>262</sup>. JK desejava uma equipe enxuta e preparada ao seu lado. Não faltaram candidatos, especialmente no Itamaraty, para a importante tarefa.

Transformando o Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no seu *bunker*, o presidente recebeu dezenas de técnicos e políticos. Entre eles, Barbosa da Silva, que recebeu o convite para planejar a viagem. Uma das únicas fontes a elucidar o convite a Edmundo são as memórias de Roberto Campos. Segundo ele, foi em meados de novembro que Juscelino solicitara a colaboração do Itamaraty para preparar sua viagem. Ao saber da iniciativa, o secretário-geral do ministério, Antônio Camillo de Oliveira, teria destacado Barbosa da Silva porque “sempre é bom deixar que dois mineiros se entendam” – os dois, por coincidência, eram parentes distantes<sup>263</sup>.

A hipótese tem certo fundamento. Edmundo nasceu em Curvelo e, após residir brevemente em Belo Horizonte, passou o resto da vida no Rio de Janeiro. A despeito do pouco contato cotidiano com sua terra de origem, sempre se considerou um mineiro. Prova disso foi sua participação no Clube do Peixe Vivo na

---

262 Kubitschek: 1976, p. 443 e 457; Riedinger: 1988, 283-4.

263 Campos: 1994, p. 274-7. A última informação foi-me fornecida pelo ministro Márcilio Marques Moreira em 2 de janeiro de 2017.

década de 1940. A música, do folclore de Diamantina, dava o nome da agremiação que, desde 1939, congregou os mineiros radicados na capital. As reuniões inicialmente tinham cunho familiar, mas depois constituíram uma roda literária e uma oportunidade para reanimar a culinária e a música mineira. Reuniram deputados como Milton Prates, escritores como Cyro dos Anjos, acadêmicos como Joaquim Costa Ribeiro e jornalistas como Newton Prates e Dermeval Lessa.

Pela entrevista que deu ao CPDOC, porém, Edmundo confessou não ter tido contato, até então, com o presidente, apesar de este ter demonstrado conhecer seus familiares em Minas Gerais, o que não é estranho. Em 1883, o avô de Edmundo fora nomeado juiz em Diamantina; sete anos depois, seu nome foi arrolado junto ao de João Nepomuceno Kubitschek para integrar uma chapa ao parlamento mineiro. Mas seria equivocado reputar o convite somente aos laços regionais do presidente e de seu novo assessor<sup>264</sup>.

Antes de tudo, convém notar que o convite fora inusitado. Edmundo e seus colegas do Itamaraty apoiaram a candidatura de Juarez Távora. Além disso, havia mais de trinta diplomatas mineiros que tomaram posse entre 1930 e 1954, muitos dos quais já conheciam o presidente (como Sette Câmara, Guimarães Rosa e Hugo Gouthier). Mesmo o Secretário-geral, Camillo de Oliveira, era um orgulhoso filho da terra de Tiradentes. O que Barbosa de Silva tinha de distinto de seus conterrâneos era o grande conhecimento na área econômica e contatos com técnicos e empresários estrangeiros, aspectos essenciais para o sucesso da empreitada. Ele seria um circunspecto colaborador, alguém que não tiraria os holofotes do presidente. Por fim, era um dos únicos

---

264 Uma original agremiação. *Letras & Artes*, 7 de agosto de 1949; *Gazeta da Tarde*, 1 de março de 1883; *Gazeta da Tarde*, 23 de abril de 1883; *O Pharol*, 9 de novembro de 1890.

diplomatas com experiência em viagens presidenciais – em 1949, acompanhou o presidente Dutra em sua visita aos Estados Unidos.

Um dos encontros de planejamento da missão ocorreu no apartamento do poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt, na rua Paula Freitas. O principal participante, além do presidente eleito, foi Lucas Lopes. De perfil sério, técnico e frugal, assemelhava-se a Barbosa da Silva. No encontro, o presidente eleito andava de um lado para o outro, explicando suas intenções aos presentes. Primeiramente, foram decididos os países. Depois, partiu-se para a discussão dos nomes da comitiva. Edmundo teve de defender a presença de Roberto Campos, sob os protestos de Schmidt. Ao final, fechou-se o grupo com Oswaldo Penido, secretário particular de JK, Carlos Calero Rodriguez, Barbosa da Silva, José Sette Câmara Filho e Roberto Campos. Edmundo ficaria encarregado de toda a logística e, com Campos, formularia a agenda de conversas e os textos de preparação. Seriam dez países em dezenove dias – uma iniciativa estarrecedora pela sua ambição<sup>265</sup>.

O tempo para o planejamento foi exíguo. Edmundo mobilizou a máquina do Departamento Econômico para preparar a viagem. Quatro diplomatas e dezessete datilógrafas, economistas e estatísticos trabalharam em tempo integral. Nos últimos dias, o trabalho foi realizado pela noite, sendo que, no dia 3 de janeiro, chegou até meia noite. Os resultados desse esforço foram dossiês analíticos sobre o estado das relações bilaterais com cada país, abordando as pendências e “as colocações que o Brasil tinha”. A atividade exigiu esforço, tato e discrição. O sucesso nesse último ponto fora tamanho que não é possível encontrar, hoje, todo o material preparatório. Uma das únicas fontes disponíveis é o

---

265 Campos: 1964, p. 1; Campos: 1994, p. 266 e 274-7; Lopes: 2006, p. 11. Há algumas controvérsias. Barbosa da Silva afirma ter sugerido os nomes de Carlos Calero e Sette Câmara para JK, enquanto este último disse ter sido convidado pelo presidente eleito. Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; Entrevista de José Sette Câmara Filho II. CPDOC. Rio de Janeiro, 4 de março de 1993.

rascunho de um dos anexos, sobre a visita aos Estados Unidos. Ele inicia com uma avaliação conceitual de viagens de chefes de Estado. O argumento é que, pelo presidente eleito não estar habilitado a assinar oficialmente compromissos, haveria a predominância de entendimentos com atores econômicos, relegando para segundo plano as ligações de caráter político (o contrário de uma visita presidencial). Isso decorreria da “zona de indeterminação” do protocolo diplomático sobre a inserção de JK em encontros oficiais. Para Campos e Barbosa da Silva, no entanto, isso seria positivo, pois na agenda bilateral os interesses principais brasileiros eram exatamente os econômicos. Eles detectaram no Secretário do Tesouro, George Humphrey, a personalidade chave para a realização dos objetivos brasileiros, por ser o homem de confiança de Eisenhower. Cativá-lo, no entanto, seria difícil. Conservador, foi ferrenho opositor de déficits fiscais, políticas inflacionistas, gastos em ajuda internacional e políticas sociais. A estratégia brasileira passava pelo contato indireto, usando aliados no setor privado – Chase National Bank, First National Bank, Overseas Investment Corporation, U. S. Steel, Westinghouse Electric, Ford e General Motors. Os dois diplomatas alertaram o presidente que, sendo o objetivo brasileiro instalar uma fábrica de automóveis no país, seria de bom tom uma visita a Detroit<sup>266</sup>.

Eles esforçaram-se para informar JK do pensamento norte-americano sobre a América Latina e o Brasil. Deixaram claro o afastamento e a baixa prioridade da região para Washington, mas notaram que isso não era só culpa da política americana. Havia, segundo o documento, “uma indeterminação reflexa” por parte do Brasil, um país que oscilava “entre um nacionalismo temperamental e um pan-americanismo romântico, sem grande

---

266 Ver elogios feitos por Arnaldo de Vasconcellos aos funcionários em janeiro de 1956. Divisão Econômica. Informações e relatórios. 1956. AHI-RJ; De Roberto Campos para Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1955. APEBS; Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

organicidade e sentido prático”. Para avançar na cooperação, era preciso sinalizar quatro mudanças. A primeira era demonstrar uma política firme de combate à inflação; depois, apresentar um quadro razoável de estabilidade política; terceiro, reformar o sistema cambial, de maneira a tornar viável a administração do balanço de pagamentos, em especial na promoção de exportações; por fim, e mais difícil, estava a reforma da política petrolífera. Era necessário convencer os americanos de que as três primeiras mudanças poderiam ser realizadas e que, pela última, se faria algum esforço. Só assim poder-se-ia contar com o sério comprometimento dos interlocutores na cooperação econômica<sup>267</sup>.

O desafio maior de Barbosa da Silva, contudo, não foi o conteúdo das conversações, mas a questão do protocolo. Como durante a viagem JK ainda manteria sua condição de presidente eleito (e não efetivo), vários países não gostariam de lhe prestar as honras de chefe de Estado. O mais recalcitrante era o Reino Unido, cuja rainha estaria de férias. Em 22 de dezembro de 1955, ou seja, pouco menos de duas semanas antes do início do périplo, Edmundo solicitou ao embaixador do Brasil no país que sugerisse, discretamente, “um convite ao futuro presidente para visitar Londres como hóspede de honra”. Quatro dias depois, o representante britânico no Rio de Janeiro informou que a visita poderia ter maior *status* após a diplomação e a posse. Foi um banho de água fria. JK, após ser informado, mandou cancelar a visita ao país, justificando a decisão com o argumento de que lhe faltaria tempo. Barbosa da Silva, contudo, não desistiu e trabalhou para que a decisão fosse revertida. Fez, então, dois planos de viagem: um com a visita a Londres e outro sem ela.<sup>268</sup>

---

267 Anexo I. Memorando para o presidente eleito JK em preparação da sua visita aos Estados Unidos – Janeiro de 1956. RC 55.05.02 e/ag.

268 Deptel 80. Viagem ao exterior do futuro Presidente da República. Confidencial. 22 de dezembro de 1955. Confidenciais Expedidos (Londres). AHI (BSB); Viaja amanhã o Sr. Juscelino Kubitschek. *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1956; Não leva comitiva o Sr. Juscelino. *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1956.

O governo americano também enfrentou dificuldades para receber JK. Dois pontos de conflito eram latentes. Primeiro, o presidente Dwight Eisenhower sofrera um ataque cardíaco, em setembro, e estaria em Key West, na Flórida, para recuperar-se durante o período que a comitiva brasileira planejava visitar o país. Ele não recebia nem personalidades importantes de seu país, por que encontraria um presidente eleito cujo mandato era ameaçado? O segundo problema era de protocolo. Era essencial para os brasileiros conseguir que o governo americano hospedasse JK, em Washington, em Blair House, um tácito reconhecimento de sua legitimidade e uma sinalização aos demais países sobre o *status* elevado do relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos. A batalha por esses dois aspectos fora árdua. Mas contando com o apoio de setores simpáticos ao país no Departamento de Estado e, principalmente, de João Carlos Muniz, embaixador brasileiro em Washington, em 3 de janeiro, o Itamaraty recebeu a confirmação de que Eisenhower almoçaria com JK em Key West; no dia seguinte, confirmou-se que seria hospedado em Blair House<sup>269</sup>.

### Da Flórida à Bélgica

*Não há tempo a perder, nem gastos irreprodutivos no combate à doença do subdesenvolvimento.*

Juscelino Kubitschek

Na última semana de 1955, Juscelino relatou à bancada do seu partido no Congresso Nacional que partiria em missão para os Estados Unidos e Europa com Barbosa da Silva, Roberto Campos e Oswaldo Penido<sup>270</sup>. Poucos acreditaram no êxito da missão,

269 Tel 5 e 4 de Washington. 3 e 4 de janeiro de 1956. Tels Recebidos. AHI-RJ.

270 Planificação econômica do presidente eleito da República. *Diário Carioca*, 4 de novembro de 1955; Juscelino, alheio à política, prepara o governo. *Diário Carioca*, 8 de novembro de 1955; A missiva do Dr. Raimundo ao Senador Cavalcanti. *Jornal do Brasil*, 31 de dezembro de 1955.

principalmente após a divulgação do roteiro monstruoso que se planejava para os vinte dias de périplo. Sem comitiva, sem estar diplomado como presidente, com adversários que não aceitavam o resultado do pleito presidencial, JK colocou sobre os ombros de Edmundo pesada responsabilidade. Os críticos do governo já usavam a ocasião para continuar a batalha da campanha eleitoral. Muitos boatos na imprensa nacionalista afirmavam que Juscelino discutiria temas sensíveis, como a exploração de petróleo por empresas estrangeiras. Acusavam-no de perdulário e de fazer um bonde da alegria para correligionários. Para responder a essa chuva de críticas, a assessoria do presidente distribuiu uma nota à imprensa, afirmando que viajaria às próprias custas, sem ônus para o tesouro e levando em sua comitiva somente uma pessoa (Oswaldo Penido). A nota ainda informou que a viagem era só uma visita de cortesia e cordialidade. Era uma postura tática para minimizar a expectativa sobre a viagem. Se fosse um sucesso, seria laureado como grande estadista; caso enfrentasse o fracasso, não seria nada demais, diante dos objetivos modestos que apresentava ao público<sup>271</sup>.

\*\*\*

A viagem, em um avião quadrimotor da Varig, enfrentou longo trajeto até a República Dominicana. A comitiva chegou ao país às 10 da noite e seguiu direto para o Hotel de La Paz, onde foi recebido pelo general Leônidas Trujillo. Foi uma rápida visita, mas chegaram a tempo de assistir à festa de coroamento de uma das filhas do ditador como rainha em um concurso de beleza. À uma hora da madrugada o avião partiu com destino a Key West<sup>272</sup>.

O presidente eleito provavelmente passou a noite em claro, preparando-se para seu primeiro compromisso. O avião pousou às

---

271 Viaja amanhã o Sr. Juscelino Kubitschek. *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1956; Não leva comitiva o Sr. Juscelino. *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1956.

272 Kubitschek: 1976, p. 461.

7h44 da manhã. Edmundo, JK e o embaixador João Carlos Muniz partiram, de carro, para um café da manhã com o presidente Eisenhower. Na curta conversa, de pouco mais de 30 minutos, do lado americano, estavam o irmão do presidente e dois militares. JK só teve tempo de fazer um esboço geral de seu programa<sup>273</sup>.

Às nove e meia, JK e sua pequena *entourage* partiram para Washington, onde tiveram uma tímida recepção. Juntamente com Roma, a visita à cidade foi a mais longa – três dias – e, de longe, a mais árdua. Desde 1954 Washington barrava desembolsos de recursos para o Brasil. Os americanos percebiam como limitados os resultados do hercúleo esforço de Eugênio Gudin para diminuir a inflação, elevar as exportações, encorajar o investimento externo, equilibrar o orçamento, modificar a legislação do petróleo e ajustar o balanço de pagamentos. O objetivo deles era deixar o país à beira do desespero, como forma de garantir a execução de reformas que possibilitassem que a ajuda ofertada não tivesse seus efeitos limitados por uma crise financeira. Conseguiram, mas da forma mais negativa possível. Elevou-se abruptamente o grupo de políticos, intelectuais e burocratas que culpavam os Estados Unidos por não ter atuado de forma generosa. Até tradicionais aliados dos americanos na sociedade brasileira demonstraram irritação com as dificuldades – Raul Fernandes, ranzinza, reclamou, no ano anterior, da atitude de banqueiro com relação ao Brasil. Para um alto funcionário da burocracia de Washington, contudo, esse curso de ação estava equivocado. Na ausência de “especial consideração”, especialmente em empréstimos, o Brasil poderia perseguir “um curso crescentemente independente”, envolvendo maiores laços

---

273 Relatório sobre a viagem do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente eleito da República. Janeiro de 1956. Maço 42.502. AHI-BSB.

com a América Latina, Europa Ocidental e até o bloco soviético. Palavras proféticas<sup>274</sup>.

Na programação definida por Barbosa da Silva, a reunião mais importante era com o Departamento de Estado – seriam eles os padrinhos das demandas junto a órgãos menos receptivos, como o Tesouro. A prioridade era conseguir renegociar a dívida em dólar, arrancar créditos do Eximbank para o programa de energia elétrica, obter empréstimos do Banco Mundial para o programa ferroviário e aprofundar a cooperação no tema de energia nuclear. Esperava-se, dos americanos, que permanecessem fixados nos problemas da penetração comunista, da inflação, da reforma cambial e da área petrolífera<sup>275</sup>. O encontro no órgão durou três horas. O eixo central, para a irritação dos brasileiros, foi o combate ao comunismo internacional. JK defendeu, diante de um cético John Foster Dulles, secretário de Estado, a tese de que “não se combate o comunismo [...] somente com propaganda e com medidas oficiais”. Deveria ser feito também “com medidas de ordem econômica, que melhorem as condições de vida”. Era pregar no deserto<sup>276</sup>.

Em Blair House, assessorado por Barbosa da Silva, JK presidiu uma reunião com Henry F. Holland, assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos. No início da conversa, Holland foi direto: abordou o tema do comunismo e indicou como o Brasil e os EUA deveriam cooperar para enfrentar o problema. Ele reconheceu que uma das formas de defesa era o desenvolvimento econômico e apontou que o governo americano poderia facilitar créditos ao Brasil. Mesmo ao tratar de outros

---

274 De Atwood para Holland. Washington, 19/1/55; Memo of conversation. Washington, 3/2/55; National Intelligence Estimate. 93-55. Washington, 15/3/55. United States Department of State: 1987, p. 629-30 e 646.

275 Viagem do presidente eleito J.K. Questões de interesse dos EE.UU. 12 de Dezembro de 1955. Maço 42.502. AHI-BSB.

276 Reunião realizada no Palácio do Catete para tratar dos assuntos econômicos. 2 de fevereiro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB. Ver próxima nota de rodapé.

assuntos, o diplomata americano, assessorado por um funcionário da CIA, repetidamente retornou ao tema do comunismo. Roberto Campos disse que o novo governo estava empenhado em estabilizar a economia, fazendo o possível para combater a inflação. Além disso, planejava-se criar um ambiente favorável ao investimento privado, especialmente estrangeiro. Campos salientou que todos os governos adotavam tal retórica, mas, no caso brasileiro, a nova administração estaria comprometida em criar um arcabouço de medidas efetivas nessa direção. Um dos fundamentos da posição brasileira era consolidar os empréstimos existentes, de forma a aliviar o balanço de pagamentos no curto prazo. Outro ponto seria a reforma cambial, voltada para “promover o escoamento para o exterior de uma série de produtos atualmente secundários na pauta de exportação”. Após Campos, Barbosa da Silva tomou a palavra para afirmar que o objetivo de JK não era “obter resultados eleitorais”, mas sim conduzir “um programa intenso de desenvolvimento econômico, o qual resultaria, em última análise, na consolidação da democracia no Brasil”. O país, contudo, não conseguiria arcar com um programa de tal natureza sem o apoio do governo americano. Aproveitando o ensejo, apresentou o programa brasileiro em matéria de energia atômica, salientando o interesse do país de não só exportar materiais atômicos como de produzir energia. Como forma de apaziguar os temores americanos nesse ponto, levantou a hipótese de criar alguma coordenação para evitar a infiltração comunista no nesse setor. JK, secundando seu subordinado, indicou a realização de trocas de visitas entre autoridades competentes – proposta aplaudida pelo funcionário da CIA na reunião. O presidente eleito apontou o perigo comunista como um dos responsáveis pelo péssimo clima doméstico para a cooperação com o capital estrangeiro na exploração das riquezas

minerais brasileiras. Ao acusar os governos de entreguistas, criava-se um clima pouco propício ao diálogo<sup>277</sup>.

Juscelino discursou por sete minutos ao Senado americano. Foi ovacionado cinco vezes e, no final, aplaudido de pé. A oportunidade foi extremamente frutífera se considerarmos a turbulência doméstica. Ao apresentar a aproximação entre as duas repúblicas, fez questão de salientar o fato de partilharem os mesmos ideais de liberdade democrática e de atuarem “contra as manobras dos que se opõem à nossa fé cristã”. Nesses e em outros eventos, defendeu o fechamento do Partido Comunista, a liberdade de imprensa e o estado de sítio em vigor<sup>278</sup>.

A visita repercutiu por toda a imprensa mundial, especialmente a da América Latina. Em Havana, um jornalista afirmou: “En unos días, Kubitschek ganó una gran batalla em los Estados Unidos: se conquistó plenamente la simpatía del país”. Como previra Barbosa da Silva, ter sido recebido por Eisenhower e pelos parlamentares americanos fora excelente mecanismo de sinalização. Aproveitando a situação, um membro da delegação informalmente comunicou à imprensa que JK desistira de visitar o Reino Unido, na verdade, em decorrência de o programa oferecido não ter previsto uma entrevista com a rainha Elizabeth II. Era uma questão de protocolo. Chefes de Estado visitavam a rainha quando partiam em viagem oficial – o que não era o caso. Além disso, os chefes de Estado geralmente não encontravam a rainha se ela estivesse de férias e fora de Londres. Era uma aposta<sup>279</sup>.

---

277 De João Carlos Muniz para Macedo Soares. Visita do presidente Kubitschek aos Estados Unidos da América. Entrevista com o Sr. Henry F. Holland. Washington, 9 de fevereiro de 1956. Ver Memo of a conversation. Washington, 6/1/56. United States Department of State: 1987, p. 685-9.

278 *Idem*: 1956, p. 10; A visita do Sr. Juscelino Kubitschek aos Estados Unidos. *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1956.

279 Salió ayer para Estados Unidos y Europa, Juscelino Kubitschek del Brasil. *La Estrella de Panama*, 5 enero de 1956; W. K. Mayo. Juscelino Kubitschek. Información. 24 de enero de 1956.

Mas nem tudo foi positivo. No discurso de JK, no Senado americano, por exemplo, menos da metade dos senadores estava presente – quatro estavam no corredor discutindo o controle federal sobre o gás natural. Para um jornalista, o governo americano deu recepções maiores para países que eram até difíceis de se encontrar no mapa. Enquanto isso, no Brasil, mais particularmente, na Câmara dos Deputados, explodiu a primeira crise do governo, com direito a troca de socos e tapas entre parlamentares. Questionou-se de onde saíra os recursos para o pagamento da viagem. Era nítido para os deputados que a viagem de JK não era de turismo; era uma agenda de governo.

A visita, por sua duração, não permitiu um diálogo bilateral mais profundo tanto de JK como de seus assessores com os funcionários americanos. Como afirmou João Carlos Muniz, o principal foi ter criado “um clima favorável à cooperação com os Estados Unidos com o novo governo brasileiro” em decorrência “da seriedade e competência técnica e, sobretudo, da unidade de doutrina, revelada pelos membros da comitiva”. Seis meses depois, quando Lucas Lopes foi a Washington para negociar empréstimos junto ao Eximbank, encontraria o caminho pavimentado para conseguir os recursos necessários ao programa de desenvolvimento de energia elétrica, à compra de equipamento para ferrovias e ao melhoramento dos portos do país. Na ocasião, a direção do Eximbank solicitou expressamente que tanto Barbosa da Silva como Roberto Campos estivessem nas negociações<sup>280</sup>.

Em Washington, Barbosa da Silva e Campos brilharam. Por intermédio do embaixador João Carlos Muniz, o sucesso de ambos chegou aos ouvidos de José Carlos de Macedo Soares,

---

280 Brazil's Kubitschek gets cool welcome. *The Houston Post*, 13 January 1956; De João Carlos Moniz para Macedo Soares. Visita do presidente eleito ao exterior. 12 de janeiro de 1956. Maço 42.510; Tel 289 de Washington. Relações econômicas Brasil-Estados Unidos da América. Confidencial. 7 de julho de 1956. Telegramas recebidos. AHI-BSB.

o ministro das Relações Exteriores. Muniz informou que se revelaram “perfeitos conhecedores dos assuntos tratados, o que contribuiu grandemente para o êxito da viagem presidencial”. O ministro prontamente determinou a redação de um elogio para ser introduzido nas fichas funcionais dos dois<sup>281</sup>.

Se Washington era a capital política do Ocidente, Nova Iorque era o centro do capitalismo internacional. Era ali que homens de negócio de todo o mundo buscavam capital para seus empreendimentos. Hospedado no Waldorf Astoria, o presidente brasileiro teve uma agenda peculiar. Os ciúmes institucionais eram grandes e Edmundo foi cuidadoso em dividir o tempo de JK entre as agendas do Escritório Comercial, do Consulado e da Missão junto à ONU. Em todos os eventos, o objetivo foi reforçar a imagem de estadista empreendedor e cauteloso; de personalidade que detinha as chaves da prosperidade. Seguindo o que seria uma regra para o resto da viagem, JK dormiu pouco e acordou cedo. No Waldorf, visitou o general Douglas MacArthur. Com seu terno e gravata cinzas, concedeu uma entrevista, depois depositou uma coroa de flores na recém-inaugurada estátua de José Bonifácio, na 6ª Avenida, seguindo para uma missa na Catedral St. Patrick. A simbologia desses eventos visava a elevar suas credenciais diante do pleito conturbado que enfrentara e apresentar-se como líder católico. A programação da cidade também incluiu visitas ao Empire State Building, a um conjunto residencial em Manhattan e ao edifício das Nações Unidas.

Um dos pontos altos da visita à cidade foi o almoço no Waldorf Astoria. Com a presença de Nelson Rockefeller, do prefeito de Nova Iorque e de investidores, Juscelino convidou os empresários do comércio, da indústria e das finanças a investirem seus recursos no Brasil, dando a certeza de que teriam bons lucros. Ele apresentou

---

281 De Camillo de Oliveira para Oscar Pires do Rio, 23 de Janeiro de 1956. Maço 42.500. AHI-BSB.

como missão de seu governo o combate à inflação e a elevação da renda nacional. Havia, contudo, certa ambivalência na forma pela qual concebeu a harmonização desses dois objetivos. Pela manhã, afirmou, em entrevista, que suas três principais armas seriam restringir o crédito, equilibrar o orçamento e melhorar a produção por intermédio da ajuda técnica. Prometia proteger a livre iniciativa e promover o capital estrangeiro. Ele, contudo, afirmou que a luta contra a inflação estancaria a economia. Em sua opinião, esse problema seria superado com o aumento da produtividade real, especialmente por intermédio da expansão do setor privado. “Estamos numa fase inflacionária em meu país. Sou da escola econômica que diz que a inflação se combate com a expansão e não com a contração”, disse ele em Nova Iorque em 9 de janeiro, para desespero de Roberto Campos e Barbosa da Silva<sup>282</sup>.

O presidente eleito exalava confiança. Isso decorreu, em parte, de sua preparação. Barbosa da Silva e Roberto Campos, desde a saída do Rio de Janeiro, mantinham intensa atividade de *briefings* informando-o “quais eram os problemas e quais as posições que ele iria defender”. Em sua entrevista ao CPDOC, Edmundo registrou um exemplo desse processo:

*Um dia nós sentamos e começamos explicar para ele um assunto, quando JK disse: – Ô gente! Como isto é cacete! Agora estou vendo que eu pensava nos tempos de prefeito, deputado, governador. Presidente da República seria somente um problema de dimensão, mas estava plenamente aparelhado para ser presidente da república. Agora estou vendo como era paroquial. Não sabia que ser Presidente da República era uma coisa tão complexa. [...] Isso é pesado! Isso é chato!” Edmundo respondeu: “Presidente, se o senhor*

---

282 Entrevista à imprensa. *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1956.

*não quiser a informação nós interrompemos". JK, então, respondeu: "Isso é chato, mas continue"*<sup>283</sup>.

Juscelino ficara pouco tempo em Nova Iorque, uma cidade, na ocasião, sob neve, chuva e frio. Perguntado sobre se decepcionara com o clima, respondeu: "Esta é a primeira vez que vejo neve"<sup>284</sup>.

O próximo destino foi a Holanda. Quando o embaixador do país visitou JK, na manhã de 30 de dezembro do ano anterior, para convidá-lo oficialmente a visitar a Haia, entregou ao presidente eleito vários convites de firmas e empresas holandesas interessadas em encontrá-lo. Na ocasião, JK disse que consultaria Barbosa da Silva para tomar uma decisão. Edmundo integrou o país no roteiro e, desde esse momento, a embaixada brasileira na Haia era assediada por dezenas de telefonemas, telegramas, cartas e convites, algo incomum na pacata vida da cidade. Além da agenda econômica, o objetivo brasileiro era conseguir uma audiência com a rainha e o príncipe consorte. Ambos estavam em viagem no exterior, mas ao receberem notícia da visita de JK, prontificaram-se a retornar ao país.

A programação foi uma das mais apertadas do roteiro da viagem. E ficaria prejudicada diante do clima severo que a comitiva enfrentou na travessia do Atlântico. O avião fez uma parada de emergência nos Açores. A embaixada brasileira, então, fez malabarismos com o programa anterior – cancelando alguns eventos e transformando um almoço em coquetel. Com outros atrasos, este teve de ser suspenso e a diminuta equipe teve de avisar quase 200 pessoas por telefone do cancelamento. Do Palácio Real, surgiram boatos de que a rainha não se encontraria com JK.

O avião chegou com mais de dez horas de atraso. Do roteiro original, somente o banquete oferecido pelo primeiro-

---

283 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

284 JK considera bem-sucedida sua visita aos EUA. *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1956.

-ministro foi mantido. Antes de partir para Londres, após insistentes pedidos da embaixada brasileira, Juscelino conseguiu uma audiência com a rainha Juliana. O presidente acabou encontrando-se com as autoridades do país durante seus trajetos – na pista de pouso, no Palácio de Soestdijk, onde foi recebido pela rainha, e novamente no aeroporto. A visita teve, portanto, caráter meramente protocolar. Uma oportunidade perdida para o estabelecimento de contatos mais próximos com potenciais investidores e formadores de opinião<sup>285</sup>.

A próxima parada do grupo foi Londres. Pela correspondência depositada no Itamaraty, fica claro que Edmundo teve papel central na conformação da agenda, juntamente com J. P. Summerscale, da embaixada britânica no Rio de Janeiro. Inicialmente, o Foreign Office deu um baixo *status* à visita. Ao saber disso, JK cancelou-a. Refletindo certamente o espírito de Barbosa da Silva, o correspondente do jornal *The Times* no Rio de Janeiro afirmou que “alguns de seus [de JK] assessores mais próximos [...] não escondiam seu desapontamento”. A recepção dada por Eisenhower na Flórida e a confirmação de que o presidente eleito brasileiro seria recebido como chefe de Estado por todos os países em que visitaria convenceu os britânicos a engolir o orgulho, voltar atrás e reformular o convite. A rainha, no dia 5, tomou a surpreendente decisão de cancelar suas férias para receber JK. A vitória só não fora completa porque Edmundo não conseguiu atender ao desejo do presidente de marcar um encontro com Churchill. A reentrada de Londres no calendário de visitas ocasionou duas mudanças importantes. Primeiro, não seria mais possível passar muito tempo na cidade; segundo, a comitiva ficaria menos tempo em Paris<sup>286</sup>.

---

285 Letter from A. de Waal to Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, December 30th 1955. Maço 42.511; CT 16 de Fernandez-Alcazar para Macedo Soares. Viagem do presidente eleito a Holanda. Haia, 31 de janeiro de 1956. Maço 42.499. AHI-BSB.

286 Senhor Kubitschek leaves on tour. *The Times*, 5 January 1956; Letter from J, p. Summerscale to Barbosa da Silva. January 3, 1956. Maço 42.511. AHI-BSB.

A chegada da Haia foi ao meio dia de 11 de janeiro. Diz a crônica familiar que Edmundo, durante o voo, informou JK que o protocolo britânico exigia, para essas ocasiões, o uso de cartola. Juscelino duvidou da recomendação de seu assistente, mas após muita insistência utilizou a cartola que lhe foi entregue. Ao sair do avião, notou a presença de um mar de cartolas que o esperava e, discretamente, sorriu para seu assistente – Barbosa da Silva estava certo. Após essa recepção, todos partiram para um almoço em Carlton Gardens, na residência de Selwyn Lloyd, o chefe do Foreign Office. Uma fina camada de gelo recobria a cidade. JK e sua equipe, cuidaram para não tombar diante das câmeras que os seguiam a todo instante.

Após esse evento, JK, agora convencido da etiqueta tradicional britânica, dirigiu-se à chapelaria Lock's, em St. James, para adquirir quatro chapéus. Quando um repórter perguntou o tipo de chapéu que adquirira, JK, muito espertamente, respondeu: “Vamos dizer que são do tipo adequado para um presidente usar”. Ele continuou: “Por vinte e cinco anos eu não usei chapéu”. Após as compras, JK e cinco assistentes, entre eles Barbosa da Silva, dirigiram-se ao Buckingham Palace. Ao entrar no grande *hall* com uma porta guardada por dois criados de libré, Juscelino sentou-se sob um dossel em uma poltrona para esperar a rainha. A soberana entrou pela porta lateral logo depois. “Pequena e graciosa”, afirmou JK anos depois. Ele impressionou-se com a visita e com a simpatia da rainha. Edmundo entrou com o resto da comitiva logo depois. A audiência foi rápida, durou menos de vinte minutos. JK conversou em francês com a soberana e foi condecorado, ao final, com a Grã-Cruz e o Colar da Ordem do Império Britânico.

Partiram, os brasileiros, então, para a recepção na embaixada, após breve parada no hotel – o famoso Claridge's. Havia, na programação inicial, uma entrevista coletiva à imprensa. Nela,

declarou: “Não só estamos interessados em comprar bens de capital do Reino Unido como também desejamos que os britânicos invistam no Brasil”. Os britânicos ficaram encantados como o presidente cativou os jornalistas com “seu bom humor e charme”. Durante a entrevista, Barbosa da Silva reuniu-se com representantes do Tesouro, do Banco da Inglaterra e do Board of Trade<sup>287</sup>.

O último compromisso do dia foi um jantar com Anthony Eden e toda a cúpula do governo britânico em Downing Street. O evento iniciou-se, pontualmente, às 20h15. Roberto Campos sentou-se à frente de JK; Barbosa da Silva, à frente do primeiro-ministro britânico. Foi, novamente, uma oportunidade para os anfitriões perceberem a vitalidade do espírito do presidente eleito, que, após cansativas viagens, portara-se “com dignidade, inteligência e humor” e “nunca aparentando [estar] fatigado ou desalinhado”. A curta estada em Londres do ponto de vista das relações públicas, fora um sucesso. O fato de a rainha ter interrompido suas férias para receber a comitiva somou-se à aura de otimismo de JK. Do ponto de vista da agenda econômica, contudo, os resultados não foram substantivos. Pouco tempo foi dedicado a potenciais investidores, não sendo surpresa a ausência de proposta específica de investimento durante a estada em Londres<sup>288</sup>.

Na manhã do dia 12, a comitiva seguiu para Luxemburgo e Bruxelas. A viagem foi planejada de última hora, tendo o convite sido recebido quando JK já estava em Washington. Assim como em Londres e na Haia, conseguiu-se tirar o rei belga de suas férias para receber Juscelino. Para essa tarefa, Barbosa da Silva pode

---

287 Brazil wants U.K. capital. *Financial Times*, 12th January 1956; Kubitschek: 1976, p. 468-9; De Leão Gracie para Barbosa da Silva. Londres, 16 de janeiro de 1956. APEBS; Conversações econômicas. *Diário da Noite*, 12 de janeiro de 1956.

288 Lloyd to Summercale. January 21, 1956. Report on the visit of the president-elect. NARA-UK/AB1051/35.

contar com a atuação de seu grande mentor e amigo, Vasco Leitão da Cunha<sup>289</sup>.

### **Circuito continental**

*Seria incapaz de governar o meu país e estaria traindo os meus compromissos com o povo brasileiro, se quisesse fechar o Brasil dentro de suas fronteiras, ignorando que o mundo em que vivemos já não permite essa fantasia. O Brasil, isolando-se, jamais poderia realizar aquilo que poderíamos chamar o seu “manifesto destino”.*

Juscelino Kubitschek

De Bruxelas, JK chegou ao aeroporto de Orly às 10h da manhã de 13 de janeiro. Em decorrência da entrada de Londres no roteiro, a visita a Paris foi encurtada em um dia – decisão que entristeceu o presidente eleito. Em 1930, ele vendera o carro para estudar na cidade. Seu primeiro compromisso foi um almoço com o presidente René Coty no Palácio do Elysée, onde recebeu a Grã-Cruz da Legião de Honra. Pela tarde, iniciou efetivamente a agenda de trabalho, no Quai d’Orsay. Com Barbosa da Silva, o presidente discutiu vários contenciosos comerciais com o ministro das Relações Exteriores francês. Um dos interesses foi a possibilidade de a França apoiar projetos de energia nuclear no Brasil. Pela noite, empresários ofereceram um jantar no Hotel Ritz. O governo francês recebeu JK com honras pouco dadas a um país como o Brasil. Havia um motivo. Sutil, mas incisivo, o presidente francês cortejava o voto brasileiro na questão da Argélia na Assembleia Geral da ONU. Na tarde do dia seguinte, industriais e banqueiros apresentaram projetos de investimento no Brasil – Schneider-Creusot, Renault, Société de Terres Rares, Crédit Lyonnais e outros.

---

289 De Souza Leão Gracie para Macedo Soares. Visita do presidente eleito Dr. Juscelino Kubitschek a Londres. 19 de janeiro de 1956. Maço 42.500. AHI-BSB.

Um dos programas mais agradáveis foi na manhã do sábado, quando o presidente visitou os locais que frequentara em seu tempo de estudante em Paris. O passeio começou pelo Hotel de La Paix, no Quartier Latin. Os pedestres logo reconheceram JK – sua foto estava estampada em todos os matutinos da cidade. Ele, então, caminhou pelas tortuosas ruas do bairro, onde encontrou Maurice Chavassu, seu antigo professor. Depois, seguiu de volta ao Hotel Crillon, passando pela praça da Concórdia e pelos Invalides. Atrasado, teve de trocar-se rapidamente para encontrar o político conservador Antoine Pinay na Maison de l'Amérique Latine. Na recepção na embaixada do Brasil, compareceram cerca de 1.800 convidados<sup>290</sup>.

Após o idílico *séjour* em Paris, JK pousou em Dusseldorf em 15 de janeiro. Seu primeiro compromisso foi um discurso, transmitido ao vivo por rádios alemãs. Depois, foi para o Club Industrial, o “tradicional grêmio dos magnatas siderúrgicos do Ruhr”. O formal jantar, de *smoking*, às 20h, foi na residência de Wilhelm Zanger, diretor geral das Usinas Mannesmann. Seguindo instruções, o embaixador do Brasil em Bonn organizou encontro no qual JK discutiu com empresários alemães a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. No dia seguinte, pela manhã, a comitiva fez um passeio pelo Ruhr e, pela tarde, chegou a Bonn. Ali, encontraram-se com vários políticos, inclusive com Konrad Adenauer. No último dia, em uma recepção na embaixada do Brasil, cerca de 200 convidados disputaram a atenção presidencial – industriais, financistas, comerciantes, militares e políticos. O evento foi acompanhado pela emissora Westdeutscher Rundfunk, de Colônia, que irradiou para o Brasil o discurso proferido por JK. Esse foi, juntamente com os Estados Unidos, o país do périplo que mais renderia resultados econômicos.

---

290 De Ilmar Penna Marinho para Macedo Soares. Visita à França do senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente eleito. Paris, 24 de janeiro de 1956. Maço 42.999. AHI-BSB.

O sucesso resultou do interesse alemão em investir no Brasil e de uma programação talhada para ofertar oportunidades econômicas<sup>291</sup>.

A próxima parada foi a Itália. O presidente italiano Giovanni Gronchi concedeu o Grande Colar da Ordem da República Italiana, uma outorga reservada somente para presidentes em exercício. O roteiro da viagem, como nos outros casos, dividiu-se em duas partes. A cerimônia foi definida pelo embaixador Carlos Alves de Souza, enquanto a econômica foi planejada por Barbosa da Silva e Roberto Campos. Um excelente exemplo da atividade de atração de capital por parte de Barbosa da Silva pode ser observado na reunião realizada no Ministério do Orçamento na Itália. O presidente eleito, secundado por Edmundo, primeiro fez uma exposição do programa de desenvolvimento econômico que o governo desejava realizar em seu mandato. O foco, afirmou, era a produção e a distribuição de energia, a ampliação do sistema de transportes e a melhora das condições da produção e comercialização de alimentos. O ponto de partida foi sua experiência como governador para conseguir, em escala nacional, duplicar a produção energética, renovar as instalações portuárias e trabalhar na pavimentação de estradas. Era aqui que JK inseria a sua retórica de atração de capital estrangeiro – “encontrarão excelentes oportunidades de aplicação com evidentes garantias de rentabilidade”, anotou um dos presentes ao encontro. Barbosa da Silva, juntamente com Roberto Campos, teve a oportunidade de fazer uma exposição para esse mesmo grupo de empresários e autoridades. Muitas entidades privadas, banqueiros, industriais e comerciantes enviaram missões para conversar com JK. O presidente, diante do escasso tempo que tinha, não conseguiu atender a maioria, ficando

---

291 De Abelardo B. Bueno do Prado para Macedo Soares. Visita do presidente eleito da República. Bonn, 24 de janeiro de 1956. Maço 42.999. AHI-BSB.

Barbosa da Silva e Roberto Campos com a responsabilidade de recebê-los<sup>292</sup>.

O governo italiano deixou dois aviões à disposição da delegação brasileira. Um deles foi utilizado no dia 18, em uma viagem a Pistoia, para visitar o cemitério dos pracinhas que tombaram na campanha italiana da qual o Brasil participara na Segunda Guerra Mundial. Foi uma singela, mas comovente, programação. O culto ao sacrifício dos soldados brasileiros constituiu uma mensagem direta aos militares no Rio de Janeiro. Sob pesada chuva, JK, emocionado, proferiu breve discurso no qual jurou nunca titubear na missão de engrandecer o país. No retorno a Roma, por Pisa, o presidente gravou duas mensagens de saudação ao povo brasileiro<sup>293</sup>.

No dia seguinte, foi a audiência com o papa Pio XII – uma das grandes vitórias da missão, pois JK foi recebido como chefe de Estado. Ele e a comitiva chegaram pelo Pátio de São Dâmaso, passando em revista a Guarda Palatina de Honra. Próximo da Sala Clementina, JK foi saudado pelos componentes da Antecâmara Pontifícia, que o acompanharam até a Sala do Troneto, onde o papa o aguardava. O brasileiro entrou sozinho. A audiência com o sumo pontífice, por tradição e protocolo, deveria durar somente 10 minutos. Acabou prologando-se por quase 40. Depois, toda a comitiva entrou na sala. O papa, demonstrando grande cordialidade para com o povo brasileiro, nesse momento, leu um belo discurso em português. Era mais uma vitória. Primeiro por desejar votos de uma boa gestão a JK; segundo, por reconhecer sua obra como governador de Minas Gerais. Kubitschek, em suas memórias, lembraria como foi importante o evento: “Os adversários, que

---

292 Em seu relato posterior, Alves de Souza foi exagerado em superdimensionar suas responsabilidades. De Alves de Souza para Macedo Soares. Sem título e data. Maço 42.500. De Alves de Souza para Macedo Soares. Visita do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Itália. Conversações econômicas. 20 de janeiro de 1956. Maço 42.500

293 Pistóia. Discurso do presidente Juscelino Kubitschek (18 de janeiro). Anexo Nº 4. De Alves de Souza para Macedo Soares. Sem título e data. Maço 42.500. AHI-BSB.

não se cansavam de apregoar que eu iria governar de acordo com os comunistas, em face da saudação do chefe da Igreja católica julgaram prudente não insistir naquela capciosa exploração”<sup>294</sup>.

O próximo passo foi a Espanha. Quebrando o protocolo, o generalíssimo Francisco Franco recebeu-o, com todos os membros do governo, na pista do aeroporto em Barajas – o único chefe de Estado a fazê-lo até então. Após as fotos protocolares, ambos partiram para o Palácio de La Moncloa, onde JK foi condecorado com a ordem Grã-Cruz de Isabel a Católica. O presidente eleito não teve tempo para descanso, pois logo foi convidado a fazer um tour pela cidade. O almoço foi no Palácio El Pardo, seguido por uma visita à Cidade Universitária. Em seu discurso no Instituto de Cultura Hispânica, JK afirmou que tinha grande amor pela Península Ibérica, porque ali “se deu uma das mais belas flores da cultura ocidental”. O grupo seguiu para a Real Academia de Medicina, onde JK recebeu o título de doutor *honoris causa*. No discurso de aceitação do título, novamente reafirmou sua imagem de menino pobre, que estudou medicina somente por ter passado no concurso dos Correios. Um jornal espanhol, ao analisar os discursos pronunciados pelo presidente eleito, observou neles a difícil junção do mandato presidencial de Francisco de Paula Rodrigues Alves, de grande ativismo e modernização, mas também o de Artur Bernardes, que enfrentou uma crise econômica que o levou a implementar uma forte política deflacionista de corte de gastos e abandono de obras públicas. O jornal esperava que o aumento da inflação e da dívida externa levasse JK para o mesmo rumo<sup>295</sup>.

---

294 Kubitschek: 1976, 484; De Alves de Souza para Macedo Soares. Sem título e data; De Décio Moura para Macedo Soares. Visita do presidente Juscelino Kubitschek ao Vaticano. 22 de janeiro de 1956. Maço 42.500. AHI-BSB.

295 Homenajes oficiales y populares al presidente electo del Brasil, Dr. Kubitschek. ABC. 21 de janeiro de 1956.

O dia seguinte iniciou com uma visita à cidade de Toledo. Não puderam demorar, pois às 14 horas JK ofereceu um almoço a Franco. Foi para poucos convidados, mas Barbosa da Silva esteve presente. Pela tarde, os brasileiros seguiram para o Museu do Prado. Barbosa da Silva e Roberto Campos novamente trabalharam bastante, prestando assessoria ao presidente. Mesmo assim, tiveram tempo para assistir a uma autêntica dança flamenca. O jornalista Murilo Marroquim, que acompanhou o presidente em seu périplo, refletiu sobre o aspecto peculiar de JK: ele ainda estava em campanha eleitoral. O jornalista sabia que os impactos de curto prazo eram poucos, mas salientou serem as visitas sementes que deveriam ser cultivadas durante sua gestão. Em resumo, afirmou: a presença de JK “desperta confiança, o que é fenômeno inteiramente novo, recentemente, nas relações entre o Brasil e a Europa”<sup>296</sup>.

A última parada foi Portugal. Pobre, dominado por uma ditadura decrépita, atormentado pela crescente demanda de independência de seu império ultramarino, só por um esforço de imaginação poderia dizer-se que pertencia à Europa, como considerou Metternich. Para a comitiva, no entanto, a chegada ao país tinha “o sentido afetivo de uma visita familiar ao seu mais velho antepassado”. Até então, a viagem fora um sucesso, mas nada havia preparado o grupo para o que presenciaram em Portugal. Uma massa extasiada recebeu, às 9h33 do dia 22 de janeiro, o avião no aeroporto em Lisboa. O próprio presidente do Conselho de Ministros, Antônio de Oliveira Salazar, esteve presente. O grupo seguiu direto para o Palácio de Belém, em uma visita ao presidente da república, Francisco Craveiro Lopes. Lá, JK recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada – comenda restabelecida em 1808 por D. João VI ao chegar ao Brasil. Esse foi só o começo das honrarias recebidas. Os portugueses hospedaram JK no Palácio

---

296 Juscelino vence na Europa outra campanha eleitoral. *O Jornal*, 22 de janeiro de 1956.

de Queluz, onde D. Pedro I nasceu e morreu. Craveiro Lopes, no mesmo dia, fez questão de visitar o local para saber se estava tudo bem com Juscelino. Os brasileiros não tiveram descanso, pois, pela tarde, visitaram a representação do país na cidade e foram ao Estádio Nacional, onde acompanharam uma partida de futebol.

Na manhã do dia seguinte, os jornais de Lisboa amanheceram tomados com reportagens e relatos sobre a visita. Os brasileiros acordaram cedo e, pela manhã, visitaram rapidamente os arredores de Lisboa, Cascais e Estoril, além do Palácio de Sintra. Em todos os locais, JK foi aclamado pelo povo que acorria à sua passagem. Depois, a comitiva foi ao Mosteiro dos Jerônimos. Na rua, a polícia tentou isolar a multidão, mas um velho trabalhador rompeu o cerco e abraçou JK.

Às 12h30, o presidente eleito seguiu para a residência de Salazar. A conversa durou 45 minutos. O presidente eleito aproveitou, novamente, para apresentar o seu programa de governo: “Desejo abrir as portas do Brasil a todos os que revelarem disposição de inverter seus capitais no país. Trabalharemos em conjunto, de forma a retirar a economia brasileira do marasmo em que desde muito ela se encontra”. Um dos eventos que mais ficou na memória de Barbosa da Silva foi uma audiência dada por Salazar às 7h da manhã. Salazar ligou um aquecedor elétrico e colocou-o aos pés de JK, estendendo uma manta sobre os joelhos do brasileiro. Em determinado momento, Kubitschek questionou: “Presidente, Vossa Excelência é considerado o mago das finanças em Portugal. Agora estou assumindo a presidência do Brasil e enfrentarei problemas de inflação [...]. Que conselho o senhor me daria para resolver o problema lá?” Salazar titubeou. Não desejava responder. Após JK insistir, disse: “O que eu fiz aqui talvez possa lhe ser útil. Procuro equilibrar o orçamento; não gastar além da receita”. Seu jovem convidado, espantado, retorquiu: “Se eu seguir esse seu conselho, quanto tempo precisaria para sanear efetivamente

a economia e acabar com a inflação?” Salazar: “Bom. Para evitar choques, talvez cinco anos”. Juscelino deu uma gargalhada. “Presidente, mas com cinco anos o meu mandato acabou. Quer dizer, eu vou segurar e arrear o cavalo para meu sucessor montar? Eu preciso fazer o meu governo”<sup>297</sup>.

A estadia em Portugal foi uma das etapas mais prazerosas de toda a missão e o presidente eleito sempre lembraria com carinho os momentos que passou no país. Não foi uma oportunidade desperdiçada. JK saiu de Lisboa decidido a apoiar Portugal em sua política externa, para o desespero de vários jovens diplomatas que criticavam a enérgica oposição portuguesa à independência de seu Império Ultramarino. Juscelino fora capturado por esse elo afetivo, que se somaria à pressão da colônia portuguesa no Rio de Janeiro. O Brasil, segundo o presidente, faria de tudo para respeitar a “integridade de Portugal”<sup>298</sup>.

### Chegada

*The past is too sad a recollection and the future too sad  
a despair.*

Harold Nicolson

Quando Barbosa da Silva partiu do Brasil para fazer parte da comitiva do presidente eleito aos Estados Unidos e à Europa, muitos duvidavam do sucesso da viagem. A oposição insistia em não reconhecer os resultados das eleições; o país estava sob estado de sítio; e muitos militares, descontentes com a vitória de um candidato considerado populista e com uma postura dúbia

---

297 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; Campos: 1994, p. 291.

298 Guerra: 2005, p. 19-20; Kubitschek: 1976, p. 491; Horácio Bento. O novo presidente do Brasil. *Voz da Madeira*, 21 de janeiro de 1956.

com relação ao movimento comunista, ainda cogitavam romper o dispositivo de segurança criado pelo general Henrique Teixeira Lott para manter a transição do governo.

A viagem mudou sensivelmente esse quadro. Durante quase três semanas, JK foi recebido pelas maiores lideranças políticas do mundo ocidental. Tomara café da manhã com D. Eisenhower; visitara quatro rainhas; posara para fotos com Anthony Eden. Fora recebido com toda legitimidade presumida de um chefe de Estado. A missão teve uma repercussão muito maior do que inicialmente se cogitara, atingindo vários países não visitados. Isso decorreu de dois fatores. O primeiro é histórico. Visitas de chefes de Estado não eram corriqueiras. No caso brasileiro, eram mais raras ainda. Getúlio Vargas, que presidiu o país de outubro de 1930 a novembro de 1945 e de janeiro de 1951 até agosto de 1954, não se interessou por viagens ao hemisfério norte. Eurico Gaspar Dutra, presidente entre 1946 e 1950, pouco saiu do Brasil. Era natural, portanto, a curiosidade no exterior sobre o país. O segundo fator é tecnológico. A imprensa mundial já estava integrada desde a inauguração do telégrafo, no final do século XIX. Desde a década de 1930, contudo, inovações permitiram o fluxo de notícias em tempo real pelo rádio, além da transmissão de fotos. A integração das capitais mundiais por via aérea também permitiu maior rapidez no transporte de rolos de filme de notícias. Assim, quando a comitiva ainda estava na Europa, em todos os cinemas de Viena, fora do roteiro da viagem, exibiram-se, nos jornais cinematográficos, imagens de Juscelino. Em Madri, um correspondente do jornal paraguaio *Patria* descreveu com precisão o ambiente: “Su presencia [de JK] en Europa ha concitado la atención del mundo económico-financiero de este continente y indudablemente servirá para que muchos capitalistas y grandes industriales fijen su atención en aquel gran país Sudamericano”. O jornal *La Estrella*, de Valparaíso (Chile), em grandes manchetes pontificou: “Jugada maestra fue jira del

presidente electo de Brasil. Será difícil un movimiento militar contra él”. De Berna, Raul Bopp comunicou ter a viagem criado, na Suíça, um clima “altamente favorável para o futuro das nossas relações”<sup>299</sup>.

Se, no exterior, a viagem consolidara a imagem de Juscelino como estadista modernizador, e do Brasil, como país em ascensão, no Rio de Janeiro, seu mandato não estava mais ameaçado. Seu governo iniciaria sob uma onda de otimismo. Ainda durante essa *Blitz*, o jornal *Correio da Manhã* sentenciou: “nenhuma pessoa sensata neste país será capaz de por em dúvida o êxito da viagem que está realizando o sr. Juscelino Kubitschek”. Não foi surpreendente, portanto, a apoteótica chegada da Missão ao Brasil. No Galeão, a multidão rompeu o cordão de isolamento policial. Do aeroporto à Cinelândia um “inédito balé de mãos” celebrou o retorno da comitiva. JK, mesmo cansado e três quilos mais magro, enfrentou com denodo os dez oradores de um comício, inclusive um barbeiro (o mais aplaudido)<sup>300</sup>.

E qual foi o resultado prático da viagem? O relatório redigido por Edmundo afirmou que a visita “causou forte impressão entre os industriais e financistas que poderão estar interessados em participar na grande tarefa que a nova administração brasileira se propõe empreender”. Não era asserção hiperbólica comum em relatórios de tal natureza. A viagem fora crucial para assegurar as fontes financeiras que sustentariam o Plano de Metas. Já em fevereiro de 1956, o governo americano ofereceu um empréstimo de 35 milhões de dólares para a expansão da capacidade siderúrgica brasileira; em julho, liberou outros 151 milhões para melhoramentos na infraestrutura de transportes e para a construção da barragem de Três Marias. Também foi celebrado um

---

299 CT 6 da Embaixada do Brasil em Viena. 31 de janeiro de 1956. Maço 42.999. AHI-BSB; Aquí, Madrid... *Patria*, 29 de enero de 1956; Jugada maestra fue jira del presidente electo de Brasil. *La Estrella*, 27 de enero de 1956; De Raul Bopp para Macedo Soares. Viagem do presidente Kubitschek. Relações econômicas e financeiras entre o Brasil e a Suíça. Berna, 26 de janeiro de 1956. Maço 42.999. AHI-BSB.

300 Mala diplomática. *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1956.

acordo de expansão da importação de trigo dos EUA, que forneceu 85% do valor da compra do produto americano para o BNDE por um prazo de quarenta anos a juros baixíssimos e, depois, foram assegurados empréstimos do Eximbank, negociados por Lucas Lopes após a viagem de JK a Washington<sup>301</sup>.

A missão teve consequências mais amplas. Juscelino, apesar de ter estudado na França e ter sido governador de Minas Gerais, tinha pouca experiência internacional. Os vinte dias de peregrinação tiveram efeito educador sobre o presidente eleito. Ela demonstrou “a importância dos contatos com o mundo internacional” e “abriu horizontes internacionais que ele não tinha”, no dizer de Sette Câmara, um dos diplomatas que participaram do périplo. Muito dessa experiência decorreu dos repetidos *briefings* dados por Roberto Campos e Barbosa da Silva, além das dezenas de conversas informais que tiveram com JK. Obviamente, essa posição privilegiada elevou a percepção de que seriam atores centrais do novo governo. Alguns meses depois, por exemplo, ainda refletindo sobre a viagem, um jornalista afirmou:

*O homem mais importante deste governo é o cônsul [sic] Barbosa da Silva, que por sinal não tem nenhum posto no governo, mas viajou à Europa e aos Estados Unidos com o presidente. Tem um ar de rei da Inglaterra – e é apenas plantador de cana em Campos*<sup>302</sup>.

Essa dicotomia entre suas funções públicas e sua simplicidade sertaneja era prenunciada. O Itamaraty ainda permitia a compatibilização da vida funcional com atividades paralelas – da boemia de Vinicius de Moraes aos estudos econométricos de Dias Carneiro. Edmundo apreciava a vida rural e, mesmo nessa época

---

301 Relatório sobre a viagem do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente eleito da República. Janeiro de 1956. Maço 42.502. AHI-BSB; Lopes: 2006, p. 151.

302 Entrevista de José Sette Câmara Filho II. CPDOC. Rio de Janeiro, 4 de março de 1993. Fita 2B; *Careta*, n. 2.507, ano XLIX, 14 de julho de 1956.

conturbada, não olvidava de seus compromissos na Fazenda da Pedra. Ao mesmo tempo, era um amante da sociedade e seus refinamentos. Os aviamentos de seu *smoking* eram da Lesley and Roberts, George Street – *dogstooth tropical S.B. jacket suit*; seus sapatos, da Maxwell, em Albermale Street. Tal apuro era distinto da situação de seu amigo Roberto Campos, visto, na carreira, como um homem de mau gosto. Não sabia escolher uma boa gravata. Andava amarrotado, sem abandonar o jaquetão com os colarinhos redondos presos nas pontas por dois botões. Não podia haver contraste maior<sup>303</sup>.

Os dois colegas de turma, contudo, eram unidos pela criação de classe média, pelos métodos de trabalho e, sobretudo, pela convergência de opiniões sobre as necessidades de desenvolvimento brasileiro. Os dois eram próximos e, por anos, brincavam que abririam o Mato Grosso para o gado nelore criado na Fazenda da Pedra – Edmundo chegou a enviar alguns exemplares para parentes de Roberto Campos. Em janeiro de 1956, estavam extasiados pelo grande papel desempenhado junto ao presidente eleito. Esperavam, sobretudo, que Kubitschek orientasse o país pelos mesmos princípios que presidiram a convocação dos dois para a viagem: uma integração maior do Brasil na economia internacional, políticas fiscais e monetárias mais responsáveis e coragem para enfrentar as demandas equivocadas do amplo segmento autárquico – autodenominado de nacionalista. Os dois diplomatas ficariam repetidamente decepcionados nos próximos anos<sup>304</sup>.

---

303 Sonata patética do homem teimoso. *Manchete*, 28 de fevereiro de 1959.

304 Ver correspondência entre os diplomatas no acervo Barbosa da Silva.





*Assinatura de acordo comercial (1957).  
APEBS.*



## CAPÍTULO 8

### PEIXES VIVOS

#### A derrota na vitória

*Verá o mundo o que é o Brasil – um vaso de contradições,  
despropósitos e infâmias.*

José Bonifácio

Barbosa da Silva foi um dos convidados para a posse de JK, acompanhando o presidente nas várias atividades cerimoniais. A principal foi o jantar oferecido ao vice-presidente Richard Nixon. Na mesa, em forma de ferradura e decorada com rosas amarelas, havia uma atmosfera inebriante, especialmente após as bondosas e protocolares palavras do representante americano sobre o futuro brasileiro. Naquele ambiente festivo, atrás da fachada de cordialidade, travava-se verdadeira guerra sobre o espírito a guiar a administração JK.

O problema central era a situação econômica do país. O relaxamento dos controles das importações no início do governo Vargas ocasionou excessivo gasto não coberto por divisas e, sem lastro, os pagamentos das importações pararam, gerando milhões de dólares em atrasados comerciais. A consequência foi uma reforma cambial voltada para a restrição das importações. Pouco

tempo depois, o aumento do salário mínimo e os déficits fiscais criaram uma espiral inflacionária. Para finalizar o cenário caótico, depois de alcançar o pico em 1954, o preço do café, principal item da pauta exportadora brasileira, sofreu severo declínio, aprofundando o problema cambial. Barbosa da Silva foi um dos negociadores do sistema que possibilitou o reescalonamento da dívida e o estabelecimento do crédito exterior para o pagamento de novas importações, dando fôlego para a economia brasileira<sup>305</sup>.

Foram medidas paliativas. Era urgentemente necessário aprofundar o processo de reformas. Edmundo acreditou, em particular, que a política cambial dos anos anteriores se divorciara da realidade por ignorar a desvalorização do cruzeiro. Ela, dessa forma, “passou a representar um freio às exportações, ao mesmo tempo que subsidiava determinadas importações, sem que estas se processassem dentro de um programa econômico mais orgânico”. O diplomata foi entusiasta de uma reforma, pois daria “mais agressividade à política comercial do país” e reduziria a inflação, criando ambiente adequado para o investimento privado e garantindo o equilíbrio econômico de longo prazo necessário para a execução do Plano de Metas. Ele era, no entanto, minoria. Inexistia apoio público necessário para uma política anti-inflacionária no país<sup>306</sup>.

Como atestam as reportagens da imprensa especializada, o “Brain Trust” de JK, liderado por Barbosa da Silva, foi essencial para criar uma percepção positiva do presidente. Ao aliar-se a forças que propunham uma mudança do marco regulatório do petróleo, a reforma cambial e a modificação na lei de remessa de lucros, o presidente eleito apresentou ao mundo uma imagem

---

305 Brazil facing new currency crisis. *Financial Times*. August 12, 1954; International Monetary Fund. Report of staff visit to Brazil. May 21, 1954; From acting secretary to members of the Executive Board. Exchange system - Brazil. IMF/EBS/55/40. September 1, 1955.

306 International Monetary Fund. Report of staff visit to Brazil. May 21, 1954. IMF/SM/54/65; Estímulo aos investimentos estrangeiros. *Correio da Manhã*, 8 de fevereiro de 1956.

de atuação responsável para a atração de investimento. Aproveitando os momentos de conversa particular com ele, Barbosa da Silva e Campos tentaram convencê-lo a empreender essas reformas. A eles parecia que JK estava inclinado a tomar essa rota. Mas como os britânicos bem perceberam, Edmundo parecia, naquele momento, não estar ciente das reais intenções de Juscelino<sup>307</sup>.

Após a chegada, os dois diplomatas mais Lucas Lopes propuseram a desvalorização da moeda e o fim do regime de taxas múltiplas de câmbio. Com isso, o governo perderia grande fonte de receita – utilizada para subsidiar a importação de petróleo e trigo. Em decorrência da elevação futura de preços desses dois produtos, seria necessário conter a inflação. Em 17 de março de 1956, Barbosa da Silva e Roberto Campos passaram a noite estudando minuciosamente as consequências da reforma sobre o preço de certos produtos estratégicos, juntamente com técnicos do Conselho Nacional de Economia, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Logo depois, enfrentaram a reunião do núcleo econômico do governo, presidida por JK. No lado de Barbosa da Silva, estavam Lucas Lopes, Paulo Pooock Corrêa, Casimiro Ribeiro e Roberto Campos; do lado contrário, Otávio Paranaguá, José Maria Alkmin, Sebastião Paes de Almeida, Tancredo Neves e Inar de Figueiredo. Este grupo acabou sendo bem-sucedido em convencer JK de que a reforma cambial limitaria a política de investimento do governo, inviabilizando a execução do Plano de Metas. O presidente confidenciou: “Estou com as pernas amarradas. [...] Que governo vou fazer, se fico preso com as limitações de tal programa [de reforma cambial]?”<sup>308</sup>.

307 There's optimism in Brazil. *International Trader*. February 1956; Lloyd to Summercale. January 21, 1956. Report on the visit of the president-elect. AB 1051/35. NARA-UK. Essa foi a percepção de Sette Câmara também. Entrevista de José Sette Câmara Filho II. CPDOC. Rio de Janeiro, 4 de março de 1993. Fita 2B.

308 O governo e a crise cambial. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1956; Campos: 1994, p. 300-9; Lopes: 1991, p. 256; Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

A questão cambial iniciou uma série de problemas pessoais de Edmundo na nova administração. A proximidade com o poder chamou a atenção de críticos. O parlamentar Rafael Corrêa apresentou um requerimento ao Itamaraty com várias perguntas sobre Barbosa da Silva. Na opinião do parlamentar, era “estranhável [...] que um funcionário tenha o privilégio ou o ônus de fazer a sua carreira toda no Brasil exercendo quase que exclusivamente funções ligadas à discussão e exame de acordos e convênios que envolvem grandes interesses comerciais e econômicos”. Ele perguntou: “ou este funcionário é indispensável, o que representa uma grave acusação de incapacidade aos seus colegas de carreira, ou está sendo vítima de uma injustiça que não lhe permite de representar a sua pátria no estrangeiro”. Ao responder se Edmundo havia servido no exterior, Macedo Soares foi impreciso. Para os que compreendiam a realidade do Itamaraty, contudo, era nítido que a longa permanência no Brasil fora pesado sacrifício pessoal. Mas para críticos esse fato atípico sempre poderia ser apresentado como algo negativo<sup>309</sup>.

Aquela foi uma época em que o sistema de crença de cada indivíduo importava; uma era de pouco trânsito e flexibilidade. Tudo se traduzia em dicotomias: comunistas e capitalistas; liberais e intervencionistas. O parlamento fora infectado por tal clima. Lá, falava-se que o governo era “uma ilha cercada de entreguistas e golpistas por todos os lados”. Na burocracia, condenavam-se “os brasileiros que por venalidade, inépcia ou timidez” não defendiam de forma adequada os “interesses fundamentais do país”. Nesse ambiente, Barbosa da Silva enfrentou a sanha dos que se autodenominavam nacionalistas. Seria particularmente atingido nos temas dos acordos do trigo, da questão nuclear e

---

309 Grave ameaça pesa realmente sobre nossas riquezas minerais básicas. *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1956; De Macedo Soares para Divonsir Cortes. Requerimento de informação. Senhor E. P. Barbosa da Silva. 4 de julho de 1956. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB; Desafio de deputado às verdadeiras convicções do Ministro da Guerra. *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1956.

das negociações financeiras emergenciais realizadas no final da década de 1950 e no início da década de 1960. N’O *Semanário*, por exemplo, era chamado de “entreguista de borda e capelo”. Seu amigo Roberto Campos foi um dos mais vocais críticos desse tipo de retórica: “Entreguista é um vocábulo de mesquinha intolerância, usado por aqueles que não sabem divergir sem acusar, e que procuram esconder a fraqueza dos argumentos, recorrendo àquilo que Jeremy Bentham chamou de ‘personalismo injurioso’”. Campos alcunharia esses grupos de técnicos em investimentos eleitorais, poupadores perdulários, trabalhistas desempregadores, emancipacionistas escravizados, intervencionistas deficitários, leões-de-chácara de minérios e encantadores da serpente inflacionária. Repetidamente, as ações de Barbosa da Silva, seu pensamento e até sua palavra foram deturpados por esse grupo. A *Imprensa Popular*, por exemplo, afirmou que Edmundo defendia “o monopólio ianque” sobre o comércio exterior brasileiro. Nada mais equivocado. A viagem realizada no início do ano com JK pela Europa buscou, entre outras coisas, a diversificação de fontes de investimento e de destino das exportações brasileiras. Seu trabalho, juntamente com a Cepal, também apontava para a América Latina como potencial fonte de escoamento dos produtos brasileiros. Barbosa da Silva era, também, um dos únicos no Itamaraty a refletir sobre a possibilidade de expandir o comércio brasileiro para a União Soviética<sup>310</sup>.

As diferenças não eram de fins; todos eram, de sua forma, nacionalistas. O que os dividiam radicalmente era o diagnóstico dos problemas e as sugestões de meios para superá-los. Um bom exemplo era o problema inflacionário. Personalidades influentes, como Humberto Bastos, viam-na com desdém: “O medo da

310 O hipopótamo de Troia da Rua Larga. O *Semanário*, n. 93, ano III, 1958; Coluna de José Mauro. O *Semanário*, 3 a 10 de janeiro de 1957; Sonata patética do homem teimoso. *Manchete*, 28 de fevereiro de 1959; Campos: 1966, p. 73; Total controle do nosso comércio pelos ianques. *Imprensa Popular*, 29 de agosto de 1956; CPI-Nuclear. Sessão de 5 de junho de 1956. CEDI-CD.

inflação é um complexo colonial”, pois “o progresso [vem] através da inflação”. Juscelino, durante a viagem, várias vezes sinalizou ser essa sua crença pessoal. Como ficaria cada vez mais claro, “era um inflacionista convicto”. Não tinha prurido em mergulhar no bacanal da emissão monetária. Para ele, a melhor estratégia econômica, do ponto de vista político, seria a que redundava em benefícios tangíveis. Era difícil contradizer tal objetivo. Mas havia um lado sutil, porém essencial, obscurecido por essa máxima. Os benefícios inflacionários tinham uma temporalidade. A inflação, no caso brasileiro, como Barbosa da Silva argumentava, tendia a corroer os benefícios de curto prazo ao gerar estrangulamentos cambiais. Isso a tornava um dos problemas centrais que o país deveria enfrentar – “aconselho, pois, uma política econômica cautelosa, que não vise apenas o lucro imediato [advindo da inflação], que parece tão fácil, baseado nos ganhos iniciais, mas ilusórios”. O industrial e poeta Augusto Frederico Schmidt, ao ler as palavras de Edmundo, disse, em sua coluna, no jornal *Correio da Manhã*, que o diplomata dava-se “ao luxo de ter bom senso, de não falar o que os outros pensam que pensam, mas só dizer o que ele próprio meditou maduramente, o que sua experiência lhe ensinou”. Sua posição era de “inconformismo [...] diante da má orientação de nossa política econômica com seus reflexos fatais de desequilíbrio interno e externo”<sup>311</sup>.

Outro aspecto era as categorias imprecisas do nacionalismo econômico, como a luta contra “a exploração imperialista” e o “domínio dos trustes estrangeiros”. Até o futuro presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, defendeu a tese de que a primeira etapa da expansão imperialista era o controle do

---

311 Bastos: 1951, p. 25; Couto: 2011, p. 155. Ver, acima, os relatos dos pronunciamentos feitos por JK em Nova Iorque e Washington na viagem de janeiro de 1956. Histórica encruzilhada da economia brasileira. O *Globo*, 1º de dezembro de 1955; O Itamaraty e os problemas do intercâmbio do exterior. *Jornal do Commercio*, 1º de janeiro de 1956; Augusto Frederico Schmidt. O difícil senso comum. *Correio da Manhã*, 4 de dezembro de 1955.

capital estrangeiro sobre alimentos, meios de transporte e fontes de energia e minerais – daí a necessidade de restringi-lo nesses setores. Barbosa da Silva, nesse contexto, viveu em atmosfera de constante frustração. Parecia que o próprio enquadramento mental e as crenças sobre o mundo de muitos contemporâneos estavam irremediavelmente dissociados da realidade. Era uma situação em que não adiantavam evidências; o necessário era nada menos do que uma completa reeducação de uma geração de decisores, políticos, jornalistas e servidores públicos. E na área do petróleo esse entrelaço era explícito. A campanha de difamação foi um dos eventos ao mesmo tempo mais trágicos e esquecidos da história nacional. Brasileiros extremamente probos e trabalhadores foram apresentados para a opinião pública como uma escória que se vendia para interesses estrangeiros. Isso pode ser visto, por exemplo, na campanha desencadeada por Monteiro Lobato contra o Departamento de Produção Mineral. Ele acusou seus servidores de estarem vendidos à Standard Oil “para não descobrir petróleo no Brasil”. Foi instaurado um tribunal para julgar a “idoneidade moral e técnica” dos servidores<sup>312</sup>.

Em um país que usava mais de um terço de suas receitas cambiais com a importação de combustível, era um ato de má fé, ignorância ou incompetência impossibilitar, com todo cuidado e regulação possível, a entrada de investimento externo neste setor. A posição de JK, nesse particular, foi extremamente negativa. Em viagem a Manaus, em janeiro de 1957, afirmou que as reservas de petróleo ali eram as maiores do mundo. Essa riqueza seria muito cobiçada, daí a necessidade de guardar o monopólio do petróleo. Edmundo não era por princípio contra o monopólio da exploração petróleo por uma empresa nacional. Essa poderia ser uma opção. O que deveria ser feito, na sua visão, era um cálculo de ganhos

---

312 O *Semanário*, ano VI, n. 253; Andrade: 1958, p. 9-10; CPI-Nuclear. Sessão de 26 de abril de 1956. CEDI-CD.

e perdas, abandonando campanhas demagógicas e principistas. Conhecedor da situação econômica nacional de carência absoluta de capital e técnicos e do pulsante mercado de capital internacional, seria equivocado não pensar seriamente no assunto.

Ele sabia que uma das formas para atrair essas empresas era certamente ter um sistema de regras domésticas previsível e que desse a elas lucro adequado. A questão, então, era calcular os ganhos que os brasileiros obteriam em termos de folga de moeda escassa, aumento de receita fiscal e elevação da capacidade técnica. Na opinião dele, existindo o marco regulatório adequado, os benefícios eram muito elevados. As receitas fiscais provenientes do setor poderiam, em pouco tempo, ser usadas em hospitais, dragagens, estradas de ferro e escolas. A “independência” da política do petróleo, portanto, era enganosa, pois o país estaria mais pobre e impossibilitado de ter divisas para adquirir bens de capital tão necessários para o próprio processo de industrialização defendido pelos nacionalistas. Mais benevolente que Roberto Campos, Barbosa da Silva compreendia que as ideias dos opositores “frequentemente traduzem impulsos honestos, embora ingênuos, de autoconservação”. Elas, contudo, eram “visões paroquiais [...] nutridas por simples egoísmos nacionais”; “no longo prazo, se [revelavam] contrárias ao próprio bem-estar e segurança do país”<sup>313</sup>.

Outro traço do grupo nacionalista era o voluntarismo. Nem JK era poupado desse mal, em seu otimismo excessivo, perigoso e populista. Em outubro de 1956, em uma reunião com sua equipe econômica, afirmou que o país seria autossuficiente em trigo em 5 anos. É possível imaginar a incredulidade de Edmundo ao escutar

---

313 O petróleo da Venezuela e o Brasil. *Jornal do Commercio*, 30 de dezembro de 1955; citação final de carta de Barbosa da Silva a Luiz Felipe Lampreia. A fonte é de quatro décadas depois, mas provavelmente com base nessa marcante experiência. De Barbosa da Silva para Luiz Felipe Lampreia. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1996. APEBS.

tal prognóstico no Palácio do Catete<sup>314</sup>. O pensamento de Roberto Campos, convergente com o de Barbosa da Silva, é oportuno para compreender essa guerra de ideias. Segundo Campos:

*Concordemos em que nacionalismo não é proteger a ineficiência de alguns empresários nacionais através de crédito subvencionado, excessivo protecionismo ou privilégios vários que os dispensam de modernizarem sua técnica e apurarem sua administração. Concordemos em que nacionalismo não é facilitar a criação de monopólios privados, protegidos contra a concorrência e livres para sacrificar o consumidor. Concordemos, finalmente, em que não é nacionalismo a atitude de odiar estrangeiros e transferir-lhes a culpa de todos os nossos males, em lugar de buscarmos a eficácia dos investimentos, quer internos quer externos; em lugar de amar nosso próprio país e desenvolvermos suas virtudes*<sup>315</sup>.

Para o diplomata-economista:

*O caso brasileiro tipifica, sob vários aspectos, uma atitude frequente nos países subdesenvolvidos. Ao invés de atribuírmos a nossa pobreza à estrutura desequilibrada de recursos naturais, à insuficiente herança tecnológica que recebemos, ao hedonismo das elites dirigentes, à carência de instituições estimuladoras da poupança, etc., é mais simples conjurar, à guisa de explicação, bichos, demônios e fantasmas, trustes e potências imperialistas*<sup>316</sup>.

Em uma carta a JK, anos depois, complementou:

---

314 Brasil se bastará de trigo em 5 anos: diz JK confiante. *Diário Carioca*, 18 de outubro de 1956.

315 Campos: 1965, p. 45.

316 Sonata patética do homem teimoso. *Manchete*, 28 de fevereiro de 1959.

*O desenvolvimento econômico é essencialmente uma tarefa de modernização da sociedade e adoção de técnicas racionais de produção e de programação financeira, que não se compadecem com modalidades emocionais de nacionalismo, baseadas num alto grau de irracionalidade através do qual se confunde o desejo com a realidade e a aspiração com o desempenho*<sup>317</sup>.

Isso refletia-se, igualmente, nas relações bilaterais: “o falso nacionalismo brasileiro se confunde com o ódio cego aos Estados Unidos, como se os verdadeiros interesses do Brasil estivessem, matematicamente, na razão direta dos prejuízos que pudéssemos causar ao grande país do norte”. Futuramente, não perdoaria JK. Diria que o mineiro era um “requintado mestre na arte de colher aplausos e fugir à responsabilidade, com o óbvio resultado de se agravar *ad infinitum* a covardia burocrática dos subordinados”. Campos soube bem o que foi isso, pois viveu, nos anos seguintes, sob uma esquizofrenia funcional. Internamente, estava em conflito com a leniência do presidente em aceitar investimento estrangeiro em setores estratégicos e avaliar qualquer programa de controle da inflação. Por outro lado, atuaria para contornar as fragilidades financeiras por intermédio de empréstimos junto a bancas internacionais. Campos, em especial, confessaria anos depois: “Vi-me na esquisita posição de defender no exterior políticas que acerbamente combatera intramuros”<sup>318</sup>.

Barbosa da Silva tinha opiniões semelhantes. Em 1955, planejando a obra que deveria ser feita para resgatar o processo de desenvolvimento do país, declarou:

---

317 De Roberto Campos para Juscelino Kubitschek. Washington, 6 de dezembro de 1962. Confidencial. Dr. Raúl Prebisch, 1901-1986: archivo de trabajo. Volume 4.

318 Campos: 1964, p. 1; Campos: 1966, p. 15, 37 e 87.

*enquanto não se resolver entre nós o problema do petróleo e não se propiciar um clima de maior estabilidade, capaz de atrair capitais estrangeiros, para suplementar o desenvolvimento nacional, será da receita das exportações brasileiras que teremos de lançar mão para fazer face aos investimentos de que necessitamos.*

A visão econômica de Edmundo era que a economia real era constrangida e moldada sempre por um arcabouço de regras. Quando inadequadas, deveriam ser reformadas o mais rápido possível. Isso, contudo, era politicamente custoso, na maior parte dos casos, o que levava muitos governantes a simplesmente adiarem-na. Essa situação acabava reduzindo lentamente a resistência da população à inevitável mudança, mas a espera, na opinião de Edmundo, debilitava o tecido social e econômico de tal forma que tornava o processo de correção de rumos ainda mais doloroso. Não havia soluções instantâneas e fáceis aos problemas brasileiros – e a falta do reconhecimento dessa realidade já demonstrava como o país estava pouco preparado para os desafios da vida contemporânea<sup>319</sup>.

Ele foi avesso ao populismo histórico que via no setor externo a ameaça para o desenvolvimento do país. Sabia ser impossível o avanço do país em ritmo adequado ao seu crescimento populacional sem a ajuda do capital estrangeiro. Do lado comercial, se, até o início da década de 1950, abraçou a causa da industrialização pela substituição de importações, anos depois, já identificava grandes distorções na economia decorrentes de tal política. Ao observar a história do país, o diplomata identificou um padrão recorrente: toda vez que os fluxos de capital público e privado estrangeiros diminuía, havia o agravamento dos problemas econômicos do país:

---

319 O *Observador Econômico e Financeiro*, vol. XX, n. 234, agosto de 1955; Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

*Os males que nos tem causado o nacionalismo exagerado, cego, podem ser compulsados não só na história, mas na própria conjuntura atual. Considero a utilização de capitais estrangeiros, duplamente vital: primeiro, para o funcionamento de iniciativas essenciais a um país em crescimento e, segundo, para cobrir os gastos com a importação de produtos, também essenciais.*

O capital estrangeiro ainda ajudaria na “estabilização da taxa de câmbio, possibilitando transações comerciais em condições de igualdade com os demais países”<sup>320</sup>.

Barbosa da Silva foi admirador de JK e do Programa de Metas. Mesmo assim, anos depois, confessou que a iniciativa fora desordenada. Também criticou o presidente por não querer “acreditar nas leis da economia” e por colocar seus objetivos políticos imediatistas acima de tudo. Em sua entrevista ao CPDOC, deu o exemplo da construção de Brasília. A decisão de criar a cidade teria carecido de estimativa de seu custo e de sua manutenção. Tanto o presidente quanto seus admiradores só falavam nos benefícios da nova capital. O diplomata concordava com os benefícios da interiorização da capital – o Brasil tornava-se mais continental e adquiria “uma visão mais íntima do interior menos desenvolvido”. Para ele, contudo, “o mesmo objetivo poderia ser alcançado com menos gastos”, de forma que outras iniciativas com efeito multiplicador maior sobre a sociedade, como a educação, não tivessem sido sacrificadas<sup>321</sup>.

---

320 O *Observador Econômico e Financeiro*, vol. XXI, n. 243, maio de 1956; Augusto Frederico Schmidt. O difícil senso comum. *Correio da Manhã*, 4 de dezembro de 1955.

321 Entrevista do Embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

## Problema Nuclear

*Ideology knows the answer before the question has been asked.*

George Packer

Poucos domínios da ação governamental são tão incertos como a política externa. Impossível ter a certeza sobre resultantes; vive-se somente com a expressão da intenção, guiada por uma constelação nebulosa de interesses e valores. Talvez por essa característica, busca-se incessantemente a previsibilidade em conciliábulos conduzidos na discreta composição de interesses. Raramente essa situação é perturbada. Após a posse de JK, contudo, a calma do velho palácio na rua Larga foi sacudida por um choque que colocou Barbosa da Silva no epicentro de uma grande crise. O jornalista Carlos Lacerda, veterano do diplomata na faculdade de Direito, lançou uma bomba: o Brasil, sob a tutela de JK, exportara ilegalmente areias monazíticas para os Estados Unidos. A denúncia teve grande repercussão. Lacerda era do grupo inconformado com a eleição de Juscelino e tentou vincular o novo governo à crise. Isso foi feito pela identificação da empresa Orquima como responsável pelo embarque. A firma tinha, entre seus controladores, o poeta e industrial Augusto Frederico Schmidt, amigo de Juscelino. Mas o caso também foi aproveitado pelos nacionalistas, especialmente pelo grupo aliado do poder após o suicídio de Getúlio Vargas. A repercussão na área diplomática foi intensa. O caso ajudaria a definir não só o perfil da inserção internacional do país como o modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar.

A questão nuclear começou a ser relevante na Segunda Guerra Mundial. Com o avanço da tecnologia, o governo americano buscou materiais primários úteis para o desenvolvimento do

setor. O primeiro acordo para a venda de areias monazíticas com o Brasil foi celebrado em 9 de julho de 1945. Toda a negociação foi conduzida longe dos canais diplomáticos ordinários e sua execução, sob interpretações dúbias do tratado – características que perduraram nos anos seguintes. Muitos seriam, no futuro, críticos desse tipo de arranjo como política de longo prazo. Um dos principais foi o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva. Sua atuação profissional desdobrou-se em vários níveis. Na área acadêmica, fora professor na Escola Naval e, posteriormente, atuou na Academia Brasileira de Ciências; no setor empresarial, comercializou um explosivo que ele próprio criou; no governo, participou de diversos comitês e conselhos na área de segurança nacional. Em 1925, recebeu Einstein no Brasil; dez anos depois, promoveu a vinda do físico Enrico Fermi. Foi, por fim, o representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da ONU<sup>322</sup>.

Em 17 de abril de 1951, sob sua liderança, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A lei que o instituiu continha em si os objetivos contraditórios do período. Por um lado, desejava estimular atividades de pesquisa e industrialização de materiais atômicos; por outro, proibiu a venda a particulares, a despeito de não haver mercado interno para o produto. Ela formalizou a tese de que a venda governo a governo de areias monazíticas deveria ter como contrapartida a compra de sais minerais produzidos pelo complexo industrial doméstico. Ademais, dever-se-ia conseguir, em troca da exportação, assistência técnica e equipamento para um reator brasileiro à base de tório. Como alternativa, poder-se-ia receber assistência para melhorar o sistema de refino da monazita – essas eram as chamadas “compensações específicas”. Barbosa da Silva foi selecionado como representante do Itamaraty no CNPq. A escolha era lógica. O diplomata, desde 1943, tinha amplo

---

322 Cabral: 1986, p. 259; Helmreich: 1986, p. 59, 161; Pereira: 2013, p. 30. Sobre Álvaro Alberto no tema nuclear, Patti: 2012, p. 26-40.

conhecimento da comunidade americana que atuava na cooperação bilateral com o Brasil. Além disso, o deslocamento do assunto para o Departamento Econômico indicava o uso do tema como via de cooperação bilateral para o desenvolvimento<sup>323</sup>.

O Brasil enfrentava grandes desafios, pois havia, naquela época, um só comprador para certos produtos minerais – o governo americano. A Comissão de Energia Atômica deste país, por sua vez, tinha diretrizes severas, principalmente na fixação do preço de compra. Esse marco regulatório chocava-se com as expectativas de Álvaro Alberto e do CNPq de implementar o sistema de compensações específicas. Mas funcionários do governo americano davam a entender que as restrições poderiam ser flexibilizadas. Um deles foi Gordon Dean, o presidente da Comissão de Energia americana entre 1950 e 1953. Quando esteve no Brasil, em novembro de 1951, Álvaro Alberto, acompanhado por Barbosa da Silva, escutou que se os brasileiros vendessem seu urânio para os americanos, “o resto viria”, inclusive um ciclotron fabricado pela General Electric<sup>324</sup>.

Edmundo, nessa época, foi um dos principais interlocutores brasileiros nas negociações com o governo americano. Sua atuação desdobrou-se dentro da disputa pelos rumos da política nuclear. Era uma tarefa delicada, pois à tese de compensações específicas proposta por Álvaro Alberto contrapunha-se a do ministro das Relações Exteriores, Neves da Fontoura, de compensações econômicas, abrangendo os projetos de financiamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Fontoura acabaria vitorioso no início

---

323 CPI-Nuclear. Sessão de 13 de junho de 1956. CEDI-CD.

324 A URSS estava na órbita socialista e o Reino Unido satisfazia seu consumo com a oferta da Commonwealth. Memo de Octavio Rainho para Corrêa do Lago. Agências Internacional de Energia Atômica: instruções para a delegação brasileira ao Comitê de Negociações para elaboração de um projeto de estatuto. Confidencial. 10 de fevereiro de 1956. Memos confidenciais de 1956. AHI-BSB; De Álvaro Alberto para Ernani Amaral Peixoto. 25 de maio de 1953. Secreto. EAP 1956.06.27 emb; Cabral: 1986, p. 288.

do segundo governo Vargas. O país venderia seu minério atômico aos EUA sem a realização imediata das compensações específicas. A posição foi acatada por Álvaro Alberto e outros membros do CNPq em dezembro de 1951. As resoluções dadas pelo Conselho Deliberativo do CNPq permitiram ao Itamaraty negociar “a fim de criar uma atmosfera de boa vontade com o governo americano”, mas sem abandonar as “reivindicações”, que esperariam “ocasião oportuna”. Após a negociação do acordo com os americanos, na reunião do Conselho de Segurança Nacional, Vargas deu a palavra para quem quisesse se pronunciar. Não se esboçou objeção. O objetivo, naquele momento, “era obter o máximo de apoio financeiro para a obra de desenvolvimento econômico”. O acordo foi sacramentado em fevereiro de 1952. A justificativa para a distância entre os princípios que regeram a criação do CNPq e a decisão final do governo estava no contexto internacional da época, em especial a Guerra da Coréia. Alguns membros do governo, como o general Góes Monteiro, defenderam que o Brasil poderia ser chamado a enviar tropas para a batalha, e que o “fornecimento de materiais críticos” poderia ser uma forma de escapar de contribuições mais demandantes. Edmundo não concordaria, no futuro, com tal versão. Ele afirmou que o fator mais relevante na explicação da decisão foi a possibilidade de “um programa de cooperação”<sup>325</sup>.

Como medida complementar ao acordo, Neves da Fontoura, assessorado por Barbosa da Silva, conseguiu de Vargas a aprovação

---

325 Para citar apenas as mais relevantes, convém considerar que Barbosa da Silva participou das negociações dos acordos sobre exportação de minerais atômicos de 21 de fevereiro de 1952, sobre exportação de minerais atômicos de 20 de agosto de 1954 e de cooperação sobre usos pacíficos de energia atômica de 3 de agosto de 1955 – todos com os EUA. Cabral: 1986, p. 282; Fontoura: 1957, p. 120 e 126-127; Resolução do Conselho Deliberativo do CNPq, 3 de dezembro de 1951. Secreto; Resolução de 3 de dezembro de 1951 do Conselho Nacional de Pesquisas. Secreto; De Dubois para Álvaro Alberto. 28 de fevereiro de 1952. Confidencial. AAA. Grifo no original; CPI-Nuclear. Sessão de 23 de maio e 14 de agosto de 1956; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; Getúlio preferiu vender tório a derramar sangue brasileiro na Coréia. *Gazeta de Notícias*, 25 de maio de 1956; CPI-Nuclear. Sessão de 14 de agosto de 1956; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

para criar a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, instância vinculada ao Departamento Econômico do Itamaraty e administrada por Edmundo. Tinha a função de supervisionar a venda de material estratégico ao exterior – e ser um mecanismo para barrar as exportações, caso não fossem conseguidas as contrapartidas econômicas do governo americano. Em oito meses, ela reuniu-se dezoito vezes para definir a política de exportação e industrialização de minérios, responder a questionamentos do Congresso Nacional, examinar contratos e licenças de exportação e criar uma política de industrialização de minerais estratégicos no país. Segundo Barbosa da Silva, a medida “traduzia [...] a tradicional preocupação do Itamaraty no sentido de cercar com o máximo de prudência e controle a exportação de materiais suscetíveis de aproveitamento nuclear”. Vários parlamentares, em 1956, viram tal medida como direcionada para o enfraquecimento do CNPq, mas até o almirante Álvaro Alberto confessou não ter o Conselho como atuar na comercialização do material. Tampouco o Itamaraty teria função executiva sobre o processo. O sistema de exportação dos minerais funcionaria sob uma impressionante rede burocrática. O ministro da fazenda determinava o licenciamento prévio pela Cexim. Esta instituição, do Banco do Brasil, só concedia a autorização após o aval do Ministério da Agricultura, que por sua vez só o fazia após audiência do Conselho de Segurança Nacional. Diante de tal ritual, a celebração dos contratos com os americanos ocorreu somente em dezembro de 1952 – quase um ano após o acordo. Enquanto isso, a indústria nacional, encorajada pelo governo a instalar-se e a expandir-se, mantinha abundantes estoques, sofria com a falta de previsibilidade jurídica e, pela legislação, via-se impedida de exportar<sup>326</sup>.

---

326 Relatório, Divisão Econômica. 1952. Divisão Econômica. Informações e relatórios. 1953. AHI-RJ; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; Notas taquigráficas da reunião da Comissão de Estudos para a Reestruturação do Serviço do Ministério, realizada em 21 de setembro de 1956. Comissão de Reforma do MRE 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

Barbosa da Silva fora ator privilegiado de todo esse processo, equilibrando a viabilização das compensações com a necessidade de garantir a sobrevivência da indústria nascente local. Em fevereiro de 1952, por exemplo, defendeu a retenção do embarque de tório como forma de ajudar nas negociações bilaterais por compensação, quando estas estavam em situação delicada. Sua ação, no entanto, não surtiu efeito. Os americanos adquiriram imediatamente todo o tório previsto pelo contrato de três anos e, depois, recusaram-se a adquirir o resto dos produtos previstos no acordo. Isso implicou prejuízo à indústria brasileira. Para Barbosa da Silva, se a produção não fosse escoada por intermédio das exportações, o CNPq ficaria “na contingência de ter de adquirir esses produtos ou ver fechar-se essa indústria”. Era o argumento de outros especialistas. Segundo um desses, seria muito custoso simplesmente interromper as atividades e perder todo o conhecimento já adquirido. “Uma pequena exportação é preferível ao fechamento da fábrica”.

Assim que comunicado, em agosto de 1953, da interpretação do acordo pelos americanos, que se desobrigavam de seus compromissos, Edmundo levou a questão ao CNPq. Havia dois cursos de ação possíveis: exigir o cumprimento do contrato ou tomar outras providências. Na oportunidade, decidiu-se demandar o cumprimento. A atuação do Itamaraty foi intensa, mas não ocasionou resultados positivos em decorrência das interpretações antagônicas sobre os textos legais. O maior apoio brasileiro em Washington era o Departamento de Estado, mas este enfrentou obstáculos de outras instâncias governamentais. Como forma de realizar os interesses brasileiros, os diplomatas americanos propuseram a assinatura de novo instrumento bilateral. Edmundo, em particular, acreditou que,

*mais importante do que ter nossa tese vencedora após longa polêmica jurídica entre os dois países e possivelmente até num foro internacional era, sem dúvida, chegar-se à solução realista que, permitindo reviver o acordo de 1952, facultasse a sobrevivência da indústria nacional, que se havia preparado, como lhe cabia, para dar pleno cumprimento ao acordo de 1952*<sup>327</sup>.

O Itamaraty, contudo, não tinha competência para decidir a questão. Foi por isso que, em reunião, no âmbito do CNPq, o diplomata perguntou se, diante do não recebimento das compensações, o Brasil deveria negociar novo acordo. Ao final, prevaleceu, por parte do CNPq, o apoio à proposta. Foi assim que se adotou a posição de não “levar à parede o governo americano para admitir uma coisa que ele se recusava a admitir e que não levava a nenhum resultado prático”. A justificativa, dada por Edmundo, era que, não podendo o Conselho adquirir a produção estagnada no país, a não exportação afetaria a existência do complexo industrial. Nesse momento, convergiam as opiniões do Itamaraty e de Álvaro Alberto sobre a cooperação bilateral. Segundo o almirante, era “justo e razoável procurar as condições de reciprocidade, dentro das quais possamos nos valer da ajuda americana, oferecendo-lhe aquilo que equitativamente estejamos habilitados a prover”. Se, de um lado, poder-se-iam ter visões distintas sobre a delimitação do que o país poderia oferecer, por outro, o almirante sabia que a ajuda não seria implementada naquele instante – “Está claro que tal plano é, por sua mesma natureza, um plano a longo termo e não seria razoável imaginar que pretendêssemos realizá-lo em bloco e imediatamente”<sup>328</sup>.

327 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

328 Memo de Barbosa da Silva para Moreira da Silva. Fornecimento de monazita aos Estados Unidos da América. Confidencial. 15 de fevereiro de 1952. Memos confidenciais de 1953. AHI-BSB;

As negociações logo começaram e, em maio de 1954, Barbosa da Silva esteve, em Washington, no Departamento de Estado, com representantes da Comissão de Energia Atômica (CEA). Ele demandou um regime de intercâmbio de informações entre o CNPQ e a CEA no campo nuclear. Após as tratativas, conseguiu da CEA maior exposição dos técnicos brasileiros aos “aspectos técnicos, científicos e econômicos” do tema. Edmundo, na oportunidade, também trabalhou na definição de uma arquitetura global para a colaboração na área nuclear entre os dois países. Ele admitiu a possibilidade de levar ao governo brasileiro a proposta de exploração dos “excedentes uraníferos” do país, mas fez questão de excluir de antemão “a ideia de monopólio ou interferência com a decisão soberana do governo brasileiro na formulação e execução de sua política atômica; preços, fixação do conceito de excedentes; e grau de industrialização dos materiais a serem fornecidos”<sup>329</sup>. Poucas semanas depois, na reunião da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, o diplomata relatou a nova proposta de Washington. Ela envolveria dois acordos. Um era a venda de minerais, entregues em dois anos; outro, a compra de 100 mil toneladas de trigo pelo Brasil, entregues imediatamente. De onde surgira essa barganha?

No início da década de 1950, o Brasil dependia da Argentina para importar trigo, mas em decorrência de dificuldades de oferta desse país, os brasileiros deparavam-se, em 1954, com uma série crise alimentar. A dificuldade fez com que a diplomacia brasileira fosse acionada. Conseguiu-se, junto ao governo canadense, 200 mil toneladas de trigo, além de um crédito do Eximbank para obter 150 mil toneladas nos EUA. Faltavam, assim, 100 mil toneladas

---

Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD. Ver, também, Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; De Álvaro Alberto para Walther Moreira Salles. Relatório apresentado à Embaixada em Washington a 25 de maio de 1953. Secreto. AAA.

329 De João Carlos Moniz para Itamaraty. Confidencial. Washington, D.C. 15 de maio de 1954. AAA. Sobre a cooperação bilateral, ver páginas 4 a 6 do excelente artigo de Carlo Patti (Patti: 2015).

para atender as condições mínimas de consumo doméstico. Os americanos, então, propuseram duas operações. Na primeira, vendiam 100 mil toneladas de trigo; na segunda, o Brasil vendia 5 mil toneladas de monazita bruta, 5 mil toneladas de sais de terras raras e 230 toneladas de óxido de tório. A monazita bruta e os sais de terras raras referiam-se praticamente à quantidade prevista no acordo de 1952, mas não honrada pelo governo americano. Apesar de parecer uma permuta, havia dois instrumentos independentes e operações distintas. Primeiro, era vendido o trigo e abria-se um crédito, “em conta gráfica”; depois, o Brasil vendia, ao preço acordado pelas duas partes, os sais de tório e de terras raras. As duas operações, para Edmundo, eram tão independentes que a do trigo foi executada imediatamente. Fora isso, o ajuste previu o pagamento integral do trigo em dólares, caso o Brasil não desejasse exportar minerais<sup>330</sup>. Apesar de a legislação exigir compensações específicas mais sofisticadas, o Brasil conseguiu técnicos pagos pelo governo americano (geofísicos e mineralogistas), além do material “adequado para descobrir, estimar e avaliar os recursos uraníferos do Brasil”<sup>331</sup>.

Mesmo assim, Álvaro Alberto demandou “vantagens mais positivas e não puramente comerciais”, recomendando o cancelamento do ajuste. O governo, neste caso, deveria pagar, em dólares, o valor do trigo. O almirante não indicou de onde sairiam os dólares para tal pagamento, tampouco considerava o que fazer – e quem arcaria com os custos – do tório e das terras raras não exportados. O Itamaraty, nesse momento, decidiu agir, pois o país não poderia abandonar os acordos sem incorrer em sérios prejuízos. Após duas reuniões realizadas em 1955, um representante do CNPq confessou que “o acordo de 1954 já se encontrava perfeitamente consumado”. Novamente, todas as instâncias relevantes do

---

330 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

331 Oliveira: 1968, p. 153.

governo foram consultadas. Álvaro Alberto estava em Nova Iorque. Convém salientar que, mesmo estando fora do Brasil, foi informado sobre o que ocorria no Conselho Deliberativo pelos seus substitutos e assessores e, pouco tempo depois, Barbosa da Silva encaminhou para ele o contrato para a venda de minerais e o de compra de trigo. Ele estava igualmente a par de toda a situação enfrentada pela empresa Orquima, assim como da solicitação do governo americano de receber trezentas toneladas de tório acima do contrato celebrado em agosto de 1954. Futuramente, vários militares tentaram afastar-se das decisões com as quais haviam concordado, dizendo que não foram notificados – quando, na realidade, juntamente com o presidente do CNPq, foram sempre partícipes ou informados. Daí Barbosa da Silva ter relatado, em 1956, a sua “perplexidade” diante da reviravolta de opiniões.

Em junho de 1954, pouco antes da celebração do segundo acordo com os americanos, Edmundo confidenciou a um amigo que estava feliz no papel que desempenhava no tópico nuclear. Buscava, segundo ele, dar “certos rumos claros e definitivos” para a política de venda de minérios, indicando que a “ignorância e hesitação” foram a marca dos últimos dez anos. O que viria a ser esses “rumos claros” era uma busca mais ativa pelas compensações. Ele defendeu a obtenção e a instalação de reatores nucleares no Brasil como forma de diversificar a matriz energética do país. Estes deveriam ser financiados pelo governo americano, mas construídos por um grupo de técnicos e engenheiros brasileiros treinados e capacitados para instalá-los, operá-los e mantê-los. Edmundo apresentou o país como um mercado promissor, indicando o interesse de várias firmas americanas na execução de tal arranjo<sup>332</sup>. O otimismo fora precipitado.

---

332 Dois pronunciamentos. *O Observador Econômico e Financeiro*, vol. XXI, 1956, p. 243; De Barbosa da Silva para Álvaro Alberto. Confidencial. 3 de setembro de 1954; De Álvaro Alberto para Barbosa da Silva. 29 de novembro de 1954; De Barbosa da Silva para Álvaro Alberto. Confidencial. 23 de novembro de 1954; De [?] para Álvaro Alberto. Confidencial. 4 de outubro de 1951. AAA; Ver, como

Em 24 de agosto, o presidente Getúlio Vargas cometeu suicídio. Café Filho sucedeu-o e a situação de Álvaro Alberto ficou insustentável. Primeiro, o novo governo chocou-se com a atuação do almirante no CNPq. Se não bastasse essa situação, foi descoberto um esquema de corrupção no órgão. Em março de 1955, o presidente Café Filho aceitou o pedido de exoneração do almirante. Álvaro Alberto acreditava que as palavras e as decisões de Vargas eram favoráveis ao seu projeto. Mesmo anos depois, não concordava com o fato de o presidente ter atuado em um jogo bem mais complexo, no qual ao mesmo tempo em que o apoiava no CNPq, minava sua autoridade ao relativizar a tese das compensações específicas. Edmundo tinha um posicionamento não muito distante daquele adotado pelo almirante<sup>333</sup>. O diplomata acreditava ser

*[...] necessária uma definição mais precisa de um programa nacional de desenvolvimento de energia atômica, em todas as suas faces: desenvolvimento de fontes de matérias-primas e seu processamento no país, formação de técnicos, e criação de técnica para a utilização de reatores para fins industriais, e, sobretudo, da utilização de isótopos radioativos, para [fins] industriais, de saúde, de agricultura; de maneira que tenhamos não só um plano pré-estabelecido, como também uma projeção econômica do custo de um programa dessa natureza, a fim de que as iniciativas oficiais ou particulares não fiquem à mercê de incertezas, decorrentes de uma falta de definição. [...] Se*

---

exemplo de acompanhamento, carta de Orlando da Fonseca Rangel para Arno Teixeira dos Santos. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1956. AAA; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; De Barbosa da Silva para Glycon de Paiva. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1954; Specific Brazilian objectives and United States assistance. 26 February 1955. APEBS.

333 Cabral: 1986, 331; De Juarez Távora para Raul Fernandes. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1954; De Raul Fernandes para Juarez Távora. 10 de março de 1955; De Juarez Távora para Macedo Soares. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1956. JT dpf 1956.05.18; Eduardo Pinto. Energia atômica. Uma velha história. *Jornal do Brasil*, 8 de junho de 1975.

*deixamos uma produção [industrialização de minérios por firmas nacionais] nesse nível, estamos compelidos ou a exportar ou a empatar somas substanciais na aquisição desses minérios que são produzidos ou elaborados sob o patrocínio direto ou indireto do governo. De modo, como à sua consequen[te] projeção econômica, a fim de libertar esse setor da incerteza que adviria de uma má definição ou uma definição não satisfatória<sup>334</sup>.*

Havia, desse modo, grande concordância com os fins propostos pelo CNPq e pelo grupo nacionalista de Álvaro Alberto. Barbosa da Silva, no entanto, compreendia a política nuclear dentro de um marco mais complexo das relações exteriores do país. Havia problemas no balanço de pagamentos, nas relações com a Argentina peronista, com a política comercial e em outras áreas. Enquanto muitos concebiam a ação no campo nuclear como um fim em si mesmo, o diplomata compreendeu a interdependência do tema com a agenda mais ampla da política externa e a necessidade de compatibilizar constrangimentos de curto prazo com objetivos estratégicos.

Sua preocupação era dar maior grau de racionalidade à política. O primeiro passo era definir com mais precisão as competências do setor privado e do setor público, acabando com a situação de incerteza que atrapalhava o investimento na área. O segundo, tratar o problema da legislação contraditória de, ao mesmo tempo em que incentivava a industrialização doméstica como forma de evitar a exportação do mineral bruto, não criava mecanismos adequados para essa produção ou ser adquirida pelo Estado brasileiro ou ser exportada para governos estrangeiros. O terceiro era a questão das compensações específicas. Barbosa da Silva era grande defensor da tese, mas sabia que o Brasil não tinha

---

334 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

“condições técnicas de aproveitar materialmente a ajuda altamente especializada pretendida”. Como afirmou a Roberto Campos:

*torna-se cada dia mais evidente que, a menos que possamos enfrentar e resolver alguns daqueles problemas básicos que nos tem sido honestamente – e também às vezes ingenuamente – apresentados pelos americanos, não poderemos contar com sua ajuda ampla. Não devemos buscar fora de nós a explicação para nossas dificuldades, culpando a outrem por fatos que são sempre consequência de nossa omissão ou inação*<sup>335</sup>.

Para ele, o governo, “em sua visão global dos problemas nacionais”, julgaria a “oportunidade e conveniência de outras compensações, sem prejuízo da prioridade que deveria ser assegurada às reivindicações no campo da energia atômica” – esperava-se “o momento favorável para as fazer valer”<sup>336</sup>. O diplomata trabalhava com uma noção particular de cooperação bilateral:

*[...] o governo brasileiro e o governo americano tem interesses comuns que se desenvolvem no tempo e em planos diferentes, de tal maneira íntimos, que podemos dizer que, necessariamente, sem o governo brasileiro vincular uma concessão a uma outra, tem o direito de esperar que, diante da sua disposição de emprestar cooperação aos Estados Unidos, ele possa receber também, sem determinação quantitativa, uma cooperação equivalente*<sup>337</sup>.

335 De Barbosa da Silva para Roberto Campos. 14 de janeiro de 1955. APEBS.

336 Resolução do Conselho Deliberativo do CNPq. 3 de dezembro de 1951. Secreto; Resolução de 3 de dezembro de 1951 do Conselho Nacional de Pesquisas. Secreto; De Dubois para Álvaro Alberto. 28 de fevereiro de 1952. Confidencial. AAA. Grifo no original.

337 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

Era uma concepção de reciprocidade que via a política externa não como uma busca calculista e imediata de benefícios por contribuição prestada. Ela assemelha-se ao o que a teoria das relações internacionais denomina como “reciprocidade difusa”. Parte da premissa que Estados conduzem interações complexas de longo prazo e que um exercício importante nesse relacionamento é a institucionalização da confiança. Essa situação era distinta da existente em um mundo completamente hobbesiano, em estado de natureza, onde barganhas são mínimas e processadas em uma rígida troca de concessões. A visão é certamente idealista, especialmente aplicada ao contexto do relacionamento bilateral com os EUA na década de 1950, quando o país já havia dado mostras de violação da confiança no tópico. Nesse contexto, a suposição do grupo de Barbosa da Silva talvez fosse a de que o país estava imerso em um sistema internacional desigual e, a despeito de derrotas de curto prazo, o país não tinha alternativas viáveis. Se esse fosse o caso, era uma visão minoritária na sociedade e no aparelho estatal<sup>338</sup>.

## CPI

*Mantenhamos nossa atitude discreta e deixemos que os  
acontecimentos sigam seu curso natural.*  
Getúlio Vargas

Depois da morte de Vargas, a divulgação do acordo de agosto de 1954 com o governo americano e a queda de Álvaro Alberto criou grande comoção nos círculos nacionalistas. A proposta americana de trocar minérios por trigo reproduzia, aos olhos de muitos, uma relação neocolonial. Era um grupo de vários matizes, mas uniam-se sob algumas crenças. Para eles, seria insuficiente ter o controle da tecnologia nuclear. Era necessário ter todo o

---

338 Keohane: 1986.

catálogo de maravilhas que ela possibilitava – usinas de energia, laboratórios de processamento de matéria-prima e, para alguns, a bomba. Esses objetos enfeitiçaram aquela geração. Não era possível ser desenvolvido, afiliente e moderno sem eles, diziam. Objeções ao uso da tecnologia nuclear decorriam “de mera ignorância”.

Havia certo espírito conspiratório. Na opinião deles, o capital estrangeiro buscava a dilapidação do patrimônio nacional pela exploração gananciosa, imediatista e pouco inteligente de pessoas não ligadas aos fundamentos da pátria. Mesmo Álvaro Alberto era acometido por essa crença. Repetidamente bradou peremptórias admoestações sobre os riscos de a riqueza nacional e o futuro do país serem profanados em troca de migalhas. Em novembro de 1947, afirmou: “ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais – no caso específico atômicas – ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal”<sup>339</sup>.

O mais grave nesse debate foi a sua agressividade. Quem porventura fosse contra às teses autárquicas comumente era taxado de violar os interesses nacionais e de trabalhar com as forças ocultas de empresas e governos estrangeiros. Essa visão maniqueísta não poupou nem Álvaro Alberto. Após ser demovido do CNPq, insinuou que a “troca de interesses” (as negociações com os americanos) havia implicado na violação de “uma linha de dignidade nacional e de defesa dos interesses do país”. Para um parlamentar, havia, na administração pública, “homens de negócios estreitamente ligados a interesses financeiros de grupos internacionais” para impedir o Brasil de escapar da situação de “bom mercado consumidor e fonte abastecedora de matérias primas”. O deputado Renato Archer, por sua vez, acreditava que o suicídio de Vargas fora ocasionado pela política nuclear e pela “gigantesca pressão dos EUA”. Na imprensa,

---

339 Eduardo Pinto. Energia atômica. Uma velha história. *Jornal do Brasil*, 8 de junho de 1975; Schlesinger: 1985, p. 11.

o acordo nuclear com os americanos era taxado de “instrumento de dominação de nossa pátria pelos Estados Unidos” e que todo programa brasileiro ficaria sob a jurisdição americana. Para o general Anápio Gomes, o país escusara-se de usar o que a natureza lhe deu para “depor essas armas em mãos alheias, vendendo-as ‘na bacia das almas’, trocando um reino por um prato de lentilhas, exportando o nosso futuro, comprometendo talvez de maneira já agora dificilmente remediável, o destino de nossa pátria”. Era “um verdadeiro saque dos nossos minerais estratégicos”, promovido por “dez ou 12 brasileiros”. Para o deputado Marcos Parente, era uma “política de entrega”; já na opinião de Ernesto Bastos Pouchain, seria uma “dilapidação”. O parlamentar Frota Moreira argumentou que os americanos tinham como objetivo nada menos que “o controle imperialista da energia no mundo”<sup>340</sup>.

Foi nesse ambiente que, logo após a posse de JK, em 1956, foram conduzidos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para investigar a política de energia atômica. Ela foi presidida por Gabriel Passos (UDN-MG) e integrada, entre outros, por Marcos Parente (UDN-Piauí), Frota Moreira (PTB-São Paulo), Renato Archer (PSD-Maranhão) e Colombo de Souza (PSP-Ceará). Das trinta personalidades que prestaram depoimentos, somente duas o fizeram secretamente – o coronel Edgard Álvares Lopes e Barbosa da Silva. Ainda que não tenham sido divulgados, trechos do depoimento do diplomata serviram para os deputados reforçarem suas teses pré-concebidas. Edmundo manteve-se sempre calado sobre o assunto. Não informou excertos de sua apresentação a jornalistas, não abordou o tema nem com a sua aposentadoria. Secreto fora seu pronunciamento e secreto permaneceu até ser desclassificado pela

---

340 CPI-Nuclear. Sessões de 14 de maio, 2, 15 e 5 de junho, e 15 e 20 de agosto de 1956. CEDI-CD; Passos: 1959, p. 12; Entrevista com Renato Archer. 5 de junho de 1995. AAA; Estou cansado desta palavra – colônia! *Imprensa Popular*, 4 de junho de 1955.

Câmara dos Deputados em 2012. Sua voz fora silenciada por mais de quatro décadas. A história foi redigida enterrando as mais de 2500 páginas de contraditórios depoimentos da CPI, as melhores fontes sobre as percepções de técnicos, empresários e políticos sobre o programa nuclear brasileiro em 1956<sup>341</sup>.

O depoimento de Barbosa da Silva foi prestado na tarde de 24 de maio, foi bastante longo – terminou às 21h45. Como era de seu feitio, Edmundo preparou-se com esmero. Identificou que o modelo de perguntas e respostas só aumentaria o estado de confusão. Por isso, solicitou tempo para fazer uma longa apresentação, na qual explanaria, de forma sistemática, a interação do Brasil com seus parceiros internacionais na área nuclear, de acordo com documentos do Itamaraty e de sua experiência no assunto. Ele compareceu acompanhado por Octávio Augusto Dias Carneiro, seu assessor para o tema. Ao contrário dos parlamentares e muitos cientistas brasileiros, Dias Carneiro estava atualizado com a produção acadêmica internacional e com os debates nos meios políticos em Nova Iorque, Genebra e Londres sobre a questão. Sua presença foi relevante, pois muitos parlamentares desejavam desacreditar vários aspectos do depoimento de Barbosa da Silva. Seixas Dória, por exemplo, criticou a tese do diplomata de que era impossível, no curto prazo, a implementação com sucesso de um programa à base de tório. Dias Carneiro, apoiando seu colega de carreira, de forma delicada, tentou explicar ao deputado, em vão, que havia problemas sérios na tecnologia do uso do tório – era “uma possibilidade, uma probabilidade”; o futuro seria provavelmente dominado por reatores de urânio<sup>342</sup>.

O depoimento seguiu com vários questionamentos. O mesmo deputado inquiriu Edmundo sobre “se considerava vantajosa para os

---

341 Resolução da Câmara dos Deputados nº 49, de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1, 11/2/1956, p. 1109.

342 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

interesses nacionais a troca de óxido de tório por trigo”. O diplomata respondeu-o taxativamente que o país não efetuará tal troca. O que se fez foi a exportação de vários produtos minerais pela qual se recebeu dólares; paralelamente, comprou-se trigo pelo qual foram pagos em dólares, operações realizadas com lapso de tempo e “sem referência específica uma a outra”. Não convenceu. Para o deputado Gabriel Passos, independentemente, a “troca” não fora legítima, pois vendeu “material rico e interessante para a vida do país – talvez forçado pela contingência – por trigo”. Isso, em sua opinião, criava “a impressão de um indivíduo rico, que está gerindo tão mal a própria fortuna, que chega à condição negligente de vender as joias da família ou suas preciosidades, para poder comer e sobreviver!” Ele ainda reclamou do fato da compra do trigo não ter sido encaminhada para o Congresso Nacional. Edmundo interrompeu-o para demonstrar que tal interpretação era equivocada, pois a Cacex adquiria trigo regularmente sem o aval parlamentar<sup>343</sup>.

Já Seixas Dória questionou se o Brasil não poderia conseguir a técnica de processamento de minério raro “sem exportar” minerais. Barbosa da Silva respondeu-lhe ser possível, mas isso exigiria “um programa integrado de desenvolvimento da produção de matérias-primas com a aquisição desses produtos elaborados e manter em funcionamento uma indústria”. Restaria saber se o ônus desta operação compensaria o sacrifício feito; se, em termos econômicos, conviria “imobilizar uma soma de recursos em reservas dessa natureza”.

Uma das críticas que Barbosa da Silva repetidamente escutou, mesmo depois da audiência, foi a de que o Brasil vendera seus minerais a preços inadequados. Seriam “preços vis” os cobrados aos estrangeiros. Técnicos, como Marcelo Damy, apontavam que enquanto o Brasil exportava tório a 11 dólares, a energia obtida

---

343 *Idem*.

por esse mineral era da ordem de mais de cinco mil dólares. Já na década de 1960, José Leite Lopes afirmou não haver “preço” pelo o qual o Brasil deveria “vender o minério”. O primeiro aspecto a salientar é que, como o geólogo Djalma Guimarães afirmou, não existia, naquela época, mercado mundial de tório e urânio, de forma a ser impossível uma precificação adequada. Além disso, os Estados Unidos eram, em 1956, os únicos compradores de relevo. Isso deu-lhes certo poder na definição de preços. O CNPq, o Conselho de Segurança Nacional e os militares desejavam cotar o preço do material exportado de acordo com o produto final – a energia. Esse era um argumento sem fundamento no plano econômico e, se adotado, significaria que tanto o carvão como o petróleo importados pelo Brasil deveriam ter preços muito maiores do que os cobrados pelos seus exportadores<sup>344</sup>.

Para criticar o preço pago pelos americanos e justificar uma política mais ofensiva em negociações internacionais, os nacionalistas argumentavam que havia grande demanda pelos minerais brasileiros, que o tório era um produto raro no mundo e que poderia ser muito útil no desenvolvimento do setor nuclear do país. Eles estavam parcialmente corretos. No início da década de 1940, Washington tentou controlar a produção de urânio no mundo. Como parte desse esforço, empregou mais de 1.400 especialistas em 35 países. Em determinado momento, o Brasil ofertava metade das areias monazíticas com tório que o governo americano consumia. A perda dessa oferta ocasionaria problemas severos em decorrência da dificuldade de acesso a outros produtores. Mesmo o diagnóstico sobre a oferta de minerais raros, no início da década de 1950, reforçava a pauta nacionalista. Acreditava-se, por exemplo,

---

344 “Um lastro de urânio ou tório vale mais que lastro de ouro”. *Gazeta de Notícias*, 26 de abril de 1956; *Diário do Congresso Nacional*, 27 de julho de 1962, p. 4532; CPI-Nuclear. Sessão de 26 de abril e 2 de maio de 1956. CEDI-CD. Anápio Gomes, por exemplo, julgou “irrisório” o preço das exportações.

que o Brasil tinha somente 20 mil toneladas de areias monazíticas, o que favorecia uma política de restrição às exportações<sup>345</sup>.

A verdade, no entanto, era que com o tempo o governo americano acumulou grandes estoques de materiais estratégicos. Não havia, assim, grande demanda pelos produtos previstos no acordo de 1951 – o que explica as dificuldades na sua implementação. Técnicos brasileiros, nos anos seguintes, começaram a perceber tal transição. O engenheiro químico Francisco Maffei, quando foi aos Estados Unidos, dois anos após o Brasil ter exportado um carregamento de hidróxido de tório, encontrou-o em um depósito, sem receber nenhum tratamento. O geólogo Mário da Silva Pinto tinha a mesma impressão. Após a assinatura da compra de monazita em 1951, por mais de um ano os americanos não foram buscar o produto. Não havia mais interesse. Ignácio Tosta Filho reforçou essa percepção, ao afirmar que o Banco do Brasil mantinha, em um armazém em São Paulo, 230 toneladas de óxido de tório (do acordo de 1954) integralmente pago, mas sem serem encaminhadas para os Estados Unidos – enquanto as 100 mil toneladas de trigo foram importadas e consumidas integralmente. Anos depois, Amaral Peixoto, o embaixador brasileiro em Washington entre 1956 e 1959, confirmou que os negociadores *americanos* sempre deixaram claro aos brasileiros que havia “montanhas de tório” nos EUA. Para um especialista do tema, em meados dos anos 1950, o governo americano não precisava da quantidade de tório que estava adquirindo, tampouco tinha urgência em recebê-la. As negociações bilaterais no tema, do ponto de vista de Washington, “were almost more trouble and cost than they were worth”. O esforço em ajudar

---

345 Apud. Renato Archer. Segundo depoimento sobre o problema da energia nuclear no Brasil. Discurso proferido na sessão de 9 de novembro de 1967. Câmara dos Deputados. AAA; Helmreich: 1986, p. 42; Ingulstad: 2015; Central Intelligence Agency. Location and description of “rare earths”. Top Secret. January 28, 1952. NARA.

o Brasil teria sido parcialmente justificado como um exercício cooperativo<sup>346</sup>.

Outra questão a afetar a percepção do preço “adequado” foi a leitura otimista de alguns eventos da época. Desde 1951, Álvaro Alberto solicitava do governo americano um reator à base de tório. Em 1956, foi autorizada pelos EUA a construção de um reator comercial tipo *breeder* de 144 mil quilowatts à base de tório e foram iniciados testes, em Oak Ridge, Illinois, de um reator experimental para determinar a viabilidade econômica do uso energético desse minério. O parlamentar Dagoberto Sales usou essa evidência como prova de que o futuro estava próximo na utilização do tório – “os problemas [tecnológicos] já estão resolvidos”, afirmou. Uma década depois, Renato Archer ainda afirmaria que “o problema [tecnológico do uso do tório] é extremamente simples”. Como sabemos hoje, essa foi uma opinião sem base na realidade. A Índia é um caso relevante para ser examinado ao lado do Brasil. Em um estudo que analisou a pesquisa para a implementação de um programa nuclear baseado em tório, um autor afirma que “o elaborado esquema para tentar usar as reservas de tório da Índia permanece um *wishiful thinking* futurista, apesar de décadas de esforço de pesquisa”. Na década de 1970, a pesquisa sobre o material foi praticamente eliminada como alternativa viável ao urânio e ao plutônio. Hoje, mesmo com 400 cientistas pesquisando o assunto, a China ainda luta para construir um protótipo de reator comercialmente viável<sup>347</sup>.

Na comunidade científica brasileira, na década de 1950, já se percebia as enormes dificuldades no uso do tório. Djalma

346 De Juarez Távora para Caiado de Castro. Junho de 1952. JT dpf 1952.06.16; Helmreich: 1986, p. 45, 51 e 238-9; CPI-Nuclear. Sessões de 14, 23 de maio e 13 de junho de 1956. CEDI-CD; Peixoto: 1986, p. 413; Crawford: 1958, p. 1159; De Kemper para Department of State. Rio, 7/1/55. In: United States Department of State: 1971, p. 627.

347 Crawford: 1958, p. 1159; CPI-Nuclear. Sessão de 14 e 22 de maio de 1956. CEDI-CD ; Apud. Renato Archer. Segundo depoimento sobre o problema da energia nuclear no Brasil. Discurso proferido na sessão de 9 de novembro de 1967. Câmara dos Deputados. AAA; Ramana: 2012, p. 15.

Guimarães afirmou, na CPI, que “a experiência com o reator de tório ainda não chegou ao ponto de determinar com precisão a eficiência do reator”. Elysiário Távora acreditava que “todo esse barulho em torno do tório é prematuro”. Ter de “gastar fortunas” com problemas tecnológicos ainda não vencidos seria um desperdício de recursos. Já Francisco Maffei afirmou que o tório era “de utilização ainda [...] remota”. Como observamos, até personalidades não vinculadas às áreas de engenharia e física, como o diplomata Dias Carneiro, também concordavam com tal prognóstico. O debate sobre o uso do tório, contudo, durou até os anos 1970, quando o Brasil finalmente abandonou o modelo<sup>348</sup>.

Do lado da oferta, muitos acreditavam que somente Brasil e Índia tinham reservas significativas de tório, justificando por isso a proibição de exportações ou, no máximo, a venda por preços elevados atrelada a compensações específicas. Para Anápio Gomes, a atitude de exportar os minerais, sem esses condicionantes, demonstrava “um lamentável complexo colonial”. Seixas Dória afirmou ser a favor do “cancelamento de toda e qualquer exportação”. Mesmo em meados de 1956, quando já era explícita a situação do mercado internacional, o marechal Lott sentia-se confiante em afirmar que não fazia sentido o Brasil desfazer-se da pequena quantidade de minério de que o país dispunha<sup>349</sup>.

Esse foi outro equívoco. Aldo Vieira Rosa, engenheiro elétrico formado em Stanford, indicou que, mesmo no Brasil, seria praticamente inevitável “encontrar reservas consideráveis”. O geólogo Mário da Silva Pinto apontou a descoberta de jazidas no Novo México e na África do Sul. Até na imprensa já circulavam relatórios de organismos internacionais informando que outros

---

348 CPI-Nuclear. Sessão de 26 de abril, 2 e 14 de maio de 1956. CEDI-CD.

349 CPI-Nuclear. Sessão de 5 de junho de 1956; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; Notas taquigráficas. 4ª reunião da Comissão de Estudos para a Política de Energia Nuclear. Itamaraty, 9 de julho de 1956. Maço Especial. AHI-BSB.

países, como África do Sul, Austrália, Ceilão, Madagascar, Malásia, Romênia e Noruega possuíam estoques. O físico e matemático Othon Henry Leonardos afirmou, de forma taxativa, em meados de 1955, que o Brasil dispunha de tório para muito tempo. Era, então, equivocada a tese do deputado Renato Archer que se estava diante de uma luta traduzindo

*o fatal antagonismo entre os interesses de uma nação detentora de processos tecnológicos avançados, carecendo de matéria-prima, e de outra, como a nossa, que possuindo essa matéria-prima, procurava obter em sua troca o conhecimento técnico indispensável à sua utilização*<sup>350</sup>.

Barbosa da Silva, tendo contato cotidiano com autoridades de Washington, sabia que o mercado mudara consideravelmente após descobrimentos de importantes jazidas ao redor do mundo. Em 1956, nove empresas americanas já trabalhavam com a transformação de concentrados de monazita – e vários produtores do país tentavam barrar a importação desses minerais. Havia, portanto, erros na avaliação da oferta de tório.

Mas por que havia tantos setores comprometidos em investir escassos recursos públicos na área nuclear? A razão principal estava na percepção sobre a evolução da matriz energética mundial. O grupo nacionalista, por exemplo, acreditava que, em 2050, já estariam esgotadas todas as fontes tradicionais de energia – o petróleo, a gasolina e a hulha iriam “valer fortunas, seriam raridade de museu”, disse um cientista na CPI; que a carência de abastecimento de combustível era “responsável, em grande parte, pelo nosso atraso”; e que a energia nuclear preservaria a liberdade e a soberania do país. Para os políticos, a área nuclear era um

---

350 CPI-Nuclear. Sessões de 2 e 15 de maio de 1956. CEDI-CD; Dispõem vários países de reserva de tório. *O Globo*, 27 de abril de 1956; Renato Archer. Política Nacional de Energia Atômica. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 6 de junho de 1956. AAA; Sobre a abundância de tório no Brasil, ver documentos em JT dt Energia Nuclear.

setor que, por si só, poderia consagrar um governo. Nas forças armadas, reinava a concepção de que o Brasil poderia ter sucesso nessa empreitada, ainda que incorresse em gastos exagerados. Do ponto de vista energético, julgava-se que com petróleo inacessível, carvão de péssima qualidade e fontes hidroelétricas quase nunca coincidindo com os maiores núcleos demográficos do país, o Brasil seria um dos maiores beneficiários da energia atômica. Álvaro Alberto concordava. Quando visitou um industrial de Detroit, afirmou que, em cinco anos, a industrialização da energia nuclear levaria à produção de corrente elétrica em bases competitivas com o carvão. Achava a energia nuclear decisiva “para o prestígio, o engrandecimento e mesmo a sobrevivência das nações soberanas”. Era indubitável, no seu fervor, que haveria “o surto preponderante da energia nuclear”, o que ocasionaria o “declínio da importância dos combustíveis fósseis”. Para ele, isso ericava a cobiça “das forças interessadas no predomínio mundial”. Essas teses não seriam confirmadas no futuro. O impacto econômico da energia nuclear, nas décadas seguintes, excluindo área como a medicina, fora limitado. O custo por megawatt provou ser proibitivamente alto, mesmo nos Estados Unidos<sup>351</sup>.

Uma opinião comum, na época, era a professada pelo general Teixeira Lott, em maio de 1956, para quem a exportação de areia monazítica deveria ser proibida; depois, todo o processamento deveria ser realizado em território nacional, até alcançar-se o produto final. O primeiro ponto a contrapor essa lógica ao pensamento de Edmundo era a viabilidade do plano proposto. O Brasil enfrentava séria carência de capital e o governo, elevado desfalque fiscal. Como poderia ser feita a mobilização adequada de recursos para desenvolver esse estratégico setor e afastar a cobiça

---

351 Salles: 1959, p. 29; De Caiado de Castro para Getúlio Vargas. 25 de novembro de 1953. JT dpf 1952.06.16; Exposição de Motivos Nº 32, de 12 de outubro de 1953; De Álvaro Alberto para Ernani Amaral Peixoto. 25 de maio de 1953. Secreto. EAP 1956.06.27 emb; CPI-Nuclear. Sessões de 14, 15 e 22 de maio e 20 de agosto de 1956. CEDI-CD; Alonso: 1985, p. 85; Schlesinger: 1985, p. 12.

de potências estrangeiras? Segundo, havia uma mentalidade de jogo de soma zero em que a cooperação com o governo americano naturalmente gerava ganhos desiguais em que o Brasil saía com menos. A premissa subjacente era que a não cooperação e a evolução autárquica eram necessariamente melhores, o que não era correto.

Os defensores da proibição das exportações enfrentavam sério dilema. No início da década de 1950, seduzidos pela promessa de expansão, criou-se um incipiente setor industrial para a prospecção e tratamento desses minérios. Se ele não mais fosse exportado e o monopólio fosse governamental, o Estado teria que imobilizar pesados recursos financeiros para adquiri-lo – e isso inviabilizaria os gastos no próprio setor. A distância entre a retórica e a realidade pode ser observada em 1951, quando o CNPq estudou a regulamentação de aquisição de sais de urânio, tório e minerais de tório. Aprovado por Vargas, o crédito para tais aquisições não foi votado pelo Congresso Nacional – o mesmo que agora acusava outros atores, na CPI, de negligência com relação aos interesses nacionais. Era estranha a defesa da autarquia brasileira no setor. Oito produtos agrícolas eram responsáveis por 90% do valor das exportações brasileiras. Barbosa da Silva e outros técnicos mais bem informados sabiam da necessidade de diversificar a pauta. As razões contrárias à exportação, para Edmundo, eram infundadas, principalmente a visão dicotômica de que a exportação e a exploração de bens primários eram inerentes à natureza subdesenvolvida e colonial de um país<sup>352</sup>.

O país importava quatro vezes mais pedras, metais, carvão e combustível do que exportava – “até agora temos precisado mais do subsolo alheio do que os outros do nosso subsolo”, afirmou um técnico. E esse tipo de dependência era essencial para a própria modernização do país – sem o carvão importado, a usina de Volta

---

352 Os minerais atômicos. *O Cruzeiro*, 12 de maio de 1956. Copiado de JT dt Energia Nuclear; CPI-Nuclear. Sessão de 22 de maio de 1956. CEDI-CD.

Redonda pararia; sem o petróleo também importado, não haveria a Refinaria de Cubatão. Quando apresentado ao fato de que a própria Alemanha exportava minerais raros, os deputados fizeram ouvidos moucos; quando um parlamentar afirmou que “o Brasil deveria guardar tório e urânio como quem guarda ouro”, Raul Fernandes, com fina ironia, retorquiu que 50% do ouro brasileiro era exportado. Os ditos nacionalistas observavam que a proibição de exportação não era respeitada e a fraca vigilância era o problema. Eles, nesse caso, eram ingênuos. Com uma costa de milhares de quilômetros, era claro que o contrabando poderia ocorrer. A solução, para Barbosa da Silva e outros, passava por uma exportação controlada e por uma estrutura de incentivos que tirasse os benefícios de um mercado ilegal. Assim, com a arrecadação de impostos, poder-se-ia arcar com os custos do aproveitamento doméstico desse material e com a vigilância de sua exploração e comercialização<sup>353</sup>.

Muitos julgavam ter o programa indiano a receita perfeita, pois era guiado por princípios extremamente nacionalistas, em especial no tópico da colaboração com potências estrangeiras. Essa afirmação era certamente correta se considerada a retórica do regime. Mas como Barbosa da Silva deixou claro em seu depoimento, secretamente a Índia promoveu uma colaboração estreita com outros países, vendendo seus minerais raros até para os EUA – algo duvidado por vários críticos, mas que hoje sabemos ter ocorrido. Aliás, foi por intermédio de um contrato com a General Electric Company que os indianos conseguiram, em 1969, gerar energia usando fonte nuclear pela primeira vez. A base do sucesso de seu programa nuclear foi a discreta e secreta cooperação com os EUA, ainda que a União Soviética tenha se configurado como um parceiro essencial em uma etapa posterior<sup>354</sup>.

---

353 CPI-Nuclear. Sessão de 23 de maio, 14 e 20 de agosto de 1956. CEDI-CD.

354 Ramana: 2012, p. 20-24; Perkovich: 1999, p. 30; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

Mas supondo que um programa autônomo fosse implementado, teria ele sucesso? Para seus defensores, sim. Álvaro Alberto afirmou a Getúlio Vargas que “[o] programa atômico brasileiro não poderia encontrar em nenhuma outra parte condições tão favoráveis ao seu desenvolvimento”. O físico Marcelo Damy de Souza defendeu, em 1956, que o Brasil seria capaz de produzir energia elétrica a partir de plantas nucleares dentro de cinco anos. Poucos meses antes, um engenheiro que estudou nos Estados Unidos estimou um prazo entre dez a 15 anos para o país ter usinas nucleares em funcionamento. Eram visões muito otimistas, diante da carência de capacidade de pesquisa e de engenharia. Os especialistas brasileiros eram muito esforçados, homens notáveis para o país, “mas pela natureza da energia atômica [...] infelizmente o Brasil não conta com esses elementos [pesquisadores no tema]”, considerou um técnico mais realista. Para Elysiário Távora, os geólogos brasileiros “ainda são inadequadamente treinados mesmo para tarefas gerais da geologia”. Isso para ficar em um campo bem menos complexo do que a engenharia nuclear<sup>355</sup>.

Além da falta de investimentos e pessoal, havia obstáculos de natureza administrativa. As dificuldades na cooperação bilateral com os Estados Unidos, por exemplo, não decorreram só da falta de vontade americana. As demandas brasileiras eram comumente “mal concebidas, fluidas e vagas – não sabia bem o que se pedia”, como indicou Raul Fernandes<sup>356</sup>.

---

355 De Álvaro Alberto para Getúlio Vargas. 25 de maio de 1953. E.M. Nº 29/53. Secreto. AAA; Um lastro de urânio ou tório vale mais que lastro de ouro. *Gazeta de Notícias*, 26 de abril de 1956; Fernando Juarez Pitanga Távora. As possibilidades técnicas da aplicação da energia nuclear no Brasil. 15 de dezembro de 1955. JT dt Energia Nuclear; CPI-Nuclear. Sessões de 26 de abril e 14, 15, 23 de maio de 1956. CEDI-CD.

356 De Amaral Peixoto para Macedo Soares. Washington, D. C. 23 de janeiro de 1957. EAP 1956.06.27 emb; Notas taquigráficas. 4ª reunião da Comissão de Estudos para a Política de Energia Nuclear. Itamaraty, 9 de julho de 1956. Maço Especial. AHI-BSB; CPI-Nuclear. Sessão de 20 de agosto de 1956. CEDI-CD.

Muitos julgaram ter sido indecoroso o tratamento preferencial dado aos Estados Unidos. Para criticá-lo, no entanto, era necessário indicar a viabilidade da cooperação com outros países. E era essa tese que muitos técnicos e políticos defendiam, especialmente o almirante Álvaro Alberto. Para ele, o Brasil deveria evitar “ficar na dependência de um só dos seus amigos, por maior que ele fosse”. Em 1952, diante da relutância americana em atuar positivamente no tema das compensações específicas, ele pessoalmente buscou a colaboração de outros países. Um deles foi a França. Apesar de Álvaro Alberto crer que os americanos tinham segundas intenções em sua colaboração, acreditava que os franceses desejavam apoiar o Brasil “só pela glória de poder contribuir para o nosso desenvolvimento”. Hoje, sabemos que a busca de uma via tecnológica pela França, como desejava Álvaro Alberto, não teria resultados positivos – este país tinha limitados recursos financeiros, técnicos e científicos, estando anos atrás dos Estados Unidos, da União Soviética e do Reino Unido, tendo se juntado ao “clube atômico” somente quinze, onze e oito anos, respectivamente, depois desses países. O almirante pode ter intuído essa fragilidade e acabou investindo seus esforços na Alemanha Ocidental, naquela época ocupada por uma junta tripartite de representantes dos governos francês, inglês e americano. Muitos dos seus contatos com físicos do país foram conduzidos de forma aberta, mas cioso da espionagem americana, atuou muitas vezes de forma confidencial<sup>357</sup>.

Álvaro Alberto enviou cientistas para serem treinados na Alemanha e, a partir de contatos com professores da Universidade de Bonn, encomendou ultracentrífugas para enriquecimento de

---

357 CPI-Nuclear. Sessão de 14 de maio e 20 de agosto de 1956. CEDI-CD; Barbier: 1993; Letter, Robert P. Terrill, U.S. Embassy, Rio de Janeiro, to Gerard C. Smith, special assistant to the Secretary of State for Atomic Energy, 7 June 1954; Letter, Terrill to Smith, 11 June 1954, Top Secret. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso: 10 de maio de 2015. Limitações semelhantes também impediram Álvaro Alberto de perseguir a cooperação pretendida com a Noruega, como queria inicialmente. Patti: 2015, p. 8.

urânio. Ele agiu sem preocupar-se com outros setores do governo e os desdobramentos gerais para a política externa brasileira. Barbosa da Silva, em especial, não escondeu seu inconformismo junto a interlocutores americanos, indicando, em setembro de 1954, que o almirante teria ultrapassado os limites. A exportação foi negada. Alguns meses depois, porém, a Alemanha recuperou sua soberania e o almirante buscou novo pedido de licença de exportação. Ingenuamente, imaginou que os cientistas alemães estariam livres para exportar os equipamentos, mas um embargo às exportações das ultracentrífugas alemãs foi imposto em julho de 1954, quando estavam prestes a embarcar para o Brasil<sup>358</sup>.

Muitos suspeitaram que o Itamaraty conspirara contra a ação do almirante. Edmundo, em depoimento à CPI, argumentou que o órgão apoiou o CNPq toda vez que este solicitou sua cooperação. O próprio diplomata tomou iniciativa de estreitar os laços no tema com outros países, como durante a visita de JK ao Reino Unido. Na ocasião, em contato com o Diretor da Comissão de Energia Atômica da Grã-Bretanha, Edmundo foi informado que os britânicos desejavam entrar no comércio internacional de reatores de potência, mas ainda havia obstáculos técnicos referentes à escala e precificação. Somente após 1962 o país provavelmente estaria pronto para atender as demandas brasileiras<sup>359</sup>.

Os acontecimentos relacionados ao embargo à exportação das centrífugas perseguiriam Barbosa da Silva pelo resto da vida e legariam para sempre uma imagem distorcida de suas crenças sobre a questão nuclear. Em 1987, uma reportagem da revista *Veja* acusou-o de ter sido o responsável por alertar as autoridades americanas sobre o embarque das ultracentrífugas. Ao saber da

---

358 Patti: 2015, 14; CPI-Nuclear. Sessão de 20 de agosto de 1956. CEDI-CD; Apud. Renato Archer. Segundo depoimento sobre o problema da energia nuclear no Brasil. Discurso proferido na sessão de 9 de novembro de 1967. Câmara dos Deputados. AAA.

359 Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

acusação, indignado, imediatamente demandou do Itamaraty a instauração de inquérito para elucidar objetivamente o episódio. Também solicitou a Marcílio Marques Moreira, naquele momento embaixador em Washington, a identificação, nos arquivos norte-americanos, da documentação sobre o assunto. Em 1990, um articulista do jornal *Folha de São Paulo* novamente acusou-o de ter sido o informante do Departamento de Estado americano<sup>360</sup>.

A violação da confidencialidade é pouco crível. Mesmo em seu depoimento secreto na CPI, Barbosa da Silva rejeitou compartilhar certas informações com os parlamentares diante de seus escrúpulos em violar a etiqueta profissional. Analisando a evidência disponível, pode-se indicar vias bem mais prováveis para explicar como o governo americano soube do embarque das ultracentrífugas. Uma era Robert P. Terrill, na embaixada do país no Rio de Janeiro. Ele trabalhou em diversas negociações com Barbosa da Silva, o que provavelmente levantou as suspeitas contra o diplomata brasileiro. O americano, no entanto, tinha uma ampla rede de informantes no CNPq e na área científica, tendo comumente obtido informações ignoradas até por Barbosa da Silva. A segunda hipótese poderia ser a rede de espões e diplomatas à disposição do governo americano em Bonn. Em junho de 1954, Washington já tinha conhecimento sobre o tipo de equipamento que o governo brasileiro requisitara na cidade – algo que, novamente, Edmundo ignorava. A terceira potencial fonte pode ter sido o aparato de espionagem americano sobre as comunicações diplomáticas brasileiras. Temos evidência de que tanto no ano de 1945 quanto em 1962 o fluxo telegráfico do Rio de Janeiro para os postos diplomáticos no exterior estava comprometido. A utilização dessa via certamente teria sido feita

---

360 Telegrama de Barbosa da Silva para Marcílio Marques Moreira. 11 de setembro de 1987. APEBS; Veja, n. 993, 16 de setembro de 1987; José Carlos de Azevedo. Nós e os lemingues. *Folha de São Paulo*, 26 de novembro de 1990.

de forma a jogar sobre o colo do Itamaraty a responsabilidade pelo vazamento<sup>361</sup>.

O mais importante, no entanto, talvez tenha sido a ação do próprio almirante. Ele comunicou os americanos dos objetivos brasileiros de adquirir o equipamento várias vezes. Uma das últimas foi no início de julho de 1954. Nesse momento, o governo americano já acompanhava atentamente a sua movimentação e a dos cientistas alemães. Essas plausíveis hipóteses não são excludentes, mas provavelmente se preferiu criar um inimigo doméstico conveniente, como forma de enfraquecer os opositores da política nuclear almejada pelo grupo nacionalista<sup>362</sup>.

Outro enfrentamento veio no ano da CPI. A única fonte que temos é o relato do deputado Renato Archer ao CPDOC. Segundo ele, após a denúncia de Carlos Lacerda, JK chamou Barbosa da Silva ao Catete para explicar o acordo que habilitara a exportação de areia monazítica. Ao ser informado que o embarque desse produto decorreu de acordos secretos, o presidente teria imediatamente determinado a divulgação de toda a documentação. Archer relata que se dirigiu a uma sala do Palácio do Catete e Edmundo, ao entrar no mesmo recinto sem vê-lo, ligou para o embaixador do Brasil em Washington, João Carlos Muniz. Na conversa, teria recomendado contato com o Departamento de Estado americano, de forma a

---

361 Um bom exemplo é a cooperação científica bilateral com a Alemanha. Letter, Robert P. Terrill, U.S. Embassy, Rio de Janeiro, to Gerard C. Smith, special assistant to the Secretary of State for Atomic Energy, 7 June 1954, Top Secret Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: 10 de maio de 2015; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; U.S. High Commissioner telegram 4023 to Department of State, 23 June 1954, Confidential. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: 10 de maio de 2015; [Intercepted Communications on Europe, China and Brazil], Top Secret Ultra, Intelligence Summary, November 01, 1945, Number 62. Disponível em Digital National Security Archive (DNSA). Carlo Patti demonstra como a embaixada americana tinha acesso independente do Itamaraty a informações relacionadas ao programa nuclear (Patti: 2015, p. 13).

362 Hershberg: 2004, p. 30; U.S. High Commissioner telegram 75 to State Department, 9 July 1954, Secret; State Department telegram 148 to U.S. High Commissioner, 16 July 1954, Secret. Disponíveis em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

relatar o desejo de JK de divulgar os documentos secretos e, ao mesmo tempo, protestar de forma a impedir que isso ocorresse. O presidente teria sido informado do ocorrido, tendo uma reação “fulminante” e “desabrida”. Para Archer, o diplomata era arrogante e “muito ligado aos americanos”<sup>363</sup>.

É praxe diplomática adiantar para governos aliados a emergência de problemas que possam dificultar o relacionamento bilateral – a diplomacia volta-se, antes de tudo, para a previsibilidade. No entanto, caso fosse verdade a tentativa de mobilizar um governo estrangeiro contra a vontade do presidente brasileiro, haveria séria traição aos interesses nacionais – e da própria confiança que JK depositou em Edmundo. Infelizmente, Barbosa da Silva não deixou relato sobre se o conteúdo de sua conversa foi retratado fielmente pelo almirante. Há, contudo, evidência de exagero. Caso o relato fosse verdadeiro, a carreira do diplomata teria sofrido. O relacionamento entre Edmundo e Juscelino, no entanto, não passou por nenhum sobressalto. Muito pelo contrário. Quando o presidente visitou instalações da Petrobrás, no Amazonas, pouco tempo depois do encontro no Palácio do Catete, fez questão de convidar Barbosa da Silva. Na área nuclear, o diplomata continuou tendo papel proativo, inclusive na prospecção de reatores de potência e combustível. Em maio de 1959, em reconhecimento ao seu profissionalismo, JK promoveu-o a ministro de primeira classe na frente de mais de cinquenta diplomatas na lista de antiguidade – o cargo mais elevado da carreira. Seu prestígio não fora abalado nem quando o poderoso embaixador do Brasil em Londres, Assis Chateaubriand, ameaçou abandonar seu cargo caso o presidente não destituisse o diplomata da chefia do Departamento Econômico. O diplomata, ademais, repetidamente, ao longo de sua

---

363 Archer: 2007, p. 69-70.

carreira, sempre se preocupou com a segurança de documentos confidenciais<sup>364</sup>.

O conflito entre Barbosa da Silva e Archer constituiu um jogo de xadrez pela memória dos fatos que se estendeu até a morte de ambos. Subjacente a este conflito estava a definição do relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, a questão nuclear e o projeto de modernização do país. Era um contexto no qual vários contemporâneos criavam ilações e violentavam reputações alheias como forma de avançar suas teses políticas. Em particular, manifestavam-se os repetidos argumentos de que o acordo do trigo foi humilhante para o Brasil, algo ainda propagado pela historiografia<sup>365</sup>.

A acusação feita por Archer foi somente uma das várias que Barbosa da Silva sofrera. Em abril de 1956, por exemplo, o jornalista e parlamentar Rafael Correia de Oliveira acusou-o de, durante a visita de Juscelino a Nova Iorque, ter assinado um contrato sobre a exportação de minérios atômicos. Como toda teoria da conspiração, o silêncio de Barbosa da Silva era visto como prova de um acordo com capitalistas estrangeiros que não poderia ser divulgado por ser danoso aos interesses nacionais. Tais ilações eram sussurradas para jornalistas e, depois, concebidas como verdades. Muitas vezes, originaram-se de pessoas em posição de autoridade no governo. Um caso ocorreu com o próprio almirante Álvaro Alberto. Em seu depoimento à CPI, informou que uma de suas comunicações telegráficas para a Presidência da República não foi repassada para o Catete pelo Itamaraty. Ele viu nessa situação uma prevenção deliberada contra sua pessoa. Barbosa da Silva tinha ojeriza a tais comentários. Era uma atitude pouco

---

364 Ver, por exemplo, De E. P. Barbosa da Silva para Secretário Geral. Confidencial. 16 de maio de 1956. Memos confidenciais de 1956. AHI-BSB.

365 De Hélio Bittencourt para Barbosa da Silva. Washington, D. C. 11 de julho de 1957; De Leitão da Cunha para Amaral Peixoto. Washinton, D. C. 12 de julho de 1957. EAP 1956.06.27 emb; *Mundo Ilustrado*, 13 de junho de 1959; Archer: 2007, p. 65.

profissional. Em sua opinião, o almirante deveria, antes de criar conjecturas, tratar do assunto diretamente com o Itamaraty, de forma a ter certeza sobre o que de fato ocorrera. Caberia a Álvaro Alberto “indicar quais as informações, quando foram expedidas, por que processo, por que canal”, de forma a se fazer um inquérito formal a respeito e punir os responsáveis. Isso, no entanto, o oficial da marinha nunca fez<sup>366</sup>.

Barbosa da Silva sentiu-se acossado por críticas sem fundamento antes até da instalação da CPI e de todo o alvoroço que enfrentou em 1956. Compartilhando as dificuldades com o diplomata Alfredo Valladão, proferiu palavras sensíveis:

*Nós, muitas vezes, nas funções de representação no exterior, queremos que o Brasil seja melhor do que realmente é, ou antes, melhor do que seus homens. Essa noção poética de nefelibatas revela muito idealismo, dá margem a tiradas patrióticas, mas produz sérios dissabores diante da prosaica realidade<sup>367</sup>.*

Para muitos, se as iniciativas de Álvaro Alberto na França e na Alemanha não tivessem sido interrompidas, teriam habilitado o país a iniciar “sua indústria de energia atômica independente de outros auxílios”. Nesse sentido, o objetivo estratégico da tecnologia nuclear fora frustrado pela pressão americana e pela ação de seus aliados entreguistas no governo brasileiro<sup>368</sup>.

Barbosa da Silva tinha a opinião de que muitos dos esforços foram quixotescos em termos de planejamento e dogmáticos em seus contornos estratégicos, querendo subordinar toda inserção internacional do país ao abstrato irredentismo tecnológico. O país

---

366 Entrega dos minérios atômicos. *Diário de Notícias*, 14 de abril de 1956; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

367 De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 24 de março de 1955. APEBS.

368 CPI-Nuclear. Sessão de 20 de agosto de 1956. CEDI-CD.

era dependente do exterior em conhecimento, tecnologia aplicada, maquinário e recursos financeiros. Como Raul Fernandes apontou, os EUA eram o país cuja indústria interna poderia, naquele momento, realmente ajudar o Brasil: “Quem nos ofereceria um arrendamento de cinco quilos de urânio enriquecido? Quem os tem para oferecer? Ninguém”<sup>369</sup>.

Os nacionalistas, ao não aceitarem os constrangimentos da cooperação com o governo americano, tentaram elidir a realidade crua da política internacional. A via alternativa, com a França e a Alemanha, mesmo se viável, não faria um programa brasileiro necessariamente mais autônomo, tampouco escaparia dos constrangimentos políticos existentes no relacionamento bilateral com os Estados Unidos. A posição dos nacionalistas brasileiros não era isolada. Intelectuais e governantes de muitos países abraçaram causa semelhante. Até países africanos recém-independentes alimentaram devaneios de grandeza nuclear. Em Kinshasa, na República Democrática do Congo, um centro de pesquisas nucleares fora fundado pelos belgas e financiado pelos americanos em 1958. Comprou-se um reator TRIGA Mark I, instalado em 1959, mas desligado em 1970. Em 1972, eles conseguiram material para outro reator. Milhões de dólares foram enterrados na iniciativa, sem que trouxesse resultados práticos para o país. Hoje, o prédio de quarenta salas que acondiciona as instalações está abandonado. É um legado da megalomania das elites da periferia.

O principal ponto da bancada defensora da autarquia foi criticar os potenciais ganhos decorrentes da política de colaboração com o governo americano. Para isso, necessitavam não só valorizar o tório, mas minimizar a ajuda recebida de Washington. Barbosa da Silva não poderia concordar com essa interpretação. Até abril de 1956, o país já recebera várias concessões. Primeiro, os americanos

---

369 *Idem.*

enviaram ao Brasil vários técnicos e cientistas, inclusive da própria Comissão de Energia Atômica. Segundo, permitiram que cientistas e técnicos brasileiros trabalhassem nos laboratórios e nas universidades dos EUA e frequentassem cursos especializados. Terceiro, foram cedidos todos os planos e desenhos de um ciclotron bem como autorização para construí-los. Outro aspecto importante foi a criação de um mecanismo de cooperação para localização, avaliação e medição das jazidas de minerais atômicos existentes no Brasil. A cereja no bolo foi a obtenção de um reator de pesquisas. Quando o deputado Seixas Dória questionou se o reator recebido, à base de urânio, não seria dispensável diante da possibilidade de que o Brasil viesse a ter um programa fundado no tório, Barbosa da Silva respondeu dizendo que era possível “treinar um piloto em planadores e ele, depois, vai voar em aviões a jato”. Ao ser questionado por outro parlamentar sobre a razão de os americanos introduzirem várias ressalvas no uso do material e equipamento cedido ao Brasil, inclusive em termos armamentistas, Barbosa da Silva respondeu não as ver como “limitativas” da soberania do país, uma vez não existir, naquele momento, desejo de “embarcar nessa custosa pesquisa de caráter militar”<sup>370</sup>.

O tópico mais polêmico enfrentado por Barbosa da Silva, no entanto, foi o Acordo do Trigo – “uma fortuna em tório, exportada a preço vil”, pagando o Brasil “com o seu futuro o trigo para o consumo de quatro meses”, de acordo com um crítico. A onda nacionalista foi especialmente crítica, mas sem fundamento. A aquisição do produto, realizada em novembro de 1955, foi em condições tão boas para o Brasil que mais de vinte países protestaram. A engenharia financeira garantiu o abastecimento sem incorrer em gastos de divisas, uma vitória nas condições adversas de então. Ainda que vilipendiado, trouxe tantos ganhos

---

370 Cel. Orlando Rangel. Relatório anexo ao Ofício Nº 10/56/EMFA. 27 de abril de 1956. AAA; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD.

que seria repetido. Era equivocada a concepção de que se sacrificara o interesse nacional. Como Neves da Fontoura bem relatou, “trocar o trigo por tório, especificamente, ou trocar o tório por dólar e, depois, comprar o trigo, [era] a mesma coisa”<sup>371</sup>.

Muitos decisores ficaram alarmados com a retórica agressiva – e muitas vezes sem fundamento – das críticas feitas à política nuclear. Amaral Peixoto, amigo de Barbosa da Silva, afirmou de Washington: “penso que estamos nos deixando levar por sentimentos afetivos ou partidários e isso só serve para perturbar a orientação que nós devemos traçar”. Roberto Campos, um dos colegas da carreira mais próximos de Edmundo, observou, anos depois, que, após a crise de 1955-56, o setor privado desinteressou-se pela área nuclear. O monopólio governamental, então, emergiu como situação de fato. Apesar de ter-se abraçado o valor estratégico do tório, a tecnologia caminhou para o uso do urânio, que passou, inclusive, por um período de superprodução. Os sais de tório seriam, em pouco tempo, jogados fora em países como o Canadá. Os nacionalistas, por sua vez, nunca reconheceram o fato de o Brasil não ter ido para a completa bancarrota em 1953 e 1954 em decorrência dos empréstimos que totalizavam quase meio bilhão de dólares, negociados no contexto do diálogo na área nuclear. A primeira usina nuclear brasileira, Angra-1, teve sua construção iniciada somente em 1971 e levou quatorze anos para ser concluída. Angra-2, por sua vez, demorou vinte e cinco anos. Em 2011, a energia nuclear ofertava somente 3% do consumo nacional brasileiro e Angra-1, em 1995, tinha o reator mais ineficiente do mundo<sup>372</sup>.

---

371 CPI-Nuclear. Sessão de 14 de maio e 14 de agosto de 1956. CEDI-CD; Depoimento de Barbosa da Silva à CPI-Nuclear. Secreto. Sessão de 24 de maio de 1956. CEDI-CD; Carvalho: 1956, p. 364; Peixoto: 1986, p. 413.

372 De Amaral Peixoto para Álvaro Alberto. Washington, D. C. 27 de agosto de 1956. EAP 1956.06.27 emb; Campos: 1966, p. 52-3; United States Department of State: 1987, p. 743; IAEA. “Brazil”, *Country Nuclear Power Profiles*. Acessível em: <<https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/Brazil/Brazil.htm>>; Ramana: 2012, p. 42.

O relatório da CPI, redigido pelo deputado Dagoberto Sales, não refletiu de forma fidedigna o choque de opiniões apresentado nas mais de 2.500 páginas de depoimentos. É um documento político e seletivo. Não é de se admirar que as dez citações do depoimento secreto de Barbosa da Silva terem sido enviesadas de forma a reforçar as ideias pré-concebidas do relator. Edmundo, publicamente, nunca criticou o procedimento. Após a turbulenta CPI, podia calmamente falar que o esforço do Itamaraty começava a ser reconhecido (“conseguimos varar a tempestade atômica”, disse a um amigo). Ele permaneceu como membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Logo após esse difícil período profissional, contudo, foi atingido por uma tragédia pessoal. Sua filha mais nova, Lygia Maria, muito doente, foi receber tratamento nos Estados Unidos. Lá, Lygia, sob a atenção da mãe e de Clarice Lispector, dileta amiga e esposa do diplomata Maury Gurgel Valente, acabaria falecendo<sup>373</sup>.

---

373 Salles: 1959, p. 45; De Barbosa da Silva para Freitas Valle. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1957; De Gurgel Valente para Barbosa da Silva. Washington, 6 de junho de 1957. APEBS.



*Edmundo Barbosa da Silva ao lado de Eric Wyndham White em reunião do GATT (1960).  
APEBS.*



## CAPÍTULO 9

### DEC

#### Os méritos próprios

*A política, para os mineiros, é um jogo de alta precisão, onde as questões são resolvidas com espírito esportivo, sem ódios e sem ressentimentos.*

Hugo Gouthier

Quando Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República, adotou o que pode ser considerada uma “diplomacia paralela”. O presidente, assim, não se conformou com o relacionamento hierárquico e formal do Itamaraty para formular e executar sua política externa. Ele julgou benéfica a introdução de atores de fora do órgão que contassem com a sua confiança ou o contato direto e independente com diplomatas de nível intermediário da carreira sem passar pela cadeia de comando tradicional<sup>374</sup>.

Barbosa da Silva foi um dos mais beneficiados por esse padrão decisório. Tinha uma década de meia de experiência em negociações internacionais, particularmente em temas econômicos. Sua rede de relacionamento estendia-se de Washington a Tóquio, com atores essenciais para celebrar qualquer ajuste bilateral. Por fim,

---

374 Sobre a diplomacia presidencial no período, ver Danese: 1999, p. 314-31.

tinha à disposição um grupo coeso e brilhante de diplomatas para ajudá-lo nas tarefas que lhe eram incumbidas. Antes mesmo de seu conterrâneo assumir a Presidência, Edmundo já tinha grandes responsabilidades. Em 1955, por exemplo, 51 dos 58 ajustes assinados pelo órgão foram negociados sob sua supervisão. Alguns eram protocolos sem grandes repercussões, mas muitos afetavam o cotidiano de todo brasileiro – a totalidade do trigo consumido no país, por exemplo, foi negociada pelo Departamento Econômico e Consular.

A diplomacia empreendida por Juscelino deu-lhe mais poder e, por consequência, trabalho. Em uma sexta-feira de 1956, geralmente um dia tranquilo, havia quatro negociações de alto nível simultâneas no Departamento Econômico. Ele discutia com um alto diplomata argentino a cooperação bilateral; Celso Raul Garcia presidia uma comissão para tratar de um assunto com o Paraguai e a Bolívia; Arnaldo de Vasconcellos conduzia uma reunião de técnicos brasileiros com uma comissão da Cepal; e Antonio Corrêa do Lago lidava com uma missão francesa. Mesmo chegando em seu gabinete às 8 da manhã e saindo depois das 7 da noite (o expediente naquele período terminava às 5), Edmundo não raro tinha mais papéis no fim do dia do que no começo<sup>375</sup>.

De Genebra, observando este fôlego, Alfredo Valladão comentou: “Dê-me rápido a fórmula que permite a esse físico aguentar a parada”. Edmundo era ainda jovem, com quase quarenta anos. Parecia, no entanto, mais maduro. Não perdia a calma com situações difíceis, ciúmes institucionais e injustiças perpetradas por detratores. Sua paciência era apreciada por vários colegas, que lhe solicitavam conselhos sobre como navegar as imperscrutáveis correntezas da Secretaria de Estado. Nessas

---

375 Notas taquigráficas da sessão de 2 e 13 de junho de 1956 da Comissão de Estudos para a Reestruturação do Serviço do Ministério. Maço 84.258. AHI-BSB. Ver documentos da reforma de 1961 depositados no mesmo arquivo.

situações, repetidamente aconselhava seus correspondentes a reduzir os problemas “a seus méritos próprios”<sup>376</sup>.

Amigos iam e vinham do exterior. As festas de boas-vindas eram tão recorrentes como as de despedida. Cada uma era singular para Barbosa da Silva. O único fato constante era sua presença e sua prosa afiada. Na residência de Roberto Campos, em Copacabana, ou em sua própria, nas Laranjeiras, a conversa invariavelmente tangenciava o que muitos consideravam o seu feudo: o Departamento Econômico e Consular. O fortalecimento do órgão diante de concorrentes internos e externos decorria em parte de pressões. No primeiro *front*, Edmundo partia da premissa que o Itamaraty era um ministério político por excelência. Mas isso não impedia que o fator econômico fosse uma das variáveis mais determinantes da inserção internacional do país. Para ele, as relações econômicas deveriam ser necessariamente conduzidas em função de objetivos políticos, sendo os principais assegurar o bem-estar e a segurança econômica do povo brasileiro. Com base nessa tese, argumentava que a inserção do país nas áreas comercial e financeira não deveria ficar a cargo dos órgãos técnicos<sup>377</sup>.

Um tema recorrentemente colocado na pauta de reforma foi o da promoção comercial. Quando Barbosa da Silva entrou no Itamaraty, em 1939, havia intensa disputa entre a diplomacia e os Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no exterior, vinculados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Adotou-se, nessa época, o entendimento informal de que o Itamaraty ficaria de fora da atividade de promoção comercial nas cidades com Escritórios do MTIC.

---

376 De Alfredo Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 28 de fevereiro de 1956. APEBS; De Barbosa da Silva para Santos Veras. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1957. APEBS.

377 Fernando de Noronha movimenta a frente parlamentar nacionalista. *O Semanário*, 14 a 21 de fevereiro de 1957; Silva: 1959.

A expansão promovida por Edmundo, na década de 1950, começou a aproximar o Itamaraty perigosamente da área de promoção comercial. O Departamento Econômico, pela própria natureza de seu trabalho, era o recipiente de vários convites para o Brasil participar de feiras e exposições internacionais. Sob a orientação de Barbosa da Silva, tais convites eram encaminhados para o MTIC. Este, por sua vez, muitas vezes declinava os convites justificando ausência de verba. O Itamaraty exasperava-se com a situação e os diplomatas insistentemente tentavam imiscuir-se nas decisões do daquele ministério<sup>378</sup>.

A primeira oportunidade que Edmundo teve para transferir as atividades de promoção comercial para o Itamaraty foi no âmbito da Comissão de Reforma criada pelo ministro Neves da Fontoura em 1952. Ela reuniu a cúpula do ministério e, como resultado de seus trabalhos, no ano seguinte, sob a iniciativa de Gustavo Capanema, na Câmara dos Deputados, foi defendida a transferência dos escritórios do MTIC para o Itamaraty. A diplomacia usou o argumento de que a multiplicação de órgãos dispersava as forças do país no exterior, gerando desperdício e conflitos. A justificativa da liderança do Itamaraty dava-se pela subordinação da promoção comercial à política externa. Para dar legitimidade ao pleito, o órgão contava com a transformação operada em seu perfil nas duas últimas décadas. Enquanto, no Itamaraty, os diplomatas eram progressivamente recrutados por intermédio de concurso público de provas, os cargos nos Escritórios eram preenchidos politicamente<sup>379</sup>.

Tal avaliação foi feita na Exposição do Conselho Nacional de Economia, publicada n'O *Observador Econômico e Financeiro*,

---

378 Ver, por exemplo, De Ronaldo Costa para Barbosa da Silva. 17 de janeiro de 1953. Divisão Econômica. Informações e relatórios. 1953. AHI-RJ.

379 Atas da Comissão de Estudo e Elaboração final do Projeto de Reforma do M.R.E. Relatório Final, 1953; Notas taquigráficas da sessão de 21 de setembro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

em 1955. No documento, afirmou-se que os Escritórios não justificavam “os gastos que com eles tem feito o governo”. Para o importante periódico, que refletia as teses do setor privado, as razões da deficiência eram a ausência de um forte órgão central para coordená-los (servindo também de centro de treinamento e estágio), inexistência de articulação com as classes produtoras por intermédio das associações nacionais e estaduais e, o mais relevante, a falta de seleção rigorosa de pessoal. No Congresso Nacional, avaliações semelhantes inspiraram uma iniciativa do deputado Armando Falcão para extingui-los<sup>380</sup>.

A burocracia vinculada aos Escritórios Comerciais lutou para não perder sua importância. Em 1955, Francisco Medaglia, chefe do Escritório Comercial do Brasil em Nova Iorque, encontrou-se com o presidente Juscelino Kubitschek e entregou um plano de reestruturação do sistema. Ele respondeu as críticas afirmando que operava com poucos recursos. Somente a expansão da burocracia poderia melhorá-la. Ele contou com o apoio de vários burocratas, políticos e jornalistas. Um dos mais veementes defensores dos Escritórios foi Humberto Bastos, membro do Conselho Nacional de Economia. Para ele, antes de o Itamaraty “meter-se pela casa alheia [...] deveria voltar-se para si mesmo e exigir do seu chanceler uma reestruturação dos próprios serviços”<sup>381</sup>.

Barbosa da Silva e seus colegas não deram trégua. Mas a batalha seria desafiadora, especialmente pelo fato de enfrentarem obstáculos no próprio Itamaraty. Isso pode ser visto na Comissão da Reforma do Itamaraty de 1956. Edmundo foi um de seus membros natos, junto com todas as lideranças do órgão. O presidente da Comissão, Henrique de Souza Gomes, preocupava-

---

380 Exportar ou morrer. *O Observador Econômico e Financeiro*, vol. XX, n. 229, março de 1955; Ver Requerimento 1.011 de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 8 de dezembro de 1955, p. 9059; Projeto n. 434, de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 6 de julho de 1955, p. 3881.

381 Maior eficiência aos escritórios comerciais. *Correio da Manhã*, 2 de outubro de 1957; Os escritórios comerciais. *Diário da Noite*, 10 de junho de 1955.

-se não com a transferência da matéria para o Itamaraty, mas com o impacto de uma possível “inclusão desse pessoal do [MICT]. [...] Eles não são servidores do Estado. São admitidos por portaria, a título precário. Nós somos nomeados após concurso ou prova de habilitação”, disse. Para Jorge Latour, o diplomata que criara o IRBr, “a expansão comercial do mundo sempre se fez através de Escritórios Comerciais”. Era melhor que o tema ficasse por lá. Já o ministro Jayme de Souza Gomes conjecturava: “se temos que receber o pessoal, então preferimos não receber nada”. Para o embaixador Moacyr Briggs, “seria conveniente extinguir os escritórios” e seu acervo material e de pessoal passar para o futuro Ministério da Indústria e Comércio. Sem tocar no tópico da transferência de pessoal, Barbosa da Silva identificou uma oportunidade. O Itamaraty, segundo ele, faria “mais do que os Escritórios Comerciais”, que eram, de maneira geral, em sua opinião, “um descalabro”<sup>382</sup>.

Sem consenso interno, a tão almejada extinção dos Escritórios Comerciais não foi alcançada durante o governo JK, a despeito do crescente apoio pela medida e a ativa atuação de Barbosa da Silva para que isso se concretizasse. O terreno, no entanto, estaria preparado para o futuro. Em 1961, quando ele acabava de se desligar do Departamento Econômico, os Escritórios Comerciais foram transferidos para o Itamaraty. Finalmente eliminou-se, no setor externo, uma burocracia concorrente. Não foi, no entanto, uma vitória completa. Ainda havia mais um obstáculo para os que buscavam elevar o controle da diplomacia sobre a interface do Estado brasileiro junto à economia internacional. E essa barreira estava, por incrível que possa parecer, no próprio Itamaraty – a carreira de ministros de Assuntos Econômicos<sup>383</sup>.

---

382 Notas taquigráficas da sessão de 21 de setembro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

383 Segundo um artigo de 1959, eles não justificavam “as despesas que custam para o contribuinte brasileiro” e, salvo algumas exceções, não passavam “de pretextos para colocar no exterior protegidos

Em 1908, na gestão do barão do Rio Branco, foram criadas duas vagas para o cargo de adido consular, uma iniciativa para dinamizar o comércio exterior. Foi, contudo, um quadro deficiente e desprestigiado. Somente na administração Octávio Mangabeira, com a criação dos Serviços Econômicos e Comerciais, que finalmente os adidos receberam uma missão. Eram, então, treze. Um dos primeiros a ocupar uma dessas posições foi o escritor Monteiro Lobato, que se deslocou para Nova Iorque. Não foi bem recebido pelas carreiras já estruturadas do quadro. Seu chefe deu-lhe, para trabalhar, “um cômodo escuro, pequeno, sem luz”. Com a Revolução de 1930, tais cargos foram transferidos brevemente para o Ministério do Trabalho, mas logo retornaram para o Itamaraty. Eles foram extintos, mas logo foi criado o cargo de Conselheiro Comercial. Se, inicialmente, o governo Vargas não sabia o que fazer com tais servidores, o presidente logo identificou nele um excelente prêmio para aliados, por ser uma nomeação direta que carecia de qualquer tipo de concurso de provas. Além disso, seus membros poderiam ser transferidos para o quadro diplomático por determinação presidencial. Era uma prebenda disputada e importante no sistema de cooptação do Estado Novo<sup>384</sup>. Em termos de trabalho, o resultado foi variado. Havia técnicos de elevado nível, mas a maioria era parente de políticos com folhas corridas de serviço ao governo Vargas. Trabalhando ao lado de diplomatas, eram por vezes presença incômoda, pois tinham mais prestígio junto ao Palácio do Catete que o próprio chefe do posto.

Com a ascensão de Dutra, o Itamaraty obteve sucesso em estancar o uso do cargo. Em maio de 1952, no entanto, Vargas submeteu um projeto de lei ao Congresso restabelecendo-os,

---

de políticos, num dos exemplos mais clamorosos de filhotismo”. Escritórios comerciais no exterior. *Folha da Manhã*, 19 de setembro de 1959; Ver Decreto nº 50.332, de 10 de março de 1961.

384 Decreto nº 2.364, de 31 de dezembro de 1908; Decreto nº 14.058, de 11 de fevereiro de 1920; Decreto nº 17.418, de 25 de agosto de 1926. Eram onze, mas em 1928 foram criados mais dois cargos; Lajolo: 2009, p. 40; Decreto nº 19.745, de 9 de março de 1931.

agora com o nome de ministro de Assuntos Econômicos. Seriam doze vagas e seriam equiparados, em termos de prerrogativas, aos diplomatas. Estes, em uma reação corporativa, foram implacáveis sobre Vicente Rao, o ministro das Relações Exteriores. Este acabou abraçando a causa. A aprovação do projeto de lei “seria prejudicial à estrutura e ao sistema hierárquico do serviço diplomático”, disse a Vargas. Em um documento redigido no âmbito da Comissão de Reforma do Itamaraty, afirmou-se que seria a “desagregação dos quadros diplomáticos nacionais”. Apesar da oposição, o presidente saiu vencedor<sup>385</sup>.

## GATT

*It is not sound to wait for things to happen according to pre-determined ideas. Those who participate in this great era of development will have a better chance to influence the course of events than those who stand aloof, watching the results of the melée.*

Edmundo Penna Barbosa da Silva

Barbosa da Silva iniciou suas atividades na área econômica do Itamaraty quando a estrutura do sistema econômico do pós-guerra já tinha sido criada. Em 1944, em um encontro em Bretton Woods, fundaram-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em 1947, criou-se, em Genebra, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Por fim, em Nova Iorque, em 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

---

385 De Vicente Rao para Getúlio Vargas. Confidencial. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1953. GV 53.09.01/1; Comentários ao projeto de lei nº 36, de 1953, que amplia as classes médias e inicial da carreira de diplomata, restabelece, com o título de ministro para assuntos econômicos, os cargos de conselheiros comerciais, e dá outras providências. AAS 1951.05.22 da2. Pasta II; Ver Decreto nº 2 de 21 de setembro de 1961 e Maço temático 84.260. AHI-BSB.

Edmundo, ocupado com a criação de um regime multilateral para a aviação civil, estava afastado desses assuntos.

Muitos de seus amigos e colegas de trabalho, contudo, atuaram na linha de frente dessas negociações. Em Bretton Woods, Roberto Campos esteve ao lado de Octávio Gouvêa de Bulhões, Eugênio Gudin, Valentim Bouças e Arthur de Souza Costa. Na área comercial, Sérgio Armando Frazão, Antônio Azeredo da Silveira, Octávio Augusto Dias Carneiro, Roberto Campos e Carlos dos Santos Veras assessoraram técnicos como Eduardo Lopes Rodrigues, Aldo Franco, José Nunes Guimarães, Alexandre Kafka, José Garrido Torres, Rômulo de Almeida e Glycon de Paiva. Por fim, no âmbito da Cepal, Miguel Ozório teve papel proeminente ao lado Heitor Lima Rocha, Evaldo Correia Lima, Aldo Batista Franco, Anápio Gomes e outros. Essa rede de diplomatas, técnicos e políticos, essencial para a formulação e defesa dos interesses nacionais no multilateralismo do pós-guerra, formou um núcleo que atuou nas próximas duas décadas na diplomacia econômica.

Edmundo acompanhou esse movimento inicialmente por intermédio de frequentes conversas informais com seus amigos e colegas de trabalho, além das reuniões realizadas no âmbito da Divisão Econômica. Sua transição para o tema iniciou em 1948, quando foi destacado para trabalhar na Comissão Consultiva de Assuntos Comerciais. Lá, acompanhou de perto como os setores econômicos brasileiros reagiam às rodadas tarifárias conduzidas no GATT. O trabalho foi importante. Antes das negociações, em audiências públicas, discutiam-se quais áreas da economia nacional eram sensíveis para a abertura comercial e para quais setores e países deveriam ser voltados os interesses brasileiros. Há vários registros indicando que os debates ocorridos após esses eventos foram virulentos. Cotidianamente, Edmundo lidou com o choque entre industriais e comerciantes e entre protecionistas e liberais. Tomava força, na sociedade, a concepção de que o

desenvolvimento brasileiro estava intimamente associado à promoção da industrialização por substituição de importações. Não demorou para que, no governo, iniciasse um movimento para que o Brasil abandonasse o GATT.

O Itamaraty, após muitos esforços, conseguiu evitar a saída do GATT. O preço a pagar foi o comprometimento em reduzir severamente o nível de compromissos tarifários brasileiros no multilateralismo comercial. Tal ação estava no cerne dos objetivos governamentais de acelerar um processo de industrialização por substituição de importações. Naturalmente, a partir de 1955, Barbosa da Silva foi lançado para a liderança dessa importante reforma. Alfredo Valladão, ao saber desse ativismo, perguntou: “Quem sabe, em você gostando, poderá tornar-se freguês, chefiando em futuras delegações as reuniões plenárias [do GATT]?”<sup>386</sup>

A situação, do ponto de vista institucional, era delicada. O órgão central na definição das tarifas aduaneiras brasileiras era o Congresso Nacional. Qualquer reforma teria de passar pelas suas duas casas legislativas e depois ser sancionada pelo Presidente da República. O Brasil, naquele momento, porém, não tinha liberdade em legislar sobre tarifas que afetavam quase 75% da pauta importadora nacional em decorrência das mais de 1300 posições consolidadas no GATT. Antes de reformar a política aduaneira, desse modo, era necessário conseguir, no plano multilateral, a derrogação desses compromissos. Foi observando esse complexo xadrez que Barbosa da Silva formulou o plano que seria executado pelo governo nos próximos anos. A primeira etapa era sensibilizar o governo americano, de forma a conseguir o apoio desse país no GATT. Sua opinião era que essa tarefa deveria ficar a cargo de Otávio Paranaçuá, o representante do país no Fundo Monetário Internacional. Edmundo sugeriu a utilização do argumento de que o aumento da

---

386 De Alfredo Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 3 de abril de 1956. APEBS.

taxação alfandegária cumpriria o papel de transferência da renda cambial para a renda fiscal. Após essa etapa, seria o momento de apresentar o projeto da nova tarifa no Comitê Intersessional do GATT, fazendo, na ocasião, o pedido para a derrogação dos compromissos brasileiros no Acordo. A aceitação do pedido encerraria a primeira etapa. Livre das amarras internacionais, a reforma doméstica poderia ser conduzida. Logo depois, o Brasil teria de renegociar seus compromissos com todos os parceiros e, posteriormente, aprová-los no Congresso Nacional<sup>387</sup>.

Desde 1947, o Ministério da Fazenda controlava a formulação da posição brasileira em negociações tarifárias multilaterais, ainda que a chefia das delegações do país no exterior comumente ficasse a cargo da diplomacia. Em 1954, quando ficou claro que o país teria de renegociar todos os seus compromissos, as autoridades fazendárias criaram a Comissão Consultiva do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, uma instância burocrática de coordenação com todos os órgãos governamentais relevantes no tema. Muitos diplomatas criticaram tal situação, em especial quando o Ministério da Fazenda insinuava críticas ao Itamaraty<sup>388</sup>. Barbosa da Silva, segundo relato posterior, tinha opinião diversa. Para ele,

*[o] Ministério do Exterior não pode ter uma política tarifária própria [...]. O que nos cabe fazer é promover o exercício do bom senso e do equilíbrio entre as forças internas de modo a que a formulação de posições nacionais exprima realmente uma harmonização de interesses pelos quais nos cabe, com imparcialidade, velar. No campo tarifário, sobretudo, em que as responsabilidades específicas do Ministério da*

387 De Barbosa da Silva para Camillo de Oliveira. 12 de abril de 1956. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

388 Instalação da Comissão Consultiva do Acordo Geral de Tarifas e Comércio. *Correio da Manhã*, 24 de julho de 1954; Prepara-se o Brasil para a reunião internacional de tarifas. *Diário Carioca*, 24 de julho de 1954.

*Fazenda são tão grandes, cabe-nos por vezes soar o alarme quando os objetivos finais de uma harmoniosa política econômica possam estar em risco, pela preponderância descabida de certos interesses sobre outros. Na luta mesmo entre indústria e café, vale mais uma nota de equilíbrio. Nem poderíamos concordar com o reinado tirânico do café, nem com uma drástica ação da indústria, subvertendo abruptamente uma ordem que já vigora há mais de 100 anos<sup>389</sup>.*

O primeiro aspecto a examinar desse importante texto é um fato que a muitos escapavam: raramente o Itamaraty tinha responsabilidade regulatória doméstica sobre os temas em negociação no plano internacional. Nessa situação, não eram cabíveis ações resolutas sobre a direção geral da política, tampouco a prescrição de opiniões. O ativismo destemperado, aliás, geraria sérios conflitos com outras burocracias. A visão de Barbosa da Silva era que o Itamaraty deveria ser um árbitro diante do choque de forças domésticas. A autoridade, nessa atividade de “harmonização dos interesses”, fundava-se na imagem de “imparcialidade” e sua legitimidade, no uso do “bom senso” e do “equilíbrio”. Isso, no entanto, não era fácil, principalmente em temas comerciais. De um lado, estavam os enraizados interesses agrícolas nacionais. Esses produtos eram tradicionais da pauta exportadora e toda a economia brasileira estava ancorada no setor. De outro lado, estavam os emergentes interesses industriais. Ungidos sob a crença de que o país só alcançaria o desenvolvimento econômico sustentável pela industrialização massiva de sua economia, intelectuais e burocratas buscavam subordinar a inserção internacional do país a esse setor. Edmundo via a relevância do Itamaraty exatamente na modulação do choque entre essas duas contraditórias forças.

---

389 De Barbosa da Silva para Santos Veras. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1958. APEBS.

Essa técnica foi aplicada de forma positiva nos anos seguintes, especialmente na renegociação dos compromissos brasileiros no GATT. O principal órgão foi o Ministério da Fazenda, mas o Itamaraty controlava o estratégico fluxo de informação com os postos no exterior. Os contatos cultivados com autoridades em Washington, Nova Iorque, Londres, Paris e Genebra seriam de grande valia nesse esforço. Nessa atividade, Barbosa da Silva foi incansável, mas de forma a não melindrar Valentim Bouças, o chefe da Comissão Consultiva do GATT, no Ministério da Fazenda. Foi sob a liderança desse órgão que o país conseguiu a derrogação de seus compromissos em 1956<sup>390</sup>.

Em meados do ano seguinte, o parlamento brasileiro aprovou uma nova tarifa aduaneira. O próximo passo, então, foi o procedimento de “reentrada” do Brasil no GATT, renegociando as tarifas que o país consolidara entre 1947-51. Liderando o Departamento Econômico, em colaboração estreita com o Ministério da Fazenda, Barbosa da Silva supervisionou a elaboração de um fichário, produto por produto, com dados de importação, quantidade e valor por país de procedência; outro fichário conteve os produtos que não poderiam ser objeto de negociação e um terceiro os produtos que, sob determinadas condições, poderiam oferecer margem a concessões – e qual seria esta.

A grande batalha, nesse estágio, foi a constituição da delegação brasileira. Havia grande pressão de empresários e parlamentares para integrarem o grupo. Alfredo Valladão, a liderança do Itamaraty em Genebra, criticou para Barbosa da Silva o “trem da alegria” de observadores parlamentares, mas não havia como melindrar grupo tão poderoso. Outra questão que ocasionou acalorados debates foi quem chefaria a delegação. O natural seria que recaísse sobre o

---

390 Memo de Arnaldo de Vasconcellos para Barbosa da Silva. GATT. Nova tarifa alfandegária. Confidencial. 12 de outubro de 1956. Memos confidenciais de 1956. AHI-BSB; O GATT e as novas tarifas alfandegárias brasileiras. *O Observador Econômico e Financeiro*, vol. XXI, n. 250, 1956, p. 20.

chefe do posto, o embaixador Henrique de Souza Gomes. Ele fazia parte da ala jurídicista do Itamaraty e tinha pouca disposição para lidar com o assunto. Estava feliz em transferir para outra pessoa a responsabilidade. Essa acabou recaindo sobre o diplomata aposentado Júlio Augusto Barboza Carneiro, muito ligado às autoridades fazendárias. Acompanharam-no, em Genebra, mais de sessenta técnicos, parlamentares, diplomatas e assessores, alguns permanecendo na cidade por mais de cinco meses<sup>391</sup>.

Com a renegociação concluída, seu resultado foi encaminhado para o Congresso Nacional. E aqui Edmundo novamente teve papel proativo. O Brasil estava em falta com os seus compromissos no GATT desde a derrogação concedida em 1956. Ano após ano, ele tranquilizou os parceiros comerciais enquanto aguardou a aprovação dos resultados das negociações pelo Congresso Nacional. Mas em 1960, ao completar quatro anos, a pressão no exterior elevou-se. Em maio desse ano, Edmundo deslocou-se para Brasília. Era necessário que a Presidência da República exercesse alguma liderança, fazendo com que a matéria fosse colocada em pauta e que os aliados do governo aprovassem o protocolo antes da próxima reunião das Partes Contratantes. Não obteve sucesso. O diplomata, ao chegar em Genebra, no mesmo mês, usou todo o seu dom de persuasão para aumentar, novamente, o prazo da derrogação dos compromissos tarifários. Conseguiu o adiamento, mas não sem receber manifestações de profundo desagrado. Novamente retornou a Brasília com o único propósito de tentar sensibilizar o Congresso Nacional da gravidade da não ratificação. Os parlamentares sentiram-se desconfortáveis com a pressão. Um deles minimizou a pressa, dando a desculpa que Barbosa da Silva,

---

391 Ata da reunião do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria, 27/1/58. CNI-BSB; Entrevista com Antonio Patriota. Brasília, 2/2/12. Ver correspondência. Exemplo: De Valladão a Barbosa da Silva. Genebra, 28 de janeiro de 1958. APEBS; Entrevista com Antonio Patriota. Brasília, 4 de janeiro de 2012.

“turista do Itamaraty”, teria segurado durante seis meses o projeto de lei em sua gaveta<sup>392</sup>.

Somente em 24 de agosto de 1960 a Câmara dos Deputados aprovou, com emendas, os instrumentos resultantes das negociações tarifárias no GATT. O Senado Federal aprovou o projeto no dia seguinte. Mais de quarenta concessões foram rejeitadas. Em 31 de agosto de 1960, o governo brasileiro comunicou ao GATT o fato de terem sido rejeitadas no parlamento quase 10% de todos os itens negociados pelo Brasil. O país continuaria, nas próximas três décadas, repetidamente violando seus compromissos multilaterais, solicitando derrogações para elevar o protecionismo e renegociando com seus parceiros a aceitação dessas medidas<sup>393</sup>.

O diplomata, até o fim da década de 1950, não frequentava as Sessões das Partes Contratantes do GATT. Não tinha problema em só delegar o tema, da forma como era conduzido por grandes profissionais, muitos deles amigos pessoais. O mais importante foi o diplomata Alfredo Valladão, com extensa experiência em Genebra, junto ao GATT. Ele era incansável na defesa dos interesses brasileiros e, em decorrência de sua ação, o Brasil alcançou influência sem precedentes no Acordo. Em 1959, ele

---

392 Considera-se grave o atraso na ratificação às negociações junto ao GATT. *Folha de São Paulo*, 5 de maio de 1960; Desptel 4019 para Delbragen. GATT. Negociações tarifárias brasileiras. 13 de maio de 1960. Telegramas expedidos (1960). AHI-BSB; Tel 141 de Delbragen para Exteriores. GATT. XVI Sessão. Partes Contratantes. Atuação do embaixador Barbosa da Silva. 9 de junho de 1960. Telegramas recebidos (1960). AHI-BSB; Tel 190 de Delbragen para Exteriores. Negociações tarifárias brasileiras. Pedido de prorrogação de Waiver. 3 de agosto de 1960. Telegramas recebidos (1960). AHI-BSB; Considera-se grave o atraso na ratificação às negociações junto ao GATT. *Folha de São Paulo*, 5 de maio de 1960; Deputado faz apelo para que a Câmara vote logo acordo do GATT. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1960.

393 Afirmado existir coação do Itamaraty ao Congresso para aprovar sem detido exame o acordo do GATT. *O Globo*, 5 de agosto de 1960; Desptel 7924 para Delbragen. Negociações tarifárias brasileiras. Aprovação pelo Congresso Nacional. 27 de agosto de 1960. Telegramas expedidos (1960). AHI-BSB; Decreto Legislativo nº 14, de 1960. *Diário do Congresso Nacional*, 25 de agosto de 1960. Letter from R. S. Issacson to M. p. Lam. Rio de Janeiro, September 1, 1960. NARA-UK/BT11/5762; Telegram from Rio de Janeiro to Foreign Office. Nº 38. April 29, 1960; Telegram from Rio de Janeiro to Foreign Office. Nº 159. August 29, 1960. NARA-UK/FO371/149974; Desptel 7788 para Delbragen. GATT. Negociações tarifárias brasileiras. 25 de agosto de 1960. Telegramas expedidos (1960). AHI-BSB.

celebrava: “atingimos o estado de adultos”. Os países desenvolvidos tratavam o Brasil como igual, solicitando audiências privadas para conversas e entendimentos. Tanto Barbosa da Silva como Valladão tinham a convicção da inevitabilidade do GATT na regulação do comércio internacional e da necessidade de o Brasil ser ativo na organização<sup>394</sup>.

Foi nessa época que o Secretário Executivo do GATT, Eric Wyndham White, visitou o Brasil a convite de Barbosa da Silva. O diplomata supervisionou cuidadosamente a agenda do inglês, que logo se tornou seu amigo. O comando demonstrado sobre o tema comercial, o relacionamento com personalidades chaves da América Latina e da Europa e, acima de tudo, a confiança que o governo brasileiro tinha sobre ele convenceram Wyndham White a apoiá-lo a presidir a próxima seção das Partes Contratantes do GATT. Edmundo contou com amigos em postos estratégicos para conseguir votos. Em setembro de 1959, já tinha o apoio dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da América Latina e de Wyndham White. Na Europa continental, a busca por votos foi extremamente difícil diante da posição que o Brasil teve de liderança contra o regionalismo europeu, mas o objetivo foi alcançado<sup>395</sup>.

Ele, ao final, obteve sucesso na votação, que ocorreu na sessão do GATT realizada em Tóquio, de 26 de outubro a 21 de novembro. Tanto a viagem como o evento em si foram cansativos – Roma, Beirute, Hong Kong, Tóquio e, depois, a Nagoya, Kyoto, Nara, Osaka e Kobe. Nesse périplo, o diplomata conheceu desde templos de 1200 anos até modernas fábricas de aparelhos de TV. A preparação para o encontro propriamente dito seguiu um roteiro pré-estabelecido, que Edmundo implementava ainda no tempo das conferências

394 De Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 2 de junho de 1959. APEBS.

395 Barbosa da Silva. Relatório. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1959. RC 59.01.02; De Barbosa da Silva para Corrêa da Costa. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1959; De Corrêa da Costa para Barbosa da Silva. Roma, 11 de setembro de 1959. APEBS.

de aviação civil, na década de 1940. A iniciativa envolvia detalhes mundanos, como providenciar máquinas de escrever, caixas de papel carbono, blocos de taquigrafia e assim por diante. A decisão sobre as acomodações também era importante. Seu quarto deveria ter uma sala para reuniões de delegações e ter disponível uma caixa de uísque para impulsionar o trabalho noturno. Ele gostava, sobretudo, que seus delegados redigissem o relatório durante a própria Conferência, evitando a dispersão de ideias após o fim do conclave. Em todo esse esforço, contou com a colaboração de seu amigo João Augusto de Araújo Castro, na época o embaixador do Brasil em Tóquio<sup>396</sup>.

No encontro, a eleição de Barbosa da Silva acabou sendo uma formalidade. Ele foi o sétimo presidente das Partes Contratantes do GATT. Um de seus antecessores, o indiano Lakshmi Kant Jha, ao receber as homenagens de praxe, ironicamente afirmou que não deveria deixar de fazer uma restrição ao seu sucessor, que, na sua opinião, era muito jovem. Ao agradecer os elogios pela sua eleição, Barbosa da Silva aproveitou, com bom humor, para retorquir, dizendo que não tinha como contestar a afirmação sobre sua idade, mas estava certo de que o problema seria resolvido pelo tempo. Já o delegado do Canadá, J. Warren, ao manifestar seu apreço pelo resultado da eleição, desculpou-se por não poder saudá-lo em espanhol. Diante de tais palavras, Barbosa da Silva afirmou que se sentia aliviado com a gentileza, pois embora entendesse razoavelmente bem o idioma, não poderia retribuir-lhe a atenção, a não ser que fosse em português, a língua falada no Brasil. A gafe nunca foi esquecida pelo canadense<sup>397</sup>.

Edmundo, durante sua estadia em Tóquio, buscou avançar a agenda brasileira em três frentes: a expansão do GATT na área de

---

396 De Barbosa da Silva para André Guimarães. Tóquio, 4 de novembro de 1959; De Barbosa da Silva para Araújo Castro. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1959. APEBS.

397 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. "Missão à União Soviética". 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

interesse dos países em desenvolvimento, o aumento de prazo para a aprovação da renegociação tarifária e o tema do regionalismo. Na reunião, Edmundo percebeu que, apesar de todos os esforços dos países em desenvolvimento, os obstáculos por eles enfrentados ainda não eram apreciados de forma adequada no GATT. Reverter esse quadro, contudo, não era fácil. Os poderosos, notou, nutriam “certo temor [...] um sentimento de irritação, diante da velocidade adquirida pelos trabalhos”; por outro lado, o Brasil lutou “contra a apatia dos delegados de vários países menos desenvolvidos, indiferentes ao debate de matérias de tão fundamental importância para a expansão das respectivas economias”. Esse seria o tom dos próximos anos da diplomacia comercial brasileira. O trabalho seria, ao mesmo tempo, arregimentar o desunido Terceiro Mundo para uma agenda reformista e acalmar os países desenvolvidos diante de tal avalanche. Na questão da renegociação dos compromissos tarifários, Edmundo, em Tóquio, admitiu ao ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, que não fora nada fácil para a delegação brasileira obter nova prorrogação. Ao final do encontro, sua percepção era que o Brasil deveria sempre estar presente com uma delegação de alto nível, preparada com antecedência e mantendo a continuidade de representação no GATT. Talvez o mais importante no encontro tenha sido o registro do diplomata sobre o estado da economia brasileira. É uma das primeiras vezes em que ele apresentou formalmente sua percepção de que o processo de substituição de importações, no país, alcançara o seu limite, havendo a necessidade não só de reconhecer essa realidade, mas de repensar a inserção internacional do país. Essa era uma questão delicada e longe de ser consensual no próprio Itamaraty<sup>398</sup>.

---

398 De Barbosa da Silva para Horácio Lafer. Relatório da delegação do Brasil à XV Sessão das Partes Contratantes do GATT. Tóquio, 26 de outubro a 21 de novembro de 1959; De Barbosa da Silva para Horácio Lafer. Relatório da delegação do Brasil à XV Sessão das Partes Contratantes do GATT. Tóquio, 26 de outubro a 21 de novembro de 1959, p. 290. APRFLR.

Ao retornar para o Brasil, Edmundo não tinha palavras suficientes para agradecer seu caro amigo Araújo Castro por todo apoio dado em Tóquio. O carioca tinha largos conhecimentos sobre trabalhos em encontros multilaterais, tato e autoridade pessoal. Barbosa da Silva confidenciou-lhe o orgulho de comprovar “aos estranhos à Casa que podemos fazer bem o grande e o pequeno, sem alarde e sem pretensão”<sup>399</sup>.

A eleição para a Presidência das Partes Contratantes do GATT elevou as responsabilidades de Barbosa da Silva. Nos anos seguintes, dedicaria cada vez mais sua atenção aos problemas da organização. Sua primeira gestão foi entre maio e junho de 1960, na XVIª Sessão. Na época, a organização buscava avanços em quatro agendas. A primeira era lidar com a integração europeia. Na época de criação do GATT, em 1947, existiam poucos arranjos regionais e estes tinham poucos efeitos no comércio internacional. A situação mudou quando seis poderosos países da Europa Ocidental anunciaram a assinatura do Tratado de Roma em 1957. Ele foi um desafio, pois o bloco não se harmonizava ao arcabouço regulatório existente. Se, por um lado, os demais países do GATT desejavam compensações pelas perdas comerciais que teriam, os europeus ameaçavam abandonar o multilateralismo caso sofressem restrições em seu projeto.

O segundo desafio era o tema da agricultura. Ao não ter ratificado a Carta de Havana, que criaria a Organização Internacional do Comércio, o governo americano acabou impedindo a implementação de um instrumento robusto voltado para lidar com o comércio internacional de produtos agrícolas. Sem a Carta, percebendo a deterioração dos preços relativos desses produtos e a vigorosa expansão do protecionismo agrícola nos Estados Unidos

---

399 De Barbosa da Silva para Araújo Castro. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1959. APEBS.

e na Europa, muitos países em desenvolvimento pressionaram o GATT a ter atuação mais ativa neste tópico.

A terceira agenda foi a busca, pelo governo americano, de uma nova rodada de negociações comerciais. Havia muita resistência, sob o argumento de que o Arranjo deveria aumentar a aplicabilidade das regras já existentes. Outros países, como a Austrália, acreditavam na necessidade de a instituição dedicar seus esforços para o tema das barreiras não-tarifárias, principalmente no setor agrícola – rota inaceitável para o governo americano. Por fim, restava a situação organizacional do GATT. Criado de forma provisória, com diminuta verba, seu corpo de funcionários já não mais conseguia administrar a complexa rede de acordos existentes.

A habilidosa atuação de Barbosa da Silva nesses tópicos foi reconhecida pelos seus colegas, que o reelegeram quatro vezes para o cargo. Isso acabou por colocá-lo em situação delicada. Ao mesmo tempo em que deveria defender com vigor os interesses nacionais brasileiros, era necessário ser sensível à busca pelo consenso para avançar a agenda da organização. Esse equilíbrio pode ser visto em 1960. A tática foi manter, em suas manifestações públicas iniciais, a imparcialidade, e transferir a seus colegas de delegação a defesa dos interesses brasileiros<sup>400</sup>.

O auge da ação do diplomata, no GATT, foi a presidência da Reunião Ministerial de 1961 – a delegação brasileira foi liderada pelo político Ulysses Guimarães, na época à frente do Ministério da Indústria e Comércio. Edmundo tinha crenças ambivalentes com relação ao marco institucional do sistema multilateral de comércio. Ao contrário de muitos colegas de carreira, acreditava ser o GATT o elemento fundamental para a realização dos interesses brasileiros. Isso pode ser visto em seu discurso final

---

400 Farias: 2012, p. 278; Por problemas na sua agenda, não conseguiu presidir a XVIII Sessão. A listagem completa está disponível em Jackson: 1969, p. 922-3.

no encontro, quando apresentou suas ideias sobre a cooperação econômica. Para o diplomata, a desigualdade entre as nações era fonte de “temores e revoltas”. O GATT, nesse aspecto, em sua opinião, poderia “assumir um papel de particular importância como instrumento de convivência pacífica”. Mas se publicamente apresentou a organização como fonte de solução para a crise que julgou se avizinhar, notou a distância entre expectativas, intenções e resultados. Observando as iniciativas reformistas, reclamou que documentos eram examinados superficialmente e muitos delegados participavam das discussões sem terem instrução alguma<sup>401</sup>.

A questão sobre como atuar diante das sérias dificuldades foi um desafio para Barbosa da Silva. Mesmo com todos os obstáculos, ele acreditava ser inadequado para o Brasil buscar rupturas com a ordem existente. Essa opinião era, no entanto, progressivamente minoritária no Itamaraty. Crescentemente, seus colegas defendiam a criação de outro marco organizacional para gerenciar os fluxos de comércio internacional. Não era à toa que Edmundo, naquele momento, tinha mais prestígio no exterior do que no Brasil<sup>402</sup>.

## Integração Regional

*The only unity possible in Ibero-America is in diversity, for nationalism is as vivid among the peoples of Latin America as it is everywhere else.*

Ernest Hambloch

Poucos aspectos da política externa brasileira transformaram-se tanto, em meados do século XX, como a relação do país com seus

401 Statement by Barbosa da Silva (1961/11). APEBS; Committee III. Statement by Ambassador Barbosa da Silva, head of the Brazilian delegation. [1963]. Maço especial GATT (Abril-Maio). 1963. AHI-BSB.

402 De Barbosa da Silva para Horácio Lafer. Relatório da delegação do Brasil à XV Sessão das Partes Contratantes do GATT. Tóquio, 26 de outubro a 21 de novembro de 1959. APRFLR; Hélio Fernandes. Em primeira mão. *Diário de Notícias*, 6 de outubro de 1959.

vizinhos. Barbosa da Silva, aqui, foi observador e ator privilegiado de um processo histórico de transição diplomática. Quando era estudante, o tema já era candente, mas excessivamente jurista. Progressivamente, ocorreu o que Afonso Arinos de Mello Franco definiu como a evolução do panamericanismo “jurídico-político para novas necessidades econômicas e sociais” Assim, no início da década de 1940, os governos argentino e brasileiro aventaram a promoção da liberalização comercial bilateral, cogitando até a criação de uma união aduaneira aberta à adesão de países vizinhos. No mesmo ano, na II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana, o diplomata brasileiro Maurício Nabuco empreendeu negociações paralelas com a Argentina de forma a incrementar o comércio bilateral.

Mas nem tudo eram flores, particularmente no relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina durante a primeira presidência Juan Perón (1952-1955). Naquela época, a maioria dos diplomatas brasileiros temia o imperialismo argentino na região. Ramiro Saraiva Guerreiro, colega de Edmundo, afirmou, em 1953, que havia no país vizinho “uma corrente de opinião, nem sempre claramente expressa, que aspira à formação de um todo maior hispano”. O jovem diplomata Afonso Arinos Filho, que visitou Buenos Aires no mesmo ano, ao retornar ao Rio de Janeiro, informou seus superiores de que havia, no país platino, uma fobia contra os brasileiros. Um subordinado de Barbosa da Silva argumentou, na mesma época, que um acordo entre Chile e Argentina seria o “marco inicial do plano peronista de formação de um bloco independente de nações sul-americanas”. Já Galba Santos, do Departamento Político, tentou mobilizar seus superiores para fortalecer, na América do Sul, “o espírito de resistência à penetração argentina”<sup>403</sup>.

---

403 Memo de Ramiro Saraiva Guerreiro para Alvaro Teixeira Soares. Confidencial. 25 de agosto de 1953; Memo de Afonso Arinos de Mello Franco para chefe do Departamento de Administração. Relatório

Havia, nesse contexto de rivalidade, uma posição principista contra acordos regionais com os vizinhos. Saraiva Guerreiro, na época atuando no Departamento Político, por exemplo, recusou tanto a ideia de aderir às propostas de Buenos Aires de estreitar laços comerciais quanto até de articular um bloco paralelo. Essas vias eram consideradas indesejáveis e contrárias às tradições brasileiras. Em despacho sobre o assunto, seu superior, Álvaro Teixeira Soares, cogitou, em último caso, até aceder a blocos. Não para se conformar à ideia de regionalismo, mas para tirar “proveito ativo” e buscar primazia no longo prazo, em especial para desbaratar “a arquitetura política que Buenos Aires lhe pensa dar”. O país desejava incentivar o comércio interamericano, “desde que não [interferisse] com as correntes normais de intercâmbio do Brasil com a Europa e [com] os compromissos assumidos no GATT”. Um subordinado de Barbosa da Silva apresentou tese quase idêntica: “a linha de política do Itamaraty contrária a blocos regionais é tradicional e tem sido reiterada recentemente”. Isso foi confirmado em 1955, no VI Período de Sessões da Cepal, quando as instruções dadas aos delegados brasileiros, no tópico, informavam que o sucesso do regionalismo poderia ocasionar um fracionamento da América Latina em unidades rivais. No ano seguinte, em conversas bilaterais com o governo argentino, o tema do regionalismo não aparecia na agenda<sup>404</sup>.

---

do correio diplomático a Buenos Aires e Santiago, entre 13 e 24 de maio de 1953; Memo de José Maria Vilar para Edmundo Barbosa da Silva. Relações econômicas Brasil-Chile e Chile-Argentina. 19 de fevereiro de 1953. Secreto; Memo de Galba Santos para Vasco Leitão da Cunha. Política de expansão peronista. Necessidade de intervenção brasileira. Confidencial. 6 de novembro de 1952. Memos confidenciais. AHI-BSB.

404 Memo de Ramiro Saraiva Guerreiro para Alvaro Teixeira Soares. Confidencial. 25 de agosto de 1953. Memos confidenciais de 1953; Tel 21 para Bogotá. 27 de agosto de 1955. Confidencial. Maço 6.751; Memo de José Maria Vilar para Edmundo Barbosa da Silva. Relações econômicas Brasil-Chile e Chile-Argentina. 19 de fevereiro de 1953. Secreto. Memos confidenciais de 1953. AHI-BSB. Ver, como exemplo das conversas, Memo de Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Intercâmbio Brasil-Argentina. Confidencial. 9 de abril de 1956. Memos confidenciais de 1956. AHI-BSB.

Barbosa da Silva ficou por muito tempo à distância dessas discussões. Ainda que, em 1947, tenha participado como delegado brasileiro na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, o regionalismo não estava no centro de sua atenção. Isso mudou após assumir a chefia da Divisão Econômica, em abril de 1952. Lendo os trabalhos redigidos por seus colegas no exterior e os relatórios da Cepal, Edmundo começou a ter contato cotidiano com os problemas bilaterais da vizinhança. Os trabalhos da organização, em particular, permitiam observar os potenciais benefícios de uma maior integração das cadeias produtivas regionais. Outro fator de relevo foi o processo de integração europeu. Ao esboçar um regime agrícola comum e laços privilegiados com as ex-colônias, os futuros membros do Tratado de Roma sinalizaram que a América Latina teria grandes dificuldades de competir no novo mercado. Por fim, havia a tese de que o Brasil não poderia ficar à mercê de um desinteressado governo americano.

Foi a partir da percepção desses constrangimentos e oportunidades, no plano internacional, que Barbosa da Silva trabalhou, junto a um grupo de reformadores, para criar um arranjo regional com os vizinhos. Em 1957, ele afirmou a um amigo:

*Os demais povos estão cada vez mais atentos a seus problemas internacionais e é preciso que se acelere o ritmo do pensamento americano e, mais do que isso, da ação interamericana, para que não tenhamos a lamentar [a] situação bem penosa para nossos interesses*<sup>405</sup>.

Utilizando a força do Departamento Econômico e Consular do Itamaraty, Barbosa da Silva procurou aproximar-se dos vizinhos.

---

405 De Barbosa da Silva para Fernando Lobo. 30 de março de 1957. APEBS; De Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Encargos e lotação da Divisão Comercial. Confidencial. 27 de janeiro de 1958. Ver também De Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Encargos e lotação da Divisão Comercial. Confidencial. 27 de janeiro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB.

Seu principal vetor de ação foi a Cepal. No seio da organização, técnicos e diplomatas brasileiros estudaram as economias dos países da América Latina e aprenderam as técnicas utilizadas na construção do regionalismo europeu. Um dos encontros técnicos iniciais foi o Primeiro Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal. Nesse evento, foram aprovadas diretrizes no tema e criou-se um grupo de peritos para examinar a viabilidade de um arranjo regional<sup>406</sup>.

Edmundo, nessa época, observou que, após a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava dividida, em uma situação de caudatária diante do conflito bipolar que emergia. Para ele, a regionalização demonstrou que, ao dar competências para uma autoridade superior, as nações europeias conseguiram a coexistência da soberania com o desenvolvimento econômico. Essa era uma lição que poderia ser aplicada no Brasil. O problema era como convencer o resto do governo brasileiro. Uma via era demonstrar sua importância para a própria segurança do país:

No caso do Brasil, a nossa primeira trincheira de defesa é o nosso mercado interno. O fortalecimento e a ampliação desse mercado, mercê da melhoria de qualidade e de produtividade, a fim de baixar o custo, é para nós o objetivo primordial e constitui, por assim dizer, a nossa maior fonte de tranquilidade<sup>407</sup>.

A afirmação era convergente com a retórica da industrialização por substituição de importações do período, com uma exceção: o termo “ampliação”. Não era mais possível ao país manter-se em isolamento diante de blocos econômicos cada vez mais poderosos.

---

406 Relatório sobre a reunião da CEPAL. *Diário de Notícias*, 4 de maio de 1957; De Barbosa da Silva para Décio de Moura. 13 de maio de 1957. Departamento Econômico e Comercial. Informações e relatórios (1952-57). AHI-RJ.

407 Ministro Barbosa da Silva anuncia maiores possibilidades para o comércio brasileiro. *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1957.

O momento para um ajuste de posição com relação aos vizinhos era oportuno. Em fevereiro de 1958, em um périplo pela América Latina, o vice-presidente americano Richard Nixon foi hostilizado. Havia animosidade na região contra Washington. Estimulado pelo poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek redigiu uma carta para o presidente americano Dwight Eisenhower pela qual propôs um programa de renovação do pan-americanismo, de forma a elevar o desenvolvimento econômico da América Latina e diminuir os pontos de fricção com os Estados Unidos – denominado de Operação Panamericana (OPA). Foi nesse contexto que a resistência à integração regional foi vencida.

Edmundo, no ano anterior, já observara ajustes no posicionamento do governo americano – havia “maior receptividade dos nossos amigos para com os problemas que lhes apresentamos”, disse<sup>408</sup>. O diálogo JK-Eisenhower avançaria nesse novo clima, ao mesmo tempo em que facilitava o relacionamento com os vizinhos. Mas havia rivalidades a serem superadas para que a cooperação regional vicejasse. Um primeiro problema era com a origem da proposta. Ela veio de Augusto Frederico Schmidt, o capitão de indústria e jornalista que, na época, servia de conselheiro informal de JK – uma rota de colisão frontal com a cúpula do Itamaraty.

O diplomata Manoel Pio Corrêa, na época chefe do Departamento Político do órgão, registrou em seu livro de memórias sua reação à iniciativa do “literato obscenamente obeso” e “ventripotente vendedor de linguiça”. Após receber Schmidt, detentor, segundo ele, de “inchada empáfia” e “ vaidade patológica”, julgou, em retrospecto, a iniciativa de “reverendíssima asneira”<sup>409</sup>.

---

408 De Barbosa da Silva para Santos Veras. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1957. APEBS.

409 Corrêa Junior: 1995, p. 603-4.

Outros diplomatas, principalmente os mais velhos, concordavam com esta tese.

Havia, no entanto, grande otimismo na área econômica pela iniciativa e não demorou para que colegas de Barbosa da Silva abraçassem o plano. O mais preparado para colaborar com o esforço foi o diplomata Miguel Ozório de Almeida, na época lotado na embaixada do Brasil em Washington. Ele foi o responsável pelos estudos econômicos que fundamentaram a agenda brasileira. A ligação da nova geração com o Catete, por sua vez, deu-se por intermédio de Alfredo Valladão. Já o contato com a rede diplomática de países da América Latina foi coordenado por Antonio Corrêa do Lago.

A OPA foi lançada oficialmente em 20 de junho de 1958, diante da audiência dos representantes diplomáticos das Américas acreditados no Rio de Janeiro. O governo brasileiro sugeriu que as discussões fossem conduzidas dentro de um Comitê de 21, no Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington. Logo depois, foi criado, no âmbito do Departamento Econômico, um grupo de trabalho para elaborar os estudos necessários. A base desse esforço foi o documento preparado por Miguel Ozório e sua profissional equipe (Ronaldo Costa, Geraldo Holanda Cavalcanti, Octávio Rainho e Sérgio Paulo Rouanet), denominado “Tendências básicas das economias brasileira e mundial no período 1958-80”. Ele foi revisado pelo Departamento Econômico, sendo posteriormente publicado como o primeiro tomo dos *Estudos econômicos da Operação Pan-Americana*. Ele serviu de base para a proposta apresentada pelo país em setembro de 1958, em Washington, “a peça mais importante de raciocínio proposta pelo Brasil”. Na ocasião, ficou claro que a maioria das delegações careciam “de representantes ou assessores técnicos com suficiente competência para levar a cabo uma tarefa de tamanha complexidade, como a de elaborar um conjunto articulado de medidas tendentes ao desenvolvimento

econômico dos países americanos”. As reuniões, no início de 1959, continuaram desapontando. As composições das delegações latino-americanas eram frágeis e fracas do ponto de vista técnico: “os governos latinos”, afirmou um colega de Barbosa da Silva, “ainda não compreenderam que a OPA é tão boa para eles quanto para nós. Alguém precisa dizer-lhes que lucraríamos mais ‘fazendo a onda’ sozinhos, em plano de cooperação bilateral com os Estados Unidos, do que em conjunto”<sup>410</sup>.

Edmundo fora grande apoiador da OPA. Para ele, a iniciativa deu “um sentido de objetividade ao que se deveria fazer, em vez de ficar sempre naquela oratória vazia própria das reuniões pan-americanas”. Além de coordenar as atividades no Departamento Econômico, juntamente com Corrêa do Lago, coube a ele a responsabilidade de levar ao ministro das Relações Exteriores do Chile, Alberto Sepúlveda Contreras, os fundamentos da OPA. Ele também atuou no âmbito doméstico. Em 1959, foi convocado para participar de um debate na TV Rio para defendê-la perante a opinião pública, tendo como contraparte o jornalista Plínio de Abreu Ramos. A pergunta era se a iniciativa era a solução ideal para o subdesenvolvimento latino-americano. O diplomata fez um bom trabalho, mas Abreu Ramos foi mais convincente, ao argumentar que iniciativas semelhantes já haviam sido oferecidas no passado, sem que alcançassem resultados positivos. No placar da “cabine secreta” do *show*, ficou 3 a 1 contra a OPA<sup>411</sup>.

Apesar de a OPA ter sido formulada tendo como eixo principal os Estados Unidos e ter fracassado em seu objetivo primário (elevar substancialmente a ajuda americana para a região), ela

---

410 Memo para o ministro de Estado. Operação Panamericana. Diretrizes para a orientação da delegação do Brasil ao Comitê Técnico reunido em Washington. Confidencial. 2 de fevereiro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB; De Luiz Lacerda para Barbosa da Silva. Washington, 2 de fevereiro de 1959. APEBS.

411 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; A O.P.A. não é solução para o subdesenvolvimento. *O Semanário*, 15 a 21 de janeiro de 1959.

foi instrumental para realinhar a percepção das autoridades brasileiras sobre os vizinhos. Como afirmou o ministro das Relações Exteriores Horácio Lafer, após o lançamento da OPA, “o Brasil deu uma inflexão fundamental à sua política exterior”, elevando a prioridade da “estreita cooperação política e econômica com os países da América Latina, em grau até então desconhecido”<sup>412</sup>.

Barbosa da Silva utilizou-se dos frequentes contatos com a cúpula do governo para avançar na defesa do regionalismo. Em agosto de 1957, por exemplo, foi delegado brasileiro na Conferência Econômica de Buenos Aires, promovida pela OEA. Lá, juntamente com José Garrido Torres, Paulo Afonso Pooch, João Baptista Pinheiro e Gerson Augusto da Silva, atualizou José Maria Alkmin, Ernani do Amaral Peixoto, Eugênio Gudín, Lucas Lopes e Hermes Lima sobre a iniciativa. Esse esforço de convencimento em muitos casos não funcionou. Uma das vozes mais críticas à iniciativa na imprensa foi a de Eugênio Gudín. No jornal *O Globo*, ele questionou por que os vizinhos comprariam produtos industrializados brasileiros quando poderiam adquiri-los por pelo menos 20% mais barato dos Estados Unidos ou da Europa. À tese de que o regionalismo era justificado por haver um mercado maior em termos de economias de escalas, Gudín retorquia que o importante não era produzir mais barato em unidades menores, mas sim produzir a um preço correspondente ao praticado no mercado internacional:

*os nossos esforços devem concentrar-se na melhoria da produtividade de nossas indústrias e em sua capacidade de concorrência nos mercados internacionais, em vez de nos mantermos indefinidamente no regime de indústrias confinadas, protegidas por barreiras de cem por cento de*

---

412 De Horácio Lafer para secretário geral. Confidencial. 9 de novembro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB.

*direitos aduaneiros, que exploram o mercado interno do país a preços altos*<sup>413</sup>.

Se isso fosse alcançado, o arranjo regional seria desnecessário. Gudín, nesse caso, como em vários outros, foi profeta. Somente muito tempo depois, Barbosa da Silva reconheceria a validade dos argumentos de seu dileto amigo<sup>414</sup>.

Em 1958, no entanto, Edmundo ainda acreditava não ser possível o Brasil crescer sozinho, e por isso enfrentou, juntamente com colegas de países vizinhos, o desafio técnico de construir um arranjo regional. Foi essencial, nesse esforço, a aliança entre o Departamento Econômico do Itamaraty e o Conselho de Política Aduaneira, liderado pelo competente técnico Gerson Augusto da Silva. Esse tipo de colaboração era visto com desconfiança até por alas mais jovens de diplomatas. Barbosa da Silva, no entanto, aliava a defesa da missão do Itamaraty como intérprete privilegiado do interesse nacional com a vigorosa vigilância sobre o corporativismo. Ele sabia da imperiosa necessidade de agregar o setor privado e o aparelho burocrático. Esse esforço de reunião de forças também se estendeu ao próprio órgão. Enquanto muitos colegas centralizavam o processo decisório, Edmundo privilegiou a delegação e o esforço em equipe<sup>415</sup>.

As negociações com os vizinhos para a formatação de um arranjo regional iniciaram-se efetivamente em agosto de 1958. Na ocasião, Barbosa da Silva foi a Santiago para a Reunião de Consulta sobre Política Comercial. O encontro foi promovido pela Cepal e tinha natureza informal. Com base nos resultados desse encontro, o Itamaraty transformou uma reunião de novembro de 1958, no Rio de Janeiro, para revisar acordos bilaterais com o

---

413 Mercado Regional Latino-Americano. *O Globo*, 14 de dezembro de 1959.

414 Zona de Livre Comércio da América Latina (ALALC, 1960). 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

415 Reforma do Itamaraty. *A Batalha*, 4 de junho de 1931; Zona de Livre Comércio da América Latina (ALALC, 1960). 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

Chile e a Argentina, em uma conferência regional, voltada para a confecção de uma Zona de Comércio Livre no Cone Sul, mas aberta a adesões de toda a América Latina. Juntamente com Augusto da Silva, em setembro de 1959, Edmundo chefiou uma delegação para Montevideu que conduziu mais uma rodada de negociação. O primeiro, grande técnico e conhecedor profundo de assuntos aduaneiros, foi o consultor informal de várias delegações de países vizinhos; já Barbosa da Silva cuidou da dinâmica e política. O momento simbolizou a simbiose perfeita do Itamaraty com as áreas técnicas do governo<sup>416</sup>.

O relacionamento com o GATT foi essencial nesse estágio. A organização serviu de consultoria para a condução técnica das negociações. A razão dessa influência decorreu de seu arcabouço legal. Pelo princípio da não-discriminação que regia a organização, eram bem restritos os critérios para a construção de um arranjo regional. Assim, como afirmou Barbosa da Silva, a opção por uma zona de livre comércio e não de uma união aduaneira foi “a única solução admitida pelo GATT para manter e quiçá ampliar preferências tarifárias regionais”. Para ele, o enfrentamento dos constrangimentos seria mais do que recompensado, pois além de “manter um fluxo de comércio do Brasil com seus parceiros do sul do continente, beneficiariam, em especial, novos segmentos de suas exportações” – produtos industrializados<sup>417</sup>.

Como em toda negociação, em fevereiro de 1960, na fase final das conversas, houve a necessidade de introdução dos decisores políticos de alto nível. Assim, Edmundo partiu para Montevideu em companhia de Horácio Lafer, ministro das Relações Exteriores.

---

416 Renovação do acordo Brasil-Argentina. *Correio da Manhã*, 8 de agosto de 1958; De Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Negociações econômicas entre o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Confidencial. 5 de agosto de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB; “Considero da mais alta importância para o continente a declaração conjunta dos países latino-americanos”. *Folha da Manhã*, 5 de novembro de 1958.

417 Zona de Livre Comércio da América Latina (ALALC, 1960). 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

Havia três problemas: o tema do petróleo, o da produção agrícola e o prazo de denúncia do tratado. O problema do petróleo decorria da posição brasileira nos chamados Acordos de Roboré<sup>418</sup>. O país desejava nada menos que excluir o petróleo do acordo – algo rejeitado pelo governo argentino. Sobre a denúncia, a resistência era também brasileira, que desejava dois anos, enquanto outros países desejavam prazo mais longo. No tema agrícola, o Chile desejava impor restrições ao comércio de trigo, com medo do impacto do trigo argentino em seu mercado doméstico. Ao final, os pontos de resistência estavam com os argentinos. Horácio Lafer, Barbosa da Silva, Paulo Leão de Moura e outros três brasileiros passaram uma madrugada na sede da Embaixada Argentina, negociando com Diógenes Taboada, o competente ministro das Relações Exteriores do país. Às quatro da manhã, finalmente foram acertadas as diferenças. Lafer retornou ao Brasil, mas Edmundo permaneceu na cidade e, na manhã de quinta, 18 de fevereiro de 1960, após 14 dias de negociações na Escuela Greca, no Bairro de Pocitos, foi criada a Área de Livre Comércio da América Latina<sup>419</sup>.

---

418 Os Acordos de Roboré compreendem o conjunto de documentos assinados pelos governos do Brasil e da Bolívia que tratavam, entre outros assuntos, da exploração do petróleo boliviano por empresas brasileiras.

419 Fundamental controvérsias na criação do livre comércio. *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1960; Guilherme Levy. 30 anos de Aladi. *Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro*, vol. 50, n. 1256, 1990.



*Edmundo Barbosa da Silva desembarca em Moscou (18 de dezembro de 1959).  
Arquivo Público do Estado de São Paulo.*



## CAPÍTULO 10

### MISSÃO À URSS

#### Teste de forças

*Estamos, agora, diante de fatos e circunstâncias novas, que desafiam nossa capacidade de pensar e agir, e exigem prontas definições de nossa parte.*

Antonio Corrêa do Lago

Em julho de 1946, em Moscou, o diplomata brasileiro Mário de Pimentel Brandão partiu do hotel em que estava hospedado para o Kremlin de casaca, colete branco e cartola. Ele ia entregar suas credenciais em uma cerimônia de protocolo rigoroso, mas simples e sem ostentação. O Brasil oficialmente tinha um representante na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A embaixada brasileira instalou-se no Hotel Nacional, enquanto a soviética abriu suas portas na Tijuca, no Rio de Janeiro. As relações, porém, foram rompidas em 1947, após o registro do Partido Comunista Brasileiro ser cassado, e só reatadas em 1961<sup>420</sup>.

É muito difícil compreender o que era a União Soviética dessa época com os olhos de hoje. A burocracia excessiva, a completa

---

420 De Pimentel Brandão para Neves da Fontoura. Moscou, 6 de julho de 1946. Maço 64.114. AHI-BSB. Sobre o rompimento, ver Hilton: 1991.

ausência de inovação, a paralisia econômica e a derrocada do sistema apresentam-se como lentes que distorcem a compreensão do passado. A verdade é que, por um breve momento, no século XX, o mundo acreditou que a o país conseguiria superar o capitalismo representado pelos Estados Unidos. As crianças tinham roupas novas de inverno, os adultos, relógios de pulso, novos prédios residenciais eram incessantemente construídos e a tecnologia de ponta parecia enterrar a competição com o ocidente em quase todo quesito. Alguns símbolos ajudaram a repercutir essa tendência. Em 4 de outubro de 1957, os russos lançaram o primeiro satélite artificial na órbita da Terra. O mundo ficou mesmerizado com a força tecnológica do país. Nem a elite mais conservadora de Washington parecia duvidar do avanço comunista<sup>421</sup>.

Naturalmente, muitos brasileiros foram afetados por essa percepção de grandiosidade da economia soviética, acreditando que ela ultrapassaria os Estados Unidos em vinte anos. A maioria via essa tendência com preocupação; outros identificaram nessa transição da economia global a necessidade de ajustes da política econômica externa do país. Era crescente a tese nas ciências sociais de que a URSS era só uma das várias potências industriais – urbanização, educação em massa e elevação do nível de vida era o fim dos dois sistemas, ainda que executados por meios distintos. Alguns argumentaram existir até uma progressiva convergência ao final da década de 1950, com uma brecha apontando para uma era pós-ideológica – uma economia capitalista cada vez mais regulando o mercado e o mundo socialista preocupado com abastecer seus cidadãos com modernos bens de consumo. Nessa situação, o Brasil deveria estudar seriamente o potencial que o reatamento político e econômico com o bloco socialista poderia trazer para o país<sup>422</sup>.

---

421 Spufford: 2010, p. 3-36 e 86; Herken: 2014.

422 Brazil playing up U.S. soviet rivalry. *The New York Times*, 28 November 1958; Shlapentokh, Shiraev et al.: 2008, p. 28.

A imprensa de esquerda era uma das mais firmes defensoras dessa visão. Em 1953, durante grave crise econômica, o jornal *Voz Operária* declarou que o reatamento das relações era essencial “para salvar o Brasil da bancarrota”. O comunista Luís Carlos Prestes também não se furtou a dar sua contribuição, afirmando que o mundo comunista oferecia mais de 800 milhões de consumidores para os produtos brasileiros. No periódico *O Semanário* de maio de 1956, em letras garrafais apostava-se: “Se o Brasil mandar café, a Rússia manda cruzeiros”. Era uma visão idílica de oportunidades quase infinitas de comércio; se antes, na burocracia e na imprensa, devotavam-se todas as esperanças na cooperação econômica com os Estados Unidos; agora, o consumidor soviético os substituiria na solução das dificuldades econômicas brasileiras<sup>423</sup>.

Barbosa da Silva começou a acompanhar o tema em 1952, quando alguns brasileiros foram convidados a participar da Conferência Internacional Econômica de Moscou. Em um documento de 38 páginas encaminhado para ele, um colega examinou o convite para o encontro sob o ponto de vista estritamente econômico. O texto definiu a necessidade de elevação das exportações brasileiras como “um imperativo nacional”, pois o contrário ocasionaria a redução do ritmo de desenvolvimento econômico. Considerou-se ser mais cômodo “orientar as exportações de preferência para um grande mercado consumidor”, mas isso gerava sérios problemas quando este mercado estava estagnado, como o dos EUA, levando o comércio exterior brasileiro “a um nível extremamente baixo, com a consequente propagação da crise, rápida e intensamente, a todas as atividades econômicas do país”. Isso foi visto como particularmente grave ao examinar o domínio americano na pauta brasileira – se, antes da guerra, eles consumiam

---

423 Relações com a URSS. *Voz Operária*, 23 de agosto de 1953; Entrevista de Prestes. *Voz Operária*, 28 de novembro de 1953; *O Semanário*, 3 a 10 de maio de 1956.

34% das exportações, essa dependência foi-se elevando até chegar a 54% em 1950. A linguagem cepalina permeava todo o documento:

*[...] [Q]uanto maior for o contingente das exportações de produtos de procura inelástica para um só país, maior será o grau de dependência econômica para com esse país, sobretudo se se trata de produtos cuja oferta é suscetível de considerável aumento. Poderá ser o caso do café, dentro de alguns anos, com as grandes plantações do Brasil, da América Central e da África, e poderá ser também o caso do cacau, quando forem restauradas as plantações da África Ocidental Inglesa<sup>424</sup>.*

Nesse contexto, via-se como essencial a abertura do Brasil para o bloco comunista. Foi com base nesses argumentos que, após muitas discussões, a hipótese da participação brasileira recebeu o sinal verde do tenentista João Alberto Lins de Barros, a chefia imediata de Edmundo na área econômica do Itamaraty. No retorno da delegação, Barbosa da Silva solicitou ao seu colega João Baptista Pinheiro o exame do relatório do evento, que identificou o interesse de algumas firmas estatais soviéticas em adquirir produtos brasileiros. Para Baptista Pinheiro, uma primeira hipótese para a realização do intercâmbio seria pelas próprias firmas particulares – o governo brasileiro toleraria essas operações. Caso prevalecesse a orientação de só se iniciar contatos econômicos após entendimentos políticos, sugeriu, do ponto de vista tático, que estes se desenrolassem em uma grande capital (Londres, Paris ou Roma), mas o melhor seria em alguma missão situada dentro da Cortina de Ferro ou em uma capital onde estivesse acontecendo alguma agitação política (como Teerã) – pois assim a movimentação diplomática brasileira poderia passar despercebida. O teor dessa proposta, já cogitando negociações,

---

424 De José de Campos Melo para Barbosa da Silva. 3 de março de 1952. Divisão Econômica. Informações e relatórios. 1952. AHI-RJ.

demonstra como a nova geração de diplomatas era menos avessa à abertura aos soviéticos<sup>425</sup>.

A tese foi seguida no ano seguinte por João Alberto. O tenentista visitou vários países da Cortina de Ferro e ficou muito empolgado com o que viu e escutou. Sua conclusão era que “seria de grande valia o reatamento imediato das relações comerciais com os países de que estamos afastados diplomaticamente”. Seus subordinados absorveram seu otimismo. Alfredo Valladão, de Genebra, afirmou a Edmundo: “Se tudo aquilo que [João Alberto] conta [...] é procedente [...] creio abrir-se um novo mundo de possibilidades de intercâmbio com aqueles países”. Edmundo acompanhou o tenente na exposição ao ministro de estado e a autoridades. Estes deram o aval para o início de um projeto de estudos com seus subordinados, iniciativa que progrediu mesmo com a remoção de João Alberto para Genebra. Ele faleceu pouco tempo depois. Com isso, o tema foi temporariamente paralisado<sup>426</sup>.

No ano seguinte, Barbosa da Silva foi nomeado para assumir o Departamento Econômico, posição anteriormente ocupada por João Alberto. Desde o início de sua gestão, cautelosamente trabalhou em direção ao reatamento das relações econômicas com a Cortina de Ferro. Isso foi conduzido, muitas vezes, de forma indireta e em iniciativas que, em um primeiro momento, pouco tinham a ver com o tema. Assim, em 1954, como forma de reduzir a posição de barganha da Argentina na questão do trigo, Barbosa da Silva foi um dos que apoiou a compra do trigo russo por intermédio da Finlândia. Em abril de 1954, ele comemorou a exportação de

---

425 Não envolverá demonstração de amizade para com a Rússia. *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952; Memorando de Baptista Pinheiro para Barbosa da Silva. Secreto. 7 de agosto de 1952. Memos confidenciais de 1952. AHI-BSB; Não envolverá demonstração de amizade para com a Rússia. *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952.

426 Regressa o ministro A. Alberto. *Imprensa Popular*, 10 de novembro de 1953; João Alberto voltou apreensivo, *Flan*. 6 de dezembro de 1953; Comércio com o leste. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 217, p. 97; De Alfredo Valladão a Barbosa da Silva. Genebra, 29 de outubro de 1953. APEBS; Itamarati, sempre Itamarati. *Gazeta de Notícias*, 9 de março de 1956.

produtos brasileiros (indiretamente) para a República Popular da China e a conclusão de um convênio de pagamentos com a Hungria. Logo antes de Vargas suicidar-se, celebrou um acordo de comércio com a Iugoslávia e, no fim do ano, um de pagamentos com a Polônia<sup>427</sup>.

Nesse período, viajou bastante para os países da Cortina de Ferro. Em uma dessas missões, participou de um episódio interessante. Após uma visita oficial à Iugoslávia, retornando via Roma, escutou de Hugo Gouthier, o embaixador brasileiro na Itália, o lamento por não ter o Brasil uma sede diplomática própria na capital italiana. Gouthier pensava em um projeto de Oscar Niemeyer, mas a área oferecida pelo governo italiano não era considerada adequada. Escutando tais palavras, Edmundo questionou-o por quantos anos o Brasil ocupava o Palácio Doria Pamphili. “Quarenta anos, no mínimo”, disse seu colega. Foi então que Edmundo perguntou-o: “por que não poderíamos adquirir aquele famoso edifício histórico da Piazza Navona”, por tanto tempo sede brasileira? Antes que Edmundo terminasse a pergunta, Gouthier agarrou-o, em estado de excitação febricitante. Pelos próximos anos, seu colega em Roma trabalharia tenazmente para adquirir o grande palácio para o governo brasileiro<sup>428</sup>.

Mesmo após a queda de Vargas, Barbosa da Silva continuou a trabalhar com a expansão dos laços econômicos com o Leste Europeu. Um de seus principais colaboradores foi Antonio Corrêa do Lago. Observando o ativismo de Moscou no estreitamento de laços econômicos e diplomáticos com a América Latina e a reação que isso provocava em várias áreas do governo brasileiro, Corrêa do Lago afirmou que os grandes países do Ocidente – como os EUA e o Reino Unido – “procuram incentivar suas trocas com a URSS”.

---

427 O importador não compra na Rússia porque não quer. *Correio da Manhã*, 5 de março de 1958; De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1954. APEBS.

428 Horácio Lafer. Um exemplo 6 de agosto de 2012. APEBS; Gouthier: 2008, p. 259.

Mesmo o Brasil já mantinha relações comerciais com a Polônia, a Tchecoslováquia, e a Hungria, “sem oferecer mercados potenciais da magnitude dos da URSS, nada lhe ficam a dever em matéria de desvantagens de ordem política”. Ele julgou que a questão política caberia a outras áreas do ministério e do governo avaliar. Mas, do ponto de vista econômico, não havia dúvida da “necessidade de diversificar os mercados consumidores” dos produtos brasileiros, em especial o café. Passando para a efetiva análise de como se daria o comércio, o diplomata alertou sobre a necessidade de definir por quais produtos russos o Brasil teria interesse, quais as quantidades desejadas e quais as condições de preço, qualidade e de entrega. Para reduzir o risco de “propaganda política” e pressões, deveriam ser escolhidos setores que minimizassem ameaças de desorganização de mercados. Além disso, os artigos deveriam ser adquiridos por entidades públicas brasileiras, evitando a atuação do setor privado<sup>429</sup>.

Foi nesse momento que Barbosa da Silva ofereceu várias entrevistas para a imprensa, possibilitando à opinião pública vislumbrar sua opinião pessoal sobre a abertura econômica para os países do bloco socialista. Em abril de 1955, falou ao jornal *O Globo*. Ele convidou o repórter a raciocinar como um empresário. Nessa situação, o potencial de vendas decorreria do nível de produção disponível para comercialização. No caso brasileiro, somente o café tinha excedentes suficientes para exportação. Sem subestimar o mercado russo, questionou as sondagens soviéticas no produto – eram “ninharias” e não necessitariam de acordo comercial. Ele via aqui uma jogada de *marketing* do governo soviético, pois a quantia era tão mínima que poderia ser adquirida diretamente de fornecedores na França, na Alemanha ou na Bélgica – como regularmente faziam até então para conseguir o café brasileiro.

---

429 Memorando de Corrêa do Lago para Barbosa da Silva. Relações comerciais do Brasil com a URSS. Confidencial. 22 de janeiro de 1955. Memos confidenciais. AHI (BSB).

Ademais, assim como a China, a bebida primordial russa, naquela época, era o chá e não o café. Nas importações, havia igualmente desafios a serem superados. A compra de óleo cru não seria viável, em decorrência dos contratos de longo prazo já assinados pelas refinarias brasileiras; equipamentos eram igualmente problemáticos diante da dificuldade de assistência técnica. Ele também se incomodou com os clamores de certos setores da sociedade que queriam reatar as relações comerciais com a URSS, mas sem ter a menor noção sobre se havia realmente demanda de agricultores, comerciantes e industriais brasileiros por produtos russos. Mesmo com esses obstáculos, Edmundo concluiu: “Isso não quer dizer [...] que não possamos vir a fazer alguns bons negócios com países com os quais não mantemos relações comerciais e diplomáticas”<sup>430</sup>.

Seu “otimismo cético e ambivalente” evoluiria com o tempo e decorreu da própria experiência com as parcerias firmadas com alguns países do leste europeu. Em 1958, por exemplo, quando o Brasil tinha relações comerciais com Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria, Romênia e República Democrática Alemã, havia vultosos saldos com esses países em decorrência de as exportações brasileiras serem de produtos primários de pronta entrega, enquanto as aquisições eram em sua maioria equipamentos, com entregas adiadas. Nas conversas entre a Petrobrás e os soviéticos para a troca indireta de cacau por óleo, o mesmo padrão repetia-se. Havia insistência por parte dos russos

---

430 O Itamarati e a proposta russa de relações comerciais com o Brasil. *O Globo*, 30 de abril de 1955; Smith: 1973, 238; Não foi ainda recebida pelo Itamarati a proposta de comércio com a Rússia. *Folha da Manhã*, 1º de maio de 1955. O diplomata participou de uma reunião da CPI. Ver *Diário do Congresso Nacional*, 31 de maio de 1955, p. 2793; Satisfeito o ministro da Fazenda com a marcha dos entendimentos entre os países produtores de café. *Folha da Manhã*, 3 de junho de 1955; Aceita o Brasil propostas para venda de café à Rússia. *Diário de Notícias*, 29 de abril de 1955; O ministro Barbosa da Silva. *O Observador Econômico e Financeiro*, vol. XXI, n. 245.

para embarques imediatos dos produtos brasileiros, enquanto o fornecimento de petróleo era continuamente adiado<sup>431</sup>.

Edmundo, ainda que apresentasse reservas diante dessa realidade, apoiava a prospecção de oportunidades. Pouco antes da posse de JK, afirmou que a atitude do Itamaraty era de não “opor obstáculos de ordem política às transações comerciais de interesse para o país”. Ele utilizou o caso dos arranjos comerciais com outros países comunistas e o fato de já existir comércio, ainda que indireto, em operações triangulares com a URSS, para demonstrar que, a despeito das críticas, as trocas poderiam ser vantajosas. Por outro lado, salientava que a experiência não confirmava a tese de que os soviéticos estabeleceriam um novo padrão de comércio exterior. Desde 1951, quando cautelosamente avançaram no relacionamento com os países em desenvolvimento, a busca era primordialmente por matérias-primas, para suprir, em contrapartida, equipamento industrial. Era, assim, um modelo semelhante ao existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos<sup>432</sup>.

Todo esse debate foi conduzido em um período de grande renovação da diplomacia soviética, particularmente após a morte de Josef Stalin, em março de 1953. Ele saiu do país somente duas vezes em sua administração de quase trinta anos (para Teerã e para Potsdam durante a Segunda Guerra Mundial). Em contraste, Nikita Khrushchev visitou a Europa diversas vezes, sem contar idas à China, aos EUA, à Índia, ao Afeganistão e à Burma. Na ONU, delegados do país começavam a oferecer recursos para os fundos da organização e criticavam em alto e bom som o fato de os países em desenvolvimento serem fornecedores baratos de matéria-prima (explorados). O regime soviético abriu uma linha de financiamento

---

431 De Sérgio Corrêa da Costa para Secretário Geral. Relações com os países do Leste. Confidencial. 24 de novembro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB.

432 United States Department of State: 1987, p. 701; Smith: 1973, p. 226; *Revista da Associação Comercial*, ano XXIII, n. 811, 25 de dezembro de 1955.

equivalente a 30 milhões de dólares ao governo argentino. Durante 1958, as independências africanas foram recebidas com várias promessas de Moscou. Cada oferta era cercada por uma campanha de propaganda voltada para capitalizar ganhos políticos<sup>433</sup>.

Nesse contexto, nas eleições de 1955, no Brasil, a possibilidade de reatamento político foi alvo de grande debate. Na viagem que realizou aos Estados Unidos e à Europa, o presidente eleito Juscelino Kubitschek repetidamente refutou qualquer ilação de que se aproximaria dos comunistas. Mas em sua posse, por ocasião de um encontro com o então vice-presidente americano Richard Nixon, JK fez uma sondagem no tema da expansão da URSS na América Latina. Para Nixon, “tudo isso se [resumia] mais em promessas do que em realizações”<sup>434</sup>.

A diplomacia da Cortina de Ferro fez repetidas gestões para reatar os laços políticos com o Brasil. O governo tcheco convidou JK para uma visita a Praga, no que poderia ser a primeira ida de um presidente brasileiro à Europa do Leste. Dezoito postos brasileiros no exterior foram sondados sobre o assunto. O político Amaral Peixoto, na época embaixador em Washington, desde que assumiu o posto, em 1956, recebeu, com frequência, de representantes dos países do bloco soviético, manifestações para que o Brasil mudasse sua posição com relação a estes países. O embaixador, apesar de sentir-se incomodado com essas repetidas abordagens, ao final de uma carta ao Itamaraty, fez questão de salientar que o embaixador da Colômbia em Washington relatou que o comércio exterior de seu país com a URSS em café estava em tendência de alta. No Rio de Janeiro, a orientação era clara: limitar-se a ouvir e abster-se de qualquer afirmativa relacionada ao restabelecimento de relações diplomáticas, algo que “não entra nas cogitações do

---

433 Taubman: 2003, p. 325; Valkenier: 1983, p. 1-5.

434 Reunião realizada no Palácio do Catete para tratar dos assuntos econômicos. 2 de fevereiro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

nosso governo”. O achaque não poupou nem personalidades sem credenciais governamentais, como o escritor Érico Veríssimo – abordado por um adido cultural da Romênia<sup>435</sup>.

Barbosa da Silva, com muita cautela, manobrou para compreender melhor o potencial do mercado soviético para os produtos brasileiros. Em maio de 1956, solicitou a seu colega Ramiro Saraiva Guerreiro, então em Genebra, um relatório sobre o comércio com os países comunistas. Na ocasião, Guerreiro apresentou sua opinião sobre o problema:

*O movimento de opinião gerado pelos comunistas e seus simpatizantes, se não se pode chamar forte, é, pelo menos, ruidoso. Esse movimento fez ‘tábula rasa’ do que já fizemos até hoje [...] e, também, das atuais negociações [...]. Assestam suas baterias sobre a questão do intercâmbio direto Brasil-Rússia. E o fazem, como disse, com grande atoarda! Não tivemos, até o momento, a convicção de que a Rússia possa manter com a necessária continuidade uma corrente de comércio substancial com o Oeste e, em particular, conosco. Propostas que nos chegaram até hoje mencionavam volume de comércio bastante modesto*<sup>436</sup>.

Para Edmundo, o Brasil poderia com cautela avançar no tema, ainda que fosse por intermédio de terceiros países ou “por meio de operações diretas realizadas sem muito barulho”. O que tinha em mente era facilitar o que já estava ocorrendo, um fluxo triangular de comércio entre Brasil e URSS utilizando terceiros países, como a Suécia ou o Uruguai. Muitas dessas operações eram dignas de filmes

435 De Tarrisse da Fontoura para chefe do Departamento Político. Gestões soviéticas no sentido do reatamento de relações diplomáticas com o Brasil. Confidencial. 20 de janeiro de 1961. Memos confidenciais de 1961; R.E. 634. Relações Brasil-Rússia. “Démarches” do embaixador polonês em Londres. 7 de fevereiro de 1956. Tel. Expedido. Londres. Confidenciais; De Amaral Peixoto para Macedo Soares. Relações do Brasil com os países comunistas. Confidencial. Washington. 27 de agosto de 1956. Ofícios recebidos. Confidenciais. 1955-56. AHI-BSB.

436 De Ramiro Saraiva Guerreiro para Barbosa da Silva. Genebra, 6 de junho de 1956. APEBS.

de espões diante das dificuldades logísticas e ambiente de segredo. Para embarcar algumas toneladas de carne em conserva para a União Soviética, a embaixada brasileira em Bonn e a Secretaria de Estado, juntamente com os exportadores, tinham de pensar no tipo de produto, no prazo de embarque e entrega no intermediário mais adequado (Uruguai, Polônia ou Tchecoslováquia), nos portos de desembarque (Báltico), no preço do produto, na comissão dos agentes, na moeda de transação e na forma de pagamento.

Barbosa da Silva, desse modo, ainda tinha expectativas de elevar os laços econômicos com a URSS sem que existisse o ônus de criar um arcabouço jurídico para conduzir tal fluxo de forma mais direta. Muitos observadores do setor privado discordavam dessa estratégia. Edgard Moritz, da Confederação Nacional do Comércio, defendeu a “mais ampla liberdade de comércio internacional [...], independentemente de qualquer atividade de caráter doutrinário, filosófico ou político”. Em sua opinião, “comércio é comércio”. Oswaldo Ribas Carneiro, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, também defendeu a medida, mas desde que fosse respeitada “a soberania brasileira”. Havia, portanto, um nexo de união da esquerda e da classe econômica – um poderoso elemento de pressão sobre a diplomacia. Edmundo tentou ganhar tempo afirmando que a questão estava sendo estudada de forma técnica e que conversações iniciariam somente após a aprovação da nova Lei de Tarifas e sua regulamentação. Para muitos, essa estratégia de “estudos” e “adiamento” era equivocada, sendo somente um jogo de cena dilatatório<sup>437</sup>.

---

437 Medidas concretas para comerciar com o mundo socialista. *Voz Operária*, 16 de outubro de 1957; Brasil e “cortina de ferro” vão comerciar. *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1957.

## Da derrota à vitória

*Na luta, vencer é adaptar-se, isto é, condicionando-se ao meio, apreender as forças ambientes, para dominá-lo.*

Getúlio Vargas

A cautela de Barbosa da Silva no tópico da expansão comercial para a URSS não decorreu somente de suas dúvidas sobre os ganhos econômicos de um relacionamento mais direto e ostensivo com Moscou. Tampouco foi consequência da sensibilidade política do tema ou da construção de uma posição de barganha mais favorável diante de potenciais negociações futuras. Edmundo e seus colegas reformistas sofriam com desafios muito maiores: estavam sitiados em seu próprio ministério.

O problema iniciara em 1956, quando JK concordou em manter José Carlos de Macedo Soares à frente do Itamaraty. O paulista, na juventude, fora um reformista. Participou da Semana de 1922, modernizou o sistema de ensino de São Paulo e, em 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidente. Em 1934, foi escolhido para chefiar o Itamaraty, permanecendo no cargo até 1937. Ao assumir o cargo pela segunda vez, tinha 73 anos e um perfil conservador. A decisão de JK de mantê-lo à frente do órgão foi vista por Barbosa da Silva e seus colegas como inadequada. Formado na escola clássica do juridicismo acadêmico, o ancião ministro cercou-se de diplomatas retrógrados. O embaixador Antônio Camillo de Oliveira era o secretário-geral; no Departamento Político, estava o embaixador Henrique de Souza Gomes; Oscar Pires do Rio, por sua vez, chefiava a administração. No gabinete, a figura preponderante era seu parente, o primeiro secretário José Augusto Prestes de Macedo Soares.

A situação piorou quando Souza Gomes foi substituído pela diplomata Odette de Carvalho e Souza. Filha e irmã de diplomatas, iniciou sua vida profissional como observadora das atividades contra o movimento comunista internacional em Genebra. Passou no concurso em 1934 e datava dessa época sua amizade com Macedo Soares. Enquanto Edmundo esperava ansiosamente pela sua nomeação, após o concurso de 1938, Odette lançou um de seus primeiros livros: *Komintern*. Era, na época, considerada especialista no tema do anticomunismo, com vários artigos publicados no *Correio da Manhã*. Um jornalista falou que só após conhecê-la Macedo Soares admitiu exceções à sua crença de que a mulher não deveria atuar na diplomacia. Ela foi chefe do gabinete de Raul Fernandes e era uma das mais brilhantes inteligências da época. Todas as qualidades que a fizeram chegar aonde chegou – foco, ambição e assertividade – tornaram-na uma pessoa criticada dentro e fora do ministério, principalmente pelo fato de colocar esse atributo à serviço de princípios considerados velhos e antiquados. No ambiente patriarcal e machista do Itamaraty daquela época, foi maldosamente apelidada de “hipopótamo da rua Larga”<sup>438</sup>.

Odette foi removida do Consulado Geral em Lisboa para o Departamento Político da Secretaria de Estado no início de 1956. O órgão, em teoria, era a principal instância decisória abaixo do Secretário-geral, mas nos anos anteriores seu poder fora lentamente diminuído. O embaixador Henrique de Souza Gomes comentou, em junho de 1956, que a situação do Departamento era “de verdadeiro caos”. Não tinha verbas, pessoal, instalações adequadas e, se ainda não soçobrara, “foi graças à dedicação de meia dúzia de funcionários”. Durante dois anos, funcionou apenas com dois funcionários. Diante dessa situação, Odette trabalhava

---

438 Sobre esse aspecto, ver Calábria: 2003, p. 159; Mozart Monteiro. É, talvez, na Europa, a mais modesta sede diplomática do Brasil. *O Globo*, 9 de fevereiro de 1955; O hipopótamo de Troia da Rua Larga. *O Semanário*, vol. III, n. 93, 1958.

diariamente até duas ou três horas da manhã, sem dispor de um subchefe, e tendo número reduzido de servidores, enquanto a área econômica, liderada por Edmundo, tinha 23 diplomatas, um assessor técnico, dez economistas, uma contadora, três estenógrafas, três serventes, três auxiliares administrativos, seis datilógrafos, uma arquivista, um contínuo e dez taquígrafas e secretárias<sup>439</sup>.

Um dos focos de atenção de Odette ao chegar ao Rio de Janeiro foi o que acreditava ser a grave ameaça comunista enfrentada pelo Brasil. Essa não era uma novidade no órgão. A ojeriza à aproximação com o bloco soviético era antiga e generalizada. Em 1948, por exemplo, José Roberto de Macedo Soares, então atuando como embaixador brasileiro no Uruguai, acusou o país de ser conivente com um plano orquestrado pela embaixada soviética para dar um golpe de Estado no Brasil. Três anos depois, no Rio de Janeiro, violou-se o sigilo de correspondência da Legação da Polônia, achando-se 25 volumes de material considerado subversivo. Entre o material encontrado estava o volume *A URSS, país que está à frente na produção de gado*. O vetusto embaixador Luiz de Faro Júnior, que entrara na carreira em 1913, e em 1955 chefiava a embaixada brasileira em Bonn, observou, por sua vez, grande perigo na tese soviética de que o bloco havia separado seus interesses políticos dos econômicos. Para o diplomata, esta era uma artimanha de comunistas e criptocomunistas para embrenhar-se no Brasil<sup>440</sup>.

Odette prosseguiu na mesma linha de argumentação. Em setembro de 1956, falando sobre uma provável visita da Companhia de Teatro de Pequim a São Paulo, afirmou que “a

---

439 Notas taquigráficas da sessão de 2 de junho de 1956 da Comissão de Estudos para a Reestruturação do Serviço do Ministério. Maço 84.258. AHI-BSB. Ver relatórios da área econômica na série de memorandos no AHI-RJ.

440 Cervo: 2001, p. 113-4; Propaganda subversiva sob proteção diplomática! *A Noite*, 4 de julho de 1951; Ofício N. 18 de Faro Júnior para Raul Fernandes. Atividades comunistas. Intercâmbio comercial com o bloco soviético. 6 de janeiro de 1955. Ofícios confidenciais recebidos. 1955-1956. AHI-BSB.

propaganda política envolve todas as atividades destes países [comunistas]”. Ao examinar a possibilidade de jogadores de basquete da URSS visitarem o Brasil, um subordinado recomendou a proibição, pois do contrário os brasileiros seriam submetidos “à influência do credo comunista” e “envolvidos em manobras propagandísticas”. Jorge Latour, outro diplomata da velha guarda, por seu turno, defendeu a tese de que existia “um plano sistemático de aproximação leste-oeste, organizado pelo Politburo, a ser executado pelo entrelaçamento das relações econômicas, culturais, artísticas, desportivas e outras para facilitar a infiltração e preparar o esfacelamento do Ocidente”. Odette, nesse particular, fazia questão de enviar à Delegacia da Ordem Política e Social o nome dos brasileiros que se aventuravam a viajar para a Cortina de Ferro. Alguns colunistas comumente colocavam Odette e Edmundo no mesmo barco de críticas, ambos por supostamente emperrar a evolução da política externa brasileira. Nada mais longe da verdade. Isso pode ser visto no primeiro embate dos dois<sup>441</sup>.

Em 17 de dezembro de 1957, o governo soviético encaminhou uma extensa mensagem ao governo brasileiro. O tema central do documento era a “coexistência pacífica”. Para o Departamento Político, a mensagem era “apenas parte da grande manobra de propaganda soviética” e não merecia ser respondida. Mas a iniciativa fez parte do maior esforço de mudança da política exterior soviética desde a Segunda Guerra Mundial. Ela fora planejada por Nikita Khrushchev para expandir os interesses do país na Guerra Fria. A nova elite comunista julgava não existir mais a inevitabilidade de guerras imperialistas, como previra Lênin<sup>442</sup>.

---

441 De O. de Carvalho e Souza para Secretário Geral. Relações culturais com a China Comunista. Companhia de Teatro de Pequim. Confidenciais. 11 de setembro de 1956; De Proença Rosa para Odette de Carvalho. Relações diplomáticas com países da Cortina de Ferro. Confidencial. 14 de junho de 1956. Memos confidenciais de 1956. AHI-BSB.

442 De Bastian Pinto para Odette de Souza. Mensagem do governo da URSS ao do Brasil. Confidencial [21] de janeiro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB; Dallin: 1961, p. 290 e 323; Taubman:

Foi esse contexto que levou o governo brasileiro a debater, internamente, o tema das relações bilaterais. A pressão era grande. No último dia do ano, o cardeal Jaime de Barros Câmara foi ao Catete tentar arrancar de JK a promessa de que “não facilitaria a infiltração comunista no Brasil”. Apoiando-o, no Itamaraty, estavam Macedo Soares e Odette de Carvalho. Internamente, porém, não havia consenso. Como um diplomata afirmou, no início de 1958, havia uma “falta total de entrosamento entre o setor político e econômico”:

*A impressão que se tem é de que a DPo [Divisão Política] e a DE [Divisão Econômica] são consideradas dois mundos distintos, diria até, antagônicos, a não justificar relação de espécie alguma entre ambas as divisões<sup>443</sup>.*

Isso fica claro pela preparação da reunião convocada por JK para examinar a possibilidade de mudar de posição com relação aos soviéticos. Em seu documento, Edmundo defendeu “as vantagens de ordem econômica das relações com essas novas áreas de comércio”. O de Odette tinha 43 páginas e chamava a iniciativa de aventura. A estratégia dela foi levantar o espectro da infiltração comunista. Macedo Soares apoiou sua subordinada. Como notou um jornalista, os dois consideraram que a possibilidade de vinda de um negociador soviético redundaria em um equivalente diplomático da introdução do bacilo da peste negra na sociedade brasileira<sup>444</sup>.

---

2003, p. 348; Ulam: 1968, p. 543.

443 URSS: opinião do presidente. *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1958; De Pedro Carlos Neves da Rocha para Batian Pinto. O impacto do fator econômico e do fator ideológico na política exterior. Confidencial. 25 de fevereiro de 1958. AHI-BSB; United Nations Economic Commission for Latin America: 1954.

444 De Barbosa da Silva para Secretário Geral. Estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética. Confidencial. 9 de setembro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB; Vai sugerir o Itamaraty que a solução do problema de reatamento seja entregue ao exame do Congresso. *Correio da Manhã*, 12 de janeiro de 1958.

A reunião decisiva ocorreu no Itamaraty, em 10 de janeiro de 1958. Por quase duas horas, nove representantes de vários órgãos, discutiram a questão do reatamento das relações comerciais com a URSS. Ao examinar os argumentos do Departamento Econômico, Odette afirmou que não valia a pena deixar as áreas habituais de compra “para fazer incursões aventureiras na Cortina e Ferro”. Ao final da reunião, mesmo sendo os procedimentos secretos, a fisionomia de cada participante estampava o resultado do encontro. Odette saía radiante de alegria, em estado de euforia; Barbosa da Silva, de rosto fechado. Naquele momento, ninguém julgava ser possível JK desafiar os ministérios militares e influentes diplomatas. O cardeal dom Jaime de Barros Câmara, no rádio, celebrando a decisão, afirmou que ainda que se admitisse “certas vantagens duvidosas para o lado econômico”, a questão era inconveniente do lado moral e político. N’O *Semanário*, afirmou-se que “a diplomacia de punhos de renda” estava “fossilizada e superada” e que, caso o Itamaraty desejasse se manter relevante, deveria ajustar-se aos novos tempos<sup>445</sup>.

Barbosa da Silva confidenciou a Alfredo Valladão, após a derrota, seu desespero no tema:

*Agora mesmo, tenho procurado ver se entendem o problema [das] relações comerciais com o Leste em plano objetivo, mas encontro sempre pela frente a barreira da mentalidade dos homens de antes de [19]30, que não sentem, que não veem a realidade e os caminhos que o Brasil terá que trabalhar nos próximos anos. O calibre mental, o próprio*

---

445 Nada de relações diplomáticas do Brasil com a URSS. *Diário da Noite*, 11 de janeiro de 1956; Participaram do debate os ministros militares. *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1958; Reatamento com a URSS. JK não sabe o que faz. *Revista da Semana*, n. 4, 1958; Relações externas e agitação interna. *Última Hora*, 14 de janeiro de 1958; Quem manda no Itamaraty é o Dr. Raul Fernandes. *O Semanário*, vol. III, n. 93, 1958; Vai sugerir o Itamaraty que a solução do problema de reatamento seja entregue ao exame do Congresso. *Correio da Manhã*, 12 de janeiro de 1958; Brasil, Venezuela e Canadá. *O Semanário*, vol. III, n. 97, 1958.

*complexo de reações dessa gente não lhes permite alçar voo para guiar o gigante, mas ele vai ficar impaciente e rolarão muitas cabeças...*<sup>446</sup>

Cansado das disputas, tirou férias e partiu para Minas Gerais. Seu objetivo foi visitar sua família e fazer o circuito das cidades históricas do estado. A imprensa alcançou-o eventualmente. Questionado sobre a decisão do governo, minimizou sua derrota e tentou transformar a questão em algo eminentemente técnico. Em sua opinião, mesmo sem arcabouço jurídico bilateral, o Brasil não estava impedido de ter intercâmbio comercial com os soviéticos. Ele deu o exemplo de Egito, Suíça e Grécia, países com os quais o Brasil não tinha regimes especiais de pagamento, mas que mesmo assim mantinha laços comerciais. Por outro lado, novamente não demonstrou confiança na capacidade de compra dos soviéticos. Para ele, “as possibilidades [de comércio] eram desencorajadoras”. Prevendo os desdobramentos futuros, afirmou:

*Todo esse sensacionalismo em torno dessas operações com área nova de comércio é prejudicial para ambas as partes, porque induz a expectativas mirabolantes ou leva, segundo o temperamento de cada pessoa, a um pessimismo exagerado*<sup>447</sup>.

Ele ainda não concordava com o argumento de que havia centenas de milhões de consumidores aguardando os produtos brasileiros atrás da Cortina de Ferro e de que esses países poderiam ofertar algo em troca a um preço adequado. Um bom exemplo desse último aspecto foi a Polônia. O Brasil tinha interesse em importar carvão do país, mas entre pagar dezoito dólares por tonelada de

---

446 De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1958. APEBS; O importador não compra na Rússia porque não quer. *Correio da Manhã*, 5 de março de 1958; Itamarati estuda relações comerciais com a Rússia. *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1957.

447 De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1958. APEBS.

carvão americano e vinte e três dólares por tonelada de carvão polonês, de qualidade mais baixa, era claro para Edmundo não haver sentido econômico na expansão comercial. Por isso clamava pela despolitização da questão – tanto a favor como contra.

Após retornar ao Rio de Janeiro, o diplomata certamente acompanhou o sentimento de vitória que perpassou o setor político após a decisão de janeiro. Havia até certa arrogância por parte de seus colegas. Ao ser consultado sobre a ida de arquitetos brasileiros para Moscou, o diplomata José Osvaldo de Meira Penna, chefe da Divisão Cultural, afirmou:

*os arquitetos brasileiros pouco têm a aprender dos russos, cuja arquitetura é reconhecidamente reacionária e de estilo imperialista. Haveria, sim, interesse em enviar uma exposição de arquitetura brasileira para mostrar aos outros o nosso avanço*<sup>448</sup>.

Mas a maré contrária a Barbosa da Silva estava terminando. No início de abril de 1958, desprestigiado, o ministro José Carlos de Macedo Soares pediu exoneração, assumindo em seu lugar o político Francisco Negrão de Lima. Isso ocasionou, nos próximos dois anos, uma cadeia de exonerações na cúpula do órgão. José Roberto, o chefe de gabinete do ministro, exonerou-se de sua posição, sendo substituído por Armando Salgado Mascarenhas, que iniciara sua carreira sob a chefia de Barbosa da Silva. Odette de Carvalho permaneceu até julho de 1958, quando foi substituída por João Augusto de Araújo Castro. Azeredo da Silveira retornou para o Rio de Janeiro em outubro de 1958, assumindo a área de pessoal do Departamento de Administração, lugar anteriormente ocupado por Manuel Antônio Maria Pimentel Brandão. Já Meira Penna,

---

448 De Meira Penna para chefe do Departamento Político e Cultural. Congresso de arquitetura de Moscou. Confidencial. 27 de maio de 1958; De Barbosa da Silva para Secretário Geral. Estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética. Confidencial. 9 de setembro de 1958. Memos confidenciais de 1958. AHI-BSB.

da Divisão Cultural, foi removido para Zurique em novembro do mesmo ano. Em seu lugar, assumiu Wladimir do Amaral Murtinho.

Um bom termômetro para identificar a mudança de espírito promovida por essa troca de guarda é o discurso de posse do jovem Araújo Castro, então com 39 anos. Ele criticou os “esquemas abstratos e inflexíveis que esterilizam as ideias e cerceiam as iniciativas” e adicionou: “os planos eficazes de ontem não serão necessariamente os de hoje”. Abriu-se nova era na política externa brasileira<sup>449</sup>.

O maior ajuste, porém, veio em agosto de 1959, quando o industrial e político Horácio Lafer assumiu o Itamaraty. Ele e Edmundo conheciam-se desde o governo Vargas. Para Edmundo, o grande paulista tinha elevada formação jurídica e filosófica – “sua cultura, sua firmeza de convicções e seu porte de *grand seigneur* fizeram-no destacar-se nas conferências internacionais de que participou”. Fora ministro da fazenda nas difíceis condições do segundo governo Vargas, “desmistificando a política financeira daqueles que iludiam a sociedade e se iludiam em crescer sem fortalecer a moeda”. Essa admiração não impediu Edmundo de ter vários confrontos com Lafer. Uma vez, inclusive, insistiu em exonerar-se de sua posição no Departamento Econômico, mas Lafer o dissuadiu com simplicidade e sinceridade. Depois, convocou para ser seu Secretário-geral. Edmundo foi pego de surpresa. Chamado ao gabinete do ministro, este só lhe disse: “Já mandei preparar o decreto de sua nomeação e espero que de agora em diante cresça ainda mais nossa amizade!”<sup>450</sup>.

Vivia-se, em meados de 1959, sob outro espírito. Além do ativismo das novas lideranças, já se observavam os resultados da abertura econômica para vários países da Cortina de Ferro – e

---

449 Departamento Político tem novo chefe: relações com exterior tem quatro itens. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1958.

450 Horácio Lafer. Um exemplo, 6 de agosto de 2012. APEBS.

nenhum problema de infiltração comunista havia ocorrido. Foi a vitória da estratégia de iniciar os laços econômicos pelos satélites e, vencendo a resistência, tornar inevitável o entrelaçamento comercial com Moscou. Não se pode esquecer, igualmente, de atores importantes da sociedade. Em 27 de março do ano anterior, por exemplo, Oswaldo Aranha proferiu discurso na sede da União Nacional dos Estudantes conclamando a reabertura de laços comerciais. No início de 1959, foi a vez de Augusto Frederico Schmidt – “Sou inteiramente favorável ao intercâmbio comercial não só com a URSS, mas com todos os países do mundo”. O maior apoio, porém, veio de Roberto Campos, então trabalhando como superintendente do BNDE. Poucos críticos da esquerda nacionalista se perguntaram, naquela época, como personalidades julgadas conservadoras, como Barbosa da Silva e Campos, poderiam estar por trás de um movimento que despertava tanto conflito no choque ideológico da Guerra Fria. A origem estava no pragmatismo e no pessimismo que ambos alimentavam sobre a economia internacional. Campos, como dizia, era “avesso a soluções românticas para problemas econômicos”. Em sua opinião, por mais que o Brasil se esforçasse para expandir as exportações para os Estados Unidos e a Europa Ocidental, “era improvável” que fosse possível “ampliá-las [...] em proporção suficiente para liquidar dívidas passadas e atender à voraz necessidade de bens de equipamentos e matérias primas”. Era natural, portanto, que se buscassem novas áreas para a expansão comercial fora das áreas tradicionais. Isso, afirmou, era “uma necessidade técnica e não uma preferência política ou, muito menos, simpatia ideológica”. Barbosa da Silva era mais cético sobre o potencial desse comércio, mas foi ardoroso defensor da tese de que o país deveria ao menos prospectá-lo<sup>451</sup>.

---

451 Itamarati estuda relações comerciais com a Rússia. *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1957; Ele é também o rei das comidas. *Manchete*, 2 de novembro de 1959; Nossos mercados para os nossos

Em julho de 1958, o tema retornou para a agenda. Os soviéticos, observando que a reabertura de laços políticos e comerciais não viria, criaram uma nova situação ao, por intermédio da estatal Soyuznefteexport, oferecer uma troca compensada de petróleo bruto e derivado por cacau e café. A Petrobrás, notificada pelos agentes soviéticos em Montevideu, entrou em contato com o Itamaraty. Tanto Sérgio Armando Frazão, que chefiava interinamente a Divisão Comercial, como Barbosa da Silva tinham opinião similar no tema. Para eles, era inadequada a situação existente, de negócios esporádicos, pois não servia para “a abertura e manutenção de canais regulares de comércio”. Foi aproveitando a discussão gerada por esse caso que, em setembro, Barbosa da Silva questionou o secretário-geral sobre a “possibilidade de estabelecimento de relações comerciais diretas com a União Soviética, mediante operações isoladas ou mediante celebração de ajustes interbancários” e a possibilidade de concessão aos países da órbita comunista “da faculdade de manter número limitado de representantes comerciais” no Brasil. Seu pedido foi despachado para o Departamento Político. Lá, Luís Bastian Pinto, confessando não acompanhar a política soviética por falta de funcionários e material, identificou um movimento intenso da opinião pública para a realização do reatamento comercial entre o Brasil e a URSS. Para ele, o Itamaraty não deveria se opor a essa opinião pública, “sob pena de deixar de refletir a opinião predominante no Brasil”. Ele, então, informou ser “conveniente estabelecer relações comerciais” com a URSS e outros países do bloco socialista<sup>452</sup>.

---

produtos. *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1958; Roberto Campos: o BNDE transformou-se no maior comprador da Cortina de Ferro. *Diário da Noite*, 8 de abril de 1959.

452 No ano seguinte, a firma Martinelli Comercial S.A. estava preparando-se para exportar café para a URSS via Suécia. De Nascimento Silva para Corrêa do Lago. Venda de petróleo soviético ao Brasil. Confidencial. 28 de julho de 1958; Ver despachos de Barbosa da Silva e Araújo Castro no documento. De Barbosa da Silva para Secretário Geral. Estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética. Confidencial. 9 de setembro de 1958; De Paulo Amélio do Nascimento Silva para Barbosa da Silva. Exportação de café para a URSS, via Suécia. Confidencial. 7 de julho de 1959. Memos confidenciais. AHI-BSB.

Vencendo essa etapa preliminar, com toda discrição, Edmundo utilizou seus contatos para sinalizar o interesse em abrir conversas exploratórias com os soviéticos. Tudo foi feito de forma tão cuidadosa que até a embaixada americana e seus informantes tinham dificuldade em apurar a movimentação diplomática brasileira. O intermediário foi a Legação da Polônia e as negociações principais foram conduzidas pessoalmente por Horácio Lafer, “dentro de um espírito objetivo e prático”. Elas foram extenuantes, em decorrência do objetivo brasileiro de minimizar surpresas desagradáveis<sup>453</sup>.

Todo esse esforço foi conduzido após várias consultas com Juscelino Kubitschek. Na opinião de Edmundo, o presidente desejava evitar uma confrontação com os opositores da iniciativa, em especial o cardeal dom Jaime de Barros Câmara. Foi uma nova jogada de mestre de JK. Ao aprovar a ida de uma missão brasileira a Moscou, aplacou a esquerda e os burocratas que desejavam o reatamento; mas ao limitar a agenda somente ao reatamento comercial, jogou para seu sucessor o problema político. O presidente ainda escondeu o seu próprio envolvimento e o de Horácio Lafer, deixando Barbosa da Silva assumir o prosicênio para preservá-los em caso de fracasso. Assim, Edmundo foi o responsável, por exemplo, por comunicar a Jaime de Barros Câmara a decisão do governo. Relatando o encontro décadas mais tarde, o diplomata notou a estranha conversa de um “ex-aluno dos jesuítas” com o cardeal. Ela foi polida e “não alterou convicções já enraizadas”. O religioso teria afirmado que “o comércio seria uma via de penetração [d]o comunismo e [de] agentes comerciais, espões disfarçados”. Ao sair da audiência, Barbosa da Silva encontrou-se

---

453 Department of State. Staff summary supplement. Brazil may be considering trade with the URSS. September 24, 1959. Secret. NARA. As relações comerciais do Brasil com a Rússia serão iniciadas em novembro. *Folha da Noite*, 19 de outubro de 1959; De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Condições da vida diplomática na União Soviética. Confidencial. 21 de dezembro de 1959. Memos confidenciais. AHI-BSB.

com dom Hélder Câmara. Ele tentou um desabafo e a reação de dom Hélder foi encolher os ombros, levantar os olhos aos céus e recolher-se em atitude de desalento<sup>454</sup>.

## O frio de Moscou

*Há quem pense que diplomacia requer dissimulação e malícia. Mas na realidade, por mais crua que seja, a verdade dita com seriedade e firmeza valoriza respeito à palavra dada e facilita muito mais os entendimentos do que sutilezas verbais.*

Edmundo Penna Barbosa da Silva

Em 19 de outubro, o Itamaraty emitiu uma nota à imprensa sobre a Missão Comercial a Moscou. Primeiramente, informou que ela chegaria à União Soviética em meados de novembro. Depois, indicou que se limitava ao tema de compra e venda de produtos. Barbosa da Silva seria o chefe e, no grupo, viajariam mais de vinte pessoas. A seleção foi feita com cuidado, privilegiando-se técnicos renomados. Entre eles estavam o brigadeiro Henrique Fleiuss (Conselho Nacional do Petróleo), o coronel Idílio Sardenberg (Petrobrás), Joaquim Inácio Tosta Filho (Cacex), Renato Costa Lima (IBC), Ivan de Oliveira (Carteira de Câmbio do Banco do Brasil), Euvaldo Mota (técnico do Banco do Brasil em assuntos bancários) e João Milton Prates (Presidência da República). Eles eram assessorados por oito técnicos de seus respectivos órgãos. Do Itamaraty, foram escolhidos Ovídio de Andrade Mello, Amauri Bier e Jayme Magrassi de Sá. Armando Salgado Mascarenhas seria o secretário da delegação. Ele teria uma difícil missão, pois seria o responsável por desembarcar o material oferecido pelo Jardim Botânico brasileiro ao Jardim Botânico de Moscou, além de vários

---

454 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. "Missão à União Soviética". 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

produtos agrícolas, que serviriam para montar uma pequena mostra da pauta de exportação brasileira. De fora do governo iriam Constantino Ianni, enviado especial da *Folha de São Paulo*, e os médicos Paulo Niemeyer e I. Ackerman<sup>455</sup>.

A nomeação da delegação foi uma vitória para Edmundo. Foi irônico que o diplomata, repetidamente criticado pela imprensa no início do governo JK no tópico atômico como “entreguista”, tenha batalhado tanto para criar elos econômicos com a Cortina de Ferro – e sendo elogiado pelos críticos de outrora. Ele acompanhou a contradição desse grupo: “Por não me conformar com a mentalidade colonial, tenho sido apontado como entreguista (aos americanos) e, agora, por pleitear uma política audaz para com o Leste, acabarão me rotulando de comunista. Que ironia e que compreensão!”<sup>456</sup>.

Mesmo antes da decisão de JK de nomear a delegação, o Departamento Econômico já iniciara os preparativos. Era uma tarefa difícil diante da dificuldade de encontrar material. Um dos livros que os brasileiros leram para prepararem-se foi o *best seller* de John Gunther, *Inside Russia*. Já se vislumbrava que o objetivo central da viagem era evitar referência às relações diplomáticas entre os dois países. O sucesso, por sua vez, estaria nas condições de comercialização de poucos produtos, notadamente o café brasileiro e o petróleo russo. O Brasil ainda tinha interesse em vender cacau, mate, sisal, fumo, óleos vegetais, cera de carnaúba, couros, frutas secas e produtos de utilidade doméstica, como geladeiras, enceradeiras, máquinas de lavar roupa e pequenos motores – essas últimas, novidades na promoção comercial. A preparação foi centralizada pela área econômica, mas sob a cuidadosa supervisão de Horácio Lafer. Um dos desafios principais era a questão do ambiente de trabalho em Moscou. Como o Brasil

---

455 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

456 Ver, por exemplo, Osny Duarte Pereira. Missão a Moscou. *O Semanário*, vol. IV, n. 183, 1959; De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1958. APEBS.

não tinha nenhuma instalação oficial na cidade, foi preparado orçamento para alugar cinco salas, uma delas para a imprensa, um apartamento com banheiro, além de um local para reuniões e cinco carros<sup>457</sup>.

Barbosa da Silva, em novembro, afastou-se do controle direto da preparação da viagem. A razão foi o acúmulo de compromissos igualmente importante para as relações econômicas externas brasileiras. O mais relevante foi a Sessão das Partes Contratantes do GATT em Tóquio. Ele, então, só lideraria a delegação na Europa, quando esta estivesse a caminho de Moscou. Antes de partir do Brasil, contudo, encontrou-se com JK. Informou o presidente das conversas que manteve com os opositores da iniciativa, nos bastidores e recebeu dele um tapa nas costas e a frase: “Não vá desapontar o Lafer!”<sup>458</sup>.

Mesmo em Tóquio, Edmundo manteve-se atento aos preparativos. As comunicações com o ministro eram recheadas de preocupações com o prazo exíguo das negociações. Enquanto isso, um grupo de trabalho de alto nível preparava a posição brasileira. A confusão era enorme, com os subordinados de Barbosa da Silva lutando contra Horácio Lafer, que centralizou o planejamento da missão em seu gabinete. Preocupado principalmente com a imprensa conservadora, Lafer desejava que o acordo fosse direcionado a produtos de consumo, como trigo e petróleo, evitando equipamentos e máquinas que exigissem a vinda futura de técnicos. Além disso, impôs a tese de que a missão não assinaria documento algum de relevo. Fora uma decisão importante, pois isso salvaguardaria a posição Edmundo, evitando que se tornasse, em caso de problemas, um “bode expiatório da série de

---

457 De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Condições da vida diplomática na União Soviética. Confidencial. 21 de dezembro de 1959; De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Missão Comercial a Moscou. Despesas de Secretaria. Confidencial. 16 de novembro de 1959. Memos confidenciais. AHI-BSB.

458 Assembleia do GATT. 1959.. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

incoerências e divergências” no tema. Isso não resolveu, contudo, vários problemas jurídicos. Em 11 de novembro, um subordinado de Edmundo relatou, por carta, a difícil situação sobre qual instrumento jurídico seria negociado: “Uma das linhas mestras, determinante de vários estudos e posições, está ainda imprecisa e sem decisão sobre o rumo. Em todo caso, Deus é brasileiro!”. A batalha para composição da delegação também foi árdua. Mesmo com a lista já definida, candidatos saíam de todos os locais para pleitear uma vaga na histórica missão. Muitos foram descartados; outros, que nem se apresentaram apropriadamente, foram convocados – como Ovídio de Andrade Mello, que fez um curso de russo por áudio e vigiaria o intérprete<sup>459</sup>.

A última reunião da delegação antes da partida deu-se em 18 de novembro, liderada por Horácio Lafer. Nessa fase, ocorreram vários choques entre Costa Lima, do IBC, e a equipe do Itamaraty. A razão foi o excessivo otimismo desse técnico, que desejava fechar negócios nababescos. Os russos, nesse momento, falavam no consumo de um milhão de sacas e café, mas o número era demasiadamente elevado, pois os soviéticos consumiam menos de 100 mil sacas por ano. Já Idílio Sardenberg sabia haver limites na compra de petróleo cru dos soviéticos – tanto pelos contratos de longo prazo existentes como pela incapacidade de os portos soviéticos receberem os grandes navios utilizados pelo Brasil para captar petróleo no Oriente Médio e na Venezuela. Mesmo nesse caso, porém, a missão poderia ser proveitosa para observar a tecnologia soviética em matéria de equipamento para refinarias<sup>460</sup>.

Na última semana de outubro, Barbosa da Silva partiu de Tóquio para Hong Kong e Bangkok. O primeiro choque térmico

---

459 De Barbosa da Silva para Horácio Lafer. Tóquio, 19 de novembro de 1959; De Horácio Lacerda para Barbosa da Silva. Tóquio, 11 e 24 de novembro de 1959; De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Confidencial. Tóquio, 27 de outubro de 1959. APEBS; Melo: 2009, p. 26-7.

460 Últimas instruções de Lafer à delegação que vai à URSS. *Folha da Manhã*, 19 de novembro de 1959; De Horácio Lacerda para Barbosa da Silva. 11 e 24 de novembro de 1959. APEBS.

da viagem foi nesta última cidade. Já com roupas de inverno europeu, correu do avião para a sala de espera dos passageiros, onde se refugiou no ar condicionado enquanto esperava o próximo voo. Nunca sentira calor igual, nem mesmo no Pantanal de Mato Grosso. Seguiu, então, para Paris, onde encontrou o restante da delegação, tendo à disposição um DC-7C da Panair do Brasil<sup>461</sup>.

Em Paris, os brasileiros lidaram com a Intourist, a estatal monopolista russa com amplos poderes na condução de visitas de estrangeiros à União Soviética. Ela era responsável por emitir documentos, gerenciar transporte, reservar hospedagem e lidar até com aspectos mundanos como a impressão de guias e a comercialização de *souvenirs*. Aqui, “não foi fácil conciliar” a estrutura rígida e burocrática do órgão soviético com as necessidades brasileiras. Seus funcionários acompanhariam a delegação durante toda a viagem – em especial a tradutora Aelita Volkova, que falava espanhol. Os encarregados russos pela equipe brasileira eram contidos – ao contrário do funcionário que serviu a um escritor brasileiro anos antes, que se “expressava num português cheio de gírias e de gestos malandros, como se fosse um lúcido cidadão de Vila Isabel”<sup>462</sup>.

Eles partiram para Moscou no dia 26 de novembro. Foi uma jornada distinta da última empreendida por um embaixador brasileiro – em 1946, Mário de Pimentel Brandão chegou a Moscou de trem, partindo de Paris, tendo só o trecho até Praga durado duas noites e um dia, passando por uma Alemanha destruída. Edmundo e sua equipe só tiveram como contratempo a substituição da equipe brasileira de pilotos e radiotelegrafistas por profissionais russos, que levaram o avião até Moscou (em 1961, por ocasião da visita

---

461 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS; Em Moscou (Zero Grau) a 27 a Missão do Brasil. *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1959.

462 Gorsuch: 2011, p. 4; Magnúsdóttir: 2006, p. 132; De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Condições da vida diplomática na União Soviética. Confidencial. 21 de dezembro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB; Rebelo: 1956, p. 202.

da delegação soviética ao Brasil, naturalmente implementou-se a reciprocidade)<sup>463</sup>.

O céu em Moscou estava claro e as ruas, cobertas de neve. O DC-7C da delegação pousou no aeroporto de Vnukovo, localizado a 30 quilômetros do centro da cidade – o primeiro aparelho brasileiro em território soviético. Na cidade, poucos sabiam que há pelo menos dois anos era discutida acaloradamente pela imprensa brasileira o eventual envio de uma missão oficial ao país. O silêncio só foi quebrado dois dias antes, quando foi retransmitido pronunciamentos do comunista Luís Carlos Prestes. Para ele, a missão era “um passo importante para a melhoria das relações entre os dois países”. Afirmou, ainda, que o povo brasileiro, em sua esmagadora maioria, exigia “o restabelecimento das relações diplomáticas”<sup>464</sup>.

Ao sair do avião, Barbosa da Silva encontrou um grupo de cerca de vinte personalidades soviéticas, lideradas por Nikolai N. Smeliakov, vice-ministro do Comércio Exterior da URSS. Com extensa experiência administrativa em Gorki, ele era o personagem central na tentativa de elevar a produtividade dos manufaturados do país para competir em mercados internacionais, utilizando um engenhoso sistema de créditos, bônus, alocação de moeda estrangeira e preços especiais.

Smeliakov tinha gestos expansivos; estreitou as mãos de Barbosa da Silva e afirmou: “Dou-lhe as boas-vindas a Moscou. Recebemos os senhores com um tempo muito frio, mas tenho a esperança de que nossa [...] recepção lhes permita suportar esse tempo tão frio”. Barbosa da Silva, naquele instante, declarou

---

463 Carta de Pimentel Brandão para Neves da Fontoura. Moscou, 30 de junho de 1946. Maço 64.114. AHI-B5B.

464 Negociações econômicas entre Brasil e Rússia. *Correio da Manhã*, 28 de novembro de 1959; Em Moscou a missão comercial brasileira. *Folha da Manhã*, 27 de novembro de 1959; Moscou parece consciente da necessidade de o Brasil colocar seus excedentes de café. *Folha da Manhã*, 28 de novembro de 1959.

não haver dúvidas de que a ida de uma delegação comercial brasileira serviria “para o estabelecimento de boas relações” entre os dois países. Ao não adjetivar o termo “relações” com o termo “diplomáticas ou “políticas”, prontamente indicou a intenção do governo brasileiro de não seguir esse caminho. Respondendo diretamente a Smeliakov, disse: “Estamos satisfeitos de visitar esse país. A temperatura para nós, que viemos de um país tropical, não é muito boa, mas estamos certos de que sua calorosa recepção nos permitirá suportar o frio”. Smeliakov, ao perceber que os brasileiros estavam com chapéus de feltro ocidentais, não perdeu tempo e disse: “Os senhores terão [de] mudar seus chapéus pelos gorros de pele russo”. Smeliakov estava certo. Diante de um frio insuportável, a delegação brasileira foi obrigada a comprar gorros de pele e roupas mais quentes<sup>465</sup>.

Depois de mais trocas de cortesias e gentilezas, o grupo dirigiu-se ao hotel. A delegação brasileira se hospedou no Hotel Metropol, quase em frente ao Teatro Bolshoi. Em estilo *art nouveau*, aberto uma década antes da Revolução Russa, foi uma das primeiras construções da cidade a ter eletricidade, água quente e telefone em seus quartos. Em 1959, era uma sombra do passado glorioso. Mesmo assim, era o preferido de Mao Tse-Tung na cidade e acomodou personalidades como Marcello Mastroianni, Marlene Dietrich, John Steinbeck e Jean Marais.

Secretários, assessores e pessoal administrativo da delegação trabalhavam em um escritório improvisado no hotel. Foram levados até máquinas de escrever, papel e barbante para embalagens. Todas as refeições eram feitas em uma sala separada, pois o serviço no restaurante principal era muito lento. Das janelas

---

465 Negociações econômicas entre Brasil e Rússia. *Correio da Manhã*, 28 de novembro de 1959; Em Moscou a missão comercial brasileira. *Folha da Manhã*, 27 de novembro de 1959; JQ pensa receber em Brasília a missão russa de boa vontade. *Folha de São Paulo*, 15 de julho de 1961; Negociações Brasil-Rússia prosseguem. *Correio da Manhã*, 2 de dezembro de 1959.

de vários quartos era possível avistar uma parte do Kremlin. Barbosa da Silva, décadas depois, ao lembrar a vista, notou ter pensado: “Há cem anos, o enviado brasileiro à Corte Imperial russa foi um antepassado meu, Paulo Barbosa da Silva. É uma estranha coincidência que eu volte aqui em circunstâncias iguais”. Nos meios russos, já circulara a notícia que ele descendia de um diplomata que um século atrás fora nomeado ministro do Brasil na corte dos Czares, mas abandonou São Petersburgo por não suportar o frio<sup>466</sup>.

Moscou constituiu peça fundamental da reafirmação do prestígio heroico da construção socialista. A cidade, onde escritores como Tchekhov passaram grande parte de suas vidas, era majoritariamente de segunda e terceira geração de migrantes que abandonaram a zona rural. Ela foi incendiada nas Guerras Napoleônicas e quase tomada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial – na batalha pela defesa da cidade, os soviéticos perderam mais vidas que todas as causalidades sofridas por britânicos e americanos no conflito.

Após a guerra, e especialmente após a morte de Stálin, a cidade passou por acelerado desenvolvimento. O metrô expandiu-se e foram construídas centenas de prédios de cinco andares – a oferta anual de apartamentos quadruplicou entre 1954 e 1961. As ruas, pelo menos nas áreas acessíveis a estrangeiros, eram limpas. As mulheres estavam presentes em todas as atividades – da direção dos ônibus às barbearias. A população era vista no Ocidente de forma condescendente, mas tinha à sua disposição um dos maiores sistemas de segurança social já executado na humanidade. Na educação, nos anos 1920 e 1930, excluindo os idosos, toda a população – masculina e feminina – foi alfabetizada,

---

466 Rebelo: 1956, p. 211; Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS; De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Condições da vida diplomática na União Soviética. Confidencial. 21 de dezembro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB; Em Moscou a missão comercial brasileira. *Folha da Manhã*, 27 de novembro de 1959; Diplomacia dá as mãos à economia. *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XXIV, n. 287, 1960.

um verdadeiro milagre da engenharia social. Mesmo assim, havia um espírito de libertação no ar. Khrushchev tinha preferência por instrumentos positivos de legitimidade e não pela crua opressão stalinista. Ele abriu o Kremlin, uma tapeçaria viva de oitos séculos de história, para visita em julho de 1955. A experimentação na área econômica foi também uma novidade. A colheita de 1958 foi 30% maior que a do ano anterior e quase 70% maior do que a média do período 1949-1953<sup>467</sup>.

Essa transição também era visível na diplomacia. O ano de 1959 iniciou com a visita de Anastas Mikoyan a Washington, Nova Iorque, Chicago e Los Angeles. Czar do comércio exterior por quase duas décadas, foi o único líder do Comitê Central do Partido Comunista do país a permanecer na cúpula do fim da era Lenin ao início do período Brezhnev. Em julho, foi aberta a exposição soviética em Nova Iorque. No mesmo mês, o vice-presidente Richard Nixon foi a Moscou abrir a exposição nacional americana no Parque Sokolniki; logo depois, Khrushchev fez uma visita aos Estados Unidos<sup>468</sup>.

Os soviéticos tinham interesse em abrir e aprofundar seu relacionamento comercial e político com os países da América Latina. Pouco tempo antes de a missão brasileira partir para Moscou, Mikoyan inaugurou, no México, uma exposição sobre o país e, em repetidas ocasiões, Khrushchev ofereceu publicamente ajuda técnica e crédito a qualquer país da região interessado em obtê-los. O fundamento da estratégia era que esses países precisavam muito mais de Moscou do que o contrário. E era por esse desequilíbrio que o Kremlin observava uma janela de oportunidade para conseguir vitórias de natureza política. O Brasil, nessa situação, estava em desvantagem nas conversas. Os soviéticos sabiam da necessidade urgente do país em expandir suas exportações de café e importar

---

467 Braithwaite: 2007, p. 3-24; Colton: 1995, p. 373; Gorsuch: 2011, p. 34-5; Hosking: 2006, p. 225; Príncipe: 1959, p. 7; Taubman: 2003, p. 365.

468 Magnúsdóttir: 2006, p. 223.

maquinário agrícola e industrial. Havia, também, limites naturais para esse tipo de troca, pois o chá era a bebida nacional soviética. Alguns membros da delegação brasileira viam nessa limitação uma oportunidade. Para esses, a partir do momento que o café brasileiro fosse apresentado aos consumidores russos, um mercado de potencial gigantesco abrir-se-ia.

A questão principal para Barbosa da Silva era como assegurar o alcance desses objetivos sem levar ao reconhecimento diplomático. Havia vários antecedentes, pois desde a década de 1920 os soviéticos celebravam acordos comerciais com uma cláusula indicando não ter as relações comerciais qualquer implicação em termos de reconhecimento diplomático. Mas isso talvez não fosse o suficiente para aplacar os conservadores brasileiros. O comércio exterior soviético era estatal. Isso significava que seus agentes eram servidores do Estado. Moscou introduzia em seus acordos comerciais uma cláusula de que tais representantes teriam imunidade diplomática (concedendo, em contrapartida, reciprocidade). Esse mecanismo sempre foi fonte de controvérsia, em decorrência das sistemáticas suspeitas de que seus beneficiários estivessem extrapolando suas atividades estritamente mercantis; em alguns casos, isso realmente ocorreu<sup>469</sup>.

Era esse tipo de problema que se apresentou nas negociações iniciadas às 11 horas da manhã em 29 de novembro de 1959, nas instalações do Ministério do Comércio Exterior da URSS. Nesse primeiro momento, as duas equipes discutiram procedimentos. Barbosa da Silva e Smeliakov concordaram com a criação de três grupos de trabalho – comércio, pagamento e protocolo. Como viabilizar o comércio entre os dois países? Essa era a pergunta de cada delegado na mesa de reuniões no dia seguinte. Barbosa da Silva, desde o início da década de 1950, esmerava-se na arte de

---

469 Moscou parece consciente da necessidade de o Brasil colocar seus excedentes de café. *Folha da Manhã*, 28 de novembro de 1959; Smith: 1973, p. 31.

conduzir acordos de pagamentos e comércio; só recentemente, no entanto, o país começara a celebrar tais arranjos junto a países socialistas. Foi por essa razão que preferiu iniciar as tratativas em Moscou com um seminário informal sobre como funcionavam as engrenagens do comércio exterior de cada país. A iniciativa foi interessante por possibilitar uma sondagem inicial de suas contrapartes. Os três grupos de trabalho reuniram-se, criando-se para cada um cronogramas e processos específicos. Depois de uma hora e meia, o esforço foi concluído com sucesso e as duas delegações foram almoçar no hotel da delegação, onde trocaram numerosos brindes. Pela tarde, o grupo foi conhecer a cidade e pela noite programou-se uma ida ao teatro. Barbosa da Silva teve uma entrevista particular com Smeliakov nesse dia<sup>470</sup>.

Nesse momento, havia um “otimismo prudente” da delegação brasileira. Mas havia temores decorrentes de duas táticas introduzidas pelos soviéticos logo após o início da negociação. A primeira foi a indicação de que o Brasil poderia esperar negócios mais vultosos caso introduzisse a promessa de restabelecimento das relações diplomáticas. A segunda foi a procrastinação soviética. Desde o início, todavia, Barbosa da Silva afirmou que o reconhecimento diplomático estava fora da mesa de negociação e que a delegação brasileira partiria entre 14 e 15 de dezembro. Russos e jornalistas internacionais acharam o prazo absurdo – os franceses, afinal, levaram 40 dias para elaborar uma lista de trocas em um acordo já existente. Os brasileiros, além de estruturar um acordo original, ainda teriam de concluir negociações sobre produtos. Os funcionários da área comercial do governo soviético acharam que era um blefe, foram confirmar o retorno da missão<sup>471</sup>.

---

470 Iniciadas ontem em Moscou as gestões da Missão brasileira. *Folha da Manhã*, 29 de novembro de 1959.

471 Relações diplomáticas chave da negociação. *Correio da Manhã*, 1 de dezembro de 1959. Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

Barbosa da Silva manteve uma pesada agenda social. Ele recebeu numerosas visitas, dentre elas de embaixadores da América Latina. Ele ainda visitou Ivan Satchkov, presidente da Comissão Estatal de Relações comerciais com os países estrangeiros, Ivan Patroliche, ministro do Comércio Exterior, Yuri Maksarev, presidente da Comissão Estatal de Tecnologia. No dia 2, Smeliakov homenageou os brasileiros com um almoço no Restaurante Praga, ágape que durou 3 horas, com direito a vários brindes de vodka e champanhe. No mesmo dia, todos foram assistir a uma apresentação do Bolshoi. A delegação não olvidou de fazer um passeio pela cidade. Em uma foto do grupo na praça Vermelha, observamos onze homens caminhando na direção contrária ao Kremlin. Rostos fechados, corpos retraídos. Poucos sorriam<sup>472</sup>.

Em uma manhã, no meio das negociações, Barbosa da Silva foi informado que o 1º vice-ministro, Anastas Mikoyan, desejava ter uma audiência com os brasileiros às 15 horas no Kremlin. Sua experiência, na área comercial, datava de meados da década de 1920. Pouco depois, após uma viagem aos Estados Unidos, modernizou todo o sistema de abate, a indústria de comida enlatada e as técnicas de panificação do país – inovações que perduraram por décadas. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi o encarregado de fornecer todo o material para o Exército Vermelho. Depois, tomou para si a tarefa de regenerar a economia do país, voltando-a para a realização dos ideais de consumo da população.

No horário marcado, pontualmente, Edmundo foi introduzido em um grande salão onde Mikoyan o recebeu. Assim que o cumprimentou, o brasileiro informou a sua contraparte do interesse do presidente JK e de Horácio Lafer de restaurar o comércio direto entre os dois países. Ele indicou não ter esperanças para uma súbita elevação das correntes de intercâmbio, mas com

---

472 *Manchete*, 26 de dezembro de 1959.

o tempo estas certamente cresceriam. A conversa sobre cifras seguiu-se e o russo perguntou-o como estava a situação do petróleo brasileiro, pois esse seria um entrave ao desenvolvimento do país e certamente os “imperialistas” não teriam interesse em financiar a produção brasileira, pois isso tornaria o país mais independente. Barbosa da Silva retrucou dizendo que, não obstante todas as dificuldades, o Brasil seguia recebendo investimentos e créditos dos “imperialistas”. Mikoyan esboçou um sorriso e afirmou que se o Brasil recebesse mais recursos para explorar seu próprio petróleo, este setor teria ritmo maior de crescimento.

Nesse momento, Edmundo, utilizando bem sua verve mineira de contador de causos, informou que havia visto vários pescadores debruçados sobre a superfície gelada do rio Moscova fazendo pequenos furos, por onde inseriam seus anzóis para pescar; na primavera, certamente fariam pescas mais abundantes. O Brasil, afirmou Edmundo, estava com paciência, na mesma situação dos pescadores de Moscou no inverno: abrindo pequenos canais de comércio que, no futuro, a depender das condições, poderiam render muitos frutos. Em ambiente de franqueza, Edmundo fez uma calculada travessura. Indicou que as operações de comunistas orientados por Moscou no Brasil poderiam desestabilizar as correntes de comércio e que estes certamente seriam tratados com vigor equivalente ao conferido aos brasileiros que se intrometessem em assuntos internos da URSS. Nesse momento, Mikoyan voltou-se para Edmundo e perguntou se não tinha medo do comunismo. O diplomata, surpreso, tentou desconversar dizendo que não tinha medo porque havia sido tratado muito bem durante sua visita. O vice-ministro novamente questionou-o: não “desagradava o cheiro de comunismo”? Após a insistência, Edmundo fingiu estar cheirando algo no ar e respondeu: “Não sinto nenhum cheiro especial!” “Então está gostando de sua estadia?”, disse Mikoyan. Certamente sorrindo, o diplomata disse que ousava indicar

somente um problema, um fraco de sua família: o frio. Nesse momento, contou que um parente seu, Paulo Barbosa da Silva, pediu remoção porque não aguentou o frio na Legação Imperial Brasileira em São Petersburgo. Já em atmosfera descontraída, o vice-ministro relatou seu primeiro contato com o café. Em uma visita a um gabinete ministerial, na sala de espera, um contínuo ofereceu-lhe uma bandeja com uma xícara, café, creme, limão e açúcar. Para não apresentar sua ignorância, colocou todos os ingredientes na xícara. Ao provar, engasgou e por muito tempo perguntou-se porque as pessoas tomavam a horrível bebida. Ao final, Edmundo ganhou uma caixa de cigarros e charutos, muito apreciados posteriormente pela delegação e, ao despedir-se, presenciou uma das mais belas passagens de inverno que jamais vira: a esplanada do Kremlin recebendo a luz do poente, coberta de neve, com as cúpulas douradas contrastando com as árvores secas pelo frio<sup>473</sup>.

Em 4 de dezembro, Nikolai Smeliakov apresentou as dificuldades para a entrada do café brasileiro no mercado soviético e, ao mesmo tempo, assinalou que tais empecilhos poderiam ser minimizados caso o governo brasileiro explorasse de forma efetiva a reabertura oficial de relações diplomáticas. Barbosa da Silva, por sua vez, afirmou que o acesso do produto ao mercado soviético era condição indispensável para um acordo.

O Brasil submeteu a minuta de acordo de pagamentos e Barbosa da Silva ofereceu quatro fórmulas distintas para os dois países chegarem a um acordo. Smeliakov, por sua vez, enviou a Barbosa da Silva um esboço formal de acordo comercial. Segundo Edmundo, era um trabalho bem feito, mas continha cláusulas inaceitáveis para o Brasil. Ao visitar o russo, afirmou que, como profissional, só podia elogiá-lo; mas para seu desespero, não tinha

---

473 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. "Missão à União Soviética". 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS; Disposta a URSS a montar fábricas no Brasil. *Folha de São Paulo*, 4 de dezembro de 1959.

credenciais para assiná-lo. O russo, agressivo, perguntou se tudo, então, não fora uma mera perda de tempo. Barbosa da Silva, nesse momento, entregou-lhe uma contraproposta. Ao apresentá-la, pediu-lhe desculpas por não poder oferecer algo equivalente ao que havia recebido. O russo disse que precisava de um dia para estudá-la, mas enquanto isso desejava discutir a criação de comissões comerciais no Rio de Janeiro e em Moscou. Era mais um movimento de avanço que o Brasil não poderia aceitar, diante das instruções aprovadas por Horácio Lafer. Nesse momento, Edmundo respondeu-lhe que não podia discutir tais termos. Smeliakov, com bom humor, retorquiu: “Com o Barbosa da Silva todas as boas proposições eram apreciadas e louvadas com bons argumentos, mas, no final, o brasileiro dizia – ‘Everything is fine, but, but, but!’ E todas as proposições acabavam sendo refugadas!” Nesse momento, Edmundo surpreendeu-o com uma sugestão, envolvendo dois passos. Primeiro, poderiam preparar um documento denominado “Termos de entendimento” entre os dois chefes de delegação, mas sem qualquer qualificação oficial. Informal, serviria para reger as trocas e pagamentos acordados. O segundo lideraria com a interação dos dois países no caso do surgimento de dificuldades. Evitando a instalação formal de representantes comerciais nas capitais, Edmundo propôs que Smeliakov, em Moscou, e Barbosa da Silva, no Rio de Janeiro, servissem de intermediários pessoais pelo o que ocorresse, após a validação dos entendimentos pelos respectivos superiores. Naquele momento, seguindo uma tradição mineira, Barbosa da Silva chegou a oferecer-lhe até “um fio de barba” para selar o entendimento, algo alcançado sem o uso do expediente regionalista brasileiro.

O ritmo na última semana da missão foi intenso. Como forma de acelerar as conversas, Barbosa da Silva deu prosseguimento aos preparativos da partida, marcada para o dia 10 de dezembro. Isso decorreu do fato de os russos protelarem a discussão do tema

considerado essencial para os brasileiros – a compra do café. No meio tempo, russos e brasileiros aproveitavam o improvisado *stand* da Cacex em Moscou, no qual foram apresentadas algumas amostras de produtos agrícolas e industriais. O evento foi aberto no final das negociações, quando quase tudo já estava acertado. Costa Lima, influenciado pela retórica soviética antes das negociações, ainda desejava um contrato de compra de um milhão de sacas de café, com o compromisso da Rússia de que esse produto não seria revendido no mercado internacional. Como Edmundo previra, a promessa de compra desse volume não se concretizou. Muitos brasileiros acreditaram que se a mostra de produtos tivesse sido realizada antes, o abundante cafezinho ofertado poderia ter tido algum efeito sobre as negociações<sup>474</sup>.

Às 20 horas de quarta, dia 9, foi assinada a declaração final do encontro. O momento crucial fora o dia anterior. Russos e brasileiros trabalharam lado a lado até as 4 horas da manhã nos textos em inglês e russo do documento. A atividade fora conduzida no ministério russo. Vazio, sem aquecimento, o frio era tremendo. Os brasileiros só conseguiram suportá-lo com muito conhaque e piadas. Refletindo sobre esse episódio quarenta anos depois, Barbosa da Silva afirmou: “Há quem pense que diplomacia requer dissimulação e malícia. Mas na realidade, por mais crua que seja, a verdade dita com seriedade e firmeza valoriza respeito à palavra dada e facilita muito mais os entendimentos do que sutilezas verbais”<sup>475</sup>.

Como Lafer instruíra, o entendimento assinado em Moscou foi considerado um acordo entre duas delegações comerciais. O teor do documento, contudo, não diferia dos instrumentos clássicos

---

474 Disposta a URSS a montar fábricas no Brasil. *Folha de São Paulo*, 4 de dezembro de 1959; Missão brasileira deverá deixar a URSS dia 10. *Diário da Noite*, 3 de dezembro de 1959; Acordo russo-brasileiro abre o caminho. *Correio da Manhã*, 11 de dezembro de 1959.

475 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS.

de intercâmbio. Havia listas de concessões, uma moeda-convênio e um crédito recíproco. Foi o primeiro documento bilateral desde 1947 e seu conteúdo era ambicioso. O Brasil forneceria uma parcela de 350 mil sacas de café em 1960, seguidas por duas outras de 500 mil e de 640 mil nos dois anos seguintes. A União Soviética, por sua vez, forneceria uma primeira parcela de 400 mil toneladas de petróleo, seguida por outras duas parcelas. Nesse acordo de compensação, foram introduzidos outros produtos de menor relevância. Estimou-se que, no primeiro ano, o valor alcançaria 25 milhões de dólares, chegando em 50 milhões em 1962. Depois da ratificação, previu-se a negociação para o estabelecimento, em cada capital, de uma delegação comercial executiva para o fomento do comércio bilateral.

A tradução para português fora feita apressadamente. Na cerimônia de assinatura, quando Smeliakov ia firmá-la, um assessor cochichou ao seu ouvido. Barbosa da Silva interrompeu-o dizendo que, tecnicamente, o assessor tinha razão ao desaconselhá-lo a assinar o documento sem conferir o texto. O russo sorriu e, surpreso, retorquiu: “Mas como você sabe o que ele me disse, se não entende russo!?”. Edmundo respondeu: “O seu assessor, como profissional, disse-lhe, com razão, que não se assina texto oficial sem conferência prévia. Você pode deixar de assinar, pois, como disse, ele tem razão”. Smeliakov assinou de pronto o texto, dizendo: “Para o Barbosa da Silva, assino sem precisar conferir!”. Na conferência de duas horas à imprensa, novamente questionou-se o reatamento das relações diplomáticas e outra vez Edmundo afirmou: “Viemos para falar de comércio e não tínhamos nenhuma outra missão”.

Na viagem, um dos anseios de vários membros da delegação não se realizara: um encontro com Nikita Khrushchev ou Andrei Gromyko. Em nenhum documento Barbosa da Silva afirma ter tal desejo, mas uma ocorrência demonstra a importância da delicada

questão. Renato Costa Lima, presidente do Departamento Nacional do Café, procurou, por iniciativa própria, Gromyko. Edmundo indicou ter havido uma violação das normas do Itamaraty, mas o assunto não foi discutido ou divulgado pelo diplomata, pois, em sua opinião, “a iniciativa imprópria partira de boa pessoa sem maior experiência diplomática”. A falta de divulgação da quebra de hierarquia também decorreu de outros fatores. Primeiro, poderia ser entendida como um problema da liderança do diplomata, que não soube controlar a delegação. Segundo, Gromyko chefiava o ministério das Relações Exteriores. O fato de Edmundo não o ter procurado decorria de não poder se envolver em temas diplomáticos ou políticos<sup>476</sup>.

Barbosa da Silva, tanto no estágio de preparação como durante a missão, repetiu exaustivamente que todo o esforço brasileiro estava limitado à agenda comercial. O que ninguém sabia é que, discretamente, orientou um de seus subordinados, o Secretário-geral da Missão Comercial, Armando Salgado Mascarenhas, a coletar informações sobre a vida diplomática e consular em Moscou. O relatório dessa atividade secreta é um dos únicos documentos disponíveis sobre o que, de fato, aconteceu em Moscou durante a Missão. Mascarenhas inicia seu texto afirmando que, para o diplomata brasileiro, “o contato com a realidade soviética desperta reações profundas”. Após alguns dias em Moscou, “o cotidiano dá-nos uma impressão melancólica de mediocridade e categoria secundária”. O estrangeiro fica “ilhado na opressiva burocracia estatal”. Um dos traços mais característicos da vida diplomática era “a persistente monotonia com que era violado o Direito de Delegação”. Instalar uma embaixada não era fácil diante dos múltiplos conflitos sobre aspectos irrelevantes que acabavam desanimando o estrangeiro – da casa ao mobiliário, dos

---

476 Assembleia do GATT. 1959. Tokyo. “Missão à União Soviética”. 7 de julho de 2002. Minuta. APEBS; Relações diplomáticas com a A. Latina. *Correio da Manhã*, 11 de dezembro de 1959; Buescu: 1964, p. 34

empregados ao abastecimento. As residências de diplomatas eram geralmente pequenas, em prédios velhos de paredes descascadas, pisos de cimento branco e pouca iluminação. Um mês antes de a missão Barbosa da Silva chegar a Moscou, o embaixador da Suécia, em uma reforma, descobriu uma dúzia de pequenos microfones espalhados na missão do seu país. A alimentação provinha de produtos importados de Copenhague; em casos de emergência médica, não era raro realizar viagens à Alemanha, à França ou à Suíça. O exercício da atividade diplomática era praticamente impossível diante da distância entre a sociedade local e os emissários estrangeiros. A maior parte do cotidiano limitava-se, assim, à diminuta comunidade internacional de países do bloco ocidental na cidade.

O cuidado com a prospecção dessas informações foi tamanho que ninguém no Brasil desconfiou dessas atividades. Não é possível saber, inclusive, se tal iniciativa partira de Barbosa da Silva ou fora uma orientação secreta dada por Horácio Lafer ou JK. O que sabemos é da participação ativa de Edmundo nela. Um dia, por exemplo, ele e Armando Mascarenhas, como forma de despistar escutas, saíram de carro e dirigiram-se para um campo aberto, fora da cidade, sob um frio de 34 graus abaixo de zero, para ouvir o relato de dois diplomatas argentinos sobre a vida diplomática em Moscou e a ação comunista soviética no Brasil e na Argentina. Não é de estranhar, diante desse jogo duplo, que os soviéticos tenham insistentemente procurado colocar no acordo final o reatamento diplomático. Outra agenda secreta do diplomata foi a questão de vários brasileiros que não conseguiam autorização para sair da União Soviética. Um desses casos era o da família Zilis. Petras Zilis residira, até 1954, em Santana de Parnaíba. Entusiasmado com as notícias de parentes residentes na Lituânia, partiu para a URSS, antes dando seus documentos para o cônsul soviético no Uruguai.

Logo após chegar, arrependeu-se amargamente, mas autoridades soviéticas recusaram-se a deixá-lo retornar ao Brasil<sup>477</sup>.

Após o término da missão, Barbosa da Silva dirigiu-se a Paris, onde permaneceu por cinco dias. Lá, preparou o relatório e descansou, antes de enfrentar novos desafios. Ao retornar ao Brasil, foi recebido por Horácio Lafer. Foi um momento de júbilo em que trocaram calorosos elogios. Refletindo o pensamento de seu subordinado, Lafer afirmou: “Enganaram-se não só aqueles que diziam que a Rússia resolveria todos os problemas econômicos do Brasil, como também os que afirmavam que não deveríamos ir até lá, em busca de novos mercados”<sup>478</sup>. Relatando para Araújo Castro sua odisséia, Edmundo afirmou ter sido uma “extenuante missão”. A seu ver, o “trabalho foi honesto e profícuo”. Conseguiu contornar as “dificuldades das relações diplomáticas e da missão permanente soviética no Rio de Janeiro, firmando ‘Termos de Entendimento’ entre os Chefes das duas delegações”. Ademais, a criação de duas Comissões Executivas Nacionais (a brasileira, no Rio de Janeiro, e a soviética em Moscou), evitaria “a permanência dos russos no Brasil”. “Vamos ver se a coisa funciona. A repercussão no Brasil foi muito boa e temos tido excelente imprensa”, disse ele ao concluir o relato<sup>479</sup>.

Mas como Edmundo teria chance de observar alguns anos depois, a execução dos acordos não obteve sucesso imediato, em decorrência da inexistência de contatos organizados entre os dois países por quase uma década. Mas se os resultados da Missão foram escassos no curto prazo, suas consequências para a consolidação de novos princípios

---

477 De Armando Mascarenhas para Horácio Lafer. Condições da vida diplomática na União Soviética. Confidencial. 21 de dezembro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB; De Lyle Tarrise da Fontoura a Pio Corrêa. Situação de brasileiros na URSS. Família Zilis. Confidencial. 18 de outubro de 1960. Memos confidenciais de 1960. AHI-BSB.

478 Regresso do chefe da missão à URSS. *Folha de São Paulo*, 18 de dezembro de 1959; “Negociando com todos os países é que servimos à economia do Brasil”. *Correio da Manhã*, 22 de dezembro de 1959.

479 De Barbosa da Silva para Araújo Castro. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1959. APEBS.

na política externa brasileira foram elevadas. Segundo Horácio Lafer considerou, antes mesmo de Edmundo chegar:

*Com o envio da Missão comercial a Moscou, o Brasil afirmou dois princípios da sua política exterior, que devem ser mantidos e intensificados: a) atuação internacional independente, também determinada pelo interesse da política econômica nacional; e b) procura de mercados vantajosos para o país onde quer que se encontrem, a exemplo do que fazem todas as grandes potências da aliança ocidental*<sup>480</sup>.

A justificativa dada por Barbosa da Silva após o retorno ao Brasil também adiantaria um dos fundamentos da Política Externa Independente e os princípios da diplomacia após 1967. O reatamento

*obedeceu à orientação de princípio da política econômica do governo brasileiro de fazer presente o comércio do país em todos os mercados cuja situação de oferta e procura os tornem interessantes ao processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Dentro desse princípio, não há que individualizar politicamente os diversos países, mas sim analisar sua capacidade de absorver produtos nacionais e de fornecer à economia nacional suprimentos essenciais. Qualquer mercado que comprovadamente vier a ostentar tal posição estará na linha de mira da política comercial do país*<sup>481</sup>.

Se a Missão não figurou em um lugar mais proeminente na historiografia, isso decorreu em parte da própria discricção de Barbosa da Silva. O tema era sensível o suficiente para causar

---

480 De Horácio Lafer para Secretário Geral. Confidencial. 9 de novembro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB.

481 Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética. *Revista da Associação Comercial*, ano XXIII, n. 909. Fevereiro de 1960.

sérias dificuldades não só na iniciativa em si, como em outras áreas da política externa brasileira.

Edmundo, em sua breve estadia, ajudou a definir um ambiente de confiança que o credenciou como interlocutor privilegiado no governo brasileiro para assuntos soviéticos. Foi por isso que, nos próximos anos, mesmo quando já havia se afastado da área econômica do Itamaraty, continuou a ser chamado a participar de reuniões e a receber, no Brasil, delegações soviéticas. Em maio de 1960, por exemplo, os entendimentos entre os dois países foram fortalecidos com a visita de uma missão ao Brasil. Barbosa da Silva recebeu a delegação em alto estilo, aproveitando a oportunidade para falar: “Os nossos visitantes já verificaram que os recebemos em clima bem mais quente do que o que fomos acolhidos em Moscou”. Na ocasião, o Banco do Brasil e o Gosbank assinaram um acordo bancário e, em 1961, escritórios comerciais foram abertos no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>482</sup>.

Quase dois anos após a visita, ficou claro que o otimismo com a abertura foi excessivo. O Brasil tinha um saldo acumulado em decorrência dos decepcionantes produtos soviéticos. Das 400 mil toneladas de trigo esperadas, só 200 mil foram embarcadas para o Brasil. Uma delegação brasileira partiu, novamente, para Moscou, mas teve resultados práticos ínfimos diante da nova insistência soviética de reatamento de relações diplomáticas para avançar no tema comercial. Foi só após o reatamento que o comércio teve uma súbita elevação. A URSS partiu de 0,2% das exportações brasileiras para 7,3% em 1963. Foi algo impressionante, pois mesmo os mais otimistas não esperavam tal resultado. No final da década de 1960, a URSS já era a nona maior importadora de produtos brasileiros. Mesmo o café teve grande expansão. Em 1938, a importação de café pela Rússia era de 1.200 toneladas; em 1963, ficou em 23.300;

---

482 Mais 15 dias de negociações com os russos. *Correio da Manhã*, 6 de maio de 1960; Blasier: 1983, p. 33.

em 1968, cresceu para 31.400 toneladas. Fora uma mudança explosiva. Se considerarmos que a importação de chá estagnara no mesmo período, é bem provável que o café brasileiro tenha tido um papel fundamental na mudança do hábito russo<sup>483</sup>.

---

483 Buescu: 1964, p. 35-7; Smith: 1973, p. 239-40.





*Manoel Pio Corrêa e Edmundo Barbosa da Silva em reunião (1956).*

*APEBS.*



## CAPÍTULO 11

### SUPERAÇÃO

#### Zênite

*[...] meu Itamaraty, mansão de equilíbrio e mourejo, fiel e febril, muito mais do que fora se crê, e também uma casa hierárquica, timbra seus assuntos – não por cavilosidade, culpas, má fé, senão rigor de precaução essencial, moderação co-harmonizadora e universal regra específica de estilo – pelo selo de “secretos”, “confidenciais” ou “reservados”.*

João Guimarães Rosa

O ano de 1959 fora coroado de sucessos. Além da missão para Moscou, Barbosa da Silva foi promovido para o cargo mais alto da hierarquia diplomática: ministro de primeira classe. Foi o reconhecimento, diante de seus pares, de sua competência. Não se pode dizer, contudo, que fora fácil chegar a este ponto. No governo JK, as vagas eram escassas e a promoção, um processo juridicamente complicado. Havia quatro instrumentos legais distintos a discipliná-lo. O pior era a conjunção da limitação de vagas com o alto número de concorrentes<sup>484</sup>.

---

484 O Artigo 11, alínea b, do Decreto-lei Nº 9.202, de 26 de abril de 1946, o Artigo 4º da Lei Nº 1.220, de 28 de outubro de 1950, o Artigo 59 do Decreto Nº 32.015, de 29 de dezembro de 1952, e o Artigo 1º do Decreto Nº 36.593, de 10 de dezembro de 1954; Guerreiro: 2010, p. 103.

Barbosa da Silva colecionava vitórias em toda a sua carreira e foi um dos diplomatas mais importantes da gestão JK antes mesmo de seu início. Havia, contudo, algo que pesava contra ele: a sua idade de 42 anos. Esse ponto era relevante. Os promovidos de 1958 foram Jorge Latour (61 anos, 40 de carreira), Jayme Solano Chermont (55 anos, 31 de carreira) e Jayme de Barros Gomes (58 anos, 20 de carreira). Barbosa da Silva era mais de uma década mais novo que todos. Ademais, estava em trigésimo colocado entre os 64 nomes da lista de antiguidade, todos disputando duas vagas. A promoção saiu no dia 5 de maio de 1959, vinte anos e cinco dias após sua nomeação para a carreira diplomática, juntamente com o também mineiro Martin Francisco Lafayette de Andrada. Foi o quinto diplomata mais jovem a chegar ao topo da carreira após 1930. Em sua residência, no Cosme Velho, na noite do dia 6, recebeu dezenas de amigos, entre eles Francisco Negrão de Lima, Raul Fernandes, João Neves da Fontoura e Lucas Lopes<sup>485</sup>.

A promoção veio logo após um momento histórico. Em abril de 1959, assumiu interinamente a Secretaria-Geral. Nessa época, era ainda acusado de ter um porte melífluo, de sempre agradecer, de sempre compor e temporizar. Mas a verdade é que sabia ser duro. Poucos meses antes de tomar posse como secretário-geral, ao receber uma nota verbal da Embaixada da França, julgou que seus termos não deveriam constar dos arquivos do Itamaraty, pois atentavam “contra os limites do respeito que se devem entre si nações soberanas”. Eram expressões que deveriam ser repelidas, “para que se fizesse justiça à hombridade dos administradores que foram responsáveis pelo processamento do assunto”. Para ele, a nota “deveria ser devolvida” e, em tom mais informal, concluía: “Vossa Excelência talvez esperasse palavra mais moderada de quem

---

485 *Diário Oficial da União*, 18 de março e 5 de maio de 1959, p. 5727 e 18789. Futuramente haveria casos semelhantes, como o de Roberto Abdenur, promovido a ministro de primeira classe aos 41 anos (coincidentemente, também, das fileiras do Colégio Santo Inácio). Deve-se notar que a felicidade logo seria abalada pela morte de sua mãe, Isabel, uma semana após sua promoção.

hoje se encontra entre os mais velhos da administração da Casa. E não me surpreenderia se essa palavra mais moderada pudesse partir de algum dos mais novos...” A medida foi prontamente apoiada por Horácio Lafer<sup>486</sup>.

As responsabilidades sobre seus ombros, em 1959, ultrapassavam as matérias estritamente econômicas. Elas incluíam a gestão de temas delicados, vários deles em comissão com colegas igualmente graduados. Desde 1958, por exemplo, fazia parte do pequeno grupo que discutiu a transferência do Itamaraty para Brasília. A cidade, síntese do Plano de Metas, era a “fatalidade do nosso destino”, segundo Afonso Arinos de Mello Franco. Ela teria um sentido familiar para o diplomata. Seu irmão, o engenheiro Afrânio Barbosa da Silva, fez parte da equipe que lançou a infraestrutura urbana da nova capital. Foi o braço-direito de Oscar Niemeyer e, depois, de José Sette Câmara, na Novacap, companhia que chegaria a presidir. Foi o responsável por todos os projetos de eletricidade implantados na capital, inclusive pela barragem que formou o Lago Paranoá – substituindo empreiteiros estrangeiros que afirmaram ser impossível concluir a obra no prazo<sup>487</sup>.

Edmundo, além de sua atuação no exterior, que viabilizou financeiramente a criação da cidade, participou do simbólico momento de instalação da sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em 21 de abril de 1960. A cerimônia foi realizada no prédio do Ministério da Saúde. Na sala, também estavam Horácio Lafer, Fernando Ramos de Alencar, Manuel Pio Corrêa, Antônio Azeredo da Silveira, Paschoal Carlos Magno e Beata Vettori. Nos anos seguintes, Edmundo recorrentemente retornou, em curtas viagens, à cidade para despachar com Jânio Quadros e João Goulart. Todavia, a despeito da instalação simbólica

---

486 De Barbosa da Silva para Ramos de Alencar. Acordo de resgate franco-brasileiro. Nota de protesto do governo francês. Confidencial. 19 de abril de 1960. Memos confidenciais de 1960. AHI-BSB.

487 Franco: 1961, p. 214.

do Itamaraty na Esplanada dos Ministérios, o órgão permaneceu fincado no Rio de Janeiro até a década de 1970<sup>488</sup>.

Barbosa da Silva, como natural de Curvelo, só poderia aplaudir o esforço de interiorização do desenvolvimento. Com o tempo, no entanto, firmou uma posição de bastante ceticismo sobre a construção da cidade. Isso envolveu, por um lado, a experiência de seu irmão, um observador privilegiado da bagunça administrativa associada ao empreendimento. Por outro lado, estava a própria observação de Edmundo sobre o “desordenado” processo de construção da nova capital. Para ele, não se estimou quanto ela custou e quanto continuava a custar. Além disso,

*o mesmo objetivo poderia ser alcançado com menos gastos, sem o diferimento de outras iniciativas que poderiam ter para as gerações contemporâneas e posteriores à Brasília, teriam se beneficiado de investimentos menores do que os feitos [...] e com um multiplicador maior [...]. Como a infraestrutura social dos centros urbanos [...], onde as populações que viviam condições de vida sub-humanas poderiam ter se beneficiado de um programa de comunicação, transportes, hospitais, escolas, etc., que foram adiados na dimensão que deviam de tomar em decorrência da absorção da voracidade do processo de construção de Brasília<sup>489</sup>.*

Esse pronunciamento é muito importante, pois demonstra como o diplomata sabia ser essencial, na gestão pública, o conceito de custo de oportunidade. Nesses termos, o importante não era os benefícios observáveis do gasto do Estado, mas se eles não poderiam ter sido empregados com maior proveito em outros setores.

---

488 Ata da instalação da sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. 21 de abril de 1960. APEBS; De Maury Gurgel Valente para Rio de Janeiro. Situação do gabinete em Brasília. 19 de julho de 1961. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB. Sobre viagens para Brasília, ver maço.

489 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

No ano de 1959, ocorreu o fim da aliança de Barbosa da Silva, no Departamento Econômico, com seu dileto amigo, João Augusto de Araújo Castro, no Departamento Político. Símbolos de uma geração de reformistas, a atividade dos dois, no final do governo JK, sob a liderança de Horácio Lafer, foi fundamental para criar as bases do reformismo que desembocaria, alguns anos depois, na Política Externa Independente. Para infelicidade de Edmundo, Castro foi removido para Tóquio em abril. Ele nem havia chegado no posto quando já enviava a Barbosa da Silva impressões sobre o que viu em seu período de trânsito na Europa:

*Por todos [os] postos por que passei, achei nosso pessoal apático e desinteressado. Estamos com um serviço diplomático “gratuito”, sem função, sem “especificidade”, como nas reuniões da “reforma” gostava de dizer o Silveirinha [Azeredo da Silveira]. O diplomata por aqui não tem a consciência de representar o Brasil, e, muito menos, o Brasil de hoje, do desenvolvimento, das dificuldades cambiais, da transição das metas e das metáforas. O Brasil é, para eles – e assim levemente – o Itamaraty, o eterno “jockeying for positions” na Secretaria de Estado, o aumento de quadros, a reforma da tabela de representação, as possíveis consequências administrativas de uma vitória do Jânio Quadros. “Fulano estará bem”, “Sicrano estará mal”, etc. Daí vem o desinteresse, o egoísmo, a neurastenia. Não conseguimos, em suma, desenvolver e criar uma mentalidade profissional. Não vi ninguém preocupado com Genebra, com os “Outer Seven”<sup>490</sup>, nem, muito menos, com as repercussões de tudo isso na linha de nossa política exterior. E olhe que temos um pessoal magnífico espalhado*

---

490 Referência aos sete países que ficaram de fora da constituição da Comunidade Econômica Europeia e que se reuniram na European Free Trade Association – Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido.

*pela Europa, gente séria, de excelente formação intelectual, pronta a trabalhar e a produzir, se convenientemente estimulada. O que falta é um órgão central, que distribua as tarefas e que cobre os serviços, as gestões, os relatórios, as informações. Daqui de fora, se evidencia patente a ausência da Secretaria, ora sem recursos, assoberbada de trabalho. [...] [O] lamentável estado de nossas missões no exterior é apenas consequência do empastelamento dos serviços aí. O primeiro trabalho de vocês será, portanto, o de “recuperar” a Secretaria de Estado, isto é, colocá-la em condições de exercer o seu verdadeiro papel de orientar e coordenar o trabalho de nossas missões [no] exterior. Sem esta distribuição de tarefas, nossas embaixadas não deixarão [de] ser os clubes em que se converteram, com um sensível desgaste pessoal e profissional. [...] Meu caro Edmundo, mas cedo ou mais tarde, tocará a você, ponta-de-lança de nossa geração, a direção de nossa ação diplomática. Lembre-se de que contará com um material humano de primeiríssima ordem, mesmo segundo o padrão internacional. O que nos falta é apenas unidade de direção e consciência profissional. E esses dois requisitos, essas duas premissas, não serão assegurados por qualquer reforma de estrutura. Trata-se de problema de reeducação de toda uma mentalidade de trabalho<sup>491</sup>.*

O desabafo de Araújo Castro retrata uma situação disfuncional. Havia um diminuto cérebro, a Secretaria de Estado, cuja incapacidade de controlar os postos no exterior acabava inviabilizando a formulação de uma política externa coerente, mergulhava uma força de trabalho qualificada em batalhas de ciúmes burocráticos. A situação fora criada em 1931, com a unificação do

---

491 De Araújo Castro para Barbosa da Silva. Rapallo, 31 de julho de 1959. APEBS. Grifo no original.

quadro de servidores da antiga carreira de Secretaria de Estado com as carreiras diplomática e consular. Poucos desejavam viver com os vencimentos miseráveis no Rio de Janeiro, de forma que a alta rotatividade impedia o trabalho sério e consistente de longo prazo – a “unidade de direção” demandada por Araújo Castro. Havia razão para ele ressaltar o papel de Edmundo. O diplomata mineiro foi um dos servidores que mais permaneceram ininterruptamente na Secretaria de Estado após 1931. Sendo conhecido por todos, era natural ser lembrado pelos amigos para desempenhar tarefas delicadas, pois, como afirmou Roberto Campos, tinha “comprovada capacidade de quebrar impasses burocráticos”<sup>492</sup>. Edmundo reconhecia-se como personagem importante dessa demanda reformista, como atesta sua resposta a Araújo Castro:

*[...] [C]ontinuarei, no tempo que me for dado aqui, a batalhar pelo fortalecimento da Secretaria de Estado, a fim de que ela possa ser um instrumento vivo, o verdadeiro centro nervoso para movimentar as nossas missões no exterior. Se tivermos serviços centrais abúlicos, rotineiros, sem programa e sem drive, nossas missões no exterior só poderão refletir essa apatia e essa inautenticidade que Vmcê. tão bem caracterizou. Sem um diálogo vivo com a home base, como é que os destacamentos em campanha poderão ter o estímulo necessário a uma ação eficiente? Como é que se poderão orientar nas suas observações, que mensagem eles deverão orientar nas suas observações, e que mensagem eles deverão transmitir? [...] Pode estar certo de que continuarei a lutar, e na medida em que as gerações novas se forem capacitando do alcance de nossa missão, do seu papel na vida do país e dos requisitos para que tenhamos um desempenho adequado de nossas responsabilidades, teremos cumprido*

---

492 De Roberto Campos para Barbosa da Silva. Los Angeles, 8 de julho de 1954. APEBS.

*nossa tarefa. Temos necessidade de uma determinação e de uma perseverança sem limites para vencermos o descaso e a apatia. [...] Trata-se de veras de uma revolução de mentalidade, porque, insisto sempre, o Itamaraty não é uma entidade abstrata, somos nós mesmos, e será grande ou pequeno, segundo formos maiores ou menores em nossos esforços para definir objetivos e realizá-los*<sup>493</sup>.

Nos meses finais do governo JK, Barbosa da Silva assumiu um papel de protagonismo em que tentou colocar em prática essas premissas. O secretário-geral do Itamaraty, o diplomata Fernando Ramos de Alencar, pediu demissão em 18 de outubro de 1960. Imediatamente, Barbosa da Silva foi chamado para ocupar o seu lugar, de forma interina. A escolha poderia causar certo ciúme de seu antecessor imediato, como muitas vezes ocorre na administração. Mas Alencar, conhecendo o temperamento de Edmundo, não o destratou. Estava certamente magoado com alguns colegas, mas não deixou que esse sentimento afetasse sua admiração a Barbosa da Silva, o qual caracterizou como leal, com princípios de trabalho fundados na confiança mútua e no “sadio coleguismo”<sup>494</sup>.

A Secretaria-Geral era, naquela época, o órgão central do serviço exterior brasileiro. Despachava-se diretamente com os chefes de serviço dos Departamentos e preparavam-se as posições que seriam referendadas pelo gabinete do ministro, muito ocupado com a agenda cerimonial cotidiana. Barbosa da Silva alcançou tal cargo pouco mais de um ano após ser nomeado ministro de primeira classe, tendo então 43 anos. Lafer colocou-o inicialmente na posição, de forma interina, por ser um dos seus subordinados mais confiáveis. O objetivo era esperar para nomear outro diplomata de forma efetiva, mas Edmundo acabou ficando na posição até 3 de

---

493 De Barbosa da Silva para Araújo Castro. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1959. APEBS.

494 De Ramos Alencar para Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1960. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

fevereiro de 1961. Em decorrência de viagens de Lafer, foi ministro de Estado, interino, de 7 a 30 de dezembro de 1960.

Sua gestão na cúpula do Itamaraty durou pouco e coincidiu com uma grande crise do sistema internacional. Tudo começou em janeiro de 1959, quando o movimento liderado por Fidel Castro derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba. O novo governo inicialmente atuou com cautela na esfera diplomática e Castro publicamente demandou recursos para a Operação Pan-Americana nas duas vezes em que visitou o Brasil em 1959. Em uma dessas ocasiões, afirmou que “a nova formulação da política pan-americana deve seguir as diretrizes preconizadas pelo presidente Juscelino Kubitschek”<sup>495</sup>. A sua retórica desenvolvimentista era muito convergente com as opiniões da diplomacia brasileira nesse momento, mas, em 1960, começou a radicalização de seu regime, lançando ondas de choque no hemisfério. A Revolução Cubana mudaria os parâmetros da política na região tanto para a direita quanto para a esquerda, amplificando conflitos existentes e dando-lhes novos significados<sup>496</sup>.

O evento mais emblemático da gestão de Barbosa da Silva à frente do ministério deu-se quase concomitante a uma das visitas do representante cubano: a recepção do Imperador da Etiópia, Hailé Selassié. Ele foi proclamado imperador em 1930 e manteve o país, desde então, em um regime quase feudal. Chegou em Brasília com seu uniforme caqui, capacete colonial, platinas adornadas com mechas de juba de leão e passo cadenciado. Causou excelente impressão. Em todo lugar, dava gorjetas de 200 dólares e joias em ouro. JK deu grande atenção ao visitante. Após a visita a Brasília, Edmundo, como ministro interino, de fraque e cartola, foi buscar JK na Granja do Torto, pois os dois iriam ao Palácio do Planalto

---

495 Fidel Castro diz na ABl que só uma revolução pode baixar o custo de vida em nações subdesenvolvidas. *Jornal do Brasil*, 6 de maio de 1959.

496 Brands: 2009, p. 8; Park: 1995, p. 174-5.

para a cerimônia de apresentação de credenciais do novo ministro da África do Sul. JK, então, insistiu que Edmundo acompanhasse o imperador na viagem que este faria a São Paulo. Desejava, com esse gesto, dar uma prova de sua grande consideração. O diplomata desdobrou-se para mudar os trajes e acompanhar Sua Majestade.

Durante a viagem, o ministro das Relações Exteriores da Etiópia foi chamado à cabine do avião e, após muito demorar, voltou taciturno. O filho de Selassié, em Adis Abeba, havia dado um golpe de Estado. Edmundo montou um gabinete de crise improvisado em São Paulo. O ministro das Relações Exteriores etíope, na ocasião, solicitou-lhe um favor. Ele tentara sacar um cheque de 90 mil dólares do Citibank, mas o gerente recusou-se a realizar o pagamento. O etíope solicitou de Edmundo o obséquio de conversar com o bancário, algo que prontamente fez. O funcionário afirmou que só liberaria os recursos se o governo brasileiro garantisse o cheque. Barbosa da Silva consultou seus assessores e rapidamente avaliou a situação. Se o governo não fizesse o endosso do cheque, provavelmente teria de arcar, por algum tempo, com os gastos de uma comitiva de 23 pessoas. Considerando os hábitos principescos da realeza e seus acólitos, a conta da inação poderia sair bem mais cara. Por outro lado, financiar o rei deposto, em uma situação em que não se sabia da possibilidade de sucesso do retorno, poderia ocasionar problemas igualmente sérios. Nesse contexto, Israel Klabin, parente e assessor de Horácio Lafer, utilizando suas fontes israelenses, indicou a Edmundo que havia alta probabilidade de sucesso na reversão do golpe. Barbosa da Silva, então, apensou sua assinatura ao cheque, responsabilizando-se por qualquer problema e selando sua futura saúde financeira ao destino do imperador deposto. Após levar a comitiva ao aeroporto e retornar ao hotel, JK ligou para o diplomata. Este disse-lhe, com algum receio, que temia pelo seu futuro pessoal, pois não havia submetido a decisão nem ao ministro da Fazenda, tampouco ao presidente. Juscelino deu,

então, a sua tradicional e sonora gargalhada, tranquilizando-o. Era o alívio<sup>497</sup>.

Ao retornar ao país e derrubar o filho, dando-lhe uma surra pública, o imperador fez questão de condecorar Edmundo. Para isso, Selassié convocou um diplomata brasileiro à Adis Abeba. Recebeu-o na entrada do Palácio, acompanhado por seus leões imperiais. Durante a audiência, estes ficaram ao lado de seu trono, gerando profunda inquietação por parte do representante brasileiro. Posteriormente, o Imperador ainda enviou para o Brasil um alto emissário, que levou condecorações especiais às autoridades que conheceu – e uma bandeja de ouro para Barbosa da Silva<sup>498</sup>.

Edmundo permaneceu na sua posição de secretário-geral na transição para o novo governo, liderado pelo presidente Jânio Quadros. O ex-governador de São Paulo cativou inicialmente muitos intelectuais e técnicos que desejavam um plano de austeridade para corrigir os desequilíbrios do governo JK, além da implementação, no governo federal, da experiência de sua gestão em São Paulo para aumentar a eficiência do setor público. No âmbito da política externa, havia sinais igualmente auspiciosos.

---

497 Entrevista concedida por Israel Klabin a Isabel Augusta Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2017.

498 Viajantes ilustres. 7 de julho de 2002. APEBS. A narrativa dessa visita tem várias versões, inclusive do próprio Barbosa da Silva. A mais frequente é a que foi em um jantar no Palácio da Alvorada, com JK, que o imperador fora interrompido por um assessor, que lhe disse algo ao pé do ouvido. Curioso, Juscelino teria perguntado o que havia acontecido, tendo o imperador prontamente respondido que acabara de ser deposto pelo seu filho. Nessa versão, Juscelino teria recebido o pedido para conversar com o gerente do banco, mas este, ao tremer na hora de assinar, teria sido interrompido por Juscelino, que teria assinado o cheque. Esta versão não parece adequada. Primeiro, por não ser convergente com a cronologia. A comitiva etíope esteve em Brasília na terça, 13 de dezembro. Apesar de o golpe ter ocorrido na noite desse dia, o pronunciamento público só ocorreu na manhã seguinte. É bem possível que a notícia tenha demorado um pouco a chegar ao Brasil. Segundo os jornais da época, a ida para a São Paulo foi na madrugada do dia 15 de dezembro e o Imperador não recebeu a notícia em Brasília. Segundo, seria muito difícil encontrar um gerente do Citibank em Brasília em uma noite de dezembro de 1960, tampouco poderia ser crível que JK ficasse exposto à situação de garantidor de uma dívida de um chefe de Estado estrangeiro.

O presidente escolheu Afonso Arinos de Mello Franco para ocupar o Itamaraty, um tradicional quadro da UDN<sup>499</sup>.

Como integrante da cúpula do governo, Edmundo foi convidado a participar da festa de posse, a primeira a ser realizada em Brasília. O evento ocorreu em 31 de janeiro de 1961 e já prenunciava os turbulentos meses que se seguiriam. Se, durante a cerimônia, Quadros foi cortês e chegou até a elogiar JK, pela noite, o novo presidente proferiu discurso, em cadeia nacional de rádio, acusando seu antecessor de perdulário e de ser responsável pela alta inflação e pela dívida externa.

A noite ainda não havia terminado. Às 3 horas da manhã, Afonso Arinos, ainda vestindo o fardão da Academia Brasileira de Letras que usara na posse, encontrou-se com Edmundo para informar que saía de uma reunião de ministros com Quadros. Nela, discutiu-se um caso urgente: o sequestro do navio Santa Maria. Em viagem de turismo ao Caribe, após sair do porto de La Guayra para Miami com mais de 600 passageiros, foi tomado, na noite do dia 21 de janeiro, pelo capitão português Henrique Galvão e 70 companheiros. Galvão fora um fervoroso defensor de Salazar na década de 1920, mas três décadas depois já não mais o apoiava, tendo sido expulso do exército após conspirar contra o regime. Ao tomar o navio, ele e seu grupo inicialmente navegaram para a África, com o objetivo de atacar Luanda; descoberto e acossado pela marinha americana, decidiu seguir para o Brasil. Ele dizia-se representante de uma “Junta Internacional de Liberais”, presidida pelo português Humberto Delgado, e que, ao assumir o comando dos rebeldes, liberaria os territórios nacionais do governo de Salazar.

Na conversa com Edmundo, Afonso Arinos afirmou que o governo decidira deixar o navio aportar em Recife e que enviaria um representante da Aeronáutica, outro do Exército para e um

---

499 Weis: 2001, p. 328.

diplomata para acompanhar a missão. Edmundo respondeu que o profissional sugerido não estava preparado, e que a pessoa qualificada era Dário Castro Alves. Arinos surpreendeu-se: como ele estaria preparado se o governo acabara de tomar a decisão? Barbosa da Silva retorquiu dizendo que, desde o sequestro do navio, o Itamaraty já atuava na crise. Isso envolveu não só um exame jurídico, mas também o estudo de seus impactos na política externa brasileira. Em 24 de janeiro, por exemplo, provocado pelo ministro das Relações Exteriores, o consultor jurídico do órgão, Haroldo Valladão, emitiu um primeiro parecer indicando não se tratar de pirataria. Nos estudos, estimou-se que o navio ou iria para o Brasil ou para a África. E Dário Castro Alves já estava em alerta para viajar a qualquer porto da costa brasileira, representando o Itamaraty. Afonso Arinos, então, perguntou: “Mas o avião sairá de Brasília daqui a três horas. Onde está esse rapaz?” Edmundo respondeu: “Na sala ao lado. Eu trouxe o rapaz”<sup>500</sup>.

A escolha de Barbosa da Silva não poderia ser melhor diante da crise que o sequestro abriu nas relações entre Brasil e Portugal. Salazar ficou furioso com a humilhação pública e desejava que os revoltosos fossem punidos. O cearense Castro Alves, de perfil discreto e muito competente, seria arguto observador da crise em Recife e atuaria com cautela para garantir o respeito ao direito internacional, mas sem melindrar o importante parceiro brasileiro. O desfecho da questão foi tão positivo que Afonso Arinos, ao retornar de seu despacho com Jânio Quadros, informou: “Diante das palavras de louvor do presidente à ação do Itamaraty, tive desejo de repetir o gesto de Bismarck, lançando uma coroa de louros sobre a fachada desta Casa pelo excelente trabalho realizado!”<sup>501</sup>.

---

500 Santa Maria. 7 de setembro de 2002. APEBS.

501 Santa Maria. 7 de setembro de 2002. APEBS; Guerreiro: 2010, 124; De Barbosa da Silva para Dário Castro Alves. Rio de Janeiro, 2 de março de 1994. APEBS.

Esse foi um dos episódios da vida diplomática de Barbosa da Silva mais documentados. Isso resultou de uma provocação. Em agosto de 1994, o seu colega Manoel Pio Corrêa Jr., na Confederação Nacional do Comércio, proferiu palestra em que denominou o caso de “autêntico caso de pirataria”. No próprio evento, Edmundo retorquiu indicando ser equivocada a tese. Posteriormente, copiou toda a documentação do período e entrou em contato com vários dos participantes ainda vivos para relembrar os pontos controversos – entre eles, Dário Castro Alves, então, coincidentemente, embaixador do Brasil em Lisboa. Após examinar os diferentes pontos de vista, concluiu ser inadmissível a tese de pirataria. A versão de seu colega apresentava imprecisões históricas<sup>502</sup>.

Havia, ainda, uma disputa doutrinária. Seu colega, ao argumentar o caso, utilizou como fonte o manual de 1939 de Hersch Lauterpacht. Foi nesse exato ano que Edmundo chegara em Cambridge para ter aulas com o já eminente professor e sabia que a posição do manual sobre pirataria internacional não poderia harmonizar-se com a tese de Pio Corrêa. Ao estudar a incongruência, percebeu que se tratava de uma citação parcial. Terminando o seu estudo, citando aleitadamente doutrina jurídica, não deixou de notar que, desde o primeiro momento, ainda que faltasse conhecimento do que estava ocorrendo, o consultor jurídico do Itamaraty, Haroldo Valladão, havia acertado a interpretação do caso e a forma que o Brasil deveria agir: se um navio insurreto estiver em águas territoriais nacionais, este deve ser devolvido às autoridades de seu país e os membros da tripulação devem ser considerados refugiados políticos<sup>503</sup>.

---

502 Carta de Dario Castro Alves para Barbosa da Silva. Lisboa, 11 de setembro de 1994. APEBS.

503 Santa Maria. 7 de setembro de 2002. APEBS.

## A luta anônima

*Que sentido deve ter a diplomacia brasileira para atender às imposições que emanam do ritmo verdadeiramente explosivo do crescimento do país?*

Edmundo Barbosa da Silva

Observando o início do governo Jânio Quadros, convém apresentar, de forma mais detida, a atuação de Barbosa da Silva nas reformas do Itamaraty e sua visão sobre o papel do diplomata brasileiro no mundo contemporâneo. Devemos começar em junho de 1956, quando foi nomeado para participar da Comissão de Reestruturação do Itamaraty. Edmundo foi incisivo e contundente na defesa do Departamento Econômico e Consular, mesmo enfrentando a resistência de seus colegas e, em uma oportunidade, o deputado federal Gustavo Capanema<sup>504</sup>.

O diplomata salientou que a expansão da área econômica do Itamaraty resultou de “solicitações externas”. Em sua opinião, após a Segunda Guerra Mundial, “quando a interferência do governo se tornou uma atividade constante em nossas relações comerciais com o exterior, houve uma provocação a que procuramos corresponder”. Isso teria decorrido da forma como os fluxos internacionais afetavam o cotidiano brasileiro e, em particular, como os diversos órgãos do Estado, muitos deles novos, lidavam com essa complexa realidade. Para Edmundo, nesse ambiente, o Itamaraty tinha papel fundamental na mobilização dos órgãos domésticos e na educação destes sobre os problemas internacionais. Por isso, defendeu uma atitude proativa da diplomacia nas atividades de coordenação e cooperação, promovendo contatos com a estrutura interna do Estado sobre assuntos de repercussão internacional. Seu objetivo

---

504 Notas taquigráficas da reunião da Comissão de Estudos para a Reestruturação do serviço do Ministério. 21 de setembro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

era fazer com que os organismos internacionais e os governos estrangeiros, ao entrarem em contato com órgãos específicos do governo brasileiro, o fizessem por intermédio do Itamaraty. Seria dessa forma que uma definição harmonizada do interesse nacional substituiria a cacofonia de vozes da barafunda administrativa<sup>505</sup>.

Nos anos seguintes, principalmente em decorrência da OPA, o setor econômico expandiu-se ainda mais. Na celebração do primeiro aniversário da iniciativa, JK assinou mensagem ao Congresso encaminhando o projeto de reforma do Itamaraty. Um dos aspectos centrais era a “crescente importância” do órgão “no terreno econômico e a íntima ligação entre os fatores políticos e econômicos nas relações internacionais”. A reforma tinha grande envergadura. Propunha a criação de 127 cargos na carreira de diplomata (um aumento de quase 30%); o estabelecimento, no quadro permanente, da figura de oficial de chancelaria, com trezentos servidores; além da instituição do cargo de economista, para o assessoramento no trabalho de estudos e pesquisa. Somente nas quatro divisões que lidavam com o tema (Política Comercial, Produtos de Base, Desenvolvimento Econômico e Energia, Comunicações e Transportes), o plano era ter vinte e dois diplomatas, a maior expansão da Reforma<sup>506</sup>.

A iniciativa de JK repercutiu dentro do Itamaraty, levando à criação do Grupo de Trabalho para a Reforma. Novamente, reuniu-se núcleo experiente de diplomatas para discutir as mudanças. A tônica dos encontros foi dada por Azeredo da Silveira: “Presentemente, o endereço geral da política exterior brasileira pede que o Itamaraty se transforme num grande instrumento de política de desenvolvimento econômico, política essa que é a

---

505 Ata (aprovada) da 16ª reunião. 16 de dezembro de 1959. AAS 1958.11.07. da II; Notas taquigráficas da sessão de 21 de setembro de 1956. Maço 84.258. AHI-BSB.

506 Ministério Das Relações Exteriores: 1959, p. 7; Castro: 2009, p. 455 e 461; Selcher: 1970, p. 375; Silveira: 1966, p. 19; Itamarati colegiado. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1959.

síntese do interesse nacional”<sup>507</sup>. A área sob a responsabilidade de Edmundo, dessa forma, estava no centro da agenda de inserção internacional do país. Ele, porém, sentia crescentes dificuldades para o órgão formular uma política condizente com o novo Brasil que se desenhava. Seu desabafo é muito importante para compreender o período:

*Quais os objetivos da política externa do Brasil e como se determinam e estruturam as funções do Itamaraty para atender às responsabilidades delas decorrentes. “Todo mundo sabe”, é a resposta de sempre. É indispensável, todavia, para que haja disciplina, coesão e continuidade em nossos trabalhos, não só aqui, mas também nas missões no exterior, que se faça, por assim dizer, um summing up de posições, preparado com audiência dos órgãos internos competentes para que a ação do Itamaraty seja livre de hesitações e, tanto quanto possível, esteja a coberto de incompreensões. [...] Nós vivemos e viveremos ainda por alguns anos sob o efeito de certas concepções muito tradicionalistas. [...] Vivemos ainda sob a influência do Barão; não adquirimos dinamismo, não nos tomamos daquela agressividade que é necessária para enfrentar os problemas do futuro, decorrentes da expansão demográfica que aqui se verifica. [...] Temos de considerar sempre a evolução interna, de maneira a podermos equacionar os nossos serviços a essas necessidades desta e ao ritmo das relações entre Estados. Vemos cada dia mais surgirem situações que requerem atuação pronta e imediata. Se não tivermos um mecanismo vivo, sensível, de coordenação de política com os órgãos nacionais, perderemos uma série de oportunidades de obter para o Brasil as vantagens*

---

507 Ata (aprovada) da 16ª reunião. 16 de dezembro de 1959. AAS 1958.11.07. da II.

*que essas oportunidades oferecem. Essas considerações impõem uma concepção nova, diferente, dinâmica, para os serviços da Secretaria de Estado. Temos de buscar sempre fórmulas simples e flexíveis em nossa política exterior, a fim de atender a situações cada vez mais universais e complexas. Temos de ter estrutura de organização, pessoal e métodos de trabalho que venham corresponder a essa projeção nova do nosso país e as novas dimensões do país, seja no continente, seja no mundo. [...] O Itamaraty tem sido movido pelos acontecimentos e reagido a situações imediatas, mas não tem podido tomar a frente dos acontecimentos. De modo que, se não fizermos esse exame introspectivo, se não procurarmos uma definição clara de objetivos para a nossa organização, a fim de que tenhamos consciência desses objetivos, estaremos expostos a críticas e correremos o risco de vermos o Itamaraty superado pelos acontecimentos. Frequentemente sentimos em nossos contatos com os demais órgãos da administração nacional que eles esperam do Itamaraty uma liderança que muitas vezes não damos: se nós não reagirmos diante dessas solicitações e não tomarmos as rédeas dos acontecimentos, verificaremos que outros órgãos internos serão tentados a suprir as deficiências do Itamaraty*<sup>508</sup>.

Suas observações são muito condizentes com o que outros diplomatas da mesma geração acreditavam. Vivia-se, ainda, no “tradicionalismo”, havendo descompasso entre as pressões externas e as respostas institucionais do Itamaraty. Ele e seus colegas tinham noção do momento histórico em que viviam e desejavam nada menos do que a superação da velha diplomacia.

---

508 Ata (aprovada) da 16ª reunião, 16 de dezembro de 1959. AAS 1958.11.07. da II.

Barbosa da Silva preocupava-se com a atuação externa de outros órgãos do governo, em especial como isso poderia criar rivalidades burocráticas e falta de coerência externa do país. Observou, em particular, como aspecto negativo, o fato de a área econômica do Itamaraty não ter autonomia na elaboração de uma política econômica externa, pois as decisões mais importantes tinham de previamente passar pelo crivo de outros órgãos. Em determinado momento, em reunião com a cúpula do órgão, perguntou, de forma retórica, se não seria preferível para o país criar “um serviço de comércio exterior separado do Ministério do Exterior”<sup>509</sup>.

Sua preferência, no entanto, era criar uma instância de coordenação, liderada pelo Itamaraty. Esse objetivo foi alcançado com a criação da Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior (CCPEE). Ela foi instalada no Itamaraty em 14 de janeiro de 1960 e tinha a competência de formular as diretrizes das políticas econômica, financeira e de comércio exterior. Ela deveria formular também as diretrizes que deveriam guiar a atuação do Brasil em organismos internacionais. A CCPEE, que teve como um de seus primeiros coordenadores o diplomata Miguel Ozório de Almeida, não teve o efeito estruturante que se pretendia. Mesmo assim, fez parte de um contexto de expansão da legitimidade do Itamaraty como instância coordenadora da política externa, um processo concluído em 1964<sup>510</sup>.

Esse período, riquíssimo em termos de construção institucional, coincidiu com um momento de grande honra na carreira de Barbosa da Silva. Ele foi escolhido paraninfo da turma de 1957 do Instituto Rio Branco. Com menos de vinte anos de carreira e com

---

509 *Idem*.

510 Diplomacia dá as mãos à economia. O *Observador Econômico e Financeiro*, ano XXIV, n. 287, 1960; Concretização do acordo com a Rússia. Comissão ficará subordinada à CCPEE. *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1960; Brasil inicia hoje política econômica. *Diário Carioca*, 14 de janeiro de 1966.

pouco mais de quarenta anos de idade, a oportunidade possibilitou examinar seu posicionamento profissional e, mais importante, como sua trajetória biográfica poderia servir para uma ampla reflexão sobre as mudanças da diplomacia na primeira metade do século XX.

No discurso, redigido por ele próprio, primeiro aproximou-se dos alunos, informando ser “um homem que ainda não estava inteiramente desligado dos ideais, dos anseios, dos sonhos e das dúvidas que emprestam feição e colorido à juventude”. Era, portanto, “um elemento mais avançado” das fileiras da mocidade. Na sequência, identificou o grande interesse que os jovens diplomatas tinham em temas econômicos – o que provavelmente levou à sua escolha para paraninfo. Ele indicou que a diplomacia era uma carreira política. Haveria entre o interesse em economia e a profissão alguma disjunção? Para Edmundo, não. Sua posição era que o aspecto econômico era “um dos fatores informativos e mesmo determinantes da nova política exterior”. Ele fez, então, um chamado para o controle das relações econômicas externas pela diplomacia.

Barbosa da Silva reconhecia que se atribuía aos membros da profissão “um inelutável e progressivo distanciamento das coisas de sua terra”. Ele não criticou tal percepção, pois talvez no passado esse tenha sido o caso. Mas indicou ser equivocado considerar a carreira um “turismo remunerado”. Naquele momento de transformações, pediu ao jovem grupo para que “não se [alheasse] da realidade brasileira e para que se [mantivesse] ativa e à altura das transformações que se [processavam] no país”.

Edmundo apreciava a definição de Alexis Saint-Léger de que a diplomacia é imaginação, preparo, sugestão, representação e execução. O diplomata deveria ser uma autoridade em análise crítica e o criador de grandes planos. Deveria ter coragem, imaginação,

paciência e, acima de tudo, aceitar humildemente os limites do possível. Ao mesmo tempo, deveria conseguir o equilíbrio entre ser um inovador e um executor vinculado pelas disciplinas do servidor civil. Deveria combater os equívocos dos superiores utilizando toda sua habilidade, mas sempre de forma leal, como subordinado. Na construção ou prevenção, seu papel deveria ser de eremita e anônimo. Caminhando para a conclusão de sua oração, afirmou:

*Nosso dever, pois – de vós e de todos nós – é o de trazer o Itamaraty bem para o centro da vida nacional, é o de torná-lo representativo do Brasil de nossos dias, de seus problemas, de seus aspectos contraditórios e de suas esperanças insopitáveis. Não nos podemos enclausurar no refúgio de nossos gabinetes, com os ouvidos vedados aos ecos das fainas agrícolas, aos sons variados das usinas em que se forja o nosso progresso material, ao fremir dos motores que em terra, no mar e no ar deslocam, sem cessar, homens e seus bens, no afã de criar riquezas. Não podemos nos alhear do trabalho fecundo das escolas, das Universidades e da pesquisa pacientes de seus laboratórios em que se formam as elites de dirigentes, técnicos, engenheiros, juristas, professores e filósofos, que aparelharão o país para as múltiplas tarefas decorrentes da nova estrutura do Brasil. Não poderemos, portanto, ficar adstritos à contemplação de nosso passado, de nossa tradição, de velhas fórmulas ou de velhas praxes diplomáticas<sup>511</sup>.*

Era, assim, a velha fórmula de Joaquim Nabuco de que “é preciso um pouco de tradição, um pouco de passado, sobretudo quanto aos costumes, mas é preciso também, e muito mais, a transformação e futuro”<sup>512</sup>.

---

511 Silva: 1957.

512 Nabuco: 2006, p. 578.

## Saída do DEC

*[T]he victor, having taken upon himself all responsibility and all power, has nothing more to gain and only things to lose and is therefore enslaved by his own successes, whereas the vanquished, having nothing more to lose and only things to gain, [...] is free of responsibility, can afford to be clear-sighted and unpityingly realistic, and has only to wait, in order that things may again go his way.*

George Kennan

Barbosa da Silva, em 6 de fevereiro de 1961, despediu-se do cargo de secretário-geral, interino, sendo substituído por seu mentor, Vasco Leitão da Cunha. Na cerimônia de posse, Leitão da Cunha, emocionado, teve dificuldade em discursar, feliz com a honra de retornar ao Brasil para assumir tão honrado posto. No mesmo evento, Barbosa da Silva proferiu o discurso de recepção de Afonso Arinos, que agora chefiaria o Ministério. Falando de improviso, em pronunciamento não registrado em sua integralidade, enalteceu a tradição diplomática do mineiro e lembrou da imperiosa necessidade de finalmente executar a reforma administrativa do órgão, planejada por tantos anos e sempre adida. O novo ministro elogiou Barbosa da Silva e sua equipe, principalmente no desempenho do caso “Santa Maria”, e proclamou: “tradição não é estagnação”. Arinos, então, reconduziu Edmundo à chefia do Departamento Econômico. A decisão foi elogiada por grande parte da imprensa. O *Jornal do Brasil* elencou os principais pontos:

*A decisão [...] de manter o embaixador Edmundo Barbosa da Silva responde, antes de mais nada, pelo reconhecimento do mérito. Integrado na geração que começou a dar novo sentido à diplomacia brasileira, [...] o Embaixador criou, na Casa de Rio Branco, a compreensão de que, ao lado das decisões e dos entendimentos políticos, se alinham as*

*decisões e os entendimentos econômicos. [...] Sua presença no Departamento Econômico e Comercial define-se, inclusive, pela confiança e pela certeza para os que procuram negociar ou debater problemas, de que encontrarão um homem de espírito público, conhecedor dos problemas, capaz de decidir objetivamente, refletindo o espírito prático que se observa na diplomacia moderna, sem que isto implique no abandono, desconhecimento ou afastamento dos princípios tradicionais que regem as relações entre os Estados*<sup>513</sup>.

A despeito de todas as palavras gentis de Afonso Arinos, o cerco dos críticos a Edmundo no Departamento Econômico estava fechando-se. Um dos maiores adversários era o próprio presidente da República, Jânio Quadros. Barbosa da Silva votou no marechal Lott, com grandes dúvidas de consciência, pois seu desejo era votar em branco. O que o repugnava era a demagogia do paulista, sua relação com a bebida (tomava  $\frac{3}{4}$  de copo de uísque às 9 da manhã) e a arrogância cotidiana. A diferença com JK não poderia ser mais gritante. O mineiro era respeitoso com seus subordinados e humilde em reconhecer suas limitações; já o paulista tinha a pretensão de tudo conhecer. Anos depois, Edmundo afirmou: “Ele [Jânio Quadros] tinha comportamentos como presidente da república dos mais condenáveis”<sup>514</sup>. A recíproca era verdadeira. Jânio Quadros não tinha muito apreço pelo trabalho de Barbosa da Silva – por desconhecimento e preconceito – e estava decidido a substituí-lo. Afonso Arinos, detectando esse movimento, ofereceu ao diplomata a embaixada do Brasil em Bonn.

O cargo de embaixador era um dos poucos exercícios profissionais da vida contemporânea em que nada é esperado ou necessitado do incumbente, como bem asseverou George Kennan.

513 Homem no lugar. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1961.

514 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

O propósito é residir de forma digna e atuar com paciência, implementando alguns projetos que justifiquem sua colocação funcional, apoiando iniciativas e visitantes do governo, adquirindo conhecimento e contatos e esperando para ocasionalmente oferecer ao governo uma ou outra orientação – nas raras vezes em que isso é solicitado ou bem recebido. A oferta certamente teria apelado a Edmundo por três razões. Primeiro, a sua atuação, ainda que curta, na Secretaria-Geral, criara um problema. Eram poucas as posições às quais poderia ser nomeado sem que sinalizasse uma situação de desprestígio. Segundo, desde a década de 1940, não servia no exterior. Terceiro, tinha elevados contatos com industriais, cientistas e burocratas na Alemanha. Havia, contudo, um problema. Seu colega Fernando Ramos de Alencar fora escolhido para esse posto. Muitos colegas carreiristas não teriam visto obstáculo algum. Para Edmundo, contudo, seria um gesto de descortesia, algo que não poderia tolerar<sup>515</sup>.

Havia, ainda, a possibilidade de atuar fora do Itamaraty. Convites não faltavam. Em maio de 1959, por exemplo, circulou o boato que assumiria a presidência do BNDE. O mais promissor veio dos insistentes pedidos do novo ministro da Fazenda, o político Clemente Mariani, para que chefiasse a Cacex. Em fevereiro de 1961, muitos tinham como certa sua nomeação para o cargo, mas o diplomata acabou decepcionando Mariani, ao afirmar que serviria melhor ao país atuando na diplomacia. Aquele Palácio da antiga rua Larga “era uma cidadela, e não queria sair do Itamaraty”, disse anos depois<sup>516</sup>.

O retorno ao Departamento Econômico, no entanto, não era mais possível. Edmundo estava esgotado após os intensos

---

515 Alencar não teve seu nome confirmado pelo governo Jânio e foi removido para Santiago em julho, enquanto a embaixada em Bonn permaneceu com encarregados de negócios até o final de janeiro de 1962.

516 De Holanda Cavalcanti para Barbosa da Silva. 18 de maio de 1959. APEBS; Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

anos do governo JK. Em 1959, disse para um subordinado: “Já ando cansado e é bem tempo que outros peguem a sua parcela de responsabilidade. Considero que já me gastei bastante e caberá a outros martelar a incompreensão e descaso, a fim de abrir o caminho para que os que são jovens e que creem”. Para o amigo Corrêa do Lago, confidenciou que o Departamento Econômico passara por “momentos bastante difíceis”, com “posições mais contraditórias [que] se alternavam numa gangorra enervante”<sup>517</sup>.

Ao entrar no poderoso Departamento Econômico, orgulhava-se ao contemplar a obra de sua geração. Por ali criou-se uma visão própria do futuro do Brasil; ali arquitetaram-se as estratégias para obter e direcionar os recursos internacionais necessários para o desenvolvimento doméstico. E era ali que a diplomacia econômica deixara de ser um mero Secos & Molhados, ganhando lustro próprio. Barbosa da Silva teve participação central nessa transformação. Sem ameaças ou arroubos, agiu como força constante em direção precisa.

Essa situação, no entanto, estava com os dias contados. Desde o fim da década de 1950, várias mudanças levaram à progressiva diminuição da estatura do DEC, daí a dificuldade de Edmundo retornar para a posição. A primeira foi a disponibilidade de economistas, estatísticos e técnicos. Eles atuavam no Itamaraty desde 1950. Inicialmente, seus salários eram pagos pela subconsignação “Despesas no Brasil e no exterior, a cargo do Departamento Econômico e Consular”. Em 1956, ocorreu a primeira mudança, passando esses pagamentos para a verba secreta. Nesse momento, iniciaram os conflitos entre esses servidores e a administração. Eles desejavam ser reconhecidos como estáveis, passando para uma carreira específica do ministério. O Itamaraty ofereceu contratos individuais de prestação de serviços, o que

---

517 De Barbosa da Silva para Luiz Lacerda. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1959; De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1959. APEBS.

foi recusado, pois consideravam que isso implicava a renúncia de direitos adquiridos. Em 1958, buscaram ser enquadrados na tabela de extranumerários, movimento repellido pela Divisão de Pessoal. No ano seguinte, recorreram à justiça. Um dos opositores mais ferrenhos dessa incorporação era Azeredo da Silveira. Apesar de simpatizar-se com o pleito dos economistas, Barbosa da Silva incomodava-se pelo ambiente envenenado que a querela criou. Findara-se a era de colaboração que fora essencial para o protagonismo do órgão.

A segunda mudança veio por intermédio do fortalecimento do Gabinete do Ministro. A desenvoltura de Edmundo na área econômica decorreu da boa relação que teve com os ministros das relações exteriores desde João Neves da Fontoura e da percepção desses de que o tema era excessivamente técnico para ser administrado cotidianamente por eles. No governo JK, no entanto, muitos diplomatas da velha guarda estavam enciumados com a proemi-nência da área econômica; outros preconizavam que o tema era demasiado relevante para ficar no terceiro escalão e teria muito a ganhar se fosse conduzido próximo da cúpula do órgão, em especial o Gabinete do Ministro. O Gabinete também avançaria sobre a autonomia do DEC pela expansão do Serviço de Imprensa, que buscou centralizar no Gabinete a relação com os meios de comunicação. Assim, seria dificultado o contato de jornalistas diretamente com as divisões e departamentos, reduzindo a independência e a visibilidade desses setores. Como era necessário pronto conhecimento de todos os assuntos do órgão para o sucesso dessa política de comunicação, criou-se um incentivo para a centralização decisória no Gabinete, processo completado na segunda metade da década de 1970.

Outra força a minar a situação do DEC foi a Lei nº 3.917, de 1961. Ela fragmentou as responsabilidades da Secretaria-Geral por cinco Secretarias Adjuntas. Isso ocasionou um esvaziamento dos Departamentos, criando mais um elo decisório. Poucos atentaram

para o fato de a nova lei significar o fim de uma era. Antes, a chefia do DEC era a instância fundamental do órgão no tema. Despachava cotidianamente com o ministro e tinha *status* independente. Foi essa estrutura legal que possibilitou a Barbosa da Silva ter grande estatura dentro e fora do órgão. Com a reforma, esse canal de liderança não mais existiria.

As dificuldades de Barbosa da Silva não decorreram só da política interna do “Butantã da rua Larga”. No Congresso, desde o final do governo JK, a aliança entre o PTB e a Frente Parlamentar Nacionalista tinha uma posição de mando sobre o governo e a cabeça de Edmundo era recorrentemente pedida. Em outubro de 1960, por exemplo, o deputado Vasconcelos Torres criticou a longa permanência de Barbosa da Silva na chefia do Departamento Econômico. Horácio Lafer foi rápido e fulminante em defender a competência de seu subordinado. Mas não era possível que permanecesse por mais tempo na posição. Edmundo, ao mesmo tempo, desejava abraçar novos desafios, procurando, concomitantemente, não desmobilizar a área que com tanta competência ajudara a construir. Cortar seus laços de forma súbita poderia dar ensejo a grave descontinuidade administrativa. Era necessário usar toda a influência que ainda tinha para garantir uma transição adequada. As gestões de bastidores tiveram sucesso. No final de fevereiro, estavam no páreo cinco nomes para substituí-lo. Edmundo preferia Corrêa do Lago, mas ele já estava removido para um posto no exterior. Os mais cotados eram Celso Raul Garcia e Paulo Leão de Moura. Todos, coincidentemente, eram do seu concurso (os famosos dezoito de 1938) e estavam plenamente capacitados a assumir o leme. O cargo acabou recaindo sobre Leão de Moura<sup>518</sup>.

---

518 De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1959. APEBS; De Horácio Lafer para José Bonifácio de Andrada e Silva. Chefia do Departamento Econômico e Consular. 26 de outubro de 1960. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

Barbosa da Silva fora precoce em sua ascensão. Novo, galgara degraus que uma ínfima parcela de diplomatas consegue antes dos 45 anos – ministro de primeira classe, secretário-geral e ministro de estado, interino. Sua altaneira posição, contudo, trouxe desafios. Ainda teria de quinze a vinte anos de carreira e não havia mais posições a ascender e desafios a provocar-lhe novos impulsos. O seu maior risco era viver como Silvio Romero Filho, que, após ser chefe de gabinete de Nilo Peçanha no Itamaraty e ser promovido a Chefe de Seção aos 27 anos, foi personalidade apagada e sem brilho no resto de sua longa carreira na Secretaria de Estado.

A situação também era um desafio para a Secretaria de Estado. Ela não desejava desprestigiá-lo com uma posição que indicasse demérito e o próprio ministro reconhecia em Edmundo um diplomata com capacidade de ajudá-lo, notadamente na área econômica. Por essa razão, foi criado o cargo de Assessor para Assuntos de Operação Pan-Americana e da Zona de Livre Comércio da América latina – ele assumiu a posição em 14 de março de 1961. Sua função seria, em colaboração com o secretário-geral, assessorar o ministro na formulação de planos e programas nacionais e internacionais relativos aos dois assuntos. Era uma posição nova e certamente fadada ao insucesso. Ela criava uma estrutura, fugindo da hierarquia natural. Afonso Arinos, contudo, apoiou a ideia e deu-lhe, inicialmente, recursos e independência. Edmundo teve seu gabinete nas salas “Rui Barbosa” e “Alexandre de Gusmão”, e todos os chefes de departamento estavam autorizados a lhe enviarem informações. Ele, contudo, só poderia promover contatos internos nas áreas fins do ministério após a aquiescência dos superiores dessas áreas<sup>519</sup>.

---

519 Barbosa da Silva. *O Globo*, 16 de março de 1961; Finanças & Negócios. *A Noite*, 18 de fevereiro de 1961; Ainda o Departamento Econômico. *A Noite*, 28 de fevereiro de 1961; Dois novos chefes no Itamaraty. *Diário Carioca*, 22 de março de 1961.

Uma de suas primeiras responsabilidades, contudo, não foi no âmbito da ALALC e da OPA. Isso decorreu das consequências econômicas do governo JK. Seu conterrâneo empreendera, entre 1956 e 1960, uma política de desenvolvimento tão visionária e ambiciosa como fiscalmente arriscada. Sua aposta era que a resultante gerasse um quadro de desenvolvimento sustentável de longo prazo. Imediatamente, contudo, o Brasil caminhou para o colapso econômico, quase levando a uma situação de insolvência. Tanto Roberto Campos como Barbosa da Silva previram, desde 1956, o que estava acontecendo: o país estava em dificuldade para arcar com sua dívida externa<sup>520</sup>.

O governo Jânio Quadros, portanto, iniciou sob extrema fragilidade financeira. Era urgentemente necessário adquirir mais dólares ou facilidades de financiamento para arcar com o pagamento da dívida externa e importações estratégicas. Uma das mais relevantes era o trigo. Juntamente com seus colegas no Itamaraty, notadamente aqueles com experiência na Embaixada do país em Washington, ele identificou que o governo americano enfrentava uma superprodução de trigo subsidiado e precisava escoá-lo para o exterior como forma de manter estável o preço interno do produto. Assim, havia espaço para barganha, pois o Brasil crescia em importância junto aos produtores agrícolas americanos como mercado consumidor. Ademais, diante do foco da imprensa americana sobre a miséria no Nordeste e o apelo das Ligas Camponesas, consideradas comunistas, criou-se um incentivo para Washington apoiar o Brasil em termos favoráveis.

Toda a colaboração americana era conduzida de forma ambivalente, respondendo à própria pluralidade de correntes ideológicas do governo brasileiro. Diante da instabilidade do governo Goulart, o embaixador americano Lincoln Gordon tomou

---

520 United States Department of State: 1987, 743; Weis: 2001, p. 329.

a iniciativa de dividir conceitualmente o governo brasileiro em dois. A maior parte configurava um caos administrativo e político; nesse mar, contudo, havia “ilhas de sanidade” as quais os americanos poderiam continuar a ajudar. A estratégia era não abandonar as demandas brasileiras, mas criar um sistema de incentivos para, ao mesmo tempo, não desperdiçar recursos com grupos incompetentes e incentivar as forças políticas a abraçar a causa americana por intermédio da Aliança para o Progresso.

Barbosa da Silva fez parte de uma dessas ilhas de excelência e sua credibilidade junto às autoridades americanas foi essencial nas renegociações da dívida externa brasileira. Ele trabalhou, no caso, com Celso Furtado, cujas orientações ideológicas eram quase diametralmente opostas às suas. O diplomata, no entanto, tinha enorme apreço pelo economista: “É um homem sofrido. Ele tem muito valor como pessoa [...]”. Edmundo sensibilizava-se com a história de vida do colega, sua experiência no sertão. Após diversas tratativas, um novo arranjo foi concluído em 14 de abril de 1961. Além de poupar divisas, permitiu a conversão do valor da compra em cruzeiros para fonte de empréstimos a prazo de 40 anos e a juros anuais de 4%, gerando uma economia de 528 bilhões de cruzeiros para o Brasil. Muitos anos depois, Edmundo afirmou que, no passado, feitos desse tipo eram premiados com medalhas e prêmios em dinheiro. Ele contentou-se com um muito obrigado do presidente Jânio Quadros<sup>521</sup>.

Em abril de 1961, já havia sinais de conflito entre Barbosa da Silva e o governo. Edmundo relatou que, após negociar o novo Acordo do Trigo, houve um saldo de recursos financeiros que o governo brasileiro poderia utilizar para atividades sociais. Jânio Quadros foi pressionado por todos os lados para concedê-

---

521 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; 1961. Policy framework governing AID lending to Brazil 1961-1964. LBJL/NSF, Countries, Brazil, Vol. 7A. Secret; Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

-lo a grupos específicos – Casa do Estudante, Sindicatos, etc. Edmundo e Clemente Mariani procuraram convencer o presidente da necessidade de se criar uma Comissão para estabelecer as normas de desembolso, receber as solicitações dos interessados, verificar se os projetos atendiam aos requisitos e ser um elo com o governo doador. Eles acabaram obtendo sucesso com a criação da Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas (CEAPA), em 21 de agosto de 1961. De alta estatura, tinha como membros Clemente Mariani, Luiz Simões Lopes, Ernane Galvêas e o próprio Edmundo. Mas o conflito entre a baixa política e a tecnocracia acabou sendo resolvido com a vitória da primeira. Quadros destinou parte importante dos recursos para gastos esdrúxulos. Em um caso específico, um funcionário do Banco do Brasil, que tinha consciência dos termos do acordo, pediu licença para fazer uma ponderação de que havia requisitos para a aplicação desses recursos. Jânio, irritado, afirmou, por telex, que aquela era sua decisão e ninguém deveria se impor. Edmundo, nesse momento, tentou pedir exoneração, mas o presidente interveio, de Brasília, afirmando que não lhe parecia conveniente sua saída em um momento que o Brasil lidava com problemas bilaterais com vários países. “Não posso concordar”, disse o presidente. Apesar dessa urgência, Quadros demorava semanas na nomeação do diplomata para exercer as atividades que julgava urgentes<sup>522</sup>.

---

522 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; De Jânio Quadros para Afonso Arinos. 25 de abril de 1961. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

## Che Guevara

*Não acredito, por temperamento, em políticas estáticas.  
Sou por campanhas de movimento!*  
Edmundo Barbosa da Silva

No primeiro semestre de 1961, a questão fundamental, do ponto de vista econômico, era a discussão da Aliança para o Progresso. No discurso, em que lançou a iniciativa, Kennedy afirmou que convocaria o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) para que os países da região pudessem estudar a questão. Essa reunião foi marcada para iniciar em Montevidéu, em 5 de agosto de 1961. O Itamaraty criou um grupo de trabalho interno para redigir as instruções que guiariam o país no encontro. A instância foi presidida por Afonso Arinos e, em seu trabalho cotidiano, por Barbosa da Silva, mas os termos específicos foram redigidos por Miguel Ozório de Almeida, Paulo Cabral de Mello, Ronaldo Costa e Lauro Escorel. Apesar desse ativismo, quem controlava o exame das propostas concretas da Aliança para o Progresso era o Ministério da Fazenda, liderado por Clemente Mariani. Foi ele, e não o Itamaraty, que pressionou para que Edmundo tivesse um papel mais proativo nas discussões e, além disso, fosse definido como seu substituto na delegação que compareceria a Montevidéu.

Um dos aspectos da preparação brasileira para o encontro foi o diálogo com o governo americano, ocorrido em junho, quando uma missão de Washington veio ao Brasil. Em reunião realizada na residência do ministro da Fazenda, Barbosa da Silva liderou o lado brasileiro, enquanto Adlai Stevenson, o representante americano nas Nações Unidas, e depois Lincoln Gordon, chefiaram o lado americano. Acompanhando e participando da conversa estavam João Vicente Faria Lima (BNDE), Octávio Gouvêa de Bulhões

(Sumoc), Prisco Paraiso (Fazenda), Ernane Galvêas (Fazenda), Miguel Ozório (MRE), Jorge de Carvalho e Silva (MRE) e George Maciel (MRE). O ponto principal da conversa foi como se daria a confecção dos planos de desenvolvimento submetidos para a Aliança para o Progresso. Gordon, em particular, não desejava ver o governo americano no papel de juiz na aprovação de projetos, sendo alvo de críticas na região; por outro lado, delegar essa tarefa para uma tecnocracia internacional era solução igualmente inadequada, na sua opinião. O americano era amigo pessoal de Miguel Ozório e, no dia seguinte, um grupo menor encontrou-se na residência deste último, com a presença de Barbosa da Silva<sup>523</sup>.

A delegação que seguiu para o Uruguai não foi formada só de técnicos respeitados. Ela refletiu o quadro turbulento e as batalhas ideológicas da política nacional. De um lado, estavam Roberto Campos, João Baptista Pinheiro, Miguel Ozório e Barbosa da Silva; de outro, estavam Celso Furtado, Leonel Brizola e seus assessores. Havia, desse modo, dois grupos: o tecnocrata adepto do ideário das teorias da modernização e um heterodoxo, associado à Cepal e ao populismo. Antes de partir, a maioria dos membros foi a Brasília ser recebida por Jânio. O presidente fez uma curta apresentação. Ao concluir, fez uma recomendação: o Brasil “deveria acompanhar as posições da Argentina”. A situação era delicada. Primeiro, as instruções já tinham sido redigidas e aprovadas. Segundo, a Argentina tinha, no tema, posição extremamente radical e irrealista, um perfil distinto da posição construtiva brasileira. Após as despedidas, a delegação saiu do gabinete e Edmundo permaneceu. Voltando-se para Jânio, teria dito:

---

523 De George Maciel para chefe do DEC. Reunião extraordinária do CIES. Aliança para o Progresso. Confidencial. 15 de junho de 1961. Memos confidenciais de 1961. AHI-BSB; Report From the Representative to the United Nations (Stevenson) to President Kennedy. Washington, June 27, 1961. In: *United States Department of State*: 1998.

*Presidente, entendi que devemos manter um bom clima de relacionamento com a delegação argentina, agora, aparentemente, [ela] tem posicionamentos que, dentro da tradição política brasileira, nós não podemos aceitar sem alterações profundas [da posição brasileira].*

Ele, então, afirmou interpretar a orientação do presidente como uma recomendação para que o país atuasse da forma mais cordial possível, mas sem implicar “em uma aceitação pura e simples das posições argentinas”. Jânio, quase da mesma idade que o diplomata, disse, de forma lacônica: “Você é jovem, não é? Tem opiniões, muito bem”. Foi a última vez que Edmundo o viu no cargo<sup>524</sup>.

A Conferência reuniu grande número de representantes da região. O ator central foi o revolucionário Ernesto “Che” Guevara, líder da delegação cubana. Para surpresa de muitos, demonstrou ser exímio diplomata, conhecedor da processualística das grandes conferências, além de bom debatedor. Em seu discurso inaugural, argumentou que a Aliança para o Progresso era uma excelente ideia, mas chocava-se com a inevitabilidade da história. Haveria ou revoluções socialistas ou golpes reacionários de direita que levariam a contragolpes socialistas. Além disso, ainda havia a possibilidade de a esquerda socialista ganhar votações democráticas. Guevara pensava que a Aliança poderia ser contrária aos próprios objetivos capitalistas, pois ao fomentar as expectativas das massas, poderia torná-las instáveis quando as esperanças não se realizassem. Palavras premonitórias diante da ebulição social da região nas próximas duas décadas.

Durante as intervenções do representante cubano, Clemente Mariani teve de acalmar Leonel Brizola. Este, quando escutava

---

524 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; Weis: 2001, p. 231.

Guevara, “mal se continha em sua cadeira”. O político gaúcho chegara ao encontro com muita pompa – levou até batedores da polícia militar do estado. Ele tinha um aparato de chefe de estado, mas quando confrontou o debate técnico que se seguiu aos pronunciamentos iniciais, abandonou a reunião. Já Guevara, segundo Edmundo, tratou Clemente com muita deferência. Deu, inclusive, uma caixa de charutos cubanos ao baiano<sup>525</sup>.

Após os pronunciamentos iniciais, começou-se a tratar da substância das negociações. Uma das disputas centrais do encontro foi o nível de precisão dos termos das resoluções. No transcorrer do encontro, a delegação do Uruguai, o país-sede, fez sérias objeções à falta de algo concreto por parte dos Estados Unidos para demonstrar a sua boa vontade. Outros países apoiaram a demanda. A delegação brasileira atuou na mediação do conflito, ajudando a convencer os americanos a anunciar que estariam dispostos a por à disposição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a soma de 60 milhões de dólares para atender aos projetos já definidos pelos países que pudessem passar pelo crivo da instituição nos próximos 90 dias. Para a surpresa dos brasileiros, os uruguaios apresentaram como projeto uma reforma de uma ala de um hospital de alienados no subúrbio de Montevidéu. Segundo Edmundo, tais fatos demonstravam o despreparo da região. Ela não conseguiu se organizar para aproveitar a iniciativa americana<sup>526</sup>.

Como em todo encontro diplomático multilateral, grande parte das atividades relevantes desenrolava-se em encontros informais. Em Montevidéu não foi diferente. Che Guevara, ao chegar na Conferência, demonstrou interesse em encontrar o representante americano. Sabendo dessa intenção, brasileiros e argentinos movimentaram-se para viabilizar a reunião. Clemente

---

525 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

526 Idem. Campos: 1964, p. 9.

Mariani, em particular, delegou a Barbosa da Silva a tarefa de conversar com o representante cubano. Após as intermediações, Guevara e Richard N. Goodwin, assessor de Kennedy e delegado americano na Conferência, foram convidados para a festa de aniversário de Gerson Augusto da Silva, o representante brasileiro na ALALC, na residência do brasileiro. Guevara chegou às 2 horas da manhã com seu tradicional uniforme verde. Por trás da barba, sua face tinha traços leves, quase femininos, que contrastavam com seu intenso olhar. Ele desculpou-se pelo atraso por ter ido à Buenos Aires participar de um comício. A reunião foi realizada no quarto dos fundos da casa. Enquanto, na sala contígua, os convidados da festa cantavam e dançavam um samba de bossa nova, Guevara, Barbosa da Silva, Goldwin e Horatio Larretta, um político argentino, iniciaram o tão esperado encontro – Horatio e Edmundo seriam os tradutores.

A conversa desenrolou-se em ambiente de grande descontração e com muitas piadas. Che conversava de forma calma, mas direta. Era imparcial e objetivo. Tinha, ademais, grande senso de humor. Goldwin era extremamente inteligente, mas cauteloso, tendo iniciado a conversa afirmando que não estava autorizado a negociar, mas que o escutaria e levaria as informações para seu governo. Já Guevara iniciou afirmando que a Revolução Cubana era irreversível; seria impossível a deposição do governo. A socialização da economia era um fato, o país estava agora fora da área de influência americana. Ele reconheceu que Cuba estava sofrendo economicamente, em necessidade de uma aproximação com os Estados Unidos. Por isso, propôs um *modus vivendi*. Ele afirmou que havia refletido bastante sobre isso e sabia da necessidade de solucionar uma série de conflitos bilaterais.

O principal certamente era a questão dos bens expropriados de nacionais americanos. Ele aventou a possibilidade de um mecanismo engenhoso de indenização. O governo cubano

venderia açúcar para o governo americano e, com o produto dessa transação, seria criado um fundo para arcar com as indenizações. Para isso ocorrer, no entanto, era necessário um acordo comercial preferencial com preços diferenciados do mercado mundial – mecanismo muito semelhante ao existente antes de 1960. O revolucionário era também realista ao admitir que isso não seria suficiente. Por isso, propôs a ocorrência de eleições livres após o período em que a revolução fosse institucionalizada e, obliquamente, indicou a possibilidade de discutir as atividades cubanas em outros países. Finalmente, cogitou um pacto de não-agressão com as democracias da região pelo o qual não se realizaria qualquer aliança com o bloco soviético.

Goldwin compreendia o fato de a Revolução Cubana ser irreversível, mas adiantou laconicamente que outras soluções seriam possíveis com outro governo. Sua opinião era que uma negociação entre os dois países era impossível pela dicotomia de princípios que os separava. Guevara concordou com o choque ideológico, mas atalhou que talvez o início de conversas em um tema secundário pudesse viabilizar um processo mais longo de diálogo. Goldwin novamente recusou: a opinião pública nunca perdoaria o governo Kennedy.

Eles passaram para o tema da atualidade: os vários sequestros de aviões americanos que eram levados a Cuba. Guevara demonstrou certo estarrecimento com a atitude dos americanos que promoviam tais atos – uns eram aventureiros, outros desequilibrados e alguns agentes da CIA, na sua opinião. O americano, por sua vez, achava ser essa uma situação orquestrada por comunistas para arranhar a imagem dos EUA.

Em um momento de descontração, Che Guevara afirmou que o governo cubano se sentia muito grato pela tentativa de invasão promovida pelo governo americano, pois ela provocara a união da

população em torno de Fidel. Também afirmou que Cuba não tinha intenção de atacar Guantánamo, a base militar americana na ilha. O representante americano rapidamente respondeu: “Que pena! Se o senhor realmente atacasse Guantánamo, vocês teriam retribuído ao presidente Kennedy o favor que ele lhe fez”.

Ao final, ambos disseram que não contariam o conteúdo da conversa para ninguém. Guevara só falaria a Fidel; Goldwin, a Kennedy. O americano, então, despediu-se, mas o representante cubano permaneceu na festa até as cinco e meia da manhã. Ele inquiriu Edmundo sobre a posição brasileira em diversos temas da política internacional. Barbosa da Silva, por sua vez, apresentou a posição oficial do governo nesses tópicos e salientou a dificuldade que Cuba criaria para o Brasil caso caminhasse para uma aliança com a União Soviética. Perguntado por que em Punta del Este havia demonstrando uma atitude tão conciliatória e construtiva, Guevara afirmou que via no programa da Aliança para o Progresso vários aspectos positivos<sup>527</sup>.

Essa talvez tenha sido a primeira de várias oportunidades perdidas que Estados Unidos e Cuba tiveram de reduzir a tensão bilateral para, pelo menos, dirimir problemas pontuais entre os dois países. Nesse caso, a intransigência acabaria vindo de Washington. Cuba demonstrou uma apreciação bem mais refinada da realidade, apresentando soluções factíveis que atendiam aos interesses centrais de ambas as partes. A verdade é que Goldwin, ao retornar aos Estados Unidos, não se esforçou para lidar até com problemas que afetavam os dois países, como o sequestro

---

527 De Afonso Arinos para Gabinete Brasília. Cuba. Informações para a entrevista do presidente da República com o ministro da economia de Cuba, Sr. Guevara. 19 de agosto de 1961. Confidencial; De Dick Goodwin para Kennedy. Conversation with commandante [sic] Ernesto Guevara of Cuba. Secret. August 22, 1961. APEBS; Deputado Hermano Alves diz como promoveu encontro de Guevara com norte americano. *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1967; Brasileiro mediou encontro entre Che Guevara e os EUA. *Folha de São Paulo*, 18 de abril de 2011; Reunión secreta en Nueva York. *Reforma*. 23 Oct. 1996.

de aviões. Entre 1968 e 1972, 90 aeronaves foram sequestradas nos EUA e levadas para Cuba, de forma que as empresas aéreas já deixavam nas cabines dos aviões planos de voo para o Caribe em caso de emergência. Tal problema poderia ter sido minimizado.

O mais impressionante desse encontro foi como a promessa de segredo foi cumprida à risca não só por todos os quatro participantes, como pelos jornalistas presentes na festa. Em 1967, o pacto foi quebrado por Daniel Garric após publicação no jornal *L'Europeo*. No Brasil, o ex-jornalista Hermano Alves também violou no mesmo ano a promessa. No artigo “O samba de Kennedy com Che Guevara”, foi revelado que só Barbosa da Silva poderia afirmar o que ocorreu na reunião. O diplomata, por etiqueta profissional, absteve-se de comentar. Foi somente anos depois, quando o governo americano liberou os documentos referentes ao assunto, que finalmente admitiu publicamente ter participado do encontro<sup>528</sup>.

A declaração final do encontro de Punta del Este foi assinada por vinte países – Guevara não o fez. Como era uma declaração, não tramitou nos parlamentos nacionais, tampouco teve efeito vinculante sobre os governos. Os objetivos definidos foram um crescimento anual per capita do PIB em pelo menos 2,5%, a diversificação das economias (menos participação de produtos primários), a redução da desigualdade, a reforma agrária, a eliminação do analfabetismo e outros. Havia a expectativa de que a ajuda americana fosse conjugada com um amplo processo de reformas domésticas. Mas as boas intenções da reunião não tiveram consequência. Em 1962, o orçamento da ajuda para a região seria somente 20% maior que o do ano anterior. A morte de Kennedy, a posse de Lyndon Johnson e a escolha de uma equipe linha-dura para lidar com a América Latina atestou a distorção das intenções

---

528 Deputado Hermano Alves diz como promoveu encontro de Guevara com norte americano. *Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1967.

da Aliança para o Progresso. Não foi sem razão que o editorial do jornal *Washington Post* perguntou, no dia do comício da Central do Brasil, em 1964, “Quem havia perdido a América Latina?”<sup>529</sup>.

Barbosa da Silva, no entanto, tinha uma interpretação distinta sobre o fato de o governo americano ter dado pouca atenção aos pleitos da região. Para ele, não se podia ignorar que parte do problema esteve no despreparo dos países latino-americanos para formular planos e aproveitar a assistência externa – eles careciam de clareza de objetivos e disciplina na aplicação de recursos dos órgãos financeiros nacionais e estrangeiros. O mais importante, na sua visão, foi o fato de os governos da região terem despendido esforços e esquecido de racionalizar seus gastos internos, mobilizando recursos que eles mesmos poderiam aplicar se evitassem desperdícios. Ele confessaria, anos depois também, o fato de a elite governamental brasileira não ter percebido, na época, o papel crucial da educação para o sucesso de seus projetos de desenvolvimento. Foi uma lastimável tragédia<sup>530</sup>.

---

529 Kirkendall: 2007, p. 746; Mcpherson: 2006, p. 51; Who lost Latin America? *The Washington Post*, March 13.

530 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.



*Pintura de Edmundo Barbosa da Silva em fardão diplomático. Autoria e data desconhecidas.*  
APEBS.



## CAPÍTULO 12

### NOVOS DESAFIOS

#### Primeira despedida

*As intrigas e mexericos, tão frequentes na luta pela vida, tomam um desenvolvimento especial na vida diplomática.*

Renato Mendonça

A Conferência de Punta del Este encerrou-se em 17 de agosto de 1961. Após encontro de tal magnitude, a primeira providência é redigir um relatório e, posteriormente, iniciar, no plano doméstico, as providências necessárias para a realização dos compromissos pactuados. Quase uma semana após retornarem ao Rio de Janeiro, no entanto, os membros da delegação foram surpreendidos com a abrupta renúncia do presidente Jânio Quadros, lançando o país em uma crise sem precedentes<sup>531</sup>. Barbosa da Silva afirmou, duas décadas depois, que o presidente havia se deslumbrado pelo poder. Em uma época como aquela, era uma personalidade inadequada para estar à frente do Estado. O diplomata salientou “[a] importância de uma liderança equilibrada em um momento de grande ebulição política e emocional”. Ao recordar o período que se

---

531 Campos: 1964, p. 9.

seguir à renúncia até a democratização, vinte anos depois, afirmou a entrevistadores:

*Lembre-se de uma coisa. Esse país é extremamente difícil. [...] O brasileiro tem boa índole, mas a composição de diversos Brasis dentro de uma unidade – o Brasil são diversos Brasis – e fórmulas extremadas, sejam de direita ou sejam de esquerda, não tem esse poder de aglutinação do Brasil como um todo. [...] Quem quiser levar o Brasil para a direita ou para a esquerda esquecendo que o Brasil é de centro. Você tem que sempre compor, transigir<sup>532</sup>.*

Era essa característica que Edmundo tanto apreciava em JK e que faltou em seus dois sucessores. O ambiente radical contaminaria a política e até órgãos considerados técnicos, como o Itamaraty, que ficou de 25 de agosto a 11 de setembro sem um ministro efetivo em decorrência da tentativa de parte dos militares de impedir a posse de João Goulart, que estava na China quando Quadros renunciou. Após a imposição de um regime parlamentarista, Goulart nomeou San Tiago Dantas como seu ministro das Relações Exteriores. Ele era um respeitado jurista, professor, advogado, empresário e jornalista filiado ao PTB. Barbosa da Silva o conhecia desde o início da década de 1950, e havia estreitado os laços com o intelectual durante a gestão Neves da Fontoura. San Tiago via com clareza o perigo do nacionalismo e do estatismo resvalarem do discurso econômico para a prática política, ameaçando a democracia. Mas o novo ministro abraçou a causa da transformação, tentando fazer uma síntese dos fins propostos pela esquerda usando o processo democrático. Nesse sentido, afirmou:

*Temos que realizar no nosso País, como em todos os países subdesenvolvidos que têm nossas características políticas, uma autêntica revolução democrática. Esta revolução é que*

---

532 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984.

*nos salvará de uma revolução extremista e antidemocrática.  
Ela é que consolidará as nossas instituições*<sup>533</sup>.

Foi essa crença de transformação acelerada, mas dentro dos ritos republicanos, que o novo ministro trouxe para o Itamaraty. Ele, portanto, abraçou e deu densidade teórica à Política Externa Independente (PEI). Políticos, sindicalistas, intelectuais e muitos diplomatas, principalmente os mais jovens, seguiram-no.

Barbosa da Silva ainda se considerava um reformista, mas a verdade é que fora sedimentado na oracular posição da tradição. Seu apelido nos corredores do Itamaraty, Lord Ho-Ho, evocava um perfil aristocrático fútil e uma excessiva reverência aos países anglo-saxões. Os seus sucessos da década de 1950, desse modo, não inspiravam a nova geração. Eram o cotidiano, o compromisso e a continuidade.

Para Edmundo, o problema de fundo era a maneira pela qual os conceitos e os princípios da política externa poderiam mudar. Não discordava necessariamente dos rumos, mas da agitação agressiva. Questionava, especialmente, se os objetivos da PEI não poderiam ser alcançados por outros meios e a custos menores. Ajustes eram certamente possíveis e necessários, desde que a diplomacia fosse exercida sem impulsividade, sem experimentações e sem demagogia. Quando a agressividade e a instabilidade amplificavam as transformações, o comportamento do país poderia sinalizar um perfil errático e imprevisível. Seu questionamento, portanto, era mais sobre meios do que sobre fins. O ceticismo estava na falta de antecipação das tensões, das reações dos países poderosos e dos naturais questionamentos sobre se as reformas propostas, no plano internacional, caso alcançadas, realmente conseguiriam alcançar os objetivos almejados.

---

533 *Apud* Gomes: 1994, p. 149.

Se havia desinteligências no plano doutrinário, no ambiente de trabalho a situação era de crise. Em novembro de 1961, foi criado o cargo de Subsecretário de Relações Exteriores, ocupado pelo político maranhense Renato Archer, que tinha grande antipatia por Edmundo. Isso foi crucial para Barbosa da Silva afastar-se das atividades do órgão. Em 20 de dezembro, por exemplo, foi dispensado da Comissão de Promoções, uma das posições centrais na estrutura do Itamaraty. Ele, contudo, não cortou os laços completamente. Em concordância com San Tiago Dantas, continuou atuando no programa “Alimentos para a Paz”, permaneceu na Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas e manteve-se responsável pelas delicadas negociações do Acordo do Trigo, sem contar a sua atuação no GATT em 1961<sup>534</sup>.

O desenvolvimento desse último tema demonstra como Barbosa da Silva estava crescentemente afastado da forma como a PEI buscava, ao mesmo tempo, reformar o GATT e construir uma nova ordem econômica por intermédio da criação de um organismo internacional que o suplantasse. A coordenação dessas duas políticas, de certo modo contraditórias, tornou-se extremamente difícil. Isso ocorreu de forma particularmente grave em novembro de 1962, quando, em Genebra, o mineiro trabalhava na reforma do órgão, enquanto, em Nova Iorque, Miguel Ozório declarava sua falência. Os dois eram amigos, apesar das diferenças. Miguel conseguiu a façanha de obter o respeito e a admiração unânime de seus contemporâneos e, ao mesmo tempo, manter a preeminência junto às gerações mais jovens. Edmundo, ao contrário, já era considerado vetusto e tradicional.

A relação entre os diplomatas era delicada. Os mesmos assuntos eram discutidos em ambas as cidades, abrindo a possibilidade de

---

534 De Barbosa da Silva para San Tiago Dantas. Nomeação do embaixador E. P. Barbosa da Silva para a Presidência do IAA. Desligamento da Chefia do SEC. 29 de setembro de 1961. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

choques de posições. Não era raro um deles proferir um discurso em uma tarde para, na manhã do dia seguinte, ao abrir o jornal ou consultar a série telegráfica, ver-se contradito pelo próprio colega atuando no outro lado do Atlântico. Foi exatamente o que ocorreu quando Miguel proferiu um bombástico discurso na ONU. Edmundo não concordou com os *overtones* do pronunciamento e acreditou que os golpes foram excessivamente violentos contra o GATT. A carta enviada para seu colega demonstra as contradições e conflitos da geração da qual faziam parte:

*É difícil para nós, em frentes tão distantes e sem uma orientação uniforme partindo da Secretaria de Estado, afirmarmos bem as posições que tomamos respectivamente sobre o mesmo assunto. Se a Secretaria de Estado concordou com esse documento [o discurso], nos termos em que está vazado, tenho que tomá-lo como expressão de opinião do governo brasileiro. Mas, por outro lado, sabendo que a consulta foi feita de última hora no Rio, o que não permitiu uma resposta suficientemente amadurecida, com todos os elementos de informação disponíveis, temo não ver sustentada amanhã esta linha agressiva pela própria Secretaria de Estado. Falo-lhe, portanto, de coração aberto e intranquilo quanto às repercussões dessa nossa posição. Não que haja mortos e feridos... mas, conhecendo a complexidade dos assuntos do GATT e as reações dos diversos países que serão os mesmos, aqui e em Nova Iorque, não acredito muito na coação numérica no seio das Nações Unidas para fazer-lhes adotar aquilo que não querem adotar. Acredito sim num aceleração do processo evolutivo que se vem verificando no seio do GATT, com um instrumento de pressão como é essa Conferência Internacional de Comércio [futura UNCTAD], mas, se carregamos demais a mão ao manipularmos esse*

*instrumento tático, podemos despertar outras forças, outras reações, gerando resistências que aqui, no Comitê III [do GATT], vamos quebrando paulatinamente. Acresce, ainda, a circunstância de que os países-membros do GATT, menos desenvolvidos, signatários da resolução aprovada em Nova Iorque, não tem investido em Genebra contra o GATT tão fortemente como a Delegação Brasileira o fez aí. Ao contrário, como prova de confiança no futuro desta entidade, acabam de apresentar, juntamente com o Brasil, um documento com reivindicações à luz dos findings do Comitê III. [...] Respeito a sua opinião, mas para fins de coordenação, e sem instruções em contrário da Secretaria de Estado, quero alertá-lo de que seguirei linha menos drástica do que a sua. A propósito, estou enviando à Secretaria de Estado um documento, cujo rascunho segue aqui, para seu conhecimento. Agradeceria que Vmcê meditasse sobre ele, dando-me a conhecer sua opinião sobre esse enfoque que demos ao problema<sup>535</sup>.*

O documento é muito importante por vários motivos. Primeiro, demonstra a dificuldade da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, em coordenar adequadamente o posicionamento de seus servidores no exterior, deixando de certo modo o senso de responsabilidade de cada um a guiá-los em suas atividades. Isso acabou ocasionando certas desinteligências, como o caso demonstrou. O segundo é o sentimento de inconsistência existente na política externa no período. Instruções recebidas poderiam ser revisadas de forma mais agressiva de um dia para o outro, situação incomum na década de 1950. O terceiro é o realismo de Edmundo. Ele tinha plena noção que, sendo praticamente os mesmos países a atuar no GATT e nas Nações Unidas, seria muito

---

535 De Barbosa da Silva para Miguel Ozório. Genebra, 8 de novembro de 1962. APEBS.

difícil que somente a mudança de arena decisória ocasionasse a transformação almejada. Ele adicionou também o ceticismo de que um bloco numérico de países em desenvolvimento conseguisse mudar a posição dos países desenvolvidos, algo que demoraria quase vinte anos para muitos diplomatas perceberem.

O quarto é o perfil profissional de Edmundo. Ele fez questão de indicar as razões de sua divergência e enviar um documento em que expunha sua linha de conduta. Por fim, deve-se salientar que se Miguel Ozório estava excessivamente otimista com as atividades das Nações Unidas, Edmundo estava igualmente equivocado em considerar que as reformas do GATT não poderiam ganhar com mais agressividade em um fórum concorrente. Os poucos sucessos dos países em desenvolvimento nessa época foram alcançados em grande parte em decorrência da percepção dos países mais avançados de que, se não fizessem algumas concessões, a pressão na ONU seria ainda mais avassaladora.

Diante de todos esses conflitos, Barbosa da Silva refugiou-se na Fazenda da Pedra, uma rotina que remontava à década de 1950. Naquela época, ao voltar do seu tradicional fim de semana rural, descrevia a seus amigos, no exterior, a condição “virgiliana de sua vida no paraíso de Campos”. Seu entusiasmo era tão grande que Alfredo Valladão brincou que Genebra não sobrevivia às comparações<sup>536</sup>.

A fazenda deu-lhe chão firme, enraizou-o no Brasil e tirou-lhe a melancolia de ver sua vida e energia sugadas pelo Itamaraty. Muitos de seus amigos já não conseguiam pensar e conversar sobre nada mais que não fossem remoções, promoções e intrigas do órgão. Seu colega Pio Corrêa, alguns anos antes, confidenciaria essa trágica situação em cores fortes e melancólicas:

---

536 Ver correspondência trocada com Luciano de Oliveira Torres na década de 1950, em seu acervo pessoal, por exemplo. De Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 13 de agosto de 1955. APEBS.

*[...] só tendo vivido, desde os dezenove anos de idade, para a carreira e por ela, aos poucos foram se afrouxando os laços que prendiam ao mundo sedentário, e cada [vez] mais se acentuando o vezo que, fora das afinidades profissionais, não me permitia achar convivência agradável. Não vejo nisso qualidade, aliás, e sim defeito, e grave. O resultado é que, fora do Itamaraty [...] quase não me restam amigos<sup>537</sup>.*

Edmundo não foi um estranho em seu próprio meio, desnacionalizado pela vida cosmopolita da diplomacia. A fazenda enraizou-o na sociedade local, em seus problemas, em suas limitações, no choque irresistível do Brasil rural com a desigualdade urbana. Esse cotidiano, por sua vez, oferecia-lhe uma visão diferenciada sobre os problemas da inserção internacional do país nos mercados de produtos internacionais, em especial o açúcar. Ele começou a lidar com o setor, em sua carreira de diplomata, em meados da década de 1940. Na década de 1950, quando liderou o Departamento Econômico, já tinha predileção pelo tema. Ano após ano, acompanhou de perto a regulação do produto em encontros internacionais. Esforçou-se, igualmente, na defesa dos interesses do açúcar brasileiro nos mercados internacionais. Em decorrência dessas atividades, construiu relações profissionais e pessoais próximas com personalidades de relevo da economia canavieira como Manuel Gomes Maranhão, Gileno de Carli, Leandro Maynard Maciel e Alberto de Andrade Queiroz, todos ex-presidentes do IAA. Foi natural que, diante dessa rede de relacionamentos e o fato de o Itamaraty não mais precisar de seus serviços, novamente fosse chamado para atuar fora do órgão. Seu padrinho foi o político Ernani do Amaral Peixoto, ex-embaixador do Brasil em Washington<sup>538</sup>.

---

537 De Pio Corrêa para Barbosa da Silva. Bonn, 25 de outubro de 1955. APEBS.

538 De Valladão para Barbosa da Silva. Genebra, 19 de abril de 1958. APEBS; Açúcar do Brasil para os Estados Unidos. *O Globo*, 9 de julho de 1960; O Min. da Agricultura visitou o Paraná. *Folha de São Paulo*, 24 de janeiro de 1961.

Peixoto, durante sua interventoria no estado, foi ativo no apoio às demandas dos campistas. Construiu estradas, deixou as fundações para um sistema de financiamento aos lavradores de cana e visitou constantemente a região. Seu partido, o PSD, tornou-se hegemônico no norte fluminense e o político fazia questão de levar em conta os interesses do açúcar. Foi por essa razão que, no final de setembro de 1961, quando se responsabilizou por indicar o novo presidente do IAA, colocou Edmundo na lista de cinco candidatos para o cargo – todos de Campos. Em 3 de outubro de 1961, Ulysses Guimarães, então ministro da Indústria e Comércio, em uma entrevista, afirmou haver vários candidatos ao cargo de diretor do IAA, citando Barbosa da Silva, por ter “traquejo do assunto”, como um dos prováveis ocupantes do cargo. O assunto foi discutido com o primeiro-ministro Tancredo Neves e o convite oficial veio menos de uma semana depois, com Edmundo aceitando a oferta<sup>539</sup>.

Abandonar o Itamaraty era um ato de apostasia. Seus colegas, na cúpula do órgão, não gostaram de sua saída. Não era pessoal. O governo JK foi caracterizado por um assalto aos excelentes profissionais que ali trabalhavam para servir em outros ramos da administração. Se isso, de um lado, abasteceu o governo de quadros técnicos de alto nível, de outro, fragilizou um ministério já desfalcado de quadros. O governo Jango não foi diferente. Além de Barbosa da Silva, o seu colega Sérgio Armando Frazão foi convocado para presidir o Instituto Brasileiro do Café. Foi o breve período em que o cafezinho (com açúcar) brasileiro era servido pela diplomacia<sup>540</sup>.

---

539 González: 1998, 351-3; Amaral indicara para IAA. *Diário Carioca*, 21 de setembro de 1961; Ulysses anuncia medidas para evitar que o mínimo acentue carestia de vida. *Jornal do Brasil*, 3 de outubro de 1961.

540 De Beata Vettori para o Chefe do Departamento de Administração. Requisição de funcionários do Ministério para a Presidência da República e demais ministérios. Confidencial. 9 de outubro de 1959. Memos confidenciais de 1959. AHI-BSB.

## Instituto do Açúcar e do Alcool

*Inovar não é destruir, é saber continuar...*

Marques Rebelo

Barbosa da Silva tomou posse às 11 horas da manhã de 10 de outubro de 1961 na sede do IAA. Foi um evento prestigiado com a presença de vários diplomatas, industriais, fornecedores de cana e representantes dos trabalhadores. O que mais sensibilizou o diplomata foi o discreto comparecimento de San Tiago Dantas. Os discursos foram concisos. Seu antecessor classificou-o como um dos “mais destacados economistas [sic] da atualidade brasileira”. Já Edmundo aludiu, em seu discurso, a perplexidade, no Itamaraty, de sua aceitação para liderar o IAA. Ele, então, indicou ter passado os últimos anos de sua vida “nas fainas silenciosas daquela por vezes barulhenta rua Larga”. Sempre recusara convites para se afastar das atividades diplomáticas. Ele, contudo, sempre manteve, “sob a roupagem do diplomata”, sua “qualidade de lavrador de cana, modesto, mas convicto”. Traçando as diretrizes de sua administração, usou o tom tecnocrático da época: “a almejada racionalização da ação governamental no campo econômico e social para promover uma sadia política de desenvolvimento não prescinde de boas técnicas de planejamento”. Foi nesse diapasão que propôs um plano de médio prazo (cinco anos) para o setor açucareiro.

Tal reflexão era julgada necessária pelo diplomata em decorrência das mudanças dos anos anteriores. Com efeito, se, por muitos anos, o Brasil ficou relativamente afastado dos mercados internacionais, após 1956, o setor externo foi crescentemente importante para o açúcar nacional. Do lado da produção também ocorreram ajustes. De 1956 a 1960, ela expandiu 46%, chegando o Brasil em terceiro lugar mundial nesse quesito. Apesar desse quadro,

que pressagiava grave situação de superprodução, Edmundo estava otimista, afirmando que, em 1971, o Brasil poderia vir a produzir 85 milhões de sacas. Essa previsão, como toda sua visão sobre o futuro, não era definida sob uma rigorosa lógica planejadora. Como afirmou no discurso, as forças econômicas que operavam no setor ainda eram relativamente desconhecidas. Assim, não se sabiam as elasticidades-preço e renda da demanda mundial de açúcar e menos ainda a demanda-substituição do produto.

Por fim, um dos pontos principais do discurso foi apontar como prioridade a integração do Brasil ao esquema preferencial de importação de açúcar no mercado americano. Ele já indicava, com o seu faro de bom negociador, ser o Brasil grande importador de trigo americano e que isso abria um bom espaço para barganha – “se não encontrarmos uma fórmula para atender a essa florescente corrente de comércio, o Brasil, a seu pesar, terá que rever a sua política de consumo de trigo” – um recado para os colegas da Embaixada americana<sup>541</sup>.

Com a nomeação, Edmundo começou a usar um método que foi a base do seu sucesso no Itamaraty: a formação de uma equipe de trabalho. Os diplomatas tiveram grande relevância, como Braulino Botelho, seu chefe de gabinete, além de Miguel Pedro de Vasconcelos e Luis Soutelo Alves. Além disso, reuniu equipe de economistas para fazer uma pesquisa do setor. O objetivo era ter um olhar de longo prazo. Edmundo, dessa maneira, tinha visão diferente se comparado com os seus antecessores. Ele conseguia sair do cotidiano de problemas que engolfavam as lideranças do governo em um mar de problemas burocráticos e perscrutar o futuro em uma busca pela racionalização do trabalho. O produto desse esforço seria um programa setorial identificando os problemas centrais da cadeia produtiva, procurando dar

---

541 *Brasil Açucareiro*, ano XXIX, vol. LVIII, n. 3-4, 1961.

à economia açucareira o maior rendimento econômico e, aos agentes da produção, a justa remuneração.

Nesse exame preliminar, o que mais chamou a sua atenção foi a perspectiva do mercado externo decorrente do embargo ao açúcar cubano no mercado estadunidense. Nesse contexto, Barbosa da Silva e sua equipe acreditavam que deveria ser implementada uma política de expansão, de forma que, no início da década de 1970, a produção chegasse quase ao dobro da de 1962. Essa conclusão decorreu do diagnóstico de que, por muito tempo, os produtores permaneceram acomodados ao mercado interno. As exportações eram somente para excedentes. Na opinião da equipe, isso era equivocado, por evitar criar uma cultura exportadora, por dificultar a construção de laços de negócios duradouros e, sobretudo, por diminuir uma fonte de receita em moeda estrangeira. Para alcançar mercados externos, no entanto, eram necessários maior planejamento e mais investimento em pesquisa. Para isso, propôs a fusão de várias unidades do IAA e, ao mesmo tempo, a tomada de empréstimos no BNDE, dando condições para a elevação da produtividade do parque produtivo. Isso seria alcançado principalmente com a industrialização dos subprodutos da cana<sup>542</sup>.

Edmundo conseguiu, em pouco tempo, formular um diagnóstico da situação canavieira e um projeto para seu futuro. Mas havia sérios obstáculos para a sua implementação. Primeiro, o setor açucareiro era similar a um monopólio (mercado onde há um só comprador para vários vendedores). As usinas tinham grande poder em determinar as condições de compra dos plantadores. Isso inviabilizava a capacidade de investimento no campo. Segundo, o IAA conduzia atividades altamente complexas sem ter preparo para executá-las. Por um lado, atuava determinando preços, quantidades

---

542 Oliveira: 1975, p. 59; Em forma de compensação nossa cota permanente de açúcar no mercado dos EUA. *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1961; IAA: planos prontos para desenvolvimento. *Diário Carioca*, 17 de fevereiro de 1962.

e quotas; por outro, intermediava querelas da cadeia produtiva, desde os plantadores e trabalhadores até os usineiros. Terceiro, havia conflitos de natureza federativa na política doméstica do açúcar. Os produtores nordestinos acusavam o IAA de ser frouxo no controle das cotas de produção, o que possibilitou grande expansão de São Paulo. Já os produtores desse estado reclamavam da excessiva participação dos ineficientes nordestinos. Barbosa da Silva, apesar de reconhecer que o futuro da indústria estava no sudeste, acreditou que a recuperação da agroindústria canavieira nordestina deveria ter prioridade. Sem isso, seria politicamente inviável o projeto de modernização que planejava<sup>543</sup>.

O quarto desafio era lidar com o conflito existente entre os trabalhadores, os donos de usinas e os consumidores. Considerando a crescente inflação do período e a rigidez da cadeia produtiva, decorrente do tabelamento de preços, era difícil satisfazer todos os atores envolvidos na produção, na comercialização e no consumo. Os trabalhadores desejavam aumentar os seus salários para compensar a inflação. Isso, por sua vez, corroía as margens de lucro de produtores e usineiros, que demandavam correção nas tabelas de preços. O governo, por fim, temia elevar os preços em decorrência de seus impactos no custo de vida para os consumidores. Essa situação paralisava o investimento e a produção da cadeia produtiva em decorrência da instabilidade de regras, ocasionando o sucateamento e a elevação de custos. Nessa dinâmica, Edmundo apontou a necessidade de “saneamento financeiro das empresas açucareiras”. Isso, na sua opinião, só seria possível com a atualização dos preços aos consumidores.

Se não bastasse esse emaranhado de desafios, o setor estava mergulhado no conflito fundiário pela reforma agrária. Apesar de ser produtor rural, desafiando seus colegas de Campos, Barbosa

---

543 Nunberg: 1986, p. 55.

da Silva observou que atacar tal problema era fundamental para reestruturar o setor. Segundo ele, “a reforma agrária, dando ao homem do campo condições cristãs de vida e integrando-a na economia de mercado de um país industrializado, como já somos, no Brasil, constitui outro dos objetivos a serem perseguidos pela política nacional”<sup>544</sup>.

A presença de Edmundo no IAA foi oportuna, pois vários desafios do setor estavam no âmbito externo. O açúcar, no século XX, passou a ter sua comercialização regulada. O governo brasileiro atuou com progressivo interesse no tema após a Segunda Guerra Mundial, com o foco na elevação de suas quotas em grandes mercados consumidores, como Estados Unidos, Inglaterra e França. Na década de 1950, o país fora bem-sucedido nesses esforços. Em 1958, saiu da nona colocação do Acordo do Açúcar para ocupar a quarta, só atrás de Cuba, Formosa e República Dominicana, na maior elevação de todos – 817%. Havia, no entanto, dois desafios para a futura expansão brasileira. O primeiro foi o impacto da integração europeia após o Tratado de Roma (1957). Para Edmundo, esse desenvolvimento fecharia de vez o mercado de açúcar para os produtores da América Latina, elevando a competição no resto do mundo. Se não bastassem as restrições de importação, os países desenvolvidos buscavam de forma acelerada a autarquia produtiva e, progressivamente, mercados externos para seus produtos subsidiados. De 1958 a 1961, as exportações de açúcar desses países elevaram-se em 85%, enquanto as dos subdesenvolvidos decresceram 4%<sup>545</sup>.

O segundo desafio decorreu da radicalização de Cuba no contexto da Guerra Fria. Para compreender esse aspecto, deve-se

---

544 Em forma de compensação nossa cota permanente de açúcar no mercado dos EUA. *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1961; IAA: planos prontos para desenvolvimento. *Diário Carioca*, 17 de fevereiro de 1962.

545 Ramos: 2007, p. 574; De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1963. APEBS. Essa última estatística leva em conta a saída de Cuba no mercado internacional.

antes estudar a importância do Caribe no mercado internacional de açúcar. Em 1903, o governo americano ofertou uma redução preferencial de 20% de suas tarifas sobre o açúcar do país. Tal situação perdurou, com algumas modificações, durante as cinco décadas subsequentes. Sob essa redoma, que garantiu preços pelo menos 25% acima dos existentes no mercado livre internacional, Cuba expandiu sua capacidade de produção e, entre 1951 e 1955, o país foi responsável por quase um terço das exportações mundiais de açúcar<sup>546</sup>.

A Revolução Cubana de 1959 lançou um terremoto sobre essa política, criando um marasmo no mercado internacional de açúcar. A quota para Cuba foi zerada. Isso causou um realinhamento sísmico, passando as importações americanas no mercado aberto de 5%, em 1960, para 29,3%, no ano seguinte, e reabrindo a possibilidade de renegociação das quotas dos demais países. A ideia, após essa crise, era “multilateralizar” a regulação do comércio internacional de açúcar. Com esse objetivo que Barbosa da Silva foi destacado para liderar a delegação brasileira ao segundo período da II Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, em Genebra, de 7 a 14 de dezembro de 1961, aproveitando também para participar da XIX Sessão das Partes Contratantes do GATT. A situação era de pânico. O Acordo Internacional do Açúcar, negociado em 1953, fora suspenso após a ruptura de laços políticos entre Cuba e Estados Unidos. Um mercado altamente regulado de repente viu-se sem controle e tomado pela especulação, após o governo cubano iniciar a venda de sua produção a preços inferiores aos dos convênios internacionais no mercado livre. Edmundo, em seu pronunciamento no evento, celebrou uma “harmonia de interesses”, a fórmula retórica para agradar a todos e não

---

546 Dye e Sicotte: 2004, p. 681; Hagelberg e Hannah: 1994, p. 19; Hall: 2000, p. 73-6.

prejudicar ninguém. Mas, na verdade, cautelosamente manobrava para expandir os interesses brasileiros<sup>547</sup>.

Ele saiu de Genebra direto para Washington. Seu objetivo era conseguir pelo menos um milhão de toneladas da quota cubana, ou seja, mais que triplicar a quota a que o Brasil tinha direito em 1961. Com quase duas décadas de traquejo na cidade, sabia que eram muitas as condições necessárias para alcançar tal objetivo. Era essencial contar com o ativo apoio da embaixada brasileira, ter aliados no Congresso americano, construir relações com grupos de pressão e ter algo a ofertar que fosse tão cobiçado pelos americanos quanto o tema do açúcar. Desde a semana de sua posse, já atuava no último eixo, tendo uma poderosa carta em sua manga.

O governo americano estava às voltas com grande excedente de trigo e desejava mercados para escoá-lo. O Brasil era um dos países com maior potencial para absorver parte relevante desse volume. Do ponto de vista do Rio de Janeiro, a articulação da questão atendia, novamente, a uma dificuldade regional. Brasil e Argentina viveram, em 1961, uma pequena guerra comercial, com os argentinos inicialmente cortando a importação de produtos brasileiros e o Brasil, como resposta, cortando a importação de trigo argentino. Era necessário reduzir a fragilidade brasileira e sinalizar aos argentinos que o país tinha poder de barganha para resistir a pressões.

Em Washington, Edmundo contou com a colaboração de seu amigo Roberto Campos, o representante brasileiro junto ao governo americano. Campos deu-lhe todo o apoio necessário, sendo valioso aliado nas delicadas gestões. Edmundo, no entanto, retornou ao Brasil após 40 dias de missões no exterior sem ter resolvido tal problema. Em abril de 1962, a questão esteve na pauta da viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos. Em sua conversa

---

547 Hall: 2000, p. 73 e 97; Mahler: 1984, p. 716; Ramos: 2007, p. 567.

com Kennedy, Jango fez questão de demonstrar interesse em elevar o nível do acesso do açúcar brasileiro no mercado americano<sup>548</sup>.

Em toda essa movimentação, faltava uma ligação mais forte do governo brasileiro com a política do Capitólio. Isso era apontado desde o início de 1959, quando a Embaixada brasileira em Washington alertou a Secretaria de Estado sobre “a impossibilidade de se atingir o objetivo almejado [de aumento das quotas do açúcar] pelas vias diplomáticas rotineiras”. A razão era tanto o intrincado processo político de definição dos parâmetros do Sugar Act no Congresso americano como a “violência de certas forças em jogos e os seus métodos, pouco ortodoxos”. O ator principal era o deputado Cooley, um político corrupto que já havia sido subornado pelo México na última modificação da legislação.

Sem um lobista, seria impossível transitar por esse torpe jogo de interesses. Identificou-se que a melhor firma seria a Ellis & Erhinghaus, por ser de um filho de um ex-governador da Carolina do Norte, amigo íntimo e consultor informal de Cooley. O diplomata Paulo Leão de Moura e o embaixador Amaral Peixoto, antecessor de Roberto Campos, concordaram com o uso de tal via, mas indicaram que a iniciativa de contratação de uma firma de “relações públicas” não deveria vir nem do Itamaraty, no Rio de Janeiro, nem da embaixada em Washington. Afinal, julgou-se que o IAA tinha mais experiência nesse tipo de atividade.

A autarquia contratou a firma de consultoria. Sabe-se que ela atuou na ligação com o *lobby* dos tricultores americanos para fortalecer o aumento das quotas brasileiras em açúcar. Mas a evidência disponível aponta que o *lobby* envolveu outras atividades. Aparentemente, Cooley vendia uma tonelada de quota a um dólar. A firma contratada pelo governo brasileiro teria

---

548 Brazil to seek U.S. sugar quota. *The New York Times*, 15 October 1961; Memo. Programa quinquenal de operações paralelas de trigo e açúcar. Confidencial. Washington, abril de 1962. APEBS; Campos: 1964, p. 25.

transferido 500 mil dólares para uma conta do referido político. Não foi só o Brasil que teria utilizado tais serviços. A República Dominicana teria desembolsado mais de três milhões de dólares subornando políticos, jornalistas, diplomatas e pessoas influentes em Washington, entre eles, Cooley<sup>549</sup>.

A nova legislação foi aprovada pelo Congresso americano em 2 de julho de 1962 e promulgada logo a seguir pelo presidente John F. Kennedy. Ela abriu grandes possibilidades para o açúcar brasileiro, pois privilegiava países que incrementassem suas compras de produtos agrícolas norte-americanos. Assim, 180 mil toneladas exportadas pelo Brasil poderiam ser elevadas substancialmente se o país importasse produtos americanos – no caso, o trigo. O Brasil assegurou o abastecimento de trigo por cinco anos, sem prejudicar a produção interna, e conseguiu a entrada do açúcar brasileiro, em larga escala, e de forma permanente, no mercado norte-americano<sup>550</sup>.

A vitória, no entanto, deu-se em meio a uma crise. Barbosa da Silva liderava uma organização arcaica, patrimonialista, clientelista e retrógrada. O IAA era escravo da política rasteira e das redes corruptas que abasteciam o clientelismo populista e o capitalismo ineficiente, subsidiado e atrasado. Um dos primeiros choques veio no fim de 1961. Edmundo decidiu demitir quarenta funcionários do IAA que trabalhavam na delegacia do Instituto no Recife em decorrência de suspeitas de corrupção. A notícia caiu como uma bomba. Na virada do ano, Jango forçou a readmissão de todos, o que deixou Edmundo obviamente desautorizado e sem

---

549 De René Luiz Cavé Rainho para Paulo Leão de Moura. Participação do Brasil no mercado de açúcar dos Estados Unidos da América. Confidencial. 19 de janeiro de 1959; Possibilidade de colocação de açúcar brasileiro no mercado dos Estados Unidos da América. Serviço de relações públicas. Confidencial. 16 de março de 1959. Memos confidenciais de 1957. AHI-BSB; Memorando para Barbosa da Silva. Visita dos Srs. Nemir e Hathorn ao Brasil em julho/agosto de 1962. 23 de agosto de 1962; Alteração do contrato de locação de serviços. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1962. APEBS; Hall: 2000, p. 113.

550 Ofício de Roberto Campos para San Tiago Dantas. Washington, 23 de abril de 1962. APEBS.

credibilidade para liderar o órgão. Ele certamente pensou em pedir exoneração. Mas seria uma irresponsabilidade diante dos seus compromissos na autarquia.

No início de 1962, havia uma crise de abastecimento de açúcar, arroz e sal no Brasil. Ela decorreu de problemas de logística na distribuição, e, mais importante, da desorganização da cadeia produtiva provocada pela regulação de preços, em especial seu congelamento para o controle da inflação. Barbosa da Silva sabia que ninguém aprecia aumentos de preços, mas era inevitável, na sua opinião, que uma economia saudável refletia, nos preços, os custos de produção e a demanda. Ignorar isso acabaria, no longo prazo, sendo prejudicial para a cadeia produtiva. Edmundo foi duro na defesa desse argumento:

*Ou se permite uma justa remuneração à indústria açucareira, ou dentro em breve teremos a repetição do abandono de uma atividade econômica até há pouco estável e dinâmica com uma produção que, nos últimos dez anos, acusou um aumento quantitativo superior a 103%<sup>551</sup>.*

O principal obstáculo de Barbosa da Silva na elevação de preços foi a atuação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), liderada por Max do Rego Monteiro. O órgão fora criado no segundo governo Vargas para administrar o tabelamento de preços e conduzir a fiscalização dos possíveis crimes contra a economia popular – como a não utilização das tabelas oficiais de preços de mercadorias. Havia uma guerra. O IAA fixava o preço para a cana de açúcar e para o açúcar cristalizado; à Cofap cabia determinar o preço do açúcar refinado.

Edmundo saiu-se melhor no final de maio de 1962, quando conseguiu elevar o quilo da saca de açúcar cristalizado em mais de 50%. O aumento parecia abusivo, mas o preço estava congelado há

---

551 Nota de 6 de junho de 1962. APEBS.

muito tempo e a sociedade já havia se beneficiado enormemente com preços artificialmente baixos. Rego Monteiro, no entanto, imediatamente mobilizou-se contra o aumento. Além de tentar reverter a medida, lançou, como retaliação, uma investigação para averiguar irregularidades nas usinas de açúcar mantidas pelo IAA. O contexto era explosivo. Sem saber a política de preços, lavradores e industriais adiaram a moagem da cana. Em 6 de junho, eclodiu a greve dos trabalhadores das refinarias do estado da Guanabara por aumento salarial. Nos mercados ao redor do país, espriavam-se filas de donas de casa para comprar açúcar.

Diante do conflito entre as duas burocracias, o presidente João Goulart adiou o aumento. Em 12 de junho de 1962, no Palácio das Laranjeiras, ele reuniu-se com Rego Monteiro, Barbosa da Silva, Amauri Kruehl (Casa Militar) e outros decisores. Rego Monteiro classificou o aumento do açúcar proposto por Edmundo como elevado, absurdo e até criminoso. Após o encontro, Jango deu instruções para a Cofap atuar energicamente “contra os especuladores de gêneros alimentícios”, principalmente no caso do açúcar. Dois dias depois, o ministro da Indústria e Comércio afirmou que o governo examinava o reajuste de preços, mas não decidiria sob pressão ou constrangimento. Ele conclamou o setor rural a retomar o trabalho, evitando o colapso do abastecimento. Confiando no governo, o setor respondeu moendo a cana. Os refinadores, contudo, recusaram-se a dar o aumento salarial sem que tivessem segurança de que haveria o reajustamento do preço ou alguma subvenção governamental. Barbosa da Silva foi chamado a mediar o conflito entre empregados e empregadores. No dia 18 de junho, convocou os refinadores e pediu-lhes que seguissem a orientação governamental. Ele acreditava que a Cofap, até o fim do mês, aquiesceria ao aumento de preço. Os industriais fiaram-se na palavra de Edmundo e foi retomado o trabalho nas refinarias.

O diplomata apontou, para seus colegas no gabinete parlamentarista, que a falta de providências ocasionaria novas complicações<sup>552</sup>.

Apesar de todo o seu esforço e do uso de sua credibilidade para acalmar o setor produtivo, o presidente e seus assessores minaram as atividades de Barbosa da Silva. O ponto mais baixo foi quando Jango decidiu manter os preços vigentes pelo prazo de 90 dias, adiando o problema para o futuro<sup>553</sup>. Edmundo perdera a batalha.

Durante o conflito, já era insustentável sua permanência na autarquia. Barbosa da Silva teria pedido demissão, mas Tancredo Neves, naquela época primeiro-ministro, convenceu-o a voltar atrás. A permanência não durou, em decorrência de um incidente com o general Amauri Kruel. Kruel deu ordem para fazer-se uma nomeação na Companhia Usinas Nacionais, uma empresa estatal sob controle do IAA. Edmundo não poderia aceitar, pois as instruções que recebera de Ulysses Guimarães, na época ministro da Indústria e Comércio, órgão ao qual o IAA estava subordinado, eram de nomear outra pessoa. Tal instrução, aliás, teria sido combinada com Tancredo Neves e o próprio presidente João Goulart. Kruel, na chefia da Casa Militar, contudo, informou que o presidente nomeara outra pessoa. O diplomata recomendou ao general conversar com o presidente ou com o próprio Ulysses Guimarães, para que fossem dadas novas instruções pelos canais competentes – que seriam cumpridas com todo o denodo e celeridade assim que fossem recebidas. “Eu não posso descumprir uma ordem feita no âmbito dos canais competentes”, teria dito Edmundo. O general teria respondido: “Eu não falo com aquele moleque”, referindo-se a Ulysses Guimarães. Barbosa da Silva, após a contenda, pensou: “Estou frito”. E de fato estava. Tancredo Neves saiu da chefia do

---

552 Goulart pede ação enérgica da Cofap contra especuladores. *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1962; Rede de mercados para abastecer a GB promete o governador. *Correio da Manhã*, 3 de julho de 1962; Pró-memória. Crise do abastecimento do açúcar. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1962. APEBS.

553 De Luiz Costa Araújo para Barbosa da Silva. 6 de julho de 1962. APEBS.

Conselho de Ministros em julho de 1962, sendo substituído por Brochado da Rocha, e, logo depois, Ulysses Guimarães saiu do Ministério da Indústria e Comércio. Brochado da Rocha convocou Barbosa da Silva ao Palácio Laranjeiras para conversar. Brochado, um homem muito delicado, segundo Edmundo, comunicou ao diplomata que o presidente precisava do cargo. Quando saiu do Palácio e entrou no carro, na Hora do Brasil, sua demissão já era anunciada – ou seja, o decreto fora publicado em Brasília pela manhã. Foi a descortesia final<sup>554</sup>.

Em 18 de setembro, em uma concorrida cerimônia de despedida, Barbosa da Silva proferiu longo discurso, no qual destacou suas várias vitórias no órgão. Foi gentil, apesar do desrespeito sofrido. Não era do seu feitio bater portas. Publicamente, sua justificativa foi “deixar o governo à vontade para executar sua atual política”<sup>555</sup>.

Ficou, no total, dez meses no cargo. A decisão de chefiar o IAA fora um erro. Diante de uma política econômica inflacionista e do congelamento de preços, Barbosa da Silva esteve na posição mais incômoda possível dentro do governo. Era impossível conduzir uma pauta responsável voltada para a competitividade de longo prazo do setor. O pior, no entanto, foi ter de assistir diariamente seu nome ser achincalhado e jogado na lama pela imprensa e por vários colegas do próprio governo.

Mesmo assim a gestão foi produtiva, com cerca de dezoito grandes realizações, da integração do Brasil ao mercado preferencial norte-americano à assinatura de convênio com o Banco do Brasil para promover o aproveitamento de terras nas zonas canavieiras, passando pela pesquisa em adubagem, irrigação e aplicações industriais. Outra vitória de relevo foi a criação do

---

554 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984. Ver cobertura da imprensa.

555 Demitem-se presidentes do IBC e IAA. *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1962; 3 notas de Brasília. *Folha de São Paulo*, 9 de setembro de 1962.

Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, cujo objetivo era financiar ou constituir garantia de contrato de financiamento do açúcar destinado à exportação, como *hedge* contra as diferenças entre os preços oficiais do mercado interno e aqueles resultantes da liquidação dos contratos de exportação. O fundo buscava, também, executar um programa de assistência social aos trabalhadores, incluindo alimentação e vestuário a preço de custo (por intermédio de cooperativas e outras entidades), além de ofertar educação primária e profissional gratuita e programas de higiene e saúde. Os recursos poderiam ser usados até para subsidiar a exportação do açúcar brasileiro<sup>556</sup>.

Convém considerar que, mesmo após afastar-se do IAA, Barbosa da Silva continuou a administrar a agenda externa da organização. Em 1962, por exemplo, foi escolhido para liderar a delegação brasileira nas sessões do Conselho Internacional do Açúcar. Publicamente, continuou a expor o seu pensamento sobre a origem dos problemas do setor e suas possíveis soluções. Primeiro, achava desaconselhável a política brasileira de contenção da produção, em decorrência do que previa ser um aumento crescente do consumo interno e das oportunidades de exportação. Segundo, pregava a redução da área de plantio e o aumento da tecnologia para corrigir a baixa produtividade. Terceiro, propunha consolidar o setor, fundindo as pequenas usinas de propriedades individuais e familiares, geralmente com recursos limitados e sem acesso a capital para investimento. Na década de 1970, demonstrou ceticismo com a capacidade do IAA de regular a produção e a comercialização com sucesso.

O órgão, na sua opinião, havia tomado para si responsabilidades que não tinha como exercer com sucesso. Ele perguntava como poderia “conservar o monopólio da exportação de açúcar, vendendo

---

556 *Brasil Açucareiro*, ano XXIX, vol. LVIII, n. 3-4. 1961.

a partir da praça XV (sede do IAA no Rio), quase sem apoio no exterior, sem analistas de mercado e por vezes sem uma secretária que saiba redigir um texto em inglês?” Para Barbosa da Silva, a resposta a esse dilema era que “o governo é muito melhor fiscal do que executor”. Deve-se recordar que as considerações posteriores não se dissociaram de sua atuação em seus breves dez meses na autarquia. Em 1962, por exemplo, tentou privatizar a Companhia Usinas Nacionais (Açúcar Pérola). A empresa fora criada em 1911 e desde 1940 estava sob o controle do IAA. Seu custo operacional onerava o produto final (açúcar refinado) e era muito superior ao de outras usinas. A despeito da ação de Edmundo, a companhia permaneceu em estado de letargia até o início do seu processo de venda, no final do regime militar<sup>557</sup>.

Barbosa da Silva foi presciente em muitos aspectos de sua gestão. Mas seu prognóstico sobre o futuro do mercado internacional de açúcar acabou não correspondendo à realidade. O IAA e os dirigentes da cadeia produtiva pensaram que a exclusão de Cuba do mercado internacional abria possibilidades quase ilimitadas para as exportações. Isso, no entanto, não ocorreu. A produção cubana foi comprada pelos soviéticos e, posteriormente, vendida no mercado livre internacional, deprimindo os preços do produto. A elevação abrupta do preço internacional do açúcar em 1963, assim, foi seguida por um rápido declínio. Não bastasse isso, o açúcar sofreria, nas décadas seguintes, crescente concorrência de substitutos naturais e sintéticos como o aspartame e a isoglicose de milho. A política de expansão da produção brasileira, executada por Edmundo e seus sucessores do IAA, nesse contexto, acabou deprimindo mais ainda os preços. As oportunidades de exportação não conseguiram reduzir a pressão e foi só com a produção de álcool

---

557 Complementos aos comentários. *Diário Carioca*, 5 de maio de 1963; IAA perde aos poucos o controle da política do açúcar e do álcool. *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1977.

anidro em massa, após a crise do petróleo, na década de 1970, que a crise do setor começou a ser minorada<sup>558</sup>.

## Fundação Antunes

*[S]ervir sem fazer favor, mas não pedir favor para servir.*

Edmundo Barbosa da Silva

Após a derrocada no IAA, Edmundo atuou como assistente especial de Hermes Lima, o presidente do Conselho de Ministros do breve governo parlamentarista. Sua vida, cada vez mais centrada entre o seu apartamento na rua das Laranjeiras, agora um duplex com elevador, e a Fazenda da Pedra no norte fluminense, era constantemente interrompida pela tensão política do governo João Goulart. Foi nesse período, quando “aguardava designação para o exterior”, que, casualmente, na Candelária, encontrou-se com o geólogo Glycon de Paiva. Os dois eram amigos desde a década de 1950 e faziam parte de um grupo de liberais, juntamente com personalidades como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Eugênio Gudin. Paiva trabalhara no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) quando, na década de 1940, fez parte do grupo que descobriu a alta concentração de manganês no território do Amapá e organizou as diretrizes do seu aproveitamento e exploração<sup>559</sup>.

A vencedora de uma seleção para a exploração foi a empresa ICOMI, do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes. O primeiro contato de Barbosa da Silva com as atividades empresariais de Antunes ocorrera provavelmente na primeira metade da década de 1950, durante as negociações para a

---

558 Mahler: 1984, p. 717; Ramos: 2007, p. 568-70; Szmrecsányi e Moreira: 1991, p. 57 e 63-5.

559 Ver Monteiro: 2003, p. 117; Paiva Teixeira, Dorr *et al.*: 1949. O trabalho original é de 1945.

concessão de um empréstimo pelo Eximbank para financiar a mina de manganês do empresário no Amapá. O diplomata participou, também, de uma missão ao local, em 1955, ficando impressionado com os resultados da “boa cooperação entre capitais nacionais e estrangeiros”. Para ele, Antunes era exemplo do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria adotar. O empresário, na sua opinião, era nacionalista, mas reconhecia que, no exterior, estava a principal fonte de técnicas para aumentar a produtividade do Brasil. Quando Glycon de Paiva encontrou Edmundo, insistiu para que este o acompanhasse a uma visita a Antunes, que desejava criar uma fundação filantrópica para a promoção da agricultura no Brasil<sup>560</sup>.

A criação de uma fundação privada para impulsionar a área agrícola era uma ideia incomum. Na época, vivia-se sob a celebração da industrialização. Poucas instituições dedicavam recursos para um setor da economia considerado atrasado e sem perspectivas. Após a primeira reunião, encantado pela proposta, Edmundo decidiu participar do projeto, juntando-se a um grupo de técnicos que envolvia servidores públicos, agricultores, organismos multilaterais e consultores internacionais<sup>561</sup>.

Para um amigo da carreira diplomática, confessou estar muito feliz com os desafios que se apresentavam. Estava impressionado principalmente com a ambição de “reproduzir no Brasil alguma coisa parecida com a Rockfeller [Foundation] ou a Ford Foundation”. Essa guinada para o setor não-governamental decorreu de seu crescente ceticismo com a capacidade do Estado em promover o desenvolvimento econômico do país. Sua experiência, desde o início da década de 1950, era que a ação estatal muitas vezes servia a objetivos equivocados decorrentes da repetitiva interferência política. Havia, ainda, séria carência de conhecimento técnico para

---

560 De Barbosa da Silva para Oswald Nixdorf. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1964. APEBS; *Revista da Associação Comercial*, 25 de dezembro de 1955, vol. XXIII, n. 811, p. 46.

561 REA. 18 de julho de 2005; Memo. 4 de abril de 1986. APEBS.

balizar a intervenção na sociedade. Por fim, Barbosa da Silva já não se entusiasmava com as fórmulas de “progresso” excessivamente focadas na indústria e nas rodovias. Edmundo cada vez mais voltava sua atenção para temas como migração, controle de natalidade, educação primária, capacitação técnica e habitação. Essas eram áreas em que o setor privado podia atuar de forma mais flexível e ágil do que o Estado e foi por isso que abraçou a missão ofertada pelo “Doutor Antunes”<sup>562</sup>.

Após o afastamento de Edmundo do Itamaraty, a área econômica ficou sob a liderança do diplomata Jayme de Azevedo Rodrigues. Ele entrou no Itamaraty em 1937, quando era um dos integralistas mais ostensivos do órgão; no estertor do Estado Novo, contudo, abraçou a democracia, tendo assinado, juntamente com os diplomatas Vinicius de Moraes e Lauro Escorel, um corajoso manifesto pedindo a volta da democracia. Após a renúncia de Jânio Quadros, quando servia na Escola Superior de Guerra, redigiu um memorando a seus superiores exigindo que a instituição se pronunciasse sobre a necessidade de garantir a posse de João Goulart. Foi um dos maiores apologistas do reformismo de Goulart e da Política Externa Independente, sendo uma das personalidades mais brilhantes e carismáticas do período<sup>563</sup>.

Ele foi, nesse contexto, um personagem ideal para lidar com os desafios apresentados na área econômica do Itamaraty, especialmente no trabalho preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Para o diplomata, havia um conjunto de regras no sistema internacional, como o GATT, que não só impedia o progresso dos países mais atrasados, mas funcionava como mecanismo de expansão das

---

562 De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1963. APEBS.

563 Albin: 2009, p. 42; Spektor: 2010, p. 26; Postos no exterior. *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1963; A-1095. From Amembassy, Brasília Office to Department of State. Conversation with Goulart's foreign policy adviser. March 25, 1963. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:354946/PDF/>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2016.

desigualdades. Em sua opinião, a ausência de reformas levaria a uma explosão revolucionária da ordem internacional “os sinos já estão batendo, e não é necessário estar muito próximo para escutá-los”, disse. Já o relacionamento econômico com os Estados Unidos poderia ser descrito como um “processo de espoliação”. Sua retórica era ativa e cativou, em um primeiro momento, o presidente Jango, que o convocou para servir no Palácio do Planalto em janeiro de 1963. Em agosto, foi promovido a ministro de primeira classe, o cargo mais alto da hierarquia.

Azevedo Rodrigues era, contudo, personalidade com modos pouco talhados para as tensões e os radicalismos do período. Ele não tinha constrangimento nem mesmo em defender, abertamente, junto a diplomatas americanos, a expropriação sem compensação da propriedade de empresas estrangeiras. Seus colegas e superiores sabiam de sua característica atrabiliária. No final de 1963, inclusive, já corria pelos corredores do Itamaraty a piada de que funcionava, no órgão, o BARDHAL, Bureau Azevedo Rodrigues de Desenvolvimento Histórico da América Latina, sigla homônima de um famoso lubrificante de carro da época. Apesar da chacota, seus colegas confiavam em seu espírito incansável para o desafio de planejar a posição brasileira para a reunião da UNCTAD, a ser realizada no ano seguinte. Ele lançou-se com vigor à missão, convocando mais de cinquenta diplomatas e especialistas para redigir estudos para o encontro<sup>564</sup>.

---

564 Brasil defende no CIES: comércio e não “ajuda”. *Novos Rumos*, 1 a 21 de novembro de 1963; *Newsweek*, vol. 63, part 2, 1964; De João a João. *Diário de Notícias*, 3 de abril de 1963; Defesa dos interesses dos latino-americanos. *Correio da Manhã*, 29 de novembro de 1963; Conferência de Comércio e Desenvolvimento mobilizará diplomatas e especialistas. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1963; A-1095. From Amembassy, Brasília Office to Department of State. Conversation with Goulart’s foreign policy adviser. March 25, 1963. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:354946/PDF/>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2016; A-154. Jaime Rodrigues gives vent to his radical views on AMFORP and agrarian reform. Rio de Janeiro, July 22, 1963. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:354345/PDF/>>. Acesso em: 15 de março de 2016. Lance livre. *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1964; *Lampreia*: 2010, p. 48.

Barbosa da Silva acompanhava de longe o avanço desse trabalho preparatório e até queria dar alguma contribuição. Essa vontade de ajudar, no entanto, enfrentava resistência. Edmundo soube que Azevedo Rodrigues determinara a um subordinado que não se deixasse influenciar pelas sugestões. Havia um verdadeiro boicote. Após quase duas décadas de dedicação à área econômica, subitamente era *persona non grata*. Muitos colegas ignoravam-no quando solicitava notícias, o que o magoou muito e direcionou suas forças cada vez mais para as atividades da Fundação Antunes<sup>565</sup>. Ele relatou, para um ex-colaborador, o sentimento sobre o Itamaraty nesse difícil período:

*A absorção de meu tempo nesta tarefa [Fundação Antunes] apressou meu desligamento total do Itamaraty. Tinham-me preparado uma sala muito imponente, ao lado do elevador, em frente à sala do antigo Cerimonial. Parecia um sarcófago de luxo, que me ofereceu algumas tentações! Entretanto, a chegada do Jayme [Azevedo] Rodrigues na Secretaria Adjunta para Assuntos Econômicas fez-me mudar de ideia. O oportunismo e a inveja, aliados a outros feitos de caráter, aconselharam-me a afastar-me de vez. Senti que ele temia a minha presença por ser, insensivelmente, um lembrete para comparações que não o deixavam bem à vontade<sup>566</sup>.*

Muitos amigos julgavam que não mais regressaria ao Itamaraty. Estariam corretos? Naquele momento, realmente Edmundo não tinha interesse:

*As picuinhas que fizeram com o Roberto Campos, a falta de consistência, de visão e vigor criador na equipe atual*

565 De Barbosa da Silva para Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1963; De Barbosa da Silva para Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1963; De Barbosa da Silva para Octávio Rainho das Neves. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1963. APEBS.

566 De Barbosa da Silva para Vasconcelos Torres. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1963. APEBS.

*do Itamaraty não me fazem lamentar meu afastamento. Tenho lá bons amigos como [Aguinaldo Bolitreau] Frago, [Antônio Borges Leal] Castelo [Branco Filho], [Antônio Francisco Azeredo da] Silveira e outros. Entretanto, a atmosfera geral não favorece o seu aglutinamento, num trabalho mais eficaz que constitua para mim algum atrativo. De vez em quando, mencionam meu nome como possível ocupante de postos no exterior. Recentemente, fui mencionado, de novo, para Washington. Não tenho qualquer interesse em servir no exterior com esta situação pelas costas. Aliás, tenho pressentimento de que Washington será reservada para o Araújo Castro que a receberia como compensação pela perda da Pasta, em consequência de alguma reformulação de gabinete<sup>567</sup>.*

Esse desabafo é importante. Havia irreconciliáveis divergências de estilos entre Edmundo e Azevedo Rodrigues, tornando a colaboração impossível. Esse choque também se projetava na forma como concebiam a inserção econômica internacional brasileira naquele momento. Barbosa da Silva duvidava da capacidade do país de reformar o sistema econômico internacional e, mesmo se isso fosse possível, não mais acreditava que o comércio internacional era o principal vetor para explicar o subdesenvolvimento relativo brasileiro. Era, portanto, muito difícil atuar novamente na diplomacia econômica. A notícia de seu afastamento do Itamaraty para militar no setor não-governamental e ter recusado posição na Secretaria de Estado em período tão crítico, ademais, causou impressão desfavorável a vários colegas. Teria cometido um pecado mortal na sua carreira<sup>568</sup>.

---

<sup>567</sup> *Idem*.

<sup>568</sup> Conferência de Comércio e Desenvolvimento mobilizará diplomatas e especialistas. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1963; Complementos aos comentários. *Diário Carioca*, 5 de maio de 1963; De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1963 e 4 de outubro de 1963. APEBS.



*Edmundo Barbosa da Silva ao telefone no final da década de 1960.*  
APEBS.



## CAPÍTULO 13

### O GOLPE

#### Ventania

*Oh falácia do presumir e do imaginar! Oh perecibilidade  
das situações políticas estáveis!*

Gilberto Amado

Barbosa da Silva não concordava com os rumos que o governo Jango estava tomando. Havia, em sua opinião, pessoas influentes na administração que desejavam implementar projetos excessivamente radicais para o Brasil, como, por exemplo, a utilização de decretos presidenciais para estatizar setores inteiros da economia. Isso levaria o país a uma série crise de confiabilidade. Seu temor tinha fundamento. A inflação, nos primeiros meses de 1964, chegou a um nível anualizado de 140%, enquanto, entre 1961 e 1963, a folha de pagamento do executivo aumentou

nominalmente quase cinco vezes. Após vinte anos de crescimento ininterrupto, em 1963, o Brasil entrou em recessão. O investimento externo direto estava paralisado. O governo federal enfrentava sérios riscos de não conseguir pagar os dois bilhões de dólares de dívidas que venceriam até 1966.

Essa turbulência econômica agitava a população como um rastro de pólvora. Em 1963, ocorreram 163 greves – mais do que o quádruplo das realizadas em 1958. Não foi à toa que, em dezembro de 1963, Edmundo advertiu seus amigos, no exterior, que ocorreria um “acirramento de posições” em 1964, e essa foi uma das razões que o motivou a se afastar de posições de liderança no governo. A crise gerada pelo Golpe de 1964, porém, acabaria por lançá-lo novamente na rua Larga<sup>569</sup>.

Na madrugada do dia 2 de abril, após a movimentação das tropas militares no sudeste do país, o presidente do Senado Federal declarou vaga a Presidência da República, ceifando o regime democrático. Três dias depois, às 12 horas, no Gabinete Barão do Rio Branco do Palácio Itamaraty, Barbosa da Silva presenciou a cerimônia de exoneração de Araújo Castro e a posse de Vasco Leitão da Cunha<sup>570</sup>.

Barbosa da Silva, nos próximos dois anos, seria um dos personagens centrais da diplomacia do governo Humberto Castelo Branco. Apesar dessa centralidade, convém considerar que teve posição muito ambivalente sobre a ruptura do regime político e suas consequências para a diplomacia e a economia do país. Suas palavras devem ser analisadas no contexto da época, quando ainda havia expectativas de retorno à ordem democrática e quando as crises no âmbito político, social e econômico levaram muitos

---

569 Entrevista do embaixador Edmundo Barbosa da Silva. CPDOC. Rio de Janeiro. 19 de julho de 1984; Ver, por exemplo, De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1963. APEBS.

570 Farias: 2012, p. 335-6.

moderados à conclusão de que era inviável a sobrevivência do país diante da radicalização do regime janguista.

Ele demonstrou especial apreço pelos homens de Estado que, segundo sua opinião, “salvaram o Brasil do caos”. Em maio de 1964, relatou a um amigo o sentimento de viver “momentos em que o povo deseja autoridade e mudanças que lhe restabeleçam a confiança nos homens que presidem os seus destinos”. Ele aplaudiu, inclusive, algumas das punições na administração pública. Isso decorreu de sua experiência no IAA e a forma como o governo Jango escusou-se de combater a corrupção endêmica da autarquia. Ele avaliou a intervenção nesse setor, em particular, como positiva, pois a opinião pública não podia “contar sempre com a impunidade”. Sobre a diplomacia, como veremos, sua avaliação foi muito distinta<sup>571</sup>.

Em abril de 1964, as preocupações do Itamaraty estavam voltadas para o caos reinante no órgão. Governos estrangeiros desesperadamente buscavam notícias sobre a situação no país; postos no exterior, instruções. Além da tentativa de moldar as percepções externas sobre os últimos acontecimentos políticos, havia 14 embaixadas vagas, inclusive Paris, Washington, Lisboa e Tóquio<sup>572</sup>.

Barbosa da Silva esteve no centro do poder nesse período de transição. Discutiu com desenvoltura a organização da Secretaria de Estado, o preenchimento de diferentes postos e outros assuntos. Em junho, após as primeiras mudanças, confidenciou a Corrêa do Lago que as novas chefias do *staff* eram fracas; as dos postos, “tampouco muito brilhantes”. Era um reconhecimento da

---

571 De Barbosa da Silva para Primo Rovis. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1967. APEBS; De Barbosa da Silva para Renato Bayma. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1973; De Geoffrey Wallinger para Barbosa da Silva. Londres, 8 de novembro de 1965; De Barbosa da Silva para Albert Hirschmann. Rio de Janeiro, June 23, 1965; De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1964; De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1964; De Barbosa da Silva para Bráulio Barbosa. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1964. APEBS.

572 Itamaraty: expurgo já tem executores. *Correio da Manhã*, 12 de maio de 1964.

competência de vários diplomatas que atuaram sob a Política Externa Independente e que, naquele momento, caíram no ostracismo<sup>573</sup>.

Vasco Leitão da Cunha desejava tirá-lo das posições secundárias que ocupara nos últimos dois anos na Secretaria de Estado. Em um primeiro momento, pensou designá-lo secretário-geral de Política Exterior ou subsecretário-geral de Assuntos Econômicos. No mês seguinte, ao despachar com o presidente Humberto Castelo Branco, sugeriu que Edmundo ocupasse a embaixada em Paris<sup>574</sup>.

O silêncio de Barbosa da Silva sobre essas ofertas é explicável pelas tarefas delicadas que teria de desempenhar nos próximos meses. Talvez a mais desafiadora tenha sido a incumbência que Leitão da Cunha lhe deu de entrevistar os jovens diplomatas considerados por muitos como esquerdistas. Havia, naquela época, certa condescendência das gerações mais velhas com relação aos colegas mais novos da carreira. Acreditava-se que a inexperiência destes o tornassem receptivos e acríticos às ideologias radicais – Azeredo da Silveira relatou posteriormente, por exemplo, que Jayme de Azevedo Rodrigues não só desejava “ser um cristo”, “como também usava coroas de espinhos portáteis para botar na cabeça dos jovens”<sup>575</sup>.

Não há registros de Edmundo sobre a execução da atividade. Sabe-se que nenhum foi exonerado ou demitido pelo órgão, apesar de alguns terem sido removidos para postos de pouco prestígio. Utilizando o caso de José Guilherme Merquior, pode-se indicar que provavelmente todos foram ou entrevistados na Secretaria de Estado ou responderam a questionários, assinando declarações. O processo de Merquior é datado de setembro, época em que Barbosa da Silva não mais estava à frente da atividade. Mesmo

---

573 De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1964. APEBS.

574 Paris – numa semana o novo chanceler. *Diário da Noite*, 22 de maio de 1964. Sobre as outras ofertas, ver referências abaixo.

575 Spector: 2010, p. 52.

assim, o fato de ter servido ao regime em atividade pouco lisonjeira só lhe granjeou antipatias<sup>576</sup>.

O que poucos observaram, naquele momento, foi seu ceticismo sobre o processo de devassa que muitos diplomatas desejavam implementar. Ele aplaudira o processo de demissão de corruptos em outros órgãos, mas não concordou com punições a opiniões e perfis ideológicos. Esse foi um sentimento que se cristalizou aos poucos, principalmente com o andamento das investigações, mas em outubro de 1964 já estava convicto de que injustiças graves foram perpetradas. Se a própria Comissão de Investigação do Itamaraty não conseguira encontrar irregularidades administrativas, tendo se escusado de julgar “o conjunto dos atos da administração passada”, seria um equívoco punir colegas da carreira. Não menos estranha foi a busca por todos os documentos secretos, confidenciais e ostensivos referentes ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, algo em que atuara com isenção até 1961<sup>577</sup>.

Um dos atos que mais abalaram Barbosa da Silva foi a aposentadoria de seu amigo Hugo Gouthier, um diplomata muito ligado a políticos e que, na época, era embaixador do Brasil em Roma. Edmundo e ele eram conterrâneos; trabalharam juntos na visita de JK aos Estados Unidos; depois, Edmundo apoiou-o a adquirir o Palácio Doria Pamphili em Roma. Após o golpe, Gouthier teria demonstrando apoio ao regime militar ao ter colocado a foto do marechal Gaspar Dutra em seu escritório e ter criticado a forma como a imprensa italiana estava apresentando os acontecimentos

---

576 De Barbosa da Silva para Leitão da Cunha. CNUCD. Relatório da delegação do Brasil. Confidencial. Genebra, 23 de junho de 1964. APEBS.

577 De Raphael Valentino Sobrinho pra Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivos. CI/103. Secreto. 17 de setembro de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1; De Camillo de Oliveira para Leitão da Cunha. Informações sobre irregularidades no MRE. Confidencial. CI/57. 29 de junho de 1964. Memorandos secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB; De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1964; De Barbosa da Silva para Braulino Barbosa. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1964. APEBS.

no Brasil. Ele entrara em colisão com o novo regime somente em aspectos pontuais, quando, por exemplo, negou veementemente, em 14 de julho, ter o posto custeado a festa de noivado da filha de JK – uma denúncia oriunda de boatos no Rio de Janeiro destinados a eliminar a existência de tal órgão. No dia anterior, já havia saído sua cassação. Barbosa da Silva foi contra tal medida. Gouthier soube de suas ações e enviou uma agradecida carta. Naqueles tempos sombrios, em que muitos punidos pelo regime foram esquecidos por colegas da carreira, Edmundo demonstrou humanidade diante das dificuldades do colega<sup>578</sup>.

A crítica à devassa por parte de Barbosa da Silva ocorreu paralelamente com a percepção de que, na área econômica, o país sofria séria crise, sendo necessário profundo pacote de ajustes externos e internos para diminuir o déficit do setor público, debelar a inflação e prevenir crises no balanço de pagamentos. Desejava colaborar de alguma forma na reversão desse quadro, mas sem pactuar com os contornos agressivos da devassa. Sua disponibilidade foi mais do que bem-vinda. Vasco Leitão da Cunha ofereceu-lhe não só a chefia da área econômica como o próprio cargo de secretário-geral. Seria um retorno a uma função de liderança e prestígio no órgão. Tinha, então, quarenta e oito anos e poderia entrar, depois de algum tempo na posição, no circuito de liderança das embaixadas relevantes no exterior. Edmundo, no entanto, acabou recusando. De um lado, não queria afastar-se de seus compromissos no planejamento da Fundação Antunes. De outro, não tinha interesse em coadunar com certos aspectos espinhosos da nova situação. Vasco Leitão da Cunha aceitou a decisão e fez a gentileza de consignar o convite no maço pessoal do mineiro<sup>579</sup>.

---

578 “Devo dizer que o embaixador Edmundo Barbosa da Silva, de passagem por Roma, era um dos entusiastas da compra do Palácio Doria Pamphili e me dizia que eu saberia enfrentar os trabalhos de sua restauração” (Gouthier: 2008, p. 259); De Hugo Gouthier para Barbosa da Silva. Roma, 23 de julho de 1964. APEBS. Sobre o reconhecimento da defesa dos colegas do Itamaraty, ver Gouthier: 2008, p. 305.

579 Ver nota datilografada e anexada em seu maço pessoal, em que Leitão da Cunha consignou a oferta.

A situação que talvez tenha pesado mais na justificativa de Edmundo foi a iniciativa de promover inquéritos na área comercial do órgão. Barbosa da Silva foi pressionado a liderar tais esforços. Seu nome era natural, pois era discreto e com grande conhecimento da matéria. No Rio de Janeiro, pressionado por Leitão da Cunha, conseguiu esquivar-se uma primeira vez. Em junho, quando estava em Genebra, seu nome foi requeitado novamente por Azeredo da Silveira para cuidar do “abacaxi”. Ele tinha certo menoscabo em negar a ajuda, observando como Leitão da Cunha e Silveira trabalhavam naqueles dias. Certamente não tinha “medo de careta”, já tendo em sua carreira lidado com várias situações delicadas. Previa, contudo, dissabores naturais em uma tarefa pouco ortodoxa e acabou batalhando para “escapar da ingrata missão policial-investigativa”<sup>580</sup>.

## UNCTAD

*The developed countries cannot immunize themselves completely against the events which will continue to occur in the developing countries unless the serious problem before us is solved outright.*

Raúl Prebisch

A Política Externa Independente teve seu conteúdo econômico profundamente influenciado pela convocação e preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Barbosa da Silva estava no Itamaraty no início desse movimento. Foi no contexto desse tema que tentara, sem sucesso dar alguma contribuição à PEI – foi rechaçado. Diziam,

---

580 De Barbosa da Silva para Azeredo da Silveira. Genebra. 10 de junho de 1964. AAS\COR c. Past II; De Barbosa da Silva para Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1964; De Santos Veras para Barbosa da Silva. Nova Iorque, 12 de agosto de 1964. APEBS.

pelos corredores, que “o Edmundo e o ‘seu bloquinho’ estavam superados”. Era o espírito de uma nova era<sup>581</sup>.

Um grupo de diplomatas reformistas fez um juízo pessimista sobre como o GATT afetava o desenvolvimento doméstico brasileiro. Para o grupo, mesmo se os países desenvolvidos cumprissem todos os seus dispositivos, ele continuaria inadequado para atender as demandas dos países em desenvolvimento. Segundo Jayme de Azevedo Rodrigues, o líder do grupo, “só uma organização internacional do comércio poderá proceder com sucesso à obra de reformulação de todo o sistema de trocas internacionais e de criação de uma nova divisão internacional do trabalho”. Era com base nessa conclusão que foi proposta a criação de uma Organização Internacional do Comércio e Desenvolvimento (OICD) ou, como apresentada em alguns documentos, uma “Organização Mundial do Comércio” (OMC), regida por uma carta orgânica com nove “capítulos fundamentais”<sup>582</sup>.

As conclusões do Itamaraty não foram apoiadas por Barbosa da Silva, tampouco por outros setores do governo, reunidos no Grupo Assessor do GATT, muitos deles veteranos do Departamento Econômico e que atuavam, naquele momento, em outros órgãos do governo. Lúcia Pirajá, Joaquim Ferreira Mângia, Gerardo Goes, Jayme Magrassi de Sá e Otávio Knaack de Souza, após examinarem os textos dos diplomatas, redigiram trabalho separado no qual argumentaram que os documentos transformavam o GATT “no bode expiatório” de todos os problemas do comércio internacional. Eles concordaram que a instituição não atendia à solução dos problemas definidos pelos países em desenvolvimento, mas apontaram que a resistência a reformas no GATT por parte dos

---

581 De Santos Veras para Barbosa da Silva. Nova Iorque, 12 de agosto de 1964; De Barbosa da Silva para Teixeira Valladão. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1963. APEBS.

582 Trabalhos preparatórios a I CNUCD. Arranjos institucionais e princípios gerais. Vol. 2. 1964. AHI-BSB; Entrevista coletiva do embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, Secretário Geral adjunto para assuntos econômicos. Circular n. 4.577, 31 de janeiro de 1963. G/MA mre 64.00.00/1.

países desenvolvidos constituía posição de governo e estaria presente em qualquer fórum. Esse grupo de economistas há anos participava das atividades do Arranjo e era chamado pejorativamente de “gattófilos” – em contraposição aos “gatticidas” do Itamaraty. Tal dissenso é relevante, principalmente por tratar-se de servidores que atuavam em negociações comerciais há quase uma década. Suas preocupações acabariam por não serem levadas em conta, mas foram testemunho da inexistência de consenso, no governo, sobre a via reformista proposta pelos diplomatas, antes mesmo do Golpe<sup>583</sup>.

A UNCTAD iniciou seus trabalhos em 23 de março de 1964, no Palácio das Nações, em Genebra. O Brasil chegou na cidade com uma delegação de peso. Na liderança, estava o diplomata Araújo Castro e, logo abaixo dele, Azevedo Rodrigues, Dias Carneiro e Teixeira Valladão. Castro liderava um ministério em ebulição, onde jovens diplomatas tinham mais afinidade com as reformas sociais do governo do que com os parâmetros de cautela da chancelaria. Apesar de estar em posição de liderança, o chanceler era bastante cético com relação a alguns subordinados, em especial na área econômica liderada por Azevedo Rodrigues.

Araújo Castro retornou ao Rio de Janeiro em 31 de março de 1964. Em 4 de abril, Vasco Leitão da Cunha assumiu o cargo e defrontou-se com uma numerosa delegação no exterior lidando com um tema delicado. Sua primeira providência foi ordenar o retorno de Jayme Azevedo Rodrigues, como forma de retirar da Conferência um dos elementos mais radicais associados ao governo João Goulart. Azevedo Rodrigues foi notificado para retornar ao Brasil e para não dar entrevistas à imprensa.

O diplomata, ainda em Genebra, tentou entrar em contato com Leitão da Cunha. Sem conseguir sucesso, em 7 de abril,

---

583 Farias: 2012, p. 316.

enviou-lhe telegrama. Nele, afirmou achar “acintosa provocação” as recomendações e conclamou que Leitão da Cunha “não deslustrasse, de maneira inglória, seu fim de carreira, para servir ao entreguismo e ao gorilismo nacional”. Além disso, afirmou sua intenção de “declarar à imprensa, onde e quando for possível”, que pedira “demissão dos cargos que ocupava no governo vitimado pelo golpismo” porque continuava “totalmente solidário e devotado aos objetivos da política interna e externa do presidente João Goulart”, adicionando, novamente, que não desejava “servir ao gorilismo nacional”. Leitão da Cunha determinou a abertura de um inquérito administrativo inicial que aplicou a pena de suspensão por noventa dias. A Comissão de Investigação foi mobilizada e recebeu o processo. Após rápida análise, considerou que a posição foi um ato de “rebeldia às instituições vigentes” e feriu as “boas normas de respeito às autoridades superiores”. Foi dado um prazo de seis dias para a defesa e Azevedo Rodrigues foi corajoso ao denunciar a instauração “de uma ditadura militar” e a formulação “de uma política exterior prejudicial aos interesses brasileiros”. Ele continuou: “Fiel às minhas convicções democráticas e obediente à minha consciência de homem livre, não quero servir aos governantes que dirigem e controlam a atual situação de fato existente no Brasil”. A resposta da Comissão foi que qualquer funcionário tinha “o direito de concordar ou não com uma determinada orientação política”, mas ele estaria “obrigado a cumprir os seus deveres funcionais, com dignidade e decoro, sem excessos, que denunciem posição política ostensiva, dentro da orientação política e administrativa superior”. Azevedo Rodrigues, para a Comissão, teria apresentado atitude agressiva, atingindo a “dignidade e decoro da função pública”. Ele teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado compulsoriamente pelo regime<sup>584</sup>.

584 O telegrama não está disponível na série telegráfica, mas foi reproduzido no inquérito da Comissão de Investigação. As citações são todas desse documento, disponível em Memorandos Secretos. 1961/64. Caixa 1. AHI-BSB.

Com a saída de Azevedo Rodrigues, o diplomata Octávio Augusto Dias Carneiro liderou a delegação brasileira na UNCTAD. Mas não ficou muito tempo. Quando o delegado português no encontro proferiu seu discurso inicial, ele e mais dezenas de delegados levantaram-se e saíram do plenário, em protesto contra a política colonialista do país – ele argumentou que a ação estava prevista nas instruções. O embaixador português no Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento do fato, reclamou junto ao Itamaraty e Dias Carneiro foi sumariamente destituído da posição. Em seu lugar, em 9 de abril, o diplomata Alfredo Teixeira Valladão foi chamado para o substituir.

A situação demonstrou que, logo após o golpe, o cálculo de aceitabilidade do novo regime exigia seguidas consultas para definir se as instruções haviam caducado. Ademais, como a UNCTAD permanecia nas manchetes de jornais de todo o mundo, foi natural que Vasco Leitão da Cunha fosse repetidamente questionado sobre como o Brasil se portaria no encontro. Em uma de suas primeiras declarações após ter assumido o cargo, manteve o compromisso do governo anterior de buscar “uma reformulação mais justa da [...] estrutura do comércio internacional”, o que indicava pelo menos uma falta de ruptura explícita com o passado. Isso seria confirmado alguns dias depois, quando enviou telegrama afirmando que “a letra das instruções à delegação à [UNCTAD] não muda”. Era entendimento do ministro que as posições defendidas pelo Brasil eram produto de longa e madura formulação. Ele salientou, todavia, a necessidade de “interpretar o pensamento” do novo governo, procurando sempre “evitar radicalizações exageradas” e “antagonismos preconcebidos a países, grupos de países ou entidades” – uma referência à questão portuguesa, ocorrida no início do mês<sup>585</sup>.

---

585 *Apud* Farias: 2012, p. 335-41.

Foi essa necessidade de interpretar as instruções diante da realidade do novo governo que levou o ministro a convocar Barbosa da Silva para chefiar a delegação do país em Genebra – o quinto líder em menos de dois meses. Edmundo não ignorava completamente as discussões. No início de março, ele recebeu parte do material preparatório de seus antigos colegas para comentar – algo que declinou fazer naquele momento. Ao ser chamado pelo novo ministro a liderar as negociações, requisitou a redação de sucinto documento focando somente no tema institucional, de criação de uma Organização Internacional de Comércio e Desenvolvimento. Um dos responsáveis pela tarefa foi o diplomata Antonio Patriota. Antes de ser diplomata de carreira, Patriota fez parte do núcleo de economistas da área econômica do Itamaraty. Na véspera da partida de Barbosa da Silva, ele entregou um trabalho de revisão. Nele, a criação da Organização foi julgada uma iniciativa correta e meritória, mas do ponto de vista tático, estava claro ser impossível a sua aprovação. Defendeu-se, assim, a criação de uma conferência bienal com alguns órgãos de uma Secretaria-Geral e de um Conselho de Comércio e Desenvolvimento. Essa via já era prevista nas instruções iniciais e seria, naquele momento, a alternativa possível, pois era “inútil a insistência na linha ideal que seria a criação da nova agência [...]”. Enquanto Barbosa da Silva era pessimista e desejava transferir para o GATT a batalha institucional, Patriota acabou o convencendo de que ainda havia a possibilidade de viabilização dessa alternativa intermediária na Conferência<sup>586</sup>.

Em 9 de maio, Edmundo chegou em Genebra e, dois dias depois, assumiu oficialmente a chefia da delegação. Além das instruções iniciais, contou com nove telegramas de “precisões”.

---

586 De Barbosa da Silva para Seixas Corrêa. Rio de Janeiro, 6 de março de 1964. APEBS; De Antonio Patriota para Jorge A. de Seixas Corrêa. Partida do chefe da delegação à CNUCD. Balanço da posição brasileira. 7 de maio de 1964. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

A sua posição era delicada. Muitos delegados da Cortina de Ferro, talvez ignorando a amplitude das mudanças no Brasil, convidaram-no oficialmente para visitar seus países após o fim da Conferência. Havia precedente. Em 1960, ele aproveitou sua ida a Genebra para ir à Praga e à Belgrado azeitar o relacionamento comercial com o Leste Europeu. Em 1964, contudo, julgou inoportuno não realizar novamente tais viagens. Polidamente, recusou os convites. Não bastasse isso, com o golpe militar, a Secretaria de Estado reduziu drasticamente o número de delegados brasileiros no encontro, inviabilizando uma presença adequada do país. Ele pediu para o Itamaraty e o Ministério da Fazenda o envio de técnicos do Grupo do GATT para reforçar a delegação brasileira no fim da Conferência – eles declinaram<sup>587</sup>.

Sabendo das dificuldades na Secretaria de Estado, incomodou o mínimo possível seus colegas com pedidos de instruções e mergulhou na rotina do encontro. Como era de seu feitio, fez questão de delegar aos seus subordinados mais capazes grande responsabilidade na Conferência. Um destes foi o diplomata Marcílio Marques Moreira. Filho de um de seus primeiros chefes na área econômica do Itamaraty, Mário Moreira da Silva, fora o primeiro de sua turma no Instituto Rio Branco e brilhante colaborador na época em que atuaram na negociação de vários acordos bilaterais de pagamentos. Na UNCTAD, em uma reunião na fase final da negociação, Barbosa da Silva deixou-o à vontade para defender a posição do país<sup>588</sup>.

O tópico central da última fase do evento continuou sendo a questão institucional. No início de abril, Dias Carneiro afirmou, em discurso, que o sucesso nessa instância ditaria os rumos e os

---

587 De Barbosa da Silva para Leitão da Cunha. CNUCD. Relatório da delegação do Brasil. Confidencial. Genebra, 23 de junho de 1964. APEBS; De Jorge A. de Seixas Correa para Castelo Branco. Delegação à CNUCD. 21 de maio de 1964. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB.

588 De Barbosa da Silva para Azeredo da Silveira. Genebra. 10 de junho de 1964. AAS\COR c. Past II; Entrevista Marcílio Marques Moreira. Rio de Janeiro. 6 de dezembro de 2011.

prospectos da Conferência. Havia alguns aspectos que Edmundo considerou exagerados, como a afirmação de que o GATT era a “manifestação da vontade política de seus membros mais ricos e poderosos” e que esforços de reforma dessa instituição seriam inviáveis por ser “uma velha estrutura que se provou difícil de manejar”. Naturalmente, na fase final, seguindo as instruções do Rio de Janeiro, mudou os contornos dessa posição. Estava disposto a abraçar o reformismo, mas isso deveria servir para criar um ambiente condizente com a modificação da estrutura do GATT – e não a sua extinção<sup>589</sup>.

Depois de cansativas reuniões, ainda tinha de socializar com outros chefes de delegações, revisar a atuação de outros delegados em comitês estratégicos e cuidar da comunicação com o Rio de Janeiro. Esgotado, em meados de junho, esforçou-se para enviar uma carta a seu colega, Azeredo da Silveira. A primeira carta, rasgou-a, após perceber que a fadiga a tornara ilegível. A segunda iniciou com o relato da felicidade de estar, finalmente, na reta final das negociações. Havia ainda detalhes, mas, em sua opinião, seriam superados. Edmundo notou que as grandes potências comerciais sentiram a força dos países em desenvolvimento. Os representantes destes países haviam trabalhado muito e não podia mais o primeiro grupo “desconversar”; teriam que “preparar-se para o diálogo em mesa rasa”<sup>590</sup>.

Após a conclusão da UNCTAD, Barbosa da Silva estava feliz de ter saído ileso da incansável “tourada”. Sua responsabilidade, então, era redigir o relatório final da delegação brasileira. Ele data de 23 de junho e foi dividido em dois volumes. Edmundo afirma que, quando assumiu, recebeu a orientação de manter a posição brasileira das instruções originais, com as “precisões” constantes

---

589 Ver sublinhados de Barbosa da Silva em Statement by Dias Carneiro, 9 de abril de 1964. APEBS.

590 De Barbosa da Silva para Azeredo da Silveira. Genebra. 10 de junho de 1964. AAS COR c. Pasta IL.

dos telegramas enviados da Secretaria de Estado. Ele não abordou as destituições de seus antecessores, mas elogiou os esforços empreendidos por eles. Na opinião de Barbosa da Silva, o evento ensejou “talvez um dos mais longos e demorados esforços de preparação empreendidos pela chancelaria brasileira”. Com cautela, defendeu que a posição do país se estruturava não por um grupo específico de diplomatas radicais, mas pela reflexão sedimentada na experiência:

*Essa formulação política não constitui tarefa simples, tratada de uma só vez e por apenas algumas poucas pessoas. Ao contrário, deve ser vista como fruto de evolução lenta nestes quinze anos, durante os quais numerosas contribuições foram recebidas de pessoas e entidades de diferentes setores governamentais e privados representativos da vida nacional, encerrando, assim, significativo balanço da opinião pública e política do nosso país<sup>591</sup>.*

Em 7 de julho de 1964, Edmundo seguiu para Brasília para entregar o relatório final. Não sabia, naquele momento, mas esta seria a última vez que atuaria na diplomacia comercial. Uma era encerrava-se.

## Reatando nós

*Não devemos buscar fora de nós a explicação para nossas dificuldades, culpando a outrem por fatos que são sempre consequência de nossa omissão ou inação.*

Edmundo Barbosa da Silva

---

<sup>591</sup> De Barbosa da Silva para Alfredo Valladão. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1964; De Barbosa da Silva para Leitão da Cunha. CNUCD. Relatório da delegação do Brasil. Confidencial. Genebra, 23 de junho de 1964. APEBS.

Ao retornar ao Brasil de Genebra, tendo trânsito com a área econômica do governo, Edmundo acompanhou os esforços para reformar o marco regulatório doméstico de maneira a atrair capital estrangeiro. Essa era uma tarefa muito difícil por depender de fatores exógenos ao país. Em particular, estava sujeita ao estoque de capital disponível nas grandes praças (como Nova Iorque e Londres) e à concorrência crescente de outros países para tomar esses recursos. Nesse contexto, era necessário apresentar uma imagem de responsabilidade, prudência e moderação, especialmente na política fiscal e no controle da inflação. Isso era difícil. Durante a primeira metade do século XX, as autoridades fazendárias brasileiras repetiam a retórica da responsabilidade e da frugalidade, para serem posteriormente surpreendidas – ou cúmplices – de calotes e atitudes perdulárias. Mesmo ao longo dos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart, abraçou-se a oratória da ortodoxia enquanto descabros eram cometidos – em especial, a desapropriação de bens sem a negociação prévia de ressarcimento. Diante dessa situação, o país enfrentava dificuldades para sinalizar a potenciais investidores estrangeiros a credibilidade de suas reformas e a garantia de que não seriam expropriados.

A questão de como elevar a credibilidade na sinalização da qualidade das instituições domésticas era uma preocupação geral de tecnocratas e investidores na época. Uma das formas de lidar com essa situação seria a celebração de tratados bilaterais de proteção a investimentos. As provisões desses instrumentos evoluíram paralelamente à ação estatal. No século XIX, por exemplo, em um tratado entre a Sérvia e os Estados Unidos, previu-se a proteção cambial e o tratamento nacional aduaneiro na transferência de recursos para o exterior decorrente da venda de propriedade. Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se nova era desses tratados, com dispositivos bem mais rígidos. Esse processo foi acelerado como contraponto à nacionalização do petróleo britânico no Irã,

em 1951, do Canal de Suez pelo Egito, em 1956, e das propriedades de estrangeiros em Cuba em 1960. O governo americano celebrou, em duas décadas, mais de vinte instrumentos. Os europeus não ficaram atrás. Entre 1962 e 1972, por exemplo, a Alemanha Ocidental celebrou quarenta e seis acordos, e a Suíça, vinte e sete<sup>592</sup>.

Diante desse quadro, o presidente Humberto Castelo Branco e o ministro Vasco Leitão da Cunha determinaram, em julho de 1964, que Barbosa da Silva lideraria uma delegação para negociar um acordo de garantia de investimentos privados com os Estados Unidos. Era algo delicado diante da posição mais fraca do governo brasileiro na relação e da redação padronizada que tinham os acordos da qual pouco se podia afastar. Edmundo foi o responsável pela posição brasileira e concluiu a negociação em fevereiro de 1965, após muitos esforços, principalmente no desarme de críticas futuras sobre o instrumento. Uma delas foi a garantia de que não seriam objeto de solução arbitral “os assuntos que permaneçam exclusivamente dentro da jurisdição interna de um Estado Soberano”. Mesmo assim, como era de se esperar, recaiu sobre sua reputação uma chuva de críticas, muitas das quais proferidas por pessoas que não tinham nem se dado ao trabalho de ler o acordo. Sentiu-se, naquele contexto, no dever de refutá-las publicamente. Ele afirmou que o tratado seria implementado somente após a análise do Congresso, não tinha cláusulas secretas, não criava privilégios, tampouco se chocava com a legislação nacional. Era, na verdade, um instrumento para atrair capital estrangeiro. Cansado, após anos de abusivas críticas, foi categórico:

*Se aqueles que já criticaram o acordo quisessem dar uma contribuição ao país [...] teriam lido o documento com a atenção que merece, a ele se teriam referido de forma mais específica. Mas, não. Ficaram nas frases vazias e*

---

592 Vandevelde: 1988, p. 206-8.

*demagógicas de sempre. É evidente, então, que as críticas já feitas só podem ser entendidas como revelando as frustrações dos que tiravam vantagens políticas da desorganização do passado e que, agora, já sentem os primeiros sinais de êxito do programa econômico-financeiro do governo*<sup>593</sup>.

Além de ter negociado o instrumento, Barbosa da Silva foi destacado por Leitão da Cunha para acompanhar e defender a iniciativa no parlamento. Tinha uma árdua luta pela frente. O deputado Roberto Saturnino, em exposição bem fundamentada, votou pela rejeição da matéria, citando economistas como Gunnar Myrdal, Paul Baran, W. W. Rostow. Foi apoiado por vários deputados, como Tancredo Neves e Mário Covas. O deputado Zaíbe Nunes afirmou ser o acordo “lesivo aos interesses econômicos do país”, ferir a “soberania nacional”, ser “confissão implícita [...] da [in]capacidade das suas instituições” e delegar poderes a instâncias de “honorabilidade duvidosa”. Afonso Arinos reconheceu os esforços de Barbosa da Silva e defendeu-o publicamente, afirmando que tinha “o alto conceito” do “experiente e ilustre diplomata”, o qual havia contado como um de seus melhores colaboradores durante sua gestão no Itamaraty. Era, no entanto, uma batalha inglória. O próprio político mineiro, diante da confusão reinante, entendeu serem necessários alguns ajustes no texto do acordo negociado<sup>594</sup>.

Edmundo achava o acordo um passo importante para o crescimento econômico brasileiro. Ele, no entanto, não tinha mais paciência para a verborragia populista, principalmente com a ala nacionalista egressa do Partido Trabalhista Brasileiro. Com fina

---

593 Crítica ao Acordo de Garantias é má fé, diz embaixador. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1965.

594 *Diário do Congresso Nacional*, 19 de junho de 1965, p. 4693; 9 de junho de 1965, p. 4166; Arinos apoia Acordo sobre as garantias. *Jornal do Brasil*, 1 de maio de 1965; Relato do acordo com os EUA. *Folha de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1965. Pareceres das comissões estão disponíveis, *Diário do Congresso Nacional*, 12 de junho de 1965, p. 4341-62. Um resumo de toda a questão está na *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 9, n. 35-6, 1966.

ironia, relatou para um amigo como, por princípio, esse partido se opunha ao capital estrangeiro, no que era acompanhado por outras pessoas de boa fé que, “sem entender certas normas da conduta de Estado civilizado, acreditam que não se deve discutir qualquer possibilidade de proteção de interesses nacionais de outros países em matéria patrimonial”<sup>595</sup>.

O ritmo constante de trabalho de Barbosa da Silva foi interrompido por uma tragédia pessoal. Sua esposa e seu filho sofreram grave acidente de carro no retorno da Fazenda da Pedra. Lygia faleceu e Raphael ficou gravemente ferido. A notícia abalou vários amigos, inclusive o ministro Vasco Leitão da Cunha, que, mesmo em viagem no exterior, não olvidou de demonstrar seu profundo choque. Toda a situação tornou Edmundo ainda mais avesso a abraçar novas responsabilidades. E essas pipocavam. Foi convidado, em outubro de 1965, a chefiar a embaixada em Washington, mas recusou, dando a justificativa de que tinha “grandes interesses em ficar no Brasil, por questões pessoais”. Depois, seu nome foi lembrado para suceder a Leitão da Cunha – cargo usado posteriormente para acomodar o político Juracy Magalhães. A forma como aparecia na bolsa de apostas das fofocas dos corredores do poder, mesmo com seu desinteresse, levou-o a afirmar que ainda o deixariam mal com o papa Paulo VI, com a notícia de que lhe ocuparia o lugar<sup>596</sup>.

A despeito das dificuldades, Barbosa da Silva aquiesceu ao governo para atuar em atividades pontuais que exigiam sua experiência negociadora. A mais importante, naquela época, foi o caso Mannesmann. A companhia fora criada em Düsseldorf, Alemanha, no final do século XIX, atuando predominantemente

---

595 De Barbosa da Silva para Ouro Preto. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1965. APEBS.

596 De Vasco Leitão da Cunha para Barbosa da Silva. Falecimento Embaixatriz Barbosa da Silva. 30 de março de 1965; De Edmundo para Luiz Augusto Barbosa da Silva. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1966. APEBS; Substituto. *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1965. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB; O bem lembrado. *Jornal do Brasil*, 30 de novembro de 1965.

no setor de siderurgia, tendo lugar especial na história do Brasil. No início da década de 1950, atraída pelos recursos energéticos e minerais de Minas Gerais, então governado por JK, decidiu construir uma usina perto de Belo Horizonte.

Até meados da década de 1960, a empresa fora orgulho nacional. Representou o impulso da industrialização do país sob a liderança da tecnocracia nacional aliada ao capital estrangeiro. A lua de mel, contudo, foi rompida por um caso rocambolesco. A empresa lançara títulos no mercado paralelo, uma operação de capitalização bastante comum. Eram papéis procurados por poupadores que desejavam se proteger da inflação. No total, mais de oito mil tomadores de promissórias foram surpreendidos com a notícia de que a empresa não honraria os seus pagamentos. foi um dos maiores escândalos financeiros da época. Os credores defendiam que as promissórias recusadas pela nova diretoria da companhia foram emitidas em condições legais. Já a empresa apontava que a emissão tinha, entre vários vícios, a falsificação da assinatura de um dos diretores.

O caso teve repercussões. Primeiro, demonstrou as fragilidades do mercado financeiro brasileiro. Isso elevava a insegurança jurídica e, conseqüentemente, os custos para levantamento de recursos por empresas junto ao público, prejudicando o desenvolvimento econômico do país. Segundo, os credores, muitos deles poderosos na política e na economia, começaram a se organizar e a demandar a falência da empresa, a sua desapropriação ou até a intervenção direta do governo. Terceiro, toda a situação insuflava o espírito nacionalista e servia para confirmar as teses de que as empresas multinacionais atuavam de forma a espoliar os brasileiros. Quarto, havia grande risco de se criar um contencioso diplomático com os alemães.

Em decorrência de todas essas pressões, o presidente Humberto Castelo Branco decidiu agir. Foi criada, no Ministério da Justiça, em julho de 1965, a Comissão Federal de Investigação. Ela foi presidida pelo general Airton Salgueiro de Freitas e teve como uma de suas primeiras tarefas o cadastramento de todos os títulos emitidos. Depois, consolidou-se o valor total devido pela empresa. Todos esses procedimentos foram seguidos de perto pelo ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões. Foi provavelmente por recomendação dele que o governo enviou Barbosa da Silva, em fevereiro de 1966, para a Alemanha, em uma missão que imaginava ocupar no máximo três semanas – mas que se estendeu por mais de dois meses.

O seu centro de operações foi a embaixada do Brasil em Bonn, a menos de uma hora da sede da empresa. O posto era liderado pelo seu amigo Carlos Sylvestre de Ouro Preto. Lá, eles trabalhavam muitos dias até a madrugada, sem guardar domingos e feriados, para estudar a questão e negociar uma fórmula de compromisso com os alemães.

Havia um descompasso entre os executivos da empresa, em Dusseldorf, o general Salgueiro de Freitas, no Rio de Janeiro, e Barbosa da Silva, em Bonn. A direção da empresa acreditava que sua subsidiária não deveria fazer qualquer oferta de pagamento. Assessorada, no Brasil, pelo grande jurista Pontes de Miranda, identificou que uma das assinaturas fora falsificada e isso a eximia de qualquer compromisso. A empresa conseguiu uma vitória, em março, após o judiciário indeferir um pedido de falência. Isso só fez elevar a pressão sobre o processo político. Do outro lado da questão, estavam os militares nacionalistas. Eles abraçaram a causa dos portadores dos títulos e criticavam Barbosa da Silva, pois entendiam que o mandato do diplomata era dar conhecimento à diretoria da decisão do governo brasileiro de exigir da siderúrgica o pagamento integral. Enquanto os credores faziam passeatas e

protestos, defendendo a simples desapropriação da siderúrgica, transformando as promissórias em ações, o general Salgueiro de Freitas visitou o Comando Militar da região para sinalizar que as Forças Armadas estavam prontas para agir.

Edmundo era pressionado por essas duas forças, tentando buscar uma solução que atendesse aos interesses mínimos de todas as partes. O que ele e outros diplomatas desejavam era dar uma solução ao problema. Sabiam ser inexistente a resultante ideal aos interesses dos credores desfalcados. A busca de tal objetivo, ao protelar o contencioso, repercutia de forma negativa no clima de investimentos do Brasil, o que, no longo prazo, teria um impacto bem mais negativo do que as perdas geradas pela empresa, inclusive para os credores. Muitos diretores da empresa, na Alemanha, por sua vez, viram a presença de Edmundo, um diplomata brasileiro, como um ultimato do governo. A tendência dominante, no entanto, era protelar ao máximo e não fazer nenhum compromisso. Barbosa da Silva, contudo, foi hábil ao demonstrar que a questão transcendia uma querela privada, tendo repercussões graves não só nas atividades da empresa no Brasil como no relacionamento bilateral. Ele, ademais, sinalizou que uma situação inadequada poderia ocasionar “até a uma intervenção que, por convicção, ao governo repugnaria determinar” – a desapropriação<sup>597</sup>.

A empresa, nesse contexto, começou a movimentar-se. A primeira proposta foi que os pagamentos seriam feitos em bases flexíveis e nunca superiores a 70% do valor do título; segundo, ela receberia do governo anistia fiscal; o pagamento seria feito por intermédio de empréstimo no mercado brasileiro; o governo reconheceria que a empresa não tinha nenhuma responsabilidade no caso e que o pagamento de parte dos títulos decorria somente da liberalidade dos diretores da empresa. Barbosa da Silva

---

597 De Barbosa da Silva para Delfim Neto. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1969. APEBS.

encaminhou a proposta para o Brasil e ela foi rejeitada pelo Ministério da Fazenda. Israel Pinheiro, então governador de Minas Gerais, sugeriu ao presidente Castelo Branco que três bancos estatais realizassem o ressarcimento e ficassem, em troca, com o controle acionário da empresa. A pressão aumentava.

A companhia reagiu com mais uma proposta: o pagamento de até 20 promissórias, a 50% do valor nominal e mais 20% em debêntures, com um cálculo diferenciado para os que detinham mais do que esse montante. Após avaliar a situação, Barbosa da Silva apoiou a proposta, até a justiça avaliar a questão, haveria uma batalha longa e custosa que só penalizaria os credores, que afinal ainda corriam o risco de não receberem um tostão. O Ministério da Fazenda e o Itamaraty tinham opinião semelhante<sup>598</sup>.

Edmundo retornou ao Brasil em 15 de abril de 1966, afirmando a todos que o assunto estava encerrado. Foi excessivamente otimista. Inúmeros parlamentares, credores e militares insurgiram-se contra a proposta. Edmundo, diante do fogo cruzado de interesses, ganhou a ira de todos. Um deputado classificou a proposta como “fruto mais do que de uma incompetência ou incapacidade, uma falta de patriotismo”. O mais grave foi a atuação dos militares, entre eles o general Costa e Silva, que assumiria em breve a Presidência da República. Esse grupo iniciou uma “investigação” no âmbito do Serviço Nacional de Informações. Edmundo foi acusado de não ficar em Bonn e Dusseldorf, de não ter feito contatos preliminares com as autoridades envolvidas com o caso no Brasil e de ter se aliado com o embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto, que, para eles, mantinha uma posição excessivamente próxima da Mannesmann. Para completar, um mês depois, inquirido na Comissão Parlamentar de Inquérito, Octávio Gouvêa de Bulhões desautorizou publicamente os termos negociados por Barbosa

---

598 Mannesmann quer pagar menos em bônus; Itamaraty concorda. *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1966.

da Silva. Tal ato foi lamentável, pois foi o próprio ministro que apoiou a missão, deu-lhe instruções e acompanhou todos os passos das conversas conduzidas na Alemanha. A proposta, a despeito das críticas, era adequada, apesar de não ter sido o ponto final do conflito. Até o fim da década, o caso continuaria a assombrar o diplomata<sup>599</sup>.

---

599 Câmara quer ver caso Mannesmann. *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1966; Justiça: Manesmann vai pagar. *Correio da Manhã*, 24 de março de 1966; Bulhões nega acordo com a Mannesmann. *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1966; Credores propõem à Mannesmann nova forma de resgate. *Correio da Manhã*, 6 de maio de 1966; De Barbosa da Silva para Delfim Neto. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1969. APEBS.



*Edmundo Barbosa da Silva e Sérgio Corrêa da Costa no funeral de Raul Fernandes (1967).  
ABL.*



## CAPÍTULO 14

### EMPRESÁRIO E FILANTROPO

#### Uma batalha impossível

*Os fatos são importunos, entram-nos pelos olhos como  
argueiros e neles se grudam às vezes como terçóis.*

Gilberto Amado

O estadista e dramaturgo romano Sêneca afirmou que o auge de uma grande mente está em saber parar no momento adequado e buscar a paz para si próprio. Barbosa da Silva sabia que sua ascensão na carreira diplomática fora rápida, o que lhe granjeou muitos ciúmes. A decisão de recusar o convite que Vasco Leitão da Cunha lhe fizera para ser secretário-geral do Itamaraty, logo após o golpe militar, por incrível que possa parecer, só piorou sua situação. Até seus amigos não compreenderam como recusou tal posição “em momento crítico da situação nacional”. A verdade é

que julgava estar na hora de diminuir suas responsabilidades. Pretendia atuar em tarefas extraordinárias, mas sem levar a vida de dedicação completa ao trabalho, como havia feito por mais e duas décadas<sup>600</sup>.

Seu plano, no entanto, não foi aceito por Leitão da Cunha. Seu mentor, sem esquecer a recusa para ocupar o cargo de secretário-geral, não gostou da incompatibilidade de interesses que a proposta ocasionaria. Ele indicou que Barbosa da Silva deveria ou pedir uma licença sem vencimentos, ou dedicar-se de corpo inteiro à diplomacia – não havia meio-termo. Após muito meditar, em 27 de outubro de 1964, Edmundo encaminhou o pedido de licença. Apesar da grande admiração que tinha por seu mentor, sentiu-se magoado. Confidenciou a Corrêa do Lago que não estava “de acordo com os escrúpulos” do chefe, pois trabalhara vinte anos no ministério sem ser removido, “em regime de dez horas por dia” e “acreditava que não estaria fora de propósito considerar-se que havia dado 40 anos de trabalho à República”<sup>601</sup>.

O que mais o entristeceu certamente foi o fato de a decisão ter sido seletiva. Muitos colegas que não tiveram o mesmo nível de compromisso com a carreira permaneceram na ativa, alguns compatibilizando responsabilidades na imprensa, no setor privado, na literatura, na música ou em *hobbies*. Edmundo foi um dos poucos a ser obrigado, naquele momento, a licenciar-se. Contudo, mesmo desligado, atuou nas relevantes atividades que o ministro lhe incumbiu, como a negociação dos tratados de investimento com os Estados Unidos e a Alemanha, a intermediação no conflito com a Mannesmann, o caso da Companhia Port-of-Pará e até encontros internacionais mais tradicionais, como a II Conferência

---

600 De Leão Moura para Barbosa da Silva. 17 de dezembro de 1964. APEBS.

601 Nota de Vasco Leitão da Cunha. 31 de outubro de 1964. Ela é uma resposta ao Memorando de 30 de outubro de 1964 encaminhado por Roberto Barthel Rosa, chefe substituto do Departamento de Administração. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB; De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1965. APEBS.

Interamericana Extraordinária. Passou vários meses em missão no exterior e, no Rio de Janeiro, atuou frequentemente no Itamaraty, continuando a trabalhar com amigos como Azeredo da Silveira e Antônio Castelo Branco. Ninguém reclamou, nesse momento, quando estava já licenciado, de que não deu o máximo de si. Provou, com o seu trabalho e sua dedicação, ter sido equivocada a tese de que não conseguiria arcar com o peso das responsabilidades<sup>602</sup>.

Tanto as negociações do acordo de proteção de investimento como as conversas com a Mannesmann foram missões para as quais Barbosa da Silva tinha sido instado pelo governo a liderar. Estava oficialmente licenciado do cargo e, portanto, não ganhou nada. Só dissabores. Nos anos seguintes, continuou a ser cogitado para missões diplomáticas. Em 1968, por exemplo, o mineiro José de Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais e ministro das Relações Exteriores, apresentou seu nome ao lado do de Antonio Corrêa do Lago e de João Baptista Pinheiro para ocupar a embaixada em Buenos Aires. Se Barbosa da Silva já havia recusado convites antes, não seria agora que aceitaria.

Estava encerrada a vida diplomática de Barbosa da Silva. Tinha, então, quase cinquenta anos e grande respeito dos seus amigos que atuavam no governo. Adquirira, contudo, ojeriza ao poço de vaidades, às guerras de egos, à falta de compromisso com o bem público e, acima de tudo, à ignorância de muitos políticos, militares e tecnocratas. Aspecto importante dessa nova fase foi um novo enlace matrimonial, casando-se com Maria Custódia de Queirós Mattoso (Tita). Ela descendia dos grandes próceres do Império. O mais importante fora Eusébio de Queirós; mas a família tinha laços, por exemplo, com a família do barão de Tietê, inclusive com o conselheiro Rodrigo da Silva, o signatário da Lei Áurea como ministro da Agricultura, tendo ocupado, ao mesmo tempo, a pasta

---

602 De Barbosa da Silva para Leão de Moura. Rio de Janeiro, 26 de março de 1965. APEBS.

dos Estrangeiros. Maria Custódia, chamada por todos de Tita, formou-se no prestigiado Colégio Sion, sob a rígida disciplina de uma escola de freiras. Contou com uma sólida educação – postura, etiqueta, cultura geral e línguas. O casamento foi realizado na Igreja do Carmo, em 12 de outubro de 1966, um dos mais requintados do ano. Os filhos sucederam-se: Ana Helena, em 1969, Edmundo, em 1971, e Isabel, em 1977.

A nova vida familiar, o tempo devotado à Fazenda da Pedra, os contatos com o setor privado e uma maior reflexão sobre seus anos de atividade pública levaram a ajustes em seu pensamento sobre desenvolvimento econômico e o papel do Estado em sua aceleração. Isso pode ser observado nas suas atividades junto à Fundação Antunes e à comunidade de agricultores do norte fluminense.

Edmundo, apesar de ter sido um dos maiores defensores da política de modernização por intermédio de uma elite estatal esclarecida, adotou progressivamente a tese que o setor privado tinha papel central na resolução de seus próprios problemas. Em 1967, ele deixou uma longa apresentação sobre seu pensamento no tópico:

*No mundo em que vivemos é evidente que, mesmo dentro do mais puro regime democrático, já não se pode traçar nos dias atuais uma linha de fronteira precisa e nítida entre as responsabilidades do Poder Público e as da iniciativa individual. Umas e outras se permeiam, se entrelaçam, e se conjugam de tal sorte que hoje, mais do que nunca, temos de considerá-los não como parcelas de uma soma, mas como fatores de uma soma<sup>603</sup>.*

Para Barbosa da Silva, de nada adiantava a boa intenção de governos e organismos internacionais para desenvolver os

---

603 Edmundo Barbosa da Silva. Uma experiência em marcha no norte fluminense. *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1967.

grotões mais pobres da humanidade. Existia grave assimetria de informações a impedir uma eficiente transmissão de recursos. Ele acreditava no sucesso de um esforço de modernização, mas só com a

*mobilização ativa da comunidade que dela se vai beneficiar que se pode conseguir o empenho de todas as forças atuantes dessa comunidade na concepção e na execução do programa. Este empenho é indispensável, pois sem ele não haverá a aceitação dos sacrifícios e disciplinas que o processo requer*<sup>604</sup>.

Ele não era filosoficamente avesso ao Estado. Muito pelo contrário. Após anos militando no serviço público, sabia definir quais eram suas forças e fragilidades. Ele deixou registrada tal diferenciação:

*O governo tem hoje instrumentos para análise e acompanhamento de projetos que permitem ação fiscalizadora adequada. Sabe-se que o governo é melhor fiscal do que executor [sic]. Portanto, que se devolva ao setor privado a gestão dos empreendimentos, guardando o governo o seu poder de fiscalização, segundo normas preestabelecidas*<sup>605</sup>.

Esses pronunciamentos indicam, primeiramente, interpretação diferenciada da interação entre a sociedade civil e o Estado. Sua objeção não era o conteúdo de um plano nacional de desenvolvimento econômico formulado pela tecnocracia em si ou a sua inadequação na execução, mas a própria concepção de um plano global e hierárquico como fórmula de transformação da sociedade brasileira. O diplomata licenciado, dessa forma, abraçou um arcabouço teórico que, em alguns aspectos, se assemelha ao modelo *bottom up*, da forma que é defendido, atualmente, pelo

---

604 *Ibid.*

605 Desestatização, uma forma de capitalizar. *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1977.

economista William Easterly. A influência desse modelo pode ser observada em três problemas que Barbosa da Silva observava naquele Brasil da segunda metade da década de 1960: a crise na agricultura, o aumento da taxa de natalidade e a rápida elevação populacional nas grandes cidades. Os três eram inter-relacionados, mas as recomendações e sua própria ação eram distintas das de muitos contemporâneos<sup>606</sup>.

Edmundo tinha contato cotidiano com a agricultura do norte do estado do Rio de Janeiro, especialmente no cultivo de cana de açúcar. Desde a década de 1930, o governo federal lidou com a crise do setor por intermédio de intervenções centralizadoras e autárquicas. Na década de 1960, Campos retirava 80% de suas receitas tributárias de suas usinas de açúcar. A concentração, principalmente em momentos de crise, era nefasta para o tecido social e as várias décadas de intervenção estatal só aprofundaram o problema. Desde o início de suas atividades junto à Fundação Antunes, o diplomata acreditava que a região não poderia ser revigorada tendo o açúcar como carro-chefe da estratégia de reestruturação, como desejava o governo. Ele recomendava uma concentração da cultura canavieira nas áreas com rendimentos mais elevados e, para as áreas marginais, uma diversificação voltada para a produção de alimentos. Essa via regularia a expansão da oferta de açúcar sem a excessiva burocracia do governo, elevaria a oferta de alimentos para os grandes centros urbanos (ajudando no controle da inflação) e aumentaria a retenção populacional no campo.

Mais inovador que os fins seriam os meios para alcançar esses objetivos. Barbosa da Silva defendeu o ativismo do setor privado, apontando, contudo, três obstáculos: a carência de conhecimento de sua própria realidade, a limitação na articulação de demandas e a dificuldade de financiamento. No primeiro ponto,

---

606 Easterly, W.: 2001; Easterly, W. R.: 2001.

geralmente, o setor privado apresentava pedidos aparentemente válidos, mas deficientes de formulação. Ele criticou essa situação. Em sua opinião, o setor privado deveria dispor de técnicos para identificar seus problemas, dissipando “pretensões ingênuas”. A questão da organização estava também no foco de sua atenção. Os produtores de cana do norte fluminense tinham uma tradição de construção de laços sociais que vinha desde o século XIX. A decadência das grandes fazendas, principalmente com suas vendas e parcelamentos por parte de herdeiros, diminuiu esse capital social. Muitos fazendeiros passavam a maior parte do tempo no Rio de Janeiro e os usineiros articulavam-se predominantemente para lidar, de forma defensiva e corporativa, com a complexa intervenção estatal no setor. Foi por isso que, desde 1963, por intermédio da Fundação Antunes, Barbosa da Silva batalhou para criar uma instância que congregasse o empreendedorismo regional como vetor de desenvolvimento econômico. O objetivo era que essa nova organização fizesse diagnósticos, elaborasse projetos e abrisse as portas de financiamentos internos e externos para atividades agropecuárias e industriais. Isso foi alcançado em janeiro de 1970, com a criação da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor).

Mesmo antes de 1970, Barbosa da Silva atuou com lideranças locais para prospectar o potencial econômico da região, de forma que fossem capitalizados por fontes de financiamento externas. Edmundo atuava nessa iniciativa, usando o espírito (e os recursos) da Aliança para o Progresso. O primeiro passo foi articular missões do BID e do governo americano. O segundo foi criar um grupo de agrônomos e economistas para redigir planos de desenvolvimento e diversificação. Em 1966, após passar por Washington, Barbosa da Silva conseguiu uma linha de crédito de 300 mil dólares para um programa de recuperação da economia canavieira fluminense, focando principalmente na modernização de técnicas para

o aumento da produtividade e o apoio para uma unidade de processamento de leite. Trabalhando na Fundação Antunes, ele fez a ponte entre Campos e financiadores externos – um papel não tão diferente do que desempenhou por mais de duas décadas na diplomacia<sup>607</sup>.

Outro problema, no centro das suas preocupações, foi o tema populacional. No início da década de 1940, o aumento populacional mundial era de 40 milhões de pessoas por ano. Vinte anos depois, esse número quase dobrou. Observando o caso do Brasil, a situação era crítica. Em 1940, a população era pouco maior que 41 milhões; em 1970, ela alcançou 93 milhões. A tendência, se persistisse, seria explosiva. Como reflexo desse temor global, em 1968 foi publicado o livro *The population bomb*, pelos professores de Stanford Paul R. Ehrlich e Anne Ehrlich. Extrapolando o crescimento populacional das décadas anteriores, os dois biólogos previam que centenas de milhões de pessoas morreriam de fome nos anos 1970. A obra alimentou o medo sobre o futuro da humanidade. No caso brasileiro, tal ambiente indicava uma explosão da migração das áreas rurais para os centros urbanos.

Foi por essa razão que, em 1966, Barbosa da Silva foi ativo participante na criação da organização não-governamental Ação Comunitária. Criada no Rio de Janeiro e voltada principalmente para as crescentes comunidades que viviam em favelas, tinha como proposta empoderar a própria população carente a identificar suas necessidades e a traçar suas próprias metas e destinos e não lhes inculcar roteiros de vida pré-determinados. Edmundo ocupou posição central no trabalho de planejamento e coordenação da nova instituição. Seu primeiro desafio foi, antes de atuar segundo ideias pré-concebidas, estudar a realidade. Foi por isso que apoiou a criação do Programa de Pesquisa e Treinamento. Com isso, buscou

---

607 North of Rio, city finds sugar can be bittersweet. *The New York Times*, 28 January 1966.

criar práticas “de melhor padrão para a ação social”, em especial na “compreensão mais profunda das causas [...] das migrações que resultam no afavelamento do Rio”. A expectativa era que tal esforço de pesquisa e de criação de conhecimento pudesse, eventualmente, influenciar as políticas públicas dos três níveis federativos<sup>608</sup>.

O segundo desafio foi a formação de pessoal especializado, pois, no Brasil, a política social era conduzida de forma muito paternalista e sem levar em consideração a literatura técnica e a experiência de outros países. Havia, também, grande carência de indivíduos que saíssem do plano teórico dos escritórios e fossem formados primeiramente no trabalho de campo. Foi por isso que Barbosa da Silva procurou pessoas que se identificavam com o público-alvo e treinou-os, possibilitando inclusive estágios em países em que movimentos semelhantes já estavam em funcionamento. A concepção era que, ao criar lideranças nas favelas do Rio de Janeiro, a organização prepararia o terreno para a ação governamental, que já poderia se utilizar de pessoas interessadas a apontar e a resolver problemas. O fundamento desse trabalho era a fuga do assistencialismo. O primeiro passo era a tomada de consciência, de modo que o público alvo não ficasse à espera da ajuda externa. Depois, estava a criação de um sentimento de solidariedade na comunidade. Para Edmundo, “todo brasileiro, por mais atrasado que seja, tem uma ambição enorme de progredir”. Ele resumia a abordagem da Ação Comunitária: “Nós não fazemos, ajudamos a fazer; não somos autores, apenas interlocutores”<sup>609</sup>. Tendo esse lema como visão de transformação da sociedade, a organização formou centenas de profissionais de serviço social e, de 1980 a 1995, mais de 50 mil alunos em diversos ofícios, que puderam se inserir no mercado de trabalho de forma mais

---

608 De Barbosa da Silva para Corrêa do Lago. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1970. APEBS.

609 Embaixador: favelado tem talento. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1976.

competitiva, suplementando a educação cada vez mais errática do sistema público de ensino.

A Ação Comunitária lidava com o contingente de miseráveis já instalado nas cidades. Essa era uma ação paliativa em decorrência do fluxo crescente que chegava todo ano do campo. Ao considerar que 80% dos favelados do Rio de Janeiro procediam do norte fluminense, sul do Espírito Santo e leste de Minas Gerais, Barbosa da Silva acreditou que a diversificação produtiva do campo poderia aumentar o rendimento das camadas mais pobres da periferia agrícola das grandes metrópoles e estancar o fluxo migratório. Esse modelo poderia servir para o desenvolvimento regional no Brasil, sendo complementado pelas atividades de instituições como a Ação Comunitária, para os crescentes favelados. Como ele afirmou a um amigo alemão:

*Instead of building a Maginot line, a static line against the migration which will clutter around the Rio slopes, we hope to promote diversification of agriculture, building of roads, the creation of new opportunities for employment, the establishment of new industries, etc., which might keep the population in their country of origin, starting a growth process which may even bring the hopeless settlers back to their country again<sup>610</sup>.*

A verdade é que, a despeito de todas boas intenções, a premissa do diplomata acabaria sendo equivocada. A mecanização da lavoura reduzia o contingente necessário para manter a agricultura, e a urbanização era fenômeno irreversível. Não era mais possível a retenção populacional e, muito menos, o retorno da classe pobre urbana para a lavoura. Famoso era o retrato apresentado por Luis Edmundo, o maior cronista do Rio de Janeiro:

---

610 Empresários querem opinar em projetos no norte fluminense. *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1981; De Barbosa da Silva para Berent Friele. October 2nd, 1968. APEBS.

*Há senhores de fazendas, de sítios e de chácaras distantes que vão a bordo oferecer a essa gente trabalho, garantia de um viver tranquilo, ao abrigo da peste, dinheiro. É a lavoura próspera, entre árvores copadas e arroios cantantes. Ar sadio. Campo? Dão-lhe as costas. Era o que faltava! Do campo vêm eles e de campo estão fartos, o campo que só lhes dá suor, fome e aflição. – Não queremos. – E a peste? – Que importa a peste! Não queremos!*<sup>611</sup>

As atividades abraçadas por Edmundo não conseguiram minorar o avassalador fluxo que lançou para os morros cariocas um crescente grupo populacional. Nem a Fundenor nem a Ação Comunitária tiveram capacidade de reverter tal tragédia, um problema complexo que transcendia os recursos e a capacidade do setor privado. Ao fim de sua vida, no apartamento em São Conrado, Edmundo acompanharia com melancolia a situação difícil de seus vizinhos, na Rocinha, um atestado de fracasso da política de desenvolvimento disfuncional do país.

### **A vida empresarial**

*O nosso desenvolvimento acelerado tem sido acusado de concentrar riqueza, seja na mão do próprio Estado, seja em grupos empresariais. Não devemos retardar esse desenvolvimento, mas devemos buscar uma fórmula que permita ao verdadeiro empresário privado, cuja maior realização é criar, os meios para desenvolver a economia do país, na escala, com a complexidade e velocidade exigidas por esta grande nação.*

Edmundo Barbosa da Silva

Após seu gradual afastamento do Itamaraty, Barbosa da Silva continuou a atuar na Fazenda da Pedra, ocupando-se com a

---

611 Edmundo: 2003, p. 71.

criação de gado, as plantações, as obras de dragagem de canal e as relações com as associações locais. Logo, no entanto, começou a ser procurado por empresas, fundações e organizações públicas para examinar projetos ou dar pareceres. Era, então, “homem dos quatorze instrumentos”, atuando na Orquestra Sinfônica, no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, na Ação Comunitária e nas diretorias de empresas. “Tudo só serve para retirar [...] a monotonia da vida”, disse a um interlocutor<sup>612</sup>. Em muitas dessas iniciativas, podia observar os acertos de suas ponderadas opiniões expressas durante sua vida diplomática. Uma delas foi na questão de remessa de lucros de multinacionais instaladas no Brasil. Durante a década de 1950, criou-se, nos setores estatistas da sociedade, a crença de que o capital estrangeiro, além de espoliar o povo, enviava para o exterior seus lucros de forma inadequada, o que aprofundava os recorrentes problemas de balanço de pagamentos no Brasil. Edmundo discordava dessas teses e os anos seguintes deram-lhe razão. O Brasil foi um dos países que mais recebeu investimento externo direto, algo essencial para o rápido crescimento econômico do país. Em novembro de 1971, estando presente em uma reunião do Conselho Deliberativo da Mercedes Benz, escutou com felicidade a comunicação de que em 14 anos a empresa não enviava lucros ou dividendos para o exterior, reinvestindo no Brasil todos os seus resultados.

O maior desafio profissional de Barbosa da Silva, no início da década de 1970, foi o convite para dirigir a Assicurazioni Generali de Trieste e Venezia (Generali). A firma de seguros fora fundada em 1831 no porto austro-húngaro de Trieste e atuava no Brasil desde 1926. O conglomerado operava em dezenas de países em cinco continentes, com capital e reservas que superavam dois bilhões de dólares. A Generali do Brasil foi constituída, em dezembro de

---

612 De Barbosa da Silva para Rony Lyrio. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1968; De Barbosa da Silva para Mario Leão Ludolf. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1970. APEBS.

1973, pela incorporação da Representação-Geral para o Brasil da Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia pela Mercúrio – Cia. Nacional de Seguros. O capital era de Cr\$ 25 milhões, com reservas de Cr\$ 8 milhões para aumento de capital. A empresa nascia já entre as dez maiores seguradoras do Brasil e tinha uma luxuosa sede na avenida Rio Branco. Barbosa da Silva era uma excelente escolha para liderar a empresa. Seus contatos com a comunidade e o governo italiano, no Brasil e no exterior, datavam de sua estadia em Londres, quando, durante a Segunda Guerra Mundial, fora encarregado de representar, os interesses daquele país. Posteriormente, participara da constituição e do funcionamento da Comissão de Intercâmbio Brasil-Itália<sup>613</sup>.

O diplomata brasileiro lançou-se com afincos na atividade empresarial, mas não abandonara o interesse pelo Itamaraty. Mesmo afastado, vivia o espírito da casa, em suas fofocas dos corredores e seus boatos dos gabinetes. Seus jovens terceiros secretários, agora já homens maduros, não cansavam jaride lhe dizer a influência que tivera em suas formações. Para muitos, ainda era padrinho e santo forte nas promoções, apesar do afastamento da carreira. Edmundo era sensível ao destino de seus antigos subordinados – “fiel à Casa como sou, sinto a alma torturada ao vê-los angustiados!”, diria a Paulo Tarso Flecha de Lima em 1970. Ele, no entanto, admoestava-os, dizendo que o progresso na vida era fruto de seus próprios esforços, e que os amigos nada faziam mais do que lhes dar apoio moral e estímulo<sup>614</sup>.

Esse período também serviu para reatar o diálogo com vários colegas. Um deles foi Miguel Ozório. Em uma carta, afirmou:

---

613 Mais capital externo no mercado segurador. *Folha de São Paulo*, 7 de dezembro de 1973.

614 De Barbosa da Silva para Flecha de Lima. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1970; Trecho da carta para Buys Filho. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1967. APEBS.

*A amizade e a camaradagem da juventude, inclusive a própria camaradagem desenvolvida em lutas comuns, adquirem com o tempo uma solidez e um poder evocativo de um lado reconfortante, mas, de outro, um tanto nostálgico. Procuramo-nos a nós mesmos, e nos vemos em perspectiva, com mais tolerância ou, em alguns casos, até um pouco de simpatia por erros!*<sup>615</sup>

A nostalgia ligava-se à tristeza de que a proeminência da área econômica do Itamaraty era minada pela Cacex, pelo Ministério da Fazenda e por colegas da diplomacia. Segundo Marcus de Vicenzi, muitos no órgão argumentavam que “o Itamaraty não tem nada que se meter em assuntos econômicos que são de atribuição da Fazenda, da Cacex, etc”, lamentando a Barbosa da Silva que estavam “destruindo o que o senhor e outros fizeram com grande sacrifício, competência e dedicação”<sup>616</sup>.

Edmundo deplorava essa situação. Mas era otimista. Apreciava a ação de seus antigos subordinados para reverter essas tendências. Um deles era o também mineiro Paulo Tarso Flecha de Lima – coincidentemente, um parente distante pelo lado de sua avó. Em estilo e energia, assemelhavam-se. Quanto à carreira diplomática, no entanto, era mais difícil manter-se positivo. Na década de 1970, ela parecia estar em franco declínio. Os salários eram baixos, levando 45 diplomatas a licenciarem-se para atuar no setor privado, além de existir uma certa estagnação no nível intermediário da carreira. Havia mais de 80 cargos vagos e os números de inscritos no concurso era cada vez menor – em 1966 foram 414; em 1974, 246<sup>617</sup>.

---

615 De Barbosa da Silva para Miguel Ozório. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1968.

616 De Marcus de Vincenzi a Barbosa da Silva. Brasília, 28 de abril de 1970. APEBS.

617 Carta de Barbosa da Silva para Paulo Camillo de Oliveira Penna. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1972. APEBS; Diminuíram 40% os candidatos ao Itamaraty nos últimos nove anos. *O Globo*, 5 de novembro de 1974.

Diante desses problemas, a administração de seu amigo Azeredo da Silveira à frente do órgão, durante o governo Geisel, buscou maneiras de elevar o número de contratações, realizando concursos diretos, elevando a divulgação dos certames e expandindo as turmas do Instituto Rio Branco. Foram implementadas, contudo, medidas controversas para lidar com a situação do fluxo na hierarquia da carreira. As duas principais foram a criação do Quadro Especial e a tentativa de forçar a aposentadoria de servidores mais velhos. Foi em razão desse último mecanismo que Barbosa da Silva, como outros colegas, foi oficialmente aposentado. A forma como isso ocorreu não foi tranquila e retrata a mesquinha de brigas burocráticas e, principalmente, as invejas direcionadas aos licenciados.

Barbosa da Silva, de dezembro de 1966 até março de 1979 ficou agregado à Casa Civil do governo do Rio de Janeiro (Guanabara). Duas semanas antes de terminar o mandato do governador Floriano Peixoto Faria Lima, ao qual Edmundo estava à disposição, o Itamaraty enviou-lhe um telegrama informando que o ministério providenciava a portaria determinando o término de sua agregação, tendo ele que se apresentar à Secretaria de Estado. A comunicação terminava:

*Sendo a condição de diplomata incompatível, nos termos da legislação vigente, com o desempenho de atividade remunerada em empresa privada, deverá Vossa Excelência, na oportunidade, comprovar ter deixado os cargos e as funções remuneradas que eventualmente esteja exercendo na atividade privada.*

A surpresa da situação e o tom agressivo da mensagem foram despropositados, em uma das derradeiras medidas de Silveira em sua gestão. Foi certamente considerada amarga, despropositada e vingativa. Não poderia Barbosa da Silva seguir trabalhando na

administração do próximo governador? Não poderia assumir outros encargos no governo federal? Em 1971, em situação idêntica de troca de governo, a Divisão de Pessoal do Itamaraty afirmou que por ser o governo da Guanabara a instância que o requisitara, não havia prazo pelo qual perduraria a situação. O que mudara?<sup>618</sup>

A descortesia decorria, no fundo, da mentalidade de muitos colegas no órgão. Em uma carreira altamente competitiva a que muitos devotavam toda a vida pessoal, era perto de uma heresia a vida que Barbosa da Silva levava – um diplomata longe da diplomacia. Isso estava claro desde 1963, quando Leitão da Cunha o forçou a tirar a licença para tratamento de assuntos particulares. O fato de atuar no setor privado, com salário superior ao oferecido aos funcionários públicos, só elevava o desconforto. Por fim, havia a questão das vagas. Barbosa da Silva fora promovido a ministro de primeira classe jovem, aos 42 anos, em 1959. Considerando a expectativa de vida e a legislação do período, poderia seguir mais 26 anos na ativa. Havia, contudo, uma fila de jovens colegas esperando para ocupar sua vaga.

Edmundo poderia ter retornado para o Itamaraty. Nesse caso, seria provavelmente penalizado por seu afastamento. Decidiu não aceitar a chantagem. Se 1966 marcara seu rompimento com o cotidiano do órgão, agora finalmente chegara ao destino final. Foi aposentado em março de 1979, com 38 anos, 4 meses e 23 dias de efetivo exercício no cargo.

## Desafio amazônico

*As verdades ditas com singeleza, mesmo quando reconheçam  
virtudes, não trazem o irritante fulgor da vaidade.*

Afonso Arinos de Mello Franco

---

618 De Exteriores para Barbosa da Silva. Término da agregação. Reassunção. 2 de março de 1979. Maço pessoal (Barbosa da Silva). AHI-BSB. Ver resto da documentação no maço.

Aos 62 anos e aposentado, Barbosa da Silva poderia vislumbrar uma vida tranquila e de ócio, descansando das atividades públicas e privadas que desempenhara nas décadas anteriores. Não era do seu feitio, no entanto, a inércia de férias permanentes. Ademais, ainda tinha compromissos profissionais dos quais não desejava se afastar. Um dos principais era sua atuação no grupo empresarial de Augusto Trajano de Azevedo Antunes, que desde a década de 1950 implementara o mais moderno projeto de exploração de minério no mundo, a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi). Barbosa da Silva começara a trabalhar com Antunes no início da década de 1960 e, em 1971, era um dos conselheiros do conglomerado empresarial. Os anos seguintes foram de grande expansão da firma, acompanhando o crescimento da economia brasileira.

Esse ambiente de confiança no país atraiu a atenção de investidores estrangeiros. Um dos mais famosos e importantes foi Daniel K. Ludwig, um magnata do ramo do transporte marítimo. Ele adotara a crença de que o preço da celulose dispararia no futuro e desejava adquirir uma vasta área no Brasil para o seu cultivo. Em certo momento, ele conheceu Augusto Trajano de Azevedo Antunes, que o recomendou uma área próxima do Amapá, região de que detinha profundo conhecimento em decorrência de seus negócios com manganês.

Ludwig adquiriu um grandioso território entre o Pará e o Amapá, nas duas margens do rio Jari, por US\$ 0,40 o hectare, tornando-se o maior proprietário de terras do Ocidente – tamanho equivalente ao estado americano de Massachusetts e maior que o estado brasileiro de Sergipe<sup>619</sup>. Iniciava-se, assim, as atividades do Projeto Jari. Seus planos para a empresa eram ambiciosos. Desejava transformar uma das áreas mais remotas do planeta

---

619 Até hoje, no entanto, não é possível identificar com precisão a área adquirida pelo empresário.

em um grande polo de desenvolvimento, ligando a exploração de recursos naturais a iniciativas industriais. Em uma de suas raras entrevistas, o empresário disse: “Foi quase como desenvolver um país”<sup>620</sup>.

O início da operação foi desafiador. A base, em Belém, ficava a mais de 500 quilômetros pelo rio. Nesse estágio inicial, havia pouca preocupação com o equilíbrio ambiental, destruindo-se muito de um ecossistema complexo e raro. Em dois anos, foram construídas estradas, oficinas, armazéns, aeroporto, hospital, serviço de abastecimento de água e um acampamento para 1.600 pessoas – que se transformaria na cidade de Monte Dourado. A cidade fora edificada em quatro anos – residências, restaurantes, igrejas, bancos, hospitais, cinemas, escolas, oficinas, supermercados, clubes e fábricas. Tudo era atendido com energia elétrica gratuita e um moderno sistema de tratamento de esgoto. Em um documentário nacionalista da época, pontificou-se: “foi plantado um marco de uma nova fronteira, onde milhares de brasileiros de todas as profissões vivem tranquilos e felizes”<sup>621</sup>.

Todos os serviços e estabelecimentos comerciais eram controlados por Ludwig e todos os habitantes, por sua vez, trabalhavam para sua empresa. Era o maior empregador da região amazônica e, no seu auge, tinha uma *holding* com dezoito empresas no Brasil. Mas esse empreendedorismo vicejou sob a sombra protetora do Estado desde o seu início. A Sudam e o BNDE desembolsariam recursos; o governo ofereceu isenções fiscais e facilidades no quadro regulatório. A empresa soube utilizar-se fartamente de poderosos aliados dentro do aparelho estatal.

---

620 Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,EDR77547-8384,00.html>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

621 Projeto Jari na Amazônia. Acessível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=8SCB4N3\\_aPg](https://www.youtube.com/watch?v=8SCB4N3_aPg)>. Acessado em: 02/03/2017.

Todo esforço fora conduzido por administradores, engenheiros, sanitaristas e médicos. Essa mentalidade técnica decorria do próprio perfil do empresário, que desejava domar a desorganização amazônica em uma tentativa de civilizar a região. Isso teria profundas consequências. Após desmatar uma gigantesca área, a espécie de árvore para produção de celulose não se adaptara. No alto de toda a arrogância salvacionista, os engenheiros acabaram retirando grande parte da riqueza do solo ao limpar a área e, para completar, o equipamento utilizado compactou a terra, dificultando que as raízes das mudas se aprofundassem. Eles não escutaram os vários biólogos e agrônomos, muitos brasileiros, que alertaram o fato de a Amazônia ser um grande deserto<sup>622</sup>.

A iniciativa, após vários anos e muitos recursos dissipados, dava prejuízos. O empresário lutou contra essa situação e enterrou cada vez mais recursos. A explosão do preço do petróleo e a elevação dos juros foram o golpe de morte. Em 1980, o déficit do balanço da empresa foi de 11 milhões de cruzeiros. No ano seguinte, duplicou. Acossado por amplos setores da sociedade brasileira, o empresário buscava agora a porta de saída. As primeiras opções foram investidores institucionais, como a firma Prudential. Com a negativa, partiu-se para empresas de petróleo e de celulose e, com o fracasso dessas tratativas, em agosto de 1980, enviou uma carta de dezessete páginas ao general Golbery do Couto e Silva. Nela, apresentou os exorbitantes gastos sociais de seu projeto, nunca reembolsados pelo governo, e o fato de Brasília não ter demarcado com precisão as terras que adquirira na década de 1960 – o que gerava crescentes disputas no local. Exigia pesados ressarcimentos financeiros, caso o contrário demitiria todos seus funcionários e abandonaria o projeto. As duas questões foram cortinas de fumaça. O empresário posicionou-se, na verdade, para ter uma melhor

---

622 Pinto: 1986, p. 8.

barganha na mesa negociadora com o que observava ser sua única opção: vender todo o empreendimento e transferir suas dívidas para o governo brasileiro.

A etapa final do Jari seria sua “nacionalização”. O governo, que, na década de 1960, apostara na iniciativa como uma solução para o problema do desenvolvimento da Amazônia, agora via uma oportunidade para demonstrar como a engenhosidade brasileira poderia superar o capital internacional. Em um ambiente de crise econômica e grande resistência ao regime militar, era uma via salvacionista, e que poderia aproximar a ditadura de núcleos nacionalistas da sociedade civil. O governo, porém, não teria como operacionalizar sozinho o esquema, tampouco promover um resgate direto da empresa.

A arquitetura da transição foi em grande parte articulada pelo próprio presidente Figueiredo. A imagem que desejava passar era de um Brasil forte que executaria com seus próprios esforços o que o capitalismo internacional falhara em fazer, apesar de todos os seus recursos. O militar instou o empresário Augusto Trajano Antunes, em carta datada de 17 de dezembro de 1981, a participar como responsável da direção da companhia que estava sendo organizada.

Nessa época, Barbosa da Silva trabalhava no conglomerado das empresas de Antunes. Edmundo ajudou-o a responder a carta do presidente. Uma análise superficial do Jari apresentava pontos positivos. Errou-se bastante, mas a tenacidade de Ludwig acabou fazendo com que as enormes impossibilidades iniciais fossem superadas. No início da década de 1980, era o maior esforço de pesquisa aplicada em silvicultura nos trópicos. Mais de 40 espécies de árvores foram testadas. A prodigalidade do investidor também rendera uma infraestrutura sem paralelos na região. Na área do projeto, havia quatro aeroportos e, mensalmente, recebia dois

mil visitantes. Construíram-se 60 km de estrada de ferro e 500 km de estrada de rodagens. O mais importante, no entanto, era o complexo industrial. Na década de 1970, Ludwig levantou centenas de milhões de dólares em empréstimos para um plano considerado por muitos mirabolante: construir a fábrica de celulose e sua usina de força em tecnologia flutuante em um país desenvolvido e depois levá-la, pelo mar, até ao Projeto Jari. Usando recursos do BNDE como garantia, foi ao Japão construir as duas estruturas. Vinte fábricas japonesas e diversas firmas nos Estados Unidos e na Europa atuaram na produção de componentes de estruturas que tinham, cada uma, 30 mil toneladas, 228 metros de comprimento e altura equivalente a um prédio de 20 andares. Elas foram rebocadas para o Brasil pelo mar em 1978 sendo o maior transporte marítimo de plantas industriais da história até aquele momento<sup>623</sup>.

O saldo de caixa era apreciável, contudo, os investimentos necessários para manter as operações absorviam 40% dele e o resto era insuficiente para arcar com as dívidas. Além da visão estritamente contábil e capitalista do negócio, pesavam os problemas sociais da região e os “sérios reflexos negativos para o próprio renome do país”, caso a iniciativa fracassasse. Na opinião de Barbosa da Silva e Antunes, em ambiente de séria escassez de capital internacional para financiamento das atividades produtivas, o naufrágio do Jari levaria a uma elevação da desconfiança dos potenciais investidores sobre a viabilidade de projetos no Brasil. Augusto Trajano Antunes indicava que a incumbência necessitava para seu sucesso do “continuado apoio governamental”, em especial da ação de diversos ministérios. Isso envolvia a questão fundiária, que exigiria soluções “não compreendidas nas rotinas burocráticas”; a infraestrutura básica, que carecia de inversões, como escolas, hospitais, etc.; o problema energético, que demandaria a construção de uma usina

---

623 De Augusto Azevedo Antunes para Antonio Delfim Neto. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1982. APEBS.

hidroelétrica na Cachoeira de Santo Antônio, de forma a evitar a queima de madeira para produzir energia; e, se isso não bastasse, condições para a construção de mais uma unidade produtora de celulose. Trajano esperava que a confiança, o ativismo e o interesse do presidente fossem transmitidos para os outros escalões do governo. Tanto ele como Edmundo não desejavam ser recebidos em Brasília como meros “postulantes de favores governamentais”<sup>624</sup>.

Em janeiro de 1982, Barbosa da Silva acompanhou o empresário em um encontro com o presidente Figueiredo, em Brasília, no Palácio do Planalto. Os dois deixaram uma carta de três páginas com o relato das negociações com Daniel Ludwig. Eles aceitaram a incumbência de administrar o projeto, após o governo comprometer-se a dar “os meios indispensáveis” para executar a tarefa. No dia seguinte, rumaram para São Paulo, onde encontraram os 23 empresários que formariam a nova companhia. A maioria das instituições era do setor financeiro. Não foi coincidência, pois era o setor com mais recursos para aplicar em um projeto de retorno lento e de longo prazo. Havia, ainda, as duas maiores seguradoras (Atlântica Boavista e Sul América), as quatro maiores empreiteiras (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Mendes Jr.) e as duas maiores construtoras de habitação (João Fortes e Gomes de Almeida) do país<sup>625</sup>.

O capital social seria de 100 milhões de dólares. O Banco do Brasil daria uma contribuição acionária à Jari Florestal no montante de 25%. O resto do capital seria detido pela Companhia do Jari. Ludwig aceitou o pagamento de cerca de 600 milhões de dólares em um prazo de 40 anos.

A consultoria contratada para examinar as atividades e os recursos da empresa não teve tempo suficiente para conduzir

---

624 De Augusto T. A. Antunes para João Baptista Figueiredo. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1982. APEBS.

625 De João Baptista Figueiredo para Augusto Antunes. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1982. APEBS.

seu trabalho de forma adequada. Visitando as instalações da companhia, o ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, confessou: “Do ponto de vista do negócio, puro e simples, ninguém entraria no Jari. [...] O Jari não é um empreendimento de caráter empresarial-técnico do século XX. Trata-se de um projeto desbravador do século XIX”. A resistência do empresariado se estendia também para a sociedade. A despeito de ter afastado a atuação de estrangeiros na Amazônia, havia grande resistência ao arranjo proposto. O deputado federal Horácio Ortiz (PMDB-SP), por exemplo, denominou o processo de “política entreguista do governo”, criticando os desembolsos vultosos de recursos do erário para uma iniciativa com grandes prejuízos<sup>626</sup>.

Ao tomar o controle da empresa, o grupo teve uma árdua tarefa. Para começar, ninguém sabia ao certo o patrimônio. Estimava-se que a companhia tinha mais de 720 milhões de dólares e terras contínuas de 1,6 milhão de hectares, mas sem sua titulação definitiva. Augusto Trajano Antunes teve de arrancar do governo a promessa de que enviaria ao Congresso um projeto de lei para legalizar a situação, de forma a ter um patrimônio mínimo que viabilizasse o interesse de sócios. Segundo, havia grande necessidade de cortes de despesas. Assim, a nova direção decidiu reduzir a força de trabalho de dez mil para três mil; depois, diminuiu drasticamente o consumo de combustível.

No início de 1982, após ajudar nas tratativas iniciais que consolidaram a transição do Jari para o grupo empresarial liderado por Antunes, Barbosa da Silva sinalizou a seu amigo que estava já com 65 anos e desejava afastar-se para finalmente gozar sua aposentadoria. Mal ele sabia que seu nome era considerado para substituir Sérgio Quintella, o primeiro presidente da Companhia Jari. Em agosto, Antunes designou Barbosa da Silva, contra a

---

626 *Apud* Pinto: 1986, 206; Cia. Do Jari elege diretoria. *Folha de São Paulo*, 22 de janeiro de 1982.

vontade do diplomata aposentado, para lidar a empresa. Ao saber que a escolha havia recaído em seu nome, mesmo já com muitas responsabilidades, aceitou, em setembro de 1982, o convite. “Não há quem possa trabalhar mais do que o homem ocupado. Agora, vou ter que começar a trabalhar mais cedo”<sup>627</sup>.

A companhia não passava por um momento auspicioso. Edmundo, pelo menos publicamente, demonstrava otimismo. Usando o lema de seu chefe, afirmou: “com confiança e luta tudo se constrói”. Privadamente, no entanto, provavelmente já guardava reservas e pensava se não havia abraçado uma causa inviável. “A missão prometia ser das mais ingratas”, disse ele, quatro anos depois, ao lembrar o episódio<sup>628</sup>.

Como diretor, presidente do Jari, tinha seu gabinete no 10º andar da av. Almirante Barroso, 52, no Rio de Janeiro. Eram recorrentes, no entanto, as viagens para o Amapá, para São Paulo e para Brasília. Edmundo batalhou pelo projeto de recapitalização da empresa, com o fim de “restaurar os pressupostos sob os quais o governo federal transmitiu o encargo de gerenciar o Projeto Jari”. Isso envolveu contatos diretos com Delfim Neto, Ernane Galvêas e Luís Antônio Sande de Oliveira. Ele conseguiu do Banco Nacional de Habitação e do Ministério da Saúde a promessa de financiamento de suas respectivas áreas na região, permitindo a implementação das chamadas “silvivilas”, pequenas concentrações urbanas para trabalhadores rurais. Outro problema enfrentado foi a regularização das terras. Para tratar dessa questão, retornou ao Palácio do Planalto com Augusto Trajano Antunes em setembro de 1982<sup>629</sup>.

Nesse período, já havia certos problemas. Antunes enviou carta ao presidente Figueiredo relatando que a operação fora realizada

---

627 Trabalho começa mais cedo. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1982.

628 Edmundo Barbosa assume comando da Cia. Do Jari. *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1982; Memo. 4 de abril de 1986. APEBS.

629 De Barbosa da Silva para Sande de Oliveira. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1983. APEBS.

em um ambiente em que se pensava que o mercado de celulose começaria a recuperar seu vigor. A redução da receita ocasionou o aumento dos empréstimos de curto prazo, a juros extremamente elevados. Esse desequilíbrio financeiro prenunciava as dificuldades do futuro. Com as fontes de capital no exterior secas por conta da crise, solicitou-se a subscrição, pela União, de 50 milhões de dólares em ações da empresa<sup>630</sup>.

Em 9 de maio de 1983, Barbosa da Silva fez um diagnóstico profundo da empreitada. O primeiro aspecto a ser salientado era que, em decorrência da missão recebida do governo, o grupo empresarial brasileiro ignorava a extensão dos problemas, mas a aceitara com a condição de que teria o apoio resolutivo dos órgãos competentes. Edmundo indicou que para o projeto ser consolidado, era necessário tomar uma série de medidas – e rápido. Era “uma verdadeira cirurgia”. A base de todo o cálculo de seus assessores era que os preços da celulose do fim de 1982 e do princípio de 1983 não diminuiriam, pois isto condenaria “irremediavelmente o Projeto”. Concluindo o exame, afirmou:

*A indecisão poderá ser fatal, internamente perante fornecedores e opinião pública e, externamente, perante a clientela, para não mencionar os meios bancários que, ainda hoje, atribuem a saída do sr. D. K. Ludwig do Brasil à má vontade para com um grande altruísta empresário estrangeiro, com insinuações malévolas sobre a competência administrativa local quanto às soluções requeridas por um projeto dessa envergadura*<sup>631</sup>.

630 Carta de Augusto T. Antunes para João Baptista de Oliveira Figueiredo. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1982. APEBS.

631 Memo de Barbosa da Silva para Delfim Neto. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1983. APEBS; Presidente da Jari confirma que em 83 haverá novo déficit. *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 1983; BNDES assume dívida externa da Jari. *Folha de São Paulo*, 16 de fevereiro de 1984.

A negociação arrastou-se por bastante tempo. Em 1983, o presidente do BNDES, Luís Sande, recusou-se a aprovar a operação. Isso deve ter causado grande ansiedade ao diplomata. Em carta a um amigo, datada do fim do ano, afirmou: “estou vivendo momentos bastante difíceis na condução dos negócios do Jari”. A situação melhorou quando as diretivas vindas da Presidência da República fizeram com que a medida fosse aprovada. Assim, em fevereiro de 1984, o BNDES assumiu a dívida junto à Ishikawajima e ao Lloyds Bank, passando então a participar do projeto através de subscrição de ações preferenciais. O Banco do Brasil, por sua vez, aumentou em cerca de 30% seu aporte de capital na iniciativa. Com isso, o governo elevava para 42% sua participação na empresa, que ainda tinha 23 sócios privados<sup>632</sup>.

Com esse aporte, aumentou temporariamente a tranquilidade. Em 1985, havia 40 mil pessoas vivendo no projeto. A fazenda de búfalos (nove mil cabeças), já contribuía com a oferta de alimentos em Belém e em Manaus e Barbosa da Silva previa um lucro de 110 milhões de dólares. Mas uma montanha de desafios ainda precisava ser escalada. Para Edmundo, por exemplo, era urgentemente necessário construir uma usina hidroelétrica para baratear os custos energéticos da operação. Ele não teve, no entanto, tempo para trabalhar nas diversas frentes que se abriam, pois foi substituído, em 1986, pelo general Costa Cavalcanti. Na época, muitos sócios pressionavam Barbosa da Silva por lucros mais imediatos e isso teria levado à sua destituição do cargo<sup>633</sup>.

A saída de Barbosa da Silva certamente causou muita mágoa e provavelmente foi a razão que levou o rompimento com Trajano Antunes. O conflito pode ter decorrido, também, da situação profissional de Edmundo na estrutura das companhias do

---

632 De Barbosa da Silva para Antonio Fantinato Neto. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1983. APEBS.

633 Brazilians now operate paper and rice empire Ludwig's Amazon Project thriving. *Los Angeles Times*, 1 January 1985.

empresário. De 1968 a 1979, na empresa, era tratado com *status* abaixo de outros executivos. Quando apresentou o fato de, por 19 anos, receber abaixo da remuneração dos diretores, disseram-lhe que essa situação ocorria por nunca ter reclamado. Sua folha de serviços para as empresas do grupo era impecável e demonstrava como o sucesso de Antunes deveu-se, em alguns aspectos, à habilidade do diplomata. Em 1965, Edmundo foi ativo na busca da revisão do pagamento da Caemi junto à Hanna; no final da década, fora tão ativo em suas gestões que Antunes teria afirmado que o Projeto MBR resultou da teimosia de Edmundo. Ele, ademais, fora o arquiteto da compra da participação de Ludwig na MBR em 1981, contrariando o ceticismo da administração da Caemi. Ele conversou com Trajano Antunes em 1985, mas foi em vão<sup>634</sup>.

Refletindo sobre o rompimento anos depois, Edmundo julgou-o “incompreensível” – “que fator tão poderoso conseguiu volatilizar, num átimo, a memória desses anos em que tanto se construiu no Grupo [Caemi] [...]”? Em 1994, ele redigiu uma carta para Antunes, tentando não só entender o que se passara, mas, acima de tudo, reatar os velhos laços de companheirismo – “O tempo não nos permite fazer muitas novas amizades. Eis porque devemos ciosamente guardas as antigas”. No cabeçalho, Edmundo escreveu: “História”. O tempo talvez tenha sido demasiado exíguo para o reatamento dos antigos amigos. Trajano Antunes faleceu em setembro de 1996, aos 89 anos<sup>635</sup>.

---

634 Memo. 4 de abril de 1986. APEBS.

635 Carta de Barbosa da Silva para A. T. A. Carmel, Ca. 29 de setembro de 1994. APEBS.

## Outono em São Conrado

*As motivações dos contemporâneos, analisadas a posteriori, podem até parecer incompreensíveis. Você precisa ter a boa avaliação dos motivos dos contemporâneos, da maneira pela qual eles encararam a realidade, para você entender [o passado].*

Edmundo Barbosa da Silva

Barbosa da Silva, após a experiência empresarial, decidiu aposentar-se. Já tinha quase setenta anos e era o momento de gozar, junto de sua família, o merecido descanso. Talvez o ano de 1984 tenha marcado essa inflexão. Além dos problemas no projeto Jari, ainda lidou com duas grandes perdas. A primeira, em junho, foi a de seu dileto mentor e amigo, Vasco Leitão da Cunha; a segunda, em setembro, de seu irmão Afrânio.

Em seu novo cotidiano de aposentado, porém, a política e a economia eram ingredientes sempre presentes. Ainda participava de almoços no Jôquei Clube com amigos como Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões, Mário Henrique Simonsen e Walter Moreira Salles; encontrava antigos colaboradores, de Raul Fernando Leite Ribeiro a Octávio Rainho.

Nessa época, foi chamado a prestar um depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. A conversa com duas pesquisadoras foi gravada em 19 de julho de 1984 e durou quase três horas. O foco principal era sua relação com o político Clemente Mariani e abrangeu o período que vai do início do governo JK até o golpe militar. É por intermédio dessa gravação que podemos examinar suas ideias sobre o desenvolvimento brasileiro e a inserção internacional do país<sup>636</sup>.

---

636 A entrevista está disponível para ser escutada na Sala de Consulta do CPDOC/FCV.

O contexto da entrevista – final do regime militar e crise econômica – teve grande influência nos assuntos examinados. Assim como no governo Jânio Quadros, o Brasil enfrentava sérios problemas decorrentes de gastos descontrolados por parte do Estado. Nesse ambiente, emergia um grupo, do qual Edmundo se via como membro, indicando a necessidade de uma reforma voltada para a austeridade. Esta corrente era combatida por personalidades que advogavam a continuação das políticas anteriores e o calote da dívida externa<sup>637</sup>.

Sobre ajustes econômicos, ele considerava que as crises tinham o efeito de reduzir lentamente a resistência da população à inevitável reforma. Essa situação de espera, no entanto, debilitava o tecido social e econômico de tal forma que tornava o eventual processo de ajuste ainda mais doloroso. Ele questionava: “Quem é que fala em economizar? Quem é que faz uma política violenta de contenção de gastos públicos?”, perguntou. Sem fazer isso, em sua opinião, o Brasil estava fadado à instabilidade e às crises políticas e sociais. O populismo nacionalista era uma via recorrente, fácil e oportuna, mas só adiava o ajuste inevitável.

Na entrevista, Edmundo também examinou a política externa brasileira. Havia, naquele momento, grande clivagem entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com o Brasil atuando ativamente, no segundo grupo, para a reforma do sistema econômico internacional. Ele começa examinando a base fundamental do multilateralismo contemporâneo – a igualdade jurídica dos Estados. Em sua opinião, o princípio basilar enfrentava problemas práticos pela desconexão entre os votos de cada Estado no âmbito internacional e suas respectivas responsabilidades e capacidades. Havia elevado número de países nas Nações Unidas e era impossível fazer com que os grandes países acatassem

---

637 Manuscrito não publicado. Reminiscências de revolução e guerras de meu tempo. Alexandre Barbosa da Silva. Sem data. APEBS.

decisões tomadas por um conjunto quantitativamente superior de pequenos atores da periferia: “A máquina internacional hoje, os diversos órgãos internacionais, é de tal maneira complexa e pesada que talvez você não tenha 30% dos membros das Nações Unidas com capacidade de ter uma opinião ponderada sobre os temas sob discussão”, disse aos entrevistadores.

O sistema internacional era composto por unidades severamente desiguais, estando o Brasil em posição desvantajosa. Essa situação, para muitos diplomatas e observadores da época, era fonte de ressentimento e desconfiança. Barbosa da Silva, apesar de adotar o mesmo diagnóstico para o problema, detinha convicção distinta sobre suas consequências para o país. Ele tinha confiança na capacidade negociadora brasileira de explorar o desequilíbrio com as grandes potências, mas sem resvalar para o proselitismo nacionalista ou a chantagem oportunista. Sua convicção era que o afastamento diplomático equivalia a uma tentativa de negação da realidade internacional. Se isso impedia os riscos inerentes de um relacionamento desigual, a posição ao mesmo tempo eliminava as possibilidades de benefícios – algo urgentemente necessitado pelo país. O que diferenciava suas teses das de vários de seus colegas, consideradas por ele ingênuas, era sua defesa de que essa realidade não deveria implicar um “alinhamento por baixo”, pois “a demagogia não serviria a nenhum propósito”. Por ter “uma noção de responsabilidade muito maior do que o resto”, não deveria “fazer coro” a “reclamações inconsequentes”. Ele repetiria tais argumentos para seu colega Lincoln Gordon, o ex-embaixador americano no Brasil, em 1990. Edmundo acreditava que o Brasil encontraria “naturalmente seu lugar entre os grandes”<sup>638</sup>.

De meados da década de 1980 em diante, a despeito de gozar seu merecido descanso, Barbosa da Silva era convidado a

---

638 De Barbosa da Silva para Lincoln Gordon. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1990. APEBS. Grifo no original.

participar de várias organizações em caráter honorífico. Assim, em 1989, tornou-se sócio mantenedor da Associação Promotora de Estudos da Economia; em 1993, assumiu a posição de presidente de honra do conselho de administração da Generali do Brasil; no ano seguinte, tornou-se membro do Conselho Empresarial de Agricultura e Agroindústria da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Esses postos eram o reconhecimento de sua trajetória profissional e o sinal que suas ponderadas opiniões eram ainda requisitadas. No início dos anos 1990, porém, elas eram cada vez mais céticas e cautelosas, a despeito do otimismo festivo que emergiu com a queda do Muro de Berlim e o início da retórica da globalização. Com seus cabelos brancos, refletia para um colega mais jovem da carreira diplomática:

*Pensei ver, ao fim da vida, – a partir da década de [19]90, um mundo mais harmonioso e com mais tranquilidade e compreensão. As acomodações políticas dos povos vêm sendo ameaçadas por fenômenos que nos fazem lembrar os terremotos causados pelo movimento das placas tectônicas sobre a crosta terrestre! Se a Europa, que luta pela união desde 1957, está enfrentando com dificuldades as decisões de Maestrich, o que poderemos esperar da Nafta e do Mercosul?*<sup>639</sup>

Em 1992, quando Francisco Rezek assumiu o Itamaraty, provavelmente alertado por algum assessor, lembrou de Edmundo como elemento no repensar da diplomacia brasileira: “A conveniência e a delicadeza de uma reforma [...] levaram-me a recorrer à reflexão dos que, como Vossa Excelência, por função e estatura ímpares, viveram, escreveram e engrandeceram a história desta instituição”,

---

639 Carta de Edmundo Barbosa da Silva para Carlos A. R. Santos Neves. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1992. APEBS.

disse o ministro<sup>640</sup>. Era sinal de que, a despeito de quase três décadas de afastamento, seu nome não fora esquecido pelos mais novos. Em sua resposta a Rezek, Barbosa da Silva recomendou que um dos objetivos da reforma deveria ser o fortalecimento da Secretaria-Geral. Além disso, havia necessidade de melhorar os setores temáticos em termos de contatos com outras áreas da administração. Seria com o vínculo cotidiano e com o bom relacionamento que convenceriam as outras áreas do governo a aceitar a liderança do Itamaraty, sem reserva, no exterior, quando os assuntos da respectiva jurisdição interna desses órgãos fossem discutidos<sup>641</sup>. Essa última preocupação era muito importante. Com a crescente abertura comercial e financeira da década de 1990, era questão de tempo para que outras áreas do Estado procurassem uma interface direta com interlocutores no exterior, deixando de lado o Itamaraty nessa intermediação. Edmundo, mesmo desligado de funções públicas, ainda guardava expectativas que a sua casa, o Ministério das Relações Exteriores, continuasse a desempenhar papel central na inserção internacional do Brasil.

Fixando residência em São Conrado, passando férias em Búzios, Barbosa da Silva gozava finalmente de seu descanso familiar. Uma das suas maiores alegrias eram os sucessos de seus filhos e netos. Ocasionalmente, era chamado a revisitar o passado. Isso ocorreu, por exemplo, quando o professor Celso Lafer o convocou a contribuir para um volume sobre Horácio Lafer<sup>642</sup>. Nos encontros com seus antigos subordinados, a maioria agora aposentados, também informalmente retornava às pelejas da década de 1950. A diplomacia e a política eram preocupações distantes. Mesmo assim, recortava artigos de jornais sobre os problemas contemporâneos, organizando-os em pastas cuidadosamente divididas por assuntos.

---

640 Carta de Francisco Rezek a Barbosa da Silva. Brasília, 17 de janeiro de 1992. APEBS.

641 De Barbosa da Silva para Francisco Rezek. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1991.

642 Lafer e Cardim: 2002. Ver correspondência em seu acervo pessoal.

Nonagenário, ainda guardava o raciocínio vivo, mas a saúde já lhe faltava. Olhando de sua janela, observava um Brasil muito distinto daquele de sua infância, em Curvelo. A obra era imperfeita e inacabada, mas sua reforma seria tarefa para outra geração. Faleceu em 8 de julho de 2012.



## BIBLIOGRAFIA

### **Arquivos e bibliotecas**

Academia Brasileira de Letras (ABL). Acervo Sérgio Corrêa da Costa (SCC).

Acervo Pessoal Edmundo Penna Barbosa da Silva (APEBS). Rio de Janeiro.

Acervo Pessoal Raul Fernando Leite Ribeiro (APRFLR). Rio de Janeiro.

Archivo de Trabajo Dr. Raúl Prebisch, 1901-1986. Digital. University of Illinois at Urbana-Champaign. Main Library.

Arquivo Álvaro Alberto (AAA). Centro Interunidade de História da Ciência da Universidade de São Paulo). São Paulo.

Arquivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília (AHI-BSB) e no Rio de Janeiro (AHI-RJ).

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Biblioteca do Itamaraty. Brasília.

Brown Digital Repository. Série: Opening the archives. Documenting U.S.-Brazil relations, 1960s-80s. Acessível em: <repository.library.brown.edu>.

Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI-CD). Brasília.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro. Fundos Alzira Vargas do Amaral Peixoto (AVAP), Antônio Francisco Azeredo da Silveira (AAS), Ernane do Amaral Peixoto (EAP), Getúlio Vargas (GV), Juarez Távora (JT), Luís Simões Lopes (LSL), Oswaldo Aranha (OA), Roberto Campos (RC), Joaquim de Souza Leão Filho (JSLF). Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). São Paulo. João Guimarães Rosa (JGR-M).

International Monetary Fund (IMF). Washington, D. C.

The Lyndon Baines Johnson Library (LBJL). Austin, Texas. National Security Files (NSF).

The National Archives. Declassified Documents Reference System (NARA). Washington, D. C.

The National Archives (United Kingdom) at Kew Gardens (NARA-UK).

The National Security Archive. George Washington University. Acessível em: <nsarchive.gwu.edu>.

**Jornais, revistas e publicações seriadas**

*A Actualidade*

*A Batalha*

*A Esquerda*

*A Manhã*

*A Noite*

*ABC*

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial de Curvelo*

*Arauto de Minas*

*Brasil Açucareiro*

*Careta*

*Correio da Manhã*

*Correio Paulistano*

*Crítica*

*Diário Carioca*

*Diário da Noite*

*Diário de Notícias*

*Diário do Congresso Nacional*

*Diário Oficial da União Financial Times*

*Flan*

*Folha da Manhã*

*Folha de São Paulo*

*Gazeta da Tarde*

*Gazeta de Notícias*

*Imprensa Popular*

*Información*

*International Trader*

*Jornal do Brasil*

*Jornal do Commercio*

*La Estrella de Panama*

*Letras & Artes*

*Liberal Mineiro*

*Los Angeles Times*

*Manchete*

*Mundo Ilustrado*

*New York Times*

*Newsweek*

*Novos Rumos*

*O Globo*

*O Imparcial*

*O Jornal*

*O Observador Econômico e Financeiro*

*O Paiz*

*O Pharol*

*O Semanário*

*Patria*

*Piauí*

*Reforma*

*Revista da Associação Comercial*

*Revista da Semana*

*Revista do Archivo Público Mineiro*

*Revista do Serviço Público*

*South American Explorer*

*The Houston Post*

*The Sunday Express*

*The Times*

*The Washington Post*

*Última Hora*

*Veja*

*Voz da Madeira*

*Voz Operária*

### **Livros, capítulo de livros e artigos**

Albin, Ricardo Cravo. Vinicius, poeta e diplomata, na música popular. In: Funag. *Vinicius de Moraes: embaixador do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 33-56.

Alonso, Marcelo. Atoms for peace: an analysis after thirty years. In: Pilat, Joseph F., Pendley, Robert E. et al. *Westview special studies in international relations*. Boulder: Westview Press, 1985. p. 83-90.

Amado, Gilberto. Traços para um estudo. In: Ministério das Relações Exteriores. *Raul Fernandes. Nonagésimo aniversário*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968. p. 9-49.

Andrade, Auro Moura. *O perigo do entreguismo*. São Paulo: Edições Alarico, 1958.

Araújo, Alberto Vieira de. *Curvelo do Padre Corvelo: notas históricas*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1970.

Archer, Renato. *Renato Archer: diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007.

Atkin, Nicholas. France in exile: the French community in Britain, 1940-1944. In: Conway, Martin e Gotovits, José. *Europe in exile: European exile communities in Britain, 1940-1945*. New York: Berghahn Books, 2001. p. 213-28.

\_\_\_\_\_. *The forgotten French: Exiles in the British Isles, 1940-44*. Manchester: Manchester University Press, 2003.

Azambuja, Marcos de. Antônio Houaiss nas Nações Unidas. In: Mariz, Vasco. *Antônio Houaiss: uma vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 42-59.

\_\_\_\_\_. Casa bem-assombrada. *Piauí*, n. 51. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/edicao/54/>>. Acesso: 23 de março de 2016.

Azevedo, Lygia de Oliveira e Silva, José Saldanha da Gama e. *Evolução do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1954.

Baldoli, Claudia. *Exporting fascism: Italian fascists and Britain's Italians in the 1930s*. Oxford: Berg, 2003.

Barbier, Colette. The French decision to develop a military nuclear programme in the 1950s. *Diplomacy & Statecraft*, v. 4, n. 1, p. 103-13. 1993.

Bastos, Humberto. *Posição econômica do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951.

Bell, Amy Helen. *London was ours: diaries and memoirs of the London Blitz*. London: I. B. Tauris, 2008.

Bell, Gray. *The beautiful Rio de Janeiro*. London: William Heinemann, 1914.

Bentivoglio, Julio. *Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado: a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II*. *Esboços*, v. 17, n. 23, p. 187-221. 2010.

Berthon, Simon. *Allies at war: the bitter rivalry among Churchill, Roosevelt, and the Gaulle*. New York: Carroll & Graf Publishers, 2001.

- Birn, Donald S. *The war of words: the British Council and cultural propaganda in the 1930s*. *Peace & Change*, v. 14, n. 2, p. 176-90. 1989.
- Blasier, Cole. *The giant's rival: the USSR and Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1983.
- Bopp, Raul. *Notas de um caderno sobre o Itamaraty*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.
- Bourne, Richard. *Getúlio Vargas: a esfinge dos pampas*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- Braithwaite, Rodric. *Moscow 1941: a city and its people at war*. London: Profile Books, 2007.
- Brands, Henry. *Latin America's Cold War: an international history from Guevara to Reagan*. Ph.D. Thesis. New Haven: Yale, 2009.
- Brinnin, John Malcolm. *The sway of the grand saloon: a social history of the North Atlantic*. New York: Delacorte Press, 1971.
- British Council. *Outline of activities*. London: British Council, 1939.
- Brook, Christopher N. L. *A history of the University of Cambridge*. Volume IV. 1870-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- Buescu, Mircea. *Ensaio sobre o intercâmbio Brasil-URSS*. Rio de Janeiro: Livraria Leonardo da Vinci, 1964.
- Cabral, Regis. *The interaction of science and diplomacy: Latin America, the United States and nuclear energy, 1945-1955*. Ph.D. Thesis. Chicago: University of Chicago, 1986.
- Calábria, Mário. *Memórias (de Corumbá a Berlim)*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Camargos, Marcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: SENAC, 2001.
- Campos, Roberto de Oliveira. Roberto de Oliveira Campos, recorded interview by John E. Reilly, May 29-30, 1964. Disponível

em: <<http://archive2.jfklibrary.org/JFKOH/Campos, Roberto de Oliveira/JFKOH-RDOC-01/JFKOH-RDOC-01-TR.pdf>>. Acesso: 15 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Política econômica e mitos políticos*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1965.

\_\_\_\_\_. *A técnica e o riso*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. *A lanterna na popa: memórias*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

Capelo, Verônica de Araújo. *O Leviatã e os jesuítas: uma análise das regras disciplinares do Colégio Santo Inácio no quadro institucional do Estado Novo (1937-1945)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1982.

Cardoso, Maria Helena. *Por onde andou meu coração: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Carvalho, Antônio Gontijo de. *Raul Fernandes: um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

Castro, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Vol. I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CC/UFRJ. CACO: 90 anos de história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Cervo, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

Clayton, Tim e Craig, Phil. *Finest hour: the Battle of Britain*. New York: Simon & Schuster, 1999.

Cluny, Isabel. *D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

- Colby, Reginald. *Mayfair: a town within London*. New York: South Brunswick, 1966.
- Colpi, Terri. The impact of the Second World War on the British Italian community. In: Cesarani, David e Kushner, Tony. *The internment of aliens in Twentieth Century Britain*. London: Frank Cass, 1993. p. 167-87.
- Colton, Timothy J. *Moscow: governing the socialist metropolis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- Corrêa Junior, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- Couto, Ronaldo Costa. *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.
- Crawford, John E. Thorium. In: *Minerals yearbook metals and minerals (except fuels) 1956*. Washington, D. C.: Bureau of Mines. U. S. Department of Interior, 1958. p. 1155-65.
- Cresswell, Yvonne. Behind the wire: the material culture of civilian internment on the Isle of Man in the First World War. In: Dove, Richard. *"Totally un-English"? Britain's internment of "enemy aliens" in two world wars*. Amsterdam: Rodopi, 2005. p. 45-62.
- Dallin, David J. *Soviet foreign policy after Stalin*. Philadelphia: J. B. Lippincott Company, 1961.
- Danese, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- Davis, Richard Beale. *O abade Correia da Serra na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
- Dilks, David (Ed.) *The diaries of Sir Alexander Cadogan*. New York: G. P. Putnam's Sons. 1972.
- Dobson, Alan P. *Flying in the face of competition: the policies and diplomacy of airline regulatory reform in Britain, the USA and*

the European Community, 1968-74. Aldershot: Avebury Aviation, 1995.

Donald Jr., Cleveland. *Slavery and abolition in Campos, Brazil, 1830-1888*. Ph.D. Thesis. Ithaca: Cornell University, 1973.

Dosman, Edgar J. Markets and the State in the evolution of the “Prebisch manifesto”. *CEPAL Review*, v. 75, n. 1, p. 87-102. 2001.

\_\_\_\_\_. *The life and times of Raúl Prebisch, 1901-1986*. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2008.

Dye, Alan e Sicotte, Richard. The U.S. Sugar Program and the Cuban Revolution. *The Journal of Economic History*, v. 64, n. 03, p. 673-704. 2004.

Easterly, W. The lost decades: Developing countries’ stagnation in spite of policy reform 1980–1998. *Journal of Economic Growth*, v. 6, n. 2, p. 135-57. 2001.

Easterly, William Russell. *The elusive quest for growth: economists’ adventures and misadventures in the tropics*. Cambridge [Massachusetts]: MIT Press, 2001.

Eastment, Diana Jane. *The policies and position of the British Council from the outbreak of war to 1950*. Ph.D. Thesis. Leeds: University of Leeds, 1982.

Edgerton, David. *Britain’s war machine: weapons, resources, and experts in the Second World War*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Edmundo, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

Faria, Ana Maria Homem Leal de. *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno (1618-1680)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

Farias, Rogério de Souza. *Industriais, economistas e diplomatas: o Brasil e as negociações comerciais multilaterais (1946-1967)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Edmundo Penna Barbosa da Silva: dos Secos & Molhados à diplomacia econômica multilateral. In: Pimentel, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*, vol. 3. Brasília: FUNAG, 2013. p. 845-76.

Fedorowich, Kent. Propaganda and political warfare: the Foreign Office, Italian POWs and the Free Italy Movement, 1940-3. In: Moore, Bob e Fedorowich, Kent. *Prisioners of War and theirs captors in World War II*. Oxford: Berg, 1996. p. 119-48.

Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

Fontoura, João Neves da. *Depoimentos de um ex-ministro: peronismo, minerais atômicos, política externa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

\_\_\_\_\_. *Um estadista da república: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

Freire, Gilberto. *Ordem e progresso*. 6ª edição. São Paulo: Global Editora, 2004.

Furtado, Celso. *Obra autobiográfica*. Volume 1: A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Garcia, Eugénio Vargas. ¿Imperio informal? La política británica hacia América Latina en el siglo XIX. *Foro Internacional*, v. 46, n. 2, p. 353-85. 2006.

Gaulle, Charles de. *The call to honour, 1940-1942*. New York: Viking Press, 1955.

Gillman, Peter e Gillman, Leni. “*Collar the lot!*”: how Britain interned and expelled its wartime refugees. London: Quartet Books, 1980.

Ginsburg, Solomon Louis. *A wandering jew in Brazil: an autobiography*. Nashville: Southern Baptist Convention, 1922.

Gomes, Angela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: Gomes, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 133-60.

González, Luis Arnaldo. *Law, hegemony, and the politics of sugarcane growers under Getúlio Vargas*: Campos, Rio de Janeiro, Brazil, 1930-1950. Ph.D. Thesis. Minneapolis: University of Minnesota, 1998.

Gooch, John. *Mussolini and his generals: the armed forces and fascist foreign policy, 1922-1940*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2007.

Gormly, James. *The counter Iron Curtain: crafting an American-Soviet bloc civil aviation policy: 1942-1960*. *Diplomatic History*, v. 37, n. 2, p. 248-79. 2013.

Gorsuch, Anne E. *All this is your world: Soviet tourism at home and abroad after Stalin*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Gouthier, Hugo. *Presença*. Brasília: FUNAG, 2008.

Guerra, Jacinto. *JK: triunfo e exílio. Um estadista brasileiro em Portugal*. Brasília: Thesaurus, 2005.

Guerreiro, Ramiro Saraiva. *Ramiro Saraiva Guerreiro: depoimento*, 1985. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Guimarães, Margarida Barbosa. *Traços de família*. Tabocas: Autora, 2002.

Hagedorn, Dan. *Conquistadores of the sky: a history of aviation in Latin America*. Washington, D. C.: Smithsonian, 2008.

Hagelberg, Gerhard B. e Hannah, A. C. The quest for order: a review of international sugar agreements. *Food Policy*, v. 19, n. 1, p. 17-29. 1994.

Hall, Michael R. *Sugar and power in the Dominican Republic: Eisenhower, Kennedy, and the Trujillos*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 2000.

Hambloch, Ernest. *Sua majestade o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1890-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000 [1936].

Hazareesingh, Sudhir. *How the French think: an affectionate portrait of an intellectual people*. New York: Basic Books, 2015.

Helmreich, Jonathan E. *Gathering rare ores: the diplomacy of uranium acquisition, 1943-1954*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1986.

Herken, Gregg. *The Georgetown set: friends and rivals in Cold War Washington*. New York: Alfred A. Knopf, 2014.

Hershberg, James G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 2). *Journal of Cold War Studies*, v. 6, n. 3, 2004/07/01, p. 5-67. 2004.

Hilton, Stanley E. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship. *The Journal of American History*, v. 68, n. 3, p. 599-624. 1981.

\_\_\_\_\_. The overthrow of Getúlio Vargas in 1945: diplomatic intervention, defense of democracy, or political retribution? *The Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 1, p. 1-37. 1987.

\_\_\_\_\_. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

Holmes, Colin. British government policy towards wartime refugees. In: Conway, Martin e Gotovitc, José. *Europe in exile:*

European exile communities in Britain, 1940-1945. New York: Berghahn Books, 2001. p. 11-34.

Hosking, Geoffrey. *Rulers and victims: the Russians in the Soviet Union*. Cambridge [Massachusetts] and London: The Balknap Press of Harvard University Press, 2006.

IBM. *O novo presidente do Brasil: visita aos Estados Unidos da América de Sua Excelência o Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil*. 5 de janeiro-9 janeiro 1956. New York: IBM, 1956.

Ingulstad, Mats. The interdependent hegemon: the United States and the quest for strategic raw materials during the early Cold War. *The International History Review*, p. 2015.

Jackson, John Howard. *World trade and the law of GATT: a legal analysis of the General agreement on tariffs and trade*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1969.

Keohane, Robert O. Reciprocity in international relations. *International organization*, v. 40, n. 01, p. 1-27. 1986.

Kersaudy, François. *Churchill and De Gaulle*. New York: Atheneum, 1982.

Kirkendall, Andrew J. Kennedy men and the fate of the alliance for progress in LBJ era Brazil and Chile. *Diplomacy & Statecraft*, v. 18, n. 4, p. 745-72. 2007.

Klingaman, William K. *1941: our lives in a world on the edge*. New York: Harper & Row, 1988.

Knox, Macgregor. *Mussolini unleashed, 1929-1941: politics and strategy in fascist Italy's last war*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1982.

Kubitschek, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

Lacombe, Américo Jacobina. *O mordomo do imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

Lafer, Celso e Cardim, Carlos Henrique (Orgs.). *Horácio Lafer: democracia, desenvolvimento e política externa*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

Lajolo, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro em trânsito*. Ilha do Desterro, v. 57, n. 1, p. 37-57. 2009.

Lampreia, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Levine, Robert M. Brazil's jews during the Vargas era and after. *Luso-Brazilian Review*, v. 5, n. 1, p. 45-58. 1968.

\_\_\_\_\_. Perspectives on the mid-Vargas years 1934-1937. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 22, n. 1, p. 57-80. 1980.

Linehan, Peter. The twentieth century. In: Linehan, Peter. *St John's College Cambridge*. Woodbridge: The Boydell Press, 2011. p. 397-639.

Lopes, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

Lopes, Luís Simões. Luís Simões Lopes II (depoimento, 1999). Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

Lopes, Roberto. *Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

Lopes, Rodrigo. *Sonho e razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006.

Lyra, Heitor. *Minha vida diplomática: coisas vistas e ouvidas*. Volume 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Mackay, Robert. *Half the battle: civilian morale in Britain during the Second World War*. Manchester: Manchester University Press, 2002.

Madol, H. R. *The league of London: a book of interviews with Allied sovereigns and statesmen*. London: Hutchinson & Co., 1943.

Magnúsdóttir, Rósa. *Keeping up appearances: how the Soviet state failed to control popular attitudes toward the United States of America, 1945-1959*. Ph.D. Thesis. Chapel Hill: University of North Carolina, 2006.

Mahler, Vincent A. *The political economy of North-South commodity bargaining: the case of the International Sugar Agreement*. International Organization, v. 38, n. 4, p. 709-31. 1984.

Martins, Luís. *Noturno da Lapa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

McCann, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

McPherson, Alan. *Intimate ties, bitter struggles: the United States and Latin America since 1945*. Washington, D.C.: Potomac Books, 2006.

Mello, Evaldo Cabral de. Depois do “D. João VI”. In: Lima, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1922]. p. 11-6.

Melo, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Midlin, José. Minas e a modernização. In: Gomes, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 43-54.

Miller, Edward. *Portrait of a college: a history of the College of Saint John the Evangelist* Cambridge. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

Ministério das Relações Exteriores. *Projeto de reforma*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1959.

Monteiro, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, v. 6, n. 2, p. 113-68. 2003.

Mugnaini, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera dell'Italia (1919-1943)*. Milano: FrancoAngeli, 2008.

Nabuco, Carolina. *Oito décadas: memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.  
\_\_\_\_\_. *Diários. 1849-1910*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

Neto, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Newton, Wesley Phillips. *The perilous sky: evolution of United States aviation diplomacy toward Latin America, 1919-1931*. Coral Gables: University of Miami Press, 1978.

Nicolson, Harold. *The war years, 1939-1945. Diaries and Letters*, Volume II. Atheneum: New York, 1967.

Nogueira, Almeida. *A academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Pypographia, 1912.

Nogueira, João. 15 de novembro (reminiscências). *Revista do Instituto do Ceará*, v. 1943, p. 13-9. 1943.

Norton, Henry Kittredge. *Organização dos Ministérios de Estrangeiros: estudo comparativo dos Ministérios de Estrangeiros de Gran Bretanha, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e comentários à actual organização brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

Nunberg, Barbara. Structural change and state policy: the politics of sugar in Brazil since 1964. *Latin American Research Review*, v. 21, n. 2, p. 53-92. 1986.

Oliveira, Antônio Camillo de. Raul Fernandes, diplomata. In: Ministério das Relações Exteriores. *Raul Fernandes. Nonagésimo aniversário*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968. p. 65-158.

\_\_\_\_\_. Joaquim de Souza-Leão Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 312, n. 1, p. 352-3. 1976.

Oliveira, Hugo Paulo de. *Os presidentes do IAA*. Rio de Janeiro: IAA, 1975.

Otoni, Christiano Benedicto. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1890.

Paiva Teixeira, Glycon de, Dorr, John Van N. et al. *Manganese deposits of the Serra do Navio district, Territory of Amapá, Brazil*. Washington, D. C.: U. S. Govt. Print. Off., 1949.

Park, James William. *Latin American underdevelopment: a history of perspectives in the United States, 1870-1965*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1995.

Passos, Gabriel de Rezende. *Estudo sobre o acordo de Roboré*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

Patti, Carlo. Brazil in global nuclear order. Ph.D. Thesis. Firenze: Università degli Studi di Firenze, 2012.

\_\_\_\_\_. The origins of the Brazilian nuclear programme, 1951-1955. *Cold War History*, v. 15, n. 3, p. 353-73. 2015.

- Peixoto, Ernâni do Amaral. *Artes na política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Pereira, Leandro da Silva Patista. *Vitória na derrota: Álvaro Alberto e as origens da política nuclear brasileira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- Perkovich, George. *India's nuclear bomb: the impact on global proliferation*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- Philby, Kim. *My silent war*. New York: Grove, 1968.
- Pinheiro Neto, José Martins. *Crônicas da guerra*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.
- Pinto, Lúcio Flávio. *Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: as relações entre estado e multinacional na Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.
- Pollock, David, Kerner, Daniel *et al.* Raúl Prebisch on ECLAC's achievements and deficiencies: an unpublished interview. *CEPAL Review*, v. 75, n. 1, p. 9-21. 2001.
- Porter, Roy. *London: a social history*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- Prebisch, Raúl. *El desarrollo economico de la America Latina y sus principales problemas* (E/CN.12/89). Santiago: CEPAL, 1949.
- Preston, Paul e Partridge, Michael (Eds.). *British documents on foreign affairs: reports and papers from the foreign office confidential print*. Part III: from 1940 through 1945. Series D: Latin America. Volume 1: South and Central America, January 1940-December 1940. Frederick, MD: University Publications of America. 1998.
- Príncipe, Hermógenes. *Impressões de uma viagem à Polônia e à U.R.S.S.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- Ramana, M. V. *The power of promise: examining nuclear energy in India*. New Delhi: Penguin, 2012.

Ramos, Pedro. Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 4, p. 559-85. 2007.

Rebello, Marques. *Cortina de ferro*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

\_\_\_\_\_. *Depoimento*. Ficção, v. II, n. 1, p. 68-71. 1976.

\_\_\_\_\_. *O trapicheiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1959].

\_\_\_\_\_. *A mudança*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012 [1959].

Reeve, F. A. *Cambridge*. London: B. T. Batsford, 1964.

Riedinger, Edward Anthony. *Como se faz um presidente: a campanha* J. K. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Rosa, João Guimarães. Quatro palavras. In: Silva, Alexandre Barbosa da. *Coisas do meu sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983. p. 5-13.

Rosa, Vilma Guimarães. *João Guimarães Rosa, meu pai*. 2ª edição: Nova Fronteira, 1999. Rule, John C. e Trotter, Ben S. *A world of paper: Louis XIV, Colbert de Torcy, and the rise of the information state*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2014. Salles, Dagoberto. *As razões do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fulgor, 1959.

Schlesinger, James R. Atoms for peace revisited. In: Pilat, Joseph F., Pendley, Robert E. et al. *Westview special studies in international relations*. Boulder: Westview Press, 1985. p. 5-17.

Seitenfus, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 2ª edição. Barueri: Manole, 2003.

Selcher, Wayne A. *The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968*. Ph.D. Thesis. Miami: The University of Florida, 1970.

Shlapentokh, Vladimir, Shiraev, Eric *et al.* *The Soviet Union: internal and external perspectives on Soviet society*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Silva, Alexandre Barbosa da. *Coisas do meu sertão: fatos, histórias e narrativas do sertão de Minas e de sua nobre gente*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

Silva, Andrée e Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centre culturel Calouste Gulbenkian, 2002.

Silva, Andrée e Mansuy-Diniz. Uma figura central da Corte Portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: Martins, Ismênia e Motta, Márcia. *1808: a Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 159-78.

Silva, Edmundo Barbosa da. Mercado Comum Europeu. *Carta CNC*, v. 3, n. 2, p. 221-32. 1957.

\_\_\_\_\_. *Discurso de paraninfo*. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. 1959

Silva, Edmundo Penna Barbosa da. *Oswaldo Aranha*. Rio de Janeiro: Mimeo (Acervo Luiz Aranha Correa do Lago), 1994.

Silva, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 1997.

Silveira, A. F. Azeredo da. *Organização do Ministério das Relações Exteriores: lições de uma experiência*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1966.

Skidelsky, Robert Jacob Alexander. *John Maynard Keynes, 1883-1946: economist, philosopher, statesman*. New York: Penguin Books, 2005.

Smith, Glen Alden. *Soviet foreign trade: organization, operations, and policy, 1918-1971*. New York: Praeger, 1973.

Sousa, Maria Leonor Machado de. *Um ano de diplomacia luso-americana: Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1988.

Souza, Carlos Alves de. *Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

Spektor, Matias (Ed.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Sponza, Lucio. The British government and the internment of Italians. In: Cesarani, David e Kushner, Tony. *The internment of aliens in Twentieth Century Britain*. London: Frank Cass, 1993. p. 125-46.

\_\_\_\_\_. The internment of Italians 1940-1945. In: Dove, Richard. *"Totally un-English"? Britain's internment of "enemy aliens" in two world wars*. Amsterdam: Rodopi, 2005. p. 153-63.

Spufford, Francis. *Red plenty*. Minneapolis: Graywolf Press, 2010.

Steiner, Zara S. *The triumph of the dark: European international history, 1933-1939*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Strang, G. Bruce. *On the fiery march: Mussolini prepares for war*. Westport, Conn.: Praeger, 2003.

Summervielle, Isabel Maria Araújo Lima Cluny. *O Conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Swift, Will. *The Kennedys amidst the gathering storm: a thousand days in London, 1938-1940*. New York: HarperCollins E-Books, 2009.

Szmrecsányi, Tamás e Moreira, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 57-79. 1991.

Taubman, William. *Khrushchev: the man and his era*. New York: W. W. Norton, 2003.

Távora, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 3º volume. Voltando à planície. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

Taylor, Kevin. *Central Cambridge: a guide to the university and colleges*. Second Edition. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2008.

Taylor, Philip M. Cultural diplomacy and the British Council: 1934-1939. *British Journal of International Studies*, v. 4, n. 3, p. 244-65. 1978.

Thompson, Robert Smith. *Pledge to destiny: Charles de Gaulle and the rise of the Free French*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1974.

Toye, Richard e Toye, John. The Origins and Interpretation of the Prebisch-Singer Thesis. *History of Political Economy*, v. 35, n. 3, p. 437-67. 2003.

Ulam, Adam B. *Expansion and coexistence: the history of soviet foreign policy, 1917-1967*. New York: Praeger, 1968.

United Nations Economic Commission for Latin America. *International Cooperation in a Latin American Development Policy*. New York: United Nations, 1954.

United States Department of State. *Foreign relations of the United States*. 1948. The Western Hemisphere. Volume IX. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1971.

\_\_\_\_\_. *Foreign relations of the United States*. 1949. The United Nations; the Western Hemisphere. Volume II. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1975.

\_\_\_\_\_. *Foreign relations of the United States, 1955-57. American Republics: Central and South America. Volume VII.* Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1987.

\_\_\_\_\_. *Foreign Relations of the United States. 1961-1963. American Republics. Volume XII.* Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d14>>. Acesso: 10 de dezembro de 2015.

Valkenier, Elizabeth Kridl. *The Soviet Union and the Third World: an economic bind.* New York: Praeger, 1983.

Valle, Cyro de Freitas. *Vale Dico: despedida do Itamaraty.* Brasília: FUNAG, 2001.

Vandeveld, Kenneth J. The Bilateral Investment Treaty Program of the United States. *Cornell International Law Journal*, v. 21, n. 1, p. 201-76. 1988.

Vasconcellos, Mário de Barros e. *Motivos de história diplomática do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

Venâncio Filho, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2004.

Vieira, João Pedro Gouvêa. *Depoimento, 1989.* Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobrás, 1995.

Weis, W. Michael. The twilight of Pan-Americanism: the Alliance for Progress, neo-colonialism, and non-alignment in Brazil, 1961-1964. *The International History Review*, v. 23, n. 2, p. 322-44. 2001.

West, Nigel (Ed.) *The Guy Liddell diaries.* Vol. 1: 1939-1942. MI5's director of counter-espionage in World War II. Abingdon: Routledge. 2005.

White, Dorothy Shipley. *Seeds of discord: De Gaulle, Free France and the Allies.* Syracuse: Syracuse University Press, 1964.

White, Jerry. *London in the Twentieth Century.* London: Viking, 2001.

Williams, Charles. *The last great frenchman*. New York: John Wiley & Sons, 1993.

Williams, Margaret Todaro. Integralism and the Brazilian Catholic Church. *The Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 3, p. 431-52. 1974.

Willis, Robert e Clark, John Willis. The architectural history of the University of Cambridge and of the Colleges of Cambridge and Eton. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Winterbottom, Derek. Economic history, 1830-1996. In: Belchem, John. *New history of the Isle of Man*. The modern period, 1830-1999. Vol. 5. Liverpool: Liverpool University Press, 2001. p. 207-78.

Woolsley, James P. And he was there. *Air Transport World*, v. 31, n. 10, p. 78. 1994.

Ziegler, Philip. *London at war, 1939-1945*. New York: Alfred A. Knopf, 1995.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

Accioly, Hildebrando 130n, 218

Ackerman, I. 382

Acheson, Dean 199

Adenauer, Konrad 257

Alencar Neto, José de 129, 168

Alencar, Fernando Ramos de 214, 409, 409n, 414, 430

Alkmin, José Maria 273, 351

Almeida, Miguel Ozório de 184, 184n, 206, 206n, 214, 217, 219-220, 226, 227n, 229, 229n, 331, 349, 425, 438, 439, 452, 454n, 455, 519, 520n

Almeida, Rômulo de 207, 207n, 220, 331

Almeida, Sebastião Paes de 273

Álvaro Alberto, almirante. Ver “Silva, Álvaro Alberto da Mota e”.

Alves, Dário Castro 419-420, 420n

- Alves, Francisco de Paula Rodrigues 260
- Alves, Luis Soutelo 459
- Alvim, Cesário 55
- Amado, Gilberto 60cit, 72, 74-75, 76n, 82, 115, 171fot, 197,  
481cit, 507cit
- Amado, Gilson 73
- Amaral, Luis Avelino Gurgel do 87cit
- Amaral, Silvino Gurgel do 179
- Andrade, Carlos Drummond de 62
- Andrade, Mário de 187
- Anjos, Cyro dos 239
- Antunes, Augusto Trajano de Azevedo (tb. “Augusto T. A. Antunes”;  
“Augusto Trajano Antunes”; “Trajano Antunes”) 473-475, 523,  
526-533, 527n-528n, 531n
- Anzani, Decio 142
- Aragão, José Joaquim Moniz de 123n, 127-128, 128n, 130n, 131,  
137, 144, 144n, 147n, 149n, 150-151, 155-156, 156n-157n,  
158, 163-164, 173n-174n, 174-175, 175n-176n
- Aranha, Oswaldo 96, 96cit, 98, 98n, 100-101, 100n, 104, 107,  
107n-108n, 114, 114n-116n, 116, 120n, 122n, 123, 125-  
127, 125n, 130n, 131, 137, 137n, 144n, 149n, 155, 155n,  
156n-157n, 158, 164, 169n, 173, 174n, 175, 176n-177n, 178,  
182-183, 184n, 185, 205n, 223, 223n, 225, 227, 378
- Arantes, visconde de (Antônio Belfort Ribeiro de Arantes) 53
- Araújo Castro 105, 216, 216n, 339, 339n, 341, 341n, 376-377,  
379n, 400, 400n, 411-413, 412n, 414n, 478, 482, 489
- Araújo, Hippólito Alves de 104
- Archer, Renato 297-298, 298n, 302n-303n, 303, 305, 305n, 311n,  
313-315, 314n-315n, 452

Arinos, Afonso. Ver “Franco, Afonso Arinos de Mello”  
 Arinos Filho, Afonso 344  
 Arruda, Orlando 115  
 Assis Chateaubriand. Ver “Mello, Francisco de Assis Chateaubriand  
 Bandeira de”.  
 Avila, Antônio Corvelo de (padre) 57  
 Azambuja, Marcos 223n, 228, 228n  
 Azeredo, Antônio (senador) 63  
 Azeredo, Carlos Magalhães de, 104  
 Azeredo da Silveira. Ver “Silveira, Antônio Francisco Azeredo da”  
 Azevedo, José da Costa. Ver “Ladário, barão de”

## B

Balbino, Antônio 73  
 Bandeira, Manuel 75  
 Barbosa, Braulino Botelho 220, 459, 483n, 485n  
 Barbosa, Rui 63, 71, 94  
 Barbosa da Silva, Afrânio P. 58, 67  
 Barbosa da Silva, Alexandre 50n-51n, 53n, 55, 55n, 58n, 60n, 62,  
 145n, 535n  
 Barbosa da Silva, Ana Helena 510  
 Barbosa da Silva, Antônio Joaquim (tb. “Quincas”) 49-56, 81  
 Barbosa da Silva, Glória 58  
 Barbosa da Silva, Maria 82n  
 Barbosa da Silva, Matias 81, 82n  
 Barbosa da Silva, Quintiliano 50, 58, 81  
 Barbosa da Silva, Raphael Chrysostomo 185  
 Barbosa da Silva, Rosita 58

- Barbosa da Silva, Tita. Ver “Mattoso, Maria Custódia de Queirós”.
- Barboza, Mário Gibson 39, 209
- Barros, Ademar de 107n, 236
- Barros, João Alberto Lins de 224-225, 360
- Bastos, Humberto 275, 327
- Batista, Fulgêncio 415
- Batista, Paulo Nogueira 215
- Beltrão, Hélio 71
- Berle, Adolf 193
- Bernardes, Carlos Alfredo 69, 71
- Berta, Rubem 196
- Betinho. Ver “Souza, Herbert de”
- Bier, Amauri 381
- Bonifácio, José (“Patriarca da Independência”) 250, 271cit
- Bopp, Raul 95, 223n, 227n, 265, 265n
- Bouças, Valentim 220, 224n, 331, 335
- Braga, Rubem 75, 76n
- Branco Filho, Antônio Borges Leal Castelo 69, 71, 99, 191, 224, 478
- Branco, Humberto Castelo ver “Castelo Branco, presidente”
- Brandão, Manuel Antônio Maria Pimentel 376
- Brandão, Mário de Pimentel (tb. “Pimentel Brandão”) 115, 179, 357, 357n, 385, 386n
- Briand, Aristide 197
- Briggs, Moacyr 328
- Brizola, Leonel 439-440
- Brochado da Rocha. Ver “Rocha, Francisco de Paula Brochado da”.

Bulhões, Octávio Gouvêa de 220, 235, 331, 438, 501, 503, 504n, 534, 536

## C

Cabal, Hélio 71

Café Filho (presidente) 235, 237, 293

Caffery, Jefferson 183

Câmara Filho, José Sette. Ver “Sette Câmara”

Câmara, d. Hélder 381

Câmara, d. Jaime de Barros (cardeal) 373-374, 380

Campos, Domar 213

Campos, Francisco 227

Campos, Milton 62

Capanema, Gustavo 62, 78, 326, 421

Cardoso, Adauto Lúcio 34, 61

Carli, Gileno de 456

Carneiro, Júlio Augusto Barboza 204n, 336

Carneiro, Octávio Augusto Dias (tb. “Dias Carneiro”) 105, 214, 214n, 218, 231, 232n, 266, 299, 304, 331, 489, 491, 493, 494n

Carneiro, Oswaldo Ribas 368

Carvalho, Sylvio de 155

Castelo Branco, presidente 482, 484, 493n, 497, 501, 503

Castro, Fidel 415, 415n, 444

Castro, João Augusto de Araújo ver “Araújo Castro”

Castro, José Fernandes Leite de 224-225

Castro, Josué de 220

Cavalcanti, Geraldo Holanda 215, 349, 430n

Cesar, J. B. de Berenguer 111, 111n

Chamberlain, Neville 101, 114, 124, 135  
Chermont, Epaminondas Leite 130  
Chermont, Jayme Solano 408  
Chermont, Justo Leite 130  
Chermont, Theodosio Constantino de 130  
Chermont Lisboa. Ver “Lisboa, Frederico Chermont”  
Chrysostomo, Raphael 185  
Churchill, Winston 124, 137, 153, 161, 163, 166, 167, 254  
Clapham, J. H. 121, 123  
Coimbra, Marcos Antônio de Salvo 62  
Collor, Lindolfo 75  
Colombo de Souza. Ver “Souza, José Colombo de”  
Constâncio, Francisco Solano 41  
Contreras, Alberto Sepúlveda 350  
Cooley, Harold D. (deputado norte-americano) 465-466  
Corrêa Jr., Manoel Pio. Ver “Pio Corrêa”  
Corrêa, João Arthur de Souza (tb. Souza Corrêa) 138  
Costa, Arthur de Souza (tb. “Souza Costa”) 97n, 185, 331  
Costa, Ronaldo 215, 326n, 409, 438,  
Costa, Sérgio Corrêa Affonso da 42, 99, 187, 187n, 218, 224, 365n,  
505fot  
Costa Cavalcanti, general 532  
Coty, René 256  
Coutinho, Rodrigo de Souza (tb. “Souza Coutinho, conde de  
Linhares”) 41, 82n  
Covas, Mário 498  
Cunha, d. Luís da 41

Cunha, Gastão da 180

Cunha, Vasco Leitão da (tb. “Leitão da Cunha”) 227-229, 230n, 256, 315n, 345n, 428, 482, 484, 485n-486n, 486-487, 489-491, 493n, 495n, 497-499, 499n, 507-508, 508n, 522, 534

## D

Dantas, Luís Martins de Souza ver “Souza Dantas”

Dantas, Marcos de Souza 223

Dantas, San Tiago 73, 450, 452, 452n, 458, 466n

Dean, Gordon 285

Delfim Neto, Antônio 502n, 504n, 527n, 530, 531n

Delgado, Humberto 418

Dietrich, Marlene 387

Dória, Seixas 299-300, 304, 318

Doyle, Plínio 73

Dulles, John Foster 237n, 246

Dutra, Eurico Gaspar 199, 210, 264, 485

Dutra, Herberto 74

## E

Eden, Anthony 162, 167, 255, 264

Einstein, Albert 284

Eisenhower, Dwight D. 241, 243, 245, 248, 253, 264, 348

Ernesto, Pedro 225

Escorel, Lauro 184, 438, 475

## F

Falcão, Armando 327

Faria, Otávio de 73

Faria Lima, Floriano Peixoto (governador) 521

Faro Júnior, Luiz de 108n, 174, 174n, 371, 371n

Fermi, Enrico 284

Fernandes, Oscar Lorenzo 215

Fernandes, Raul 39, 197-199, 198n, 200n, 218n, 235, 245, 293n,  
308-309, 317, 370, 371n, 374n, 408, 505fot

Figueiredo, Afonso Celso de Assis. Ver “Ouro Preto, visconde de”.

Figueiredo, Inar de 273

Fleius, Henrique 381

Fonseca Filho, José da 203-204, 204n

Fonseca, Deodoro da 52

Franco, Afonso Arinos de Mello (tb. “Afonso Arinos”) 62, 179-  
180, 180n, 344, 345n, 409, 418-419, 428-429, 434, 437n, 438,  
444n, 498, 522cit

Franco, Afrânio de Mello 181

Franco, Aldo Batista 331

Franco, Francisco 260

Franco, Virgílio de Mello 185, 225

Franco Filho, Afrânio de Mello 199

Frazão, Sérgio Armando 214, 331, 379, 457

Freire, Gilberto 81

Freitas, Airton Salgueiro 501

Freitas, Bolívar de 61

Furtado, Celso 436, 439

## G

- Gabaglia, Fernando Raja 76-77, 77n, 83
- Gallagher, John Andrew 121-122
- Galotti, Antônio 73
- Galvão, Henrique 418
- Galvêas, Ernane 437, 439, 530
- Gama, Domício da 129, 180
- Garcia, Celso Raul 69, 99, 324, 433
- Gatti, Vicente Paulo 191
- Gaulle, Charles de 126n, 159-162, 159n-161n, 165-167, 168n
- Goes, Gerardo 213, 488
- Gomes, Anápio 220, 298, 301n, 304, 331
- Gomes, Eduardo 235
- Gomes, Henrique de Souza 327, 336, 369-370
- Gomes, Jayme de Barros 408
- Gomes, Jayme de Souza 184, 328
- Gordon, Lincoln 435, 438-439, 536, 536n
- Goulart, João (Jango) 457, 465-466, 468-469, 476, 481, 483
- Gouthier, Hugo 111cit, 214, 239, 323cit, 362, 362n, 485-486, 486n
- Gromyko, Andrei 397-398
- Gronchi, Giovanni 259
- Grotius, Hugo 77
- Guerreiro, Ramiro Saraiva 105, 344-345, 344n-345n, 367, 367n, 410n, 419n
- Guillebaud, C. W. 123
- Guimarães, Djalma 301, 303-304

Guimarães, José Nunes 331  
Guimarães, Napoleão de Alencastro 235  
Guimarães, Protógenes 185  
Guimarães, Ulysses 342, 457, 457n, 469-470  
Guimarães Rosa. Ver “Rosa, João Guimarães”  
Gunther, John 382

## H

Halifax, lorde (Edward Frederick Lindley Wood) 116  
Halifax, visconde 128, 136n, 158n, 164n  
Hitler, Adolf 101, 114, 126, 163  
Holland, Henry F. 237n, 246, 246n, 248n  
Hollanda, Raphael de 80  
Humphrey, George 241

## I

Ianni, Constantino 382

## K

Kafka, Alexandre 220, 331  
Kennedy, John F. 136, 438, 439n, 442, 443-445, 444n, 465-466  
Kennedy, Joseph 127, 136, 153  
Keynes, John Maynard 119  
Khrushchev, Nikita 365, 372, 389, 397  
Kruel, Amauri 468-469  
Kubitschek, Juscelino (tb. “JK”) 25fot, 33-36, 34n-35n, 38, 42, 215, 217cit, 233fot, 235-266, 238n, 240n, 242n, 242cit, 244n-245n, 248n-249n, 252n-253n, 255n, 256cit, 256n-257n, 259n-261n, 263n, 265n-266n, 271-273, 275, 276n, 277-280, 279n-280n,

282-283, 298, 311, 313-314, 323, 327-328, 348, 365-366, 369, 373-374, 374n, 380, 382-383, 392, 399, 407-408, 411, 414-418, 417n, 422, 429, 431-435, 450, 457, 485-486, 496, 500, 534

## L

Lacerda, Carlos 74, 283, 313

Lacombe, Américo Jacobina 37, 37n, 73, 82n,

Ladário, barão de (José da Costa Azevedo) 49, 52-55, 99

Lafayette Rodrigues. Ver “Pereira, Lafayette Rodrigues”.

Lafer, Horácio 207, 210, 220, 340, 340n, 343n, 351, 351n, 353-354, 362n, 377, 377n, 380, 380n, 382-384, 383n-385n, 388n, 392, 395-396, 399-401, 400n-401n, 409, 411, 414-416, 433, 433n, 538

Lago, Antonio Corrêa do 69, 99, 101, 183-184, 183n, 205, 214, 218, 224, 230-231, 231n, 285n, 324, 345n-346n, 349-350, 353n, 357cit, 362, 363n, 379, 431, 431n, 433, 433n, 478n, 482n, 483, 483n-484n, 508-509, 508n, 515n

Lago, Luiz Aranha Corrêa do 43-44

Latour, Jorge 129, 328, 372, 408

Lauterpacht, Hersch 120, 420

Leão, Joaquim de Souza 42, 117n, 125, 125n, 128-129, 128n, 130n-131n, 139, 141n, 144-150, 144n, 147n-151n, 161n, 163-165, 164n-165n, 167, 168n, 174, 175n, 177n, 182n, 256n

Leão, Luiz Philippe de Souza 128

Leitão, Ildefonso 115

Leite, Cleanto de Paiva 220

Leme, cardeal d. Sebastião 69

Leonardos, Othon Henry 305

Lima, Alceu Amoroso 69, 72, 74, 181  
Lima, Evaldo Correia 331  
Lima, Francisco Negrão de 376, 408  
Lima, Hermes 72, 351, 473  
Lima, José Vicente Faria 438  
Lima, Oliveira 180  
Lima, Renato Costa (tb. “Costa Lima”) 381, 384, 396, 398  
Lima, Wander Batalha 213  
Lisboa, Frederico Chermont (tb. “Chermont Lisboa”) 130, 139,  
150, 155, 162-163, 165-168, 169n  
Lispector, Clarice 320  
Lloyd, Selwyn 254  
Lobato, Monteiro 277, 329  
Lodi, Euvaldo 220  
Lopes, Edgard Álvares 298  
Lopes, Francisco Craveiro 261-262  
Lopes, José Leite 301  
Lopes, Lucas 62, 235, 240, 249, 266, 273, 351, 408  
Lopes, Luiz Simões 93, 94n, 95, 98, 98n, 184n, 209-210, 437  
Lott, Henrique Teixeira (tb. “marechal Lott”) 304, 306  
Lucena, barão de (Henrique Pereira de Lucena) 63  
Luís XIV 41, 158  
Luz, Carlos 34, 237  
Lyra, Heitor 179, 181, 182cit

## M

MacArthur, Douglas 250  
Macedo, Duarte Ribeiro de 41

- Macedo Soares (ministro). Ver “Soares, José Carlos de Macedo”.
- Machado Neto, Brasília 220
- Machado, José Gomes Pinheiro 63
- Machado, Lineu de Paula 185
- Maciel, George 439, 439n
- Maciel, Leandro Maynard 456
- Maffei, Francisco 302, 304
- Magalhães, Agamenon 185
- Magalhães Pinto. Ver “Pinto, José de Magalhães”
- Magno, Paschoal Carlos 409
- Maia, Jorge 71
- Maior, Luiz Augusto Souto 214
- Maisky, Ivan 127
- Maksarev, Yuri 392
- Mangabeira, Octávio 203
- Mângia, Joaquim Ferreira 213, 488
- Marais, Jean 387
- Maranhão, Manuel Gomes 456
- Marguerite d’Anjou 131, 162, 165, 169
- Mariani, Clemente 37, 235, 430, 437-438, 440-442, 534
- Mariz, Vasco 69
- Marshall, George 199
- Mascarenhas, Armando Salgado 376, 380n, 381, 383n, 385n, 388n, 398-399, 400n
- Mastroianni, Marcello 387
- Mattoso, Maria Custódia de Queirós (tb. “Silva, Tita Barbosa da”) 40, 42, 509

Medaglia, Francisco 327  
Meira Penna. Ver “Penna, José Oswaldo de Meira”  
Mello, Fernando Collor de 62  
Mello, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de (tb. “Assis Chateaubriand”) 314  
Mello, Paulo Cabral 438  
Mello, Rubens Ferreira de 207n  
Mikoyan, Anastas 389, 392  
Monteiro, Max do Rego 467-468  
Monteiro, Pedro Aurélio de Góes 224, 286  
Moraes Filho, Prudente de 71  
Moraes, Vinicius de 68, 73, 106, 266, 475  
Moreira, Alfredo de Barros 179,  
Moreira, Benedicto Fonseca 212-213, 213n  
Moreira, Francisco Inácio de Carvalho (barão de Penedo),  
Moreira, José Artur da Frota 298  
Moreira, Marcílio Marques 215, 238n, 312, 312n, 493, 493n  
Moreli, Alexandre 42  
Moritz, Edgard 368  
Mota, Euvaldo 381  
Moura, Décio de 212n, 220-221, 226, 260n, 347n  
Moura, Paulo Leão de 38n, 99, 354, 384n, 433, 462n, 465, 466n, 475n, 483n, 485n, 508n-509n  
Muniz, João Carlos 217, 218n, 243, 245, 248n, 249, 313  
Murtinho, Wladimir do Amaral 377  
Muselier, Émile-Henri 159-160, 162, 165-167  
Mussolini, Benito 101, 135-137, 141, 145

## N

Nabuco, Joaquim 53, 94, 130, 138, 139n, 180-181, 181n, 187, 427

Nabuco, Maurício 37, 38n, 101, 227, 344

Nava, Pedro 62

Nelson, lorde 139

Neves da Fontoura, João 210-212, 285-286, 286n, 319, 326, 357n, 386, 408, 432, 450

Neves, Octávio Rainho da Silva (tb. “Octávio Rainho”) 215, 285n, 349, 477n, 534

Neves, Tancredo 273, 457, 469, 498

Nicolson, Harold 126, 161cit, 263cit

Niemeyer, Oscar 362, 409

Niemeyer, Paulo 382

Nixon, Richard 271, 348, 366, 389

Nunes, Zaibe 498

## O

Oliveira Filho, Cândido 71

Oliveira, Antônio Camillo de 181, 200, 218, 230n, 238-239, 250n, 333n, 369, 485n

Oliveira, Ivan de 381

Oliveira, José Manuel Cardoso de 104

Oliveira, Luís Antônio Sande de 530, 530n

Oliveira, Lygia Chrysostomo de. Ver “Silva, Lygia Chrysostomo Barbosa da”.

Oliveira, Rafael Correia 315

Oliveira, Raul Régis de 114n, 115, 116n, 127, 150, 179

Orico, Oswaldo 81, 82n, 92n

Ottoni, Benedicto 54

Ottoni, Theophilo 53

Ouro Preto, visconde de (Afonso Celso de Assis Figueiredo) 51-52,  
54, 58, 63, 71

## P

Paiva, Glycon de 293n, 331, 473-474

Paranaguá, Otávio 273, 332

Paranhos Júnior, José Maria da Silva. Ver “Rio Branco, barão do”.

Parente, Marcos 298

Passos, Francisco Pereira 90

Passos, Gabriel 298, 300

Patriota, Antônio 43, 336n, 492, 492n

Peçanha, Nilo 434

Pederneiras, Raul Paranhos 71

Pedro II, d. 37, 50, 128, 185, 199

Peixoto, Ernâni do Amaral 185, 285n, 302, 306n, 309n, 315n, 319,  
319n, 351, 366, 367n, 456, 465

Penido, Oswaldo 240, 243-244

Penna Júnior, Afonso 197

Penna, Afonso 55, 58

Penna, Isabel 56

Penna, João Camilo 58

Penna, José Jorge da Silva 58

Penna, José Oswaldo de Meira 203n, 376, 376n

Penna, Maria Luiza 42

Penna, Protásio Oliveira 58

Pereira, Jesus Soares 220

Pereira, Lafayette Rodrigues 54  
 Pétain, Philippe 124, 159  
 Peterson, H. W. 183  
 Pimentel Brandão. Ver “Brandão, Mário de Pimentel”  
 Pinay, Antoine 257  
 Pinheiro Neto, José Martins 139, 139n, 152-153, 152n  
 Pinheiro, Israel 503  
 Pinheiro, João Baptista 214, 220, 351, 360, 439, 509  
 Pinto, José de Magalhães 509  
 Pinto, Luiz Leivas Bastian,  
 Pinto, Mário da Silva,  
 Pio Corrêa 38-39, 120, 349, 400n, 405fot, 410, 420, 456, 456n  
 Pio XII 259  
 Pirajá, Lúcia 213, 488  
 Pitanguy, Ivo 62  
 Poock, Paulo Afonso 273, 351  
 Pouchain, Ernesto Bastos 298  
 Prado, Abelardo Bueno do 209, 218, 258n  
 Prates, João Milton 381  
 Prates, Milton 239  
 Prates, Newton 239  
 Prebisch, Raúl 217-219, 217n, 280n, 487cit  
 Prestes, Júlio 34, 237  
 Prestes, Luís Carlos 224, 359, 386  
 Preto, Carlos Sylvestre de Ouro (tb. Ouro Preto) 503, 506

## Q

Quadros, Jânio 409, 411, 417-419, 421, 429, 430n, 435-437,  
437n, 439-440, 449-450, 475, 496, 535

Queiroz, Alberto de Andrade 456

## R

Rainha Juliana 253

Ramos, Nereu 237

Ramos, Plínio de Abreu 350

Rao, Vicente 212n, 223n, 330, 330n

Rebello, Maria José de Castro 129

Rebello, Marques 54, 54n, 55cit, 70cit, 70-71, 71n, 79, 79n, 157,  
157n, 385n, 388n, 458cit

Rebello, Edgard Castro 72

Rei Jorge V 116

Rei Jorge VI 179

Rezende, Leônidas 72

Ribeiro, Casimiro 273

Ribeiro, Joaquim Costa 239

Ribeiro, Raul Fernando Leite 43, 487n, 534

Rilke, Rainer Maria 39

Rio Branco, barão do 97, 99, 101, 103, 103n, 127, 186, 329

Rio Branco, João Paulo da Silva Paranhos do 103

Rio Branco, Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do 103

Rio Branco, Raul do 179

Rio, João do 82

Rio, Oscar Pires do 250n, 369

Riou, Luiz 68

Robinson, Ronald 120-121  
 Rocha, Francisco de Paula Brochado da 470  
 Rocha, Heitor Lima 331  
 Rockefeller, Nelson 250  
 Rodrigues, Eduardo Lopes 331  
 Rodrigues, Jayme de Azevedo 475-477, 476n, 484, 488-491, 488n  
 Rodrigues, José Honório 71  
 Rodrigues, Nelson 66  
 Rodriguez, Carlos Calero 240, 240n  
 Romero Filho, Silvio 434  
 Root, Elihu 197  
 Rosa, Aldo Vieira 304  
 Rosa, João Guimarães 33cit, 49cit, 103n, 200, 200n, 211-212, 239, 407cit  
 Rostow, W. W. 498  
 Rule, John C. 41, 41n

## S

Barbosa da Silva, Paulo 81  
 Sá, Jayme Magrassi de 213, 381, 488  
 Sabino, Fernando 62  
 Salazar, Antônio de Oliveira 261  
 Salgado, Plínio 236  
 Sampaio, Paulo 196  
 Santos, Galba 344, 345n  
 Sardenberg, Idílio 381, 384  
 Satchkov, Ivan 392  
 Saturnino, Roberto 498

Schmidt, Augusto Frederico 240, 276, 276n, 282n, 283, 348, 378  
Selassié, Hailé 415-417  
Serra, José Correia da 41  
Sette Câmara 240, 239-240, 240n, 266n, 273n, 409  
Silva, Álvaro Alberto da Mota e 284-287, 284n-286n, 289, 290n,  
291-294, 292n, 295n, 296-297, 303, 306, 306n, 309-310,  
309n-310n, 315-316, 319n  
Silva, Artur da Costa e Silva,  
Silva, Gerson Augusto da,  
Silva, Isabel Penna Barbosa da,  
Silva, João Gomes da (conde da Tarouca),  
Silva, Joisé Bonifácio de Andrada e (diplomata) 434n  
Silva, Jorge de Carvalho e,  
Silva, Lygia Chrysostomo Barbosa da (tb. "Lygia Chrysostomo de  
Oliveira") 184  
Silva, Mário Moreira da,  
Silveira, Antônio Francisco Azeredo da 63, 69, 218-220, 331, 376,  
409, 411, 422, 432, 478, 484, 487, 487n, 493n, 494, 494n, 509,  
521  
Simonsen, Mário Henrique 473, 534  
Smeliakov, Nicolai N. 386-387, 390-392, 394-395, 397  
Soares, Álvaro Teixeira 220, 221n, 334n, 345, 345n  
Soares, José Augusto Prestes de Macedo 369  
Soares, José Carlos de Macedo 127, 128n, 248n, 249, 249n, 253n,  
256n-260n, 265n, 274, 274n, 293n, 309n, 367n, 369-370, 376  
Soares, José Roberto de Macedo 371, 373  
Souza Dantas (Luís Martins de Souza Dantas) 104, 180  
Souza, Carlos Alves de 98n, 258

Souza, Herbert de (Betinho), 62  
 Souza, José Colombo de 298  
 Souza, Marcelo Damy de 106, 300, 309  
 Souza, Odette de Carvalho e 370-374, 372n, 376  
 Souza, Otávio Knaack de 488  
 Souza, José Coelho de (padre) 69  
 Stalin, Josef 365, 388  
 Steinbeck, John 387  
 Stevenson, Adlai 438  
 Street, Ernesto 220

## T

Taboada, Diógenes 354  
 Távora, Elysiário 304, 309  
 Távora, Juarez 225, 226n, 236, 239, 293n, 303n  
 Tchekhov, Anton 388  
 Teixeira Júnior, Jerônimo José (visconde do Cruzeiro) 70  
 Tolstoi, Liev 150  
 Torcy, Colbert de 41  
 Torres, João Batista de Vasconcelos (deputado) 433, 477n  
 Torres, José Garrido 220, 331, 351  
 Tosta Filho, Joaquim Inácio 381  
 Trompowski, Armando 187cit, 193  
 Trotter, Ben S. 41  
 Truman, Harry S. 206  
 Tse-Tung, Mao 387  
 Twain, Mark 112

## V

Valente, Maury Gurgel 214, 214n, 320, 410n

Valladão, Alfredo da Gama e Abreu 43

Valladão, Alfredo Teixeira 69, 184, 214-215, 215n, 226, 226n, 229, 229n, 316, 316n, 324, 325n, 332, 332n, 335, 336n, 337-338, 338n, 349, 361, 361n-362n, 374, 375n, 382n, 455, 455n-456n, 489, 491, 495n

Valladão, Haroldo 419-420

Valle, Cyro de Freitas 100-101, 137, 138n, 197, 207, 2110, 218, 320n

Vargas, Alzira 71, 75, 76n, 78-79, 80n, 97, 97n

Vargas, Getúlio 40, 61, 65, 69-70, 75, 76n, 77-79, 96-97, 98n, 100n, 102cit, 103,115n, 116, 164, 169n, 173cit, 185, 190, 205n, 210-211, 210cit, 219, 221, 223-225, 224n-225n, 228, 236, 264, 271, 283, 286, 293, 296-297, 296cit, 306n, 307, 309, 309n, 329-330, 330n, 362, 369, 369cit, 377, 467

Vasconcellos, Arnaldo de 241, 324, 335n

Vasconcellos, Henrique Pinheiro de 174n

Vasconcelos, Miguel Pedro de 459

Veras, Carlos dos Santos (tb. "Santos Veras") 215n, 315n, 331, 334n, 348n, 487n-488n

Vettori, Beata 409, 457n

Viana, Hélio 73

Villeroy, Ximeno de 75

Volkova, Aelita 385

## W

White, Dick 162, 162n

White, Eric Wyndham 321fot, 338

**Z**

Zanger, Wilhelm 257

Zappa, Ítalo 220

Zuzu Angel 61

Zweig, Stefan 157cit





|                |                                                                       |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Formato        | 15,5 x 22,5 cm                                                        |
| Mancha gráfica | 10,9 x 17cm                                                           |
| Papel          | pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)                    |
| Fontes         | Electra LH 17, Chaparral 13 (títulos);<br>Chaparral Pro 11,5 (textos) |